RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3778

Mina da Lagoa Salgada

Título: Relatório de Consulta Pública

Mina da Lagoa Salgada

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: maio de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....4

2. O PROJETO.....4

3. LOCALIZAÇÃO.....4

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA.....4

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....5

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....5

7. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....5

ANEXO I

Localização do projeto

ANEXO II

Exposições recebidas

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na atual redação, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto **Mina da Lagoa Salgada.**

O proponente deste projeto é a REDCORP-Empreendimentos Mineiros, Lda. e a entidade licenciadora, a DGEG.

2. O PROJETO

O Projeto da Mina da Lagoa Salgada tem como objetivo o desenvolvimento mineiro, através da exploração subterrânea de depósitos minerais metálicos de cobre, chumbo, zinco e metais associados, com recurso a fontes energéticas alternativas para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português no que diz respeito às práticas ESG.

3. LOCALIZAÇÃO

O Projeto localiza-se nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal.

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública foi aberta por um período de 30 dias úteis, de 14 de março a 28 de abril de 2025.

Contudo, devido ao "apagão" ocorrido em 28 de abril último, a APA decidiu prorrogar o prazo das consultas públicas que terminavam nessa data, de forma a garantir que a sua realização não fosse comprometida por tal acontecimento. Assim, a presente consulta pública foi estendida até 30 de abril de 2025.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Alentejo e nas câmaras municipais de Alcácer do Sal e Grândola;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a diversas entidades.

7. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas 631 exposições provenientes de:

Entidades da Administração Central

Direção geral do Território

Turismo de Portugal

Entidades da Administração Local

Câmara Municipal de Grândola

Assembleia Municipal de Grândola

União das Freguesias de Grândola e Santa Maria da Serra

Junta de Freguesia do Torrão

Junta de Freguesia de Melides

Organizações não Governamentais de Ambiente

FAPAS - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade

ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

Outras Associações

Associação para o Desenvolvimento do Torrão- ADT

Associação dos Agricultores de Grândola

Associação de Defesa do Ambiente Alcácer p' ambiente

Associação Desenvolver Portugal

Associação Grândola Com Futuro

Proteger Grândola - Associação de Defesa do Ambiente

Associação Produtores Florestais do Vale do Sado - ANSUB

CHIRO - Associação Morcegos

Dunas Livres

Grândola a Crescer: Desenvolver Portugal

JPC - Juntos pelo Cercal

Empresas

Aperto Rápido

Amoreira do Barranco, agropecuária

Imobiliária Cá da Terra

Litoflora, Gestão Agro-Florestal - Gestiflora

Monte Novo Daroeira e Fonte Lobo

Paula & Lopes, gabinete de Projetos

Solutopus- Recursos e Desenvolvimento

Veigas e Mota, agropecuária

Villas Boas Sacadura Botte

REN – rede elétrica nacional

Cidadãos a título individual: 602

Da análise das exposições recebidas no âmbito da consulta pública — que se encontram anexas ao respetivo relatório, para onde se remete para uma análise mais detalhada — emerge, em cerca de 75% dessas exposições, uma forte contestação à implantação do projeto, fundamentada nos impactos negativos significativos e não minimizáveis que o projeto poderá induzir na região. Essa posição é transversalmente defendida por autarquias, cidadãos, organizações não-governamentais de ambiente, associações e empresas.

Entre as principais razões invocadas, destaca-se a localização do projeto numa área com cerca de 2.350 ha, classificada, na sua maior parte, como Rede Ecológica Nacional (REN), onde se encontram ecossistemas sensíveis, como povoamentos de sobreiro e azinheiras, povoamentos mistos de sobro e pinheiro manso, solos de elevado valor ecológico; cabeceiras e cursos de água. A isso somam-se preocupações sobre a qualidade de vida das populações, saúde humana, paisagem, biodiversidade, solos e seus usos, recursos hídricos, qualidade do ar, ordenamento do território e, ainda, sobre as componentes económica e social.

A seguir, sintetizam-se os aspetos mais relevantes relativos a esta posição.

A Câmara Municipal de Grândola considera o projeto ambientalmente insustentável e contrário aos objetivos estratégicos municipais, manifestando, por isso, uma posição totalmente desfavorável à sua execução. Esta posição é apoiada nos fundamentos seguintes:

- Incompatibilidade com o Plano Diretor Municipal de Grândola (PDMG) que interdita na área prevista a implantação das infraestruturas (ETAR, parque fotovoltaico, entre outras), necessárias para o desenvolvimento do projeto.
- Proximidade de aglomerados rurais: a mina localiza-se a menos de 200 metros das localidades de Água Derramada e Silha do Pascoal, comprometendo a saúde pública, a qualidade de vida e o desenvolvimento desses núcleos. O ruído, as vibrações das explosões e o trânsito pesado são impactos negativos e muito relevantes.
- Impacto na estratégia turística do concelho: o projeto colide com os objetivos de valorização do interior de Grândola como destino turístico sustentável.
- Dano para os sistemas ecológicos: prevê-se o abate de 2.970 sobreiros e azinheiras e apesar das medidas compensatórias (reflorestação de 73 ha),

os impactos ecológicos são irreversíveis, afetando habitats de interesse comunitário e espécies vulneráveis de fauna e flora.

- Riscos para os recursos hídricos: o projeto representa um risco elevado de contaminação do aquífero, que abastece as populações locais. O uso de substâncias perigosas e o nível superior de perigosidade da operação (conforme Decreto-Lei n.º 150/2015) agravam o risco ambiental.

A **Assembleia Municipal (AM) de Grândola** manifesta a sua total oposição ao projeto que, na sua perspetiva, colide com a estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho que assenta há décadas no turismo, agricultura e preservação ambiental, designadamente pelo conjunto de preocupações a seguir elencadas:

- Risco para os aquíferos, já deficitários, comprometendo o abastecimento público e usos agrícolas.
- Infraestruturas inadequadas, nomeadamente o uso de uma estrada municipal não preparada para o escoamento intensivo de minério.
- Impactes na qualidade de vida das populações, com aumento de ruído, poeiras e poluição, ainda que dentro dos limites legais.
- Instalação de linha de alta tensão com torres de 40 metros, passando perto da vila de Grândola e outras localidades.
- Redução da vida útil prevista da mina para apenas 11 anos, indicando uma exploração intensiva e de curto prazo.
- Falta de mão de obra local e nacional, prevendo-se a entrada de muitos imigrantes, sem plano claro para alojamento.
- Interferência com o planeamento territorial, nomeadamente com a revisão do PDM e o desenvolvimento turístico previsto.

A AM reforça que deve ser revogada a classificação de Projeto de Interesse Nacional (PIN) e impedir o avanço do projeto.

A **União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra e a Junta de Freguesia de Melides** manifestam forte oposição à implantação do projeto que consideram uma ameaça grave e irreversível ao bem-estar das populações e ao equilíbrio ambiental da região e evocam as preocupações seguintes:

- Afetação do modo de vida rural e dos ecossistemas do montado de sobro.
- Descaracterização paisagística, poluição, ruído e impacto negativo sobre o turismo.

- Incompatibilidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030), designadamente: ODS 6 (Água Potável): risco de escassez de água para consumo humano e agrícola; ODS 11 (Comunidades Sustentáveis): aumento de tráfego e poluição, prejudicando a qualidade de vida; ODS 15 (Vida Terrestre): ameaça à biodiversidade e degradação dos habitats sensíveis.
- Vias de comunicação em mau estado e inaptas para tráfego pesado.
- Falta de alojamento dos trabalhadores e pressão sobre os serviços públicos de saúde e educação.
- Efeitos negativos sobre o turismo e o comércio local.
- Falta de diálogo e transparência.
- Incertezas sobre a recuperação ambiental após encerramento da mina, decorrente de experiências negativas em minas na região, designadamente Canal Caveira e Lousal.

Salientam, ainda, que a decisão de classificar este projeto como um Projeto de Potencial Interesse Nacional foi tomada sem que houvesse qualquer consulta às populações afetadas ou às juntas de freguesia envolvidas, o que evidencia, na sua ótica, um desrespeito pelas vozes locais e pelos direitos daqueles que serão diretamente impactados pela exploração mineira e reiteram que a defesa das populações e do património deve sempre prevalecer sobre interesses económicos.

A **Junta de Freguesia do Torrão** discorda plenamente do projeto que considera provocar significativos constrangimentos ambientais. Também refere nunca ter sido informada institucionalmente sobre o projeto, o que constitui uma falha grave no processo de participação pública e de respeito pelas entidades locais.

A FAPAS manifesta a sua discordância com o Projeto, considerando que representa uma rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo de décadas. E alerta para os impactes negativos sobre atividades económicas locais consolidadas, como a agricultura, silvicultura e turismo, bem como para afetação irreversível da qualidade de vida das populações residentes.

Critica também as medidas de mitigação e compensação propostas, que considera insuficientes, desproporcionais e ineficazes.

A ZERO considera que o Projeto é ambientalmente injustificado e socialmente desajustado da realidade local e critica os impactes ambientais, sociais e estratégicos do projeto, e sublinha os seguintes aspetos:

- Estatuto de PIN atribuído sem debate público e sem sustentação estratégica.
- Fragmentação do projeto (mina, linha elétrica, UPAC, conduta) que impede uma avaliação integrada no EIA.
- Intervenção em áreas da REN com justificações legais frágeis.
- Abate de 1.912 árvores (sobreiros e pinheiros mansos) em 32,5 ha, com compensações de eficácia duvidosa.
- Cálculos excessivamente otimistas sobre sequestro de carbono.
- Destruição de habitats de interesse comunitário, incluindo charcos temporários.
- Medidas compensatórias apresentadas sem fundamentação técnica ou estratégia coerente.
- Falta de clareza sobre volumes totais de consumo de água e ausência de plano B em caso de seca.
- Riscos de escorrência ácida e uso de cianeto de sódio, com impactos potenciais severos nos recursos hídricos.
- Potencial contaminação de aquíferos subterrâneos.
- Falta de plano claro para monitorização do passivo ambiental após encerramento.
- Contradição entre promessa de criação de empregos e automatização da operação.

A **CHIRO** defende que o plano de monitorização (PM) deve cobrir os dois primeiros anos de exploração e utilizadas metodologias mais avançadas, como detetores passivos e amostragens contínuas. Mais refere que, de acordo com as recomendações do ICNF, deve haver pesquisa de abrigos num raio de 200 m ao redor dos apoios da linha elétrica e medidas específicas caso os apoios fiquem perto de abrigos importantes. Recomenda, ainda:

- Evitar o impacto sobre núcleos de árvores maduras e permitir que as árvores de menor porte abatidas permaneçam no local por 2-3 dias, permitindo que os morcegos abandonem os abrigos.
- Manter ou criar corredores ecológicos para aumentar a conectividade entre habitats de morcegos.

- Implementar medidas de mitigação de perda de habitat e minimizar os efeitos de barreira no interior e nas áreas adjacentes ao complexo mineiro, beneficiando também outras espécies faunísticas.

A **DUNAS** contesta fortemente o projeto que considera constituir um elevado risco ambiental, económico e para a saúde pública. A exploração da mina implicaria um consumo de água insustentável pressionando os recursos hídricos, já limitados, da região. A área afetada seria de 2.349 hectares, mas apenas 83 hectares seriam alvo de mitigação ambiental, o que é claramente insuficiente para recuperar a biodiversidade e a paisagem. Entre os impactos estão a contaminação de aquíferos, poluição sonora e atmosférica, degradação da paisagem e risco de solos contaminados que as promessas de desenvolvimento económico não compensariam.

A associação **Proteger Grândola** manifesta a sua discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, considerando os seus impactos ambientais e sociais negativos como graves, duradouros e desproporcionais face aos benefícios apresentados. Critica a curta duração da consulta pública, a falta de clareza do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e alerta para riscos significativos aos recursos hídricos, à qualidade do ar, aos solos, à biodiversidade, à saúde e ao bem-estar das populações locais. A associação destaca ainda os seguintes aspetos:

- Ameaça à agricultura, silvicultura e turismo, com destruição de áreas de montado e possível contaminação de aquíferos essenciais à região.
- Construção de infraestruturas, como linha aérea de alta tensão, conduta adutora e aterro de resíduos com elevado potencial de risco.
- A área do projeto abrange solos rústicos com funções florestais e agrosilvopastoris, cuja destruição será irreversível.
- Incidência sobre áreas da Rede Ecológica Nacional (REN) e zonas com povoamentos de sobreiros legalmente protegidos.
- Destruição de habitats naturais e solos florestais.
- Impacto na paisagem, com recuperação estimada em várias décadas.
- Medidas compensatórias propostas são incertas, insuficientes e ineficazes.
- Proximidade de linhas de água e captações públicas (Mil Brejos, Batão e Rio de Moinhos), fundamentais para o abastecimento humano.
- Utilização prevista do Aquífero Tejo-Sado (margem esquerda) sem quantificação do volume de captação.

- Risco de rebaixamento do aquífero, com consequências para a vegetação, a agricultura e o consumo humano.
- Possibilidade de contaminação das águas subterrâneas por cianeto e outras substâncias químicas utilizadas na mineração.
- Explosões subterrâneas provocarão ruído e vibrações com efeitos negativos nas populações próximas.
- Emissão de partículas e poluentes comprometerá a qualidade do ar, a saúde humana e a produtividade agrícola.
- Tráfego intensivo de veículos pesados (10 a 36 camiões/dia) aumentará o ruído, a emissão de gases poluentes e a insegurança rodoviária.
- O projeto é considerado economicamente incerto, com uma exploração prevista de apenas 11 anos, e ambientalmente insustentável.
- Não foram devidamente analisados os impactos cumulativos com outras atividades existentes na região.

A Proteger Grândola reitera que o projeto não deve ser aprovado.

A **Associação dos Agricultores de Grândola** é contrária à execução do Projeto. Denuncia falta de transparência, riscos elevados para o ambiente e sociedade, ausência de planeamento adequado e contrapartidas insuficientes para a região. Entende que o projeto é extremamente negativo para o concelho e que não deve avançar.

A **ANSUB** considera o EIA tecnicamente frágil e socialmente injusto, destacando com principais críticas: omissões graves em critérios hidrológicos, florestais e de biodiversidade; Falta de diálogo com entidades locais e compensações inadequadas; Medidas de mitigação pouco concretas e sem fiscalização. Recomenda a rejeição do projeto até que essas lacunas sejam resolvidas, com revisão independente e participação das comunidades afetadas.

O **JPC** considera que o projeto induz perdas irreparáveis à paisagem, saúde, ambiente e economia locais. O modelo de exploração proposto não é sustentável nem compensável.

Os **Bombeiros de Grândola** manifestam a sua preocupação face aos riscos associados ao projeto, na medida em que este tipo de atividade envolve perigos significativos para a segurança das populações e do ambiente: transporte e

manuseamento de substâncias químicas, tóxicas e explosivas, risco de explosões, derrocadas subterrâneas, acumulação de gases, além do previsível aumento do número de acidentes de viação e acidentes de trabalho. Sublinha que o aumento de tráfego pesado e da movimentação humana numa área sem infraestrutura adequada representa uma ameaça concreta, que poderá colocar em causa a capacidade de resposta dos serviços de emergência e proteção civil.

As empresas que desenvolvem atividades de **Agropecuária** e **Agroflorestal** consideram o projeto um atentado contra toda a população envolvente e contra as atividades agropecuárias e agroflorestais ali desenvolvidas, representando uma contaminação desnecessária cujo custo recairá sobre as gerações futuras.

A empresa **Aperto Rápido** observa que o impacto ambiental desta mina é demasiado grave, afetando água, ar, solo, fauna e a qualidade de vida das pessoas e acha que os interesses económicos não devem sobrepor-se à proteção dos recursos naturais.

A empresa **Imobiliária Cá da Terra** manifesta firme oposição à aprovação do projeto, argumentando que os impactos ambientais, sociais e económicos negativos são graves, duradouros e desproporcionais face aos benefícios apresentados.

A empresa **Villas Boas Sacadura Botte** manifesta discordância com o projeto destacando que ele contraria a estratégia de desenvolvimento sustentável de Grândola, afetando negativamente atividades económicas como a agricultura, silvicultura e o turismo, que dependem da integridade ambiental.

A empresa **Solutopus** clarifica que o projeto se propõe para área onde espécies florestais autóctones, como o sobreiro, têm elevada importância ecológica e económica. E recomenda que o município exija contrapartidas claras e investimentos ligados aos recursos naturais da região, bem como a adoção de medidas mitigadoras, como o enterramento parcial das infraestruturas para reduzir os impactos visuais e ambientais.

Os **Cidadãos** que se manifestaram a título individual e que partilham desta posição consideram, desde logo, que o projeto representa uma rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável da região, provocando danos irreversíveis na paisagem, nos ecossistemas, nos recursos hídricos e na qualidade de vida das populações.

Entendem que a aprovação do projeto beneficiará essencialmente a empresa promotora, sem gerar ganhos duradouros para a população local, pelo que defendem, afincadamente, a sua reprovação.

É consensual entre os pareceres recebidos o entendimento de que os impactos ambientais, sociais e económicos negativos são graves, prolongados no tempo e desproporcionais face aos benefícios apresentados. Acrescem ainda dúvidas quanto à criação efetiva de empregos locais e à eficácia das medidas de compensação e investimento na região.

Segue-se uma síntese das principais preocupações expressas nestes contributos:

- Conflito com a vocação do concelho de Grândola para o turismo sustentável e para a preservação ambiental.
- Destruição de habitats e perda de biodiversidade, incluindo o abate de cerca de 1.900 sobreiros e a degradação de áreas de montado, solos e habitats protegidos, com impactos irreversíveis ou de difícil reversão.
- Prejuízo para atividades económicas locais consolidadas, como a agricultura, a silvicultura e o turismo.
- Consulta pública limitada no tempo e com informação insuficiente, nomeadamente um Resumo Não Técnico vago e omisso, que dificultou uma participação pública informada e eficaz.
- Riscos significativos para os recursos hídricos, com destaque para a possível contaminação e o consumo excessivo de água numa região já afetada pela escassez hídrica, pondo em risco o abastecimento público e outras atividades.
- Falta de clareza quanto à legalidade e aos impactos da adutora de 20 km prevista.
- Risco de contaminação dos aquíferos, com possibilidade de drenagem ácida.
- Utilização de substâncias perigosas, como cianeto de sódio, no processamento de minérios, o que aumenta o risco de acidentes ambientais graves.
- Perda de solos férteis, sequestro de carbono e biodiversidade.
- Aumento da emissão de poeiras e poluentes, com consequências para a saúde pública.
- Geração de emprego temporário e limitado.
- Aumento da pressão sobre serviços públicos, como saúde e habitação.
- Preocupações quanto ao escoamento do minério por estradas municipais não preparadas e à instalação de linhas de alta tensão junto a zonas habitadas, afetando a segurança e o bem-estar das comunidades.

- Emissão de poeiras, ruído e vibrações causadas por explosões subterrâneas, com impacto potencialmente nocivo para as populações próximas.
- Referência a experiências anteriores, como a da mina do Lousal, que demonstram que os impactos ambientais e sociais da mineração podem persistir durante décadas após o fim da exploração.
- Contributo financeiro marginal para o município, estimado em menos de 1% do seu orçamento anual.

Um cidadão, cuja propriedade será afetada pela linha elétrica do projeto critica a escolha do traçado e alerta para os impactos sobre florestas de sobreiro, incluindo a possível remoção de dois exemplares com cerca de 15 metros, que poderiam ser preservados com um ajuste no traçado.
O proprietário da Herdade da Lagoa Salgada reclama do uso indevido do nome "Mina da Lagoa Salgada" sem seu consentimento, embora já tivesse o nome registado legalmente. Denuncia a falta de comunicação sobre o projeto, alerta para os impactos ambientais e patrimoniais e questiona a aprovação de painéis solares pela mina, quando o seu próprio projeto similar foi rejeitado pela Câmara Municipal de Grândola por estar em área REN/RAN.

Por sua vez, os restantes 25% dos contributos recebidos manifestam uma posição totalmente favorável à implantação do projeto, considerando-o fundamental para o desenvolvimento económico e social da região. Acreditam que o projeto criará postos de trabalho, impulsionará a economia local, oferecerá novas oportunidades aos residentes e poderá até incentivar o regresso de emigrantes e realçam a importância que a exploração de minérios como cobre, zinco e chumbo tem para a economia nacional. Referem, ainda, que a empresa promotora demonstrou estar preparada para mitigar os impactos ambientais, apresentando planos de compensação e estratégias de sustentabilidade. Alguns dos participantes consideram que projetos mineiros, como o da Lagoa Salgada, podem ser mais vantajosos do que outros como, por exemplo, a instalação de parques solares que implicam o abate de sobreiros, e não geram emprego local significativo.

Sumariza-se, em seguida os aspetos mais relevantes destes contributos.

A **ADT** manifesta concordância com o projeto mineiro da Lagoa Salgada, destacando os benefícios socioeconómicos para as populações locais e o contributo para o desenvolvimento económico nacional através da exploração de recursos minerais.

Ressalta ainda que as questões ambientais serão devidamente tratadas e monitorizadas pelas entidades competentes, como acontece noutras minas da região. A associação **Grândola Com Futuro** expressa o seu apoio ao projeto mineiro da Lagoa Salgada, com base na informação recolhida através de documentos e sessões públicas promovidas pela empresa. Considera que o projeto trará desenvolvimento ao concelho, especialmente numa região com cada vez menos população e oportunidades. Destaca que questões cruciais, como o uso da água e a saúde pública, foram esclarecidas e que os impactos ambientais serão mitigados. Critica o que considera serem radicalismos ambientalistas e desinformação, defendendo que Grândola precisa de investimento para garantir um futuro digno aos seus habitantes.

A **Grândola a Crescer** apoia o projeto mineiro na Lagoa Salgada, vendo nele uma oportunidade de revitalização económica e social para o concelho, atualmente marcado pela sazonalidade do turismo e abandono do interior. Destaca que o projeto trará trabalho contínuo ao longo do ano e durante mais de uma década, com benefícios diretos e indiretos para a população local e para o Alentejo. Reconhece a existência de impactos, mas considera que a empresa se preparou bem para os mitigar, apresentando uma proposta de investimento sólida. Defende que mais projetos semelhantes seriam positivos para o futuro de Grândola.

A associação **Desenvolver Portugal** considera o projeto da Lagoa Salgada de interesse nacional, destacando o seu potencial para impulsionar a economia, fixar população no interior e oferecer uma alternativa ao turismo sazonal do litoral alentejano. Reconhece a sua importância na transição energética e no combate às alterações climáticas, salientando que o abate de sobreiros será compensado com novas plantações, rejuvenescendo a montado. Defende que o projeto deve ser apoiado por quem quer ver o país evoluir, especialmente em benefício das populações mais desfavorecidas, e apela ao cumprimento das promessas por parte da empresa e do Estado.

A **empresa Paula & Lopes** considera que o projeto da Lagoa Salgada está muito bem estruturado, destacando a forte preocupação com as dimensões social, económica e ambiental. Enaltece a sua relevância no contexto europeu, sobretudo pelo contributo para a independência em matérias-primas críticas, a transição energética e a segurança. A nível nacional, vê-o como um impulsionador do desenvolvimento e criação de emprego no Alentejo. Ambientalmente, destaca-se a

responsabilidade da empresa promotora, com ações como o plantio adicional de sobreiros e medidas de conservação da biodiversidade. Em comparação com outros projetos do setor, este é considerado exemplar.

Os **Cidadãos** que defendem esta posição expressam nos seus contributos forte apoio ao Projeto, destacando benefícios económicos, sociais e estratégicos não só para o concelho de Grândola, como também para todo o país. Os principais fundamentos apresentados envolvem:

- Criação de centenas de empregos diretos e indiretos, com potencial para fixar população jovem, permitir o regresso de emigrantes e revitalizar zonas abandonadas.
- Melhoria dos rendimentos e dinamização do comércio, dos serviços e das infraestruturas locais.
- O projeto é visto como uma alternativa sólida ao turismo, considerado sazonal e pouco inclusivo.
- Importância da exploração de matérias-primas críticas (como cobre, zinco e chumbo) para a autonomia energética e industrial da Europa, num contexto global instável.
- O projeto é considerado um contributo relevante para a transição energética e a neutralidade carbónica.
- Muitos participantes reconhecem que a empresa promotora demonstrou compromisso com práticas sustentáveis, como:
- Reflorestação em escala (10 a 12 vezes o número de sobreiros abatidos).
- Uso eficiente da água, com captação a grande profundidade e reutilização.
- Implementação de medidas de mitigação e compensação ambiental.

Em síntese, os contributos favoráveis consideram o Projeto como uma oportunidade estratégica e estruturante para o desenvolvimento da região. No entanto, salientam que importa não descurar a necessidade de um acompanhamento rigoroso por parte das autoridades competentes, para garantir o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais assumidos pela empresa promotora.

Por último, sintetiza-se os aspetos mais relevantes das restantes entidades.

A **DGT** verificou que dentro do limite da área de estudo existe um vértice geodésico pertencente à RGN, denominado "Lagoa Salgada", pertencente à folha 39-D da Série

Cartográfica Nacional à escala 1:50 000. E no que respeita à RNGAP, informa que também existe uma marca de nivelamento na área de intervenção deste projeto, cuja integridade física deverá ser preservada.

O **Turismo de Portugal** informa da existência de alojamentos turísticos na proximidade do projeto e adverte que os impactes negativos sobre o turismo, a paisagem e a qualidade de vida são significativos. O Turismo de Portugal sublinha a necessidade de revisão e reforço das medidas mitigadoras, correção de omissões no EIA e proteção dos valores turísticos e naturais da região e acentua da necessidade de garantir a implementação de medidas e programas de monitorização, designadamente:

- Implementação de medidas de minimização e compensação (ruído, paisagem, qualidade do ar).
- Preferência pela Alternativa 2 da conduta de água.
- Afastamento da linha elétrica de alojamentos turísticos e da vila de Grândola.
- Programas de Monitorização contínua (social, ambiental, turística).

A **REN** informa que a linha elétrica de 60 kV para fornecimento de energia elétrica ao complexo mineiro interseta as seguintes infraestruturas da RNT em exploração:

- LPGO.SN Pegões – Sines, a 400 kV
- LPM.SN2 Palmela – Sines 2, a 400 kV

Pelo que, para o estabelecimento das infraestruturas em causa, deve ser respeitada a seguinte condição:

- Previamente ao seu licenciamento, o projeto da nova linha de 60 kV deve ser enviado à REN-E, para confirmação do cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente em termos de distâncias de segurança às infraestruturas da RNT.
- Qualquer trabalho a realizar nas servidões das infraestruturas da RNT deve ser acompanhado por técnicos da REN-E para garantia das condições de segurança, quer da instalação, quer dos trabalhos a realizar pelo Promotor. Para esse efeito, a REN-E deve ser informada da sua ocorrência com pelo menos 15 dias úteis de antecedência.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão

ANEXO I

Localização do projeto

Enquadramento Administrativo

Mina da Lagoa Salgada
- Área de Estudo base (AEb)
- Área Potencial de Intervenção (API)
- Área de Implantação (AI)

Projetos Complementares

Corredores de Estudo (C)

Adução de Água (Ad.Ag.)

Corredor Alternativa 1 (C.Ad.Ag.Alt1)
- Troço Comum (Ad.Ag.tc)
- Troço A1(Ad.Ag.tA1)

Corredor Alternativa 2 (C.Ad.Ag.Alt2)
- Troço Comum (Ad.Ag.tc)
- Troço A2(Ad.Ag.tA2)

Acessos (Ac.)

Corredor Ac. Principal – Alternativa 1 (C.Ac.P.Alt1)
- Troço Comum (Ac.P.tc)
- Troço A1 (Ac.P.tA1)

Corredor Ac. Principal – Alternativa 2 (C.Ac.P.Alt2)
- Troço Comum (Ac.P.tc)
- Troço A2 (Ac.P.tA2)
- Ac. Secundário (C.Ac.Sec.)

Linha Elétrica (LE)
- Corredor LE (C.LE)
- Apoios e Áreas de Trabalho de Linha a Construir
- Traçado da Linha Elétrica

Projetos Associados
- Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC)

Limites Administrativos
- Limite de freguesias
- Limite de concelho

Fonte: CAOP 2022

Região	Distrito	Concelho	Freguesia	Área (ha)
Alentejo	Setúbal	Grândola	UF de Grândola e Santa Margarida da Serra	**2349**
		Alcácer do Sal	Torrão	

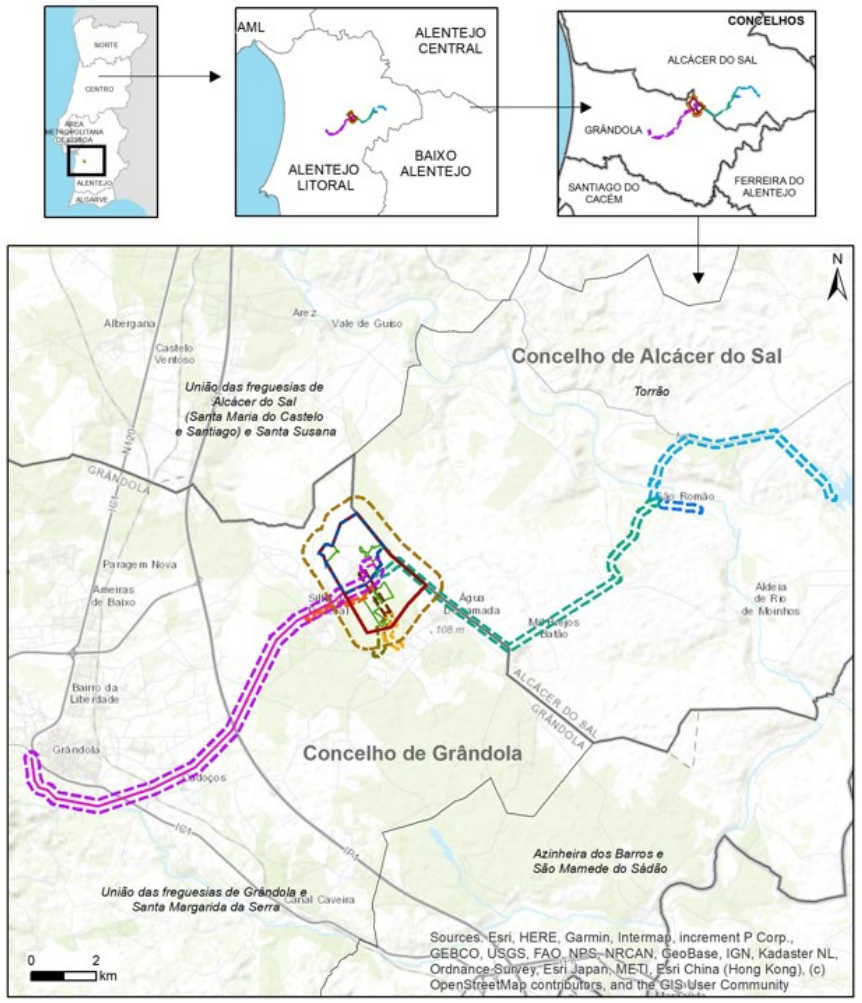


Figura 2 – Enquadramento Administrativo do Projeto

3. ONDE FICA O PROJETO?

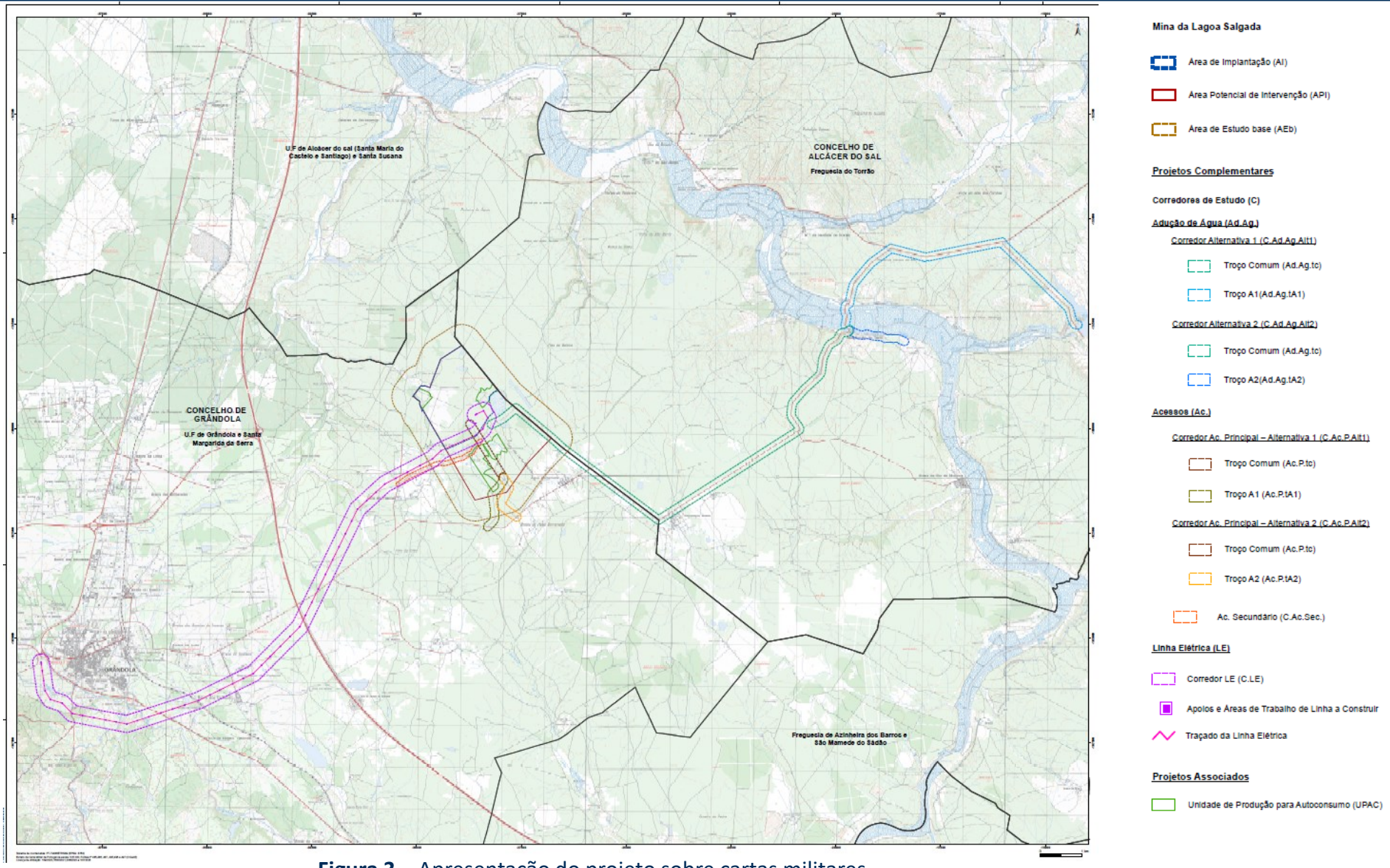


Figura 3 – Apresentação do projeto sobre cartas militares

ANEXO I

Exposições recebidas

Dados da consulta

Nome resumido	Mina da Lagoa Salgada
Nome completo	Mina da Lagoa Salgada
Descrição	Mina da Lagoa Salgada
Período de consulta	2025-03-14 - 2025-04-30
Data de ínicio da avaliação	2025-05-01
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Procedimento de Avaliação
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	REDCORP-Empreendimentos Mineiros,Lda
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Clara Sintrão

Eventos

Documentos da consulta

Resumo não Técnico	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3778/volumei_t2020-746-00-eia_rnt_01202531395336.pdf
Relatório Síntese	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3778/rs_final-eia_projeto_mina_lagoa_salgada202531218246.pdf
Outros Documentos	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3778

Nº Participações	630
Nº Seguidores	651

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	153
Discordância	460
Geral	6
Proposta concorrente	1
Reclamação	7
Sugestão	3

Participações

ID 84705 CHIRO - Associação Morcegos.PT em 2025-04-30

Comentário:

Face aos potenciais impactes negativos provocados pelo complexo mineiro da Lagoa Salgada, bem como da CSF, linha elétrica e conduta adutora associadas, considera-se que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA): - Não descreve a metodologia de forma adequada, sendo necessária uma explicação mais detalhada da mesma. - Limita-se a apresentar os resultados do levantamento bibliográfico. - Excetuam-se os resultados da pesquisa de abrigos, pesquisa essa que foi insuficiente face à dimensão da área a afetar e às características da mesma. - Não é identificado nenhum impacte do complexo mineiro e dos projetos associados específicos sobre os morcegos. - Avaliação dos impactes cumulativos com outros projetos em locais próximos, que possam originar mortalidade sobre os morcegos e alterações significativas de habitat (explorações mineiras, empreendimentos turísticos, vias de comunicação - ex: A2; zonas industriais e sistemas agrícolas; etc.). Apesar do EIA listar um número considerável de outros projectos susceptíveis de causar impactos cumulativos, a análise dos impactes sobre a fauna é muito superficial. - O plano de Monitorização (PM) deve incluir pelo menos os dois primeiros anos de exploração, sendo avaliada o seu prolongamento ao fim dos dois anos. Considera-se ainda que face à tecnologia atualmente disponível, deveriam ter sido adotadas metodologias mais atuais, nomeadamente nas amostragens com utilização de detetores passivos, em vez de ativos; amostragens contínuas desde o pôr-do-sol até mínimo de 4h depois, em vez de apenas 10 minutos por campanha. Adicionalmente, deverá ser efetuada amostragem em área de controlo ainda em fase de pré-construção. - Recorde-se que no caso dos morcegos, as recomendações do ICNF para EIA's de linhas eléctricas (ICN, 2005), considera necessário pesquisar abrigos num raio de 200 m ao redor dos locais de implantação dos apoios; que estes apoios deverão ser implementados a uma distância mínima de 100m de cada abrigo identificado; que esta prospecção deverá ser complementada com amostragens acústicas nocturnas; e que caso a linha eléctrica se situe a menos de 5 km de distância de abrigos de importância nacional (conhecidos ou detectados no decorrer dos trabalhos), a situação deverá ser discutida com o ICNF.Considera-se ainda que o Projeto: - Não deverá afetar núcleos de árvores maduras ou

de maior porte. - As árvores de menor porte abatidas devem permanecer no local de corte durante 2-3 dias para permitir que os morcegos abandonem os potenciais abrigos nos troncos. - Deverá manter/criar corredores ecológicos que aumentem a conectividade entre os principais habitats utilizados pelos morcegos (núcleos de quercíneas, galerias ripícolas e outros que venham a ser detetados nos estudos de caraterização, dentro e fora da área de implantação do complexo mineiro e projetos associados). - Deverá implementar medidas de mitigação de perda de habitat no interior do complexo mineiro e em áreas adjacentes ao mesmo, e de minimização do efeito barreira. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos.

Anexos: 84705_PARECER_TÉCNICO_SOBRE_EIA_Mina_Lagoa_Salgada.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84702 laura moura em 2025-04-30

Comentário:

Pelo impacto ambiental e social.Pelas consequências a curto e longo prazo.Pela saúde, pela biodiversidade, pelo ambiente e pelo futuro.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84701 Maria Neto em 2025-04-30

Comentário:

Considero que o projeto apresenta evidentes e significativos efeitos negativos para a população, território, paisagem e ambiente - comprometendo o desenvolvimento sustentável do concelho, sendo uma ameaça para os recursos hídricos, colocando em causa a saúde pública, devido a poeiras, ruído e vibrações de explosões subterrâneas, destruindo a biodiversidade e colocando em causa a qualidade de vida da população – principalmente a que reside nos aglomerados rurais de proximidade - cujo desenvolvimento fica, também, seriamente comprometido.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84700 Vanda de Lurdes Lapão e Silva em 2025-04-30

Comentário:

Projecto altamente prejudicial para a região.Contaminação de água subterrânea e aquíferos, comprometendo as gerações futuras.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84698 Carla Ferreira em 2025-04-30

Comentário:

Enquanto cidadã com raízes profundas no concelho que me viu crescer — e que, com orgulho e esperança, sonho continuar a habitar — manifesto, por este meio, a minha oposição ao projeto da exploração mineira da Lagoa Salgada.Esta terra, onde os nossos antepassados trabalharam e cuidaram do solo com respeito, terra que viu florescer gerações atrás de gerações, é hoje o lugar onde muitos de nós queremos criar as nossas famílias, preservar a natureza que nos rodeia, manter os laços comunitários e contribuir para um futuro sustentável. A proposta de instalação desta mina, nos moldes em que é apresentada, não respeita essa visão nem (cor)responde às reais necessidades das populações locais e, sendo uma exploração mineira, provavelmente nunca será respeitadora do meio ambiente ou de tradições e locais.Estamos perante um projeto que ameaça gravemente o ambiente, com impacte ecológico extremamente devastador sobre a fauna, a flora, os recursos hídricos e o equilíbrio dos ecossistemas. O corte de sobreiros, a contaminação de solos e águas, o ruído provocado pela exploração, bem como pela logística inerente à exploração mineira subterrânea representam riscos reais, que não podem ser ignorados nem suavizados com promessas de mitigação.Além disso, o alegado benefício económico não me parece compensar, de forma alguma, o custo social, ambiental e afetivo que esta exploração acarreta. A curto prazo, poderemos ver alguns empregos criados, todavia, a longo prazo, o que perdemos — em qualidade de vida, em saúde pública, em património natural e cultural (material e imaterial) — será incomparavelmente maior! Trata-se de uma visão extrativista, centrada no lucro imediato e alheio, que ignora o verdadeiro valor de um território vivo, habitado e muito amado na nossa Grândola, Vila Morena.O nosso Alentejo (litoral ou interior) não é um espaço vazio à espera de ser descoberto ou explorado. É um local pleno — de história(s), de comunidade(s), de património e com muito potencial, mas não para ser explorado desta forma. E é precisamente esse potencial que devemos proteger: o de um desenvolvimento que respeite a terra, que valorize os seus recursos de forma equilibrada e que envolva as pessoas, em vez de as sacrificar.Apelo, por isso, a que se escute a voz das populações locais, os verdadeiros “donos da terra cujas gerações aqui residem há muito, muito tempo” que, com conhecimento de causa, sensibilidade e sentido de responsabilidade rejeitam este projeto. Há ainda tempo para fazer escolhas diferentes. Escolhas que honrem o passado, preservem o presente e não comprometam o futuro. E salvem, acima de tudo, o nosso património! Vamos abrir uma exceção e ouvir a voz (e o coração) dos habitantes e amigos da nossa terra acima da voz do lucro oco e vão de entidades que nem o nosso concelho conhecem ou habitam?

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84697 Fapas - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade em 2025-04-30

Comentário:

Manifestamos a nossa discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação

propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.A Direção da FAPAS- Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84696 Anabela M L F E Blofeld em 2025-04-30

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projecto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projecto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do Município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projecto afectará de forma muito negativa e duradoura actividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes.A protecção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projecto extractivo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.Anabela BlofeldCD 07158205 3 ZY2

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84695 Mariana Velho Rodrigo em 2025-04-30

Comentário:

A Mina da Lagoa Salgada é um projeto de grande relevo para o Município de Grândola que não podemos deixar de apoiar. A minha participação é de apoio e concordância porque penso que vai trazer vários benefícios, nomeadamente: mais e melhores postos de trabalho, dinamização da economia local, diversificação de negócios. Por outro lado, a exploração de matérias críticas é um desígnio europeu no atual contexto de guerra, que é igualmente uma guerra económica, em que a Europa tem de recuperar o tempo que deixou setores importantes adormecidos. Em face disso, penso que as questões ambientais e climáticas, desde que devidamente compensadas, não devem ser limitadoras da exploração dos nossos recursos, tanto mais que com estes recursos podemos estar melhor apetrechados para fazer face a um futuro que está num rumo incerto.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84694 Bruno Casaes Teixeira em 2025-04-30

Comentário:

A exploração prevista da Mina da Lagoa Salgada implicaria a produção diária de 5 151 toneladas de rejeitados tóxicos, que formariam uma barragem de 65 ha já classificada com "perigo muito elevado". Mesmo com geomembranas e sistemas de drenagem, falhas técnicas ou fenómenos meteorológicos extremos poderão libertar drenagem ácida, contaminando aquíferos estratégicos do Tejo-Sado, já sobre-explorados e essenciais para o abastecimento público em períodos de seca severa. Acresce a destruição de 73 ha de montado — com o abate de cerca de 1 900 sobreiros e azinheiras protegidos — eliminando serviços ecossistémicos insubstituíveis, como o sequestro de carbono, a regulação hídrica e a preservação da biodiversidade, enquanto as "medidas compensatórias" necessitam de séculos para alcançar equivalência ecológica.Além dos impactes ambientais directos, o concelho terá de suportar custos de infra-estruturas que o EIA subestima: reforço de uma estrada municipal estreita (EM543) para receber 36 camiões pesados por dia, com maior risco de acidentes e desgaste acelerado; construção de uma linha aérea de 15 km, com 52 apoios de 40 m de altura, e de uma conduta adutora de 20 km, cuja capacidade real ultrapassa em nove vezes a água declarada, levantando sérias dúvidas sobre consumos futuros. Todos estes encargos pressionam as finanças locais e contrariam os planos de ordenamento que apostam no turismo de natureza, actualmente responsável por crescimentos de dois dígitos nas receitas do concelho. Perante estes custos ambientais e infra-estruturais, o retorno económico para a Câmara Municipal é residual: menos de 1 % das receitas anuais (51,9 M€ em 2025), dependente de royalties voláteis indexados ao dólar e às cotações internacionais dos metais — variáveis totalmente fora do controlo autárquico. Em contraste, o turismo, a agricultura de montado e a fileira da cortiça geram emprego permanente, valorizam a marca "Grândola" e garantem receitas estáveis em euros. Aprovar a mina seria trocar um património natural de elevado valor por um ganho financeiro marginal e incerto, deixando um passivo ambiental e social que o concelho teria de gerir durante décadas.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84693 Isabel Pereira em 2025-04-30

Comentário:

Sendo proprietária nas proximidades da Lagoa Salgada venho manifestar a minha discordância e reserva face a um projeto que coloca em causa determinados valores presentes no local e na região, nomeadamente: a afetação dos recursos hídricos, de si já escassos , numa região com graves problemas de disponibilidade de água e cuja exploração/laboração vai colocar em causa o abastecimento públicos de 4 localidades (Batão, Água Derramada, Cilha do Pascoal e Rio de Moinhos) que hoje já têm problemas. Como se avalia o impacto dum projeto desta natureza, quando faltar a água nestas localidades. A APA está a fazer esta avaliação?! As entidades garantem que não irá faltar a água por causa deste projeto?! Se faltar, quem vale a estas localidades?! Quem defende as populações vulneráveis nestas situações, quando a APA, a CCDR Alentejo e outras entidades não estão a acautelar os recursos naturais como é o seu dever?!Quem defende a região, quando acontecer uma contaminação nos lençóis freáticos e nos ecossistemas, porque quem devia nos defender não monitoriza os verdadeiros riscos dum projeto desta natureza para a região!?Numa região que vive do montado e onde ainda resiste um montado de relativa qualidade, quanto vale colocar em causa este recurso ambiental e económico por uma exploração de 11 anos, sem garantias que o minério existe mesmo e

colocando em causa os recursos para as gerações futuras que escolheram este local para viver?! Quem defende as gerações futuras, quando uma APA e uma CCDR Alentejo hipotecam o futuro do Alentejo por projetos e interesses económicos que só vão e estão a tirar da terra e cujo retorno é quase nulo?!Numa região com graves problemas de habitação e em que a especulação imobiliária tomou conta do território, o que será dos filhos da terra que aqui querem continuar a viver, mas que não encontram habitações a preços acessíveis?! Este projeto só virá agravar este problema, com prejuízo de todos...Quando vemos que nos querem tirar o pouco que temos e que não existem instituições que nos defendam, nada disto começa a fazer sentido, num Alentejo que já não pertence aos Alentejanos

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84692 Francisco Manuel Ascenção Marta em 2025-04-30

Comentário:

O impacto ambiental deste tipo de infraestruturas tem sempre custos que suplantam qualquer vantagem.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84690 Yarmo Mackenbach em 2025-04-30

Comentário:

Nao concordo com um projecto que vai enriquecer os investidores de fora e autarquias corruptas locais, que serao incapazes de gerir os resíduos acumulados, deixando mais pobres os que já pouco têm, nomeadamente população local atual e gerações futuras, poluindo o ecossistema local para sempre.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84689 Inês em 2025-04-30

Comentário:

Venho por este meio expressar a minha profunda oposição à proposta de construção de uma mina de metais nessa região. Considero esta decisão inaceitável, pois coloca em risco a saúde pública, o meio ambiente e a qualidade de vida da população local.A exploração mineira trará consequências irreversíveis, como a destruição de habitats naturais, a contaminação de solos e águas subterrâneas, e o aumento da poluição do ar. Além disso, a atividade da mina pode comprometer a agricultura local e mesmo outras fontes de rendimento que dependem diretamente da preservação do ambiente.É inaceitável que projetos deste tipo avancem. Por esta razão peço que reconsiderem esta decisão dando prioridade ao bem-estar da população e a proteção dos recursos naturais e em específico dos sobreiros da região.

Anexos: Não

Tipologia: Reclamação

ID 84688 Veronika em 2025-04-30

Comentário:

O Relatório Sintese aparenta ter sido desenvolvido de forma não neutra. Como exemplo, a desvalorização do aspecto de impacto visual com 25% da área sendo nas proximidades de Grândola não se justifica. O impacto será considerável.Trata-se de um projeto com elevado impacto negativo local, impacto ambiental severo, sem claras vantagens para a população residente atual e de gerações futuras, nem garantias de salvaguarda da poluição gerada.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84687 Tânia Neto em 2025-04-30

Comentário:

Sou terminantemente contra este projeto de exploração mineira pois:•Terá um impacto ambiental muito elevado, levando à destruição ambiental de uma grande área (65ha) que ira acomodar 9 milhões de toneladas de detritos de matérias tóxicos, à destruição da fauna e flora do local, bem como à possível contaminação dos aquíferos, que também terão a sua recarga natural afetada caso aconteça um provável rebaixamento do lençol freático, que será muito provável tendo em conta o consumo de água estimado para a extração. A poluição ambiental terá também um impacto significativo na saúde das pessoas e animais. •Terá um impacto social que não pode ser comportado, pois não existem acessos, serviços ou habitação para acomodar mais 300 famílias, tendo em conta que neste momento a taxa de desemprego é baixíssima, os trabalhadores terão nitidamente de ser deslocados de outros pontos geográficos para vir trabalhar na mina. •A pouca, ou mesmo residual, compensação económica, tendo em conta que o país irá apenas receber 3-5% do valor do minério à boca da mina, sendo que desse apenas 0,5% ficará para o Município de Grândola. Num concelho que depende da agricultura, pecuária, extração de cortiça e turismo, o impacto de uma exploração deste género, não será só desastroso a curto prazo, mas também a longo prazo, destruindo, a paisagem, o ambiente, a saúde, a cultura, as tradições e a economia deste povo, que vive de uma ligação constante à terra e que não tem, e não quer ter, nenhum tipo de ligação à exploração mineira.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84686 Maria em 2025-04-30

Comentário:

A localização não me parece correcta, tão perto do Sado….

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84685 Ricardo Vilhena em 2025-04-30

Comentário:

A mina da Lagoa Salgada representa uma oportunidade significativa para o desenvolvimento económico e social da região, contribuindo para a criação de emprego, a valorização dos recursos naturais e o fortalecimento do setor mineiro nacional. O projeto demonstra um compromisso com práticas sustentáveis e responsáveis, priorizando a minimização dos impactos ambientais e a promoção de iniciativas que beneficiem as comunidades locais.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84684 Isabel Maria Neves Faria de Almeida De Haan em 2025-04-30

Comentário:

Inaceitável pelos impactos ambientais, a opacidade dos estudos e compensações.Mais transparência, mais respeito pelos ecossistemas da zona, mais respeito pelas populações.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84683 Nuno Menezes em 2025-04-30

Comentário:

Discordo em absoluto com a instalação de uma Mina na Lagoa Salgada ! E um crime ambiental que interfere directamente na qualidade de vida das populações e do ambiente puro e natural que se vive aos dias de hoje ! É inaceitável um projecto desta natureza num local que deveria ser preservado !!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84682 Ana Raquel Ferreira Lima em 2025-04-30

Comentário:

Projeto muito interessante do ponto de vista económico e social comprovando que Portugal é um país com recursos válidos para serem explorados valorizando o território e as pessoas. Tive oportunidade de ver o projeto com pormenor e saliento a preocupação ambiental que o promotor teve. Este tipo de projetos são importantes para a soberania nacional e europeia.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84681 Francisco Rodrigues em 2025-04-30

Comentário:

Boa tarde,Este projecto irá prejudicar vários concelhos e apenas se foca no interesse económico e financeiro.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84680 Noémia Maria Duarte do Carmo em 2025-04-30

Comentário:

Entendo que o Estudo de impacte ambiental, sobre o projeto da Mina, ele próprio refere existirem riscos que se prendem com a forte possibilidade de os lençóis freáticos virem a ser contaminados e a qualidade do ar vir a ser afetada e esses são riscos efetivos.A acontecer a contaminação da água, como agua é vida, a vida fica seriamente comprometida, uma vez que existem maioritariamente população rural e dedicada a agricultura que o fazem há anos, ficando o solo comprometido, tudo o resto que daí se retira fica igualmente inerte, o rendimento das famílias que dependem deste meio de subsistência falece e arrasta consigo famílias inteiras.Quanto à utilização de explosivos para abrir as galerias, entendo que os rebentamentos prejudicarão em termos sonoros a população, bem como afetarão a estrutura das habitações existentes na zona.Quanto ao facto de ficarem depositados os detritos acima do solo, além de esteticamente ferir a paisagem, existirá o perigo de contaminação do solo. Quanto à utilização da estrada municipal como meio para a circulação dos camiões carregados de minério, não se compatibiliza com o trafego normal, nem na hipótese de ser melhorada. Como se processaria o trânsito durante as obras de melhoria? Como se realizaria a passagem pela Aldeia da Justa?Quanto ao abate de arvores e posterior plantio só na Herdade da Nogueirinha, a ser executado o projeto, deveriam ser plantadas as árvores nas herdades de onde fossem abatidas.Em síntese, não se deve destruir o mais para se obter o menos. O progresso não se deve atingir a todo o custo nem em detrimento da sustentabilidade existente no meio. Colocar em crise a Agricultura e Floresta que sustenta o existente para explorar minério que apenas sustentará os vindouros que não se sabe onde possam ficar. O projeto a ser executa trará mais malefícios que benefícios.Não deverá ser aprovado com parecer favorável o estudo em questão.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84679 Luís em 2025-04-30

Comentário:

.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84678 Veigas e Mota, Agropecuária, Lda em 2025-04-30

Comentário:

Como empresa a operar na região, consideramos um atentado a toda a população envolvente e a todas as actividades agroflorestais ali desenvolvidas.Uma contaminação desnecessária que terá um peso a pagar pelas gerações futuras.A nossa tristeza e desilusão por todo este processo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84677 Inês Duarte em 2025-04-30

Comentário:

Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua

destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84676 Pedro Tiago Miranda em 2025-04-30

Comentário:

Nasci em Grândola mas não consegui fazer a minha vida na terra dos meus avós porque não havia um emprego de acordo com a minha formação. O facto de se implementar um projeto com 300 postos de trabalho diretos é excelente para o concelho. Podemos criar muitos outros postos com mais famílias na vila e mesmo nas aldeias do concelho. Acredito que será excelente para os mais jovens e para poder apoiar os mais idosos, que deixam de ter quem cá queira estar. As questões ambientais são, como é óbvio, importantes, mas, do que li e ouvi, penso que todo este processo será seguro para as pessoas e a natureza, e termos o benefício do nosso bem-estar.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84675 Amoreira do Barranco, AgroPecuária, Lda em 2025-04-30

Comentário:

Como empresa do sector agropecuário, consideramos um atentado a toda a população envolvente e a todas as actividades agroflorestais ali desenvolvidas.Uma contaminação desnecessária que terá um peso a pagar pelas gerações futuras.A nossa tristeza e desilusão por todo este processo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84674 Eduardo Soares em 2025-04-30

Comentário:

Os recursos minerais são vitais para suportar o crescimento económico, melhorar ou manter a qualidade de vida e o funcionamento da sociedade moderna. O crescimento demográfico e desenvolvimento da sociedade exercem uma crescente pressão sobre a disponibilidade destes recursos. Deste modo, a segurança do abastecimento das diferentes commodities necessárias para satisfazer as necessidades do mercado, tornou-se um factor crucial para qualquer país, não obstante a reciclagem desempenhar um papel importante na gestão sustentável destes recursos. Os metais são, na sua totalidade, essenciais para a economia, bem como o são para produtos e tecnologias que permitem a transição para uma sociedade capaz de abraçar esses desafios. A gestão dos recursos naturais cada vez mais está na ordem do dia sendo um aspecto crítico para qualquer análise de política púbica que concorra para o desenvolvimento sustentável. As matérias-primas, mesmo as

que não estão classificadas como essenciais, são importantes para a economia europeia, dado que se encontram no início das cadeias de valor da indústria transformadora. Os esforços tecnológicos aplicados nas actividades de exploração mineira só podem ser aplicados nos lugares onde os recursos se encontram, isto é, a Natureza, e não a sociedade, determina o lugar onde foi propícia a acumulação dos recursos. Todavia, a sociedade determina onde pode ocorrer a prática mineira, dificultando o acesso aos recursos por expansão da população e zonas urbanizadas, não existindo, por vezes, uma salvaguarda de acesso aos recursos minerais de importância pública ou apenas por razões mal fundamentadas NIMBY (do inglês Not In My BackYard).

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84673 Vera Mateus em 2025-04-30

Comentário:

O projecto apresenta várias intervenções que colocam em causa a biodiversidade, as culturas e habitats de espécies autocnes, além do impacto no domínio hídrico,afectando a região hidrográfica tejo- sado e a incidência negativa da instalação de uma mina com movimentação de maquinaria pesada, com emissões constantes de gases para a atmosfera. Questiono qual o tempo de vida útil de uma mina com estas características, o impacto na vida das povoações mais próximas, sujeitas a movimentação de solos, as emissões de gases, a drenagem de águas residuais e o impacto nos aquíferos que servem as mesmas. Pelos exemplos que temos no país quando falam em recuperação paisagística questiono- me qual a perspectiva que têm e quanto tempo levaria á recuperação total dos solos e habitats?!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84672 Raquel afonso santos em 2025-04-30

Comentário:

O impacto avassalador sobre a mata de sobreiros e pinheiros, fonte de riqueza da cortiça e produtos do pinhal e de que pouco sobra como mata nacional. Discordo em absoluto com tal exploração

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84671 Vítor Manuel Sobral em 2025-04-30

Comentário:

Notas prévias1.Enquanto leigo na área da mineração, corro o risco de, involuntariamente, interpretar erradamente alguns dados e elementos do EIA e assim fazer uma análise/interpretação menos correcta de alguns aspectos.2.Dado o pouco tempo disponível não consegui aprofundar a leitura integral de todos os documentos apresentados. Constato, porém, que em contexto de consulta pública, muitos são irrelevantes e visam apenas desmotivar a leitura, outros apenas abrem com sw específico. Verifica-se muita redundância entre todos o que indica a falta de uma revisão adequada ao todo para a apresentação como um documento único.3.Não sou proprietário de qualquer

terreno ou propriedade na área de implantação da mina ou da concessão o que não significa que não sofra, como todos os Grandolenses, de formas mais ou menos evidentes e directas, o impacto resultante da eventual autorização para a exploração mineira, ao nível da poluição atmosférica; dos recursos hídricos (sua diminuição, qualidade/contaminação e extinção - com abrangência desconhecida); do ruído genérico da actividade; do ruído e vibrações das explosões, com impacto nas habitações e outras construções; do incremento do tráfego de pesados e consequente degradação da rede viária e outros factores que progressivamente se irão revelando como degradação e a saúde das pessoas, factor que é absolutamente marginalizado de forma evidente e calculista.IntroduçãoFarei uma abordagem mais genérica que me parece fundamental e seguidamente farei uma abordagem mais específica a aspectos da EIA que mais me chamaram a atenção, transcrevendo o texto e comentando aspectos do mesmo.Considerações:1.A primeira grande falha é considerar o momento actual, prévio à construção de infraestruturas e ao início da prospecção, como sendo o Momento ZERO no que se refere à obtenção de indicadores. Esse momento ocorreu em 1992! Com base neste raciocínio, lógico, todos os dados apresentados estão inquinados porque não reflectem a realidade anterior quando não tinha ocorrido qualquer impacto2.Ao longo de 33 anosa.Não ocorreu qualquer consulta aos proprietários que assistiram, impotentes, á invasão das suas terras e ao esventrar das mesmas, ao pisar das sementeiras já efectuadas, ao arranque das vedações dos parques de gado e ao abate de espécies vegetais e florestais com duvidoso interesse para os trabalhos.b.Não ocorreu, que se saiba, qualquer estudo de impacte ambiental prévio e relacionado com a prospecção. Mas, é graças a esta actividade que existem e são bem evidentes. diversos impactos, que são totalmente desconsiderados.i.Ao nível dos recursos hídricos1.A prospecção, efectuada em locais diversos, em quadriculas de 50x50m, através de dezenas (senão centenas) de furos com profundidades de largas centenas de metros, muito além dos 500m referidos como profundidade máxima de escavação, comprometeu de forma irreversível os recursos hídricos conforme se evidencia pela progressiva e sistemática diminuição do nível de poços e dos caudais dos furos artesianos existentes na área e em toda a zona envolvente.2.A própria Lagoa Salgada, que dá o nome mina, desapareceu.ii.Ao nível de espécies vegetais1.Têm secado de forma progressiva com o secar dos lençóis freáticos mais superficiaisiii.Ao nível da avifauna1.A generalidade das aves que faziam da lagoa o seu habitat permanente ou as que faziam da lagoa o seu local de descanso e/ou de nidificação, no âmbito de fenómenos migratórios, desapareceu2.Da área da lagoa desapareceram anfíbios, répteis e pequenos mamíferos que dependiam daquele ecossistema.3.Por arrasto, na cadeia alimentar, desapareceram predadores terrestres e aéreos.c.Não ocorreram, que se saiba, por parte das entidades responsáveis pelo licenciamento, quaisquer actividades de fiscalização ou auditoria às acções de prospecção e às (ausência de) boas práticas utilizadas.3.Diversas empresas estiveram envolvidas na prospecção. De todas a que mais se evidenciou negativamente, pelo desrespeito total para com os proprietários foi a RECORP. Por isso, muito do que agora é referido no EIA só gera desconfiança. A Redcorp, não é confiável!a.Tiveram critérios, diferentes na abordagem aos proprietáriosi.“Compram” alguns com benesses e promessas, duvidosas, com objectivo de minimiar eventuais entraves1.Charcas2.Vedações3.Poços4.Viagens5.Promessas de empregabilidadeii.Ostracizaram a generalidade dos restantes a quem, numa fase posterior do processo, e mediante a necessidade de uma abordagem mais esclarecedora foi dito que não tinham nada a dizer e que quem contactaria os proprietários faria seria uma consultora.b.Quando se refere que o projecto licenciado ao abrigo do SIR, isso não serve apenas para publicitar no mídia, é um compromisso que impacta totalmente a entidade desde administração até ao mais humilde colaborador. Não se enquadra, pois, neste âmbito a ausência de urbanidade e civismo, designadamente:i.As velocidades de circulação das carrinha

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84670 Litoflora, Gestão Agro-Florestal, Lda - Gestiflora em 2025-04-30

Comentário:

Como empresa na área da Gestão agroflorestal, consideramos um atentado a toda a população envolvente e a todas as actividades agroflorestais ali desenvolvidas.Uma contaminação desnecessária que terá um peso a pagar pelas gerações futuras.A nossa tristeza e desilusão por todo este processo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84669 Junta de Freguesia de Melides em 2025-04-30

Comentário:

Parecer da Junta de Freguesia de Melides sobre o Projeto "Mina da Lagoa Salgada"

Anexos: 84669_Parecer Mina da Lagoa Salgada 2025.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84668 Monte Novo Daroeira e Fonte Lobo, Unipessoal, Lda em 2025-04-30

Comentário:

Como empresa agro florestal a desenvolver a actividade familiar neste local, consideramos um atentado a toda a população envolvente e a todas as actividades agroflorestais ali desenvolvidas.Uma contaminação desnecessária que terá um peso a pagar pelas gerações futuras.A nossa tristeza e desilusão por todo este processo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84667 Mafalda Luzia em 2025-04-30

Comentário:

Discordo com este projeto por diversas razões, mas nomearei, pelo menos, duas. O património natural e paisagístico da Serra de Grândola ficará grave e irremediavelmente comprometido se esta exploração for posta em prática. Os lucros, com a concretização deste projeto, beneficiariam apenas os interesses dos grandes grupos económicos, enquanto os impactos ambientais seriam imputados à nossa comunidade. De forma resumida: em nada este investimento de elevadíssimo e negativo impacto se justifica, se quisermos preservar o nosso concelho e a nossa Serra e a nós próprios, que cá vivemos.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84666 Ricardo Ribeiro em 2025-04-30

Comentário:

O projeto da mina da lagoa salgada, é devastador para o interior do Concelho de Grândola, é um autêntico atentado ecológico que irá destruír um Concelho que é estratégico pela sua localização geográfica e pelos seus 45 km de frente atlântica, sempre em praias ambientalmente preservadas e que terá que combater as assimetrias e valorizar o interior do Concelho, não destruí-lo. Portugal tem uma dívida para com Grândola e devia assumir o compromisso de não agredir um Concelho que tanto já fez pela democracia, mas também pela economia nacional, com os investimentos existentes no ramo do turismo que foram uma das molas impulsionadoras da economia nacional e ajudaram Portugal a sair da crise pós troika.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84665 Alfredo Manuel Aguilar Fontes em 2025-04-30

Comentário:

A Mina da Lagoa Salgada é um projeto que vejo com bons olhos pois irá capitalizar para o meu concelho investimentos importantes, que tanto necessitamos. Estamos longe de tudo e todos, estando esquecidos, tal como a maioria do Alentejo. Só servimos para o turismo. Até o nosso montado está decrépito e ainda ninguém nos ajudou a deitar a mão. Esta será uma excelente oportunidade de termos algo que motive a população a ficar e a trazer de volta quem foi por falta de oportunidades.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84664 Rute Moura em 2025-04-30

Comentário:

Boa tarde.Sou natural do Concelho de Grândola, local onde resido e trabalho.Relativamente ao Projeto da Lagoa Salgada, surgem me várias questões que não vi respondidas e que me deixam numa posição de desacordo a este projeto, nomeadamente:- sendo que alguns profissionais serão residentes no município, estes serão poucos, então de onde virá a grande massa de profissionais que serão necessários para edificar moradias e trabalhar na mina? Sabe-se que em Grândola não há habitação disponível devido à massificação turística levou os preços a dispararem e não só,- quais as condições de saúde destes profissionais que veem de fora de Portugal e qual o impacto para a saúde pública?- o abate de árvores será dramática e não se falou no abate necessário para requalificar estradas para a passagem de camiões de minério,- falava se numa linha ferroviária para transportar a minério mas tal solução ficou no papel optando - se pela rede rodoviária a qual discordo prontamente, se por um lado o tráfego será imenso, dificultando a vida aos Grandolenses, por outro lado as estradas serão fortemente e frequentemente danificadas, sendo que a empresa não prevê a sua manutenção, mas deveria,- o principal lençol freático será afetado de uma forma intensa e permanece durante os anos de exploração e não se prevê os danos mas supõem-se, e que não serão poucos levando a maior escassez de água pois os recursos hídricos são limitados como sabemos,- existem materiais que em contacto com oxigénio se tornam nocivas para a saúde, como exemplo existe o canal caveira que teve mina e o seu impacto é real, não se pretenda mais do mesmo,- os habitats naturais? A fauna e a flora locais serão atingidos de uma forma dura e permanente,- a mina implantar-se-à numa zona de elevado valor ecológico pelo povoamento de sobreiros e pinheiros o que levará a necessidade de abate de árvores- a qualidade do ar mudará ficando a população residente exposta a potenciais poluentes podendo agravar o estado de saúde pública da população,- os trabalhadores trazem família? Não existem escolas suficientes, os cuidados de saúde são débeis, as infra-estruturas inexistentes,- em caso de situações de emergência? Ou uma catástrofe? Temos um corpo de bombeiros já mais reforçado mas que ainda assim é insuficiente para a resposta principalmente no verão, como pretendem ter uma resposta?- e após o encerramento da mina? Quem veio para trabalhar? Ficará desempregado? Quem foi afetado pela poluição? Terá direito a tratamento em conformidade? Os solos serão reflorestados? Com o que? Os sobreiros não se desenvolverão rapidamente!!! As estradas danificadas? Quem as irá mantendo ao longo de todos estes anos?Mais perguntas tinha a fazer.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84663 Teresa pereira em 2025-04-30

Comentário:

Chamo-me Teresa Isabel Pereira, sou grandolense, aqui trabalho e resido.Serve o presente para mostrar a minha discordância, quanto ao Projeto da Mina da Lagoa Salgada, algo que considero nocivo para o meio ambiente e, por conseguinte, para a saúde de todos quanto aqui vivem. Este projeto terá enormes impactos ambientais, sociais e económicos em todo o concelho, pois pressupõe a devastação de uma enorme área de sobreiros, que neste concelho são uma base do panorama socioeconómico. Também os solos e os recursos hídricos sofrerão enormes impactos, limitando o desenvolvimento da vida animal e vegetal.Discordo! por estes e muitos outros motivos.Teresa Pereira

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84662 Armando José de Sousa Ribeiro em 2025-04-30

Comentário:

Só posso estar de acordo com um projeto que vai desenvolver a minha terra. Tudo o que for trazer desenvolvimento tem de ser apoiado. Estamos abandonados e a perder gente. Havendo uma indústria empregadora há mais dinheiro a circular e oportunidades de negócio para os jovens da terra que queiram aqui ficar. Espero mesmo que este seja um projeto para andar pois já estamos fartos de ficar para trás em tudo.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84661 Rosa Maria Albino Rodrigues Banha em 2025-04-30

Comentário:

Chamo-me Rosa Maria Albino Rodrigues Banha e sou Grandolense.Venho, deste modo, mostrar a minha discordância para com o projeto de uma mina, que pretendem realizar a poucos quilómetros de Grândola, e mais perto ainda de povoações como Água Derramada.Grândola não precisa de mais projetos que suguem o seu Meio Ambiente, para isso já bastam os campos de golf, e o turismo desenfreado junto á costa.Precisamos de empregos para os nossos jovens, mas empregos "saudáveis". Precisamos de boas escolas e de um centro de saúde com médicos! Não de uma mina que irá poluir o ambiente e estragar, ainda mais, a saúde dos que aqui vivem.Discordo!Rosa Maria Albino Rodrigues Banha Sobral

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84660 Aida de Jesus Carvalho Matos em 2025-04-30

Comentário:

Penso que este projeto e proposta de investimento no meu concelho é positivo quer em termos económicos quer em termos sociais. Mesmo ambientalmente, fator de preocupação de algumas pessoas, não vejo grandes problemas dado que legalmente estas indústrias são obrigadas a cumprir as normas, que são muito restritivas.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84659 Bruno Mendes em 2025-04-30

Comentário:

As minas são indispensáveis na nossa vida e acho que esta é importante para o desenvolvimento do concelho, principalmente as aldeias próximas

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84658 Maria Carolina Martins Araújo em 2025-04-30

Comentário:

O projeto da Lagoa Salgada é algo muito positivo para Alcácer. Nesta região os investimentos são fracos e pequenos. Será certamente uma oportunidade para crescermos pois onde há um pólo de desenvolvimento outras infraestruturas se seguem e formas de investimento. a mineração está a ser promovida pela Europa para conseguirmos ser autónomos, daí que este seja de facto um projeto prioritário para Portugal e para os europeus. Estes são os fundamentos da minha concordância. Acredito que as questões ambientais serão acauteladas pelo promotor pois há muita vigilância neste setor e, tendo a população contente, maior será o sucesso do projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84657 Manuel José Vigario Oliveira em 2025-04-30

Comentário:

Estou a favor da aprovação deste projeto pois irá ser benéfico para o meu concelho, onde quase não há trabalho e investimentos que possam ser de desenvolvimento. Não acredito no que andam a dizer sobre os impactos, até porque a mina é subterrânea. Os minérios que vamos ter aqui vão ser muito importantes para o crescimento de Portugal inteiro, e isso é que nos deve importar.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84656 Joana Sá Couto em 2025-04-30

Comentário:

Remeto para o documento em anexo

Anexos: 84656_Mina Lagoa Salgada.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84655 Eduardo Miguens em 2025-04-30

Comentário:

Muito sucesso para a região.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84654 Hugo Candeias em 2025-04-30

Comentário:

Apolio

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84653 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2025-04-30

Comentário:

Exmos/as. senhores/as,Junto se anexa parecer da ZERO relativo a este projeto.Cumprimentos,A direção da ZERO

Anexos: 84653_Parecer ZERO - Mina Lagoa Salgada.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84652 Paulo André correia da Silva em 2025-04-30

Comentário:

O projeto parece muito bem desenvolvido e uma mais valia para o país.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84651 Juntos Pelo Cercal em 2025-04-30

Comentário:

O JPC vem por este meio declarar a sua profunda discordância com o projeto mina Lagoa Salgada e o desenvolvimento traçado para esta região.Os detalhes desta contestação seguem em anexo.Agradeço desde já, Movimento Juntos Pelo Cercal

Anexos: 84651_Contestação JPC lagoasalgadamina.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84650 Cristina Amado em 2025-04-30

Comentário:

Esta mina terá um impacto negativo gigantesco para todo o ecossistema e população.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84649 Alberto dos Santos Caiado em 2025-04-30

Comentário:

Concordo com o Projeto que está a ser desenvolvido maioritariamente no concelho vizinho de Grândola porque vai trazer desenvolvimento qualificado e bem remunerado a muitos que hoje estão a trabalhar em condições de exploração da mi´séria humana e ainda porque vai fazer crescer esta região que está tão carenciada de projetos e investimentos sem ser no turismo de verão.O que aconteceu a Portugal com o apagão deveria fazer pensar em como poderão ser importantes para a nossa autonomia este tipo de projetos desde que sejam muito bem acompanhados pelo goivernos e autarquias para que a empresa cumpra com todos os seus deveres sociais económicos e ambientais. Se assim acontecer nada tenho a opor e concordo com este e outros projetos como este para a nossa região.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84648 José de Bruijn em 2025-04-30

Comentário:

Não concordo. O concelho escolheu o turismo e não a exploração mineira. Vamos prejudicar a saúde publica, a qualidade da água e a produção agrícola sem haverem motivos nem condições para isso. Não existem medidas que possam reverter os danos, digam aquilo que quiserem vamos todos pagar no futuro, caso este projeto siga em frente.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84647 Jorge Alberto Caeiro >Maia em 2025-04-30

Comentário:

TIVE CONHECIMENTO NA PRESENTE DATA DE QUE EXISTIA NAS REDES SOCIAIS UMA CONTESTAÇÃO A ESTE IMPORTANTE INVESTIMENTO QUE SE DENOMINA MINA DA LAGOA SALGADA.QUERO MANIFESTAR E DENUNCIAR O SEGUINTE POIS A MINHA VERTICALIDADE E A MINHA REVOLTA NÃO ME PERMITE FICAR EM SILÊNCIO:1- AS ASSOCIAÇÕES DUNAS LIVRES E PROTEGER GRÂNDOLA SÃO ASSOCIAÇÕES DE LISBOA QUE QUEREM IMPOR AOS GRANDOLENSES AS SUAS IDEIAS SEM CONSULTAR NADA NEM NINGUÉM. NÃO É VERDADE QUE A EMPRESA QUE VAI FAZER O PROJETO NÃO TENHA REALIZADO SESSÕES PÚBLICAS PARA QUEM QUISESSE LÁ IR E FORAM MUITOS E EU TAMBÉM´ LÁ ESTIVE. O PROJETO FOI BEM EXPLICADO E TODAS AS PERGUNTAS FORAM RESPONDIDAS E FALOU-SE ABERTAMENTE DE TODOS OS PROBLEMAS E COMO SERIAM RESOLVIDOS.SOBRE A ÁGUA FOI-NOS DITO QUE SERIA UTILIZADA PARTE DO FUNDO DA MINA E A OUTRA QUE VIRIA DO ALQUEVA PELA ALBUFEIRA DE VALE DO GAIO. SÃO APENAS QUARENTA E TAL MIL METROS CÚBICOS POR ANO, QUANDO TODOS SABEMOS QUE SÓ UM HECTARE DE ARROZ CONSOME DEZ MIL METROS CÚBICOS POR HECTARE. ESTES SENHORES DESTAS ASSOCIAÇÕES QUE SÓ REPRESENTAM MEIA DÚZIA DE TURISTAS DE FIM DE SEMANA ESTÃO A QUERER ENGANAR QUEM? AINDA NÃO VI NINGUÉM DE GRÂNDOLA OU ALGUMAS ENTIDADE OU ASSOCIAÇÃO MESMO DOS NOSSOS CONTERRÂNEOS MANIFESTAR-SE CONTRA ESTE PROJETO. APENAS VI HOJE O SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO CONCELHO DE GRÂNDOLA VIR PUBLICAR A SUA PARTICIPAÇÃO CONTRA O PROJETO, QUE APENAS O VINCULA A ELE PRÓPRIO POIS NÃO FOI REALIZADA NENHUMA ASSEMBLEIA GERAL DESTA ASSOCIAÇÃO PARA PODER DISCUTIR O ASSUNTO E DECIDIR SE A ASSOCIAÇÃO DEVERIA PARTICIPAR NA CONSULTA PÚBLICA CONTRA OU A FAVOR. A EMPRESA E SEI DO QUE FALO POIS ESTIVE LÁ PARA OUVIR, SEMPRE DISSE QUE ESTARIA DISPONÍVEL PARA FAZER AS SESSÕES PÚBLICAS QUE FOSSEM NECESSÁRIAS DESDE QUE ALGUÉM A PEDISSE. QUE EU SAIBA ESTAS ASSOCIAÇÕES DE REDES SOCIAIS NUNCA PEDIRAM À EMPRESA PARA DEBATER O PROJETO E NEM SEQUER ESTIVERAM PRESENTES NAS SESSÕES. O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÂNDOLA ESTEVE NAS SESSÕES QUE FORAM FEITAS E ATÉ FEZ BASTANTES PERGUNTAS QUE FORAM TODAS RESPONDIDAS. E SOBRE OS TERRENOS A SEREM OCUPADOS PELO PROJETO, ALGUNS DELES JÁ ESTÃO NEGOCIADOS COM A EMPRESA E UM DOS MAIORES PROPRIETÁRIOS DESSA ZONA ATÉ É UM FUNCIONÁRIO DA PRÓPRIA EMPRESA.SOU A FAVOR DO PROJETO PORQUE ENTENDO QUE TRARÁ BENEFÍCIOS PARA TODOS E OS PROBLEMAS AMBIENTAIS SERÃO TRATADOS COMO OS TÉCNICOS LÁ REFERIRAM NAS SESSÕES. QUANDO VEJO UNIVERSIDADES E OUTRAS EMPRESAS SÉRIAS A DAR A CARA NESTES PROJETOS AS COISAS NÃO SÃO A BRINCAR NEM ESTÃO PARA PREJUDICAR AS POPULAÇÕES E O CONCELHO. JÁ BASTA DE VERMOS AS MINORIAS DE QUEM PENSA QUE É DONO DE GRÂNDOLA OU DA NATUREZA E DO AMBIENTE A ESTAR SEMPRE CONTRA TUDO E CONTRA TODOS OS PROJETOS PARA IMPOREM AS SUAS IDEIAS DE NÃO DEIXAREM PORTUGAL AVANÇAR.APOIO ESTE PROJETO E ACREDITO QUE TODAS AS ENTIDADES DE GRÂNDOLA QUE NÃO SE MANIFESTARAM É PORQUE TAMBÉM O APOIAM MAS NÃO O FAZEM PUBLICAMENTE POR QUESTÕES SOCIAIS E POLÍTICAS. EU NÃO SOU DESSES POIS AQUI ESTOU A DAR O MEU ACORDO. GRÂNDOLA 30 DE ABRIL DE 2025JORGE CAEIRO MAIA

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84646 Cristina Sobral em 2025-04-30

Comentário:

A mina ora em causa enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.Acresce o facto de a população das áreas a abranger ser uma população envelhecida, que face à sua idade e desconhecimento do projeto e das suas implicações, está completamente alheia às consequências da entrada em funcionamento de um projeto desta dimensão e dos impactos nefastos que tal irá ter na vida tal como a conhecem.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84645 Jose Andre Rodrigues em 2025-04-30

Comentário:

Discordo pois o concelho já está devastado e degradado sendo a mina mais um foco de poluição.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84644 maria correia em 2025-04-30

Comentário:

Não sou a favor da mina!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84642 Maria Leonor Campaniço em 2025-04-30

Comentário:

concordo com o projeto da mina lagoa salgada pois não influencia o ambiente.no futuro o projeto não irá prejudicar a população e os adolescentes.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84641 Luis Fraga em 2025-04-30

Comentário:

A minha discordância prende-se com as consequências nefastas que a extração de minérios com elevado grau de perigosidade na Mina da Lagoa Salgada irão provocar no ecossistema e na população em geral.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84640 Município de Grândola em 2025-04-30

Comentário:

Ex.mos(as) Senhores(as),Boa tardeNo âmbito da consulta pública promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente sobre o Estudo de Impacte Ambiental do Projeto da Mina da Lagoa Salgada, a Câmara Municipal de Grândola vem deste modo submeter a sua participação, em anexo (Mina Lagoa Salgada - EIA - FINAL_submetidoV2-2_signed.pdf).Com os melhores cumprimentos.CM Grândola

Anexos: 84640_Mina Lagoa Salgada - EIA - FINAL_submetidoV2-2_signed.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84639 Sónia Cristina Pereira em 2025-04-30

Comentário:

Não concordo com a exploração da mina da Lagoa Salgada em Grândola porque:- Os recursos hídricos na região são escassos e a referida mina irá consumir muita água e deixar os lençóis freáticos contaminados com os minérios que irão ser explorados. Irá verificar-se uma degradação das massas de água, quer em volume quer em qualidade.- No que diz respeito à agricultura e florestas o número de arvores protegidas a abater é muito elevada, o que irá empobrecer os ecossistemas da região e economia agrícola.- Argumentos socioeconómicos. A exploração da mina não trará um aumento da taxa de empregabilidade, uma vez que já há escassez de mão-de-obra na região, principalmente de mão-de-obra qualificada.- Patricmonio culturar e humano. O projeto trará um número de perdas imensuráveis de proprietários, agricultores e produtores florestais para a região.- Outros impactos negativos. O referido projeto não é equilibrado, compensatório para a população, aumentará o numero de veículos a circular nas vias do concelho com minérios perigosos.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84638 Alberto Gonçalves em 2025-04-30

Comentário:

Começo desde já por dizer que estes projetos são muito importantes porque cada vez mais dependemos tanto de materiais como de energia de outros países porque não os produzimos cá. Com isto resulta os preços elevados e a dificuldade de acesso. A zona onde vai ser feita a mina é bastante boa para o projeto que é, juntando então o facto de ser uma mina de rampa que permite minimizar bastante o impacte. No ponto de vista econômico acredito que vá gerar muito posto de trabalho o que influencia também socialmente de uma maneira positiva. Gostei de ver este projeto que realmente mexe com a economia local ao contrario dos grandes empreendimentos turísticos.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84637 ADT-Associação para o Desenvolvimento do Torrão em 2025-04-30

Comentário:

A ADT- Associação para o Desenvolvimento do Torrão, depois de analisar os documentos vem por este meio manifestar a sua concordância com o projeto de exploração mineira na Lagoa Salgada.Trata-se de um projeto que irá trazer benefícios socio económicos para as populações locais em primeiro lugar e em segundo lugar contribuir para o desenvolvimento económico do nosso país com o aproveitamento dos recursos minerais que possui.A questão ambiental será tratada e devidamente monitorizada pela APA e pela DGEG, à semelhança do que acontece nas minas vizinhas de Aljustrel e Neves Corvo.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84636 André Guimarães em 2025-04-30

Comentário:

Vejo com bons olhos o desenvolvimento da mina da Lagoa Salgada.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84635 Cláudia Duque em 2025-04-30

Comentário:

a) No resumo não técnico do EIA vol. I, pág 9, é indicado que “não há sobreposição do projecto com a RN2000", no entanto, no vol. II, página 665 é indicado que a área de exploração mineira é ocupada por áreas de pinhal e montado e que “a estas unidades de vegetação estão associadas três habitats de interesse comunitário.”, e que a “afetação irá gerar um impacte negativo, direto, local, certo, permanente, reversível, imediato, de magnitude moderada e muito significativo.”b) É incogruente e trapaceiro, classificar àreas como de interesse comunitário, com o aval técnico e especializado a nível nacional e europeu, ao mesmo tempo que se promove e se apoia a destruição direta e/ou indirecta da fauna, flora e habitat classificados.c) Importa defender o nosso património natural nacional, principalmente numa zona classificada como ZPE, ZEC, com zonas húmidas e linhas de água.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84634 Daniel Rito em 2025-04-30

Comentário:

Cada um tem a sua ideia a favor ou contra a mina ,mas acho que na nossa zona esta mina não é benéfica para a população muito pelo contrário, somos uma zona onde população está um pouco envelhecida e não é a mina que vai chamar população nova muito pelo contrário! Quem vêm para cá procura a calma e um ambiente saudável que ainda ah sem a mina!!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84633 Ana Lúcia Vale em 2025-04-30

Comentário:

Não concordo com a Mina da Lagoa Salgada por motivos de impacto ambiental.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84632 Magna Farinho em 2025-04-30

Comentário:

Defesa dos animais na região e da biodiversidade que ali existe!Mau em todos os sentidos, quer a nivel de saude, economica como ambiental!Gasto de agua enormissimo!Alteracoes climaticas, seca..Contaminacao de solo e do ar!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84631 beatriz caiado em 2025-04-30

Comentário:

Concordo com a abertura e o projeto da mina da lagoa salgada.Por o que li não vi nenhum epacte em nível ambiental que seja negativo.Em nível económico e social vai ser vantajoso para a população principalmente para os jovens.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84630 VILLAS BOAS SACADURA BOTTE, LDA em 2025-04-30

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84629 Purificação Maria Pinela Pereira em 2025-04-30

Comentário:

"Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais.Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos.O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida.Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos.11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido.Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa.Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis.Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele.Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação.Este projeto tem de ser travado."

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84628 Manuel Francisco Banha Sobral em 2025-04-30

Comentário:

Discordo com a Mina da Lagoa Salgada!Tenho 18 anos e represento uma geração de grandolenses que, no seu futuro, poderá encontrar uma mina no seu concelho de residência. Chamo-me Manuel Sobral, e sempre gostei muito do campo. Sou estudante de Engenharia Agronómica e tenciono voltar para o concelho de Grândola, para aí exercer a minha profissão, num pleno respeito com o Meio Ambiente.Quando penso neste projeto, não entendo a mais valia do mesmo, pois o que traz de negativo ultrapassa, largamente, o positivo. Poluição, contaminação e desflorestação são apenas alguns pontos negativos. Tudo em prol de 3% á boca da mina? A destruição de montado de sobro abrangida pela proposta, para a instalação da Mina, é inacreditável, e afetará todo o ecossistema que é base, não só para a biodiversidade, mas também para a economia local, onde atividades económicas sustentáveis, como a agro-silvo-pastorícia, são o pilar de muitas famílias, comprometendo o desenvolvimento económico equilibrado e a qualidade de vida de muitos grandolenses. Sendo essa, uma Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos, a mineração pode ainda resultar na contaminação dos aquíferos, e ter danos numa larga escala, de tempo e espaço.Não concordo pois com este projeto.Manuel Francisco B. Sobral

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84627 Rui Filipe Martinho Teixeira em 2025-04-30

Comentário:

Tenho acompanhado este projeto desde que o começaram a apresentar e a falar nele e só posso estar totalmente de acordo. Vai trazer desenvolvimento para o nosso concelho, o que bem precisamos. A exploração de minério é algo muito importante para o país pois temos de ter alguma mais valia em relação ao resto do mundo; já não produzimos nada de jeito, a nossa cortiça tem tido muito prejuízo por causa das doenças, e esta é uma boa alternativa. Será de certeza uma boa aposta para Grândola, desde que sigam todas as normas que o Governo impõe sobre a água e o ambiente.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84626 Noémia Augusta Silva Marques em 2025-04-30

Comentário:

Embora more em Setúbal, a minha família é natural de Grândola e vamos lá muitas vezes. Tivemos que sair infelizmente, porque ali nada evoluía e não conseguíamos ter uma vida em condições. Este tipo de projeto serve para trazer gente, logo há benefícios económicos e equipamentos sociais. É disso que a minha terra precisa. Quem vem fazer ativismo climático não sabe o que é trabalhar para pôr pão na mesa. Temos de ter consciência que temos de fazer as coisas em segurança para as pessoas e a natureza, mas sem impedir o tão importante progresso, que teima em não chegar ao Alentejo. Só praia e turistas para resorts não é futuro. Basta ficarem fartos e aquilo fica às moscas. Precisamos de investimentos sólidos e que contribuam realmente para melhorar a vida das pessoas. Sem cuidarmos das pessoas não podemos cuidar do ambiente.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84625 Rita Cruz em 2025-04-30

Comentário:

Não prejudiquem mais esta zona que já está sobrecarregada com projetos de pouco interesse ambiental, tal como este. Sejam sérios na avaliação do impacto ambiental para a população, para os recursos hídricos, para a fauna e flora.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84624 Ermelinda dos Anjos Santana em 2025-04-30

Comentário:

Este é um projeto com o qual estou de acordo, pois mesmo com tudo o que têm dito sobre o ambiente e a água, eu vi o documento e estive numa apresentação do mesmo. O projeto parece-me bem pensado para mesmo depois de acabar a exploração da mina. Temos de pensar que a exploração vai trazer gente e investimento para um local que está literalmente abandonado. Quem vem a Grândola, sem ser para as praias?... ter gente a trabalhar com bom salário significa que também o gastam cá e isso é desenvolvimento para todos. Temos de pensar no ambiente, mas temos de pensar também, e acima de tudo, nas pessoas. Se não lhes dermos condições ninguém quer cá ficar.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84623 João Casanova em 2025-04-30

Comentário:

Estou contra a instalação de uma mina na lagoa salgada. Preservar o nosso meio ambiente é o primeiro passo para um planeta mais limpo e sustentável. Pelo fim do consumo desenfreado e por um desenvolvimento sustentável que sirva a toda a Humanidade.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84622 Francisco em 2025-04-30

Comentário:

Discordo, o saldo será negativo para a população residente do concelho.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84620 Antonio Eduardo Sobral dos Santos em 2025-04-30

Comentário:

Venho por este meio demonstrar a minha discordância com as minas da Lagoa Salgada. O nosso concelho promove tanto a costa, aprovando complexos turísticos de qualquer forma, privando os habitantes de terem acesso as praias e nada tem sido criado para melhorar a forma de vida dos residentes, tendo sim agravado em virtude dos preços terem subido e ajudar mais para o interior vai se aprovar umas minas com um enorme impacto ambiental em que natureza e os residentes das zonas insolventes irá sofrer. Jovens , nossos filhos, medicos e professores não tem condições de arrendar ou adquirir imóveis no centro de Grândola, zonas menos povoadas como é o caso de Silha do centeio, silha do Pascoal, Agua Derramada, etc necessitam de ser promovidas para Habitação e não como extracao de minerio e que está mais que provado que nao serve os interesses da população e nem da Natureza.Concluimos que com esta política, os Grandolenses perdem a sua qualidade de vida baseados em interesses económicos..É de lamentar a mudança que o nosso mundo está a sofrer...António Eduardo Santos

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84619 Regina Faia em 2025-04-30

Comentário:

Só vai prejudicar a população onde abrange a mina só vai dar cabo mais da estrada onde os camiões passam e essa mesma estrada passa dezenas de pessoas que precisam de se deslocar para o trabalho todos os dias. Não queremos a mina na nossa zona

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84618 Cristina Margarida Duarte em 2025-04-30

Comentário:

Deixo a minha total concordância a este projeto pois acredito que o meu concelho, e o Alentejo, precisam de crescer em outros domínios. Temos sido constantemente esquecidos e não há meio de termos outras alternativas para fixarmos pessoas nesta terra que cada vez tem menos gente e serviços. Um empreendimento destes traz necessariamente outros benefícios a toda a população.Sem radicalismos, e se virmos o projeto com olhos de ver, temos a noção que este será certamente um bom investimento para os grandolenses.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84617 Associação de Agricultores de Grândola em 2025-04-30

Comentário:

Junto se anexa o documento com a participação da Associação de Agricultores de Grândola na consulta pública do EIA da Mina da Lagoa Salgada.Trata-se de uma participação de discordância.

Anexos: 84617_AAG_Participacao_na_Consulta_Publica_LagoaSalgada_Final.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84616 Diamantino António dos Santos Páscoa em 2025-04-30

Comentário:

Penso que este projeto será muito valioso para a minha região pelo investimento que aqui será feito. Precisamos de mais postos de trabalho e de gerar riqueza. Do modo como as coisas são verificadas hoje em dia, e a importância que o nosso ambiente tem para todos, todos os impactos menos positivos podem ser mitigados. Assim as nossas instituições façam o seu trabalho. Uma mina traz riqueza ao país, que é o que precisamos pois estamos sempre dependentes da Europa. O que se tem passado na economia nestes últimos anos mostra que temos novamente de fazer de Portugal um país com uma voz ativa. A aprovação desta mina é um passo em frente para Portugal.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84615 José Batista em 2025-04-30

Comentário:

Muito bom

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84614 Cláudio Tomé em 2025-04-30

Comentário:

Declaração dos Bombeiros de Grândola – Manifestação contra a Mina da Lagoa SalgadaOs Bombeiros de Grândola não podem deixar de manifestar a sua preocupação face aos riscos associados ao projeto de exploração mineira na zona da Lagoa Salgada.Este tipo de atividade envolve perigos significativos para a segurança das populações e do ambiente: transporte e manuseamento de substâncias químicas, tóxicas e explosivas, risco de explosões, derrocadas subterrâneas, acumulação de gases, além do previsível aumento do número de acidentes de viação e acidentes de trabalho.O crescimento do tráfego pesado e da movimentação humana numa área sem infraestrutura adequada representa uma ameaça concreta, que poderá colocar em causa a capacidade de resposta dos serviços de emergência e proteção civil.Os Bombeiros de Grândola têm como missão proteger vidas humanas, bens e o meio ambiente. Por isso, consideramos que deve haver uma avaliação

séria e transparente dos impactos deste projeto, tendo como prioridade a segurança pública, a resiliência do território e a preservação dos recursos naturais da região.Defendemos um desenvolvimento que seja sustentável, planeado e compatível com a proteção da comunidade e do ecossistema da Lagoa Salgada.

Anexos: Não

Tipologia: Geral

ID 84613 Margarida Paulo Coelho em 2025-04-30

Comentário:

Olá ! É normal haver interesse em abrir uma mina nesta zona devido ao desenvolvimento económico e os ordenados altos que uma mina normalmente possuem e que nós aqui tanto precisamos, afinal os minérios mencionados são cada vez mais importantes para tudo, desde telemóveis até energias renováveis. Ao avançar claro que tem de ser com todas a regras e precauções necessárias para que as coisas aconteçam sem acidentes nem perturbar o ambiente , nem a população.Acho que é possível tirar o proveito dos recursos sem destruir o que temos de bom.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84612 Vânia Angélico em 2025-04-30

Comentário:

Concordo com a abertura da mina, pois será uma mais valia em termos de postos de trabalho..

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84611 Paula Ponce Lopes em 2025-04-30

Comentário:

Discordo completamente deste projeto

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84610 Hugo Soares em 2025-04-30

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada vá trazer benefícios.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84609 Alexandre Rufino em 2025-04-30

Comentário:

O grave problema deste tipo de extração, é o impacto que deixa de uma forma permanente nas zonas intervencionadas, desde a contaminação dos solos, contaminação da águas, a própria poluição dos ar, erosão do solo, perda de biodiversidade, libertação de gases, já para não falar no grande impacto que tem entre as comunidades.Não existe qualquer tipo de benefício para as comunidades, só mesmo para as empresas que realizam as explorações.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84608 André Felipe Faustino em 2025-04-30

Comentário:

É do conhecimento geral que a população portuguesa não é apologista de minas do seu território, mas as minas também têm um outro lado bastante positivo para a população e hoje em dia já existem muitas medidas de segurança que não existiam há várias décadas . Uma mina iria trazer emprego para os jovens, estabilidade financeira, etc. Até porque hoje em dia para termos carros elétricos, iPhones , e todas as comodidades , são necessárias minas para extrair os minérios, logo, porque não sermos nós ? E nós também sermos beneficiados com isso.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84607 Ivone Rosa Estrela em 2025-04-30

Comentário:

Discordo do projecto pelas consequências graves que irá causar à população próxima e ao ambiente.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84606 ANTÓNIO TEIXEIRA JOSÉ em 2025-04-30

Comentário:

Abrir uma mina aqui nesta zona penso que seria bastante bom para várias pessoas , incluindo os jovens que querem ter bons ordenados. Para não falar do desenvolvimento económico da nossa zona e do país . Que faz falta exportarmos para o desenvolvimento do pais e também tendo em conta a situação atual do mundo.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84603 José Domingos Costa em 2025-04-30

Comentário:

Um projeto que vai trazer valor para as populações e enriquecer o nosso país!!!Às questões ambientais são seguidas pela APA como é normal e acontece nas outras minas em operação no nosso país .

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84602 Bernardo Azevedo em 2025-04-30

Comentário:

Apoio este projeto pois acredito que terá um impacto muito positivo na região.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84601 Alexandre Matos em 2025-04-30

Comentário:

Penso que a exploração da mina da Lagoa Salgada é uma decisão acertada.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84600 Beatriz Nunes em 2025-04-30

Comentário:

Estou bastante de acordo com a ideia da mina da Lagoa Salgada.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84599 Bruno Lopes em 2025-04-30

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada é importante para o desenvolvimento regional.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84598 Nuno Monteiro em 2025-04-30

Comentário:

Concordo com a mina da Lagoa Salgada, considerando os potenciais benefícios económicos.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84597 Paula Mendes em 2025-04-30

Comentário:

Pelo que li e pela zona onde vai ser feita a mina não me parece que vá ter um impacto negativo na área. Em questões ambientais ou até mesmo na biodiversidade pouco ou nada deve afetar. Agora falando na economia e nos habitantes, vai ser bastante bom porque os salários normalmente são bons. Há sempre contratações de empresas exteriores o que ainda ajuda mais a localidade a crescer. Ou seja para mim o beneficio para a localidade é bem maior que o custo.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84596 Luís Mendes em 2025-04-30

Comentário:

Um projeto bom para os jovens, trás oportunidades de emprego para a população diretamente e indiretamente. Não me parece que vá ter grande impacte no ecossistema pois é uma zona que parece não ter muitos animais nem muitas plantas. É mais pasto que outra coisa. Olhando para as localidades onde existe minas a trabalhar, a população recebe bem e parece satisfeita portanto a minha opinião é concordante.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84595 ANA CRISTINA RICARDO BAÇÃO em 2025-04-30

Comentário:

Sou a favor da mina, trabalho e vivo perto de 2 minas e é uma mais valia para os concelhos e habitantes.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84594 Pedro Pratas e Sousa em 2025-04-30

Comentário:

A mina da lagoa salgada vai prejudicar gravemente os cidadãos de Grândola, um acordo totalmente desfavorável para quem lá vive e com os beneficiários a serem os exploradores, como sempre.Um autêntico desastre ambiental e económico

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84593 FATIMA CRISTINA FERNANDES DE OLIVEIRA MENDES em 2025-04-30

Comentário:

Manifesto profunda preocupação com a aprovação do projeto LAGOA SALGADA, que ameaça gravemente o ambiente e a sociedade local.Este projeto mineiro põe em risco o turismo, a agricultura e a qualidade de vida, especialmente os nossos aquíferos já sob escassez hídrica.A destruição da biodiversidade a poluição e a contaminação são consequências sérias que comprometem o futuro da região.Os riscos ambientais e sociais superam os potenciais benefícios económicos. Apelo às entidades competentes para que rejeitem este projeto, ouvindo a comunidade e considerando os argumentos apresentados.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84592 Marco Mestre em 2025-04-30

Comentário:

Drillcon na sondagem da mina

Anexos: Não

Tipologia: Geral

ID 84591 Assembleia Municipal de Grândola em 2025-04-30

Comentário:

Remete-se a posição da Assembleia Municipal de Grândola, sobre a Mina da Lagoa Salgada.

Anexos: 84591_Tomada de Posição da AM - Mina da Lagoa Salgada_7934.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84590 João Pereira em 2025-04-30

Comentário:

Sou morador em Grândola e acho que um projeto destes iria trazer bastantes benefícios à nossa população, não só a nível local , como a nível nacional . A nível local iria aumentar a média dos ordenados da localidade, e a nível nacional precisamos dos minérios descritos no projeto para o nosso dia a dia, e se não os produzirmos vamos ter de os comprar . E vistos que a economia do nosso país não é a melhor , penso que seria uma mais valia para todos .

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84589 REN em 2025-04-30

Comentário:

Exmos. Srs., Junto enviamos parecer da REN no âmbito desta consulta pública. Com os melhores cumprimentos.

Anexos: 84589_Carta APA_REN_2751_2025_AIA3778 - Mina da Lagoa Salgada - Parecer Específico_assinada.pdf

Tipologia: Geral

ID 84588 Pedro Mata em 2025-04-30

Comentário:

Na minha opinião este projeto vai trazer um impacto muito negativo a nivel ambiental à regiao onde vai ser implementado. Os recursos hidricos sao cada vez menos e a floresta presenta na zona vai desaparecer devido às captaçoes de agua presentes. Muitas pessoas da zona que dependem da floresta e da agricultura para seu sustento vão passar por situações muito preocupantes.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84587 Alfredo Rocha em 2025-04-30

Comentário:

A aprovação da Mina da Lagoa Salgada deve estar intrinsecamente ligada à criação de um plano de desenvolvimento integrado para a região. Este plano deve não só contemplar os benefícios económicos diretos da mineração, mas também estratégias para diversificar a economia a longo prazo, investir em infraestruturas sustentáveis e promover o turismo ecológico. Paralelamente, é fundamental estabelecer um fundo robusto para a conservação da natureza, alimentado por receitas da mineração, garantindo a proteção e a recuperação de ecossistemas sensíveis e a promoção da educação ambiental.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84586 Ricardo Silva em 2025-04-30

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada é importante para o desenvolvimento regional, e defendo que este desenvolvimento deve ser feito com responsabilidade ambiental, garantindo um futuro sustentável para todos.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84585 Miguel Sampaio em 2025-04-30

Comentário:

Concordo com a mina da Lagoa Salgada, reconhecendo o seu potencial económico, mas insistindo na implementação de práticas que garantam a proteção a longo prazo dos recursos naturais.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84584 Armanda Pires em 2025-04-30

Comentário:

Sim, concordo com a mina da Lagoa Salgada, dando prioridade a um modelo de desenvolvimento económico que seja ambientalmente responsável e traga prosperidade para a região.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84583 Fábio Matias em 2025-04-30

Comentário:

Este é um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84581 Lara Maria Barros Vitorino em 2025-04-29

Comentário:

Nasci e cresci em Grândola e tive que sair para poder ter uma vida melhor. Mas estou cansada de estar fora do meus País e o que estou a assistir aqui em França dá-me muita insegurança a todos os níveis. Rezo para que este projeto possa ser uma realidade pois eu e o meu marido temos qualificações para trabalhar num projeto destes. Pelo que lemos nos anexos o projeto está mesmo muito bem feito e são muitas as personalidades do estado Português a fiscalizar o que nos dá muita segurança no cumprimento do que a empresa diz que vai fazer. Desenvolver e criar emprego justo em Grândola e em Portugal é o que fará regressar os seus emigrantes como nós que já estamos fartos de estar fora de casa e cada vez com menos proveito.O meu pai esteve numa das sessões públicas de apresentação do projeto e gostou muito das pessoas da empresa que lhe parecerem muito sérias e trabalhadoras.Deus permita que eu e o meu marido possamos voltar para o nosso cantinho.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84580 Carlos Filipe Melo Cardoso em 2025-04-29

Comentário:

Estudei com algum tempo os documentos do EIA e assisti às duas apresentações da empresa. O projeto aparenta ser muito consistente e a empresa apresenta um compromisso sério com as questões sociais, ambientais e económicas. O consumo da água foi bem esclarecido e não me parece que o abate de sobreiros seja um entrave pois infelizmente mutos deles estão já condenados com as doenças.Como se viu ontem com a falta de energia, Portugal e a europa necessita de ser cada vez mais autossuficiente. Cabe ao estado estar atento e fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações da empresa.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84579 Daniela Cristina Osório Figueiras em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com o projeto mas tenho algum receio relativamente à água a utilizar na mina. A ser verdade que apenas será utilizada a água muito abaixo dos aquíferos que servem para as populações e para o gado e agricultura então o resto será resolvido de ume ou outra forma.Acredito que o APAGÃO DE ONTEM fez despertar muita gente para a necessidade de sermos independentes em tudo o que for possível, quer em Portugal quer na europa. Hoje em conversa com amigos e nalgumas redes sociais pude constatar que de facto temos que abrir os olhos e olhar para este tipo de investimentos como uma oportunidade de liberdade e emancipação económica do resto do mundo que quer a europa dependente e a rastejar.ESTE APAGÃO vai fazer bem a este País.Necessitamos é de investimento e responsabilidade social e laboral

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84577 Vasco Pedro Santos Padrão em 2025-04-29

Comentário:

Dou o meu apoio a este projeto pois conheço bem a empresa e as pessoas e os técnicos e entidades que com ela trabalham e tenho a firme convicção de que tudo o que consta do EIA será cumprido. Trata-se de uma excelente oportunidade para o concelho e para todo o Alentejo ter um investimento com este peso social e económico. Será sem dúvida um motor de desenvolvimento económico e social e em matéria ambiental não tem nada de deveras preocupante. O fecho da mina também está muito bem pensado.Vasco Padrão

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84576 Mauro José Pinto Rebelo em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com o projeto e tenho muita esperança que seja uma realidade pois será bom para Grândola e para o País.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84575 Rita Girão em 2025-04-29

Comentário:

Discordo em absoluto com a exploração de minas na lagoa salgada acabando com este recurso natural tão importante para a sobrevivência das espécies que nela habitam contaminando toda a envolvente e prejudicando os habitantes que fazem deste lugar um lugar de comunhão plena com a natureza respeitando ao máximo estes recursos que começam a ser cada vez mais raros no nosso território!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84574 Maria Barrero em 2025-04-29

Comentário:

Se este projeto avançar trará mais prejuízo que beneficio para as gentes para Terra e para o ambiente

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84573 Francisca Miguel Palmeira Soares em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com a exploração da mina da Lagoa Salgada desde que sejam integralmente cumpridas da parte da empresa todas as propostas que estão descritas no EIA e que de facto a água a utilizar na mina não seja obtida dos lençóis freáticos que abastecem a população, os animais e a agricultura.Pelo que sei será uma mina subterrânea e muito do que será extraído voltará para o fundo da mina. Parece-me bem também a forma como a empresa se preocupa com o bem estar e o desenvolvimento social e económico das pessoas e do concelho de Grândola. Os impactos negativos que sempre existem neste tipo de projetos parece-me também que estão bem compensados e diminuídos, mas não sou a pessoas mais indicada para falar sobre isso, motivo pelo qual confio no Estado para fazer essa avaliação e vigilância constante depois do projeto começar a trabalhar.O projeto refere que será para 11 anos, mas se for como outros que conheço poderá ser para muito mais o que seria bom para todos e para Portugal.Como não sabemos o que o futuro nos reserva com tanta gente contra a europa é muito importante que tenhámos autonomia neste tipo de materiais tão importantes para as alterações climáticas e para a defesa nacional e da europa.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84572 Teresa Lemmer em 2025-04-29

Comentário:

Caros senhores,Venho por este meio manifestar a minha discordância com o projecto proposto.O projecto tem um beneficio económico e social marginal para o município e pais por UMA DÉCADA e, sim, consequências ambientais e sociais graves para a região, alem de riscos de catástrofe ambiental e contaminação de agua e que permanecerão por muitas décadas, ou mesmo PARA SEMPRE! Isto numa região que esta a prosperar económica e socialmente, como por exemplo pelo turismo. E totalmente desalinhado com politicas climáticas e estratégia europeia de biodiversidade. Nem Grândola nem Portugal precisam desta mina!Apresento os meus principais pontos. Beneficio deste projeto não e transformador:- Beneficio financeiro marginal por UMA DÉCADA! - Para a Câmara Municipal de Grândola e' marginal no contexto da receita anual prevista para o municipio (menor que 1% da receita anual prevista). Royalties marginais para o pais também marginais! A receita da mina será exportada do município e do pais e durara pouco tempo – apenas uma década!- Criacão de postos de trabalho – Grândola ja esta a importar mão-de-obra do estrangeiro. O mercado de habitação já esta saturadíssimo. Onde iremos buscar esta mão de obra e onde ira morar?Ja o impacto negativo sera pesado e PARA SEMPRE!!- A paisagem – destruída! 9 milhões de toneladas de detritos de matérias tóxicas, uma colina artificial para sempre, com risco muito alto para sempre! Vide Histórico de acidentes com barragens de rejeitados – casos Aznalcóllar (1998) e Mount Polley (2014) usados como precedentes de falha mesmo em minas "modernas".- Risco de contaminação do solo e dos aquíferos – não so das duas vilas ão perto mas também de toda a vila de Grândola a apenas 12km de distancia. Desnecessario!- Compensação florestal proposta e insuficiente e não recreia um montado funcional! – demorara decadas (>70 anos) para a biodiversidade recuperar, isto se for possivel. Perdem-se micorrizas nativas e e necessário tempo de maturidade). A Fauna afectada não sera recuperada num prazo curto – inclusive espécies da Directiva Aves e Habitats afectadas (águia-cobreira, tartaranhão-caçador, morcegos cavernícolas).- Poluição atmosférica e sonora devido aos trabalhos de extração (NOx, SOx, CO, COV, poeiras finas) e efeitos na saúde / chuva ácida. Também poluição do

ar pelo transporte com camiões.- Negativo no turismo da região – Uma colina artificial visível a distancia a 12 km de uma vila com grande investimento no turismo. Feio!- Resíduos - aterro com 9 milhões de toneladas acumuladas de detrito tóxico numa estrutura enorme. E que por isso tem classificação de perigo de barragem “muito alto”- central solar proposta - embora útil, não mitiga contaminação hídrica, nem perda de solo e respectivo carbon footprint, nem toxicidade do lixo eterno gerado, nem perda de biomassa pela remoção dos materiais nem compensa a poluicão do ar e sonora!-Transito - aumento de trafico pesado na região com 35 camiões diários a circular perto das aldeias. Um stress para a populacão local!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84571 Rute Maria Soalheiro Vicente em 2025-04-29

Comentário:

Sou proprietária de terrenos quer agrícolas quer urbanos e concordo com o projeto desta mina por várias razões que vão desde os aspetos sociais e económicos até aos aspetos ambientais e de saúde dos animais e seres humanos. Sei que a empresa fez um grande trabalho e os organismos que decidem estes projetos são muito responsáveis e não aprovariam nada se não tivessem a certeza do que estavam a fazer.Ao contrário do que vi ainda hoje numa rede social eu sei que este projeto é subterrâneo e não a céu aberto como algumas dessas redes sociais querem fazer crer e andam a mentir aos mais distraídos.É um grande investimento que vai gerar muitos postos de trabalho bem pago pois sei que este setor mineiro paga bem e assim permite que se tenha uma vida melhor que lá em Grândola que nos concelhos à volta como é o caso do nosso.O movimento cívico a que pertenço só quer o melhor para o nosso ALENTEJO que anda perdido e a empobrecer de dia para dia. Desde que o Estado faça a empresa cumprir com as obrigações que estão escritas na proposta de estudo de impacto ambiental nada tenho a temer, muito pelo contrário. O mundo não está para se poder brincar com estes investimentos que se não vierem para cá irão para outro sítio do mundo e ficaremos cada vez mais dependentes e pobres.Rute Soalheiro de Castro e Vicente

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84570 Gisélia Branco em 2025-04-29

Comentário:

A preservação da Natureza é muito mais necessária que qualquer exploração mineira. Oxigénio e água são os bens mais valiosos. Deixem a ganância de lado e aprendam a viver com o que já temos, que é tanto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84568 Rodrigo Joaquim Mendes em 2025-04-29

Comentário:

Boa noite, eu até nem estava interessado em participar mas como vejo que há uma seita de gente que se juntou para impedir que muitos projetos avancem em Grândola sinto-me revoltado e obrigado a participar. Concordo com este e com outros projetos que façam vir para Grândola pessoas que possam dar movimento e riqueza à nossa região. Dizem que a mina vai esgotar a água e que a agricultura vai acabar e o gado morrer envenenado. Pensam que as pessoas são parvas e não percebem que se quem estuda estas coisas e tem o poder de avaliar os assuntos mete este projeto para o ovo se pronunciar é porque a empresa tem as coisas bem feitas e tudo bem estudado. Os comerciantes daqui estão contentes com o que aí vem mas muitos não falam porque esta gentinha até os trata mal se for preciso. Não posso aceitar que um punhado de alguns queiram mandar nos destinos de Grândola. E é uma vergonha ter visto usarem o dia 25 de abril, o dia da liberdade de um povo, para estes que nada fazem nem querem fazer andarem a fazer propaganda contra a mina e contra o turismo. Querem que Grândola viva de esmolas e miséria dos que aqui vêm só para passar férias e tirar fotografias. Que venham mais projetos desde que as pessoas e a saúde sejam bem guardadas e que os salários sejam bons para criar família.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84567 Ana Rita Sousa Silva Martinho em 2025-04-29

Comentário:

Exmos Sr.s Venho mostrar a minha discordância pela destruição não só do Ecossistemas mas também pela contaminação da água e destruição da agricultura e pecuária da zona. O futuro do local está destruido se realizarem estas minas.Atenciosamente Ana Rita Martinho

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84566 Pedro Gomes Feio Sobral em 2025-04-29

Comentário:

Eu, Pedro Gomes Feio Sobral, deixo aqui o meu contributo de total discordância, para com o projeto da Mina da Lagoa Salgada, enquanto grandolense que sou. Para além de residir neste concelho, também nele trabalho, diariamente, enquanto veterinário. Esta profissão, que exerço desde 2006, foi o sonho de uma vida, pelo respeito e dinâmica que envolve na tríade: Homem, Animal e Ecossistema. Posso dizer que conheço muito bem a realidade rural deste concelho, do qual já fui veterinário municipal. Foram muitos anos a realizar um trabalho, que implicou um estreito contato direto, não só com o terreno e suas gentes, os diversos efetivos dos distintos rebanhos, mas também com a fauna autóctone deste ecossistema, onde cada um tem um relevante papel no equilíbrio ambiental.Um ecossistema tem na ação humana uma das suas grandes fragilidades. Enquanto sistema complexo de organismos vivos, que interagem, não só entre si, mas também com os fatores abióticos, como o ar, o solo, a água ou a temperatura, encontra nas perturbações que o ser humano lhe pode influir, pontos catalisadores de um desequilíbrio, que muitas vezes não permitem a sua recuperação. A implantação de uma mina é uma das ações antrópicas, que muito lesa um ecossistema. Desde logo, a enorme área a ser devastada,

destruiria o habitat natural de diversos animais e plantas, lesando a biodiversidade e promovendo, assim, o desequilíbrio ecológico. Mesmo que se avançasse com uma replantação, a mesma não seria imediata, e o corte na dinâmica do ecossistema já teria ocorrido. Mais chocante, neste caso, seria o efetivo de montado a devastar. Embora algumas das árvores possam estar em fim de vida, muitas estão saudáveis e são extremamente produtivas. A contaminação do solo e de aquíferos seria outra das grandes preocupações a ter em conta. O risco de contaminação real, é algo que não se pode descartar e, ao ocorrer, teria efeitos negativos por décadas, sobretudo, pelo facto da futura mina se sediar num local, em cujas imediações se encontram três captações públicas de água subterrânea basilares para povoações como a Cilha do Pascoal e Água Derramada. Por falar em água, esse bem essencial, cuja escassez pode vir a ser um problema das gerações futuras, está previsto no Estudo de Impacte Ambiental relativo a este projeto, um consumo de cerca de 1 milhão de m³ por ano, vindos, sobretudo, da Barragem de Vale de Gaio! Um consumo louco que poderia afetar a disponibilidade deste recurso para atividades fundamentais, das gentes deste concelho: agricultura, pecuária e silvicultura, para não falar no próprio consumo para o ser humano. A área, onde se pretende implantar a suposta mina, é um local onde a Natureza ainda impera, o ar é puro e o som ambiente permite perceber as diversas espécies que o habitam. As poeiras, e emissões dos diversos gases provenientes da mineração, reformariam este quadro de um modo bastante negativo, contribuindo para alterações irrevogáveis. A dinâmica diária operativa de uma mina, ação conjunta de maquinaria e explosões, alterariam também o ambiente sonoro do local, o que não só afetaria as povoações em redor, muita dela envelhecida, mas também os animais, domésticos ou não.O exposto, anteriormente, é uma ínfima parte, daquilo que pode ser referido entre os diversos aspetos negativos, que tal mina traria ao Concelho de Grândola. Este Município precisa de apostar no futuro, mas de uma forma salutar.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84565 Olivia Castro em 2025-04-29

Comentário:

Como mãe solteira só tenho que apoiar todo e qualquer investimento que traga prosperidade ao meu concelho. Estou farta de trabalhar e chegar ao final do mês e não ter dinheiro para pouco mais do que sobreviver. Este projeto tem tudo o que a maioria dos Grandolenses necessita, pois gera emprego bem pago, dá condições aos trabalhadores como outros não dão, respeita as pessoas e o ambiente e ainda deixa ficar dinheiro na câmara e noutras entidades da região. Os que só gostam de paisagem que tentem viver dela. Ainda hoje andava uma entidade dessas a distribuir panfletos ati mina e eu perguntei-lhe de onde era e respondeu-me num Português mal falado que era estrangeiro mas que estava a ajudar na luta contra a mina. Estou farta de ver gente no meu concelho a querer mandar no nosso destino. Se o projeto é de interesse do País e está a a ser fiscalizado pelo estado qual é o problema? Apoio até porque dizem que vão ter ou ajudar a criar creches e outras estruturas importantes para o nosso concelho. Necessitamos é de trabalho bem remunerado e com condições de ter um futuro melhor.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84564 Cecilia em 2025-04-29

Comentário:

Discordo totalmente.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84563 Marta Mantero em 2025-04-29

Comentário:

Como proprietária de um negócio em Grândola, onde resido a maior parte do tempo, discordo totalmente deste projeto com graves consequências ambientais que ameaçam o bem estar e saúde das populações da região.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84562 Sónia Fernandes em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com o desenvolvimento de projetos de exploração de recursos minerais para o desenvolvimento do nosso país e que tenham em conta aspectos ambientais como é o caso deste projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84561 Rui Ramos em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com o projeto porque vai ser muito bom para a economia do concelho e todos irão beneficiar com esta mina, desde os cafés e restaurantes até à autarquia e as finanças do país. Já é tempo do Alentejo recomeçar a crescer com qualidade e não apenas com paisagem pois qualquer dia não existe ninguém para tratar de nada e tudo fica abandonado e a monte. Esta mina pode fazer crescer toda a região.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84560 Maria da Luz Ferreira em 2025-04-29

Comentário:

Este investimento revela-se de grande importância económica e social mas também levanta algumas preocupações ambientais e com a água. Pelo que li nos documentos e pelo que ouvi de quem esteve nas sessões de esclarecimento a empresa parece ser séria e teve em conta as questões sociais, económicas, ambientais e de saúde pública. Todos os organismos que estão a avaliar o projeto penso que são responsáveis e competentes, e não permitiriam que o projeto chegasse a esta fase sem terem a certeza de que os impactos negativos estão todos estudados e serão tomadas as medidas adequadas para esses impactos negativos sejam muito reduzidos. Este tipo de projeto, tal como já tenho falado com muitos grandolenses, são bem vistos desde que se cumpra tudo o que está no projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84559 Clotilde Sampaio em 2025-04-29

Comentário:

É de minha opinião que este projeto será muito importante para a nossa região e para o país, já que traz um investimento significativo que irá beneficiar todos. Teremos mais postos de trabalho e isso revitaliza outros setores da nossa economia local, pois são mais pessoas a consumir e a estar em Grândola. Há um forte compromisso social expresso no projeto que nos leva a apoiar a iniciativa, pois estamos numa zona deprimida, cada vez com menos gente e sem recursos que não o turismo (que é muito sazonal...). Espero mesmo que possa ir por diante e que cumpram aquilo que aqui está proposto. Cabe às entidades fiscalizar a boa execução pois há aqui um forte compromisso de futuro.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84558 Mariana Antunes em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com este investimento pois estou muito bem informada porque assisti às apresentações por parte da empresa e notei que todos os técnicos que ali apresentaram o projeto e responderam às perguntas que o público colocou estavam muito por dentro de todos os temas abordados.Confio na Agência Portuguesa do Ambiente e apesar de amar a natureza tenho a consciência que poderei regressar à terra que me viu nascer e crescer se este tipo de projetos forem uma realidade. Grândola necessita de crescer e de se desenvolver sem ter que estar sempre sujeita a depender dos iluminados do ambiente que só sabem contestar tudo porque ou são ricos e querm tudo só para eles ou nem sequer vivem no meu concelho.O país tem que se desenvolver e não é apenas com turistas a fazer campismo e a tocar tambores ao por do sol que as sociedades evoluem.Vamos apoiar todo o tipo de investimento que seja benéfico para todos nós e que não seja impactante para o ambiente de forma irreversível como parece ser o caso.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84557 Tânia Ribeiro em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com aquilo que foi discutido. A informação por vezes é escassa e é necessário mais abordagem ao tema

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84556 Mafalda Rodrigues em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com este projeto pois será uma mais valia para o concelho e toda a região do litoral alentejano. Os impactos negativos, desde que sejam todos minimizados ou compensados, não são um obstáculo, sendo este um projeto a apoiar.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84555 Ana Martins em 2025-04-29

Comentário:

Concordo plenamente com o trabalho desenvolvido

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84554 Paulo Pinto em 2025-04-29

Comentário:

Só posso expressar a minha satisfação por ter no meu concelho um investimento tão importante. Neste momento tão sensível a nível mundial, sermos autónomos em termos de recursos minerais é fundamental para podermos manter a nossa soberania. Ao mesmo tempo, a diversificação dos investimentos, sem ser apenas no turismo, traz mais vigor à nossa ecónomia.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84553 Jerónimo Carvalho em 2025-04-29

Comentário:

Estou totalmente de acordo com este projeto para o meu concelho, pois vai trazer mais desenvolvimento à minha região, que tanto necessita de investimento. Não tenho qualquer receio relativamente aos potenciais impactos negativos, uma vez que cada vez mais as explorações mineiras na Europa são seguras em termos ambientais. Muito menos quanto à transformação do espaço envolvente, pois a mina será inteiramente subterrânea e tem acautelada a reflorestação existente.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84552 João Espada em 2025-04-29

Comentário:

O projeto em causa não traz qualquer benefício ao concelho de Grândola , nem ao concelho de Alcácer do Sal. O impacto ambiental é enorme em vários aspectos, todos eles maus.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84551 Isilda Veloso em 2025-04-29

Comentário:

Concordo em pleno com a proposta apresentada

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84550 André Monteiro em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com este projeto porque vai trazer desenvolvimento ao Alentejo com impactos muito minimizados. Iremos ter os benefícios económicos e sociais pois os postos de trabalho a criar serão um atrativo para fixar mais gente neste território e desenvolver outros negócios. Mesmo sendo um projeto que tem impacto no território, com aquilo que aqui fica enunciado, este será devidamente compensado e acautelado em termos futuros. Sem mudanças não há desenvolvimento, e a Grândola precisa de crescer de forma positiva.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84549 Emanuel Ferreira em 2025-04-29

Comentário:

Concordo plenamente com o trabalho desenvolvido

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84548 Clara Pinto em 2025-04-29

Comentário:

Apoio este projeto porque vai trazer alternativas de trabalho para o nosso concelho, além do turismo. Além disso é muito válido para o nosso país, porque o minérios são importantes a nível mundial. Pela forma como foi explicado, o promotor está preparado para lidar com os impactos e compensar a população e o território de forma duradoura e sustentável.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84547 Filipe Cordeiro em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com este projeto porque vai trazer de certeza muito desenvolvimento a Grândola e toda a região alentejana. Sei que os impactos negativos existem e são minimizados por isso apoio este projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84546 Laura Lopes em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com a Mina da Lagoa Salgada porque estive presente na última apresentação que a empresa fez e por tudo que os técnicos ali disseram não tenho grandes receios relativamente à importância do projeto quer para Grândola, quer para o país. Muito pior é abater sobreiros para meter painéis solares que não trazem nem emprego, nem desenvolvimento direto ou indireto aos habitantes onde são instalados. Aqui em Grândola cada vez mais vemos um montado a desaparecer por doença e não vejo ninguém preocupar-se com isso. Pelo que disse a empresa na apresentação pública, vão plantar 10 ou 12 vezes mais do que os sobreiros que vão abater e a água, também pelo que disseram, não será problema pois virá de uma zona muito funda da mina e outra virá do Alqueva através de Vale do Gaio. Só quem não vive na realidade com o mundo em guerra e a Europa de rastos é que pode desperdiçar um investimento que será benéfico para todos. Os impactos negativos, como em tudo na vida, vão ser compensados ou reduzidos ao máximo, e para isso confio nas entidades que estão a analisar o projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84545 Márcio Mendes em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com este projeto porque vai desenvolver Grândola e irá permitir que os filhos da terra que estão imigrados regressem para junto das suas famílias e poderem ir trabalhar com salários dignos.Pelo que sei, este tipo de projetos tem feito desenvolver todos os concelhos onde estão, como é o caso de Aljustrel aqui bem perto.Se o problema da água tiver resolvido como parece estar e a saúde das pessoas não estiver em perigo, só devemos agradecer que os estrangeiros venham investir na nossa terra.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84544 Rafael Fernandes em 2025-04-29

Comentário:

Apesar dos impactos negativos que segundo as informações que estão nos documentos em anexo a esta participação pública, sei que os impactos positivos ultrapassam esses impactos negativos. Tal como:Impactos Económicos: Criação de empregos: A fase de construção e, principalmente, a fase de operação da mina deverão gerar postos de trabalho diretos e indiretos na região. Investimento e desenvolvimento regional: O projeto representa um investimento significativo na região, o que pode impulsionar o desenvolvimento de infraestruturas e serviços locais. Benefícios fiscais: A atividade mineira poderá gerar receitas fiscais para o município e para o país. Desenvolvimento de indústrias de apoio: A mina poderá estimular o surgimento e crescimento de empresas locais que forneçam bens e serviços à operação mineira. Valorização de recursos minerais: A exploração de cobre, chumbo, zinco e outros metais, incluindo estanho, prata e ouro, pode contribuir para a economia nacional. Geração de EBITDA significativa: Nos primeiros cinco anos de operação, estima-se uma geração considerável de EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization). Potencial de expansão: A área da mina tem potencial para futuras descobertas e expansão, o que poderia prolongar os benefícios económicos.Impactos Sociais: Reconhecimento como Projeto de Interesse Nacional (PIN): Este reconhecimento pelo governo português pode trazer procedimentos mais rápidos para licenciamento e construção, além de forte apoio local e governamental. Desenvolvimento de competências e formação: A operação da mina pode exigir e promover o desenvolvimento de novas competências na população local através de programas de formação. Melhoria de infraestruturas: O projeto pode levar à melhoria de infraestruturas locais, como estradas e redes de energia e água. Potencial para projetos sociais: A empresa responsável pela mina pode desenvolver iniciativas de responsabilidade social que beneficiem a comunidade local.Outros Potenciais Impactos

Positivos: Utilização de energias renováveis: O projeto prevê a instalação de uma central fotovoltaica para autoconsumo, o que pode reduzir a dependência de fontes de energia não renováveis. Reutilização de água: A água utilizada no processo de tratamento mineral será reutilizada, minimizando o consumo de água.É por ser um projeto que considero importante para a nossa terra e para os concelhos à volta que concordo com o investimento da Mina da Lagoa Salgada.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84542 Grandola Com Futuro em 2025-04-29

Comentário:

A Grândola Com Futuro vem dar a sua concordância a um projeto de que temos muita informação quer pelos documentos que consultamos quer pelas sessões que a empresa fez publicamente nas nossas freguesias. As questões que para nós são fundamentais foram esclarecidas e acreditamos que um projeto que anda há tantos anos para ser construído e que é analisado por tantas entidades públicas só pode merecer a nossa confiança pelo desenvolvimento que vai trazer ao concelho e a todos nós que cá moramos e que cada vez mais somos menos e com menos condições.Grândola está cheia de gente que ou tem interesse na costa e no turismo e especulação desses terrenos ou de gente que até nem é daqui mas que veio para cá viver na natureza como se não fosse necessário aos que cá vivem trabalhar e ter direito a uma vida digna.A questão da água para a mina foi-nos respondido publicamente que virá do fundo da mina e que não irá interferir com os aquíferos que servem as populações e a agricultura. E relativamente à água potável para a área dos trabalhadores fomos informados que serão cerca de 116m3 por dia e que vira da albufeira do Gaio mas que será abastecida anualmente pelo Alqueva. Acreditamos que as entidades competentes assim o farão cumprir.A questão da saúde pública também parece estar acautelada e os impactos ambientais serão mitigados dentro do possível.Claro que todos sabemos que irão existir impactos, mas são quer negativos quer positivos em todos os casos, sendo que no caso social e económico até nos parece que só há aspetos positivos de relevo.O que nos preocupa e não concordamos é com os radicalismos ambientalistas que nada mais querem do que fazer valer as suas convicções pessoais e políticas de asfixiar Grândola para que este concelho se torne uma selva no litoral e um jardim zoológico de visita de fim de semana para quem não tem que sobreviver aqui. Também queremos denunciar todas as falsidades que essas pessoas e organizações andam a espalhar pelas pessoas locais onde informam que vai ser uma mina a céu aberto e a divulgar panfletos que nada tem que ver com a mina e apenas para amedrontar as pessoas.Grândola é dos Grandolenses e todos merecemos um futuro melhor! Sem investimento não h´á desenvolvimento.

Anexos: 84542_Propaganda negativa.pdf

Tipologia: Concordância

ID 84541 Rodrigo Soares Teixeira em 2025-04-29

Comentário:

Subscrevo o parecer da Associação Proteger Grândola, em anexo.

Anexos: 84541_Memo-No5-A-mina-e-um-assalto.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84540 SFernade em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com o desenvolvimento do setor dos recursos minerais em Portugal, para o desenvolvimento de regiões perféricas como do Alentejo

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84539 Sandra Patrícia Beja Mateus em 2025-04-29

Comentário:

Concordo! Pois será uma boa aposta para desenvolvimento da região e do País.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84538 Nélia Neves em 2025-04-29

Comentário:

É um projeto interessante. Na zona onde é não aparenta causar distúrbios seja a nível das localidades ou até mesmo aos animais. No factor económico todas as localidades proximas de minas a laborar beneficiam todos os habitantes tanto em postos de trabalho como a outras empresas e aqui provavelmente vai ser igual. Sou residente de Grândola e pelo que vejo só se aposta no turismo, esta na hora de investir noutros setores.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84537 Phillipe Veloso em 2025-04-29

Comentário:

Prezados(as) Senhores(as),Venho por meio desta manifestar minha profunda preocupação e total discordância em relação ao projeto de exploração mineral da Mina da Lagoa Salgada, localizado na região do Alentejo.A implementação deste projeto representa uma ameaça direta à biodiversidade local, à qualidade dos recursos hídricos e ao equilíbrio ecológico da região. O ecossistema da Lagoa Salgada é frágil e abriga espécies únicas que dependem da integridade ambiental para sobreviver. A extração mineral, especialmente em larga escala, tem historicamente causado poluição, degradação do solo e contaminação das águas subterrâneas — consequências que podem ser irreversíveis.Além disso, este tipo de desenvolvimento vai na contramão das metas climáticas e ambientais que Portugal e a União Europeia se comprometeram a cumprir. Em vez de fomentar projetos que exploram e destroem a natureza, deveríamos priorizar iniciativas que promovam a regeneração dos ecossistemas, o turismo sustentável e o respeito às comunidades locais.Solicito, portanto, que reconsiderem este projeto à luz dos riscos ambientais e sociais envolvidos. A natureza não é um recurso a ser explorado indiscriminadamente, mas um bem comum a ser protegido para as presentes e futuras gerações.Conto com a sensatez e responsabilidade ambiental dos senhores.Atenciosamente,PV

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84536 S Cordeiro em 2025-04-29

Comentário:

Estou em total concordância com este projeto para o desenvolvimento do concelho de Grândola

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84535 Susana Beja em 2025-04-29

Comentário:

Completamente a favor deste projeto que irá trazer desenvolvimento a esta zona, além dos postos de trabalho com salário bem remunerado

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84532 Ricardo Oliveira em 2025-04-29

Comentário:

Este projecto e claramente importante para o Desenvolvimento Social e econômico do pais.. Concordo!

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84531 Rita Martins Nunes em 2025-04-29

Comentário:

É intenção do Promotor apresentar a Mina da Lagoa Salgada como um “agente crucial para odesenvolvimento ambiental, social e económico da região”, promovendo “a criação de valorpara todas as partes interessadas.” Tal não é demonstrado.O Promotor quer passar a ideia de que todos os impactes são mitigáveis, são recuperáveis e queno final ficará tudo ainda melhor no período pós-exploração mineira, e com um retorno muitopositivo para o Município e as Comunidades locais.Na verdade, estamos em presença de um Projeto que representa uma rutura com a estratégiade desenvolvimento sustentável do Município, construída ao longo das últimas décadas. Osimpactos negativos sobre a paisagem, os ecossistemas, os recursos hídricos e a qualidade devida da população são profundos e duradouros, e a alegada reversibilidade é muito duvidosa.Os principais beneficiários do Projeto serão a Ascendant Resources Inc. e os seus acionistas,com uma taxa interna de rentabilidade estimada de 37% e um retorno do investimento previstoem apenas quatro anos.Mesmo admitindo a criação de empregos e alguma receita fiscal, os benefícios nem chegam a1% da totalidade dos proveitos, e são irrisórios face aos prejuízos e às destruições permanentes.As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, emmuitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica daregião são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo decurta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local.

Anexos: 84531_Participação PG - Consulta Publica EIA Mina Lagoa Salgada Final.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84530 Alan Malina em 2025-04-29

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84529 Tiago Coelho em 2025-04-29

Comentário:

Discordo de um projeto de destruição em Grândola, numa zona já tão assolada de projetos devastadores.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84528 Maria Garces em 2025-04-29

Comentário:

O projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é

garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84526 JOSÉ ANTÓNIO em 2025-04-29

Comentário:

Eu, concordo.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84525 Joana Cláudia Andrade Anjos em 2025-04-29

Comentário:

Acredito que com este investimento no meu concelho poderemos crescer pois faltam postos de trabalhos para os mais novos, que vão sempre embora assim que podem. Ninguém quer estar numa terra onde não tem como viver. O projeto tem importância para nós e para o país, pois cada vez mais temos de pensar na nossa autonomia num clima de guerra como vivemos no mundo.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84524 Rebecca em 2025-04-29

Comentário:

Mais um desastre ambiental no Sudoeste Alentejano, para beneficiar a poucos e prejudicar muitos.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84523 Sabrina Fialho em 2025-04-29

Comentário:

Tendo em conta os impactos ambientais apresentados no relatório, manifesto a minha discordância em relação a este projeto de exploração. Não me parece que estejam salvaguardadas as condições para que estas operações decorram sem causar danos ambientais irreparáveis no município de Grândola e municípios circundantes, incluindo os municípios que se encontram abrangidos pelos aquíferos que serão afetados por esta exploração. Além dos impactos ambientais, a previsão de impactos sociais a médio ou longo prazo não se encontra devidamente documentada. É inaceitável que a utilidade pública seja recorrentemente empregue para justificar projetos que não beneficiam as comunidades locais, nem o interesse comum dos Portugueses, incluindo os interesses e o bem-estar das futuras gerações.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84522 Armanda Antunes em 2025-04-29

Comentário:

Parem de dar cabo da natureza e da vida das populações. O dinheiro não é tudo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84521 Ana Rosa Machado Pereira em 2025-04-29

Comentário:

Penso que será um excelente projeto para a minha região, de onde estou emigrada por não ter trabalho. Será muito bom ter condições para poder voltar, pois este tipo de projetos trazem desenvolvimento e dinamizam a economia.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84520 Pedro Rocha em 2025-04-29

Comentário:

Venho por este meio manifestar a minha discordância com o projeto apresentado. Este projeto prevê a extração de cobre (Cu), chumbo (Pb) e zinco (Zn), como principais minérios. A sua extração terá impactos negativos sobre a qualidade de vida e a saúde das populações, bem como sobre a contaminação irreversível dos solos, da água e da qualidade do ar.Uma “simples” pesquisa na base de dados Pubmed (https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/), um dos principais motores de busca de Literatura relacionada com a Medicina, permite verificar o impacto que os minérios a extrair poderão ter sobre a vida humana, nomeadamente o facto de serem considerados como “fatores de risco carcinogénico”. Deixo o link de um artigo científico de revisão de literatura, publicado

no presente ano de 2025, para que possam consultar.Setu S, Strezov V. Impacts of non-ferrous metal mining on soil heavy metal pollution and risk assessment. Sci Total Environ. 2025 Mar 15;969:178962. doi: 10.1016/j.scitotenv.2025.178962. Epub 2025 Feb 28. PMID: 40022981.A análise da literatura consultada, permite verificar que a toxicidade dos metais pesados é considerado um problema de saúde pública. A exposição da vida humana aos metais pesados pode ocorrer pela sua ingestão, inalação ou contacto direto. O aumento da sua concentração no solo ou no ar, provoca um aumento da incidência de problemas de saúde, como o cancro. Este projeto está inserido próximo de três aldeias, Silha do Pascoal, Água Derramada e Mil Brejos Batão, com uma população de centenas de pessoas. A pouco mais de 10Km, situa-se a vila de Grândola, com milhares de habitantes.A captação de água para as populações de Água Derramada e Silha do Pascoal situa-se na região da intervenção mineira, e como tal, com potencial risco para a contaminação das águas (risco de ingestão de metais pesados). O projeto prevê a criação de uma zona de instalação de resíduos com mais de 60 hectares, com mais de 20 metros de altura, que se assemelhará a uma "montanha" de lixo nocivo no meio da charneca. Esta montanha, sujeita aos ventos, provocará uma disseminação de partículas, com efeitos e deposição sobre os solos, a natureza e as populações (risco de inalação ou contacto direto com metais pesados). Prevê-se o abate de sobreiros e azinheiras (espécies legalmente protegidas). Parte dos sobreiros que se prevê abater foram plantados pelos meus antepassados, mantidos e regados pela minha geração e pelas anteriores. São necessários 25-30 anos para um sobreiro produzir cortiça pela primeira vez. Para tal, é necessário que se consigam instalar e sobreviver numa zona considerada de seca extrema nas últimas décadas. Em suma, é necessário muito trabalho por parte das várias gerações para que estas espécies se possam manter como hoje se encontram nesta região. Com este projeto é viável a continuação da produção de cortiça nesta região? Os metais pesados irão se impregnar na cortiça produzida? Em caso positivo, poderemos ter no futuro uma garrafa de vinho contaminada com metais pesados no seu interior.Na zona do proposto projeto e nas suas imediações, é feita desde há mais de 100 anos, a criação de gado. Com este projeto, é viável a continuidade deste tipo de atividade profissional? Há risco para os animais? Há risco para os solos onde é produzida a sua alimentação?Os impactos negativos são muito superiores a qualquer potencial benefício para as populações, para os Concelhos abrangidos e Portugal. Como tal, manifesto a minha discordância com este projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84519 Angelique Hofman em 2025-04-29

Comentário:

Somos contra a mina da lagoa salgada pelo nosso bem estar, e pelas consequências que a mina vai ter na vida de todos nós! A nossa paisagem, a contaminação da água e dos solos, a fauna e a flora que vão ficar destruídas. O sossego que existe vai acabar pelo o facto de termos camiões a passar nas estradas aqui perto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84518 Álvaro Pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

Todos os projetos desta tipologia são importantes para o desenvolvimento socioeconómico das regiões em que estão inseridos. Não nos devemos deixar cegar por questões ideológicas, e procurar o que é melhor para o país, desenvolvendo este tipo de projetos.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84517 Rita Correia em 2025-04-29

Comentário:

Discordo que façam exploração mineira na Lagoa salgada em Grândola

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84516 Judite Gonçalves em 2025-04-29

Comentário:

Considero que a instalação da Mina da Lagoa Salgada será um atentado à fauna e à flora, assim como para a saúde pública, habitacional e bem estar da população. A respetiva mina não deverá ser instalada na Silha do Pascoal.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84515 Maria Josepha von Ledebur-Wicheln de Antas de Campos em 2025-04-29

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84514 Maria Teixeira Simões em 2025-04-29

Comentário:

"Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84512 Vera em 2025-04-29

Comentário:

Discordo completamente com este projeto pois não irá trazer nada de bom para o concelho de Grândola, nem para o concelho de Alcácer do Sal.O projeto "Mina da Lagoa Salgada", irá destruir a biodiversidade, irá contaminar os solos e linhas de água e vai haver muita poluição no meio ambiente.Deveriam sim, apostar em projetos na área da agricultura sustentável, que sejam adequadas às características do ambiente e não em projetos destes que só destroem o que há de tão belo, bom e que realmente importa, a maior riqueza que se tem, que é sem dúvida a natureza.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84510 Deolinda Revez em 2025-04-29

Comentário:

Enquanto cidadão e ativista ambiental e Engenheira do Ambiente, só posso estar em discordância com este projeto. Em primeiro ligar, a área afetada pela exploração mineira encontra-se inserida em Espaços Florestais de Produção, em solo rústico, com áreas na Reserva Ecológica Nacional, na Reserva Agrícola Nacional e em Biótopos Corine. Face a estas condicionantes, este projeto de exploração mineira só poderá avançar por se tratar, mais uma vez, de um PIN - Projeto de Interesse Nacional, contexto especial em que a legislação, quase mágica e instantaneamente, se torna permeável a ataques ambientais e passa a permitir aquilo que num contexto normal não seria permitido. Tudo em nome de um tal "interesse nacional" que é, no mínimo, questionável. Interesse nacional por uma atividade que coloca em risco a disponibilidade de água para as populações? Pois, como se sabe, o processo de mineração e tratamento do minério necessita de muita água que vai ser extraída do subsolo numa zona onde os aquíferos são pobres e que se insere numa bacia hidrográfica classificada de escassez extrema de água. Neste ponto, já estaríamos perante um sério constrangimento ao avanço da exploração mineira. Qual interesse nacional se o país e a região receberão um valor mínimo do valor do minério, enquanto os investidores estrangeiros ficam com o restante de vários milhões?! Qual interesse nacional se o produto que sai da mina não vai ser processado no país? O minério vai ser exportado em bruto para o estrangeiro. Ou seja, o trabalho especializado e que acrescenta maior valor, ficará noutro país. Portugal ficará com os resíduos. Interesse Nacional por uma montanha de milhões de toneladas de resíduos?Interesse Nacional por mais exploração selvagem numa região que está nos últimos anos sujeita a uma pressão cada vez maior por projetos de monocultura agrícola e projetos imobiliários que deixam cada vez mais paisagem destruída, recursos hídricos comprometidos, ecossistemas destruídos e tecido social devastado?! Interesse nacional pela destruição de floresta de sobreiro e pinheiro que são base de subsistência para a economia local e empregam pessoas da região? É realmente importante pugnar pela salvaguarda ambiental de uma área com valor ecológico e paisagístico, e até para economia local, ao invés de promover a sua destruição e dar lucro a investidores estrangeiros que pouco ou nada afetam positivamente o país. Mais ainda numa época de crise climática e de biodiversidade. Este projeto necessita de ser travado, a bem do interesse nacional!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84509 Rosa em 2025-04-29

Comentário:

Não concordo com a mina,porque vivo na cilha, do Pascoal e não posso concordar com uma destruição de toda a vegetação e flora, e também os poucos recursos de água que temos ,que se nota bem a escassez de água nestes últimos anos. Não posso concordar com a destruição da vida animal que temos e que muitas pessoas vivem desta produção .NÃO CONCORDO COM A CONSTRUCAO DA MINA DA LAGOA SALGADA

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84507 Rui Miguel Aires Ruas em 2025-04-29

Comentário:

Considerando:- a gravidade e dimensão dos efeitos diretos e indiretos que a exploração mineira vai provocar, tanto nas terras e na paisagem natural, como nas pessoas;- os danos (que, com toda a certeza, o concessionário não reparará e o Estado não o irá obrigar a reparar) e perturbações a provocar nas estradas de acesso às (e entre as) principais localidades circundantes, por via do aumento diário do fluxo rodoviário;- o prazo previsto para a exploração mineira: (apenas!?) 11 anos.Não concordo com a concessão da licença para esta exploração, face aos prejuízos que irá provocar no território.O saldo entre os ganhos económicos e financeiros previstos e os prejuízos sociais, ambientais e até de empregabilidade (tenho muitas dúvidas, sobre a previsão indicada da necessidade de mão-de-obra: está empolada), não justifica a realização desta iniciativa de investimento.Mesmo face às medidas compensatórias apresentadas, sabemos bem que, na pr´ática, posteriormente, muitas ficarão por concretizar. Deverá prevalecer o velho ditado: "mais vale prevenir, do que remediar."

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84506 Maria Claudino em 2025-04-29

Comentário:

Não estão asseguradas as condições sócio-económicas e ambientais para salvaguarda dos recursos naturais, nomeadamente lençóis freáticos para funcionamento da mina.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84505 Vera Silva em 2025-04-29

Comentário:

Sou contra a implementação da mina uma vez que vai prejudicar o meio ambiente, prejudicando as árvores e plantas nativas deste espaço, contaminando árvores, lençóis de água, solos e o próprio ar. A contaminação do habitat natural dos animais presentes neste espaço poderá colocar em risco a sua vida.A população e os animais que vivem nas proximidades vão ser prejudicadas com o ruído e a poluição, ficando mais suscetíveis ao desenvolvimento de doenças associadas à poluição.É uma preocupação os recursos hídricos que ficam disponíveis para a população e animais, uma vez que é uma zona onde existem secas constantes.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84504 União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra em 2025-04-29

Comentário:

Parecer da União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra na Consulta Pública de Estudo de Impacto Ambiental do projeto da Mina da Lagoa SalgadaA União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra, no âmbito da consulta pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto “Mina da Lagoa Salgada”, vem por este meio manifestar o nosso total desacordo com o projeto proposto. Expressa uma profunda preocupação com a qualidade de vida dos seus habitantes e a preservação do património natural que nos rodeia. Consideramos que a proposta do Projeto da “Mina da Lagoa Salgada”, tendo em conta a sua vasta área de concessão, representa uma ameaça significativa à integridade ambiental e social da nossa região.Diante deste exposto, no documento anexo, a União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra considera que a implementação do Projeto “Mina da Lagoa Salgada” poderá ter impactos negativos irreversíveis sobre a população e o meio ambiente. Portanto, expressamos um parecer totalmente desfavorável à sua execução e questionamos a classificação deste projeto como um Projeto de Potencial Interesse Nacional, que, em nossa visão, contraria os princípios fundamentais de proteção e respeito pelas comunidades locais e pelo meio ambiente.É importante salientar que a decisão de classificar este projeto como um Projeto de Potencial Interesse Nacional foi tomada sem que houvesse qualquer consulta às populações afetadas ou à junta de freguesia. Essa falta de diálogo e escuta às preocupações das comunidades evidencia um desrespeito pelas vozes locais e pelos direitos daqueles que serão diretamente impactados pela exploração mineira.Reiteramos nossa posição contrária ao projeto e manifestamos o nosso descontentamento e a certeza de que a defesa das populações e do nosso património deve sempre prevalecer sobre interesses económicos.

Anexos: 84504_parecer.mina.lagoa.salgada.apa.2025.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84503 Mariana Pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

Este tipo de projetos é importante para o desenvolvimento do país em termos económicos e sociais.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84502 Alexandre Pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

A mina será importante para o país, especialmente em termos económicos e sociais, portanto concordo com o seu avanço!

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84501 Diana pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

este tipo de projetos são importantes para o país em termos economicos e sociais

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84500 Vítor César Arantes Pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

Este projeto é importante para o país em termos económicos e sociais.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84499 Luís Francisco Ferreira Dias em 2025-04-29

Comentário:

Começo o meu comentário pelo final.Este projeto é mau para o concelho de Grândola em toda a região que o rodeia.O primeiro ponto, é que Grândola não precisa deste projeto.Começo por contextualizar a realidade atual no concelho de forma breve:- Números do INE, o concelho de Grândola tem apenas 51 desempregados de longa duração (um ano ou mais), com um total de 207, no final 2024. Não há, pois, mão de obra local para trabalhar neste projeto, pelo que toda aquela que for necessária terá que vir de outras zonas do país ou do estrangeiro. Isto vem adensar os problemas elencados nos pontos seguintes;- Estima-se que cerca de 2000 pessoas no concelho não têm médico de família;- Elevado número de pessoas aguardam consultas e cirurgias;- O sistema escolar, principalmente o pré escolar, está sobrelotado;- A disponibilidade de casas para comprar ou arrendar, principalmente a custos comportáveis, é quase inexistente, pelo que existe uma verdadeira crise, sobretudo entre os jovens, que muitas vezes saem do concelho por não conseguir encontrar uma casa que possam suportar financeiramente- O Município de

---

Grândola tem um orçamento que tem sido em anos consecutivos superior a cinquenta milhões de euros, principalmente devido ao desenvolvimento imobiliário para fins turísticos, curiosamente, atividade que me parece ser incompatível com este projeto mineiro- Por contrapartida, os benefícios para o Município andarão a rondar os 400 mil euros anuais, uma gota de água em termos de retorno face aos variados impactos negativos do projeto, não só ambientais como sociais, e mesmo ao nível das infraestruturas (a principal estrada a utilizar na logística da mina será a EM543, uma estrada cujos custos de manutenção e eventuais investimentos de requalificação ou aumento de capacidade recaem sobre o município)- Também a nível nacional, o projeto da mina parece não ter grande relevância. O valor pago pela concessão foi de 250 mil euros (DGEG), e os royalties definidos para este tipo de projetos ronda os 3 a 5% do minério à boca da mina.Ora, interessa ressalvar que este projeto tem muitas das suas bases e seguranças para investidores assentes no facto de representar "interesse nacional", tendo obtido o estatuto de PIN graças, em grande maioria, não a pareceres positivos das entidades integrantes da comissão de acompanhamento, mas sim a posições de "não oposição", casos da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e da DGEG. Com maior gravidade, nota-se a não participação da Câmara Municipal de Grândola, que deste modo abdicou de ter voto na matéria. O seu parecer negativo impediria o estatuto de PIN deste projeto.Mas porque é este projeto um PIN? Quando nem sequer existe em Portugal uma cadeia de valor que permita a transformação dos minérios extraídos em solo nacional? Todo o produto extraído tem guia direta para os portos de Setúbal e Sines. É, portanto, um projeto em que todos os problemas e desvantagens ficam em Portugal e em Grândola, e todas as vantagens e lucros ficam no estrangeiro, nos investidores e nas empresas de transformação.Este estatuto também permite ao projeto variadas exceções em termos de cumprimento de normas legais, especialmente ambientais, mas também direitos extraordinários, em conjunto com a lei das minas de 2022, como o de por exemplo expropriar os proprietários de terrenos ou servidões considerados de interesse para o projeto / interesse nacional, mesmo que fora do perímetro delimitado.Estamos, pois, perante um projeto e um quadro legislativo que o rodeia, que não garante os mais básicos direitos dos cidadãos e proprietários dos territórios envolvidos.A falta de garantias sobre os efeitos que a exploração terá nos níveis piezométricos e na qualidade da água por exemplo, é preocupante.A enormidade da escombreira prevista, com os seus impactos ambientais e mesmo visuais, é uma das heranças que ficará para Grândola e os seus munícipes. Isso, a perda de enormes áreas de montado, a insegurança nas estradas pelo tráfego de pesados, e o grande número de pessoas a integrar temporária ou permanentemente numa sociedade que já começa a sofrer de vários problemas e falta de alguns serviços básicos, são problemas fundamentais que não permitem a implantação de um projeto deste tipo.Em 2025, Portugal, um país dito desenvolvido, membro da União Europeia e da OCDE, tem que ter instituições que protejam os seus cidadãos e que procurem estratégias e caminhos de desenvolvimento económico sustentável, com especial foco na qualidade de vida dos cidadãos e na preservação do ambiente e dos ecossistemas.Reitero a minha posição. Este projeto é altamente negativo para Grândola, e não deverá receber parecer positivo na sua avaliação de impacte ambiental.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84498 Adriana Maria Arantes Pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

A mina vai ser importante para o nosso país.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84496 Paulo Joaquim Santos em 2025-04-28

Comentário:

Exmo.(s) Sr.(s),Venho pelo presente meio transmitir-lhes os meus comentários e opinião pessoal relativamente ao empreendimento da Mina da Lagoa Salgada.Na qualidade de cidadão vivamente interessado na preservação do património natural do nosso país, só posso estar em discordância com este projeto pelos motivos que irei expor de seguida.Em primeiro ligar, a área afetada pela exploração mineira encontra-se inserida em solo rústico de Espaços Florestais de Produção, com áreas na Reserva Ecológica Nacional, na Reserva Agrícola Nacional e em Biótopos Corine. Face a estas condicionantes, este projeto de exploração mineira só poderá avançar por se tratar, mais uma vez, de um projeto ao qual foi atribuído o estatudo PIN - Potencial Interesse Nacional, uma situação especial na qual a legislação, quase que por artes mágicas, se torna permeável a ataques ambientais e passa a permitir aquilo que num contexto normal não seria permitido. Tudo em nome de um tal "interesse nacional" que, a meu ver, neste caso é muitíssimo questionável. Interesse nacional por uma atividade que coloca em risco a disponibilidade de água para as populações? Isto porque, como se sabe, o processo de mineração e tratamento do minério necessita de muita água que vai ser extraída do subsolo numa zona onde os aquíferos são pobres e que se insere numa bacia hidrográfica classificada de escassez extrema de água. Neste ponto, já estaríamos perante um sério constrangimento ao avanço desta exploração mineira. Por outro lado, qual interesse nacional se o país e a região irão receber uma percentagem mínima do valor do minério, enquanto os investidores estrangeiros ficam com o restante de muitos milhões de euros?! E qual interesse nacional se o produto que sai da mina não vai ser processado no país? O minério vai ser exportado em bruto para o estrangeiro. Ou seja, o trabalho especializado e que acrescenta maior valor, ficará noutro país. Portugal fica com resíduos, detritos. Interesse Nacional por uma montanha de milhões de toneladas de resíduos e por graves impactos ambientais cujos futuros custos de remediação e os que vierem a advir das consequências para as populações locais, certamente serão bem mais elevados do que o retorno para o país que este investimento irá ter?!Interesse Nacional por mais exploração selvagem, numa região que está nos últimos anos sujeita a uma pressão cada vez maior por projetos de monocultura agrícola de agricultura intensiva que degrada os solos e contamina o ambiente e também os lençóes freáticos com os produtos fitofarmacêuticos utilizados e também por projetos imobiliários que deixam cada vez mais paisagem destruída, recursos hídricos comprometidos, ecossistemas destruídos e tecido social devastado?! Interesse nacional pela destruição de floresta de sobreiro e pinheiro que são a base de subsistência para a economia local e empregam pessoas da região? Na minha opinião, é verdadeiramente importante pugnar pela salvaguarda ambiental de uma área com valor ecológico e paisagístico e até para economia local, ao invés de promover a sua destruição e dar lucro a investidores estrangeiros que pouco ou nada afetam positivamente o país. Mais ainda

numa época de crise climática e de biodiversidade em que precisamos de trabalhar ativamente na recuperação das nossas florestas, dos nossos solos e dos ecossistemas e não em promover a sua destruição em nome do lucro de apenas alguns, em detrimento dos interesses de todos os outros. Pelo exposto, na minha opinião pessoal, que é também a mesma de muitos colegas com quem estou em contacto, este projeto tem de ser travado já!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84495 Ana Maria Santos em 2025-04-28

Comentário:

Exmo. Senhor presidente da Agência Portuguesa do Ambiente Eng. José Pimenta MachadoSou a Ana Maria de Melo Vaz de Carvalho dos Santos, residente em Alcácer do Sal desde 1982 e, como cidadã preocupada com o ambiente, preocupada com as pessoas, com a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem. Um dos impactes mais devastadores será na quantidade e qualidade da água. Tanto os recursos hídricos superficiais quanto os recursos hídricos subterrâneos irão ser sobreexplorados. Sem água não podemos viver. As plantas, os animais e as pessoas não sobrevivem sem ela. Por isso a Carta Europeia da Água descreve a água como um bem precioso indispensável que deve ser bem preservado - tanto em quantidade como em qualidade. Depois de ler os pareceres sobre a violência dos impactos que esta mina vem trazer para as populações, para o ambiente em si, por tudo o que é do conhecimento do Senhor Presidente,, nomeadamente dos riscos que o projeto representa para o aquífero da margem esquerda do Sado em relação ao qual a Universidade de Lisboa e o LNEC, em notícia publicada em 10.01.2025, formulam as seguintes advertências: “Nos últimos anos têm-se observado uma maior deficiência hídrica em Portugal que começa a afetar os sistemas aquíferos, em particular na Bacia do Tejo – Sado. Este enquadramento é preocupante dado o crescimento demográfico e económico observados na região, tornando fundamental um melhor conhecimento sobre as reservas hídricas presentes nas formações cenozóicas e paleozóicas. Os sistemas aquíferos observados são porosos e fissurais sendo complexos e repartindo-se entre as unidades superficial, multicamada e profunda. A caracterização e modelação 3D dos aquíferos e das estruturas geológicas do eixo Setúbal-Marateca-Alcácer do Sal-Grândola é essencial para a avaliar as disponibilidades aquíferas existentes e suas condições de proteção e exploração sustentada." E, ainda a análise do projeto na perspetiva da diretiva Quadro da Água, confirmando que este complexo mineiro poderá ter impactes diretos neste aquífero, modificando as suas características hidroquímicas, por variação do PH, incremento de mineralização e solubilização de metais, é impossível concordar, é impossível dizer sim.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem ser, sempre, consideradas mais importantes do que os ganhos financeiros.Assim, pelo respeito pelas pessoas, pela conservação do ambiente e da água para as gerações futuras o meu parecer é de DISCORDÂNCIA.Os meus melhores cumprimentos Ana Maria Santos

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84494 Miguel Gonçalves em 2025-04-28

Comentário:

Projeto de elevado impacto ambiental, paisagístico e social, que compromete o desenvolvimento sustentável da região.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84493 Nuno Oliveira em 2025-04-28

Comentário:

Venho demonstrar a minha discordância com a exploração da Mina Salgada por diversos fatores:- Em 1º lugar pela vida útil prevista para a mesma (cerca de 11 anos), o que indica que será um projeto de exploração intensa com impacto e sem sustentação económica e social para a população, apenas para o explorador da mesma;- O impacto aos sensíveis e pressionados aquíferos será enorme e não está devidamente fundamentado;- O impacto para a população circundante em termos de qualidade do ar, ruído, etc,;- O impacto resultante da rede de alimentação elétrica a construir é enorme;- E um dado bem descrito a pressão rodoviária da normal operação é terrível, impraticável e inadmissível para os atuais acessos junto das populações mais próximas, juntando depois a circulação em estrada nacional extremamente utilizado e com historial de acidentes, bem como a inacreditável circulação de veículos pesados que a nova A26 irá ter.Estes são os principais ponto da minha discordância, pois claramente os impactos negativos não se aproximam sequer dos benefícios que da extração irão sair (nem estamos a falar de minérios de alta procura ou raros).

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84492 Daniela Sousa em 2025-04-28

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84491 Artur Chainho em 2025-04-28

Comentário:

Investimento de elevado impacte negativo para o ambiente

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84490 Ana Paula chainho em 2025-04-28

Comentário:

Impacto ambiental negativo para a região

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84489 Clara Goucha em 2025-04-28

Comentário:

Impacto ambiental

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84488 francisco goncalves em 2025-04-28

Comentário:

malefícios ambientais

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84487 Carla Folgoa em 2025-04-28

Comentário:

Venho, por meio desta, expressar a minha oposição ao projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implementação deste empreendimento representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável que tem sido adotada pelo município de Grândola ao longo das últimas décadas. Este projeto causará um impacto negativo e de longa duração em atividades económicas consolidadas, como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas intrinsecamente dependentes da preservação ambiental e da integridade dos ecossistemas locais — além de comprometer, de forma irreversível, a qualidade de vida das populações residentes.As medidas de mitigação e compensação propostas são manifestamente insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a preservação da resiliência ecológica e hídrica da região constituem valores fundamentais que não devem ser sacrificados em favor de um projeto extrativo de duração limitada e de retorno económico restrito para a comunidade local.Cabe ainda destacar que, em junho de 2024, foi aprovado o regulamento de restauração da natureza

---

pelo Conselho da União Europeia, cujo objetivo é a restauração da biodiversidade e dos ecossistemas, em consonância com os objetivos da Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030. Projetos como este vão em sentido oposto a tais objetivos, agravando o incumprimento de Portugal em relação à conservação dos habitats naturais, o que prejudica não só os cidadãos portugueses em geral, mas, de forma particular, os habitantes do município de Grândola.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84486 leonor em 2025-04-28

Comentário:

Concordo com os argumentos expostos no documentos anexo os quais suportam também a minha discordância.CumpLB

Anexos: 84486_Consulta-Publica-EIA-Mina-Lagoa-Salgada-Final.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84485 Carlos Santos em 2025-04-28

Comentário:

Tudo o que vai afectar quer a população quer toda a natureza circundante.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84484 Alexandra Sobral em 2025-04-28

Comentário:

Não concordo que a exploração da mina respeite o interesse da população ou que seja de interesse nacional

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84483 Luís Lima em 2025-04-28

Comentário:

A indústria extrativa tem representado, ao longo da história europeia, um setor estratégico para o crescimento económico e para a consolidação da autonomia industrial do continente. Os recursos minerais são indispensáveis para uma vasta gama de atividades produtivas, com especial destaque para as tecnologias emergentes e para a transição energética. Num contexto geopolítico volátil e com uma crescente procura por matérias-primas críticas — como o cobre zinco e chumbo o cobalto — a Europa procura reforçar a sua soberania mineira, promovendo a exploração sustentável dos seus recursos.Portugal destaca-se neste panorama pela sua riqueza geológica e pela longa tradição mineira que remonta à Antiguidade. Atualmente, o país assume uma posição de relevo no fornecimento de minerais estratégicos, com especial ênfase na exploração de lítio, fundamental para a produção de baterias e veículos elétricos. O potencial mineiro português, particularmente no interior do território, constitui uma oportunidade relevante para o desenvolvimento económico regional, a criação de emprego qualificado e o reforço da balança comercial.Importa, contudo, sublinhar que a exploração mineira deve ser conduzida com elevados padrões de responsabilidade ambiental. Nos últimos anos, a indústria tem registado avanços significativos no que respeita à mitigação de impactos ambientais, através da aplicação de tecnologias limpas, da monitorização ambiental rigorosa e da reabilitação ecológica das áreas intervencionadas. A legislação portuguesa, alinhada com as diretivas europeias, impõe critérios exigentes em matéria de avaliação ambiental, participação pública e sustentabilidade dos projetos.Neste contexto, a mineração moderna em Portugal pode e deve ser encarada como um vetor de desenvolvimento sustentável. Ao conjugar o aproveitamento eficiente dos recursos naturais com a proteção ambiental e a valorização das comunidades locais, o país poderá afirmar-se como um modelo europeu de exploração mineira responsável, contribuindo simultaneamente para os objetivos económicos e climáticos da União Europeia.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84482 Diana Meireles em 2025-04-28

Comentário:

Em anexo carta de motivação da discordância

Anexos: 84482_Participação Proteger Grandola - Consulta Pública Reformulação Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84481 Renata Reis em 2025-04-28

Comentário:

Não à exploração das terras.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84480 Ana Amaro em 2025-04-28

Comentário:

Sou contra a instalação da Mina da Lagoa Salgada no concelho de Grândola. Acredito que este projeto representa uma séria ameaça ao nosso meio ambiente, ao recursos hidricos e à qualidade de vida de todos nós. A proximidade da exploração mineira às aldeias da Silha do Pascoal e Água Derramada representa riscos diretos para a saúde pública, devido à emissão de poeiras, poluição sonora e possível contaminação dos recursos hídricos. A qualidade do ar e da água, essenciais para a vida quotidiana e para a agricultura de subsistência, poderá ficar comprometida de forma séria e permanente.Importa também referir que a atual rede viária não está preparada para suportar o elevado volume de tráfego pesado que a mina irá gerar. São estradas estreitas e que poderão sofrer danos estruturais, aumentando os riscos de segurança para a população e causando constrangimentos à circulação normal.Face a todos estes fatores, considero que a instalação da Mina da Lagoa Salgada é profundamente prejudicial para as populações afetadas e para o equilíbrio da região, devendo, por isso, ser rejeitada.Não faz sentido destruir ecossistemas e pôr em risco o futuro da região em troca de ganhos a curto prazo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84479 João Rodrigues Dias em 2025-04-28

Comentário:

Exmos. senhores.Hidrologia1 - Apesar de ser referida a monitorização do lençol freático capilar, não ficou claro se seriam instalados piezómetros ou esta seria apenas feita com base em construções existentes. A título de exemplo já o verão passado a fonte de Santa Rita deixou de correr secando a barragem que esta alimenta e a fonte da telha reduziu o seu caudal. Estão previstas medidas compensatórias no caso de este lençol capilar se reduzir de tal forma que todas as árvores morram ou se tornem improdutivas?2 – Não encontrei informação sobre a monitorização do caudal do Rio Arcão, este devia ser monitorizado continuamente por dar indícios da redução dos caudais capilares. Não será possível fazer esta monotorização continuamente? Quais são as medidas mitigatórias se se comprovar que este rio seca por operação da mina? Vias de circulação3 – Não encontrei o estudo do alargamento e reforço da plataforma da estrada EM543, esta deverá ter de ser intervencionada pois o pavimento apresenta falta de estrutura de base, visível na degradação rápida já existente e não apresenta bermas o que com o tráfico de âmbito local (veículos agrícolas e entradas para habitações) aumentará muito os problemas de segurança. A via não termina em nenhuma ramificação que permita a entrada em segurança de camiões, tanto pela rotunda sul de Grândola, tanto pela variante dos

Cadoços, tanto pela saída da tirana. Questões sociais4 – O estudo social baseia-se em dados que não podem ser considerados corretos, pois a população do concelho não se encontra a diminuir a prova disso é o aumento do número de alunos estrangeiros no agrupamento de escolas de Grândola que já chega aos 25%. Relembrava que os censos do INE foram feitos num período de pandemia sem que os técnicos se tenham deslocado aos locais de habitação. Por exemplo, algumas ruas centrais de Grândola ninguém participou nos censos como costumava acontecer. 5 – Havendo uma grande quantidade de empresas subcontratadas, não parece ter sido contemplado um investimento na expansão do parque empresarial de Grândola. Medidas de Compensação1 – Construção de habitação em número superior ao dos futuros trabalhadores diretos e indiretos para poder reduzir a pressão imobiliária no concelho.2 – Indeminização dos agricultores/produtores florestais afetados pela redução dos níveis freáticos com o rendimento perdido no período de 50 anos visto que algumas estruturas secundárias exteriores ou limites das áreas expropriadas provocam a morte de sobreiros e pinheiros mansos o leva à perda de rendimento que em algumas parcelas é superior aos 2000€/hectare/ano. 3 – Elaboração de um plano de abastecimento de água na zona da concessão para que os agricultores mesmo que comprando, possam ter acesso a água visto que muitos perderão toda a estrutura produtiva e perderão as fontes de irrigação e bebida para animais. 4 – Colaboração na expansão de uma zona industrial para que os prestadores de serviço se possam fixar e para que não se aumente ainda mais a pressão sobre os operadores económicos já existentes.5 – Alargamento e reforço da plataforma da estrada EM 543 e construção de uma entrada rápida no IC1.Grato pela vossa melhor atenção,João Rodrigues DiasEng.º Civil IST

Anexos: Não

Tipologia: Proposta concorrente

ID 84478 Ana Rita Santos em 2025-04-28

Comentário:

A contaminação das linhas de Água é a contaminação da Vida, num Alentejo cada vez mais seco retirar/contaminar a Água é Matar Montados Riquisa Pura do Alentejo, sustento de familias e sustento doo Meio Ambiente.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84477 Tânia em 2025-04-28

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais.Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos.O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As

medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida.Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos.11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido.Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa.Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84476 Beatriz Rosa em 2025-04-28

Comentário:

Sou grandolense e, embora tenha vivido grande parte do tempo fora deste concelho, atualmente aqui resido, e aqui pretendo ficar.Infelizmente, soube desta mina já tardiamente, por falta de divulgação por parte de quem era devido.Discordo, da mesma, como é óbvio, por pontos como: a poluição sonora, poluição atmosférica (inevitável), sobreutilização dos recursos hídricos, destruição da paisagem e do ecossistema, um ínfimo retorno económico para o concelho, possíveis problemas ambientais que tocarão não só Grândola, como os municípios vizinhos, enfim, sabem melhor que eu!Contra! Beatriz Rosa

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84475 Junta de Freguesia do Torrão em 2025-04-28

Comentário:

A Junta de Freguesia do Torrão discorda plenamente do projeto , depois uma leitura sobre o relatório técnico e não técnico permite nos verificar que existem muitos constrangimentos a vários níveis, principalmente a nível ambiental, pelo que não podemos concordar com este projeto. Outro motivo prende se pelo facto de esta Junta de Freguesia nunca ter sido informada institucionalmente sobre o referido projeto. Presidente da Junta de Freguesia do TorrãoHelder Montinho

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84474 Joao Carmo em 2025-04-28

Comentário:

Não concordo com a mina da lagoa salgada

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84473 Maria Eduarda Mendes em 2025-04-28

Comentário:

"Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84472 Paulo Jorge Conceição Tomás em 2025-04-28

Comentário:

O projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84471 Catarina Pires de Almeida Rosa em 2025-04-28

Comentário:

Faço das palavras da Ass. Proteger Grândola as minhas em apoio à minha discordância: https://protegergrandola.org/wp-content/uploads/2025/04/Memo-No5-A-mina-e-um-assalto.pdf

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84470 Imobiliária Cá Da Terra lda em 2025-04-28

Comentário:

No âmbito da consulta pública do Estudo de Impacto Ambiental do projeto "Mina da Lagoa Salgada", venho manifestar a minha firme discordância relativamente à sua aprovação. Após análise cuidada da documentação, considero que os impactos ambientais e sociais negativos associados a este projeto são graves, duradouros e desproporcionais face aos benefícios apresentados.A região de Grândola consolidou-se nos últimos anos como um território de excelência para o turismo e a preservação ambiental. A implantação de uma mina subterrânea, com grandes infraestruturas industriais, linhas aéreas de alta tensão, um enorme aterro de resíduos, ruído contínuo, poeiras e impacto visual severo é manifestamente incompatível com este modelo de desenvolvimento sustentável.As atividades económicas locais, como a agricultura, a silvicultura e o turismo, seriam gravemente afetadas, comprometendo a qualidade de vida das populações e a sustentabilidade do território. Entendo ainda que o prazo de seis semanas de consulta pública é insuficiente, considerando a complexidade dos documentos apresentados. A informação fornecida no Resumo Não Técnico é superficial e omissa relativamente aos verdadeiros impactos, não promovendo uma participação pública efetiva.Relativamente ao consumo de água, o projeto apresenta lacunas graves. A mina localiza-se numa região de escassez hídrica severa e a operação mineira representa uma ameaça séria à resiliência dos aquíferos, essenciais para o abastecimento público. As informações disponíveis não esclarecem devidamente a origem, o volume e o impacto do consumo de água da mina, o que compromete a avaliação dos riscos.A construção de uma adutora de 20 km desde a Barragem do Vale do Gaio levanta sérias dúvidas. Não é claro se o projeto possui autorização para captação da água necessária, nem qual será o seu verdadeiro impacto sobre os recursos agrícolas e os sistemas de irrigação existentes. A infraestrutura projetada tem capacidade muito superior ao declarado, o que levanta suspeitas quanto à sua utilização futura.Quanto ao risco de contaminação dos aquíferos, a exploração mineira, associada à presença de centenas de perfurações e fraturas geológicas, poderá comprometer a separação natural entre aquíferos, favorecendo a migração de contaminantes. A possibilidade de drenagem ácida de minas (DAM), altamente persistente e difícil de remediar, agrava ainda mais o risco para a qualidade da água subterrânea.A impermeabilização e compactação dos solos afetará de forma irreversível a sua capacidade de regeneração, prejudicando a recarga dos aquíferos e aumentando a erosão. O projeto prevê ainda o abate de cerca de 1.900 sobreiros e azinheiras, espécies legalmente protegidas, com consequências devastadoras para o ecossistema, o sequestro de carbono e a estabilidade dos solos.O impacto sobre a qualidade do ar, com aumento significativo de poeiras e poluentes, representará riscos acrescidos para a saúde pública e para a biodiversidade local. O ruído contínuo e o tráfego intenso de veículos pesados irão deteriorar a qualidade de vida das populações vizinhas, aumentando também os riscos de segurança rodoviária.Do ponto de vista económico e social, considero que os benefícios apresentados são francamente insuficientes face aos prejuízos ambientais e sociais. A criação de empregos será temporária e limitada, e o aumento da pressão sobre as infraestruturas e serviços públicos poderá prejudicar a população residente. O impacto positivo nas receitas municipais será marginal, inferior a 1% do orçamento anual do município, não justificando a dimensão dos impactos negativos.Concluo que este projeto representa uma profunda rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável da região. Os danos sobre a paisagem, os ecossistemas, os recursos hídricos e a qualidade de vida são irreversíveis ou de remediação altamente incerta. A principal beneficiária será a empresa promotora e os seus acionistas, sem que se vislumbrem ganhos duradouros ou

significativos para a população local.Assim, manifesto a minha firme oposição à aprovação do projeto “Mina da Lagoa Salgada” nos termos em que se encontra proposto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84469 EUGENIA PEREIRA em 2025-04-28

Comentário:

A minha irá prejudicar o meio ambiente, contaminado toda a flora local, as águas e o próprio ar, prejudicando todo o habitat.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84468 Miguel Sobral Banha em 2025-04-28

Comentário:

Chamo-me Miguel Sobral Banha, resido no concelho de Grândola, desde o dia que nasci, faz precisamente hoje 83 anos. Posso dizer, que o espaço de tempo que mais me ausentei, desta área, foi quando estive no Ultramar, dias difíceis e que muita dor me trazem, pois toda a vida trabalhei de "sol a sol", e férias foi algo que nunca tive.Sempre fui agricultor, profissão de que muito me orgulho, e as melancias que vendi para todo o país, tinham fama, e eram de excelente qualidade, tais como as do meu cunhado do Outeiro, que produzia também belíssima fruta, numa área onde atualmente querem edificar esta mina. O saber que tenho é o da experiência da vida, as percepções que tiro da Natureza foi ela que mas passou, e geralmente não me engano. Ao longo destes 83 anos de vida já vi muita coisa, mas em tudo o que aprendi no campo, lidando com plantas ou animais, houve sempre um fator comum que teimou em ser um pilar: a água! Nada nasce, cresce ou se desenvolve, de modo saudável, sem a água. A utilização megalómana, que querem fazer, deste recurso, com este projeto, nos tempos que correm, chega a ser ofensivo, para quem cá vive, tem as suas culturas e os seus animais.A poluição será inevitável, tal como a destruição da qualidade de vida do locais.Este "velho" que vos escreve, teve de pedir ajuda á filha e deu-se ao trabalho de criar um email, coisa que nunca tinha usado, para se conseguir registar e fazer ouvir a sua voz, que é voz de alguém do povo, daquele povo para quem a terra é muito mais que o chão que se pisa, daquele povo que ainda respeita a Natureza e percebe que é ela que nos comanda e não o contrário. Não tenham ilusões!Sou contra esta possível Mina, cuja implantação iria "matar" não só o mundo vegetal ao seu redor, mas também o mundo animal e, aos poucos pessoas como eu, que fazem do campo a sua vida. Ainda por cima uma mina a escassos quilómetros de tantas povoações! Quando os problemas de saúde começarem a aparecer quem será o responsável? Que consciência pesará? Quando as casas começarem a mostrar o resultado das explosões, quem se responsabilizará? As povoações mais perto não são de milionários, são de pessoas que

toda a vida lutaram para ali ter a sua casinha e uma horta. Quando se aperceberem que tudo o que lutaram está, irremediavelmente perdido, como irão reagir? Será que já não se respeita o trabalho de uma vida? o suor que tantos derramaram? Ah, é o futuro! A tecnologia! O futuro será como o passado, dependente da água e dos bens essenciais. Se este é o único meio para travar esta loucura, aqui estou eu a dar a minha contribuição.Miguel Sobral Banha

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84467 Rute Oliveira em 2025-04-28

Comentário:

Subscrevo os argumentos da associação Proteger Grândola.Não façam mais um assassínio ambiental, social e natural.Preservem e não façam mais um atentado à Natureza.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84466 Cristiana Vargas Pereira Martins em 2025-04-28

Comentário:

A Mina da Lagoa Salgada é um projeto com classificação de grande perigosidade, com impactes negativos expectáveis na qualidade e na quantidade da água presente no aquífero, podendo colocar em risco o abastecimento às populações. Se for executado, o projeto prevê a destruição de habitats, povoamentos de montado e pinhal, abrangidos pela REN e contraria o uso dos solos apontado pelos PDMs dos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola.Não é razoável colocar tudo isto em risco por um projeto com um horizonte de exploração de apenas 11 anos e cuja rentabilidade não está garantida. Acresce, que não foi feita qualquer sessão de esclarecimento ou auscultação às populações do concelho de Alcácer do Sal potencialmente afetadas pelo projeto.Pelo exposto, a minha posição é de discordância quanto ao projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84465 Ana Paula Guerreiro Batista em 2025-04-28

Comentário:

PARECER DE DISCORDÂNCIA AO PROJETO DA MINA DA LAGOA SALGADAO projeto da Mina da Lagoa Salgada abrange dois municípios: Alcácer do Sal (freguesia do Torrão) e Grândola (freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra). A área de intervenção é caracterizada sobretudo pelo habitat de montado, especialmente de sobreiros, uma das paisagens rurais mais emblemáticas de Portugal, particularmente nesta região do Alentejo.O montado de sobro é protegido por lei, não só pelo seu elevado valor ecológico — enquanto ecossistema biodiverso que combate a desertificação, conserva o solo, regula o ciclo da água e captura carbono —, mas também pela sua importância económica e cultural. Portugal é o maior produtor mundial de cortiça, sendo a extração vital para a economia

---

rural, para a criação de emprego e para a sobrevivência de pequenas comunidades. Além disso, o montado faz parte da identidade nacional, tendo sido reconhecido como Património Agrícola Mundial pela FAO.O projeto da mina prevê a eliminação de mais de 90 hectares de vegetação e o abate de cerca de 1.900 sobreiros, provocando um impacto profundo na paisagem, nos habitats e no equilíbrio do ecossistema. Compromete-se assim a integridade de um dos melhores montados da região, colocando também em risco a subsistência de famílias que dependem economicamente desta floresta.A destruição da flora e a remoção da cobertura do solo levarão à perda definitiva dos solos florestais, já de si frágeis. Acresce que, na zona de implantação do projeto, existem várias linhas de água — afluentes do Sado — e três captações públicas de água subterrânea, fundamentais para o abastecimento das populações de Mil Brejos Batão e Rio de Moinhos (freguesia do Torrão).O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) de 2019 estimava um consumo de 1 milhão de metros cúbicos de água por ano. No entanto, a promotora Redcorp já admitiu que o consumo poderá atingir o dobro. Esta utilização massiva de água irá inevitavelmente rebaixar os níveis freáticos, afetando:a vegetação autóctone, incluindo sobreiros e pinheiros;os poços e furos de regadio utilizados pela população;o próprio abastecimento humano.Esta pressão sobre os recursos hídricos ocorre numa região já vulnerável, onde no verão muitas populações são abastecidas por auto-tanques de bombeiros devido à escassez de água. O crescimento urbanístico e turístico agrava ainda mais este cenário. Aprovar este projeto é colocar em risco o acesso de comunidades locais a um bem essencial e consagrado como direito humano: a água.É urgente que sejam realizados estudos independentes sobre as disponibilidades aquíferas e as condições de exploração sustentável, não sujeitos a interesses económicos. A atual capacidade da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) para a fiscalização e monitorização da água, tanto superficial como subterrânea, é manifestamente insuficiente.Por outro lado, a atividade mineira gera resíduos altamente contaminantes. As escorrências das escombreiras e infiltrações de produtos químicos, como o cianeto de sódio (previsto no processo de lixiviação), representam riscos graves para os solos e aquíferos. A experiência em Grândola, onde ainda hoje se verificam contaminações associadas às antigas Minas da Caveira e do Lousal, é um alerta que não pode ser ignorado.A fase de exploração prevê ainda a utilização de explosivos para a extração subterrânea, com impactos sonoros sobre as populações locais e sobre unidades hoteleiras, além da libertação de partículas poluentes para o ar, com efeitos diretos na saúde humana, na agricultura e na qualidade da água.O aumento drástico do tráfego pesado — estimado em cerca de 10 camiões/dia na construção e 36 camiões/dia na exploração — agravará ainda mais a pressão sobre as infraestruturas viárias e a qualidade de vida das populações.Apesar dos impactos evidentes e significativos, este projeto, que se enquadra no nível superior de perigosidade previsto no Decreto-Lei n.º 150/2015, nunca foi devidamente apresentado à maioria das populações locais, nem no concelho de Alcácer do Sal, nem em Grândola, onde apenas foram feitas escassas sessões públicas.Importa reforçar que a avaliação deste projeto deve considerar não apenas os seus impactos diretos, mas também os impactos cumulativos de todas as outras atividades (agrícolas, turísticas, industriais) já existentes na região.O tempo de exploração previsto é de apenas 11 anos, o que torna inaceitável o desequilíbrio entre os enormes custos ambientais e sociais e os ganhos económicos projetados.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem estar acima dos interesses financeiros de curto prazo.Pelos princípios da prevenção e da precaução, e pelo respeito pelas populações locais, pelas gerações futuras e pela conservação da natureza e dos recursos hídricos, o nosso parecer é de total DISCORDÂNCIA em relação a este projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84464 raquel oliveira em 2025-04-28

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84463 Nádia Bento em 2025-04-28

Comentário:

Os gastos hídricos envolvidos nesta exploração mineira numa zona em que a água tende a escassear, são de evitar ao máximo. Para além da localização da exploração trazer impactos ecológicos significativos.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84462 maria paula guimaraes em 2025-04-28

Comentário:

Discordo sobre o projeto da Mina da Lagoa Salgada. Trata-se claramente de um projecto que visa a obtenção de lucro por parte do(s) promotor(es), aproveitando recursos hídricos que , a não serem preservados, podem comprometer sériamente as populações o futuras e actividades económicas sustentadas.As decisões não podem ser tomadas com base em critérios de aproveitamento máximo em curto prazo, mas em critérios de perpetuidade. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. Uma situação de rotura poderá conduzir a um resultado irreversível.nunca mais A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84461 Maria João ONeill em 2025-04-28

Comentário:

Este projecto vai destruir a biodiversidade da zona.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84460 Raffaella D'Intino em 2025-04-28

Comentário:

"Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84459 Eduardo Luis de Moser Lupi em 2025-04-28

Comentário:

É completamente desproporcionado para o concelho o beneficio vs a descaracterização e os danos ambientais.O transito de camiões, a ferida que fica na paisagem, os riscos de poluição de solos e aquífero não têm nenhuma correspondência em benefícios económicos para o concelho tais como infraestruturas ou criação de postos de trabalho.Não sendo contra iniciativas com risco que tragam desenvolvimento económico, esta é claramente uma cujo os danos são certos e os benefícios praticamente inexistentes.Eduardo Lupi

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84458 Sofia Villax em 2025-04-28

Comentário:

"Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84457 João Baião em 2025-04-28

Comentário:

O inpacto é negativo e a empresa exploradora nem portuguesa é. Isto é uma escandaleira. Vão destruir os paises deles.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84456 Joana Ramos em 2025-04-28

Comentário:

Todos os habitantes de Grândola deveriam ter acesso a mais informação independente e neutra sobre o impacto desta exploração e sobre as vantagens que esta traz para o local. Não penso que as vantagens sejam superiores às desvantagens. Existe um grande impacto que nunca pode ser totalmente neutralizado. Para além disso, o valor económico que se irá ganhar não reverte diretamente para a população. Não é um bom negócio para Portugal, que seja ao menos o Estado a explorar e não uma empresa estrangeira - se é um recurso nacional deve ser uma exploração nacional. Não sendo, traz ainda um impacte ambiental negativo, numa zona que já não tem muita água. Não concordo e penso que não deve acontecer. Muito menos como PIN.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84455 Maria Do Carmo Serronha Jorge em 2025-04-28

Comentário:

"Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado."

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84454 Catarina Freitas em 2025-04-28

Comentário:

Discordo que projetos destes sejam efetuados em zonas de elevada sensibilidade ecológica e com impactos tão negativos a nível da fauna, flora, recursos hídricos e mesmo humanos. O que este projeto vai prejudicar é infinitamente superior ao que vai beneficiar.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84453 Luís Magalhães em 2025-04-28

Comentário:

Discordo com a implantação da mina devido ao gravíssimo impacto ambiental e intromissão na vida e labor das pessoas residentes na região.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84452 Claudia Matias em 2025-04-28

Comentário:

Exmos Senhores,Venho por este meio manifestar a minha discordância contra tamanho atentado ambiental e com elevado impacto na comunidade local. Com os melhores cumprimentos,Claudia Matias

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84451 Christina Villax em 2025-04-28

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo, todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais, para além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. Dado as pressões já existentes sobre os sistemas aquíferos da região, o projeto da mina representa uma ameaça séria à resiliência hídrica da região. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84450 Alexandra Maria da Costa André Rodrigues Dias em 2025-04-28

Comentário:

Discordo plenamente, o que for destruído já não tem retorno

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84449 Octávio do Carmo em 2025-04-28

Comentário:

Contra!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84448 Daniela Guiomar em 2025-04-28

Comentário:

"Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84447 Joana Simões em 2025-04-28

Comentário:

Este projeto envolve um consumo enorme de água e tem impactos muito significativos na biodiversidade.A barragem de Vale do Gaio tem estado com níveis muito baixos e tem como uso principal a agricultura. Com o aumento da procura de água, irão gerar-se conflitos no seu uso.A própria população e o município não são favoráveis a este projeto.Os impactos ambientais superam em muito os benefícios.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84446 Luís Koscjig Hölzl em 2025-04-28

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84445 Vitor Peixeiro em 2025-04-28

Comentário:

As consequências ambientais para a população envolvente da Mina da Lagoa Salgada serão bastante elevadas. Relativamente à qualidade do ar, prevê-se um aumento significativo de partículas em suspensão e de gases de combustão oriundos da mina. Quanto aos riscos associados a substâncias perigosas, não acredito que as medidas de mitigação previstas sejam eficazes.O ruído e as vibrações provenientes da operação de equipamentos pesados e da circulação de veículos serão constantes, afetando principalmente as zonas habitacionais mais próximas.A minha principal preocupação prende-se com as águas subterrâneas, uma vez que existe o risco de contaminação dos aquíferos, seja devido ao funcionamento de estaleiros, escombreiras ou a eventuais fugas de substâncias perigosas. A saúde da população exposta a poluentes atmosféricos tende a agravar-se, especialmente no caso dos idosos.A nível económico, a degradação das estradas, resultante do trânsito intenso de camiões e da poluição ambiental, poderá gerar conflitos com o setor do turismo, que é uma aposta estratégica do concelho. Não me parece que a coexistência de ambos seja benéfica.Estamos, assim, a colocar em causa toda esta zona.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84444 Ricardo Santos em 2025-04-28

Comentário:

A aldeia de Água Derramada e as suas zonas envolventes podem ficar severamente afectadas com este projecto.O impacto ambiental é conhecido, a zona que cobre a exploração tem alguns solos férteis e com boa captação de água, mas existem também outros solos pobres que com o projeto identificado irao ficar ainda mais afectados com a diminuição de água no solo, a juntar a provável contaminação dos lençóis de água disponíveis.Para além do impacto ambiental tenho que salientar que a região está cada mais deserta a nível populacional e todo e qualquer projecto que tenha como meta descaracterizar terrenos, acessos, e que vá rotular uma localidade como local de actividade mineira será bastante penalizador para quem lá habita, quem queira gerir e valorizar os terrenos herdados nesta área, e isso terá como resultado muito provável a continuação da desertificação desta área.Não à mina.Respeito por quem fez a aldeia de Água Derramada crescer há mais de cem anos.Respeito por uma zona pobre que não está junto à costa e não vive do turismo como outras no concelho de Grândola.Respeito por uma geração mais jovem que queira desenvolver os terrenos herdados ou adquiridos e valorizar esta área.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84443 isabel maria em 2025-04-28

Comentário:

A minha participação é de discordância com este projeto da Mina da Lagoa Salgada e passo a fundamentar: O projeto prevê o abate de cerca de 1.900 sobreiros e azinheiras em 73 hectares de montado, comprometendo a biodiversidade, o sequestro de carbono e a estabilidade dos solos. As medidas compensatórias propostas são insuficientes, dadas a lentidão e a complexidade da regeneração natural. A impermeabilização e compactação dos solos por pelo menos 11 anos poderá provocar danos irreversíveis, reduzindo a capacidade de recarga dos aquíferos e aumentando o risco de erosão e assoreamento. Esta situação agrava-se no atual contexto de alterações climáticas. A mina situa-se numa área estratégica de proteção de aquíferos e poderá causar rebaixamento do lençol freático e contaminação dos recursos hídricos subterrâneos devido à construção de galerias, falhas geológicas e drenagem ácida (DAM) dos rejeitados. O aterro de rejeitados, classificado como de perigo “muito alto”, acumulará 9 milhões de toneladas de resíduos tóxicos, aumentando o risco de falhas estruturais. A operação mineira ocorrerá numa região já afetada por escassez hídrica crónica. Existe um risco grave para o único ponto de captação que abastece as localidades de Água Derramada e Cilha do Pascoal. O projeto prevê a utilização de 1 hm^3 de água por ano, mas não esclarece a origem nem a segurança desse fornecimento.A conduta prevista desde a Barragem do Vale do Gaio (20 km) poderia ser usada para captar muito mais água do que a inicialmente licenciada, levantando dúvidas sobre um possível "plano B" para compensar falhas nos aquíferos. A atividade mineira gerará poeiras e poluentes atmosféricos, afetando a saúde pública e a agricultura. O aumento do tráfego pesado agravará o risco de acidentes, deterioração de estradas, ruído e perturbação do bem-estar dos residentes, particularmente nas localidades atravessadas pela EM543. Apesar das promessas de benefícios económicos, o impacto real será limitado: O município de Grândola é financeiramente robusto, e a receita esperada da mina representaria menos de 1% dos rendimentos da autarquia. O projeto pode agravar a já existente escassez de mão-de-obra e o problema de acesso à habitação, resultantes do

crescimento do turismo e do setor imobiliário. A pressão sobre infraestruturas públicas aumentará, sem garantias de melhoria de serviços como saúde e transporte.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84442 Filipe Lemos em 2025-04-28

Comentário:

Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao projeto da Mina da Lagoa Salgada, no concelho de Grândola, pelas seguintes razões:Impacto irreversível sobre o montado de sobroO projeto compromete a integridade de um dos melhores montados da região, um ecossistema fundamental para a biodiversidade, para a proteção do solo e para o combate à desertificação. O montado é uma riqueza natural insubstituível e constitui parte integrante do património ambiental e cultural do país, estando o sobreiro protegido por lei.Ameaça à biodiversidadeA destruição prevista resultará na perda de habitat para várias espécies de fauna e flora, algumas das quais protegidas e de elevado valor ecológico. Esta perda não é compensável.Risco de contaminação de solos e águas e diminuição dos aquíferosA atividade mineira representa um risco elevado de poluição dos solos e aquíferos, com efeitos duradouros e que poderão afetar negativamente a agricultura, a qualidade da água e a saúde pública. Por outro lado, as povoações da Cilha do Pascoal, Água Derramada, Mil Brejos Batão e Rio de Moinhos são abastecidas nas proximidades e nos aquíferos onde o projeto também irá se abastecer. Como está garantido o abastecimento publico às populações?! Há monitorização da qualidade e do nível destes abastecimentos públicos, realizados pelas entidades competentes, nomeadamente a APA?!?Conflito com o modelo de desenvolvimento sustentávelO concelho de Grândola tem apostado num modelo de desenvolvimento mais sustentável, assente na valorização dos seus recursos naturais. A instalação de uma mina é contrária a esta visão e pode comprometer o futuro económico de setores como a agricultura, o turismo de natureza e a cortiça.Insuficiência de informação e subavaliação dos impactosOs estudos apresentados não consideram adequadamente os impactos cumulativos, nem os efeitos de longo prazo sobre a qualidade de vida das populações locais e sobre os recursos naturais.Pelo exposto, considero que o projeto da Mina da Lagoa Salgada não deve ser aprovado. Deve-se, antes, apostar na preservação do montado, num desenvolvimento local sustentável e na defesa do interesse público a longo prazo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84441 Alexandra Batista em 2025-04-27

Comentário:

PARECER DE DISCORDÂNCIA AO PROJETO DA MINA DA LAGOA SALGADAO projeto da Mina da Lagoa Salgada abrange dois municípios: Alcácer do Sal (freguesia do Torrão) e Grândola (freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra). A área de intervenção é caracterizada sobretudo pelo habitat de montado, especialmente de sobreiros, uma das paisagens rurais mais emblemáticas de Portugal, particularmente nesta região do Alentejo.O montado de sobro é protegido por lei, não só pelo seu elevado valor ecológico — enquanto ecossistema biodiverso que combate a desertificação, conserva o solo, regula o ciclo da água e captura carbono —, mas também pela sua importância económica e cultural. Portugal é o maior produtor mundial de cortiça, sendo a extração vital para a economia rural, para a criação de emprego e para a sobrevivência de pequenas comunidades. Além disso, o montado faz parte da identidade nacional, tendo sido reconhecido como Património Agrícola Mundial pela FAO.O projeto da mina prevê a eliminação de mais de 90 hectares de vegetação e o abate de cerca de 1.900 sobreiros, provocando um impacto profundo na paisagem, nos habitats e no equilíbrio do ecossistema. Compromete-se assim a integridade de um dos melhores montados da região, colocando também em risco a subsistência de famílias que dependem economicamente desta floresta.A destruição da flora e a remoção da cobertura do solo levarão à perda definitiva dos solos florestais, já de si frágeis. Acresce que, na zona de implantação do projeto, existem várias linhas de água — afluentes do Sado — e três captações públicas de água subterrânea, fundamentais para o abastecimento das populações de Mil Brejos Batão e Rio de Moinhos (freguesia do Torrão).O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) de 2019 estimava um consumo de 1 milhão de metros cúbicos de água por ano. No entanto, a promotora Redcorp já admitiu que o consumo poderá atingir o dobro. Esta utilização massiva de água irá inevitavelmente rebaixar os níveis freáticos, afetando: a vegetação autóctone, incluindo sobreiros e pinheiros; os poços e furos de regadio utilizados pela população; o próprio abastecimento humano.Esta pressão sobre os recursos hídricos ocorre numa região já vulnerável, onde no verão muitas populações são abastecidas por auto-tanques de bombeiros devido à escassez de água. O crescimento urbanístico e turístico agrava ainda mais este cenário. Aprovar este projeto é colocar em risco o acesso de comunidades locais a um bem essencial e consagrado como direito humano: a água.É urgente que sejam realizados estudos independentes sobre as disponibilidades aquíferas e as condições de exploração sustentável, não sujeitos a interesses económicos. A atual capacidade da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) para a fiscalização e monitorização da água, tanto superficial como subterrânea, é manifestamente insuficiente.Por outro lado, a atividade mineira gera resíduos altamente contaminantes. As escorrências das escombreiras e infiltrações de produtos químicos, como o cianeto de sódio (previsto no processo de lixiviação), representam riscos graves para os solos e aquíferos. A experiência em Grândola, onde ainda hoje se verificam contaminações associadas às antigas Minas da Caveira e do Lousal, é um alerta que não pode ser ignorado.A fase de exploração prevê ainda a utilização de explosivos para a extração subterrânea, com impactos sonoros sobre as populações locais e sobre unidades hoteleiras, além da libertação de partículas poluentes para o ar, com efeitos diretos na saúde humana, na agricultura e na qualidade da água.O aumento drástico do tráfego pesado — estimado em cerca de 10 camiões/dia na construção e 36 camiões/dia na exploração — agravará ainda mais a pressão sobre as infraestruturas viárias e a qualidade de vida das populações. Numa estrada municipal que não possui, condições de segurança para o atual trafego. No projeto não apresenta intervenções a este nível. Apesar dos impactos evidentes e significativos, este projeto, que se enquadra no nível superior de perigosidade previsto no Decreto-Lei n.º 150/2015, nunca foi

devidamente apresentado à maioria das populações locais, nem no concelho de Alcácer do Sal, nem em Grândola, onde apenas foram feitas escassas sessões públicas.Importa reforçar que a avaliação deste projeto deve considerar não apenas os seus impactos diretos, mas também os impactos cumulativos de todas as outras atividades (agrícolas, turísticas, industriais) já existentes na região.O tempo de exploração previsto é de apenas 11 anos, o que torna inaceitável o desequilíbrio entre os enormes custos ambientais e sociais e os ganhos económicos projetados. A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem estar acima dos interesses financeiros de curto prazo. O meu parecer é de total DISCORDÂNCIA em relação a este projeto. Também eu sou proprietária florestal nas imediações deste projeto e o meu montado de sobro e azinho sofrerá diretamente com este projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84440 Bruno Cruz em 2025-04-27

Comentário:

Trata-se de uma agressão ao aquífero que já sofre bastante como se pode constatar pela redução de várias lagoas e secura de várias linhas de água.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84439 Vitor Manuel Sarabando Vieira em 2025-04-27

Comentário:

A zona não comporta uma exploração com consumo intensivo de recursos, com impacto ambiental negativo como exemplo da mina do lousal.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84438 Carlos António dos Santos Pacheco em 2025-04-27

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84437 Luisa Fusi em 2025-04-27

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84436 A Sobral em 2025-04-27

Comentário:

Diacordância total!Pelos impactos irreversíveis ao nível da saúde da populações do concelho que são muitos e gravíssimos, do ambiente, do bem estar da população e até da sua saúde mental devido ao impacto da utilização de explosivos dia e noite.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84435 Carlos Dias Alves em 2025-04-27

Comentário:

Por estar inteiramente de acordo com os termos e fundamentos da apresentados pelo organização Alcácer P´lo Ambiente uso a participação deste movimento para exercer o meu direito de participação na consulta pública sobre o Estudo de Impacte Ambiental do projeto da Mina da Lagoa Salgada. A área de concessão abrange uma parte do concelho de Alcácer do Sal, freguesia do Torrão, e outra parte do concelho de Grândola, freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra. De acordo com os PDMs de Grândola e de Alcácer do Sal, na área de implantação do projeto são abrangidos sobretudo solos com as classificações de rústicos – espaços florestais de produção e espaços agrosilvopastoris. Este uso é inviabilizado com a total destruição do coberto vegetal, já que se prevê a "limpeza da camada vegetal superficial, incluindo abate de árvores e remoção de arbustos, decapagem dos solos (até 30 cm de profundidade) e regularização dos terrenos". A área de implantação do projeto também abrange áreas de REN, mais especificamente, áreas de Estrutura Ecológica Fundamental e de Estrutura Ecológica Principal, assim como povoamentos de sobreiros. Apesar de se alegar a compatibilidade e o regime de exclusão por classificação de interesse nacional, é desadequado e imprudente colocar em risco tão altos valores por infraestruturas cuja rentabilidade não é certa e cujo período de exploração é de apenas 11 anos, o que faz com que a relação custo/benefício deste projeto seja totalmente desequilibrada. Saliente-se os custos ambientais anunciados, que incluem, nomeadamente, a destruição de unidades de vegetação associadas a habitats de interesse comunitário (sobro e azinho), a destruição de biótopos para a fauna e a perda definitiva de solos florestais, que as medidas compensatórias não mitigam, uma vez que o seu sucesso é imprevisível. Acresce, que o projeto terá um impacto dramático na paisagem, só parcialmente remediável em muitas dezenas de anos. Nas proximidades da zona de implantação do projeto existem inúmeras linhas de água, afluentes do Sado e estão presentes três captações públicas de águas subterrâneas fundamentais para o abastecimento das populações de Mil Brejos Batão e Rio de Moinhos na freguesia do Torrão, concelho de Alcácer do Sal. O projeto envolve a construção de uma adutora para a ligação à Barragem de Vale do Gaio, onde se preconiza que seja feito o abastecimento de água, mas a água industrial ou de processo, nos anos iniciais de exploração, será de origem subterrânea, com captações no aquífero Tejo-Sado, margem esquerda. Em ambos os casos, o volume de água a captar é omisso no estudo, o que constitui uma FALHA GRAVE, que deveria levar à reprovação do Estudo de Impacte Ambiental. Por experiência comprovada em outros projetos com semelhantes características, sabe-se que os consumos de água para a mineração são tão elevados que irão provocar o rebaixamento do nível das águas subterrâneas, afetando a disponibilidade de água para a vegetação local, incluindo os sobreiros e pinheiros, os poços e furos utilizados pela população local para os sistemas agrícolas de regadio e o próprio abastecimento para consumo humano. O projeto representa objetivamente um perigo para o aquífero da margem esquerda do Sado em relação ao qual a Universidade de Lisboa e o LNEC, em notícia publicada em 10.01.2025, formulam as seguintes advertências:" Nos últimos anos têm-se observado uma maior deficiência hídrica em Portugal que começa a afetar os sistemas aquíferos, em particular na Bacia do Tejo – Sado. Este enquadramento é preocupante dado o crescimento demográfico e económico observados na região, tornando fundamental um melhor conhecimento sobre as reservas hídricas presentes nas formações cenozóicas e paleozóicas. Os sistemas aquíferos observados são porosos e fissurais sendo complexos e repartindo-se entre as unidades superficial, multicamada e profunda. A caracterização e modelação 3D dos aquíferos e das estruturas geológicas do eixo Setúbal-Marateca-Alcácer do Sal-Grândola é essencial para a avaliar as disponibilidades aquíferas existentes e suas

condições de proteção e exploração sustentada." Ademais, a análise do projeto na perspetiva da diretiva Quadro da Água, confirma que este complexo mineiro poderá ter impactes diretos neste aquífero, modificando as suas características hidroquímicas, por variação do PH, incremento de mineralização e solubilização de metais. Do ponto de vista quantitativo, existe a previsão de impactes diretos na alteração do padrão hidrodinâmico e sentidos preferenciais de escoamento subterrâneo, derivados da abertura de grandes galerias. As escorrências das escombreiras e as infiltrações de produtos químicos utilizados no processo de mineração irão, assim, contaminar as águas subterrâneas e, na fase de exploração, a produção de águas residuais, resultante da produção de betão, lavagem de equipamentos e exploração mineira, embora destinada a ser encaminhada para a ETAR e "descarregada para o meio natural post

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84434 antonio manuel banha gonçalves rocha em 2025-04-27

Comentário:

Como cidadão deste Concelhio vejo neste projeto uma perda de qualidade de vida para os residentes devido aos impactos diretos na execução e impactos indiretos pelo aumento da população imigrante com outros hábitos de vida. Falta de centro de saúde com capacidade de atendimento , falta de creches de escolas para jovens mas também para adultos. Este projeto terá os ,mesmos que tem por exemplo Aljustrel, rebentamentos , poeiras ,parque residencial com degradação acelerada devido a vibrações, aumento de doenças respiratórias e cancerígenas. Mais viaturas pesadas em movimento, mais poluição. Com a quantidade de produtos químicos em utilização será praticamente impossível não haver fugas, derrames que venham a contaminar os lençóis freáticos, isto durante o período de exploração. então quando se der o encerramento quem ganhou levou o seu capital e de certeza não vai viver neste local , aqui vão ficar montes de problemas para as próximas gerações conviverem pois tudo o que vem á superfície deve voltar para o seu interior, assim se faria a reconversão do local.Como proprietário e agricultor no local de implantação do projeto sinto-me esmagado pois já vi partir o meu Pai , o meu Tio e Padrinho e um amigo de toda a vida criado pelos meus avós , eles não suportaram a pressão. O Estudo de Impacto tem várias leviandades como por exemplo onde diz áreas agrícolas contaminadas com pesticidas percebe-se que é um trabalho de secretária e não de campo pois esta zona está em agricultura biológica há vários anos. sou produtor de referencia nos ovinos na empresa Martins e Constantino , sou um dos poucos produtores de Serradela no País , de tremociçlha , ervilhaca, trevos além de toda a parte florestal , cortiça pinha, madeira . Então para onde vou fazer o que sempre fiz com toda dedicação e amor ao longo de anos , então e as duas gerações que me sucedem? Fala numa conduta de 100mm para trazer água da Barragem Trigo Morais , mas que quantidade de água ?

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84433 Hernâni José Pereira Sobral em 2025-04-27

Comentário:

Considero um atentado a toda a população envolvente e a todas as actividades agroflorestais ali desenvolvidas.Uma contaminação desnecessária que terá um peso a pagar pelas gerações futuras.A minha tristeza e desilusão por todo este processo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84432 Mafalda em 2025-04-27

Comentário:

Não concordo com a ideia da realização da mina da lagoa salgada por vários motivos como a deterioração da qualidade da água não so para as zonas próximas mas das bacias adjacentes, perda de áreas de floresta viva e em plena produção de cortiça. Abate de árvores com estatuto de proteção como o sobreiro e como não podia deixar de ser a perda de qualidade de vida e de ambiente das pessoas residentes proximo da zona a ser explorada, não so durante o tempo de exploração como a longo prazo.Não concordo com a Lagoa Salgada, o beneficio sera minimo perto das consequencias negativas.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84431 Rita Vairinhos em 2025-04-27

Comentário:

Para além de ser muito questionável o interesse nacional deste projeto, e para além de todas as áreas de interesse ecológico e agrícola abrangidas pela área de intervenção, as medidas compensatórias apresentadas não passam de uma lista "bonita" de falsas promessas e grandes contradições (dando apenas um exemplo, é pretendido que 30% das necessidades energéticas da exploração sejam supridas com recurso a energia renovável. Apesar da parca quantidade de energia renovável (que nem para a exploração chega), é prometido o fornecimento de "água e energia verde" à população...).Urge sensatez...

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84430 Rúben Carvalho Castro em 2025-04-27

Comentário:

Considero que este projeto tem um tremendo impacto ambiental destrutivo sobre a região e até sobre a sua economia.Sou morador do concelho de Alcácer na aldeia de Rio de Moinhos, muito próximo da Água Derramada.Constituí aqui família e vejo com muita apreensão os riscos desta empreitada. Peço por favor que o projecto seja reconsiderado. Rúben Carvalho Castro

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84429 Patrícia Barreiro em 2025-04-27

Comentário:

O impacto ambiental deste projeto é devastador. O retorno esperado, face ao impacto em causa, é irrisório. Abate de sobreiros?? Como é possível? Numa altura com tanta discussão em torno da gestão hídrica, como apoiar e permitir este projeto? São inúmeras as questões e irregularidades neste projeto! Numa zona já tão pressionada pela indústria do turismo e imobiliária, vão mesmo permitir mais este tipo de pressão ambiental e económica? Não basta já tudo o que a população tem passado? E os habitats que são vão perdendo cada vez mais. Manifesto a minha total discordância!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84428 Proteger Grândola - Associação de Defesa do Ambiente em 2025-04-27

Comentário:

A Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente vem por este meio manifestar a sua discordância com o projeto proposto. Consideramos que os impactos ambientais e sociais negativos associados a Mina da Lagoa Salgada são graves, duradouros e desproporcionais face aos potenciais benefícios apresentados. Anexamos ficheiro com a participação completa da Proteger Grândola.

Anexos: 84428_Participação PG - Consulta Publica EIA Mina Lagoa Salgada Final.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84427 Ines ervideira em 2025-04-27

Comentário:

Discordo totalmente

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84426 Mariana Sousa em 2025-04-27

Comentário:

Como habitante local, não posso ficar indiferente à notícia desta nova tentativa de implantação do projeto da Mina da Lagoa Salgada que só trará desvantagens às populações circundantes e ao ambiente.Claramente que esse projeto afetará gravemente a vida das pessoas como por exemplo com o aumento da poluição sonora, do ar e da água. Para além das vibrações para as escavações, com explosões e maquinaria pesada, bem como circulação de camiões que danificarão as estradas municipais. Estes problemas contribuirão para a desertificação destas aldeias e para a desvalorização dos terrenos e dos imóveis, transformando-as em aldeias fantasma. Além disso terá um impacto negativo na atividade turística, que é uma importante fonte de rendimento para todo o município de Grândola.A somar às altas temperaturas e clima seco típico desta terra alentejana estão as alterações climáticas que têm agravado a situação da falta de água. Com esta mina prevê-se um que esta situação se agrave ainda mais, escasseando um recurso tão precioso

---

e fundamental que é a água e correndo o risco de contaminação dos lençóis de água e do solo.Estes danos podem ser irreversíveis e mesmo depois do encerramento da mina os problemas permanecerão exemplo disso são as minas do Lousal e de Canal Caveira, que já encerraram há anos e com impactos profundamente negativos para as populações.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84425 Fatima Roldão em 2025-04-27

Comentário:

Anexo documento com as minhas discordâncias aos projecto, ao nível do impacto ambiental e da proposta da linha de alta tensão que recuso a que passe nos meus terrenos

Anexos: 84425_20250427_PARTICIPACAO_PUBLICA.docx

Tipologia: Discordância

ID 84424 Joao Roldao em 2025-04-27

Comentário:

Ex.mo Senhor Presidente da Agência Portuguesa do AmbienteAssunto: Consulta Pública da Mina da Lagoa Salgada em GrândolaJoão Pedro dos Santos Nunes Roldºao, titular do Cartão de Cidadão n.º 10511566, com o NIF 200728342, residente na Avenida dos Lusíadas 4, Aveiro (3800-030), com o contacto telefónico 919891473 e email jproldao@gmail.com, na qualidade de herdeiro da Herança Indivisa de José António Espada Nunes Roldão, com o NIF 707 556 112 proprietária do Prédio Rústico participado à Matriz da União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra sob artigo n.º 6, secção DD vem pela presente apresentar as seguintes considerações/participação face à consulta publica que se encontra em período de receção de participações públicas.Para tal anexo ficheiro a esta participação, para vossa análise.CumprimentosJoão Roldão

Anexos: 84424_JR 20250427_PARTICIPACAO_PUBLICA.docx

Tipologia: Discordância

ID 84423 Leandro em 2025-04-27

Comentário:

O projeto da mina da lagoa salgada assume um balanço capital positivo para o projeto em detrimento da população local, saúde publica, qualidade de vida, degradação do ambiente, destruição da fauna e flora locais, com impactos prolongados no tempo.Como maiores preocupações assinalo os pontos abaixo:A estrada municipal de ligação à mina não esta dimensionada para o tráfego indicado na fase de exploração e construção, havendo assim uma degradação acelerada da estrada. O desgaste acelerado da estrada e incorreto dimensionamento para a passagem das 36 viaturas pesadas indicadas (EIA) na estrada terá custos ao município e aos seus utilizadores, aumentará o tempo de viagem, aumentará o risco de acidente rodoviário, atropelamento de pessoas e animais e poderá tornar a

estrada intransitável momentaneamente;A estrada municipal é estreita, sem passeios na maior parte da sua extensão, com visibilidade limitada em curvas, terá elevada probabilidade de acidentes entre camiões e utentes locais (peões, animais, bicicletas, tratores, etc);Poluição sonora e do ar, motores em aceleração produzem picos de ruído de 85–95 dB(A) a menos de 20 m da estrada, acima dos limites da Organização Mundial de Saúde para zonas residenciais. As emissões de NO_x e partículas ($PM_{2.5}$/PM_{10}) agravam doenças cardiovasculares na população das aldeias vizinhas;Potencial foco de contaminação a partir dos veículos que entram se saem da mina;Emissão de poeiras metálicas, numa região particularmente seca durante grande parte do ano fará as poeiras finas viajarem longos percursos, o transporte, a britagem e o beneficiamento do minério geram poeira fina (<10 µm) carregadas de partículas metálicas, que se depositam no solo agrícola vizinho, afetando a qualidade dos produtos e a saúde das populações, em zona em que a população tem produção agrícola local, havendo assim risco para a saúde pública;O armazenamento de estéril/armazéns de rejeitos, se não impermeabilizados corretamente, permitem infiltração de metais pesados no solo e nos lençóis de água subterrânea. Qualquer rutura ou acidente pode provocar derrames de lamas tóxicas totalmente irremediáveis, havendo assim riscos para a saúde publica, considerando que parte da população ainda usa estas águas para consumo;A exposição de sulfetos (pirite, pirrotita) à água e ao oxigênio gera ácido sulfúrico, que solubiliza metais como cobre, chumbo e zinco. Isto pode baixar o pH para valores abaixo de 4, facilitando a mobilização de arsênico e outros elementos tóxicos para cursos de água superficiais e aquíferos;Para abrir galerias subterrâneas é normal bombar-se centenas de metros cúbicos de água por hora, reduzindo o nível freático da zona. Este declive pode secar nascentes, poços rurais e tanques de rega, numa região com problemas de seca agravados pelas alterações climáticas.Perda de biodiversidade e degradação de habitats, fragmentação do montado com a abertura de acessos, plataformas de estéril e infraestruturas, reduzindo assim corredores ecológicos para espécies existentes e em vias de extinção;A zona de Lagoa Salgada está inserida num sistema de charcos temporários de elevado valor ornitológico, potencialmente utiliza-dos por aves migratórias;A criação de uma linha de alta tensão com 15,1km implicará desflorestação, maior fragmentação do montado, impacto visual, depreciação do valor dos terrenos, ruído sonoro, risco de colisão para as aves;O impacto negativo da mina nas aldeias circundantes (Água Derramada, Silha do Pascoal, Silha do Centeio, Aldeia da Justa, Bairro dos Cadoços e potencialmente Aldeia do Futuro), poderá levará à sua desertificação;A mina propõe-se a ficar a menos de 1000m da aldeia de Água Derramada, havendo um risco sério para a saúde publica desta população;Aumento de pressão habitacional numa zona com baixa disponibilidade de habitações e com preços já muito elevados e adicionalmente um aumento de pressão laboral numa zona já com escassez de mão de obra.Por estas razões oponho-me à exploração da Mina da Lagoa Salgada.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84422 Ana Aldeias em 2025-04-27

Comentário:

Não concordo com o abate e a destruição de um habitat tão importante como o montado!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84421 Isabel Silva em 2025-04-27

Comentário:

Da analise que me foi possível efetuar aos documentos em anexo, não é clara a quantidade de água necessária para o funcionamento da mina, nem concordo com as fontes de onde irá ser retirada, tendo em conta o meio envolvente. Considero que o ano que decorre foi excecional em termos de chuva, porém todos nos lembramos a situação de seca extrema em que estevávamos há bem poucos meses. É do conhecimento público que temos nesta zona um dos melhores montados do mundo, sendo esta matéria prima também ela para além de necessária, uma fonte de rendimento não só para os seus proprietários, como também para as centenas de homens/mulheres que efetuam a sua extração e também o todos o trabalho de manutenção do montado e também o seu processamento, montado esse que poderá ser posto em causa devido à escassez de água, levando por arrasto não só proprietários, mas também homens e mulheres que trabalham em tudo o que envolve a extração e manutenção do montado. Estas pessoas não são necessariamente as que encontrarão a sua fonte de rendimento através da mina, pelo que tenho duvidas, se para nós, a mina será uma mais valia ou se marcará o fim de uma identidade cultural e fonte de rendimento secular. Sendo que o meu pensamento é igual no que diz respeito à exploração do pinhal.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84420 Vasco G em 2025-04-27

Comentário:

“Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua

destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.”

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84419 Vanda Bregieiro em 2025-04-27

Comentário:

O projeto da Mina da Lagoa Salgada, promovido pela Redcorp/Ascendant Resources, visa a extração de metais em Grândola, numa área sensível em termos ambientais e hídricos. Esta exploração subterrânea, com operação 24 horas por dia, consumirá volumes de água alarmantes numa região já classificada como de escassez extrema de água. Serão geradas enormes quantidades resíduos tóxicos, implicando a contaminação dos solos e aquíferos, com impacto potencial irreversível na agricultura, biodiversidade e qualidade de vida local.A mineração trará poucos benefícios para a localidade, nomeadamente pela criação limitada de emprego local, pela sobrecarga nos serviços públicos e infraestruturas(temos o exemplo das estradas, que não têm estrutura para arcar com a futura movimentação de veículos) e pressão sobre a habitação. Em troca, obteremos a destruição de ecossistemas, da paisagem e da qualidade de vida. Por outro lado, as compensações financeiras para os municípios serão irrisórias, enquanto os lucros beneficiarão maioritariamente investidores estrangeiros.Se o projecto for adiante, haverá um risco muito elevado de catástrofe ambiental associado ao acúmulo de resíduos e ao abate e destruição de mais de 1.900 sobreiros(património natural protegido e vital para o equilíbrio ecológico).Este projeto não é sustentável para a região, nem para Portugal. Nem a curto, nem muito menos a longo prazo.Defendo o cancelamento da concessão e a protecção dos nossos recursos naturais e da qualidade de vida dos habitantes.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84418 Rita Castro em 2025-04-27

Comentário:

Muito dano ambiental e social

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84417 Ana Rita em 2025-04-27

Comentário:

Permanecem em EIA por propor soluções ou mitigar questões tais:1. Fornecimento de Água: a) Sendo que se apresenta o sistema adutor proveniente da barragem do vale do Gaio como atualização em EIA para alternativa de abastecimento de água ao complexo mineiro, interpreta- se na continuidade da leitura do documento que esta origem não será utilizada nos primeiro anos de construção e produção do complexo. Mantêm-se assim por mitigar os riscos associados à escassez de água na área de proximidade e seus impactos negativos para população (onde a agricultura de subsistência se mantém com carácter importante na conjectura económica familiar) e para a economia local (atividades silvícolas, florestais, pecuária, sinergética e turísticas); b) Permanece por mitigar o risco de falta ou falha no abastecimento de água às povoações de Água Derramada e Silha do Pascoal caso sejam afetadas, por trabalhos do complexo mineiro, as captações subterrâneas que as abastecem; c) Permanece por esclarecer o plano de fornecimento de água a pecuárias na área de impacto da mina(raio de impacto por esclarecer 20km? 30 km?); d) Em EIA é mencionado que não serão efectuadas furações em áreas de captação de água subterrâneas. Tal assunção não será então compatível com o início de qualquer trabalho no âmbito da construção e laboração mineira, por na proximidade se encontrarem instaladas as captações de água que abastecem água potável às povoações de Água Derramada e Silha do Pascoal (captação via furo, não existe estação de tratamento de água);2. Acessibilidades - Estrada Municipal 543: a) Permanece por mitigar o risco de segurança associado à utilização da estrada municipal que não dispõe de condições de largura nem de base para a circulação de veículos pesados, colocando em causa a segurança dos seus habituais utilizadores (habitantes, serviços de transporte e distribuição de mercadorias provenientes de Évora e serviços de transporte de crianças para o polo escolar de Agua Derramada); b) A estrada municipal 543 não dispõe das condições necessárias para garantir de modo seguro o tráfego associado ao início da construção do complexo mineiro. Acções de beneficiação que conduzam ao seu alargamento e relocalização de infraestruturas de eletricidade e comunicação existentes, deverão obrigatoriamente ser garantidas antes do início de qualquer obra/ construção; c) A estrada municipal 543 atravessa o interior da Aldeia da Justa. O incomodo à população gerado pelo tráfego pesado durante as fases de construção e produção, será permanente e incomportável para a sua saúde, segurança e bem-estar;3. Terrenos a expropriar no âmbito do sistema adutor proveniente de vale do Gaio e traçado: a) não é claro o futuro traçado e áreas a expropriar; b) a acontecer expropriações, essa deverão ter em conta a possibilidade de expansão de áreas construtivas/ parques habitacionais futuro; c) a conduta ao atravessar aldeia de Água Derramada pela estrada municipal 543 impactará com infraestruturas de esgotos e de abastecimento de água potável. Deverá ser melhorado e antecipado projeto no âmbito da construção do sistema adutor e a sua construção (antes do início dos trabalhos de construção do complexo mineiro); d) o projeto do traçado dos sistema adutor deveria considerar pontos de entrega de água em propriedades com atividades de pecuária passíveis de ser afectadas pela laboração mineira, desde a margem do Sado até à Lagoa Salgada (todas as explorações são registadas e passíveis de consulta junto das autoridades competentes);4. Qualidade do ar: a) as instalações de flutuação, espessamento, entre outras, poderão contribuir de forma muito negativa para a qualidade do ar. A periodicidade e meios de monitorização deverão ser clarificados;5. Qualidade da água: a) as instalações poderão contribuir de forma muito negativa para a qualidade do água. A periodicidade e meios de monitorização deverão ser clarificados;6. Ruído: a)A periodicidade e meios de monitorização deverão ser clarificados.7. A comunidade permanente em Água Derramada e Silha do Pascoal pouco

será beneficiada no que concerne aos postos de trabalho a criar pelo complexo mineiro, motivado pela sua faixa etária e área de conhecimento, pelo que deverá garantir-se o mínimo impacto em suas vidas por meio do mantimento ou melhoria das infraestruturas disponíveis e qualidade de vida existente.

Anexos: Não

Tipologia: Geral

ID 84416 Manuel Malheiros em 2025-04-27

Comentário:

Permito-me remeter para o doc anexo

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84414 Tiago Caiado em 2025-04-27

Comentário:

De um modo geral penso que seria positivo para o concelho de Grândola. Criação de postos de trabalho directos e indirectos, desenvolvimento do concelho, etc…Com a conjuntura mundial neste momento, diria ser uma oportunidade para repensar certos investimentos e penso que este seria um desses investimentos que poderiam fazer a diferença.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84413 Pedro Pires em 2025-04-27

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada representa uma oportunidade de crescimento económico, mas insisto que este crescimento deve ser balizado por medidas rigorosas de proteção ambiental e pela recuperação de áreas afetadas.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84412 Marta Mendes em 2025-04-27

Comentário:

Vejo potencial na mina da Lagoa Salgada para impulsionar a economia local, e acredito que isso pode ser feito de forma inteligente, com investimentos em tecnologias e práticas que respeitem o meio ambiente.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84411 Sofia Rodrigues em 2025-04-27

Comentário:

Considero pertinente a exploração da mina da Lagoa Salgada, desde que os processos de extração sejam os mais eficientes e limpos possíveis, maximizando os benefícios económicos e minimizando a pegada ecológica.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84410 Ricardo em 2025-04-27

Comentário:

Enquanto cidadão consciente e preocupado com o futuro do concelho de Grândola, venho manifestar a minha firme oposição à instalação da mina na zona da Lagoa Salgada, com base nos seguintes fundamentos:Impacto AmbientalA exploração mineira colocará em grave risco a integridade ambiental da Lagoa Salgada e das áreas circundantes. A contaminação dos solos, das águas subterrâneas e superficiais, a destruição de habitats naturais e a emissão de poeiras e substâncias tóxicas comprometerão a biodiversidade e os ecossistemas locais, que são património de todos.Impacto TurísticoGrândola é um concelho que se destaca pela sua beleza natural e pelo turismo sustentável. A presença de uma mina industrial, com a degradação paisagística, o ruído e a poluição associados, afastará turistas e prejudicará de forma irreversível o tecido económico local que depende do turismo, da natureza e da autenticidade da região.Impacto na Saúde PúblicaA atividade mineira inevitavelmente gerará resíduos tóxicos, nomeadamente metais pesados, que podem acumular-se no ambiente e representar sérias ameaças à saúde pública. A contaminação do ar, da água e do solo expõe as populações locais a riscos de doenças graves, afetando a qualidade de vida e a segurança das comunidades presentes e futuras.ConclusãoA preservação do ambiente, a defesa da saúde pública e a proteção do modelo económico baseado na sustentabilidade devem ser prioridades absolutas. Assim, recuso-me a aceitar a instalação da mina da Lagoa Salgada e apelo às autoridades competentes para que rejeitem este projeto que representa uma ameaça inaceitável ao nosso território e às nossas vidas.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84409 Nuno Correia em 2025-04-27

Comentário:

Acho que se formos olhar para o que se passa já neste concelho devido à mineração, falo do Canal Caveira e Lousal temos uns exemplos do pior que se pode ter como pano de fundo.O que se pretende é uma exploração por 10 anos, e depois! O durante já isso preocupa muito mais com tudo o que de negativo trará para o concelho e população limítrofe, o gastar de água para limpar a mineração, as milhares de toneladas de resíduos à superficie.... enfim, há uma panóplia de situações negativas que superam tudo o que de bom se pode pensar que trará..... e para quem, pois para a população de Grândola não será com certeza.É um local maravilhoso, lindo, que merece ser preservado e não esburacado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84408 Marco Ribeiro em 2025-04-27

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada é importante para o desenvolvimento regional, e defendo que este desenvolvimento deve ser feito com responsabilidade ambiental, garantindo um futuro sustentável para todos.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84406 Fernanda Martins da Silva Ramos em 2025-04-27

Comentário:

Caro Senhor Presidente da Agência Portuguesa do AmbienteEng. Pimenta MachadoO meu voto é de discordância porque o projeto "Mina da Lagoa Salgada" irá afetar gravemente os recursos hídrico de superfície e os aquíferos da bacia do Sado.O projeto terá impactes graves e irreversíveis na saúde humana, na qualidade e quantidade de água disponível, na qualidade dos solos, na qualidade do ar, na natureza. Os ecossistemas e os recursos naturais não podem ser dizimados, comprometendo o futuro das atuais gerações e das próximas.Um projeto desta natureza irá inibir o desenvolvimento de outras atividades económicas de maior sustentabilidade ambiental e social.Os meus melhores cumprimentosFernanda Ramos

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84405 Maria Ângela Filipe em 2025-04-27

Comentário:

Para além de tudo bem sequer há contrapartidas.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84404 Madalena Mendes em 2025-04-27

Comentário:

Projeto de pouca sustentabilidade e impacto muito negativo na paisagem do concelho

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84403 Mara moura em 2025-04-27

Comentário:

Terá um impacto ambiental muito negativo para toda a fauna, e flora existente no local . Terá um consumo excessivo de àgua e põe em causa a qualidade de vida de todos os habitantes das proximidades.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84402 Carlos Teixeira da Silva em 2025-04-27

Comentário:

Quero destacar os impactos negativos que uma exploração mineira pode ter na saúde das populações locais, especialmente em Água Derramada, concelho de Grândola. A libertação de partículas tóxicas para o ar, a contaminação da água subterrânea e o ruído constante associado à atividade mineira representam riscos significativos para o bem-estar físico e mental dos habitantes. Estudos científicos apontam para o aumento da incidência de doenças respiratórias, cardiovasculares e problemas neurológicos em zonas próximas a explorações mineiras ativas.Além disso, a presença de uma mina junto a zonas habitadas conduz inevitavelmente à desvalorização das propriedades. A percepção de risco ambiental, os impactos visuais e sonoros, bem como a degradação da qualidade de vida, fazem com que o valor de mercado de casas e terrenos nas imediações diminua substancialmente. Isto traduz-se numa perda económica direta para os residentes, que veem o seu investimento comprometido e, muitas vezes, têm dificuldade em vender ou arrendar os seus imóveis.Por outro lado, é importante considerar a preservação da

paisagem e do património natural e cultural. Muitas destas regiões têm potencial turístico ou agrícola, sendo que a instalação de uma mina compromete irremediavelmente esses usos alternativos e sustentáveis do território.Posto isto, e tendo em conta o princípio da precaução, a salvaguarda da saúde pública, a proteção do ambiente e os direitos das comunidades locais, considera-se que a implementação da mina em questão não é compatível com o bem-estar e os interesses das populações envolventes.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84401 Rita Vicente em 2025-04-27

Comentário:

Não destruam o que a natureza nos dá! Não nos alimentamos de dinheiro,Não nos alimentamos de burguesia,Não nos alimentamos de luxo,Alimentamo-nos do que a terra dos dá E para isso ela tem de estar sã e saudável, Intocável 💔

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84400 Luis Carlos Claudino Teixeira da Silva em 2025-04-27

Comentário:

Importa destacar os impactos negativos que uma exploração mineira pode ter na saúde das populações locais, especialmente em Água Derramada, concelho de Grândola. A libertação de partículas tóxicas para o ar, a contaminação da água subterrânea e o ruído constante associado à atividade mineira representam riscos significativos para o bem-estar físico e mental dos habitantes. Estudos científicos apontam para o aumento da incidência de doenças respiratórias, cardiovasculares e problemas neurológicos em zonas próximas a explorações mineiras ativas.Além disso, a presença de uma mina junto a zonas habitadas conduz inevitavelmente à desvalorização das propriedades. A percepção de risco ambiental, os impactos visuais e sonoros, bem como a degradação da qualidade de vida, fazem com que o valor de mercado de casas e terrenos nas imediações diminua substancialmente. Isto traduz-se numa perda económica direta para os residentes, que veem o seu investimento comprometido e, muitas vezes, têm dificuldade em vender ou arrendar os seus imóveis.Por outro lado, é importante considerar a preservação da paisagem e do património natural e cultural. Muitas destas regiões têm potencial turístico ou agrícola, sendo que a instalação de uma mina compromete irremediavelmente esses usos alternativos e sustentáveis do território.Posto isto, e tendo em conta o princípio da precaução, a salvaguarda da saúde pública, a proteção do ambiente e os direitos das comunidades locais, considera-se que a implementação da mina em questão não é compatível com o bem-estar e os interesses das populações envolventes.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84399 Laura Guerreiro em 2025-04-27

Comentário:

.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84398 Francisco António Banha Sobral da Costa em 2025-04-27

Comentário:

Discordo da implemetaçâo da mina por vária razôes:Poluiçâo sonora e ambiental.Destruiçâo de estradas e seu congestionamento.Destruição dos aquíferos subterraneos causando destruiçâo dos montados de sobro e azinho assim como do pinhal principal sustento da populão local e nâo só.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84397 Madalena de Aires Mateus em 2025-04-27

Comentário:

Acho incrível sequer considerarem fazer uma calamidade desta natureza…. Não chega o que aconteceu nas minas do canal caveira??? Não aprendem ? Quem se trama é quem vive aqui, como eu. Os outros vão e vêm e quem tem de lidar com estas asneiras é que fica. Vou fazer tudo ao meu alcance para que isto não aconteça. Chega

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84396 Maria Malheiros em 2025-04-27

Comentário:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Agência Portuguesa do AmbienteEng. José Pimenta MachadoNa qualidade de cidadã com consciência social e ambiental, preocupada com as pessoas, com o ambiente, a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem. Um dos impactes mais devastadores será na quantidade e qualidade da água. Tanto os recursos hídricos superficiais quanto os recursos hídricos subterrâneos irão ser sobre-explorados. Sem água não podemos viver. As plantas, os animais e as pessoas não sobrevivem sem ela. Por isso a Carta Europeia da Água descreve a água como um bem precioso indispensável que deve ser bem preservado - tanto em quantidade como em

qualidade.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem ser, sempre, consideradas mais importantes do que os ganhos financeiros.Pelo respeito pelas pessoas, pela conservação do ambiente e da água para as gerações futuras o meu parecer é de DISCORDÂNCIA.Os meus melhores cumprimentos maria malheiros

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84395 Maria Lázaro em 2025-04-27

Comentário:

Caro Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente Eng. Pimenta MachadoO meu voto é de discordância porque este projeto afetará gravemente os recursos hídricos de superfície e os aquíferos.O projeto irá ter impactes graves e dificilmente reversíveis na saúde das pessoas, na qualidade e quantidade das águas, na qualidade dos solos, na qualidade do ar, nos ecossistemas.Os ecossistemas não podem ser dizimados, comprometendo o futuro das atuais gerações e das próximas.Um projeto desta natureza irá inibir o desenvolvimento de outras atividades económicas de maior sustentabilidade ambiental e social.Os meus cumprimentosMaria Antónia Lázaro

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84394 Emília Nunes em 2025-04-27

Comentário:

Discordo com a exploração da Mina de Lagoa Salgada. Os dados apontam para vários malefícios ambientais e sociais, que não serão suplantados pelo que se poderia ganhar com o avanço da Mina. Não se deixe destruir mais uma região que cada vez mais é explorada!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84393 Maria Eduarda de Almeida e Vasconcellos em 2025-04-27

Comentário:

Acho um projecto negativo para o Concelho de Grândola, pelos mesmos motivos da Proteger Grândola.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84392 Mafalda em 2025-04-27

Comentário:

Serei sempre contra tudo o que não beneficiar a vida das pessoas!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84391 Silvy Crespo em 2025-04-27

Comentário:

Discordo deste projeto.Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84390 Rosário Figueiral Silva em 2025-04-27

Comentário:

Como cidadã portuguesa e profundamente preocupada com os efeitos nocivos para o ambiente e as comunidades e o património natural do meu país, venho expressar o meu completo desacordo com este projeto de exploração de minérios e exigir que o mesmo seja imediatamente seja anulado. Num momento em que o planeta clama por ações de proteção e regeneração para minimizar os danos e as terríveis consequências da crise climática no planeta já em curso, em Portugal ignora-se o caos e contribui-se para a sua aceleração em nome de "interesses nacional" fajutos! Hipocrisia pura! Maldade. Parem. Já. Não nos calaremos e estaremos à frente das máquinas se se atreverem a avançar!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84389 Rita Ervideira em 2025-04-27

Comentário:

Venho expressar a minha total discordância com a implementação do Projecto da Mina da Lagoa Salgada!Vivo em Grândola e considero que o impacto negativo que a mesma terá no território, trará futuramente a quem cá vive, essa herança. A destruição da flora e fauna em seu redor terá um impacto muito negativo para a nossa vida e para o futuro dos nossos filhos!É claramente uma agressão ao Ambiente e a quem cá vive e quer continuar a viver!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84388 Alcácer P'lo Ambiente em 2025-04-27

Comentário:

O nosso voto é de DISCORDÃNCIA.Permitimo-nos remeter para os argumentos desenvolvidos no documento em anexo.

Anexos: 84388_MINA DA LAGOA SALGADA.PARTICIPA. Alcácer P'lo Ambiente .pdf

Tipologia: Discordância

ID 84387 Emilio Galhego em 2025-04-27

Comentário:

O impacto de todos os detritos utilizados e resultantes da extração de minério são altamente prejudiciaia para o ambiente e consequentemente para a saúde dos residentes do conselho.

Anexos: Não

Tipologia: Reclamação

ID 84386 Maria João Oliveira em 2025-04-27

Comentário:

Por que a Mina da Lagoa Salgada não deve avançarO projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84385 João Gonçalves em 2025-04-29

Comentário:

Parece evidente a forma de comprar pessoas para que este negócio avance, mesmo após estudos de impacto negativo para a região, seus habitantes e que vem num sentido inverso das legítimas aspirações e interesse da população actual e futura desta região. Onde estão aqui os valores tão referidos na letra do Zeca Afonso? O que foi referido nos palcos durante esta ultima comemoração do 51' aniversário do 25 de Abril? A 5, 4. 3 dias do limite para participar houve algum apelo ou tentativa de mobilização para exprimir a discordância desta enorme desgraça comprada por tão pouco para tão grande impacto e desgraça que nos vai trazer? Aqui o povo deveria ordenar! Os autarcas deveriam evidenciar estarem a zelar pela qualidade de vida. saúde, ambiente, recursos tão preciosos como a água, ar solos, natureza e não equacionarem aceitar passivamente algo de tão mau para todos nós! Estive distraído,não vi nada ou quase nada fizeram para impedir esta catástrofe anunciada? Após 51 anos de democracia, ainda se falha de mais .... 😞

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84384 Maria Teresa Santos em 2025-04-27

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: 84384_Memo-No5-A-mina-e-um-assalto.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84383 Dunas Livres em 2025-04-26

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a

paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: 84383_Memo-No5-A-mina-e-um-assalto.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84382 Madalena em 2025-04-26

Comentário:

Agressão ambiental

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84381 José Paulo dos Barrocoso dos Santos Coelho... em 2025-04-26

Comentário:

Contra a mina dado degradar o meio ambiente.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84380 Augusto coelho em 2025-04-29

Comentário:

Degradação de património agrícola e ambiental.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84379 Ana Pasadas em 2025-04-26

Comentário:

Grândola é um concelho que nos últimos anos tem vindo a ser massificado nomeadamente na orla costeira com projetos megalómanos. O interior tem sido de alguma forma "poupado" a estas intervenções e é onde ainda se consegue sentir o "verdadeiro espírito alentejano". Estes projetos para além de destruírem um património valioso para as populações, quer a nível de poluição hídrica, sonora, contaminação de solos, etc, não vão trazer nenhuns benefícios efetivos para as populações que os circundam. Riqueza só para os promotores, emprego só para emigrantes.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84378 David em 2025-04-26

Comentário:

Impacto Ambiental, nomeadamente a Qualidade da água para consumo, contaminação dos solos, poluição sonora. Ausência da qualidade de vida dos residentes. Ausência de infra estruturas. Destruição da flora e fauna. Impacto na agricultura familiar. Desertificação da região. Impacto no turismo. Volume de detritos, poluição do ar. Doenças crónicas na população..

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84377 Teresa Ribeiro Romão em 2025-04-26

Comentário:

Não concordo com a instalação da mina da Lagoa Salgada pelas mesmas razões já apresentadas pela associação ambientalista Proteger Grândola. Nomeadamente, o excessivo consumo de água, a quantidade de detritos resultantes da exploração, o risco de contaminação da água, a inexistência de infraestruturas para absorver a mão de obra e a herança ambiental deixada pelos detritos resultantes.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84376 Dina em 2025-04-26

Comentário:

Projeto com grande importância para a vila, desenvolvimento de novos postos de trabalho para a população

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84375 Matilde Magro em 2025-04-26

Comentário:

Não, se Deus quiser este ataque constante pára o mais rapidamente possível.Não há qualquer necessidade de haverem minas em Portugal. A ideia da mina é uma ideia específica de locais específicos que foram usados ao longo dos milénios da floresta Europeia para variadas coisas, mas neste momento com os meios de produção existentes e o contexto actual histórico mundial, não existe qualquer motivo para haverem minas em Portugal.A história da mina portuguesa começa e acaba nos tempos de Viriathus aquando da obtenção de Terracota, nesta zona específica para a criação de Tijolo, a partir daí esses projetos megalómanos serviriam somente para "explodir" e "pagar aos boys". É só não.Agradecendo a compreensão,Bem haja.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84374 Luis Francisco Barradas Romão em 2025-04-26

Comentário:

Sou completamente contra o projeto de instalação e funcionamento desta exploração mineira pelas razões já apontadas pela Associação de defesa do ambiente "Proteger Grândola", nomeadamente:O excessivo consumo de água, a degradação inevitável do montado de sobro e de azinho presente na região, o risco inerente de catástrofe ambiental e de contaminação da água, a pressão motivada ao nível dos serviços e infraestruturas derivado à vinda de mão de obra necessária para a laboração da mina, infraestruturas de acesso não preparadas para o aumento do trafego rodoviário, problemas de ruido, ausência de habitação digna para satisfazer a mão de obra da mina e por último, e talvez o mais importante, a herança que esta mina deixará aos habitantes da zona de Grândola durante os anos seguintes. Já todos aqui sabemos qual é essa herança. Temos no Concelho outros infelizes exemplos como sendo a mina do Canal Caveira e do Lousal.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84373 Margarida Vale de Gato em 2025-04-26

Comentário:

Estima-se um gasto de água superior ou igual ao do concelho todo atualmente. Oque agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Irá contaminar irreversivelmente aquíferos.Este é mais um Projeto PIN (Potencial Interesse Nacional) que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Irá ter impactos nos organismos humanos e não humanos, no território e na paisagem. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, a biodiversidade serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases com efeitos de estufa. Haverá emissão

de poluentes com queima de combustíveis fósseis.Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84372 Rui Galamba em 2025-04-26

Comentário:

Reforçando os argumentos da participação da Associação do proteger grandola: 1- as taxas de rentabilidade do operador são ilustrativas da injustiça das condicoes da concessão; 2- não existe um elencar rigoroso de todos os remédios , e são muitos, a exigir ao operador; 3 - os danos ambientais parecem muito longe de estar sequer mitigados.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84371 Igor Ferreira Ferreira Passechnikoff em 2025-04-26

Comentário:

Concordância – Projeto da Mina da Lagoa SalgadaIntroduçãoNo âmbito da consulta pública referente ao Projeto da Mina da Lagoa Salgada, localizada no concelho de Grândola, manifesto aminha concordância à sua concretização. Este investimento revela-se de extrema importância para o desenvolvimento económico, social e ambiental da região, promovendo uma nova dinâmica industrial no Alentejo Litoral.1. Relevância do Investimento para o Desenvolvimento LocalInvestimento previsto de aproximadamente 112 milhões de euros;Criação estimada de 300 postos de trabalho diretos, com impacto positivo em centenas de empregos indiretos;Diversificação da base económica do concelho, complementando as atividades tradicionais de turismo e agricultura;Estímulo à fixação de população jovem e qualificada, contribuindo para o rejuvenescimento da região.2. Modernização e Sustentabilidade da Atividade MineiraOperações mineiras reguladas pelas mais exigentes normas ambientais nacionais e europeias;Emprego de tecnologias subterrâneas de última geração, minimizando o impacto à superfície e protegendo os ecossistemas envolventes;Implementação de planos de reabilitação e requalificação ambiental obrigatórios, garantindo a recuperação das áreas intervencionadas.3. Contributo para a Transição Energética e SustentabilidadeProdução de metais críticos (cobre, zinco) essenciais à mobilidade elétrica, à produção de energias renováveis e à descarbonização;Alinhamento com os objetivos de transição energética e neutralidade carbónica estabelecidos para 2050;Reforço da capacidade industrial nacional e integração de Portugal nas cadeias de valor da nova economia verde.4. Fortalecimento da Capacidade Industrial RegionalConsolidação do Alentejo Litoral como um polo industrial moderno, inovador e sustentável;Geração de sinergias com outros projetos em desenvolvimento na região de Sines e Grândola;Estímulo ao investimento privado e público, promovendo um ecossistema industrial dinâmico e competitivo.ConclusãoA aprovação do Projeto da Mina da Lagoa Salgada constitui uma oportunidade única para

impulsionar o desenvolvimento sustentável de Grândola e da região envolvente. Com uma abordagem tecnológica moderna, respeito pelos princípios ambientais e forte impacto socioeconómico, este projeto merece ser apoiado como um motor de crescimento, inovação e futuro para o Alentejo.Com os melhores cumprimentos,Igor Ferreira Passechnikoff (Engenheiro Metalúrgico e de Materiais pela FEUP /Membro Efetivo O.E n 39671)) , 26/04/2025

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84370 Filipa Raquel em 2025-04-26

Comentário:

Discordância

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84369 DANIELLE LEON em 2025-04-26

Comentário:

Exmos SenhoresResidente no Concelho de Grândola, venho por este meio enviar em anexo a minha participaçao nesta consulta Pubica, manifestando desde ja a minha discordância por este projecto. oonAtraves do documento de Contstaçao que junto a mesma expôe em 8 pontos devidamente fundamentados as razões porque nao pode avançar, em a devida correçao de todas as nao conformodades qur o projecto enferma, nomeamente -Pela falta de agua e o aumento de pressao sobre o exaurido aquifero T3, se avançassecomo esta no projeta. O AQUIFERO PODE SECAR EM 5 ANOS.- Pelo deficiente tratamento das aguas residuas- Pelo excesso de ruido nao sustido- Pela poluiçao atmosférica geradaEsperando que este contributo ajude a suster este projetoDanielle Léon PQERRADIN

Anexos: 84369_CONTESTATION DL.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84368 Filipe Lopes em 2025-04-26

Comentário:

Apresento aqui a minha discordância face a este projeto com base nas consequências ambientais que o mesmo terá na zona, nomeadamente na disponibilidade de água, que já é escassa.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84367 Joana Zózimo em 2025-04-26

Comentário:

Exmo. senhor presidente da Agência Portuguesa do AmbienteEng. José Pimenta MachadoEu, Joana Zozimo, na qualidade de cidadã com consciência social e ambiental, preocupada com as pessoas, com o ambiente, a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem. Um dos impactes mais devastadores será na quantidade e qualidade da água. Tanto os recursos hídricos superficiais quanto os recursos hídricos subterrâneos irão ser sobreexplorados. Sem água não podemos viver. As plantas, os animais e as pessoas não sobrevivem sem ela. Por isso a Carta Europeia da Água descreve a água como um bem precioso indispensável que deve ser bem preservado - tanto em quantidade como em qualidade.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem ser, sempre, consideradas mais importantes do que os ganhos financeiros.Pelo respeito pelas pessoas, pela conservação do ambiente e da água para as gerações futuras o meu parecer é de DISCORDÂNCIA.Os meus melhores cumprimentos Joana Zozimo

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84366 Maria Freitas Costa em 2025-04-26

Comentário:

O Impacto deste projeto é altamente negativo para a região, indo condicionar os seus recursos e actividades no futuro.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84365 Raquel Guimaraes em 2025-04-26

Comentário:

Impacto extremamente para o ambiente e biodiversidade

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84364 Jorge Lopez em 2025-04-26

Comentário:

ÁGUA SUBTERRÂNEA, esquecida Recordamos que temos áreas significativas no País, nas zonas mais importantes do regadio actualmente praticado, do Minho ao Algarve que recorrem, práticamente em exclusivo, aos aquíferos para efectuarem a rega. Recorde- se ainda que o consumo urbano tem um imenso histórico de recurso a estas águas, para o abastecimento publico da população. Como é óbvio, estas águas precisam de ser protegidas e preservadas, para minorarem a poluição a que estão sujeitas e para não serem destruídas , pela sobre-exploração.Justificando que vários aspectos destes recursos subterrâneos, tivessem sido também aflorados, tais como:- posse da água. Sua passagem de privada (como está actualmente) a pública;- Governança e gestão. Actualmente sem quaisquer sistema implementado. - Recarga - Defesa e combate à poluição - etcEm face do exposto e pela grande importância deste recurso é necessário ter em conta este modesto contributo e efectuar os procedimentos necessários, para que a água subterrânea, sobreviva, para a eternidade.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84363 Ana Viegas em 2025-04-26

Comentário:

Não concordo com este projeto porque o mesmo vai destruir e contaminar os solos na nossa região. (Desde paisagem, atmosfera, lençóis freaticos, entre outros) Para além disso, vai ter um impacto negativo na própria comunidade. Os espaços rurais já não uma extinção nos dias que decorrem, por isso, a construção deste projeto só vai agravar mais esta situação.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84362 Mari Lúcia Pereira da Silva Duro em 2025-04-26

Comentário:

Não concordo com a implementação da mina da Lagoa Salgada, devido aos graves danos que irá causar na natureza e nas comunidades locais. A exploração ameaçará a biodiversidade, destruirá habitats naturais e poderá contaminar solos e águas subterrâneas. Os acessos existentes não têm condições para suportar o intenso movimento de veículos pesados que se prevê, colocando em risco a segurança rodoviária. A vida das povoações ao redor será profundamente afectada, com o aumento do ruído, da poluição e da pressão sobre infraestruturas frágeis. A população de Grândola, em particular, verá a sua qualidade de vida seriamente prejudicada. O impacto ambiental, social e económico negativo será irreversível. A Lagoa Salgada é um património natural que deve ser preservado e não explorado em nome do lucro. O futuro sustentável da região depende da sua protecção.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84361 Maria João em 2025-04-26

Comentário:

A exploração da mina vai contaminar os lençóis de água subterrâneos, e vai retirar água da barragem de vale de gaio que já tem vindo a diminuir o seu caudal. A exploração da mina vai aumentar o tráfego automóvel numa estrada local sem condições. A lagoa, neste momento, é um local natural, sem intervenção humana, numa zona de montado que importa respeitar e preservar. A mina vai ficar localizada nas imediações de aldeias que vão sofrer o impacto de uma atividade poluente ao nível do solo, do ar e do ruído. Discordo de forma total com a implementação deste projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84360 Alexandra em 2025-04-26

Comentário:

Discordo com.o que considero ser um autêntico ataque à natureza.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84359 Aperto rapido em 2025-04-26

Comentário:

O impacto ambiental desta mina é demasiado negativo para se colocar, sequer, a hipótese de a realizar: ao nível da proteção da água, do ar, dos animais, da terra e das pessoas. Os interesses económicos não podem suplantar os interesses humanos e naturais, a defesa dos recursos naturais e ambientais deveria ser a base para a atuação política e não a destruição do que a Natureza nos dá e a degradação da vida das pessoas.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84358 Andreia Garcia em 2025-04-26

Comentário:

Este projecto representa uma perda colossal a nível da flira, da fauna, da água. Não terá lucro a longo prazo comprometendo a soberania alimentar da pop, a qualidade dos solos e corpos de água. É inadmissível aceitar mais uma mina no Montado Alentejano.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84357 Andreia Loureiro Albuquerque em 2025-04-26

Comentário:

Não a exploração mineira.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84334 Fernando Parente em 2025-04-25

Comentário:

Apoio a mina da Lagoa Salgada, convicto de que é possível um desenvolvimento que seja simultaneamente próspero economicamente e sustentável ambientalmente.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84331 Rafael Nogueira em 2025-04-25

Comentário:

Concordo com a mina da Lagoa Salgada, reconhecendo o seu potencial económico, mas insistindo na implementação de práticas que garantam a proteção a longo prazo dos recursos naturais.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84329 Brito Marques em 2025-04-25

Comentário:

Parece-me correto avançar com a mina da Lagoa Salgada, com a certeza de que as autoridades e a empresa estão empenhadas em encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a conservação da natureza.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84328 Miguel Maia em 2025-04-25

Comentário:

Não tenho dúvidas em concordar com a mina da Lagoa Salgada, desde que os estudos de impacto ambiental sejam rigorosos e as soluções de mitigação eficazes, promovendo simultaneamente o crescimento económico.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84327 Cátia Lima em 2025-04-25

Comentário:

Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84326 Margarida Pilar em 2025-04-25

Comentário:

Estou bastante de acordo com a ideia da mina da Lagoa Salgada, assumindo que haverá um planeamento cuidadoso para garantir tanto o sucesso económico quanto a integridade dos ecossistemas.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84325 Ana Maia em 2025-04-25

Comentário:

Sim, concordo com a mina da Lagoa Salgada, dando prioridade a um modelo de desenvolvimento económico que seja ambientalmente responsável e traga prosperidade para a região.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84324 Rodrigo Pereira em 2025-04-25

Comentário:

Do meu ponto de vista, a mina da Lagoa Salgada é um passo positivo, se o desenvolvimento for feito de forma consciente, integrando a proteção ambiental como um pilar fundamental.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84323 Ricardo José em 2025-04-25

Comentário:

Penso que a exploração da mina da Lagoa Salgada é uma decisão acertada, equilibrando a necessidade de crescimento económico com a responsabilidade de preservar o património natural.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84322 Margarida Barroso em 2025-04-25

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada pode trazer benefícios, contanto que a vertente económica seja acompanhada por um plano robusto de conservação da biodiversidade.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84321 Leonor Marques em 2025-04-25

Comentário:

Vejo com bons olhos o desenvolvimento da mina da Lagoa Salgada, se forem implementadas medidas eficazes para minimizar o impacto ambiental e se o projeto gerar oportunidades económicas significativas.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84320 Márcio Almeida em 2025-04-25

Comentário:

Considero válida a exploração da mina da Lagoa Salgada, sob a condição de que as práticas de mineração sejam sustentáveis e que os lucros contribuam para o bem-estar económico da comunidade, respeitando o ecossistema.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84318 Rúben Silva em 2025-04-25

Comentário:

Estou de acordo com o projeto da mina da Lagoa Salgada, na expectativa de que impulsione a economia regional sem comprometer os valores naturais da área.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84314 Maria Sobral em 2025-04-25

Comentário:

Serve o presente para demonstrar a minha enorme preocupação face à possibilidade da instalação da futura Mina da Lagoa Salgada. Atualmente já nos deparamos com uma significativa falta de água , não sendo autorizado fazer um furo artesiano para captação de água. Como se explica então a abertura de uma mina na maior reserva de água deste concelho.Para além disso, a instalação de uma linha elétrica de alta tensão no meio de duas aldeias, na localidade de Cadoços, sendo esta construída em terrenos onde já existem casas e com possibilidade de virem a existir mais, pois o problema habitacional deste concelho é amplamente conhecido. A instalação desta mina virá agravar as situações descritas. Podemos ainda, acrescentar outras como o trânsito de veículos com matérias tóxicas e perigosas dentro de uma aldeia (Aldeia da Justa). Havendo dúvidas sobre o impacto do que é a instalação de uma mina, podemos apresentar dois exemplos de minas no nosso concelho (Lousal e Canal Caveira) e que se encontram à vista de todos.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84313 Maria Salgueiro em 2025-04-25

Comentário:

Apoio a iniciativa da mina da Lagoa Salgada, acreditando que é possível conciliar o desenvolvimento económico com a proteção rigorosa do ambiente.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84312 Pedro Martins em 2025-04-25

Comentário:

Concordo com a exploração da mina da Lagoa Salgada, desde que haja um compromisso firme com a conservação da natureza e que se maximizem os benefícios para o desenvolvimento económico local.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84305 Andreas Mörschel em 2025-04-25

Comentário:

Exmos. SenhoresManifesto por este meio a minha discordância com o projecto proposto devido ao grave impacto ambiental associado a atividade mineira e ao risco elevado de contaminação da água que não esta em relação justificável com os proveitos económicos locais e nacionais resultantes da exploração. Estes factos são agravados pela vida útil reduzida da mina de apenas 11 anos. Assim:Consumo de água. Não esta claro qual o volume de água anual necessário para exploração da mina. Os números variam entre 1 e 2 milhões de m3/ano o que comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho incl. captações próprias. Numa região aonde existe uma escassez estrutural de água não é compreensivo dedicar um volume desta grandeza para um projecto industrial com um retorno marginal para a população local que, no entanto, vai pôr em risco o frágil sistema hídrico da região com um provável rebaixamento do lençol freático que vai afetar entre outros o montado cuja sobrevivência já esta ameaçada pelos períodos de seca cada vez mais frequentes.Risco de catástrofe

ambiental: O projeto do aterro de resíduos tem a classificação de perigo de barragem “muito alto” (gravidade das consequências potenciais caso a estrutura da barragem de rejeitados falhe), o que exige níveis máximos de precaução e escrutínio público.Risco de contaminação da água: a Área Potencial a Intervencionar (API) da Mina ocorre numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos. Os detritos contêm sulfuretos metálicos que, em contacto com a água e o oxigénio, podem dar origem a Drenagem Ácida de Minas (DAM). A DAM é um dos efeitos mais persistentes e difíceis de controlar na mineração, podendo contaminar solos e aquíferos durante décadas após o encerramento da atividade. Casos documentados demonstram que, uma vez iniciada, a DAM é extremamente onerosa de mitigar e, muitas vezes, impossível de reverter.Conclusão:As vantagens e proveitos da exploração da mina para a região, mas também para o país são poucas e apenas limitados a um período de exploração útil de 11 anos e não estão em nenhuma relação com os impactos ambientais eminentes e os riscos latentes (e custos) associados que se podem prolongar muito além da vida útil da mina. cumprimentosAndreas Mörschel

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84302 Stefanie Coors Salgado em 2025-04-25

Comentário:

Mais uma ameaça ambiental! Este projeto prevê o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, bem como a destruição de habitats protegidos. Devemos preservar o montado típico alentejano para as gerações futuras!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84296 Manuel Delgado em 2025-04-25

Comentário:

Eu, como um idoso que vive num sítio calmo e tranquilo, sinto uma profunda apreensão com a proposta de implementação da mina na Lagoa Salgada. Este projeto ameaça destruir não só a exuberância natural do ambiente, mas também a qualidade de vida, impactando diretamente todo o ecossistema local.A minha casa e o meu terreno, representa um refúgio de paz e contacto com a natureza, um espaço onde a terra e o ambiente são cultivados com carinho e dedicação. A introdução de uma mina neste cenário ocasionará a degradação ambiental, afetando os solos, lençóis de água subterrâneos, como também colocará em risco a produção agrícola que sustenta o equilíbrio natural da região.Além disso, o projeto vai trazer um fluxo intenso e desordenado de veículos pesados.. Esse aumento no tráfego não só causará transtornos constantes, mas também representa um risco real para a segurança nas estradas.Vendo este cenário, afirmo meu total desacordo com a implementação da mina. É urgente que as autoridades responsáveis repensem essa decisão, priorizando a preservação do meio ambiente, o respeito pelas tradições locais e a segurança dos que já vivem nesta região à décadas. A exploração mineral, sob essas condições, não trará os benefícios prometidos e, ao contrário, representará um retrocesso para toda a comunidade que já luta para manter vivas as raízes de um modo de vida sustentável e respeito à natureza.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84292 Nuno Pedro em 2025-04-25

Comentário:

Uma mina destas características, cuja exploração se prevê ter a duração de apenas 11 anos, levanta um conjunto de impactos adversos significativos:a) Utilização de explosivos ("1 camião por dia") b) Utilização de reagentes altamente tóxicos para o processo da lavaria: ("1.700 toneladas/mês"), em particular de Cianeto de Sódio (NaCN).c) Risco de contaminação do lençol freático provocado pela infiltração de águas ácidas.d) Utilização em quantidades não especificadas de água oriunda na barragem do Alqueva ("Sobre este assunto importa realçar que a EDIA irá fornecer a água ao projeto em análise, via albufeira do Vale do Gaio").Para um período de vida útil do projeto de 11 anos justifica-se a degradação dos habitats que inevitavelmente ocorrerá ?

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84291 Paulo Delgado em 2025-04-25

Comentário:

A implementação da Mina da Lagoa Salgada é inadmissível diante dos inúmeros riscos que ela impõe ao meio ambiente e à comunidade local. Em primeiro lugar, o projeto acarretará sérios distúrbios ambientais, prejudicando tanto a flora quanto a fauna da região. A intervenção resultará na degradação dos habitats naturais, levando a um desequilíbrio ecológico que poderá ocasionar danos irreparáveis à biodiversidade local.Além dos impactos ambientais, importa destacar que a maioria dos moradores da região é composta por pessoas idosas, as quais se encontram em situação de vulnerabilidade. O aumento do ruído e da poluição, inerentes às atividades da mina, colocará em risco a saúde e o bem-estar dessas pessoas, demonstrando uma completa desconsideração pelas necessidades e pela qualidade de vida da população residente.No aspecto econômico, os benefícios prometidos pelos supostos empregos gerados pela mineração se mostram duvidosos e insustentáveis. A baixa oferta de mão de obra qualificada na região implica na necessidade de atrair trabalhadores de fora, o que pode desencadear um fluxo migratório indesejado. Essa chegada de imigrantes tem o potencial de gerar conflitos sociais e agravar ainda mais a tensão em uma comunidade já fragilizada.Outro fator crítico a ser considerado é a precariedade da infraestrutura local. As estradas da região são estreitas e degradadas, incapazes de lidar com o aumento do fluxo de veículos pesados, o que resultará em maior degradação, riscos de acidentes e dificuldades de transporte para os residentes locais.Resumindo e diante estes argumentos, torna-se evidente que a implementação da mina representa um risco desproporcional para a região, comprometendo seu meio ambiente, sua infraestrutura e sua comunidade. É imprescindível buscar alternativas que respeitem e preservem o equilíbrio ecológico e social da área.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84288 Catarina Martins em 2025-04-25

Comentário:

Discordo que este projeto avance porque irá destruir ecossistemas e a qualidade de vida dos habitantes e turistas que habitaram e passam em Grândola, num raio de vários quilómetros.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84278 Tânia Simões em 2025-04-25

Comentário:

Trata-se de um ataque ambiental quando a prioridade deste país deveria ser a preservação do património ecológico que nos resta.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84277 Sofia Lucas em 2025-04-25

Comentário:

Impacto ambiental elevado a nível da zona e zonas limítrofes devido aos metais pesados e às características. Possivel contaminação de cursos de água e destruição da paisagem e montado. Informação insuficiente sobre impacto ambiental nas populações e no ambiente.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84272 Pedro Pinto em 2025-04-25

Comentário:

Enquanto cidadão, ativista, educador ambiental e arquiteto paisagista só posso estar em discordância com este projeto. Em primeiro ligar, a área afetada pela exploração mineira encontra-se inserida em Espaços Florestais de Produção, em solo rústico, com áreas na Reserva Ecológica Nacional, na Reserva Agrícola Nacional e em Biótopos Corine. Face a estas condicionantes, este projeto de exploração mineira só poderá avançar por se tratar, mais uma vez, de um PIN - Projeto de Interesse Nacional, contexto especial em que a legislação, quase magica e instantaneamente, se torna permeável a ataques ambientais e passa a permitir aquilo que num contexto normal não seria permitido. Tudo em nome de um tal "interesse nacional" que é, no mínimo, questionável. Não pode ser de interesse nacional uma atividade que coloca em risco a disponibilidade de água para as populações. Pois, como se sabe, o processo de mineração e tratamento do minério necessita de muita água que vai ser extraída do subsolo numa zona onde os aquíferos são pobres e que se insere numa bacia hidrográfica classificada de escassez extrema de água. Neste ponto, já

estaríamos perante um sério constrangimento ao avanço da exploração mineira. Qual interesse nacional se o país e a região receberão um valor mínimo do valor do minério, enquanto os investidores estrangeiros ficam com o restante de vários milhões?! Qual interesse nacional se o produto que sai da mina não vai ser processado no país? O minério vai ser exportado em bruto para o estrangeiro. Ou seja, o trabalho especializado e que acrescenta maior valor, ficará noutro país. Portugal fica com resíduos, detritos. Interessa Nacional por uma montanha de milhões de toneladas de resíduos?Não pode ser de interesse nacional mais exploração selvagem numa região que está nos últimos anos sujeita a uma pressão cada vez maior por projetos de monocultura agrícola e projetos imobiliários que deixam cada vez mais paisagem destruída, recursos hídricos comprometidos, ecossistemas destruídos e tecido social devastado. Interesse nacional pela destruição de floresta de sobreiro e pinheiro que são base de subsistência para a economia local e empregam pessoas da região? É realmente importante pugnar pela salvaguarda ambiental de uma área com valor ecológico e paisagístico, e até para economia local, ao invés de promover a sua destruição e dar lucro a investidores estrangeiros que pouco ou nada afetam positivamente o país. Mais ainda numa época de crise climática e de biodiversidade. Este projeto tem que ser travado já!Com atenção e cordialidade, Pedro Pinto

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84271 Catarina em 2025-04-25

Comentário:

As escavações de Mina da Lagoa Salgada comprometem enormemente os terrenos que a rodeiam, afectando directamente os sobreiros nessa região.A extracção de metais pesados para exploração, promove a poluição e a contaminação das águas e do solo, conduzindo ao desequilíbrio do ecossistema incluído problemas dos lençóis de água do subsolo que servem de alimento para os sobreiros.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84270 Telma Côrte-Real em 2025-04-25

Comentário:

Como é possível aprovar atividade minera localizada numa Reserva Ecológica Nacional?Discordo em absoluto! Esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários, nomeadamente:- O risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. - O rebaixamento do lençol freático poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. comprometendo atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84268 Joana Squire em 2025-04-25

Comentário:

Sou contra a exploração mineira na Lagoa Salgada, uma zona de elevado valor ambiental e social. Esta mina ameaça destruir o montado, contaminar solos e águas, e prejudicar a saúde e o bem-estar das comunidades locais. A curto prazo, traria empregos, mas a longo prazo deixaria um território degradado e sem alternativas sustentáveis. Defendo um modelo de desenvolvimento que proteja o ambiente, a biodiversidade e os modos de vida locais. A Lagoa Salgada merece ser preservada, não explorada.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84267 Christine Overdijk em 2025-04-25

Comentário:

Exmos Srs.,Estou triste que novamente temque fazer uma participação para proteger a minha zona em tão pouco tempo. Quero vos relembrar a descriscao da rede natura 2000 (da Wikipédia):Natura 2000 is a network of nature protection areas in the territory of the European Union. It is made up of Special Areas of Conservation and Special Protection Areas designated under the Habitats Directive and the Birds Directive, respectively. The network includes both terrestrial and Marine Protected Areas.Em termos de ambiente: vai se abater muitos de sobreiros e pinheiros e com isto o habitats de duna biodiversidade enorme. Sobreiros que produzem a cortiça e é repetitivo. Agua vai se novamente reduzir e com enormes riscos de ser contaminada. A saúde pública fica afectado com a probabilidade grande de contaminação e mais redução da água, cheiros e pó que é péssimo para pessoas com problemas de asma, copd etc, e barulhos de estrair para a zona envolvente que é péssimo para saúde mental, mais perigo nas estradas que não tem condições para este trânsito. E qual é a graça para turista (carro ou bicicleta) andar nestas estradas cheio de camiões??!!!Além de ser rede natura 2000 é uma das jóias de Portugal em relação ao turismo, outro fonte de rendimento grande (e constante) para Portugal é que dá muitos mais empregos que uma mina. São poucas e temporários. Gostaria de ver no dia 21 de Maio que é dia de rede natura 2000 que Portugal ganha o prémio de conservar, manter e mais ainda, adquirir mais terreno que vai fazer parte desta rede. Que somos leaders em proteger ambiente e que somos exemplos!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84266 Maria Helena Carreto de Oliveira Araújo em 2025-04-25

Comentário:

Tenham juizo e aprendam história, biologia, economia e psicologia humana e tomem as decisões justas e a longo prazo economicas

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84264 Constança Vaz Pinto em 2025-04-25

Comentário:

O projecto vai desrespeitar as populações, arruinar a natureza em todas as suas envolventes.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84263 Elisa em 2025-04-25

Comentário:

Este projeto não deve avançar, porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. Manifesto o meu desagrado pela perspetiva desequilibrada e enganadora que subjaz a este projeto, o qual não passa de uma pseudo-solução gananciosa com consequências desastrosas para o ecossistema local e sem verdadeiro benefício para o ecossistema global.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84255 artur antunes paranhos em 2025-04-25

Comentário:

Mais uma ameaça no território de Alcacer do Sal e Grandola com este Projeto da Mina da Lagoa Salgada, cujos principais problemas seriam:Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas

empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84254 Artur em 2025-04-25

Comentário:

Este projeto é mais uma ameaça no território de Alcacer do Sal e Grandola, que vai ter impactos negativos muito significativos e de longo prazo para esta região. sendo que os principais riscos são:•Ambientais: destruição de habitats protegidos, rebaixamento de aquíferos, contaminação de solos e água, com impactos irreversíveis;•Sociais: degradação da qualidade de vida, riscos para a saúde pública, escassez de água e perda de modos de vida tradicionais;•Económicos: ameaça a setores duradouros e renováveis, gerando apenas benefícios temporários e criando passivos ambientais com custos elevados para o Estado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84253 Maria Filomena Dias Alves em 2025-04-25

Comentário:

A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84252 Maria Jesus Alves em 2025-04-25

Comentário:

Os impactos ambientais do projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sala implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando

insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84250 Beatriz Casillas em 2025-04-25

Comentário:

Este projeto só vai trazer mais fragilidade ao nosso ecossistema!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84249 Santiago Sampaio em 2025-04-25

Comentário:

Este projecto mais uma vez visa ao benefício de todos menos os residentes do concelho e os cidadãos nacionais! Menospreza o ambiente frágil e única da zona que é o que lhe trás a beleza e atração. Discordo na TOTALIDADE com este projecto e o facto de ter sido aprovado por um primeiro-ministro e um ministro da energia que ambos estavam envolvidos em escândalos que os levarão a sua demissão deveria por todo esta aprovação em causa! Não aceito de formal alguma este projecto e espero que estas participações públicas tenham mais valor que os lobbies e interesses financeiros!

Anexos: 84249_Memo Nº5 A mina é um assalto.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84246 Pedro Almeida em 2025-04-25

Comentário:

Concordo com este importante projeto para o nosso concelho de Grândola pois vai trazer muito desenvolvimento e prosperidade.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84245 Ana Bárbara Rodrigues Oliveira em 2025-04-25

Comentário:

Acho importante que se façam investimentos como este em Portugal e com ainda mais importância para um concelho onde começa a faltar tudo e apenas há turismo. Pelo pouco que li parece-me que o ambiente e as pessoas estão protegidas e a criação de emprego e os bons salários, que segundo me informei estas empresas pagam, são muito importantes para poder haver um desenvolvimento e um nível de vida justo no nosso concelho e na nossa região alentejana. Desde que não falte a água e não haja contaminações para o ser humano apoio este tipo de projetos.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84244 Maria Antónia Ferreira da Silva em 2025-04-25

Comentário:

Se houver cuidado com a saúde das populações e a preservação do ecossistema este é um importante projeto para o nosso Alentejo e para o país, pelo que representa financeiramente mas igualmente pelas vantagens que nos põe num fase tão insegura do nosso mundo.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84243 Maria José Coelho Ribeiro em 2025-04-25

Comentário:

Concordo em absoluto com um projeto tão importante para a região, que irá trazer emprego de valor para todos os concelhos desta zona do país. Hoje em dia o tipo de vigilância das entidades nacionais e europeias salvaguarda em muito em saúde pública e o ambiente. O país só tem a ganhar dinamizar um investimento desta dimensão.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84239 Cláudia Sofia Anjos Leite em 2025-04-24

Comentário:

Só posso estar de acordo com um projeto que vai desenvolver a minha região e deixar um legado para o futuro de Portugal, desde que se cumpram com as normas e procedimentos no que diz respeito ao ambiente e à saúde pública.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84237 Ana Paula Gomes Leite Silva em 2025-04-24

Comentário:

Tendo em conta que se acautela a segurança da população e do ambiente da Região, o projeto será muito benéfico para todos os portugueses e para os habitantes de Grândola em particular pois temos de criar outro tipo de riqueza e trabalho, que não existe neste momento. A Mina da Lagoa Salgada, tal qual se propõe, é um projeto com muito futuro e que pode ajudar a região a atrair mais população jovem e se desenvolver.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84236 Isabel Maria de Jesus do Carmo em 2025-04-24

Comentário:

Sou de opinião que este projeto poderá desenvolver a minha região e também a economia do país, principalmente num tempo tão incerto como o atual. A Europa precisa dos seus próprios recursos para se defender e este será um importante investimento nesse sentido. Além disso trará mais emprego a uma zona onde não temos muitas alternativas. O projeto revela consciência e preocupação com a saúde das pessoas e do ambiente.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84235 André Ervideira em 2025-04-24

Comentário:

.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84234 Maria Angelina Salgado Correia em 2025-04-24

Comentário:

Penso que é um projeto muito relevante para toda esta região pois temos muita falta de emprego. Este é certamente um projeto mobilizador e que vai trazer trabalho a esta zona. Havendo rigor e segurança, como hoje tem de haver devido às normas existentes, é muito importante para todos nós portugueses e para a nossa economia.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84233 Marta Susana Afonso Pires em 2025-04-24

Comentário:

Pelo lido no Resumo Não Técnico há muitos pontos dos quais discordo nomeadamente no campo ambiental e sócio económico.A nível ambiental, tal como referem no documento, com as alterações climáticas que estão a ocorrer a nível nacional e global, a construção da mina não é de todo viável mesmo com a indicação de impacto não muito significativo. A destruição da flora local (sobreiros e pinheiro manso) é um atentado ambiental. Igualmente, a libertação de gases de efeito estufa como referido é outro ponto contra a construção desta mina com visível prejuízo para as povoações localizadas nos arredores da mesma, nomeadamente Água Derramada. por último, na só na fase de construção bem como de exploração a nível de ruido será de todo prejudicial à população local.A nível socio econômico, o desenvolvimento a meu ver, será pouco relevante não sendo um projeto para beneficio das populações locais a longo prazo, já que após o encerramento da mina, é de todo natural o deslocamento dos trabalhadores não havendo um projeto de implementação/fixação dos mesmos.Em resumo, apresento a minha discordância na realização deste projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84232 Eduarda Silva Andrade em 2025-04-24

Comentário:

É um projeto muito útil para o país e para a minha região desde que sejam salvaguardadas as questões de saúde pública e da água. Vai trazer emprego e criar riqueza para esta região e para o país.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84231 Carla Cristina Rodrigues Silva em 2025-04-24

Comentário:

Sou de Grândola e discordo do projeto da Mina da Lagoa Salgada.A Mina da Lagoa Salgada é um projeto enquadrado no nível superior de perigosidade, estipulado pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que define o Regime de Prevenção de Acidentes Graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, pelo que discordo de um projeto deste tipo em Grândola.Discordo porque se trata de uma exploração subterrânea que pode destruir espécies florísticas e faunísticas vulneráveis, unidades fitossociológicas, e porque pode colocar em causa o valor geológico, geomorfológico ou paisagístico do local.Discordo também por o projeto se inserir num espaço rústico, que pode potenciar a destruição de habitats naturais, recursos florestais e agrícolas, tais como povoamentos de sobreiros, povoamentos mistos de Sobreiro e Pinheiro manso, solos de Elevado Valor Ecológico.Discordo porque pode colocar em causa, de forma negativa, a qualidade e quantidade dos recursos hídricos e a captação de água, já que parece haver interseção de uma parte do domínio hídrico (DH) inerente às linhas de água existentes, inserindo-se os elementos do projeto na massa de água Ribeirão da Orca, Afluente do Rio Sado, Ribeira de Grândola, Albufeira Trigo de Morais-Vale do Gaio, Barranco da Pena Cesta, Ribeira do

Algalé e Sado-WBS, que são passíveis de poluição e contaminação com um projeto deste género.Discordo porque irá colocar em causa a paisagem natural atual, com todas as alterações negativas que pode ter ao nível da construção de infraestruturas, terraplanagens, circulação de equipamento e maquinaria, atividades de escavação e aterro, uso de explosivos, resíduos, consumo de energia, emissões atmosféricas que podem resultar em impactos negativos com efeitos de estufa, emissão de poluentes pela queima de combustíveis fósseis, emissão de ruído com efeitos sonoros significativos, e outros impactos negativos para a população e ambiente.Finalmente, discordo deste projeto também pelos impactes ambientais negativos que pode ter, mesmo com a implementação de medidas de minimização, designadamente ao nível do impacto negativo na qualidade de vida da população, do clima e alterações climáticas, da afetação de florestas e habitats, da movimentação de terras e limpeza de terrenos, da degradação dos solos e perda da capacidade de uso dos solos, e pelo impacte ambiental negativo significativo ao nível da destruição de sistemas ecológicos, designadamente destruição de unidades de vegetação associadas a habitats de interesse comunitário.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84230 Inês Pires em 2025-04-24

Comentário:

Por que a Mina da Lagoa Salgada não deve avançarLocalizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84226 maria emilia almeida em 2025-04-24

Comentário:

Exmos. SenhoresEm Maria Emília Almeida residente no Concelho de Alcácer do Sal, venho por este meio enviar em anexo a sua Participação nesta consulta Pública, manifestando desde já a sua discordância por este projeto.Através do documento de Contestação que junto a mesma expõe em 8 pontos devidamente fundamentados as razões porque este projeto não pode avançar, sem a devida correção de todas as não conformidades que o projeto enferma, nomeadamente:-Pela falta de água e o aumento de pressão sobre o exaurido aquífero T3, se avançasse como está no projeto. O AQUÍFERO PODE SECAR EM 5 ANOS.-Pelo deficiente tratamento das águas residuais.-Pelo excesso de ruido não sustido.-Pela poluição atmosférica gerada.-Pela inexistência do devido tratamento e encaminhamento dos resíduos.-Pela inexistência de mão de obra, só possível por novos imigrantes, não previstos nem acautelados, na habitação, transporte, saúde e ensino.-Pela não contemplação da recuperação de estradas e da garantia de existência da energia elétrica necessária.-Pela insuficiência de benefícios económicos que o projeto expõe. Esperando que este este contributo ajude a suster este projeto.Maria Emília Almeida

Anexos: 84226_documento assinado.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84220 Sobiger em 2025-04-24

Comentário:

Exmos. SenhoresEm nome da Cidadã Yolande de Ziegler, residente no Concelho de Grândola, venho por este meio enviar em anexo a sua Participação nesta consulta Pública, manifestando desde já a sua discordância por este projeto.Através do documento de Contestação que junto a mesma expõe em 8 pontos devidamente fundamentados as razões porque este projeto não pode avançar, sem a devida correção de todas as não conformidades que o projeto enferma, nomeadamente:-Pela falta de água e o aumento de pressão sobre o exaurido aquífero T3, se avançasse como está no projeto. O AQUÍFERO PODE SECAR EM 5 ANOS.-Pelo deficiente tratamento das águas residuais.-Pelo excesso de ruido não sustido.-Pela poluição atmosférica gerada.-Pela inexistência do devido tratamento e encaminhamento dos resíduos.-Pela inexistência de mão de obra, só possível por novos imigrantes, não previstos nem acautelados, na habitação, transporte, saúde e ensino.-Pela não contemplação da recuperação de estradas e da garantia de existência da energia elétrica necessária.-Pela insuficiência de benefícios económicos que o projeto expõe. Esperando que este este contributo ajude a suster este projeto.Yolande de Ziegler

Anexos: 84220_Documento comprimido (ASSINADO) de contestação da Mina da Lagoa Salgada - Yolande de Ziegler.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84219 bruno candeias em 2025-04-24

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN (Potencial Interesse Nacional) que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Irá ter impactos nos organismos humanos e não humanos, no território e na paisagem. Esta mina trará por certo um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84218 Ana Lúcia Almeida em 2025-04-24

Comentário:

A única opção realista é a discordância. Como se pode aceitar que a melhoria da rede viária seja uma medida de minimização do enorme aumento de tráfego de toda a tipologia de veículos e, em particular, de veiculos pesados, cuja circulação aumentará mais que o triplo da atualidade? Não pode, numa proposta desta dimensão, ser omitido, como se pode verificar, o impacte a curto, médio e longo prazo, na saúde dos habitantes desta região. Nenhum cidadão minimamente informado nas áreas da Saúde, da Ecologia, das politicas nacionais e internacionais para a proteção do ambiente, que seja conhecedor dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que esteja atento e viva diariamente os impactes negativos dos excessos de outra atividade económica implantada no concelho, pode validar a construção e a exploração desta mina. Onde está a memória histórica? Não vão ao Lousal?São tantos os pormenores questionáveis, com impactos na atualidade e para o futuro, que se torna difícil ordená-los para os contrapor. Por isso, apontarei de entre tantos, apenas alguns.Desde já, o aproveitamento da redação dada nos PDM, da possibilidade de exploração de recursos geológicos e mineiros, desde que qualificados como PIN. É lamentável que tal tenha sido sequer uma possibilidade, como é inacreditável que tenha acontecido, tendo em conta toda a informação disponível.Não são elencadas quaisquer ações de prevenção, proteção e acompanhamento da saúde e para a saúde das populações afetadas. Podem apontar que no RNT está prevista a melhoria dos Serviços essenciais de Saúde. Como assim, pretendem substituir-se ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)? Ou vão construir e financiar uma Unidade de Saúde Particular, com acesso livre para toda a população? Tudo é vago e, como tal, nada convicente. A mesma questão aplica-se à "melhoria dos serviços essenciais de Educação e cuidados infantis". Para quem? Onde? Com que recursos financeiros, materiais e humanos? Como garantem estas respostas, no curto espaço de tempo em que pretendem construir e explorar a mina? Inolvidável será a eficácia e o resultado se o conseguirem.As medidas compensatórias para o coberto florestal são inacreditáveis Povoamentos florestais de 10 ha? Como assim? Quando a área de implantação é de 2349 ha? Ainda por cima, quando uma boa parte desse coberto florestal é de sobreiros e azinheiras, de crescimento lento e que tem sido o sustento de diversas famílias nas últimas décadas? Como os indemnizam? Como indemnizam estes ecossistemas? Dou -vos a resposta à última questão: Não há forma de o fazer. Aparentemente, não foi considerado o equilíbrio dos ecossistemas existentes, não foi considerada a proteção do ambiente, não foi tido em conta que os ecossistemas não estão isolados e que os subsistemas terrestres são interdependentes. O que nos conduz à questão importantíssima da água. A contaminação dos aquíferos é elevadíssima, devido à tipologia e quantidade dos reagentes utilizados na lavaria e devido aos resíduos mineiros. Esta contaminação é ainda potenciada por acumulação de resíduos orgânicos, causada pelo eventual rebaixamento de lençóis freáticos e decorrente de mais um significativo aumento da população. Onde vão habitar condignamente estas pessoas, quando isso já nem sempre acontece? Onde e como vão construir em tempo útil edificado habitacional, a preço justo e adequado aos rendimentos das famílias? Neste âmbito, surge ainda outra questão sem resposta: Quem assume os encargos dos efeitos nas habitações dos residentes, decorrentes da atividade da mina, como vibrações resultantes quer do tráfego de veículos, quer das necessárias explosões que vão acontecer?Quais são as compensações financeiras para as populações dos concelhos afetados, mesmo que por via dos municípios, para a melhoria dos serviços, apontada de forma generalista? Se não são apontadas, só pode haver uma leitura, são manifestamente miseráveis para compensar os resíduos perigosos, com "vida demasiado longa", para não virem a afetar significativamente os nossos recursos naturais agora e no futuro, aqueles de que

realmente dependemos para sobreviver como espécie que também somos, e a nossa qualidade de vida. Por tudo isto e muito mais, não! Discordo da construção e exploração da Mina da Lagoa Salgada, suportada, por último, pelo facto desta apresentar um nível superior de perigosidade.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84214 Beatriz em 2025-04-24

Comentário:

A exploração de minas nesta região podem implicar escavações avassaladoras para os terrenos envolventes, destruindo sobreiros. A extração de metais pesados nessas zonas potencializam a poluição e a contaminação das águas e do solo, criando vários desequilíbrios no ecossistema, incluindo os problemas nos lençóis de água do subsolo que servem de alimento para os sobreiros.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84212 José Nóbua em 2025-04-24

Comentário:

Em primeiro lugar, contrariamente ao sugerido, a simples existência de uma Avaliação de Compatibilidade de Localização favorável não elimina a significância dos riscos associados ao projeto. Importa salientar que a Mina da Lagoa Salgada, a qual é categorizada como estabelecimento de Nível Superior de Perigosidade ao abrigo do Regime de Prevenção de Acidentes Graves (Decreto-Lei n.º 150/2015). Esta classificação implica a presença de substâncias perigosas em quantidades significativas e potenciais cenários de acidente grave, pelo que não se pode desprezar o risco envolvido.É mentira que o projeto seja "compatível com a envolvente" devido aos "reduzidos impactes do projeto sobre os recetores, no caso de ocorrência de cenários de acidente. Trata-se de uma análise ainda preliminar (o projeto está em fase de Estudo Prévio) e baseada em pressupostos teóricos de cenários de acidente, é prematuro concluir que "não há impacte significativo em termos de risco para a envolvente" quando a própria documentação do EIA admite a necessidade de estudos e planos adicionais de segurança. Acresce referir que existem populações e infraestruturas relativamente próximas da área de implantação, por exemplo, a Aldeia da Justa é atravessada pelo acesso rodoviário à mina e o Plano Diretor Municipal identifica perímetros urbanos nas imediações, o que significa que eventuais acidentes ou emissões não controladas poderão afetar diretamente quer as comunidades próximas, quer a comunidade residente na Vila de Grândola.Em segundo lugar, a afirmação de que o projeto "não coloca em causa a Diretiva Quadro da Água" (DQA) não é sustentada de forma convincente pelos elementos disponíveis, tanto é assim que será necessária consulta à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para instruir o Pedido de Utilização dos Recursos Hídricos. A obra prevê a construção de uma bacia de retenção de águas pluviais e de decantação e sistemas de tratamento de efluentes (ETA/ETAR, o que indica a geração de caudais a gerir e descarregar no meio hídrico. O próprio EIA admite que, na fase de exploração, serão produzidas águas residuais (da lavaria, lavagem de

equipamentos, drenagem mineira, etc.) que, após tratamento na ETAR, serão descarregadas no meio natural. A Diretiva Quadro da Água estabelece que não deve ocorrer deterioração do estado das massas de água superficiais ou subterrâneas. Mais, a zona da Lagoa Salgada, é uma área de interesse hidrogeológico significativo, pois possui aquíferos importantes, localizados a profundidades de aproximadamente 13 metros e 77 metros, é assim incompreensível, qualquer decisão, que permita a completa destruição deste recurso natural escasso.Por fim, contesta-se a conclusão do EIA de que o projeto apresenta um “balanço final positivo”, com um capital de efeitos favoráveis contraposto a efeitos adversos mitigáveis. Tal afirmação não reflete integralmente os impactes negativos significativos identificados no próprio estudo. o EIA antecipa impactes negativos significativos, incluindo a perda de habitats de interesse comunitário prioritário (montado de sobro e azinho) numa extensão considerável. Esta afetação de ecossistemas protegidos não é trivial, uma vez que envolve o abate de um Adicionalmente, o relevo e a morfologia do solo serão fortemente alterados. A abertura de galerias subterrâneas e a implantação de escombreiras e outras infraestruturas implicam modificações permanentes no terreno, incluindo escavações significativas. Por outro lado, os alegados efeitos positivos do projeto, ainda que relevantes, não os prejuízos ambientais apontados. Os benefícios são em grande medida temporários e transitório, concentrados na fase de exploração. A economia local sofrerá efeitos um boom seguido de recessão quando a exploração terminar. Face aos ao exposto, conclui-se que as declarações finais do EIA da Mina da Lagoa Salgada estão "contaminadas" e não têm suporte nos próprios dados e análises do estudo. O risco industrial não pode ser considerado insignificante. Do mesmo modo, a proteção dos recursos hídricos conforme os ditames da Diretiva Quadro da Água não está assegurada, atendendo à intrusão em domínios hídricos e potenciais fontes de poluição inerentes ao projeto. Por último, o balanço entre benefícios e custos ambientais do projeto revela que o mesmo terá efeitos devastadores ao contrário do que é sugerido, pois persistem impactos negativos significativos (ruído, emissões, perda de habitats, alterações irreversíveis no solo e paisagem) que não são anulados pelas medidas compensatórias ou pelos efeitos positivos enumerados. Pelo exposto, entende-se que este projeto terá efeitos devastadores na saúde das populações, na biodiversidade, na fauna e flora, e nos aquíferos únicos existentes neste território, assim, só por irresponsabilidade ou obtenção de qualquer beneficio pessoal, seria possível aprovar um projeto com estas características, neste território.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84211 Carole Delachaux em 2025-04-24

Comentário:

Não a mais um projeto de destruição desta região já sobre explorada. Protegem a natureza !

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84203 Solutopus- Recursos e Desenvolvimento, Lda. em 2025-04-24

Comentário:

Este Projeto via a construção e funcionamento duma mina numa zona onde as espécies florestais autóctones têm uma importância indesmentível. Para além do seu papel no solo, no sequestro de carbono e na manutenção dum ecossistema único, elas estão profundamente ligadas ao modo de vida regional e, mais ainda, servem de suporte a indústria relevante. Aqui o principal destaque vai para o sobreiro, que é uma espécie problemática para replicar ou refazer povoamentos nele baseados. Assim, dando como exemplos as afirmações produzidas no Relatório síntese tais como: • Sustentabilidade Ambiental – adotando uma utilização eficiente dos recursos, utilizando energias renováveis e contribuindo para a conservação e regeneração dos ecossistemas locais, reduzindo a pegada ambiental; pg. 20Melhoria dos índices de qualidade do ar. Pg 22através da disponibilização de matéria-prima à indústria nacional e internacional. Pg 23cabe questionar a qualidade da intervenção e os benefícios reais para a zona. Para além das taxas autárquicas, não se vislumbram efeitos duradouros e promotores da sustentabilidade regional. A nível da economia circular, também os efeitos não parecem ser impactantes no bem estar regional e no empreendedorismo duradouro.Para além da área de implantação da Mina, há também que prever corredores de saída de produtos e energia que não resultem em danos irreversíveis para a paisagem e para a segurança de bens e pessoas. Assim, eventualmente o enterramento de parte das infraestruturas possa aliviar os impactos das actividades a montante e a jusante da hipotética Mina. Para além disso, e simultaneamente, não cortar sobreiros parece ser imprescindível, porquanto é uma espécie florestal de crescimento lento e com uma taxa de sucesso de plantações relativamente baixa. Qualquer espécie florestal que venha a ser eventualmente cortada (ver que é uma ação irreversível), as respectivas substitutas deverão ser plantadas previamente, sem qualquer hipótese de adiamento e em local adequado e nas melhores condições técnicas. Quanto ao suporte para a indústria, o município de Grândola deverá exigir contrapartidas e investimentos baseadas no recursos florestais e agroflorestais, abundantes no seu território.Tenho dito.

Anexos: Não

Tipologia: Geral

ID 84193 celia metrass em 2025-04-24

Comentário:

Venho por este meio manifestar a minha oposição ao projecto pois o projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis e a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Existe ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança para proprietários e trabalhadores da região.A produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região, seriam comprometidos pelo funcionamento da mina.Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada

representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer. Não vamos destruir o que é tão único e apreciado na nossa região!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84187 Sara Sousa em 2025-04-24

Comentário:

Turismo de Portugal, IP

Anexos: 84187_TdP_Parecer_EIA_MinaLagoaSalgada_24abr2025.pdf

Tipologia: Sugestão

ID 84186 Nuno Agostinho em 2025-04-24

Comentário:

Na qualidade de cidadã/cidadão com consciência social e ambiental, preocupada com as pessoas, com o ambiente, a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem.Um dos impactes mais devastadores será na quantidade e qualidade da água. Tanto os recursos hídricos superficiais quanto os recursos hídricos subterrâneos irão ser sobreexplorados. Sem água não podemos viver. As plantas, os animais e as pessoas não sobrevivem sem ela. Por isso a Carta Europeia da Água descreve a água como um bem precioso indispensável que deve ser bem preservado - tanto em quantidade como em qualidade.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem ser, sempre, consideradas mais importantes do que os ganhos financeiros.Pelo respeito pelas pessoas, pela conservação do ambiente e da água para as gerações futuras o meu parecer é de DISCORDÂNCIA.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84178 Luis Miguel Mr Machado dos Reis em 2025-04-24

Comentário:

É inconcebível que no concelho de Grândola cujo paradigma de desenvolvimento, segundo as entidades públicas, é o turismo sustentável que seja sequer possível equacionar a possibilidade de abertura de mais uma mina.O concelho de Grândola já possui duas minas que estão desativadas (no Lousal e no Canal Caveira) onde se podem ver todos os estragos causados ao ambiente.A Câmara Municipal de Grândola, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a Agência Portuguesa do Ambiente e todas as demais entidades públicas afirmam sempre que a grande prioridade é a conservação da natureza e a preservação dos recursos e depois permitem que um projeto desta natureza seja autorizado. É uma vergonha e um crime contra a natureza e contra os cidadãos se a exploração da mina da Lagoa Salgada for aprovada. Ninguém precisa que seja aprovado mais um atentado ambiental com a justificação da criação de mais uns poucos postos de trabalho. Não temos falta de trabalho em Grândola. Temos é falta de habitação a custos acessíveis seja para comprar ou para arrendar. As pessoas que irão trabalhar nesta mina virão da India, do Nepal ou talvez do Bangladesh e serão alojadas em barracas, garagens ou em contentores perto do local de trabalho.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84176 David Costa em 2025-04-24

Comentário:

Após análise detalhada da documentação apresentada e das características ambientais, sociais e técnicas da área proposta para a implantação da Mina da Lagoa Salgada, este parecer é desfavorável à continuidade do projeto pelos seguintes motivos:1.Fragilidade Ambiental da Região: A Lagoa Salgada é um ecossistema sensível, com alta biodiversidade e funções ecológicas relevantes. A implantação da mina representa riscos consideráveis à integridade desse ambiente, incluindo a possibilidade de contaminação das águas subterrâneas e superficiais.2.Inconsistências no Estudo de Impacto Ambiental (EIA): Foram identificadas lacunas e inconsistências técnicas no EIA, especialmente no que tange ao plano de mitigação dos impactos, à análise de alternativas locacionais e ao prognóstico dos impactos cumulativos.3.Impacto à Comunidade Local: A mineração poderá gerar deslocamentos, interferência nas atividades econômicas tradicionais e comprometimento da qualidade de vida das populações do entorno, sem que tenham sido apresentadas medidas eficazes de compensação ou envolvimento social adequado.4.Conflito com Instrumentos de Planejamento Territorial: O projeto não é compatível com o zoneamento ambiental e territorial vigente, contrariando diretrizes de desenvolvimento sustentável estabelecidas pelo município/região.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84173 Idálio Joaquim Nunes em 2025-04-24

Comentário:

Em poucas palavras: trata-se de um enorme atentado ambiental, com gravíssimas consequências para o património natural e para a vida das populações.Aqui deixo o meu mais veemente repúdio por este projeto promotor da desertificação florestal e humana.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84163 Pedro Filipe Albino Ramos Chinita em 2025-04-24

Comentário:

Sou residente em Grândola e quero aqui mostrar a minha total discordância para com o projeto que, a negatividade que traz ao concelho, supera, de longe, o positivo que promete trazer.Pedro Chinita

Anexos: 84163_Participação PC.docx

Tipologia: Discordância

ID 84160 Daniela Pereira em 2025-04-24

Comentário:

Venho por este meio manifestar a minha profunda preocupação e oposição à proposta da Mina da Lagoa Salgada numa região de grande valor agrícola, ecológico e social. A implementação deste projeto terá impactos severos e irreversíveis sobre os campos agrícolas, os recursos hídricos e a qualidade de vida da população local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84158 Maria Pestana em 2025-04-24

Comentário:

Permitam-me um grito de socorro em vez de comentário!Por favor, pessoas de bem! Por favor, homens HUMANOS!Por favor, SERES VIVOS que habitam o planeta terra!Cuidem deste planeta!Ajudem este planeta a viver, a dar-nos vida!Lembrem-se que também o habitam!Por favor, sejam respeitosos!Por favor, cuidem a VIDA!Gratidão!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84148 Sonia dos Reis em 2025-04-24

Comentário:

Face ao exposto na documentação em anexo, questiono-me relativamente ao acréscimo necessário de trabalhadores (entre postos diretos e postos indiretos) e, consequentemente, a oferta de habitação para estes trabalhadores que serão, na sua maioria de fora, já que não existirá oferta formativa a muito curto prazo, para preparar trabalhadores locais, com conhecimentos e qualificação exigida. Grândola carece de oferta de habitação e, a que existe, é colocada no mercado a valores exorbitantes. Pergunto, qual o compromisso da RedCorp na criação de habitação para os trabalhadores deslocados e/ou as suas famílias?Grândola carece de infraestruturas e cuidados de saúde – muito devido à falta de habitação para enfermeiros e médicos que queiram vir para a região e ocupar as diversas vagas no Hospital Litoral Alentejano/extensões de saúde do litoral alentejano. Como vai a RedCorp garantir o aumento de cuidados de saúde? Com a criação de uma clínica e cuidados médicos que respondam a esse aumento de trabalhadores/famílias, inerentes à atividade da mina? Qual é a alternativa?Grândola carece, presentemente, de oferta em pré-escolar, o que já se traduz num grande problema para as famílias em que os progenitores trabalham e necessitam de uma resposta que, simplesmente não existe. Irá a RedCorp assegurar a criação de um Jardim-de-infância/creche para dar apoio às (suas) famílias?A rede viária existente (EM543) não está minimamente preparada para garantir a constante circulação diária, de pesados com carga (cerca de 30 camiões/dia). A RedCorp imputa ao município a adaptação/manutenção da estrada de acesso à zona da exploração mas parece-me manifestamente injusto que a empresa não se associe como parceira da empreitada. A fase de exploração da mina decorrerá num espaço temporal de onze anos, o que parece justificar uma ótica de «fast-mining», pressupondo o menor compromisso possível com a comunidade, tanto no que se refere à construção de habitação, infraestruturas de saúde, educação ou outras, de igual importância para fazer face ao aumento de população – por ação da mina. A incógnita relativamente ao processo de lavagem/águas residuais gera dúvidas e preocupações, assim como o tráfego de pesados e o ruído que será gerado, a escassos metros da localidade de Água Derramada. Em linha reta, a mina ficará a cerca de 9 quilómetros da costa, sendo que o «corredor» de planície existente, na faixa Aldeia do Pico – Muda, permitirá que os gases, poeiras e outros, cheguem rapidamente ao litoral, atingindo populações e empreendimentos turísticos instalados em toda essa extensão.Grândola tem 40 quilómetros de Costa e uma região serrana onde proliferam centenas de segundas habitações e empreendimentos turísticos, incluindo de luxo. A Lagoa Salgada situa-se em propriedade privada, agrícola e com montado de sobro/pinheiro manso. As preocupações com o ruído, a libertação de gases diversos e poeiras e a eventual contaminação do aquífero Tejo-Sado que serve a zona são preocupações constantes tanto de autarcas como de entidades como a Associação de Agricultores de Grândola. Teme-se que esta exploração mineira possa entrar em conflito com os projetos turísticos existentes, mas também com a qualidade de vida que (ainda) existe no concelho. Não posso ignorar o problema de sobre exploração de água que já sente no concelho e temo que este projeto venha agravar esse cenário. Já agora, qual a real previsão do consumo de água total, por dia? E como fará a RedCorp para garantir essas necessidades?Em caso de acidente, estarão acauteladas as necessidades referentes à segurança, em situação de incêndio, explosão, …? A RedCorp conta com os Bombeiros e fará um investimento na sua força de combate e prevenção? Como pensa gerir essas situações de crise?Não sou nem posso ser contra o desenvolvimento do concelho mas defendo um modelo de desenvolvimento transparente e em que a segurança e a saúde das populações seja assegurada e, das explicações obtidas, não estou completamente convencida. Além disso, o compromisso a 11 anos de

exploração da RedCorp e sua falta de envolvimento na resolução de problemas identificados ao longo da caracterização da região deixa-me apreensiva.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84142 Pedro Sacadura Teixeira Cabral Duarte da Silveira em 2025-04-24

Comentário:

Não concordo pelas seguintes razões:•O PIN atribuído ao projeto não foi alvo da concordância de qualquer um dos municípios envolvidos, logo nunca deveria ter sido aprovado;•Relativamente ao empreendimento como um todo, em lado algum é avaliado se o seu impacto justifica uma exploração durante onze (11) anos, o que se afigura algo totalmente insustentável;•O impacto do aumento de uma população ativa estimada em cerca de 1000 trabalhadores, supostamente com as respetivas famílias, numa região com um grave deficit de habitação e de outras infraestruturas essenciais, é completamente negligenciado;•Não está prevista qualquer compensação, quer monetária quer de outra qualquer forma, aos cidadãos que vêm de qualquer forma, os seus direitos de propriedade ou qualidade de vida, afetados pela implementação do projeto;•No que toca à "Identificação e Avaliação de Impactes" é curioso a "leveza" com que se identificam certos impactes e, principalmente, a desvalorização dos mesmos, aquando da sua avaliação. Este facto leva a que as "Medidas Minimizadoras, Potenciadoras ou Compensatórias" sejam difusas, pouco efetivas e de aplicabilidade duvidosa. De igual modo os "Programas de Monitorização" que são propostos não passam de um conjunto de boas intensões sem qualquer veleidade de alertar para o quer que seja e sem quaisquer efeitos práticos. Da leitura do EIA fica até a sensação de que a implementação do Projeto da Mina seria uma mais-valia para o ambiente da região!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84140 ANSUB Associação Produtores Florestais do Vale do Sado em 2025-04-24

Comentário:

A nossa participação está em anexo

Anexos: 84140_MLSCP.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84128 Ana Seixas Palma em 2025-04-24

Comentário:

Com base na documentação disponibilizada, o projeto parece cumprir todos os requisitos legais e boas práticas ambientais e sociais. As medidas de compensação pelos impactes são interessantes para o território (note-se a reflorestação com sobreiros geneticamente modificados para resistir à Phytophthora cinnamomi que afeta gravemente o montado na zona de Grândola e Alcácer do Sal), para a população e para a economia da região, permitindo diversificar atividades, criar emprego qualificado e novos serviços associados (a exemplo do que se verifica em Castro Verde e Aljustrel). A mina dá resposta a necessidades prementes de uma matéria-prima considerada estratégica ao nível europeu (cobre) e essencial para vida quotidiana. O projeto contribui ainda para o cumprimento das obrigações de Portugal no âmbito do Regulamento (UE) 2024/1252 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de abril de 2024, que estabelece um regime para garantir um aprovisionamento seguro e sustentável de matérias-primas críticas.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84120 Rita Magá em 2025-04-24

Comentário:

Bom dia, Exmos e exmas venho por este meio apresentar a minha enorme preocupação e discordância com este projecto de mineração tão perto de minha casa. Estamos a criar um modo de vida baseado na agricultura e no processamento alimentar. Com modo de produção que cuida e valoriza os ciclos naturais dos nutriente tendo como objetivo a regeneração do território, já com tantos desequilíbrios. Vem sendo bastante difícil a nossa luta para viver com estas atividades e por isso temos muitas perguntas quanto ao impacto que vai ter nas vidas das pessoas que têm o seu rendimento financeiro e o seu bem estar dependente do território e dos seus recursos. Em que medida os lençóis freáticos vão ser afetados?Quais as estimativas de gastos de água por parte desta mina, e quais os estudos sobre disponibilidade de água no território que abasteça as populações, a agricultura, o turismo e ainda estes projectos?As estruturas sociais estão preparadas para a pressão social de mãos de obra que será importada? Sem isso a pressão social transforma-se em exclusão, racismo, violência... Como vão ser geridos os resíduos quimicos produzidos? Eu vi respostas nos documentos, mas ainda assim a intersecção dos diferentes projectos não foi feita, logo o impacto estimado não é real pois não tem em conta as variáveis de um futuro industrial e extrativista que porá em risco o futuro das gerações futuras. Conversem com as populações e percebam a dificuldade que é viver neste território!!! O que nos prende ainda cá são as condições de vida com acesso a água, ar puro, sossego, se isto não existe fica só a dureza. E pergunto-me o que irá acontecer ao turismo de luxo, que está a ser implementado ao lado disto? Quem paga para vir passar férias num cenário de destruição de vida??? Sem mais a acrescentar, imagino que as filhas e filhos de quem projectou esta mina não sejam habitantes daqui, caso contrário não haveria coragem de o fazer!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84117 Pedro Babo Malhoa do Amaral em 2025-04-24

Comentário:

A Mina vai causar um enorme impacto ambiental negativo. Destruir Montado e poluir os lençóis freáticos. Vai também provocar um grande aumento de trafego de camiões pesados na EM 543. Este projecto vai prejudicar a população, a fauna e a flora locais. Por estes motivos estou contra o projecto de exploração da mina da lagoa salgada.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84103 CAROLINA BAIÃO em 2025-04-24

Comentário:

Os verdadeiros impactos nos recursos. hidrícos das regiões afectadas necessitam de ser mais específicos e altamente divulgados pelas autoridades responsáveis, assim como também os nefastos impactos no ecossistema do Sobreiral e nas atividades agrícolas dos locais.Há também uma enorme lista de perigos para a saúde do concelho, especialmente no que diz respeito à qualidade do ar que não está a ser divulgada pelas populações.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84102 José em 2025-04-23

Comentário:

Discordo em absoluto com o projecto da mina. José Parreira www.jardineirodesonhos.com

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84094 Lina Carolino em 2025-04-23

Comentário:

A gravidade dos impactos ambientais tem relevância superior aos ganhos privados

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84093 Maria Manuela Luz em 2025-04-23

Comentário:

O projeto de mineração da Mina da Lagoa Salgada tem implantação prevista em plena Reserva Ecológica Nacional, numa zona densa de sobreiros e pinheiros. Para a sua implementação prevê-se o abate de milhares dessas árvores, e consequentemente com o desenvolvimento da mineração, o rebaixamento do lençol freático.Sabendo-se das frequentes secas nesta região, o rebaixamento do lençol freático, apresenta graves riscos de contaminação de solos e de águas com metais pesados e resíduos tóxicos, além do risco de escassez de água potável, com graves ameaças ambientais, bem como sociais ao afetar as populações locais, por outro lado, também prejudicadas com as poeiras, ruído e trânsito de veículos pesados.Além disso, sabe-se que a exploração mineira é uma atividade temporária. Esgotados os recursos, o território fica inequivocamente afetado e os empregos temporários para tal criados desaparecem, sendo que as atuais atividades integradas nesse território já terão sido extintas por via da mineração.Face ao exposto, considero que o projeto não deverá ser aprovado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84089 Maria em 2025-04-23

Comentário:

.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84088 Antonio Morgado em 2025-04-23

Comentário:

Quero morrer de morte natural

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84087 Rafael em 2025-04-23

Comentário:

Uma falta de respeito com os Grandolenses de querer desertificar esta área, não chega já a costa.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84081 José Augusto Godinho Ferreira em 2025-04-23

Comentário:

Mina da Lagoa SalgadaNão apoio a abertura/exploração da Mina da Lagoa Salgada, que apanha os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, onde se pretende a extração de metais pesados como o zinco, chumbo e cobre, A área de exploração abrange uma área protegida de montado, associada a uma biodiversidade animal e vegetal que deve ser preservada; para a abertura/exploração da mina terão de ser abatidos milhares de sobreiros e pinheiros, acabando com a referida área protegida de montado. Para além disso, a exploração destes metais pesados, com a produção e acumulação de resíduos tóxicos associados à respetiva exploração, vai levar à contaminação dos solos e dos lençóis freáticos. Esta contaminação vai comprometer as explorações agrícolas e silvículas circundantes, assim como a qualidade de água a consumir. É sabido que esta região alentejana é muito sensível aos níveis de água disponíveis, pelo que se deve ter em conta todas as ações que interferem com a qualidade e quantidade de água dos lençóis aquíferos.È ainda de ter em conta que acabando com os sobreiros do montado, o território irá ficar degradado, terminando também com uma atividade económica muito importante para a região, a produção de cortiça.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84079 Filipa em 2025-04-23

Comentário:

Exmo. Senhor Presidente da Agência Portuguesa do AmbienteEng. José Pimenta MachadoEu, Filipa Sousa, na qualidade de cidadã com consciência social e ambiental, preocupada com as pessoas, com o ambiente, a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem.Um dos impactes mais devastadores será na quantidade e qualidade da água. Tanto os recursos hídricos superficiais quanto os recursos hídricos subterrâneos irão ser sobreexplorados. Sem água não podemos viver. As plantas, os animais e as pessoas não sobrevivem sem ela. Por isso a Carta Europeia da Água descreve a água como um bem precioso indispensável que deve ser bem preservado - tanto em quantidade como em qualidade.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem ser, sempre, consideradas mais importantes do que os ganhos financeiros.Pelo respeito pelas pessoas,

pela conservação do ambiente e da água para as gerações futuras o meu parecer é de DISCORDÂNCIA.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84077 maria luisa cyrne em 2025-04-23

Comentário:

Não apoio a abertura/exploração da Mina da Lagoa Salgada, que apanha nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, onde se pretende explorar a extração de metais pesados como o zinco, chumbo e cobre, A área de exploração abrange uma área protegida de montado, associada a uma biodiversidade animal e vegetal que deve ser preservada. Para a abertura/exploração da mina terão de ser abatidos milhares de sobreiros e pinheiros, acabando com a referida área protegida de montado e pinhal. Para além disso, a exploração destes metais pesados, com a produção e acumulação de resíduos tóxicos associados à respetiva exploração, vai levar à contaminação dos solos e dos lençóis freáticos. Esta contaminação vai comprometer as explorações agrícolas circundantes, assim como a qualidade de água a consumir. É sabido que esta região alentejana é muito sensível aos níveis de água disponíveis, pelo que se deve ter em conta todas as ações que interferem com a qualidade e quantidade de água dos lençóis aquíferos.È ainda de ter em conta que acabando com os sobreiros do montado, o território irá ficar degradado, terminando também com uma atividade económica muito importante para a região, a produção de cortiça.Luisa Cyrne

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84076 Ruben Marques em 2025-04-23

Comentário:

num municipio onde as prioridades deveriam passar pelo bem-estar do povo residente , melhorando escolas, aumentando o nivel e condições habitacionais , melhoramento de estradas secundárias,etc , so posso ser completamente contra uma infraestrutura que vai contra tudo o que a população de Grandola necessita. lamentavelmente ,este é apenas mais um dos negócios da autarquia que ,em muito tem prejudicado a população local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84074 Maria da Conceicao Marinho T. Alves Inacio em 2025-04-23

Comentário:

Discordancia por impacto ambiental negativo

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84071 Renato luis em 2025-04-23

Comentário:

Vai destruir muito mantado de cortiça e vai estar muito perto da captação de água subterrânea que abastece as aldeias de Água Derramada e Silha do Pascoal

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84070 Ana Alves de Sousa em 2025-04-23

Comentário:

Eu, Ana Maria de Mendonça Tavares da Silva Alves de Sousa, manifesto a minha total discordância relativamente ao Projeto da Mina da Lagoa Salgada. A instalação dessa exploração mineira terá consequências extremamente negativas na vida das populações, designadamente na sua saúde e do meio ambiente.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84066 maria espada em 2025-04-23

Comentário:

Discordo com a construção da Mina da Lagoa Salgada pelas consequências ambientais que terá no futuro, não só para o nosso município como para tantos outros.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84060 Maria Clélia Vital Coelho em 2025-04-23

Comentário:

A exploração em análise deve ter em conta a preservação do lençol freático, a preservação da sua água, necessária para a rega e para os animais. Além disso, a destruição do montado cujo valor é da maior importância, tanto ambiental como até para a economia. A exploração de materiais pesados, tal como previsto, provoca a contaminação dos solos, alterando por tempo indeterminado todo o ecossistema. Pelas razões apontadas, que serão as principais, mas não as únicas, este projecto não deve ser aprovado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84059 Luis Sousa em 2025-04-23

Comentário:

esta região tem sido massacrada com projectos que têm um consumo excessivo de água como é o caso desta exploração mineira;os exemplos de explorações identicas no passado são desastrosos como é o caso de São Domingos em Mértola que há mais de 50 anos está uma desgraça;é inacreditável como ainda há coragem para fazer estas propostas que são altamente nocivas para as pessoas e para o País, por isso sou CONTRA a sua viabilidade

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84057 Ana Maria Lamelas Ahrens Novaes em 2025-04-23

Comentário:

Por que a Mina da Lagoa Salgada não deve avançarO projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é

garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer. E mais uma vez, estamos a dar o que nos pertence a estrangeiros!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84056 Pedro Sá e Melo em 2025-04-23

Comentário:

Considero que esta proposta de exploração mineira envolve risco ambiental importante, sem qualquer benefício para a comunidade local ou nacional.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84054 ANA RAQUEL NARCISO DIAS ALVES em 2025-04-23

Comentário:

O projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários..

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84053 Mario em 2025-04-23

Comentário:

Por que a Mina da Lagoa Salgada não deve avançarO projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo

a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84052 joao paulo girbal em 2025-04-23

Comentário:

Pelas razões apontadas no ficheiro anexo o projeto deve ser rejeitado.

Anexos: 84052_Mina_Lagoa_Salgada_discordancia.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84049 Luis Teixeira em 2025-04-23

Comentário:

Estes tipos de investimentos trazem para os investidores algum benefício econômico de curta duração deixando o ambiente e as populações locais, neste caso muito frágeis, em situação precária pois os lençóis freáticos além de contaminados serão rebaixados., a. vegetação de sobreiros centenária desaparecerá.ABSOLUTAMENTE INACEITÁVEL!Só visões de curto prazo decidiriam uma coisa destas!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84048 Miguel Gomes em 2025-04-23

Comentário:

Por que a Mina da Lagoa Salgada não deve avançarO projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de

solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84047 Anabela dos Santos Silva Rodrigues em 2025-04-23

Comentário:

Se queremos um ambiente saudável que permita o desenvolvimento do turismo, se queremos manter a floresta de montado, não podemos permitir a exploração mineira, ela vai prejudicar a população, vai prejudicar a natureza, vai prejudicar a vida selvagem, vai poluir as nossas águas, vai trazer ainda mais procura por habitação, que na verdade já não há nem para os locais, nem para as pessoas que têm vindo para trabalhar na indústria hoteleira.Temos que escolher entre a exploração ou a manutenção da natureza.Eu escolho a manutenção da natureza, da qual todos fazemos parte.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84044 Hugo André Alves da Glória Patrício em 2025-04-23

Comentário:

Apesar do projeto da Mina da Lagoa Salgada apresentar iniciativas alinhadas com compromissos ambientais e prometer benefícios socioeconómicos para a região, a sua concretização representa um risco elevado, com impactos irreversíveis sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações. Os pontos positivos destacados no parecer ambiental — como o uso de energia solar, a arborização compensatória e a criação de emprego — revelam-se insuficientes perante a escala dos potenciais danos.As principais ameaças estão relacionadas com a destruição inevitável de habitats naturais e com o enorme consumo de água aquífera que esta mina necessitará, sendo que a substituição de ecossistemas naturais por áreas replantadas — ainda que com espécies nativas — não compensa a complexidade biológica perdida, nem garante a preservação das cadeias ecológicas já estabelecidas. A biodiversidade não é um recurso replicável, e a sua perda representa um dano permanente. O risco de contaminação de aquíferos e solos é também especialmente grave, considerando que a extração e o processamento de minérios envolvem substâncias tóxicas e resíduos de difícil controlo. Do ponto de vista climático, as emissões de gases com efeito de estufa serão uma nova fonte

de degradação ambiental. Além disso, os impactos sociais negativos não podem ser ignorados. O aumento do tráfego pesado, o ruído constante, a alteração da paisagem e o risco de acidentes graves colocam em causa a qualidade de vida das populações.Tendo em conta o exposto, o avanço deste projeto seria não apenas ambientalmente irresponsável, mas também incoerente com os compromissos climáticos e de proteção da biodiversidade que Portugal assume no contexto europeu e internacional. A curto prazo os custos ambientais e sociais já serão incomportáveis, a médio e longo prazo tendem a ser superiores, insustentáveis e, como demonstram outros projetos semelhantes, irreparáveis.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84043 Tiago Larguinho em 2025-04-23

Comentário:

Grande impacto ambiental e socioeconómico desfavorável na região. Não queremos outro Canal Caveira nem outro Lousal.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84041 André Ferreira em 2025-04-22

Comentário:

Discordo com este projeto e apoio que se faça mais estudos quanto ao impacto do consumo de água

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84038 Nuno Leonor em 2025-04-22

Comentário:

Projeto com impacto ambiental altamente nocivo para as freguesias em questão.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84036 Luis Miguel Pires Banha Sobral em 2025-04-22

Comentário:

Exmos. Srs.Venho desta forma mostrar o meu total desacordo com o projeto da mina da Lagoa Salgada.Num concelho que está totalmente voltado para o turismo, em que temos muita falta de habitação, existe falta de mão de obra, o abastecimento de água já começa a ser um problema.A construção desta mina vai consumir os recursos que ainda nos restam, vai drenar a maior reserva de água do concelho.Como irá ser o quotidiano das aldeias vizinhas à mina??? Como irão ficar os campos???Este projeto irá mudar para pior a qualidade de vida das populações das aldeias de Água Derramada e da Cilha do Pascoal. Até mesmoda Aldeia da Justa, que se encontra mais distante, mas que vão colocar a passar 36 camiões diariamente, sendo que podem ser mais. Também temos que ter em conta a viagem de regresso destes camiões (36 x 2), o que dará, em média 72 camiões a passar dentro de uma aldeia.Poderia enumerar muitos mais pontos negativos deste projeto, sendo que não consigo ver um único aspeto positivo.Este projeto é um erro e nunca deveria ter sido iniciado, pois já provocou muita angústia e preocupação nas populações.Outra situação relacionada com este projeto e em que estou também em total desacordo é com o traçado do corredor da linha de alta tensão. Este traçado e em especial na zona dos Cadoços, não tem em consideração habitações, sendo que passa praticamente sobre estas, tem o corredor a passar por cima de metade do Bairro Novo dos Cadoços. A carta militar que serviu de base para o traçado deste corredor está desatualizada. Existem alterações a nível do povoamento florestal, com novas plantações de sobreiros e pinhal manso. Resumindo, este traçado da linha de alta tensão, a passar entre duas aldeias é uma completa aberração e a população nunca irá permitir que tal seja feito.Para finalizar, pergunto se os promotores deste projeto têm noção da desvalorização que esta mina irá dar ao concelho de Grândola, a casas, terrenos e património e de como pensam pagar as indemenizações?? Será que o lucro do minério a extrair vai chegar para pagar tudo isto??

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84033 Virgilio de Jesus Pais em 2025-04-22

Comentário:

Na qualidade de cidadão com consciência social e ambiental, preocupado com as pessoas, com o ambiente, a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem. Venho referir também que todo o processo apresentado não se mostra sustentado com suficiente detalhe que leve a garantir que não existirão impactos negativos com prejuízo da qualidade de vida da população, sendo que, os impactos positivos apresentados são mera cosmética circunstancial.Em termos económicos, é um projeto absolutamente ridículo em termos de valor aportado à economia nacional, sendo que se afiguraria mais aceitável considerar os minérios como uma reserva estratégica nacional em caso de guerra ou outra necessidade absoluta, em vez de permitir que uma empresa canadiana retire proveito de minerais inexoravelmente e os leve para beneficiar outra economia que não a nacional.Em suma, é um projeto cujo racional económico e social não faz sentido nenhum. Mais, é um projeto verdadeiramente criminoso cujas consequências são já expectáveis e visíveis no horizonte e por isso a minha discordância total.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84032 dinis dos santos contente em 2025-04-22

Comentário:

Concordo plenamente

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84031 Alexandre Miguel Jesus santos em 2025-04-22

Comentário:

Eu Alexandre Santos DISCORDO TOTALMENTE deste projecto devido ao grande e negatvo impacto ambiental , reducao de quantidades e qualidades das aguas , etc ,etc...

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84030 Ana Gamito em 2025-04-22

Comentário:

Sou contra a destruição de milhares de sobreiros, árvores que para nós agricultores é protegida, mas que perante os interesses económicos não tem qualquer protecção. Não posso ser a favor daquilo que põe em causa a qualidade do ar, a saúde pública, os recursos hídricos, as atividades agrícolas, o turismo da minha terra e o futuro das minhas filhas. Não posso ser a favor de uma coisa que depois de detruir o que temos de bom nos vai deixar entregues à nossa sorte.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84027 José António Apolinário Serrão em 2025-04-28

Comentário:

Como agricultor e pequeno comerciante de Grândola só posso apoiar um investimento deste tipo. Vai ser bom para Grândola e para os concelhos à volta porque irá trazer pessoas que serão de certeza bem pagas e isso vai fazer crescer a economia do concelho e o bem estar das pessoas. Neste momento Grândola apenas serve para os grandes resortes junto ao mar e o pequeno comércio e outras atividades no resto do concelho estão a morrer. Tudo o que for para deixar riqueza no interior do concelho será bom para as pessoas. Desde que a água e a saúde das pessoas fiquem acauteladas por mim apoio este investimento no meu concelho.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84025 Grândola a Crescer em 2025-04-22

Comentário:

O concelho de Grândola há muito que está sem rumo e sem sustentabilidade social e económica. O trabalho no turismo é sazonal e não faz crescer Grândola a não ser na zona litoral e com custos ambientais de que poucos falam. Esta abertura de uma mina no nosso concelho é para todos nós um motivo de esperança pois será uma atividade a laborar todo o ano e durante mais de uma década que irá trazer muitos benefícios diretos e indiretos para a população do nosso concelho e mesmo para o Alentejo. Da consulta do projeto temos a noção dos impactos, quer positivos quer negativos, mas também se nota que a empresa se preparou muito bem para mitigar e compensar os impactos negativos, talvez até obrigada pelas diversas entidades que analisam o EIA, mas o que é certo ´é que a proposta de investimento nos parece muito bem elaborada. A plataforma Grândola a Crescer é um movimento cívico que tem apenas como objetivo promover o engrandecimento e o desenvolvimento sustentado deste nosso fabuloso concelho, no qual apenas se desconstrói junto das praias e se abandona o seu interior. Seria muito benéfico para Grândola que outros projetos como este viessem para o concelho de Grândola.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84023 Desenvolver Portugal em 2025-04-22

Comentário:

Após analisarmos com atenção a documentação deste projeto parece-nos que é um projeto de interesse nacional, não apenas porque está classificado como tal, mas porque vai contribuir para o desenvolvimento da economia nacional e do concelho de Grândola e concelhos limítrofes, fixando população e ser uma boa alternativa à atividade turística do litoral alentejano. Servirá também para auxiliar a transição energética e combater as alterações climáticas. O abate de sobreiros como vai ser largamente compensado com a plantação de novas árvores contribui para o rejuvenescimento do montada da nossa região que está a morrer diariamente com doenças que já não se vai conseguir parar. É um projeto que deverá ser apoiado por todos os que desejam ver Portugal evoluir e estar na linha da frente na defesa da melhoria de vida das populações mais desfavorecidas. Só esperamos que de facto a empresa e o Estado cumpram o que está no projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 84017 Célia Figueira em 2025-04-22

Comentário:

Exmos. Srs.Submeto em anexo a minha participação na fase consulta pública da Avaliação de Impacte Ambiental do projeto da Mina da Lagoa Salgada.Com os melhores cumprimentos,Célia Figueira

Anexos: 84017_Participação_EIA.pdf

Tipologia: Discordância

ID 84013 Manuel Leitão Ricciardi em 2025-04-22

Comentário:

A serra de Grandola é uma zona de montado, quase um parque natural e onde um projecto como este destruiria a região

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84012 Hugo Pereira em 2025-04-22

Comentário:

#naoàmina

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84010 Daniela Boleta em 2025-04-22

Comentário:

.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84008 Maria José Prata Pinheiro Antunes em 2025-04-21

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN (Potencial Interesse Nacional) que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Irá ter impactos nos organismos humanos e não humanos, no território e na paisagem. Esta mina trará por certo um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, a biodiversidade serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis.Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84006 Lucia Goncalves em 2025-04-21

Comentário:

É muito prejudicial para as pessoas que habitam nas redondezas

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84005 Helena Casmarrinha em 2025-04-21

Comentário:

Discordo totalmente deste projeto, as consequências negativas para todos nós que vivemos na região, para o meio ambiente, são vastíssimas, não concordo com a aplicação de tal projeto

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84003 Luísa Jesus em 2025-04-21

Comentário:

Sou completamente contra

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84001 Wout Van doninck em 2025-04-21

Comentário:

Como morador de Água Derramada, nas imediações da Lagoa Salgada, quero manifestar a minha preocupação e insatisfação relativamente a este projeto.As propostas relacionadas com a possível exploração são inadequadas e/ou pouco claras em relação à situação futura dos moradores e do ambiente. Uma das minhas primeiras preocupações é o abastecimento de água. Não é preciso mais explicações para o facto de o nosso clima estar a mudar. Diz-se que a água seria utilizada através de uma conduta a partir de uma barragem: evidentemente, isto só é possível enquanto houver água na barragem. Sem dúvida que, em caso de escassez, a água será perfurada localmente, o que fará baixar rapidamente o nível do lençol freático da zona circundante. A consequência para os habitantes da zona será que já não se poderá regar uma horta, para não falar da água para a lavoura ou mesmo da água para uso doméstico: afinal, a água potável das duas aldeias vizinhas é bombeada localmente.A mina viria a norte-noroeste da aldeia, a direção predominante do vento nesta zona. Isto significa que muitas poeiras (tóxicas e prejudiciais à saúde ou não) soprarão em direção à aldeia.Além disso, não há clareza quanto ao ruído durante a produção. É prometido o cumprimento de normas, mas é duvidoso que isso aconteça. Também não é claro como e onde será providenciado alojamento para os trabalhadores e as suas famílias. Algures nos planos originais, falava-se de transporte através de uma linha ferroviária ainda por construir até à linha ferroviária existente em Grândola. Já não consigo encontrar nada sobre isso e, portanto, tudo será feito por camiões através de uma estrada municipal que, na verdade, já recebe demasiado transporte pesado.Uma vez que este estudo não é sobre motivos económicos, não me quero alongar muito sobre isso, mas os habitantes locais não ganharão certamente nada com isso, para além de algumas migalhas que possam cair da mesa das multinacionais.Conclusão: o ambiente será melhor sem esta mina!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 84000 Cristina Chainho em 2025-04-21

Comentário:

Caso este projeto avance, irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos. Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera. Paz, tranquilidade, sossego. Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores. Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação. Turismo da natureza

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83999 Joana em 2025-04-21

Comentário:

Discordo!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83998 Joana Duarte Correia em 2025-04-21

Comentário:

Apesar do projeto da Mina da Lagoa Salgada apresentar iniciativas alinhadas com compromissos ambientais e prometer benefícios socioeconómicos para a região, a sua concretização representa um risco elevado, com impactos irreversíveis sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações. Os pontos positivos destacados no parecer ambiental — como o uso de energia solar, a arborização compensatória e a criação de emprego — revelam-se insuficientes perante a escala dos potenciais danos.As principais ameaças estão relacionadas com a destruição inevitável de habitats naturais e com o enorme consumo de água aquífera que esta mina necessitará, sendo que a substituição de ecossistemas naturais por áreas replantadas — ainda que com espécies nativas — não compensa a complexidade biológica perdida, nem garante a preservação das cadeias ecológicas já estabelecidas. A biodiversidade não é um recurso replicável, e a sua perda representa um dano permanente. O risco de contaminação de aquíferos e solos é também especialmente grave, considerando que a extração e o processamento de minérios envolve substâncias tóxicas e resíduos de difícil controlo. Do ponto de vista climático, as emissões de gases com efeito de estufa serão uma nova fonte de degradação ambiental. Além disso, os impactos sociais negativos não podem ser ignorados. O aumento do tráfego pesado, o ruído constante, a alteração da paisagem e o risco de acidentes graves colocam em causa a qualidade de vida das populações.Tendo em conta o exposto, o avanço deste projeto seria não apenas ambientalmente irresponsável, mas também incoerente com os compromissos climáticos e de proteção da biodiversidade que Portugal assume no contexto europeu e internacional. A curto prazo, os ganhos económicos podem parecer vantajosos, mas os custos ambientais e sociais a médio e longo prazo tendem a ser superiores, insustentáveis e, como demonstram outros projetos semelhantes, irreparáveis.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83996 Leonardo José Gonçalves em 2025-04-21

Comentário:

Sou contra a implementação da mina, porque vai prejudicar o meio ambiente, não deixando desenvolver as arvores e plantas nativas neste espaço, contaminando arvores, aguas, solos e o próprio ar, deixando também os animais sem o seu habitat natural.As populações e os animais que vivem nas proximidades vão ser prejudicadas com o ruido e ficam mais suscetíveis a desenvolver doenças associadas à poluição.os recursos hídricos que estão disponíveis para consumo da população e dos animais vão ser reduzidos e estando nós numa zona de constantes secas, poderá tornar-se numa situação complicada para os seres vivos existentes nesta zona e arredores.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83995 Ana Celeste Gonçalves em 2025-04-21

Comentário:

Não concordo de maneira nenhuma com tal projeto uma vez que vai prejudicar todo o ambiente da zona envolvida (floresta, águas, fauna, atmosfera etc...). Os próprios cidadãos grandolenses serão grandes vitimas de tal empreendimento. Está completamente contra as ultimas diretivas de vários governos, o que não se compreende, ainda mais tratando-se de conselhos que ainda dispõem de bons montados e com uma forte componente turística. Vejo com grande preocupação e tristeza, este caso.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83991 Daniela Alexandra Pinela em 2025-04-21

Comentário:

Não mexam em mais coisas que não vos pertencem ! Mexer mais nos nossos terrenos vai causar um desastre ! Não sejam parvos

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83990 Ana Rita Parreira em 2025-04-21

Comentário:

Deixem-se de invenções.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83985 Daniel Fernando Espada Sobral em 2025-04-20

Comentário:

A flora e principalmente a fauna que.ja é pouca vai ser reduzida a zero.O dormitório do pombo bravo vai acabar.Digamos que vao também causar um grande impacto nas populações nas proximidades.Pergunto me a mim o que irá acontecer aos lençóis de água subterrâneos onde as populações têm furos de água para consumo.???Obrigado

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83984 Íris em 2025-04-20

Comentário:

Devemos preservar o meio ambiente e envolvente de aldeias, de foro populacional, a qualidade de vida e a saúde! E não encher os bolsos dos grandes que não querem saber nem se preocupam…..

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83983 Bruno Chainho em 2025-04-20

Comentário:

Sou contra, já chega os campos de golf a drenar os lençóis freáticos, agora querem vir com minas??, sou completamente contra

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83982 Pedro Sequeira em 2025-04-20

Comentário:

Os beneficios parecem-me um pouco a "voar", mas no doc de síntese parecem ter muita certeza nesta parte:"Em termos de avaliação global de impactes, embora se evidenciem efeitos desfavoráveissignificativos, e com relevância à escala local,"

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83980 Maria Pereira em 2025-04-20

Comentário:

Impacto ambiental negativo

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83979 Romana Santos em 2025-04-20

Comentário:

Impacte desastroso para a população e a natureza.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83978 Ana Maria Rosa Correia em 2025-04-20

Comentário:

Não me parece ser adequado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83975 Catarina Santos Araújo da Silva em 2025-04-20

Comentário:

Este projecto vem pôr em causa os valores ambientais de uma comunidade que vive da cortiça e que valoriza a t´ípica paisagem ancestral alentejana.Este projecto vem pôr em risco os recursos hídricos e os direitos da população local.Este projecto vem pôr em causa a subsistência das futuras gerações que vai herdar um território que foi vandalizado em nome dos interesses de alguns.O que deve valer é o bem estar colectivo, é a vontade de todos, é a vontade do povo.Fim ao desrespeito pela mãe natureza e ao capitalismo predatório.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83974 Carlos Maria em 2025-04-20

Comentário:

O projeto de exploração da Mina da Lagoa Salgada é uma clara uma ameaça não só ao meio ambiente mas também à qualidade de vida de quem vive por perto e certamente que vai influenciar de forma negativa a aposta que tem sido feita no sector do o turismo no concelho de Grândola.Mesmo sabendo que o poder local pouco pode fazer neste caso, seria muito importante apelar ao poder central para que este projeto fosse reconsiderado.Projeto que que vai descaracterizar uma região, e as suas populações de uma forma negativa.Mais uma vez pela ganância do "dinheiro".Uma "riqueza" que se vai embora, que vai beneficiar quem está longe, deixando para os que ficam um rasto de destruição irreparável.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83973 Madalena Seromenho em 2025-04-20

Comentário:

Não faz sentido abrirem outra mina, será que ninguém pensa em quem vive perto? Não bastou o exemplo do lousal? Quantas e quantas vezes se abriram buracos fundos devido a terra cair nas minas? O impacto ambiental que tem para o sítio e para quem lá vive? O calor duplica e o frio nem se fala. Em vez de quererem explorar ainda mais as terras alentejanas porque não tentam melhorar a vida de quem lá vive? Porque dar mais importância a pessoas de fora com dinheiro do que aos seus habitantes fiéis de gerações? Por conta desse turismo descontrolado e que a maioria dos jovens sai dessa terra para ser alguém pois são dadas oportunidades a quem vem de fora e quem nasceu lá e lhe dando um pontapé no traseiro. Por favor parem de pensar em dinheiro e pensem nas pessoas.. existem pessoas que tem pouco mas mesmo assim tentam cuidar ao máximo E com as explosões que vão haver vão ficar sem teto pois casas antigas como são irão cair.. será que ninguém pensa no trabalho que essas pessoas tiveram? No que essas pessoas sentem?

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83972 Maria Helena em 2025-04-19

Comentário:

Este projeto coloca em causa o ambiente, º espaço rural envolvente,As atividades turísticas , a qualidade do ar e da água , as atividade agrícolas , silvícolas e turísticas e destrói projectos de vida em prol de algo que só será benéfico para os investidores de um qualquer fundo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83970 Ana Cristina Nunes em 2025-04-19

Comentário:

A exploração mineira,traz depósitos de resíduos tóxicos para os himanos,contaminação das águas,é importante que se proteja o meio ambiente e o bem estar da comunidade.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83968 Natacha sofia pereira Lopes em 2025-04-19

Comentário:

Contra a destruição de recursos naturais!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83967 Carlos Faias em 2025-04-19

Comentário:

Que este atentado contra a natureza e contra o comum cidadão nunca se realize e que esta realidade obscura, demente e doente nunca vá para a frente para não sermos submetidos uma vez mais à desgraça das consequências remetidas para o povo e o meio que o rodeia em prole dos interesses monetários de alguns, mercenários da destruição sem qualquer tipo de escrúpulos! Urge a união do povo contra este atentado!! NÃO!!!!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83966 Victor Mateus em 2025-04-19

Comentário:

E insensíal para a região

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83965 Ana em 2025-04-19

Comentário:

Venho expressar a minha profunda preocupação relativamente ao projeto da Mina da Lagoa Salgada. A proposta atual prevê a exploração mineira numa área classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN) e zona de recarga de aquíferos, o que contraria os princípios de proteção ambiental e de gestão sustentável dos recursos hídricos. A exploração prevista coloca em risco ecossistemas sensíveis, incluindo montados de sobreiros, e pode comprometer a qualidade dos aquíferos essenciais para a agricultura local. Além disso, a ausência de medidas claras para mitigar os impactos ambientais, nomeadamente a proteção dos sobreiros existentes e a salvaguarda da qualidade da água subterrânea, é inaceitável. A experiência passada com outras explorações mineiras na região, como no Lousal, demonstra os riscos de degradação ambiental e abandono pós-exploração. A proposta não apresenta garantias suficientes quanto à mitigação dos impactos ambientais e sociais, nem assegura benefícios duradouros para a população local. É imperativo que se priorizem modelos de desenvolvimento que respeitem o ambiente e promovam a sustentabilidade a longo prazo, garantindo a proteção do património natural e o bem-estar das comunidades locais..

Anexos: Não

Tipologia: Reclamação

ID 83964 jose guerreiro em 2025-04-19

Comentário:

Infelizmente o poder do dinheiro, do interesse, juntam se para benefico de meia duzia, sendo que o prejuizo é infligido a milhares, ...milhares de hectares, milhares de pessoas, e de animais ...é uma tristesa que as boas intenções não passem disso mesmo, são criados, abertos espaços de dialogo, apenas para desabafarmos mas onde já se sabe qual o resultado de todo este precesso, isto é apenas uma formalidade .Onde está sinalizado por exemplo a quantidade de explusivos que vão ser utilizados de cada vez ?, onde está o estudo na qual se possa verificar a densidade a que a terra vai ser sujeita em termos de sismos ?, sim porque os tremores de terra vão ser uma constante !?, enfim onde está isto, ou onde está aquilo, não se esplica muita coisa porque não há necessidade, afinal de contas estes palcos de debates servem apenas para isso mesmo(desabafar).Coloca se em causa 110 km, que é o equivalente a 2 territórios e meio o território de (GASA), na faixa de gasa . Não querendo politizar a minha opinião ,isto que está previsto é uma barbarie, um autentico GENOSÍDIO AMBIENTAL, que espero ver um dia os autores serem julgados, a natureza não tem voz, mas vai se fazer sentir em sua própria defeza, um dia vai acontecer ! José Nobua Guerreiro

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83963 Gustavo Aires Mateus em 2025-04-19

Comentário:

O efeito irreversível que irá ter a exploração desta mina na floresta com árvores centenárias, paisagem, qualidade de águas freáticas, sector regional da cortiça e turismo irá hipotecar a qualidade de vida que toda esta comunidade tem investido por gerações num só projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83962 Sofia Aires Mateus em 2025-04-19

Comentário:

Venho por este meio discordar com a implementação da Mina da Lagoa Salgada visto ter implicações desastrosas não só a nível tóxico para a população da zona como a nível do meio ambiente, do impacto ambiental a nível dos solos, lençóis friáticos , destruição do montado, fauna e flora e do turismo na zona. O dinheiro não é tudo e não compensa o impacto negativo que irá causar ao longo dos anos em que estivesse activo mas mesmo depois de já estar desactivada.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83960 Rui Dolores em 2025-04-19

Comentário:

Distúrbios ambientaisEste projeto de investidores estrangeiros visa explorar uma área de cerca de 11.000 hectares, com quilómetros de túneis subterrâneos diretamente por baixo de aldeias como Água Derramada, Batão, Silha do Pascoal, muitos montes e milhares de hectares de montado.Serão toneladas de resíduos e minério a ser transportadas todos os dias pelas nossas estradas, muitas piscinas de água potável por dia para lavar o minério, água essa que ficará com contaminantes altamente tóxicos para a espécie humana e outras. Este projeto tem impactos inimagináveis e de muito longo prazo, com muito poucos ou nenhuns benefícios para a comunidade.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83959 Nuno Gonçalves em 2025-04-19

Comentário:

São 11.000 hectares de exploração mineira com túneis debaixo da terra onde andam camiões, por baixo de casas e montado. Enormes depósitos de resíduos, incluindo alguns dos mais tóxicos para a espécie humana, que estarão bem próximos de captações de água para consumo humano e animal. São muitas piscinas de água potavel para lavar minério todos os dias, que tanta falta faz para outras coisas na nossa região. É um atentado ao ambiente, à habitabilidade da região, e à população!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83958 Cláudio pereira em 2025-04-19

Comentário:

Discordância em relação à Mina da Lagoa Salgada em GrândolaComo cidadão atento ao equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, manifesto a minha profunda preocupação e discordância relativamente ao projeto da mina da Lagoa Salgada, no concelho de Grândola. Ainda que se alegue a importância estratégica da extração de metais para a transição energética, este empreendimento coloca em risco um património natural, social e económico de valor incalculável.A zona envolvente à Lagoa Salgada é um ecossistema sensível, com uma biodiversidade que deve ser protegida e não ameaçada por atividades extrativas de alto impacto. A exploração mineira em larga escala trará inevitavelmente consequências como a contaminação dos lençóis freáticos, a emissão de poeiras nocivas e o ruído constante, afetando não só o ambiente, mas também a qualidade de vida das populações locais.Além disso, este projeto colide com o modelo de desenvolvimento sustentável que Grândola tem vindo a construir, apostando no turismo de natureza, na agricultura biológica e na valorização do território. A destruição ambiental provocada por uma mina poderá comprometer para sempre estas alternativas, mais duradouras e integradas na identidade da região.Não podemos aceitar que interesses económicos de curto prazo se sobreponham ao bem comum e à preservação de um território que pertence a todos nós. Apelamos às entidades competentes que reavaliem este projeto à luz dos princípios da sustentabilidade, da participação das comunidades locais e da proteção dos nossos recursos naturais.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83956 Patrícia Raposo em 2025-04-19

Comentário:

Contra todo o mal que este projeto irá trazer à população.1. As águas que abastecem as aldeias circundantes estão em risco de serem contaminadas (ou já estão de alguma forma contaminadas)? 2. Existem pontos de captação de água perto do local de exploração mineira? Onde? Como estão a ser protegidos para não haver contaminação? 3. Como vão dormir as pessoas com o barulho das explosões a 2 e 3 km de distância do local em causa e como vão ficar as casas que construíram para viver? 4. Como se vão sentir as pessoas que sempre cuidaram das suas terras, das suas árvores, dos seus animais? 5. Será que existe minério suficiente para destruirmos ou foi apenas criada uma ilusão para os possíveis investidores? 6. A Estrada Municipal M543 tem condições para o tráfego de camiões que se espera com este projecto? 7. Se a estrada já não é segura neste momento para ligeiros, como será quando começarem a circular 28 camiões por dia com minério?

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83954 Maria do Carmo Rodrigues em 2025-04-18

Comentário:

Nocivo para a população e ambiente, não trazendo nenhuma mais valia para o concelho

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83953 Ana Cristina Pereira Patinho em 2025-04-18

Comentário:

Esta mina vai destruir a floresta, e envenenar as águas

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83951 Luis em 2025-04-18

Comentário:

Sou contra a Mina da Lagoa Salgada

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83949 celia em 2025-04-18

Comentário:

O Concelho não necessita desta exploração. A comunidade está completamente em desacordo até porque a nível ambiental é nocivo oara toda a area.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83948 Milene Mestre em 2025-04-18

Comentário:

Consumos de água exorbitantes, contaminação dos aquíferos, proximidade às populações de Silha e Agua Derramada com ruído das explosões e enorme tráfego de camiões nestas aldeias e em estradas municipais, destruição de sobreiros que são muito importantes na economia local, com a tirada da cortiça.A longo prazo uma grande destruição que afetará toda a população a todos os níveis.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83947 Ricardo João Ramião Figueira em 2025-04-18

Comentário:

Sou profundamente contra o projecto da mina da lagoa salgada por diversas razões, motivando a minha declaração pelos seguintes factos:Os benefícios económicos projetados pela exploração (cerca de 616 milhões de eurosem receita da Redcorp) são irrisórios quando comparados com os riscos ambientais esociais. O elevado consumo de água – com a possibilidade de esvaziamento de barragensem cerca de 1,1/ano com base no nível médio real – e o intenso tráfego deaproximadamente 275 viagens diárias de camiões pesados, somados à crisehabitacional e à sobrecarga das infraestruturas, revelam que o projeto da Mina da LagooaSalgada representa um risco inaceitável para Grândola. É imperativo reavaliar ospressupostos técnicos, validar os métodos mitigadores em campo e adotar uma abordagem de desenvolvimento que realmente beneficie a comunidade, preservando os recursos hídricos e a qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo com a franja envelhecida de população que habita no concelho.Foram consultados estudos do INE para formação destas conclusões.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83946 Anabela Tavares em 2025-04-18

Comentário:

Discordo!Sou pela proteção do meio ambiente, e bem estar da vida das comunidades que serão afetadas se este projeto seguir em frente.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83945 Joao em 2025-04-18

Comentário:

Totalmente contra!!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83944 Carlos manuel Gomes sobral pereira em 2025-04-18

Comentário:

Não concordo com esta exploração mineira no nosso concelho pois só vai afetar o nosso ecossistema prejudicar todas as pessoas próximas e trazer riqueza apenas as empresas intervenientes e a população que se lixe

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83942 Sara Silva em 2025-04-18

Comentário:

Não concordo com a construção que pretendem fazer num lugar tão bonito como este

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83941 Célia Gonçalves em 2025-04-18

Comentário:

Discordo, pois este processo irá contaminar os lençóis freáticos e posteriormente contaminará todas as perfurações de água que abastecem as populações do concelho de Grândola e Santa Margarida da Serra. Ao redor da Lagoa Salgada, existem imensas explorações Silvícolas, agrícolas, boviniculas e a Mina só vem prejudicar as mesmas, pois a água é um bem muito precioso para o enriquecimento da nossa fauna e flora.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83935 Carlos Rodrigues Clemente em 2025-04-17

Comentário:

No âmbito da consulta pública do projecto relativo à mina da Lagoa salgada no concelho de Grândola, após leitura atenta do resumo não técnico disponibilizado na plataforma, venho por este meio apresentar algumas questões que gostaria de ver esclarecidas e dar alguns contributos que considero poderem ser sugestões úteis de forma a minimizar os impactos ambientais típicos e inerentes a este tipo de indústria. Declaradamente, há um ponto de partida favorável para este projecto no que se refere à região onde se pretende a vir a ser implementado - Proximidade, do ponto de vista geológico à Faixa Piritosa Ibérica, que conta historicamente com várias minas, nomeadamente uma no próprio concelho de Grândola mas que neste momento se encontra desativada e é um exemplo no que se refere à sua revitalização no pós-exploração. Podem ainda contar com a experiência da histórica Mina de Aljustrel que se encontra com exploração activa há mais de um século e da Mina de Neves-Corvo no concelho de Castro Verde, em que uma elevada percentagem da sua área territorial é classificada de ZPE e desde 2017 foi classificada como Reserva da Biosfera. É possível implementar um projeto de indústria extractiva, tipicamente caracterizada como pesada e modeladora da paisagem, num ambiente simbiótico com a Natureza e as comunidades locais. Indo ao encontro do que é preconizado nesta fase de consulta pública, e partindo especificamente para algumas das rúbricas apresentada no RNT do EIA, na globalidade considero que que ao longo do documento ficaram bem claras algumas das opções e medidas estratégicas de minimização de impacte ambiental, no entanto algumas poderão ser alvo de melhoria e carecem ser equacionadas outras estratégias:> Do ponto de vista do ordenamento do território, o projecto não apresenta incompatibilidades major, no entanto, numa pequena área há sobreposição com os biótipos Corine. É apresentada uma medida compensatória que contempla a plantação de sobreiros em outras áreas, prevendo-se um ganho substancial de reflorestação, substancialmente superior à área afectada. Há uma previsão do impacto desta medida para os ecossistemas locaias actuais? Diversidade e levantamento de espécies que virão a ser afectadas? Medidas que o possam mitigar?> Do ponto de vista de abastecimento energético, a ligação à alta tensão na proximidade será uma necessidade face ao elevado consumo energético da indústria extractiva, mas é acautelada e proposta uma alternativa para o autoconsumo (UPAC) através da instalação de painéis fotovoltaicos. Esta medida pode ser uma mais valia no âmbito das energias renováveis e auto produção, mas colocam-se em causa mais algumas questões que vão encontro do ponto anterior, a eventual necessidade de ocupar terreno florestal e reduzir o número de sobreiros e pinheiros mansos para a instalação da infra-estrutura. Outra questão e qua ainda não é clara, é como se revitalizam os painéis solares no seu fim de vida e de forma é que no processo de desativação da mina será gerida esta questão - desinstalar é a única solução?Penso que neste âmbito do abastecimento energético, deveria ser equacionada a

possibilidade, de a longo prazo, se recorrer ao abastecimento com energia verde proveniente de Sines onde se pondera a reconversão da antiga Central Termoeléctrica para a produção de energia tendo como fonte o hidrogénio. Deverão ser potenciados e explorados os recursos que se encontram nas proximidades de modo a minimizar o impacto ambiental associado ao elevado consumo energético. > Abastecimento Hídrico para abastecimento: está contemplada a ligação à Barragem do Vale do gaio que fica na bacia hidrográfica do Sado e que habitualmente é uma das que mais sofre com os períodos de seca, e que é fundamental para o abastecimento agrícola local que tem sofrido um aumento exponencial com cada vez maior cultura extensiva de olival e amendoal. Que impacto terá para o abastecimento local e que implicações terá para a manutenção da produção agrícola que é na região uma importante força motriz económica e um grande empregador? A nível climático, esta região de transição do Litoral> Interior é gravemente fustigada no período do Verão com calor e seca extrema- será que não irá ter uma efeito potenciador este maior consumo hídrico? Não seria útil a adopção de outro tipo de medidas como um sistema de reutilização dos efluentes provenientes da lavaria? - este sistema tem sido adoptado na atualidade em Aljustrel e Neves Corvo. Outra alternativa seria, como medida compensatória, participar economicamente para a construção da infraestrutura necessária para o sistema de abastecimento inter barragens com ligação a Alqueva, reduzindo assim o impacto do aumento de consumo de água de uma barragem com capacidade mais reduzida.> Acessibilidades e circulação de transportes para transporte de mercadorias: está prevista uma reabilitação das infra estruturas já existentes, no entanto seria pertinente um acesso ferroviário à linha do Sul.

Anexos: Não

Tipologia: Sugestão

ID 83930 Eunice Murcho em 2025-04-17

Comentário:

NÃO A MINA!!!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83928 ISABEL GIL FERREIRA em 2025-04-17

Comentário:

Como concordar com tamanha aberração e destruição (impactos ambientais - biodiversidade , aquífero do Sado , montado de sobro e pinheiro manso ,....) e social (falta de habitação e de mão-de obra) numa zona já de si muito ameaçada pela pressão turística e envelhecimento da população .Além disso , alguns pontos para discussão e/ou resposta:1 - A barragem do Vale do Gaio , em anos normais , nem sequer consegue fornecer a água necessária a todos os agricultores do perímetro de rega .Agora vai abastecer uma mina ...? Qual a necessidade/consumo previstos (m3) e como garantir a água para a agricultura ?2 - Destruição e impacto (paisagem e biodiversidade - fauna e flora)3 - População local - envelhecida e pouca .Deverão recorrer a mão-de-obra emigrante .; como fazer a sua integração ?4 - Um agricultor não pode tocar num sobreiro/azinheira mesmo que decrépitos e se proponha a plantar/semear novas árvores.Aqui ...73ha de montado vão desaparecer , mesmo que repondo a área , demoram

20 anos , no mínimo ,a ter uma árvore pequena .5 - Insere-se numa região de alto valor turístico.Como compatibilizar com a actual falta de habitação?6 - Aquífero do Sado .Quais as implicações ?7 - Acessos / vias viárias já bastante degradadas .Como vão suportar camiões pesados e aumento de circulação ?

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83927 pedro_oom em 2025-04-28

Comentário:

"Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83926 Patrícia Martins em 2025-04-17

Comentário:

Estamos numa zona rica em todos os sentidos daí o desenvolvimento que está a decorrer, não faz sentido ir destruir as zonas florestais motivo de atracção dos novos e mais antigos residentes destas localidades! Seria o fim de série de espécie e transtornos na vida tão característica desta região!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83923 Mariana Filipe em 2025-04-17

Comentário:

Podemos ser um país verde e rico.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83918 Joana Oliveira em 2025-04-17

Comentário:

Qual é o impacto ambiental nos lençóis de água do concelho?

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83917 Pedro Miguel Martins Lopes em 2025-04-17

Comentário:

Gostava de ver análises do impacto ambiental mais profundo.Investigação se todos os furos são legais?Qual o impacto da mina na capacidade dos lençóis do concelho ?

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83914 Vanessa Silva em 2025-04-17

Comentário:

Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir o Solo, .Árvores protegidas e não só, Lençóis freáticos e Bacias hidrográficas a Biodiversidade, fauna e flora, a PaisagemA Atmosfera e a. Paz e sossego que o local transfere aos locais.A Vida das populações rurais da zona dependem financeira e económicamente destas árvores A Vida das populações que bebem a água daquelas bacias hidrográficas, as estradas que vão ficar deterioradas dos camiões, todo o processo que implica é mais impactante negativamente do que positivamente.Os postos de trabalho que se vão sessar com o abate de sobreiros, não vai regressar passados os anos da exploração.destruir tanto em prol de tão pouco não é justo nem para a natureza nem para as pessoas nao será justo para as futuras gerações e é desrespeitosos pelos que já cá não estão e tanto batalharam para cuidar da terra que agora temos.Vamos ficar com o solo e a água contaminados. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas décadas seguintes.O meu

desagrado, representa também uma família, o futuro, as crianças e a esperança que tanto se promove de um lado e se retira de outro.É isto sustentabilidade???!Vanessa Silva

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83910 Isabela Pinela em 2025-04-17

Comentário:

Vai ficar hectares e hectares de extração a Ceu aberto.montes com até 24 metros de altura que se vao espalhar em dias de vento por todo o país.Se as poeiras do deserto chegam a Portugal imagine-se o que são estas poeiras a nossa porta! O céu vai pintar-se de amarelo em dias de vento. Que são a maior parte dos dias….

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83909 Veggie Nessie em 2025-04-17

Comentário:

Não às minas em zonas protegidas! Não queremos mais poluição ambiental, queremos água limpa, natureza, biodiversidade!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83908 Inês em 2025-04-17

Comentário:

É um autêntico atentado ambiental! Este projecto irá prejudicar seriamente a qualidade da água, dos solos, do ar, aumentar a poluição ambiental, remover qualidade de vida às populações... NÃO ÀS MINAS!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83907 Gabriela Carvalho em 2025-04-17

Comentário:

Descordo totalmente com este projeto! É inadmissível a destruição de árvores como sobreiros e outras espécies, a poluição das águas e das terras, pondo em risco todo o ecosistema existente, bem como a saúde das pessoas que habitam, em prol de uma uma exploração mineira com interesses puramente capitalistas.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83900 Cecília Campos em 2025-04-17

Comentário:

- Colho frutos das árvores plantadas antes de eu nascer.- Planto árvores que me alimentam e vão continuar alimentar quem vem dps de mim.- Apanho ervas que nascem selvagens aqui e ali e que aprendi a reconhecer e a usar.Como podemos esquecer, perfurar, esgotar, destruir, o que sp foi colo, o que sp foi sombra, alimento, acochego por tantas e tantas gerações. É um momento de mente turva por lucro fácil, eu sei, mas e se todos relembrarmos um pouquinho desta ligação a esta Grande Mãe e lhe dermos colo por 1 minuto, se a olharmos com amor por 2 minutos ... o que será que acontece?Ainda acreditas no teu poder pessoal.para alterar o que nos está a destruir a todos?

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83896 Rita em 2025-04-17

Comentário:

Não concordo com a mina

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83892 Elmer Ribeiro em 2025-04-16

Comentário:

Na qualidade de cidadão interessado, e após leitura atenta do Resumo Não Técnico, identifico como principais preocupações os impactes negativos sobre a vegetação autóctone, nomeadamente os povoamentos de sobreiros e pinheiros-mansos, bem como os impactes acústicos sobre as populações mais próximas, como Água Derramada.Reconheço o esforço na apresentação de medidas compensatórias relevantes, como a arborização com espécies nativas, a implementação de uma Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) e a criação de zonas húmidas para promoção da biodiversidade. Contudo, considero que seria benéfico reforçar o acompanhamento independente das medidas propostas e garantir a participação ativa das populações locais na definição dos projetos de compensação social e ambiental.Sugiro ainda que a APA e a Comissão de Avaliação promovam uma sessão pública de esclarecimento presencial na região, de forma

a garantir maior envolvimento e transparência com os cidadãos diretamente afetados.Considero que o projeto poderá trazer benefícios económicos e sociais relevantes para o território, mas deve ser fortemente monitorizado para garantir que os impactes negativos previstos são efetivamente minimizados e compensados.

Anexos: Não

Tipologia: Sugestão

ID 83882 Joao2008 em 2025-04-24

Comentário:

Não concordo com a mina pois não benificia de nenhum modo a população local

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83880 Alexandra Raposo em 2025-04-16

Comentário:

Na sequência da consulta publica que está a decorrer acerca do projeto “Mina da Lagoa Salgada”, quero manifestar o meu total desacordo com este projeto.A NUTS III, Alentejo Litoral, integra os Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines. Conhecido é, que o Município de Sines integra um complexo industrial que inclui entre outros uma refinaria ativa, assim como integrava a recentemente desativada central termoelétrica, cuja diminuição da pegada carbónica causada pelo seu encerramento foi tão anunciada e aplaudida. Tal encerramento, incluiu todo o território do Alentejo Litoral, incluindo Grândola, como destinatários de um Fundo de Transição Justa que visa colmatar os desafios socioeconómicos decorrentes de processos de transição justa para atenuar os efeitos adversos da transição climática.Assim, Grândola integra um território que deveria adotar uma tendência de descarbonizar e contribuir com impacto neutro no clima até 2050 (com base no Acordo de Paris), no entanto surge no Concelho de Grândola, alguns com estatuto de interesse nacional, a aprovação de diversos projetos de desrespeitosa destruição do património natural virgem, que nos tornava únicos no mundo, o nosso sistema dunar quase intocado. Como ainda não era suficiente, surge, após primeiro indeferimento, nova avaliação de impacto ambiental acerca de um novo investimento: a “Mina da Lagoa Salgada”.Mais uma iniciativa de desrespeitosa destruição do nosso património natural, só que desta vez numa vertente completamente antagónica ao turismo: Uma mina, com impactos nos lençóis freáticos, reservas de água (que, até há poucas semanas eram críticas), paisagem, atmosfera, contaminação de solos, acessibilidades, qualidade de vida da população, efeitos sobre a habitação já escassa. Para além do desrespeito ambiental, surge também o completo desinteresse na população local, aquela que vive na sede de concelho que apenas dista 7 quilómetros, mas principalmente naquela que habita a zona da Lagoa Salgada (2 km de distância) e que tem neste território, a sua habitação, o seu modo de vida e o seu sustento. Refere o resumo

não técnico:” A acessibilidade rodoviária à mina da Lagoa Salgada será realizada através da EM543 (atravessa a Aldeia de Justa)”. Como é possível? Aumentar o tráfego de pesados, dentro de uma localidade que sofreu recentes obras e nem ligação por ciclovia/passeio tem à vila, já que a mesma termina na rotunda? E que condições tem a restante estrada para esse tráfego?O resumo não técnico identifica 47 medidas de impacte nas fases de construção, exploração e desativação, e algumas medidas compensatórias. Só isso, medidas compensatórias! Tudo o que fica de 11 anos de destruição são medidas compensatórias, que na sua maioria cabiam executar aos executivos municipais, de um projeto que se enquadra legislativamente num nível superior de perigosidade e que sintetiza os seus principais impactes ambientais como significativos e muito significativos. Com a duração de aproximadamente 11 anos de extração, o que virá depois? Património natural destruído, lençóis freáticos contaminados, trabalhadores abandonados, a economia colapsada de quem dependia da cortiça, agricultura, pecuária, turismo…. Tudo deixará de existir como era! Estes efeitos, são bem conhecidos pela população de Grândola, com 2 exemplos idênticos: Canal Caveira e Lousal. Ainda hoje aguardam a sua fase de desativação, permanecendo a contaminar solos, lenções freáticos e ao abandono assim como as suas populações.Por tudo o já explanado declaro-me totalmente contra este investimento no território em causa.Quem tem ganhos económicos com a exploração mineira, por norma pessoas sem qualquer relação territorial, apenas pretende minimizar custos ter melhores acessos a autoestradas, melhores acessibilidades, melhores apoios de retaguarda, e como tal maximizam o impacto causado na população, no território e no país.A população precisa ser protegida, pelo executivo municipal, pelos nossos representantes territoriais à NUTS II, pelo governo. Este investimento não pode avançar!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83879 Rita Ferreira em 2025-04-16

Comentário:

Não concordo com a mina

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83871 Nuno Ferreira em 2025-04-16

Comentário:

Mais um projecto sem qualquer nexo, numa terra que não consegue definir uma estratégia de desenvolvimento. Querem turismo para milionários e ao mesmo tempo licenciam minas a céu aberto. No meio disto tudo está uma larga maioria da população que não tira partido de nada, e assiste a tudo a ser destruído à sua volta...

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83870 Célia Cristina Pinto da Costa em 2025-04-16

Comentário:

Esta proposta de projeto levanta sérias preocupações ambientais e territoriais que não podem ser ignoradas. Num momento em que se apela, a nível global, a uma transição ecológica e a uma maior proteção dos recursos naturais, insistir em modelos de exploração mineira intensiva revela uma visão ultrapassada e perigosa.Em primeiro lugar, os impactos ambientais de uma mina deste tipo são profundos e duradouros. A exploração de metais pesados como o chumbo e o cobre envolve o uso de substâncias tóxicas e processos que geram resíduos perigosos, com elevado risco de contaminação dos solos e dos lençóis freáticos. A proximidade da Lagoa Salgada, uma zona sensível e com ecossistemas únicos, agrava ainda mais o perigo. A destruição de habitats naturais e a ameaça à biodiversidade local são consequências inevitáveis num projeto desta natureza.Além disso, o território de Grândola, marcado pela sua riqueza paisagística, cultural e turística, será profundamente desvalorizado. A instalação de uma mina representa um choque com as dinâmicas sustentáveis que a região tem vindo a desenvolver, nomeadamente no turismo de natureza, na agricultura biológica e na valorização do património natural. O ruído, o tráfego pesado, a poluição do ar e da água e a artificialização da paisagem são fatores que afastam visitantes, comprometem a qualidade de vida das populações locais e colocam em risco atividades económicas mais sustentáveis e duradouras.É fundamental lembrar que o desenvolvimento não pode ser feito à custa da destruição do território. A aposta em atividades extrativas como esta mina em Grândola revela uma visão de curto prazo, centrada no lucro imediato, e desconsidera os valores ambientais, sociais e culturais que definem a identidade desta região.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83867 Teresa Diogo em 2025-04-16

Comentário:

A proposta de exploração da mina da Lagoa Salgada levanta sérias preocupações entre os habitantes de Grândola e, mais amplamente, em toda a região. Embora a mineração possa apresentar promessas de desenvolvimento econômico, devemos considerar cuidadosamente os impactos que essa atividade pode ter sobre o meio ambiente e a qualidade de vida da população local.A exploração mineira é frequentemente associada a danos ambientais irreversíveis. Em particular, a possibilidade de contaminação das águas subterrâneas, a degradação da biodiversidade e a destruição de habitats naturais são riscos inerentes. O ecossistema da região, que inclui flora e fauna únicas, pode ser severamente afetado, tornando-se um alvo de preocupação para aqueles que desejam preservar a riqueza natural de Grândola.Além dos problemas ambientais, a saúde da comunidade deve ser uma prioridade. Estudos mostram que a mineração pode gerar poluição do ar e do solo, resultando em consequências adversas para a saúde da população, como doenças respiratórias e outras condições crônicas. É essencial que as autoridades considerem esses riscos e implementem medidas rigorosas para proteger os cidadãos.Ao avaliarmos as vantagens e desvantagens deste projeto, devemos priorizar a saúde, o bem-estar e a integridade ambiental da nossa comunidade, bem como promover um desenvolvimento sustentável e preservar a qualidade de vida para as gerações futuras.Voto contra!Não à mina da lagoa salgada.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83866 Zélia em 2025-04-16

Comentário:

Está mina vai prejudicar as terras e águas dos arredores dos terrenos dos moradores.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83864 Alcindo Carvalho em 2025-04-16

Comentário:

O avanço deste projeto vai destruir a natureza e saude da população

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83863 Alexandre Esperto em 2025-04-16

Comentário:

Os impactos negativos serão sempre superiores àqueles que estão enunciados no relatório divulgado.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83862 Ana Gonçalves em 2025-04-16

Comentário:

Todos os dados apontam para este ser um projeto com pesadíssimas consequências para o ambiente e para as nossas condições de vida. É comprometer a vida de todas as gerações que nos sucederem.Desenvolvimento não é isto. Desenvolvimento é a nossa vida melhorar. Vivermos todos melhor, com melhor saúde, respirarmos ar mais puro, sermos mais educados e preparados, termos mais segurança.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83860 Leonor Pina em 2025-04-16

Comentário:

Assunto: Participação Pública no âmbito do EIA – Projeto da Mina da Lagoa SalgadaNa qualidade de cidadã e estudante numa Licenciatura em Ciências do Ambiente, venho por este meio apresentar o meu contributo no âmbito da consulta pública do Projeto da Mina da Lagoa Salgada.Após análise do Resumo Não Técnico, destaco como positivo o investimento em energias renováveis, nomeadamente a UPAC de 34,83 MWp, e as medidas de compensação florestal e de sequestro de carbono, que evidenciam um esforço relevante para reduzir os impactes climáticos do projeto.Contudo, preocupa-me o impacte negativo significativo sobre os habitats de montado de sobro e pinheiro manso, ecossistemas sensíveis e de elevado valor ecológico. Sugiro que o plano de compensação seja alargado, reforçando medidas de conservação de biodiversidade in situ e promovendo a recuperação de habitats em áreas adjacentes à área de intervenção.Considero ainda fundamental a transparência na implementação do plano de monitorização ecológica e que este seja articulado com instituições científicas e entidades da administração local.Agradeço a oportunidade de participar neste processo, sublinhando a importância de uma decisão ambientalmente informada, equilibrada e socialmente responsável.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83857 Leon em 2025-04-16

Comentário:

Embora eu seja da freguesia de Melides, tenho sérias dúvidas que as vantagens para a população se sobreponham às desvantagens na criação desta actividade mineira.Este é um concelho com um potencial crescente em turismo e a actividade mineira é altamente incompatível com o turismo.Vou estar muito atento ao estudo de impacte ambiental deste caso pois temos tradição de pouca coerência neste tipo de relatórios como foi o caso do último escândalo com o estudo de impacte ambiental da fábrica do Hidrogénio em Sines.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83856 Ana Gonçalves em 2025-04-16

Comentário:

Os impactos ambientais serão nefastos e a qualidade de vida no concelho será gravemente prejudicada. Sou Totalmente Contra!!!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83855 Ana em 2025-04-16

Comentário:

Discordo absolutamente

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83841 José Pedro Pires em 2025-04-15

Comentário:

“Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83838 David Claudino em 2025-04-15

Comentário:

sem comentários.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83837 Sílvia Maria Palma Coelho Coragem em 2025-04-15

Comentário:

Não concordo de todo com este projeto, vai deixar uma extensa área com resíduos e não trará nenhum benefício para a população de fauna e flora. Além de que a mão de obra que poderão contratar será mão de obra barata que não beneficia a economia local.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83835 Paula Rosa em 2025-04-15

Comentário:

Os benefícios económicos projetados pela exploração (cerca de 616 milhões de eurosem receita da Redcorp) são irrisórios quando comparados com os riscos ambientais esociais. O elevado consumo de água – com a possibilidade de esvaziamento da barragemem cerca de 1,1 ano com base no nível médio real – e o intenso tráfego deaproximadamente 275 viagens diárias de camiões pesados, somados à crisehabitacional e à sobrecarga das infraestruturas, revelam que o projeto da Mina da LagooaSalgada representa um risco inaceitável para Grândola. É imperativo reavaliar ospressupostos técnicos, validar os métodos mitigadores em campo e adotar umaabordagem de desenvolvimento que realmente beneficie a comunidade, preservando osrecursos hídricos e a qualidade de vida dos cidadãos.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83834 Mónica Pereira em 2025-04-15

Comentário:

Mónica Pereira, residente no Concelho de Grândola, discordo com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A quantidade absurda de água que se vai gastar na exploração da mina não é sustentável nos tempos atuais. A destruição dos Habitats 6310 , Montados de Quercus spp e do Habitat 9330, Florestas de Quercus suber que são tão importantes na economia de Portugal e que trazem valor acrescido ao turismo que neste momento temos na região de Grândola e fornecem produtos silvestres que são muito apreciados na gastronomia. A poluição inerente à atividade de exploração mineira. As principais condicionantes estão em áreas pertencentes à Reserva Ecológica Nacional (REN) a interceção a povoamentos de sobreiros, floresta mista de sobreiros e pinheiro manso e uma uma parte de domínio hídrico. Este projeto não trará nenhum beneficio à população muito pelo contrário. Serão 11 anos de atividade que irá provocar mudanças drásticas na Paisagem e que só irá beneficiar a Empresa promotora do projeto. Mais uma vez discordo plenamente com o avanço deste projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83832 Luis Filipe Elvas dos Santos Gonçalves em 2025-04-15

Comentário:

Desastre ambiental. Lucram poucos, perde a comunidade.Pasmo com a forma como é possível tratar assuntos com este impacto com tanta omissão de informação e muita opacidade nos processos de estudo e aprovação.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83829 Jose Peixeiro em 2025-04-15

Comentário:

Num projeto a 11 anos em que vai ser feito uma enorme alteração ao relevo de forma irreversível, onde serão destruidas árvores, vegetação, habitat de várias espécies animais, utilização dos recursos hídricos de forma massiva, acabando com os aquíferos bem como a poluição sofrida nos mesmos pelas lavagens (lexiviação) dos materiais resultantes da exploração, julgo serem mais os pontos negativos que positivos para uma região que já apresenta vários problemas ambientais.Além do acima exposto, o ruído produzido pela fase de laboração e passagem constante de veículos irão colocar em causa a qualidade de vida das pessoas que habitam na área limítrofe à mina.Colocar toda esta pressão numa região que sofre há anos uma desertificação acelerada e onde cada vez mais há escassez de recursos hídricos, não só é insensato, como dita morte precoce de todo o ecossistema já de si frágil.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83828 Ana lucia Rodrigues dos reis Reis em 2025-04-15

Comentário:

Mau para o ambiente e saúde da população

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83827 Tiago em 2025-04-15

Comentário:

Sou contra o projeto da Mina da Lagoa Salgada devido aos graves impactos ambientais que poderá causar. A exploração mineira ameaça destruir milhares de sobreiros, prejudicando o ecossistema e a biodiversidade local. Além disso, há riscos elevados de contaminação dos lençóis freáticos com substâncias tóxicas, degradação do solo e da paisagem, poluição do ar e ruído constante. A experiência mostra que muitas minas, após o encerramento, deixam resíduos perigosos e áreas abandonadas. A proteção do meio ambiente e das comunidades locais deve estar acima de interesses económicos de curto prazo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83822 Vania Moura em 2025-04-14

Comentário:

Para nós população o impacto ambiental é mau devemos todos rever isso não precisamos de mais destruição para o nosso conselho .

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83820 Avelino José Arantes Pinheiro em 2025-04-30

Comentário:

Este projeto permite conhecer melhor os recursos geológicos desta região, atraindo investimento e criando empregos locais diretos e indiretos, sendo importantíssimo para o desenvolvimento económico do país e da região. Além disso, contribui para o avanço do conhecimento científico sobre o subsolo e pode apoiar o planeamento sustentável. É possível minimizar impactos ambientais futuros e permite um uso mais eficiente dos recursos, reduzindo a dependência de importações de minerais estratégicos num contexto geopolítico sensível como o de hoje em dia.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83819 Francisco Coutinho em 2025-04-14

Comentário:

O projeto põe em causa repercussões ambientais graves.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83818 Santiago Duarte Pedro e Costa em 2025-04-14

Comentário:

Boa tarde. Acho vergonhoso destruírem o nosso pais com este tipo de projetos de mero interesse económico.A construção desta mina irá afetar todo o ecossistema à sua volta, não só os animais irão sofrer com isso mas também os sobreiros que são uma fonte de rendimento muito alta para o nosso país e que são uma árvore protegida NACIONAL ... Poluição sonora, poluição atmosférica, poluição visual, destruição dos lençóis de água que tanto são importantes para o setor da agricultura, destruição de propriedades agrícolas, poluição e contaminação das águas, que foi o caso da mina do canal caveira que ainda se encontra por resolver (Cheiro sufocante a enxofre e águas altamente tóxicas e contaminadas). No projeto desta mina está prevista a extração de metais tóxicos pesados que é o caso do chumbo, que interfere diretamente com o funcionamento dos sistemas biológicos, causa danos animais, vegetais e humanos e que contamina as águas que são um recurso precioso, principalmente nesta área qconhecida por secas extremas.Não é

---

justo DESTRUIREM o nosso pais desta forma. Lembrem-se que esse local NUNCA MAIS SERÁ RECOMPOSTO devido a irresponsabilidades como estas e a promessas descabidas e FALSAS, como foi o caso da mina do canal caveira que diziam que iam limpar e resolver o que destruíram, e que passados 59 anos, continua igual....Vocês estão a tirar o que gerações após gerações demoraram a construir.Nunca é tarde demais para voltar atrás e eu, enquanto cidadão português peço que o façam URGENTEMENTE.Obrigado.

Anexos: 83818_Consequências ambientais da extrações dos minérios e metais pesados tóxicos da mina da lagoa salgada.docx

Tipologia: Reclamação

ID 83816 Mariana Dias em 2025-04-14

Comentário:

Esta mina irá contaminar os solos, linhas de água, etc etc etc.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83815 Maria Cândida Perfeito em 2025-04-14

Comentário:

É uma destruição do ambiente, que é afetado irremediavelmente, assim como as populações ao redor.Completamente contra !!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83812 Célia Maria de Matos Ambrosio em 2025-04-14

Comentário:

Sou de Grândola e ultimamente só tenho visto empreendimentos no turismo pela qual a população só tem trabalho temporário. Acho que estes projetos são bastante importantes a nível económico e também a nível social. No fator ambiental baseio me nas outras minas que estão ativas onde a vida ocorre normalmente e não existe nada de anormal. Falando também noutro aspeto mais pessoal tenho pessoas que trabalham na área mineira e de momento tem que se deslocar bastante para poder trabalhar e assim tento mais perto é mais favorável tanto para ele como para outras pessoas na mesma situação.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83809 Ana em 2025-04-14

Comentário:

A mina da lagoa salgada é na minha opinião um crime ambiental que não respeita os requisitos mínimos para a exploração naquele lugar. É mais um atentado ao nosso património natural para satisfazer o apetite voraz de apenas uma mão de gananciosos, ociosos. A destruição de toda uma vasta área, quemais cedo do que se prevê , entrará em colapso. O aumento da área de prospeção é disso exemplo. . A população local não foi ouvida , mas sofre diariamente com o impacto deste desastre. Desejo muito que alguém neste minúsculo país tenha o discernimento e o respeito que todos os habitantes dos dois concelhos merecem e pare este absurdo. Num paus democrático não pode valer tudo e os interesses económicos não podem justificar a venda a retalho deste território.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83804 Teresa Cristina Marques Teles Ribeiro em 2025-04-13

Comentário:

Destruição de aquíferos subterrâneos, essenciais ao ecossistema. Destruição de locais de nidificação de várias aves, entre elas o corvo marinho de faces brancas, o mergulhão pequeno, a garça vermelha, a já rara cegonha preta, o pato real, o peneireiro cinzento, entre outros...O impacto na população será brutal, com perda de valor patrimonial nas suas terras e nas colheitas de produtos endógenos, como por exemplo a cortiça.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83802 Cláudia Canilhas em 2025-04-13

Comentário:

As consequências nefastas a médio/ longo prazo para o ecossistema e para a população superam largamente os supostos benefícios que traria.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83801 Anouschka Caels em 2025-04-13

Comentário:

Não podemos esgotar os recursos da terra! Pensem no amanhã!!!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83798 Herlander Braz em 2025-04-13

Comentário:

Não se consegue comprovar a utilidade da exploração face ao prejuízo para o meio smbiente

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83793 Marta Marisa Leitao em 2025-04-13

Comentário:

Uma mina neste lugar teria um impacto ambiental, social e económico tão negativo que não haveria forma de recuperação para gerações vindouras.O compromisso que temos de ter com a cultura, as gentes, os habitats naturais, as águas deste lugar é do maior INTERESSE PÚBLICO para quem vive aqui, para quem o visita e para as gerações vindouras.Todas as experiências e exemplos mostram o rasto de destruição e contaminação a que se vota um lugar, as suas gentes, os seres vivos, os solos e as águas.Impensável, inaceitável, insustentável.AQUI NÃO ACONTECERÁ NENHUMA MINA. A LAGOA SALGADA CONTINUARÁ A SER A LAGOA SALGADA.Grândola Vila Morena terra da Fraternidade O POVO É QUEM MAIS ORDENA DENTRO DE TI Ó CIDADE .Em anexo: fotografia da Lagoa Salgada, cheia de Vida que é DEVER de todos preservar.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83784 Ana Baltazar em 2025-04-12

Comentário:

Aumento de postos de trabalho

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83780 Ana Santos em 2025-04-12

Comentário:

Discordo totalmentr que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores . Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Turismo da naturezaNo longo prazo restará uma paisagem de terra esventrada..... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza e depressão.A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população

---

que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83779 Laura em 2025-04-12

Comentário:

Não concordo com a mina pois vai destruir um ecossistemas único que deve ser preservado de forma a manter o equilíbrio biológico desta região.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83777 Maria Manuela Correia em 2025-04-12

Comentário:

Um enorme impacto ambiental na nossa freguesia!! Só mais um entre tantos outros que vieram e vêem prejudicar cada vez a população.Onde tínhamos voz e podíamos demonstrar a nossa opinião neste momento vivemos limitados tanto em voz como em espaço.Grândola já não é o que era!! Para aqui vim com 6 anos…agora com 48 vejo a "minha" nossa vila com outros olhos. Uma vila que apetecia viver hoje só espero que os meus filhos por aqui não fiquem. O futuro não é promissor para quem cá vive e se intitula Grandolense.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83776 Marisa Gamito Pereira em 2025-04-12

Comentário:

Estão a destruir o montado! Não concordo! Basta

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83774 Correia Cristina Rosa Claresa em 2025-04-12

Comentário:

Grândola: Não é possível que se queira destruir a cultura local, ambiental e imaterial, de forma a sustentar um empreendimento desnecessário e altamente poluente do ambiente natural e humano. Não podemos destruir o nosso Concelho, o país e a nossa cultura alentejana milenar matando a natureza e as formas de vida que fazem daquele espaço o que ele é: um ecossistema complexo e essencial para que a humanidade perdure e para que as pessoas em conjunto continuem a contribuir para um planeta sustentável que não pode dar tréguas a capitalismos selvagens que violam as regras básicas das ecologias presentes e que não respeitem os valores humanos presentes na carta dos direitos humanos e ambiente da ONU. Sendo lamentável que o poder político actual e anterior tenha permitido chegar até este ponto um projecto desumano, como o que Beato e Figueira permitiram de Melides a Tróia, é essencial que os cidadãos se unam para defender a sua cultura e o património ambiental que é de todos e não de alguns.

Anexos: Não

Tipologia: Reclamação

ID 83771 Rita Calca em 2025-04-12

Comentário:

Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83770 Mónica Alexandra Brito Limão em 2025-04-12

Comentário:

Discordo completamente da implementação deste projeto da Mina da Lagoa Salgada nesta região que abrange dois concelhos já com falta de água, já para não falar de todos os impactos negativos para a população e localidades afetadas.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83769 Catarina Gonçalves em 2025-04-12

Comentário:

Enquanto habitante de Grândola e tendo propriedade numa das aldeias mais afectadas com esta exploração venho discordar deste projecto.Sou doente oncologica e preocupo me com a saúde da minha família e população da nossa vila, reconheço que os prejuízos de saude são gritantes caso esta exploração siga avante. E deveria ser clarificado à população o que vai envolver a todos os níveis.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83767 Belinda T Pereira Sobral em 2025-04-30

Comentário:

Este projecto já está a contaminar os solos, linhas de água, superficiais e subterrâneas. Quais são as medidas propostas para minimizar estes riscos para a população? A estrada municipal M543 tem condições para circularem cerca de 38 camiões diários se hoje em dia a estrada já se torna bastante insegura para carros ligeiros? Como vão garantir a segurança desta estrada? O ruído das explosões para a extração de minério vai fazer sentir-se nas populações mais próximas, como vão viver estas pessoas a 2 e 3 km de distância deste projecto? As árvores, sobreiros e pinheiros que atualmente são sustento de tantas famílias nesta região, continuarão a produzir cortiça e pinha para garantir o trabalho sazonal e de extrema importância para a região e para Portugal? Estes produtos não terão o mesmo valor e perderão a sua qualidade ao longo do tempo, certo? A aldeia mais próxima, Silha do Pascoal, será uma das mais afectadas, tal como Água Derramada, quais as medidas para proteger a população e todo o ecossistema desta zona? Estou profundamente em discordância com este projecto. Resido nesta aldeia desde que nasci e não concebo a ideia de destruírem a identidade de uma comunidade local. Estou profundamente transtornada, deixei de dormir, não me imagino a viver num local com uma mina com explosões aqui ao lado e um ecossistema tão rico a ser completamente destruído. Tenho toda a minha vida construída aqui e temo que esta aldeia desapareça do mapa. Acho inadmissível os interesses que estão por detrás deste projecto. Há anos que andam aqui a fazer prospeção, a fazer furos legais e muitos ilegais, este projecto não trará nada de bom para a região. Espero que não avance e que sejam feitos estudos para promover e proteger a floresta e os seus trabalhos sazonais e de enorme riqueza para o Alentejo e para o país, como o montado, o pinhal e todos os trabalhos de agricultura e floresta aos quais esta região tem o seu sustento.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83765 ines gonçalves em 2025-04-12

Comentário:

Na

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83762 Claudia Augusto em 2025-04-11

Comentário:

Os escassoa recursos da regiao vao ficar largamente afetados, nao ha infraestruturas no concelho para albergar este projeto

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83758 Ana em 2025-04-11

Comentário:

Este projecto da Mina é um atentado à natureza!! Por favor não deixem isto avançar! Uma vergonha deixarem isto acontecer!!!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83755 Gilberto Silva em 2025-04-11

Comentário:

Por causa do impacte ambiental, em prejuizo da fauna, flora ,recursos hídricos, qualidade do ar e a qualidade de vida local

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83754 Rodolfo Parreira Silva em 2025-04-11

Comentário:

O modelo de exploração da Mina da Lagoa Salgada vai ter um impacto ambiental, paisagístico e social negativo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83752 José Grosso em 2025-04-11

Comentário:

Reclamação à construção da Mina da Lagoa Salgada e ao seu EIA:Boa tarde, sou, atualmente, o proprietário da Herdade da Lagoa Salgada e nada tenho a ver com a Mina da Lagoa Salgada, a não ser a usurpação do nome, que foi dado à Mina, sem que eu tenha sido ouvido ou contactado sobre o mesmo, pois não tive a oportunidade de estar presente na reunião realizada em Água Derramada, por estar ausente do ConselhoO nome da Herdade da Lagoa Salgada, já estava registado na Conservatória Predial de Grândola, muitos anos antes de se falar na Mina da Lagoa Salgada, logo o nome atribuído à Mina, deveria ter o meu consentimento e isso não aconteceu.Face à consulta do EIA, cujo teor é para tentar confundir os interessados, vimos, por este meio, reclamar e reprovar o seu conteúdo, porque o que é apresentado, além de ser um lesa-pátria ao ambiente, prevê a ocupação de toda a área da minha propriedade e de outras contiguas, sem que nos tenham dado qualquer informação ou satisfação.A única coisa que a RedCorp me solicitou, foi a autorização, provisória, da passagem de uma tubagem, para irem buscar água à propriedade de S. Bento, contígua com a minha.Quanto ao EIA, dou aqui o meu desacordo ao mesmo e à sua aprovação, porque tudo o que lá vem mencionado, desde a linha de alta tensão, à adutora de água e à área de ocupação do estaleiro, vai prejudicar uma série de proprietários, que vão ver as suas propriedades devassadas, os sobreiros (árvore protegida) e outro tipo de arvoredo a secarem, além da contaminação dos terrenos agrícolas.Espero que a Câmara Municipal de Grândola, dê um parecer negativo a este EIA, porque o local de implantação encontra-se na REN e creio que, também, na RAN, pois, naquela zona, o PDM não permite qualquer tipo de construção, pela sua localização, pois eu tenho um projeto para instalação de painéis solares fotovoltaicos e a primeira resposta da Câmara de Grândola, foi a de recusar o projeto, pelas razões que descrevi e a Mina da Lagoa Salgada, tem previsto a instalação de painéis com uma potência instalada de 34,83 MWp. Será que estes já podem ser aprovados??? Será que vai haver alguma resposta???José António Feio GrossoContribuinte nº 109307755Grândola, 11 de abril de 2025

Anexos: Não

Tipologia: Reclamação

ID 83750 Elsa Parreira em 2025-04-29

Comentário:

Projeto da Mina da Lagoa Salgada.Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado Elsa Parreira

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83745 Fernanda Pereira em 2025-04-11

Comentário:

Aldeias pacatas onde as crianças ainda podem andar a brincar na rua, andar de bicicleta. O silencio, tranquilidade e a segurança das crianças na rua vai acabar com Tráfego rodoviário de pesados (e outros), interno e externo à mina, associado ao funcionamento da lavaria, exploração mineira e transporte de produto (estima-se uma média de 36 camiões/dia).E os lenços friaticos na zona? os nossos poços? vão secar...E a paisagem?? as árvores que serão abatidas e os animais que tem o seu habitat natural...Tudo isto para uma exploração de 11 anos? 11 anos de enriquecimento de poucos que irão destruir as vidas dos locais.. e depois?? mais uma mina ao abandono, como outras na região...

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83744 Andreia Dantas em 2025-04-11

Comentário:

Projeto com impacto na evolução da indústria mineira em Portugal, apresentado com clareza e bons fundamentos em todas as áreas. Parabéns a todas as entidades e equipas envolvidas.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83741 Carlos Vilhena em 2025-04-11

Comentário:

Não fiquei suficientemente esclarecido no impacto desta mina nos aquiferos subterrâneos.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83739 Vanda em 2025-04-11

Comentário:

O objetivo deste projeto não trás nenhuns benefícios ao concelho. Os efeitos a médio longo prazo, diretos e colaterais são bastante nefastos tanto no ecossistema quanto na população, saúde e economia.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83738 Marta Sofia Costa Pereira em 2025-04-11

Comentário:

Projeto não deve avançar devido ao impacto ambiental

Anexos: Não

Tipologia: Reclamação

ID 83737 Antonio Bica em 2025-04-11

Comentário:

Completamente em desacordo com o que estão a fazer com a Lagoa Salgada. Uma zona que devia ser considerada reserva.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83736 José Maria Mota Dias da Cunha em 2025-04-28

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83734 Ruth Bica em 2025-04-11

Comentário:

Uma aberração.Basta!Entregar o concelho de mãos beijadas à destruição.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83733 Sandra Dias em 2025-04-11

Comentário:

A Mina não nos vais trazer nada de bom a longo prazo, a poluição irá sim prejudicar tudo e todos ao seu redor.Não precisamos disso no nosso concelho.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83732 Fernanda Canastra em 2025-04-11

Comentário:

Quero mostrar a minha discordância com este projeto, pelo impacto ambiental que trará para a terra que me viu nascer e crescer. Não quero o meu concelho esventrado, poluído e uns anos mais tarde, quando o solo estiver estéril, ser abandonado como aconteceu na Mina do Lousal.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83731 Sílvia Vieira em 2025-04-11

Comentário:

Não concordo com este projeto

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83729 Isa Pereira em 2025-04-11

Comentário:

Não concordo....estão a destruir o nosso concelho aos poucos....destruir um ecossistema único que abriga uma fauna e flora unicos e que são os locais na natureza que nos regeneram. O património natural é super importante e não é para ser constantemente devastado em prol de muitos euros....estão a colocar em causa a vida e o sustento de muitas pessoas e a destruir a natureza...

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83728 Carlos Martins em 2025-04-11

Comentário:

Não é possível que se queira destruir a cultura local, agrícola e imaterial, de forma a sustentar um empreendimento desnecessário e altamente poluente do ambiente natural e humano. Não podemos destruir o nosso Concelho, o país e a nossa cultura alentejana milenar matando a natureza e as formas de vida que fazem daquele espaço o que ele é: um ecossistema complexo e essencial para que a humanidade perdure e para que as pessoas em conjunto continuem a contribuir para um planeta sustentável que não pode dar tréguas a capitalismos selvagens que violam as regras básicas das ecologias presentes e que não respeitem os valores humanos presentes na carta dos direitos humanos e ambiente aos da ONU. Sendo lamentável que o poder político tenha permitido chegar até aqui é essencial que os cidadãos se unam para defender a sua cultura e o património ambiental que é de todos e não de alguns. Carlos Martins

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83727 Elsa em 2025-04-11

Comentário:

A ganância não olha a meios para atingir os fins...Destrói se a fauna e a flora, todo um ecossistema. É mesmo de quem não tem consciência do valor das coisas...

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83726 Ana Catarina Miranda em 2025-04-11

Comentário:

A MINA DA LAGOA SALGADA: UM ERRO QUE GRÂNDOLA NÃO PODE PERMITIR Enquanto se promete "desenvolvimento" com a Mina da Lagoa Salgada, os factos contam outra história. Este projeto, promovido pela Redcorp, apresenta-se como uma oportunidade económica, mas os dados mostram que os impactos negativos para o concelho de Grândola são muito superiores aos supostos benefícios. Vejamos porquê:1. ***Lucros milionários para a empresa*, *migalhas para o concelho***A mina prevê extrair 28 milhões de toneladas de minério ao longo de 14 anos. A preços de mercado, estima-se que a Redcorp possa arrecadar cerca de 560 milhões de euros. E quanto receberá Grândola? Apenas cerca de 30 milhões em taxas – diluídos ao longo de mais de uma década. Ou seja, menos de 5% da riqueza gerada ficará no território.2. ***Crise hídrica agravada***A lavaria usará água da Barragem de Vale do Gaio – que mal enche nos últimos anos, comprometendo já a produção de arroz e outras culturas. Segundo dados do IPMA e APA, a precipitação média em Grândola desceu de 800 mm em 2015 para 600 mm em 2024, e o aquífero Tejo-Sado, que abastece a região, já está em mau estado. O projeto só vem piorar uma situação crítica.3. ***Perfuração subterrânea põe em risco os lençóis de água e o solo agrícola***Boa parte da mina será subterrânea, explorando subsolo sem adquirir os terrenos de superfície. As perfurações podem desviar ou esvaziar lençóis freáticos, afastando a água da superfície e comprometendo poços, nascentes, agricultura e até a estabilidade dos terrenos.4. ***Trafego pesado*, *insegurança e destruição de***

estradasCom 5.500 toneladas de minério por dia, serão precisas cerca de 275 viagens de camiões diárias. O resultado?- Mais acidentes e insegurança rodoviária- Desgaste das vias locais, que não foram feitas para este volume de pesados- Aumento da poluição sonora e atmosférica5. ***Infraestruturas*** à ***beira da rutura***Grândola vive quase em pleno emprego e já sofre com:- Crise habitacional: O preço do m² subiu de 300€/m² (2015) para 900€/m² (2024), bem acima da média da região.- Falta de médicos: Mais de 2.000 utentes estão sem médico de família.- Listas de espera em creches e escolas- Uma rede elétrica sobrecarregada, onde já estão a ser feitos investimentos para alimentar a mina – antes mesmo de esta estar aprovada.6. ***Onde est***á ***o*** "***desenvolvimento***"?Este projeto não resolve os problemas do concelho – agrava-os.Os empregos criados serão poucos e temporários. A riqueza vai para fora. Ficam-nos os riscos ambientais, o ruído, a poluição, o desgaste das estradas, a escassez de água e a destruição de um território já pressionado.7. ***O exemplo de outras minas*** é ***claro***Casos semelhantes – como Las Cruces (Espanha) ou minas no Alentejo – mostraram impactos duradouros: rutura de lençóis freáticos, contaminação de solos, conflitos sociais e degradação da qualidade de vida.**Grândola merece um futuro sustentável, não um buraco de onde sai a riqueza e ficam os problemas**.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83725 Tiago Gomes em 2025-04-11

Comentário:

Não às minas!!Escusado seria dizer o porquê , vão destruir a natureza e os recursos naturais da região e da população !Deviam ter vergonha os responsáveis!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83724 ANDRE SILVA em 2025-04-11

Comentário:

Projeto sem interesse para os locais. Mais destruição de recursos, contaminação de solos e águas, emprego precário.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83723 Maria Salgado em 2025-04-11

Comentário:

Sou habitante na zona em questão e não aceito que o património natural da minha terra seja destruído em prol de quem quer ganhar dinheiro!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83722 Catia Leitão em 2025-04-11

Comentário:

Oposição à Mina em Grândola – Impactos Ambientais e Sociais InaceitáveisVenho por este meio manifestar a minha total oposição ao projeto de instalação de uma mina no concelho de Grândola, pelos inúmeros impactos negativos que este empreendimento acarreta para o ambiente, a saúde pública e a qualidade de vida das populações locais.Em primeiro lugar, os consumos de água previstos são exorbitantes, especialmente preocupantes num contexto de seca recorrente e escassez hídrica. Esta exploração ameaça contaminar os aquíferos, colocando em risco a água potável das comunidades vizinhas, nomeadamente das aldeias de Silha e Água Derramada.Além disso, a proximidade da mina a estas populações levanta sérias preocupações com o ruído constante das explosões, o enorme tráfego de camiões pesados em estradas municipais pouco preparadas para tal volume, e os consequentes riscos para a segurança rodoviária e para a saúde mental dos habitantes.Outro aspeto gravíssimo é a destruição dos sobreiros, árvores legalmente protegidas e fundamentais para a economia local devido à produção de cortiça. A sua remoção representa um atentado ambiental e económico, com consequências de longo prazo para a sustentabilidade da região.Perante estes factos, considero esta mina um projeto ambientalmente insustentável, socialmente irresponsável e economicamente lesivo para as comunidades envolvidas.Solicito às autoridades competentes que reavaliem este projeto e tomem medidas urgentes para proteger o território, os recursos naturais e as populações .Atenciosamente Cátia Leitão

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83721 Cláudia Taborda Fernandes em 2025-04-11

Comentário:

Cláudia Margarida Xavier Martins Taborda Fernandes residente em Grândola venho por este meio demonstrar que não estou de acordo na implantação da mina da Lagoa Salgada no concelho de Grândola.

Anexos: 83721_Novo Documento do Microsoft Word (3).docx

Tipologia: Discordância

ID 83718 Sónia Cristina Gonçalves Grosso Pedras em 2025-04-10

Comentário:

Pelo impacto ambiental que terá, sou contra, além de toda a conjuntura a nível de habitação e serviços que não são suficientes para os que são da terra quanto mais para os que já vieram por via dos grandes empreendimentos, agora com a Mina, mais problemático será...

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83714 Amélia Oliveira em 2025-04-10

Comentário:

Estou completamente em desacordo. Haverá consumos de água exorbitantes, contaminação dos aquíferos, proximidade às populações de Silha, água derramada com ruído das explosões e enorme tráfego de camiões nestas aldeias e em estradas municipais, destruição de sobreiros que são muito importantes na economia local, com a tirada da cortiça.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83712 Fábio Carvalho em 2025-04-10

Comentário:

Totalmente contra esta acção que nada de bom vai trazer ao nosso concelho!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83707 Elsa Costa em 2025-04-10

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83706 Sonia Vale em 2025-04-10

Comentário:

Contra

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83705 João cebola em 2025-04-10

Comentário:

Sou morador da silha do pascoal e concordo com este projeto da mina . A nível profissional vai dar muitos postos de trabalho e boas oportunidades a quem reside perto, até porque os salários são bastante apelativos, a nível de comércio local vai crescer imenso. Podemos ter como exemplo as minas de Aljustrel, que é uma aldeia com alguma população e a maior parte dela habita e trabalha na mina que têm salários medianos e conseguem ter um estilo de vida melhor para as suas famílias. Apenas falam em impacto ambiental mas não vejo isso como um problema naquela zona. Até porque se formos falar impacto ambiental temos as grandes cidades e muitas fábricas por aí a poluir o nosso meio ambiente, mas que ao fim ao cabo a maior parte dessas pessoas discordava com essas fabricas hoje trabalham lá e se não fosse isso andavam a tirar ordenados mínimos . Eu sou de uma aldeia que teve exploração mineira e é das aldeias mais bonitas graças á mina que teve ! Com muitos cafés, restaurante, museus, escolas, infantário, campos de futebol, centro de saúde. Para abertura dessa exploração têm que apenas ter em conta que a estrada de acesso de Grândola ao torrão não tem condições para haver uma grande circulação de camiões, carros etc.. acredito que melhorem os acessos para que exista uma circulação rodoviária segura para quem circula naquela estrada que é bastante perigosa.Posto isto,espero que o projeto avance e que traga melhores condições a quem ali quer trabalhar.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83690 Miguel Ângelo da Silva Pereira Espada em 2025-04-10

Comentário:

A intervenção a realizar vai colocar em causa os ecossistemas e os agregados populacionais bastante próximos.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83685 Fernando Mourao em 2025-04-09

Comentário:

Contra.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83682 Carla Pereira em 2025-04-09

Comentário:

Não concordo com a Mina da Lagoa Salgada pelo impacto ambiental negativo e na saúde das populações.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83679 Célia Candeias em 2025-04-09

Comentário:

Esta aberração que querem fazer não trará nenhuma vantagem à população desta área geográfica. Terá um impacto gigante no meio ambiente da zona e no bem estar das populações. Linhas eléctricas de alta tensão junto a povoações têm impactos nefastos para a saúde da população. O sossego característico da nossa zona será totalmente destruído com a movimentação de pelo menos 36 camiões! As linhas de água poderão ser afectadas. Destruirão a fauna e flora da zona. Quando o comum cidadão nem pode abater um sobreiro, este projecto pretende destruir sobreiros e toda uma vasta área com características típicas do Alentejo. Alentejo esse que tão bem nos faz com a sua paz, ar puro (devido ao oxigénio das árvores) e cheiros característicos das suas plantas. Plantas essas também tão importantes para a nossa saúde e essenciais para muitos animais. Alentejo que parece que ficará reservado para os ricos na sua zona costeira e o restante que fica para o povo é para esburacar e estragar sem dó nem respeito pelo cidadão que paga os seus impostos e nem nas suas casas pode estar sossegado.Totalmente contra este projecto e penso que se o povo é quem mais ordena, devem parar este absurdo! Sondem as necessidades da população e não os interesses económicos de quem já tem os bolsos cheios!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83677 Mónica Gonçalves em 2025-04-08

Comentário:

Discordo por motivos ambientais!!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83676 Deolinda Bila em 2025-04-08

Comentário:

Por uma questão ambiental e pela saúde dos residentes nas imediações

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83675 Vítor Gonçalves em 2025-04-08

Comentário:

Projeto com elevado impacto AMBIENTAL e repercussões graves para a saúde dos moradores das localidades próximas ao projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83671 Carlos Alberto Moura caiado em 2025-04-08

Comentário:

Na minha opinião acho que é ótimo para o concelho e principalmente para a juventude. Em termos ambientais nao vejo problema ate porque sou da terra e conheço toda a zona do projeto no qual o impacte do mesmo nunca irá ser prejudicial para os habitantes nem o meio envolvente.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83641 vitorarezes@gmail.com em 2025-04-04

Comentário:

Projeto bem fundamentado e importantíssimo para a região, de forma a criar oferta de trabalho sustentável e justa.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83623 Paulo Jorge Martins Agapito em 2025-04-02

Comentário:

A minha resposta segue em anexo.CumprimentosPaulo Agapito

Anexos: 83623_Mina da Lagoa Salgada - Resposta Consulta Pública.pdf

Tipologia: Discordância

ID 83613 Cristina em 2025-04-01

Comentário:

Vai alterar a paisagem e danificar os ecossistemas.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83566 Ana Mendes em 2025-03-29

Comentário:

Vão acabar com todos os recursos hidricos da zona, envenenar o nosso solo.Porque não fazem no país dos proprietários??? Porque será??Vai ser um desastre para a nossa zona

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83563 Justina Maria Costa em 2025-03-28

Comentário:

Concordo com esta mina pois vai trazer desenvolvimento económico e social e ainda a possibilidade de se poder contribuir para a segurança do nosso país e da Europa. É um investimento que desde que seja aprovado pela entidade de saúde pública e desde que não faça mal à saúde dos animais e humana é de aplaudir. O Alentejo bem precisa deste tipo de indústria para criar emprego e os nossos jovens regressarem à terra e não terem que emigrar.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83562 Ricardo Coelho em 2025-03-28

Comentário:

Este tipo de investimentos para o nosso concelho é que são importantes porque criam emprego e desenvolvimento certo e bem pago. Estas empresas não exploram os trabalhadores como os hoteis de luxo só para os ricos. Se a saúde das pessoas estiver salvaguardado deve-se apoiar esta mina

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83555 Mário Oliveira em 2025-03-28

Comentário:

Se for avante, a mina fica a escassos metros da minha propriedade que foi herança da minha mãe e que tenho tentando aos longo do anos preservar.Segundo parece pensam construir um acesso que passa pela minha terra.Pelo que percebo vão abater uma das melhores zonas de montado que possuo.Se o projeto for como dizem para cerca de 14 anos vamos ficar com uma das zonas mais bonitas do concelho de Grândola irremediavelmente destruídas para benefício de poucos...Não consigo entender o silêncio da nossa autarquia, desculpando-se que é uma decisão superior...Não me interessa nem vejo beneficio para a nossa zona. Vou lutar com o que estiver ao alcance para evitar a instalação da mina...

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83549 Elsa Jorge em 2025-03-27

Comentário:

É simplesmente vergonhoso. Votem para que este projeto não vá em frente, deixem Grândola em paz, já temos bastante sarna para nos coçar.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83541 Ana Margarida Rodrigues Banha Sobral em 2025-04-30

Comentário:

A participação, que registo, no ficheiro em anexo, espelha a minha preocupação enquanto munícipe do Concelho de Grândola. É uma intervenção simples, mas sobretudo sincera e preocupada, e deixa a minha consciência tranquila, sobre um tema, que a tantos preocupa, mas não têm, pelos mais diversos motivos, força para agir.Ana Margarida R. B. Sobral

Anexos: 83541_Participação Mina Lagoa Salgada._2875.docx

Tipologia: Discordância

ID 83538 Maria Lucília Silva Costa Maria em 2025-04-16

Comentário:

Considerando as variáveis à nossa disposição, quer pela herança deixada de outras explorações mineiras, Lousal e S. Domingos (Mértola), quer pelo conhecimento real da exploração mineira na atualidade, em Aljustrel e os seus impactos na comunidade local, na paisagem visual , nos testemunhos negativos de moradores dessa localidade pela falta de qualidade de vida da população, causada pelo ruído , pelo ar com partículas impedindo a secagem da roupa ao ar livre , ou pelas fissuras nas habitações resultantes dos rebentamentos, este projeto de exploração mineira com as mesmas características nos mecanismos e processos de exploração, não deverá ser implementado neste território. As questões económicas internacionais e nacionais, não se podem sobrepor aos interesses das populações locais com desvantagens para estas, uma vez que o conflito social emergirá, sempre com prejuízo para todas as partes. A economia dos números não se pode sobrepor à economia das pessoas. Grândola tem tido nos últimos anos um crescimento significativo de unidades hoteleiras de luxo situadas na sua costa , desde Troia , Carvalhal, Melides, sem nenhum ganho na qualidade de vida da população, mas com significativo impacto na carência de mão de obra local e na consequente deslocação de mão de obra estrangeira / migrantes de países terceiros, o que tem impactado negativamente na população autóctone, pela dificuldade agravada na aquisição de habitação, na ausência de alojamento / hotéis para chegantes a Grândola, que não a mão de obra para trabalhar nos investimentos, no déficit de serviços de saúde, de educação e outros serviços públicos, compatíveis com o aumento e as características da população atual. Sendo certo que a exploração mineira, tal como a restauração e a hotelaria emprega maioritariamente mão de obra com baixa escolaridade e sendo o índice de envelhecimento da população do concelho de Grândola de 225%, muito superior ao índice de envelhecimento nacional 181%, segundo dados de 2023, do INE, afigura-se-nos a chegada em massa de mais imigrantes de países terceiros, com especial predominância de africanos. É sabido que estes povos, pela sua caraterística de pobreza extrema, sem direitos e sem força reivindicativa, virão engrossar a fileira dos explorados e vitimas das mais diversas formas de exploração e violação dos direitos humanos. O território de Grândola, não precisa, não quer e não aceita no século XXI, ser um território marcado pela condição de colaborante na violação dos direitos humanos em detrimento de um território da fraternidade comprometido com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assente na máxima de não deixar ninguém para trás. Discordo em absoluto, da implementação do projeto de exploração da Lagoa da Mina Salgada, porque sou contra o enriquecimento da minoria, pela ganância, a exploração e a pobreza da maioria, entre outras consequências que impactarão negativamente na população, na atividade económica local sustentada em práticas integradas de culturas, agro florestal, animal e ambiental, que têm feito deste território, um local agradável para viver e trabalhar.

Anexos: 83538_Considerando as variáveis à nossa disposição pelo conhecimento real_7119.docx

Tipologia: Discordância

ID 83536 Edgar em 2025-03-26

Comentário:

A exploração de metais é uma atividade econômica importante que fornece recursos para a produção de diversos produtos, como latas de bebidas, cabos elétricos, coberturas, automóveis, electrodomésticos e estruturas de construção.Dinamiza a economia local e desempenha um papel significativo na economia de um país, criando riqueza.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83529 Filipe Alexandre Andrade Marques em 2025-03-26

Comentário:

O nosso pais possui vastos recursos minerais que, quando explorados de maneira responsável e sustentável, podem trazer inúmeros benefícios econômicos e sociais para a população e para o país como um todo. Geração de Empregos, receita para o estado português, menor dependência externa, incentiva a criação de novos negócios. É importante que haja projetos desta dimensão, mas que também sejam analisados criticamente de forma a ser benéfico para todos. É importante e necessário refletir sobre os benefícios que essa iniciativa pode trazer para todo o país, em especial zona de Alentejo litoral, construir um pais mais forte, economicamente saudável e com melhores condições de vida para todos.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83528 Márcio Lamúria em 2025-03-26

Comentário:

Tendo em conta a falta desta matéria-prima e criação de postos de trabalho, este projeto é uma mais valia, tanto para o concelho de Alcácer do Sal como para o país.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83507 Rui Luciano em 2025-04-28

Comentário:

Ainda que se desconheça, à data, as características construtivas (e.g. profundidades das perfurações, profundidade dos troços de tubos-ralo) dos furos verticais identificados pelas C.M. de Alcácer do Sal e de Grândola, com elevada incerteza na estimativa do impacte, este é classificado como: negativo, provável, local, permanente, de magnitude reduzida a moderada, reversível e minimizável. Em suma, classifica-se este impacte como pouco a moderadamente significativo.Contudo, estas captações de água subterrânea para abastecimento público fazem parte do plano de monitorização da qualidade e quantidade dos Recursos Hídricos Subterrâneos preconizado na Secção 9, pelo que os eventuais impactes do projeto sobre a qualidade e quantidade de água nestas captações será identificado e tomadas as devidas precauções.Sendo uma zona com escassez de água e estando inserida na RedeNatura, não deveria ser dada permissão para a exploração mineira nestes locais. A pressão que está a ser causa da nesta área com construção hoteleira vai aumentar ainda mais a escassez. A poluição dos aquíferos também vai ser um grande risco, que poderá inviabilizar a utilização da água para consumo humano e animal, assim como para regadio.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83450 Diogo Rocha em 2025-03-25

Comentário:

A Lagoa Salgada, situada no concelho de Grândola, é sem duvida, uma região com grande interesse geológico e económico devido ao seu elevado potencial mineiro. Neste pressuposto, a exploração mineira na região, a existir, representa uma enorme oportunidade para o desenvolvimento económico local na medida em que "abre portas" a emprego, inovação tecnológica e melhoria das infra estruturas.Concretizando, a atividade de mineração na Lagoa Salgada encerra em si potencial de gerar centenas de postos de trabalhos, quer diretos, quer indiretos e através destes dinamiza-se a economia. Esta criação de postos de trabalho qualificados, assim como o investimento em formação técnica e profissional, possibilita beneficiar os locais com novas oportunidades de carreira. Para além disto, a exploração mineira atrai necessariamente investimentos estrangeiros e incentiva, desta forma, o crescimento de setores complementares como o caso dos transportes e serviços. Como é facilmente entendível, esta circunstância tem um grande impacto financeiro traduzindo-se num aumento da receita municipal que pode aplicar essa mesma receita em melhoramentos de infraestruturas locais, como estradas, abastecimento de agua e eletricidade.Nós, Portugal, com um enorme passado na área da exploração mineira, temos de entender que esse setor teve uma enorme evolução no que toca às suas praticas, tornando-as sustentáveis através de monitorização dos impactos ambientas e adoção de medidas de mitigação. Para além disto há um grande investimento em tecnologia sendo isto um dos pilares da mineração moderna garantindo eficiência e segurança na operação Entende-se que isto é uma oportunidade única para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável da região. Consultada a documentação vê-se que existe uma preocupação com a devida regulamentação e monitorização ambiental para que a atividade se desenvolva de forma responsável, benéfica para a economia local, criando empregos e preservando o meio ambiente para as futuras gerações

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83439 Carla Maria do Rosário Costa em 2025-03-23

Comentário:

Discordo completamente deste projecto devido aos impactos ambientais nocivos, nomeadamente no que se refere à captação de água.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83436 Cátia Santos em 2025-03-23

Comentário:

Não existe ninguém que queira uma mina à porta. Se vivesse na zona, a minha resposta para a implantação de um projecto destes seria sempre a de rejeição. Por muitos impactos pouco significativos que o projecto indique, isso nunca corresponde à realidade e a realidade é que só pelo simples facto de se construir um complexo industrial numa zona destas já é uma disrupção na vida das populações. Os ganhos não se sobrepõem às perdas que se verificam no futuro e isso já todos nós sabemos. Para além dos custos e impactos nos recursos hídricos directos (com o consumo de água numa região que já sofre com a sua falta), há ainda o impacto da desflorestação e dos potenciais riscos para os recursos hídricos indirectos e a médio e longo prazo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83425 Daniel Ribeiro em 2025-03-22

Comentário:

Não concordo.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 83143 Marta Fernandes em 2025-03-21

Comentário:

Trata-se de um projeto de interesse nacional aparentemente muito bem estruturado e que fará alavancar o desenvolvimento social e económico local e nacional. É importante para a transição energética e para a defesa nacional e da europa a ver a possibilidade de aproveitar estes recursos minerais que existem em território nacional. Atendendo a que se tratam de recursos inamovíveis o projeto também me parece que em termos ambientais está muito bem pensado nas respetivas medidas compensatórias.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 83139 Maria João Mota em 2025-03-21

Comentário:

Este tipo de projetos são muito importantes para o desenvolvimento regional e nacional e desde que sejam ambientalmente responsáveis são de apoiar. Neste atual clima de insegurança de materiais minerais a Europa necessita destes recursos para a sua segurança e desenvolvimento social e econômico.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82982 Tiago em 2025-03-20

Comentário:

destruição de capital natural

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 82909 Paula e Lopes, Gabinete de projetos Lda em 2025-03-19

Comentário:

Após análise atenta dos documentos que estão na consulta pública verifica-se que se trata de um projeto muito bem estruturado, com uma forte preocupação nas componentes social, económica e ambiental. Trata-se de um projeto muito oportuno até pelo contexto em que a europa irá viver nas próximas décadas, nomeadamente, com o contributo que este projeto irá dar para a independência europeia relativamente às matérias críticas, com o consequente auxílio na transição energética e reforço da segurança europeia. Ao nível nacional será um projeto gerador de mais valias económicas e sociais, com a criação de emprego e desenvolvimento desta zona do Alentejo que se encontra tão desertificada de projetos estruturantes como este da Lagoa Salgada. Sob o ponto de vista ambiental é de louvar a preocupação da empresa não apenas com a plantação de muitos mais milhares de sobreiros a mais do que aqueles a que estava obrigada, mas também com outras ações que denotam uma preocupação ambiental muito responsável e mais abrangente em matéria de conservação e fomento da biodiversidade e de medidas de mitigar os impactos que esta indústria trará, inevitavelmente, a esta zona enquanto estiver a laborar. Comparando com outros projetos de que a nossa empresa tem conhecimento, este é um projeto que nos parece muito à frente dos demais neste setor. Parabéns a Portugal por acolher este tipo de projetos que fazem e farão a diferença no desenvolvimento social e económico do país, sem descurar a sustentabilidade ambiental.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82900 Miguel Costa Coelho em 2025-03-19

Comentário:

Esta analise foi efectuada por mim, a 19 de Marco de 2025, tendo lido os documentos sumarios do projecto, como nao espcialista.Englobei o context socio economico nacional, e global, e a analise de risco/beneficios. O meu parece e expressao da minha analise pessoal e nao reflete a opiniao do meu empregador, nem de nenhum outro partido terciario.Resumo: Excelente projeto para a região alentejana, para Portugal e para a independencia energetica da Europa/ dada a situacao geopolitica e o risco de ataques economicos e fisicos por agentes externos. E um projeto padrao de exploracao mineira com um enquadramento logistico (construcao, acessos) bem planeado e impacto ambiental e social parametrizado ao detalhe e com solucoes viaveis (eg reflorestacao de 73ha, reproducao e protecao do coelho-bravo, entre outros).Este projeto sera um veiculo de criacao de riqueza e melhoria das condicoes sociais locais, numa regiao que esta desertificada e com pouco desenvolvimento e investimento de capital (este projeto de media-larga escala e uma excepcao). Nao encontrando justificativos de maior para a nao concretizacao do mesmo, abaixo assinado a minha analise e parecerDr. Miguel Costa Coelho,Boston, EUA

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82843 Paula Rosalina Lopes Alves em 2025-03-19

Comentário:

Projeto muito importante para a região e para o país. Fundamental para a transição energética e segurança do país e da europa

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82757 Júlio Boura Xavier em 2025-03-17

Comentário:

Contra a autorização de exploração mineira. Tem impacto ambiental de grande destruição. Consequências graves de contaminação dos solos no presente e no futuro .

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 82748 Pereira Paula em 2025-03-17

Comentário:

Num concelho onde a água é escassa, é inacreditável a negligência com que se faz estudos de impacto ambiental desta natureza. A água é mum recurso precioso que deve ser gerido de forma rigorosa.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 82741 Luísa Mendes em 2025-03-17

Comentário:

Acho que é um bom projeto para desenvolver em Grândola, principalmente pelo facto de ter um aumento significativo de postos de trabalho!

Anexos: Não

Tipologia: Geral

ID 82740 Maria em 2025-03-17

Comentário:

Como habitante acredito que a mina na zona em que estamos inseridos seria uma mais valia , pois iria gerar novos postos de trabalho. Uma vez que é necessário cumprir as normas respetivas para abertura da mesma acredito que o ponto do impacto ambiental terá sido colocado e que este será reduzido. Acho que seria algo positivo a nivel social e economico.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82726 João Xavier em 2025-03-17

Comentário:

Mais um atentado ambiental. Em vez de ganância o executivo desta câmara municipal devia de ter vergonha. Vendam e explorem tudo e percam o que faz esta zona atrativa a quem vem de fora. Não cria emprego para os habitantes, vai criar mais exploração de mão de obra barata e mais uma vez faz a vida para empreendedores que em nada desenvolvem esta área do país. Estamos repletos de autarcas velhos que querem encher os bolsos á força. Basta deste conluio económico que não respeita o ambiente e as necessidades dos habitantes!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 82723 Sabine em 2025-04-27

Comentário:

Horrível

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 82703 Natália Fauvrelle em 2025-03-16

Comentário:

O projeto da Mina da Lagoa Salgada insere-se numa zona de baixa densidade populacional, pelo que um investimento desta magnitude será certamente um importante contributo para a fixação de novos habitantes e dará oportunidade aos mais jovens de se manterem na sua terra de origem. Constitui por isso um projeto fundamental para o desenvolvimento regional a nível social e económico.O projeto de arquitectura apresentado é inovador na área da indústria mineira, podendo servir de exemplo para futuros empreendimentos da mesma natureza. A sua implantação na paisagem será uma mais valia após o fim da vida da mina, tornando-se um elemento icónico deste território. Não menos importante, tendo em conta a conjuntura europeia e mundial, é a pertinência deste projeto para a produção de matérias críticas, essenciais para a autonomia europeia no que concerne a defesa dos seus cidadãos e a defesa da sua indústria.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82691 António Manuel Pequeno Coelho em 2025-03-16

Comentário:

Atendendo à necessidade da europa de autonomizar em metais que são fundamentais quer para a sua segurança quer para o seu desenvolvimento social e económico da UE e de Portugal, com particular destaque para as regiões do interior como é o caso do Alentejo, entendo que, desde que as normas ambientais e socias estejam responsavelmente acauteladas todos devemos apoiar este tipo de projetos tão importantes para a nossa como para as gerações futuras.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82684 Miguel Chainho em 2025-03-16

Comentário:

Tenho 28 anos, vivo e trabalho em Grândola.Existe toda uma controvérsia á volta das minas devido ao seu impacto ambiental, ainda que derivado da evolução é cada vez mais pequeno e contornável, mas o que é realista é que os seus recursos são indispensáveis à vida quotidiana, ao crescimento económico e á transição para fontes de energia mais limpas e sustentáveis, porque sem mineração, não há energia solar, eólica, baterias ou qualquer veiculo elétrico.Em relação ao projeto da Mina da Lagoa Salgada, após ter conhecimento do seu impacto ambiental e das medidas que vão ser tomadas para o minimizar, (desde a reposição florestal, a preservação da biodiversidade, o uso e fornecimento de energias verdes entre outros), não podia estar mais de acordo com a realização do mesmo.O positivo impacto económico que esta Mina vai ter na região onde vivo, e que vejo, pouco a pouco, ser vendida e entregue ao turismo e privatização do mesmo, é de extrema importância. Dito isto, e tendo em conta os aspetos positivos x negativos, apoio completamente este projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82662 Bernardino em 2025-03-15

Comentário:

A nível ambiental não me parece que vá ser negativo e visto no factor económico e social vai ser fantástico. Basta olhar para para as minas ativas que temos por perto para perceber que as pessoas vivem bem e têm bons salários em comparação com os outros setores. Sou habitante de Grândola e a realidade é que praticamente só existe turismo.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82656 João Sousa em 2025-03-14

Comentário:

Projeto de grande importância a nível local e nacional, num período em que é fundamental a Europa de tornar auto suficiente no que diz respeito a recursos minerais.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82652 Carlos Neves em 2025-03-14

Comentário:

Deixo formalmente a minha discordância com a abertura de uma mina na região de Grândola devido ao impacto ambiental extremo na região.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 82650 Jorge Augusto Coutinho Ribeiro em 2025-03-14

Comentário:

Criação de postos de trabalho e valorização geologica da região e industria portuguesa.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 82649 Cristina Torres em 2025-03-14

Comentário:

PARECER ESCRITO SOBRE A MINA DA LAGOA SALGADA EM GRÂNDOLA1.Introdução: Em minha qualidade de residente na área circundante da Mina da Lagoa Salgada, situada no concelho de Grândola, apresento este parecer, objetivando expor as preocupações e os danos que a exploração da mina pode causar à população local, ao meio ambiente, à atividade turística e ao mercado de trabalho da região.2.Contextualização da Mina da Lagoa Salgada: A Mina da Lagoa Salgada é um projeto de exploração mineira que visa a extração de minerais metálicos, possivelmente incluindo cobre, zinco, e outros metais pesados. Este tipo de mineração envolve atividades de escavação em grande escala, com impactos diretos e indiretos tanto no ecossistema local como nas comunidades envolventes.3. Impactos Previstos na Saúde da População:Emissões de poluentes atmosféricos: A extração mineral pode resultar na libertação de poeiras e gases tóxicos, incluindo metais pesados (cádmio, chumbo, arsénico), que afetam diretamente a qualidade do ar e representam riscos à saúde pública, como doenças respiratórias, cancros e outras patologias. Diversos estudos apontam que a exposição contínua a tais substâncias pode afetar particularmente as crianças e idosos, grupos vulneráveis na população.Estudos de referência:o"Impactos da Mineração na Saúde Pública" (OMS, 2019), que detalha a relação entre a poluição mineira e doenças respiratórias e neurológicas.o"Efeitos da Exposição a Metais Pesados em Populações Locais" (Jornal de Epidemiologia Ambiental, 2020), que documenta os efeitos da mineração na saúde em áreas próximas a projetos mineradores.•Contaminação de recursos hídricos: A mineração pode resultar na contaminação das fontes de água subterrâneas e superficiais, através do uso de produtos químicos para o tratamento dos minerais, além do risco de drenagem ácida de minas (DAM), o que afetaria diretamente a água potável consumida pela população local e pela fauna/flora.Estudo relevante: O Relatório da Agência Portuguesa do Ambiente (APA, 2018) sobre contaminação por drenagem ácida de minas e seus efeitos nas bacias hidrográficas

de Portugal.4. Impactos Ambientais:•Destruição de habitats naturais e biodiversidade: A escavação da mina resultará na destruição de ecossistemas locais, afetando a fauna e flora da região, que inclui espécies protegidas e de interesse ecológico. O impacto negativo sobre a biodiversidade pode ter repercussões graves no equilíbrio do ecossistema, com consequências de longo prazo.•Poluição do solo e da água: Os resíduos da mineração, se mal geridos, podem ser dispersos em áreas adjacentes, afetando a qualidade do solo e os cursos d'água. O uso de produtos químicos para extração de metais pode contaminar o solo e afetar a agricultura e a pesca, além de tornar a área inabitável para várias espécies.Estudo relevante: O "Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Mineração da Lagoa Salgada" (APEMET, 2022), que destaca as consequências do processo de mineração no solo e recursos hídricos.5. Impactos sobre a Atividade Turística e o Setor Hoteleiro:•Declínio da qualidade de vida e da paisagem: A mina pode desfigurar a paisagem local, afetando negativamente a atratividade turística da região. A perda de valor estético e natural é um fator decisivo para os turistas, que podem procurar outras localidades mais preservadas.•Declínio da procura por turismo sustentável: A área de Grândola, tem vindo a afirmar-se como destino muito procurado no mercado de luxo e turismo sustentável. O impacto da mineração pode levar ao encerramento de hotéis que dependem da qualidade ambiental para atrair visitantes.Estudo relevante: O "Estudo sobre os Efeitos da Mineração na Economia Turística" (UNWTO, 2021), que documenta como projetos de mineração em regiões turísticas podem resultar em perdas económicas substanciais para o setor hoteleiro e de serviços.6. Impactos Socioeconómicos e no Mercado de Trabalho Local:•Impactos no setor agrícola: A contaminação do solo e da água pode afetar a produção agrícola, que é uma das principais fontes de renda da população local. O aumento dos custos de produção e a diminuição da qualidade dos produtos podem causar sérios prejuízos aos agricultores.•Perda de empregos no turismo e na agricultura: Embora a mineração possa gerar alguns empregos temporários, os empregos a longo prazo e sustentáveis estão mais associados à agricultura e ao turismo. O fechamento de estabelecimentos turísticos e a diminuição da produção agrícola trariam consequências dramáticas para a economia local.•Enfraquecimento da economia local: A longo prazo, a exploração mineira pode destruir os setores económicos que sustentam a comunidade local, o que aumentaria a dependência da população em relação a uma única indústria, altamente volátil e de riscos ambientais.7. Conclusão:Considerando os argumentos e estudos, torna-se evidente que a exploração da Mina da Lagoa Salgada acarretará uma série de consequências negativas!

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

Considerando as variáveis à nossa disposição, quer pela herança deixada de outras explorações mineiras, Lousal e S. Domingos (Mértola), quer pelo conhecimento real da exploração mineira na atualidade, em Aljustrel e os seus impactos na comunidade local, na paisagem visual , nos testemunhos negativos de moradores dessa localidade pela falta de qualidade de vida da população, causada pelo ruído , pelo ar com partículas impedindo a secagem da roupa ao ar livre , ou pelas fissuras nas habitações resultantes dos rebentamentos, este projeto de exploração mineira com as mesmas características nos mecanismos e processos de exploração, não deverá ser implementado neste território. As questões económicas internacionais e nacionais, não se podem sobrepor aos interesses das populações locais com desvantagens para estas, uma vez que o conflito social emergirá, sempre com prejuízo para todas as partes. A economia dos números não se pode sobrepor à economia das pessoas. Grândola tem tido nos últimos anos um crescimento significativo de unidades hoteleiras de luxo situadas na sua costa , desde Troia , Carvalhal, Melides, sem nenhum ganho na qualidade de vida da população, mas com significativo impacto na carência de mão de obra local e na consequente deslocação de mão de obra estrangeira / migrantes de países terceiros, o que tem impactado negativamente na população autóctone, pela dificuldade agravada na aquisição de habitação, na ausência de alojamento / hotéis para chegantes a Grândola, que não a mão de obra para trabalhar nos investimentos, no deficit de serviços de saúde, de educação e outros serviços públicos, compatíveis com o aumento e as características da população atual. Sendo certo que a exploração mineira, tal como a restauração e a hotelaria emprega maioritariamente mão de obra com baixa escolaridade e sendo o índice de envelhecimento da população do concelho de Grândola de 225%, muito superior ao índice de envelhecimento nacional 181%, segundo dados de 2023, do INE, afigura-se-nos a chegada em massa de mais imigrantes de países terceiros, com especial predominância de africanos. É sabido que estes povos, pela sua caraterística de pobreza extrema, sem direitos e sem força reivindicativa, virão engrossar a fileira dos explorados e vitimas das mais diversas formas de exploração e violação dos direitos humanos. O território de Grândola, não precisa, não quer e não aceita no século XXI, ser um território marcado pela condição de colaborante na violação dos direitos humanos em detrimento de um território da fraternidade comprometido com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assente na máxima de não deixar ninguém para trás. Discordo em absoluto, da implementação do projeto de exploração da Lagoa da Mina Salgada, porque sou contra o enriquecimento da minoria, pela ganância, a exploração e a pobreza da maioria, entre outras consequências que impactarão negativamente na população, na atividade económica local sustentada em práticas integradas de culturas, agroflorestal, animal e ambiental, que têm feito deste território, um local agradável para viver e trabalhar.

A minha participação enquadra-se, na minha condição de habitante da Vila de Grândola, autóctone do concelho, descendente de grandolenses, e pessoa que aqui gostaria de permanecer, até ao fim dos seus dias, vivendo, o mais possível, num Ambiente, minimamente, salutar.

A minha formação, nada tem a ver com Geologia, Ambiente, Economia ou Ciências Políticas, logo, não tecerei argumentos de acutilante especificidade, para defender aquilo que acredito ser o melhor, para o bem-estar comum, de Todos os Grandolenses. Posso, contudo, garantir que dentro dos meus parcos conhecimentos, não é difícil perceber o impacte, que este projeto terá na vida daqueles, que por aqui residem, trabalham, tem a sua estrutura familiar e património.

Nos últimos tempos, o concelho de Grândola virou uma "coqueluche" da nata mundial, e o Turismo, de alto gabarito, disparou. Obviamente, não tardou a chegar a fatura negativa de tal condição, de que é exemplo, o atual difícil acesso à habitação, agora escassa e dispendiosa.

A par desta situação, “vende-se”, por entre os pingos da chuva, o sonho da Mina da Lagoa Salgada, cuja licença de exploração abrange uma área de mais de 10.500 hectares, prevendo-se que esta "futura" mina de cobre, chumbo, zinco e outros metais, seja implementada no centro de uma área de montado, bem perto de áreas residenciais, e a escassos quilómetros da sede do concelho. Só esta descrição assusta! Num município em que o sector primário é um forte motor da dinâmica económica populacional, em que a agricultura, a pecuária e a silvicultura, e trabalhos que delas advém, são o ganha-pão de muitas famílias, não deveria ser justo, colocar em risco o Ambiente, base e alicerce do seu sustento.

Estive presente, aquando a sessão que ocorreu, em Água Derramada, e se dúvidas tinha, com certezas fiquei. Não me venderam o "sonho americano", e de entre os diversos pontos negativos que retive, irei apenas referir alguns.

Desde logo, o abate de árvores associado, não obstante mencionar-se uma replantação. Contudo, um sobreiro não se cria em dois dias, e nem se sabe, como se irão desenvolver, nesse novo “ecossistema”, os que aí se colocarem. Em seguida, o consumo de água nas diversas secções, numa época em que água é ouro! Aproximadamente um milhão de metros cúbicos anuais, oriundo das Barragem de Vale de Gaio é um número impactante. Para além de relembrar que a volumetria da escombreira será gritante (cerca de 65ha, só a implantação), também me ficou na memória, a densidade de tráfego rodoviário de pesados, de porte acima da média, que tal projeto implica. Ora, as atuais vias rodoviárias, que servem o local da “futura” Mina, não têm capacidade para garantir o seguro escoamento do tráfego a ela associado: dezenas de viagens diárias! Esta situação irá tocar, não só Grandolenses, como qualquer um que transite em tais itinerários. Para além de transpor um aglomerado urbano, a Aldeia da Justa, a segura deslocação destes veículos iria, inevitavelmente, envolver obras de uma enorme dimensão, por arrolar uma inegável necessidade de alargamento da rodovia, em toda a usa extensão, o que implicaria, por exemplo, o corte de mais árvores, algo não contemplado, nos números do abate florestal exposto na sessão. Por outro lado, onde residiriam os seus trabalhadores? Mesmo que uma ínfima percentagem seja grandolense, e a empresa edifique imóveis para trabalhadores não residentes no concelho, até estes estarem concluídos, onde vão residir todos os operários que os vão erguer? Vamos aumentar ainda mais a crise habitacional? A poluição que, inevitavelmente, tocará os solos, a água e o ar, provocará alterações que destruirá o ecossistema da região, e tocará a vida das pessoas, quer de forma mais direta e imediata, ou de forma mais indireta e tardia. O som da natureza será substituído por um contínuo ruído incomodativo.

Neste momento encontro a Vila Morena entre dois mundos que nada privilegiam os autóctones. De um lado, a opulência e o luxo, do outro, a descida ao "submundo": ambos enriquecendo uma minoria, e nunca colocando os Grandolenses em lugar de destaque. Faltam cuidados de saúde, faltam escolas condignas, faltam mais camas e apoios para idosos, falta tanto do crucial, tanto que deveria ser considerado de Interesse Nacional, que uma mina é aquilo de que menos precisamos.

Sou, indubitavelmente, contra um projeto, que em pleno século XXI, opta por voltar atrás no tempo, e colocar a mineração, de novo, no panorama de um concelho, onde esta já existiu e não deixou boas memórias.

Apelando ao bom sendo, e respeito pelo bem-estar e futuro dos Grandolenses.

Ana Margarida Rodrigues Banha Sobral

Mina da Lagoa Salgada Representa Graves Riscos para o Ambiente, Saúde e Economia

I. Introdução

O projeto mineiro proposto para a Lagoa Salgada (Grândola, Portugal), pela empresa canadiana Ascendant Resources, através da sua sucursal/representante REDCORP-Empreendimentos Mineiros,Lda representa um risco inaceitável de degradação ambiental irreversível, perigos para a saúde pública e prejuízos económicos de longo prazo. Apesar das alegações de práticas de extração sustentáveis, investigações científicas e precedentes históricos demonstram de forma conclusiva que as operações mineiras baseadas em sulfuretos – particularmente as que visam depósitos de cobre, zinco, chumbo e prata – resultam invariavelmente em contaminação severa de sistemas hidrológicos, ecossistemas terrestres e condições atmosféricas, com consequências catastróficas para as comunidades locais e a biodiversidade.

A empresa canadiana Ascendant Resources/REDCORP pretende explorar cobre, zinco, chumbo, prata e estanho na Lagoa Salgada, no Alentejo. Apesar de prometer benefícios económicos, estudos científicos e desastres mineiros reais provam que este tipo de operações:

- Destrói ecossistemas irreversivelmente
- Contamina para sempre lençois freáticos
- Prejudica gravemente a saúde pública
- Desestabiliza economias locais

Este memorando apresenta um contra-argumento juridicamente fundamentado à aprovação do projeto, com base em dados empíricos adequados para recursos administrativos, litígios ambientais e intervenções de política pública. As principais preocupações incluem:

- Violações das proteções ambientais da UE e portuguesas (Diretiva-Quadro da Água, Diretiva Habitats, Diretiva Resíduos de Minas).
- Deficiências na Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) relativamente à modelação de poluição a longo prazo.
- Riscos comprovados para a saúde pública devido à bioacumulação de metais pesados.
- Riscos económicos estruturais para os setores agrícola e turístico, com potenciais passivos fiscais.

II. Riscos Ambientais: Drenagem Ácida de Minas e Contaminação por Metais Pesados

- **A Drenagem Ácida de Minas (DAM) e Impactos Hidrológicos**

O corpo mineral rico em pirite (FeS_2) da Lagoa Salgada gerará inevitavelmente ácido sulfúrico por oxidação, libertando concentrações letais de chumbo, arsénio, cádmio e zinco para os sistemas de águas subterrâneas (Akcil & Koldas, 2006).

Precedentes Históricos:

- **O desastre da mina de Aznalcóllar (Espanha, 1998)**
  Libertou 5 milhões de metros cúbicos de lama tóxica no rio Guadiamar, tornando 4.600 hectares de terrenos agrícolas inabitáveis por décadas e exigindo 240 milhões de euros em remediação (Grimalt et al., 1999).
- **Desastre de Mount Polley (Canadá, 2014)**

Uma barragem de desperdícios rompeu, libertando 24 milhões de m^3 de resíduos tóxicos. A empresa Imperial Metals evitou responsabilidades, deixando o custo da limpeza para os contribuintes.

O legado de minas não tratadas em Portugal continuam a libertar resíduos tóxicos para o Guadiana 50 anos depois de fechadas e.g., São Domingos, Aljustrel (Lousal, Grândola) demonstram que a DAM persiste por gerações, sem estratégias de mitigação comprovadas.

Proximidade da Bacia do Sado representa um risco credível de contaminação cruzada, ameaçando ecossistemas aquáticos, redes de irrigação e abastecimentos públicos de água.

Impacto no Alentejo: A DAM destruiria vinhas, olivais e cortiças – pilares da economia regional e reconhecida pela UNESCO, depende de um terroir não contaminado – uma condição incompatível com a mineração de sulfuretos.

- Menos de 10% das minas são limpas (Mudd, 2010).
- A deposição de metais pesados altera irreversivelmente a química do solo, induzindo bioacumulação em culturas (Li et al., 2014).
- Violação Regulatória: O projeto contravém a Diretiva 2006/21/CE (Resíduos de Minas), que exige prevenção de poluição perpétua.
- Minerais sulfetados (como pirite) geram ácido sulfúrico que liberta Pb, Cu, Zn, Mn, Ba para rios e águas subterrâneas (Akcil & Koldas, 2006).
- Na China, solos mineiros apresentaram níveis de chumbo 50× acima do seguro, inviabilizando agricultura (Li et al., 2014).
- Ouro = Mercúrio (Hg):
- Contamina peixes e causa danos neurológicos em comunidades (Gottesfeld et al., 2018).
- Menos de 10% das minas são limpas (Mudd, 2010).

- Na Amazónia, a mineração de ouro destrói 10.000 ha/ano de floresta (Sonter et al., 2018).

III. Riscos para a Saúde Pública: Toxicidade por Metais Pesados Causam Doenças Crónicas

Vias de Exposição Neurotóxicas e Cancerígenas:

- Partículas de chumbo (Pb) causam defeitos neurocognitivos permanentes e irreversíveis em crianças, ao parar a capacidade de apreender, o cérebro morre (OMS, 2010).
- A bioacumulação de arsénio (As) está ligado a cancro, diabetes e doenças cardíacas (ATSDR, 2022).
- Manganês (Mn): Causa sintomas tipo Parkinson (Jaishankar et al., 2014).
- Mercúrio (Hg): Fibrose pulmonar em mineiros (Gottesfeld et al., 2018).
- Custos com saúde por Pb consomem 5-10% do PIB regional (Banco Mundial, 2016).
- Os habitantes de Grândola enfrentariam doenças respiratórias devido a poeiras com sílica e metais pesados (Gottesfeld et al., 2018).

Paralelo Jurisprudencial:

- **O projeto de ouro de Roșia Montană (Roménia)**
  Foi travado após intervenção da UNESCO devido a riscos de contaminação por cianeto/arsénio – um cenário diretamente análogo.
- **Desastre de Doñana (Espanha, 1998)**
  Uma barragem de detritos cedeu, contaminando 4.600 hectares com chumbo e arsénio.
  Risco para Portugal: A Lagoa Salgada fica perto do Rio Sado – um acidente semelhante destruiria a pesca e o turismo.

Os trabalhadores da mineração enfrentam exposição a cancerígenos sem limiar seguro (sílica cristalina) e metais pesados (Gottesfeld et al., 2018).

Inconformidade Regulatória: O projeto não cumpre a Lei 102/2009 (Portugal) e a Diretiva 2004/37/CE (Agentes Cancerígenos no Trabalho).

IV. Externalidades Económicas: Assimetria na Alocação de Riscos

- Distorções no Mercado de Trabalho

  O emprego mineiro tem alta volatilidade/baixa retenção, com cargos terceirizados temporários e especializados (muitos para estrangeiros)(Hilson, 2002).

  As indústrias sustentáveis do Alentejo (agroecologia, ecoturismo, turismo de alta qualidade) oferecem multiplicadores de emprego superiores a longo prazo.

- Bomba-Relógio Fiscal

  A evasão de responsabilidade corporativa é endémica (e.g., ruptura da barragem de Mount Polley, Canadá, 2014: 40 milhões de CAD em custos pagos pelos contribuintes).

  O número de minas abandonadas em Portugal (e.g., complexo de urânio da Urgeiriça & Lousal, Grândola) confirma custos de gestão perpétuos.

  Infração Legal: Viola o Artigo 191.º TFUE (Princípio do Poluidor-Pagador).

  - O projeto de ouro em Roșia Montană (Roménia) foi travado por riscos a locais da UNESCO e vinhas.
  - **Empresas mineiras canadenses evadem impostos via offshores (UNCTAD, 2020).**

- Exemplo português: Minas de urânio da Urgeiriça ainda têm resíduos radioativos por limpar – custo pago pelos contribuintes.
- Ciclos "boom-and-bust" levam a crises habitacionais e desemprego pós-encerramento (Hilson, 2002).
- 75% das regiões mineiras africanas caíram na pobreza após o fim da exploração (Bebbington, 2008).
- Desastre da mina Gold King (EUA, 2015): USD 500M em limpeza pagos por contribuintes (EPA, 2016).

V Falhas Regulatórias e Promessas Vazias

Até no Canadá, as minas violam limites de poluição (MiningWatch Canada, 2021).

A APA portuguesa tem pouca capacidade fiscalizadora, comprometendo a supervisão.

Os danos da mineração são irreversíveis. Portugal deve aprender com:

Aznalcóllar (Espanha)

Roșia Montană (Roménia)

Mount Polley (Canadá)

95% das minas de cobre nos EUA violam leis de poluição hídrica (EPA, 2021).

No Peru, subornos permitiram despejo ilegal de resíduos com arsénio (The Guardian, 2020).

A mineração destes metais não é um benefício – é uma aposta económica de curto prazo com consequências permanentes:

Água e solos contaminados por séculos.

Crianças com danos cerebrais irreversíveis.

Economias locais colapsadas após o encerramento.

Contribuintes pagarão a limpeza quando a Ascendant / REDCORP sair.

Violações da Legislação Portuguesa e Europeia

I. Enquadramento Jurídico

O projeto da Ascendant Resources/REDCORP na Lagoa Salgada viola múltiplas diretivas da UE e leis nacionais, nomeadamente:

Diretiva-Quadro da Água (2000/60/CE)

Artigo 4º (Portugal: Lei 58/2005): Proíbe a deterioração do estado das massas de água.

Risco: A drenagem ácida de mina (DAM) contaminará a bacia do Rio Sado com metais pesados (chumbo, arsénio), afetando abastecimentos públicos e ecossistemas.

Diretiva Habitats (92/43/CEE)

Artigo 6.3: Exige avaliação de impactos em zonas Natura 2000 (e.g., Estuário do Sado).

Falha: O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não quantifica os riscos cumulativos para espécies protegidas.

Diretiva Resíduos de Indústrias Extrativas (2006/21/CE)

Anexo III: Exige planos de gestão para resíduos perigosos (e.g., pirite).

Omissão: A Ascendant/REDCORP não comprova capacidade de conter DAM por séculos, como exigido.

II. Precedentes Jurisprudenciais

Caso Aznalcóllar (Espanha, 1998)

Ruptura de barragem de detritos contaminou 4.600 ha com metais pesados.

Lição: Minas sulfetadas são incompatíveis com zonas húmidas como o Alentejo.

Acórdão do TJUE C-127/02 (Waddenzee)

Confirma que projetos próximos a áreas protegidas exigem análise de impacto rigorosa – não cumprida no EIA atual.

III. Falhas Processuais

EIA Incompleto

Violação do Decreto-Lei 151-B/2013 (Art. 5º):

Não modela contaminação a longo prazo por DAM.

Ignora sinergias tóxicas entre metais (e.g., chumbo + arsénio).

Falta de Consulta Pública Efetiva

Convenção de Aarhus (Decreto-Lei 130/2019): Exige participação informada das comunidades locais – não garantida.

IV. Consequências Económicas e Sociais

Agricultura e Turismo

Contaminação inviabilizaria vinhas, olivais e turismo rural (setores que geram €1,2 mil milhões/ano no Alentejo).

Custos de limpeza

Princípio Poluidor-Pagador (Artigo 191º TFUE): A Ascendant/REDCORP deve garantir fiança bancária para cobrir danos futuros – não proposto.

V. Pedidos Jurídicos

Suspensão Imediata do projeto até:

Novo EIA que cumpra Diretiva 2011/92/UE (avaliação cumulativa).

Análise independente de riscos para o Estuário do Sado.

Aplicação do Princípio da Precaução (Artigo 191º TFUE): Proibir operações com riscos irreversíveis.

Ação por Infração na Comissão Europeia se Portugal autorizar o projeto.

Conclusão Jurídica

O projeto da Lagoa Salgada configura uma violação flagrante do Princípio da Precaução (Artigo 191.º TFUE), ao:

Ignorar riscos irreversíveis de contaminação por drenagem ácida (comprovados pelo desastre de Aznalcóllar);

Desrespeitar múltiplas diretivas europeias:

Diretiva-Quadro da Água (falha na proteção do Rio Sado);

Diretiva Habitats (ameaça ao Estuário do Sado, zona Natura 2000);

Diretiva RIMEX (gestão inadequada de resíduos perigosos).

Exige-se intervenção judicial imediata (à luz do Acórdão Waddenzee, TJUE C-127/02) para:

Suspender licenças até nova avaliação cumulativa de impactos;

Exigir garantias financeiras cobrindo remedição secular (Art. 14.º da Diretiva RIMEX);

Preceder um desastre ambiental ibérico reiterado, com custos humanos e económicos insustentáveis.

O TJUE já condenou Portugal por incumprimentos ambientais (e.g., Caso C-239/17, poluição por nitratos). Um novo processo por infração é provável se o projeto avançar.

A autorização deste projeto equivaleria a uma negligência grosseira por parte do Estado português, expondo-o a:

Multas milionárias por infração ao Direito da UE (Art. 260.º TFUE);

Responsabilidade civil por danos à saúde pública (Lei 82/2021, regime ambiental)

Bibliografia:

Akcil, A., & Koldas, S. (2006). Acid mine drainage (AMD): Causes, treatment and case studies. Journal of Cleaner Production, 14(12-13), 1139–1145.

Grimalt, J. O., Ferrer, M., & Macpherson, E. (1999). The mine tailing accident in Aznalcóllar. Science of the Total Environment, 242(1-3), 3–11.

World Health Organization. (2010). Exposure to lead: A major public health concern.

Agency for Toxic Substances and Disease Registry. (2022). Toxicological profile for arsenic. U.S. Department of Health.

MiningWatch Canada (2021). Canada’s Mining Industry Violations Report.

EUR-Lex (2023). Consolidated versions of EU directives.

CJEU (2004). Waddenzee ruling (C-127/02).

European Commission (2021). Guidance on Mining Waste Directive.

Bebbington, A., et al. (2008). Mining and social movements: Struggles over livelihood. World Development.

Sonter, L. J., et al. (2018). Mining drives deforestation in the Amazon. Nature Communications.

Lottermoser, B. G. (2010). "Mine Wastes: Characterization, Treatment, Environmental Impacts.” Springer.

Nordstrom, D. K. (2011). "Hydrogeochemical processes governing the origin, transport, and fate of major and trace elements from mine wastes and mineralized rock to surface waters." Applied Geochemistry

Adriano, D. C. (2001). "Trace Elements in Terrestrial Environments: Biogeochemistry, Bioavailability, and Risks of Metals.” Springer

Li, Z., et al. (2014). "A review of soil heavy metal pollution from mines in China: Pollution and health risk assessment." Science of the Total Environment

Sonter, L. J., et al. (2018). "Mining drives extensive deforestation in the Brazilian Amazon." Nature Communications

WHO (2010). "Exposure to Lead: A Major Public Health Concern." World Health Organization.

Jaishankar, M., et al. (2014). "Toxicity, mechanism and health effects of some heavy metals." Interdisciplinary Toxicology

Agency for Toxic Substances and Disease Registry (ATSDR). "Toxicological Profiles for Lead, Manganese, Barium, etc."

Gottesfeld, P., et al. (2018). "Airborne concentrations of mercury in artisanal and small-scale gold mining towns."Environmental Research

Hilson, G. (2002). "An overview of land use conflicts in mining communities." Land Use Policy, 19(1), 65-73.

Bebbington, A., et al. (2008). "Mining and social movements: Struggles over livelihood and rural territorial development." World Development

Mudd, G. M. (2010). "The Environmental sustainability of mining in Australia." Journal of Cleaner Production

UNEP (2012). "Environmental and Health Impacts of Mining."

EPA (U.S. Environmental Protection Agency) – Mining Sector Reports

ICMM (International Council on Mining and Metals) – Sustainability Reports

ScienceDirect, Springer, and Google Scholar (Search terms: "mining pollution + [metal name] + health/environmental impact")

Gostava de ter feito mais….

A vida é uma dádiva que temos obrigatoriamente de a viver em pleno, só há esta e tanto quanto sei não a voltamos a viver quando morrermos.

Se eu pudesse vive la de outra forma provavelmente não o faria.

O desgosto e a tristeza de viver uma vida sem brilho, sem cor, sem amor faz me querer não viver mais.

Já não me conheço, já não sei quem sou nem o que cá estou a fazer. Faço tudo por fazer, por obrigação, por necessidade e sem vontade. Tantas vezes dizia que não havia homem nenhum que me tirasse o brilho, a minha essência e olha só… Por causa de uma mulher perdi esse homem que era tudo para mim, desaprendi a ser feliz. Continuo a viver ou a sobreviver na esperança de voltar a viver o que já vivi e sei que nunca mais tal vai acontecer. Vivo uma ilusão, mas vivo. Para quê? Porquê?

A extração de metais, como os encontrados na Mina da Lagoa Salgada, pode gerar uma série de impactos ambientais. Cada metal tem seus próprios efeitos negativos no meio ambiente, tanto durante a mineração quanto no processamento do minério. Abaixo, explico os principais problemas e danos ambientais associados à extração de **zinco, cobre, chumbo, prata e ouro**:

1. Zinco (Zn)

Impactos ambientais:

- **Contaminação da água e solo**: O zinco pode se dissolver na água em forma de compostos solúveis, o que pode resultar em contaminação de rios e lençóis freáticos. Isso afeta ecossistemas aquáticos e pode prejudicar a vida aquática.
- **Acidificação do solo**: O processo de extração e processamento do zinco pode liberar ácidos que acidificam o solo, afetando a fertilidade e a biodiversidade local.
- **Emissões de metais pesados**: Durante o processo de extração, há uma liberação de metais pesados (como zinco, cobre e outros), que podem ser tóxicos para plantas, animais e seres humanos.

Consequências:

- A contaminação da água e solo pode afetar a fauna e a flora, e a acidificação do solo prejudica a agricultura e a vegetação local.

2. Cobre (Cu)

Impactos ambientais:

- **Desmatamento**: A mineração de cobre muitas vezes envolve a destruição de grandes áreas de vegetação, levando ao desmatamento e à perda de biodiversidade.
- **Contaminação da água**: O cobre, assim como outros metais pesados, pode se acumular nos ecossistemas aquáticos, afetando a fauna aquática e a qualidade da água.
- **Poluição do ar**: A extração de cobre em grandes quantidades pode gerar emissões de partículas e compostos tóxicos no ar, como dióxido de enxofre, que pode contribuir para a poluição atmosférica e a chuva ácida.

Consequências:

- A contaminação dos corpos hídricos e do solo afeta a vida selvagem e as comunidades locais que dependem desses recursos. A poluição do ar também representa riscos para a saúde humana e animal.

Sensitivity: Internal

3. Chumbo (Pb)

Impactos ambientais:

- **Contaminação do solo e da água**: O chumbo é altamente tóxico e pode contaminar solos e corpos d'água, causando sérios danos aos ecossistemas. Ele não se degrada facilmente e pode se acumular no ambiente por longos períodos.
- **Toxicidade para seres vivos**: O chumbo é altamente tóxico para plantas e animais, incluindo seres humanos. A exposição prolongada pode causar envenenamento, afetando sistemas nervoso, renal e reprodutivo.
- **Geração de resíduos tóxicos**: O processamento do minério de chumbo gera grandes volumes de resíduos contaminados, que precisam ser tratados de maneira cuidadosa para evitar a contaminação do ambiente.

Consequências:

- A contaminação com chumbo pode causar danos irreversíveis à saúde humana e à biodiversidade, além de afetar a qualidade dos alimentos e da água potável.

4. Prata (Ag)

Impactos ambientais:

- **Poluição por mercúrio**: A extração de prata frequentemente utiliza mercúrio para separar o metal do minério. O mercúrio é altamente tóxico e pode contaminar os ecossistemas aquáticos e terrestres, além de representar riscos à saúde humana.
- **Geração de resíduos tóxicos**: O processo de extração de prata também gera resíduos altamente contaminados, que podem ser difíceis de manejar e tratar de maneira segura.
- **Destruição de ecossistemas locais**: Como a mineração de prata pode envolver grandes áreas de escavação, ela também resulta em destruição de habitats naturais e perda de biodiversidade.

Consequências:

- A poluição por mercúrio e a geração de resíduos tóxicos prejudicam tanto a saúde humana quanto a animal. Além disso, a destruição de habitats prejudica a fauna e flora locais.

5. Ouro (Au)

Impactos ambientais:

- **Uso de cianeto**: O processo de extração de ouro frequentemente envolve o uso de cianeto, uma substância altamente tóxica que pode causar sérios danos aos ecossistemas aquáticos se não for gerida adequadamente. O cianeto pode contaminar rios, lagos e solos, causando mortes em massa de peixes e outros organismos.

Sensitivity: Internal

- **Desmatamento e erosão**: A mineração de ouro, particularmente a mineração a céu aberto, pode resultar em desmatamento, erosão do solo e degradação de paisagens naturais.
- **Poluição por mercúrio**: Assim como a prata, o ouro também pode ser extraído utilizando mercúrio, que é tóxico e prejudicial à saúde humana e ao meio ambiente.

Consequências:

- A poluição por cianeto e mercúrio pode ter impactos devastadores nos ecossistemas aquáticos, além de prejudicar a saúde das comunidades locais que dependem desses recursos. A destruição de habitats e a erosão do solo também têm consequências de longo prazo.

Sensitivity: Internal

Exmos. Senhores,

Face à informação disponibilizada no Estudo de Impacte Ambiental do projeto da Mina da Lagoa Salgada reitero as preocupações já manifestadas na fase da Proposta de Definição de Âmbito. Este projeto trará a completa disrupção do modo e da qualidade de vida dos residentes das aldeias mais próximas, designadamente, Silha do Pascoal e Água Derramada. Na sua globalidade o Estudo de Impacte Ambiental aponta maioritariamente impactes positivos e muito poucos impactes negativos. Analisando os impactes identificados, do ponto de vista dos habitantes locais (que serão os principais prejudicados), isto não poderia estar mais longe da realidade, na medida em que este projeto trará muito mais consequências negativas do que positivas para quem ali vive e trabalha.

Esclarecida a proveniência da **água** a utilizar na exploração mineira a partir da barragem de Vale de Gaio mantém-se a preocupação com as reservas de água. Numa região em que todos os cenários preveem a escassez deste recurso face às alterações climáticas e com a previsível diminuição da pluviosidade teremos água para consumo humano e para rega daqui a 10 ou 20 anos? Será avisado utilizá-la para a exploração de minério? Será sequer sensato fazer a exploração neste local, em cima dos locais de captação de água para consumo humano, tão próximo das aldeias e das casas das pessoas? Aquilo que vai ser extraído compensará o facto de se deixar este território ainda mais empobrecido de recursos naturais? E as reservas aquíferas no local da exploração? A abertura das galerias irá necessariamente provocar um abaixamento do nível dos lençóis freáticos. Diz o EIA que isso será acautelado com "a impermeabilização da galeria causadora do impacte" e que será o Proponente a "providenciar água", mas só em locais com sobreiros (?). E de onde virá essa água? De Vale de Gaio? Estarão, portanto, a agravar o problema num local para mitigar o de um outro. E o reforço da impermeabilização das galerias será suficiente para travar a descida do nível freático e a diminuição dos caudais das captações públicas de água subterrânea? E se não for, se os níveis continuarem a baixar, como viverão as pessoas neste local com menos água disponível? Relativamente à qualidade da água para consumo humano está prevista a monitorização mensal da mesma. A população terá essa informação disponibilizada? E como se garante que as restantes águas subterrâneas mantêm a qualidade necessária à utilização para a rega, nomeadamente as que abastecem os poços particulares de onde provém a água que é utilizada na rega das culturas agrícolas e nos quintais dos moradores que, na sua maioria têm pequenas hortas?

Relativamente ao **ruído** serão efetuadas medições e está prevista a informação à população sobre as operações mais ruidosas bem como sobre o seu período de ocorrência. Portanto é assumido que irá haver ruído elevado e transtorno da população residente. E espera-se que as pessoas simplesmente se adaptem a essa realidade? Como é que é suposto conviver-se com explosões e rebentamentos, ainda que programados, e com 36 camiões por dia (a acrescentar ao tráfego pesado já existente) à beira de casa? As aldeias circundantes são locais serenos e pacíficos, onde quem lá vive, seja originalmente ou por escolha, está habituado e um ritmo de vida calmo, sereno e onde impera o silêncio. Este projeto vem romper completamente com estes pressupostos e transformar o que até aqui era um reduto de paz, num local infernal povoado por ruído e movimento de pessoas, máquinas e tráfego pesado. Para além disto, uma vez que está prevista a utilização de explosivos, como será garantida a integridade das casas e infraestruturas circundantes? O que farão os moradores quando tiveram as suas casas danificadas?

A libertação de partículas e gases impactará negativamente a **qualidade do ar** e por conseguinte a qualidade de vida e a saúde da população, sobretudo para as que se situem na direção dos

ventos dominantes face à exploração, como é o caso da aldeia de Água Derramada. Estão previstas medições e estudos mas como impedimos que esta libertação de partículas e gases impacte a saúde das pessoas?

Sendo que a principal **via de acesso** à mina será a EM543, mesmo que seja alvo de reabilitação, o problema do aumento do tráfego pesado mantém-se. Prevê-se um movimento de 36 camões por dia a entrar e a sair da exploração. De realçar que esta estrada é o único acesso das aldeias próximas do projeto da mina da Lagoa Salgada, nomeadamente Água Derramada, Silha do Pascoal, Mil Brejos Batão e Rio de Moinhos e, portanto, é utilizada diariamente pelos moradores que trabalham em Grândola ou noutros pontos do concelho. Qualquer agravamento do seu estado de conservação, bem como o aumento de tráfego nas atuais condições, significa um transtorno relevante para a mobilidade dos habitantes das aldeias e montes da região, bem como para quem vem do interior do país e atravessa o concelho de Grândola por esta estrada municipal.

O documento da Proposta de Definição Âmbito referia como possibilidade de **alojamento** para os trabalhadores a construção de bairros mineiros temporários, ideia que vem desaconselhada nos documentos técnicos do EIA. Preconiza, por outro lado, "promover e investir em oportunidades que promovam alojamento acessível para os colaboradores e a população local." De que forma e onde? Num concelho onde a pressão imobiliária é enorme, onde é que vão alojar os trabalhadores que integrarem a fase de construção e a fase de exploração da mina? E os serviços? Como é que se vão dotar o Centro de Saúde de Grândola ou de Alcácer, ou o Hospital do Litoral Alentejano de recursos humanos, físicos e técnicos para responder ao aumento populacional? Vão construir mais escolas, ou aumentar a capacidade das existentes para acolher as famílias dos trabalhadores? Estarão o governo e as autarquias a acautelar estas necessidades?

Espero sinceramente que este projeto receba parecer desfavorável, a bem da preservação da riqueza deste local e das pessoas que o vivem.

Com os melhores cumprimentos,

Célia Figueira

Por que o projeto da Mina da Lagoa Salgada não deve avançar

Introdução

O projeto da Mina da Lagoa Salgada prevê a exploração subterrânea de depósitos de cobre, chumbo, zinco e outros metais nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal . A área abrangida (~10.700 hectares) é dominada por montado de sobro e pinhal mediterrânico, próximo de pequenas aldeias rurais . Trata-se de um ecossistema bem preservado, com sobreiros centenários de cortiça valiosa . Os proponentes planeiam iniciar a extração em 2027, com uma vida útil de apenas 11 anos . Note-se que a primeira versão do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) foi reprovada pela Agência Portuguesa do Ambiente em 2024 , já sinalizando impactos preocupantes. A associação local Proteger Grândola alertou que "este projeto de exploração mineira irá ter impactos ambientais significativos irreversíveis" . Com base nos prováveis impactos negativos ambientais, sociais e económicos, defende-se abaixo que este projeto não deve avançar.

Impactos Ambientais

A zona proposta para a mina insere-se na Reserva Ecológica Nacional (REN) e possui importantes habitats de montado de sobro e pinheiro-manso, com elevada biodiversidade . A abertura da mina e das infraestruturas associadas implicaria desmatamento significativo. Estão em causa "milhares de árvores" e o potencial de "destruir uma das zonas de montado mais bonitas do país", nas palavras de proprietários locais . Os sobreiros são espécies protegidas por lei; a sua remoção em massa elimina o habitat de inúmeras espécies e deixa o solo exposto à erosão.

O risco hídrico é igualmente alarmante. O próprio estudo prévio admite que o projeto terá elevadas necessidades de água e que poderá provocar o rebaixamento do lençol freático nos arredores, afetando aquíferos e ribeiros . Esse abaixamento induzido teria "consequências muito graves nos sobreiros" e restante vegetação – em outras palavras, a mina poderia secar o montado, condenando árvores e fauna dependente de águas subterrâneas. Além disso, qualquer contaminação dos aquíferos por infiltração de metais pesados ou ácido sulfúrico (resultante da oxidação dos minerais) poderia comprometer irreversivelmente as fontes de água da região.

Outra preocupação é a gestão dos resíduos mineiros tóxicos. A lavaria do minério gerará enormes quantidades de rejeitos contendo metais pesados e reagentes químicos, que necessitam de deposição segura. Contudo, segundo o EIA, “não existe uma área com dimensão considerável para instalar partes deste projeto sem arrancar árvores” dada a densidade florestal local . Minas modernas exigem lagoas de rejeitos de grande porte – em Lagoa Salgada, isso implicaria desflorestar vastas áreas de montado. Uma eventual fuga ou colapso dessas estruturas contaminaria solos e cursos de água de forma duradoura. Mesmo em operação normal, haverá emissões de poeiras possivelmente contaminadas e ruído contínuo de explosões e maquinaria, perturbando a fauna e a tranquilidade rural .

A título ilustrativo, a história oferece exemplos do que pode correr mal. No Alentejo, a Mina de São Domingos (exploração de sulfuretos) foi encerrada há mais de meio século, mas deixou um legado de poluição severa: as águas ácidas e carregadas de metais dos antigos depósitos estéreis ainda hoje contaminam rios e solos circundantes . Em 2015, no Brasil, o colapso da barragem de rejeitos da mina de Mariana libertou cerca de 62 milhões de m³ de lama tóxica, devastando ecossistemas e comunidades inteiras – os danos foram considerados “incalculáveis e, provavelmente, irreversíveis” . Estes desastres sublinham que a mineração acarreta riscos ambientais gigantescos, e que uma vez ocorridos, os estragos são permanentes. Assim, a introdução de uma atividade mineira desta natureza em Grândola/Alcácer representa uma séria ameaça de impactos ambientais irreversíveis, exatamente como alertado.

Impactos Sociais e na Saúde

A exploração mineira em Lagoa Salgada teria fortes repercussões negativas na vida das comunidades locais. O quotidiano rural pacato seria transformado num estaleiro industrial: o vaivém de camiões pesados pela EM543 (atravessando localidades) , as detonações e o funcionamento ininterrupto de máquinas trariam ruído e trepidações constantes, aumentando o risco de acidentes e stress nos moradores. A poeira levantada pelas escavações e pelo processamento pode degradar a qualidade do ar, agravando problemas respiratórios, e se contiver partículas de metais tóxicos poderá pôr em risco a saúde pública.

Além disso, os residentes temem a escassez de água para consumo e rega. Em concelhos já sujeitos a secas cíclicas, a possibilidade de a mina esgotar ou poluir as reservas de água é motivo de apreensão. “Neste momento há já no concelho muitas zonas com dificuldades em obter água” e o projeto pode “piorar ainda mais a situação” , alertam os agricultores locais. Poços tradicionais e nascentes poderiam secar ou ficar contaminados, deixando famílias e explorações agrícolas sem abastecimento, o que inviabilizaria a permanência humana e a atividade agrícola nessas áreas.

Há também questões de justiça e coerção. Muitos proprietários rurais dentro da área concessionada vivem da agricultura e do montado, e sentem-se impotentes ao ver chegar máquinas aos seus terrenos sem consentimento – a lei permite que o interesse mineiro do Estado se sobreponha à vontade do dono da terra . Isto gera indignação: nas palavras de um desses proprietários, "é uma tristeza o que estas pessoas estão a fazer… Estão a destruir o trabalho de uma vida" . De fato, séculos de manejo sustentável do montado por comunidades locais podem ser anulados de uma penada, atropelando a herança cultural e o modo de vida rural de toda a região.

Por fim, o balanço social-económico a longo prazo tende a ser negativo. Os empregos diretos criados por uma mina moderna serão limitados e temporários (duram apenas o ciclo de vida da mina), ao passo que os prejuízos recairão sobre todos. Quando os filões se esgotarem e a exploração encerrar, restará o desemprego e a estagnação – "quando estes projetos foram encerrados, as pessoas foram deixadas desamparadas" , recordam os habitantes, temendo a repetição desse cenário. Em vez de progresso, a mina pode trazer um boom artificial seguido de colapso, com êxodo de população jovem e perda de vitalidade económica local.

Impactos Económicos e no Desenvolvimento Sustentável

Os custos económicos de avançar com a mina, para a região, superam em muito quaisquer ganhos pontuais. A economia local assenta hoje em atividades sustentáveis: silvicultura do sobro, agricultura, pecuária extensiva e turismo de natureza. Todos estes setores seriam prejudicados:

- Agricultura e floresta: O montado de sobro é um recurso renovável crucial, base da produção de cortiça e de um sistema agro-silvo-pastoril que sustenta diversas famílias. A destruição de larga escala de sobreiros eliminaria essa fonte de rendimento de longo prazo . Adicionalmente, a contaminação de solos e águas por metais pesados pode tornar inviável a produção agrícola (por exemplo, cortiça, mel, vinho, carne) devido a riscos para a saúde e à desconfiança dos mercados.
- Turismo sustentável: Grândola e Alcácer do Sal apostam no turismo rural e de natureza, graças à paisagem preservada e à tranquilidade locais. Uma exploração mineira degradaria esses atrativos: o ruído, a poluição visual e receios de contaminação afastariam visitantes e investidores. Locais aprazíveis como a albufeira de Vale do Gaio perderiam encanto, e a imagem verde da região ficaria irremediavelmente manchada, com reflexos negativos no valor do património e na dinâmica turística.

Conclusão

Em face do exposto, é evidente que os impactos negativos do projeto Mina da Lagoa Salgada ultrapassam largamente os seus benefícios de curto prazo. Ambientalmente, ameaça-se um ecossistema sensível com risco de poluição e destruição irreversível do território. Socialmente, arrisca-se a saúde e a coesão de comunidades e modos de vida tradicionais. Economicamente, colocam-se em causa atividades sustentáveis consolidadas (cortiça, agricultura, turismo) em troca de uma exploração efémera e de retorno incerto.

Impedir o avanço desta mina significa defender o interesse público de longo prazo em detrimento de ganhos imediatos para alguns. As lições de outras explorações mal-sucedidas – em Portugal e no mundo – mostram que, depois de degradado o meio ambiente ou arruinada a qualidade de vida local, é quase impossível recompor o que se perdeu . Cumpre, portanto, optar por alternativas de desenvolvimento verdadeiramente sustentáveis, que aproveitem os recursos endógenos sem os destruir. Que as entidades decisoras tenham o bom senso de rejeitar este projeto, salvaguardando assim um valioso património natural e cultural e garantindo um futuro digno às próximas gerações na região de Grândola e Alcácer do Sal.

Projeto da Mina da Lagoa Salgada

Participação na Consulta Pública EIA

A ANSUB – Associação dos Produtores Florestais do Vale do Sado, depois de analisado o relatório síntese (volume II) disponibilizado, **não concorda** com o teor do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto da Mina da Lagoa Salgada pelos seguintes motivos:

- No que se refere no Quadro 3.5 com o título "Resumo referente à listagem de entidades contactadas", onde está indicado que a ANSUB foi contactada, esta afirmação não corresponde à verdade pois nunca a ANSUB foi contactada por qualquer entidade ligada ao projeto da Mina da Lagoa Salgada;

- O PIN atribuído ao projeto não foi alvo da concordância de qualquer um dos municípios envolvidos;

- Relativamente ao empreendimento como um todo, em lado algum é avaliado se o seu impacto justifica uma exploração durante onze (11) anos, o que se afigura algo totalmente insustentável;

- O impacto do aumento de uma população ativa estimada em cerca de 1000 trabalhadores, supostamente com as respetivas famílias, numa região com um grave deficit de habitação e de outras infraestruturas essenciais, é completamente negligenciado;

- Não está prevista qualquer compensação, quer monetária quer de outra qualquer forma, aos cidadãos que vêm de qualquer forma, os seus direitos de propriedade ou qualidade de vida, afetados pela implementação do projeto;

- No que toca à "Identificação e Avaliação de Impactes" é curioso a "leveza" com que se identificam certos impactes e, principalmente, a desvalorização dos mesmos, aquando da sua avaliação. Este facto leva a que as "Medidas Minimizadoras, Potenciadoras ou Compensatórias" sejam difusas, pouco efetivas e de aplicabilidade duvidosa. De igual modo os "Programas de Monitorização" que são propostos não passam de um conjunto de boas intensões sem qualquer veleidade de alertar para o quer que seja e sem quaisquer efeitos práticos. **Da leitura do EIA fica até a sensação de que a implementação do Projeto da Mina seria uma mais-valia para o ambiente da região!**

ANSUB - Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado
Rua Joaquim Soeiro Pereira Gomes
• Apartado 105 • 7580-514 Alcácer do Sal
Tel. 265 612 684 • Fax. 265 610 363 • E-mail: ansub@ansub.pt
Visite-nos em: http://www.ansub.pt

Dentro das competências da ANSUB, permitimo-nos dar alguns exemplos do que acabámos de afirmar:

- Todo o projeto se desenvolve numa zona que integra a denominada ZIF Grândola Leste (ZIF nº 186), aprovada pelo ICNF e gerida pela ANSUB. Esta ZIF tem PGF (Plano de Gestão Florestal) próprio e em vigor, tem regulamento e está em funcionamento. Não se encontra qualquer referência a estes factos;

- No que toca ao impacto nos recursos hídricos subterrâneos, toda a atenção foi dada às captações de água, publicas e privadas. No entanto, a influência dos níveis freáticos e a sua altura, principalmente nesta zona, é determinante para a sobrevivência e a produção das espécies florestais, que durante a estação seca conseguem aceder a essa água para as suas necessidades vitais. Essa é a razão de em solos de tão fraca fertilidade e de tão grande secura conseguirem vegetar bem e produzirem, Pinheiros, Sobreiros e outras árvores. O facto acima descrito foi completamente ignorado neste trabalho, sendo que o impacto do abaixamento do nível freático na zona poderá levar à decrepitude ou morte de milhares de hectares de floresta;

- Relativamente ao ponto anterior, deveria ser compulsiva a garantia por parte da concecionária da manutenção dos níveis piezométricos dos lençóis freáticos, bem como a qualidade da água, neles contida;

- A Área de Estudo Base (AEb) inclui uma porção do Concelho de Alcácer do Sal, correspondente maioritariamente à Herdade de São Bento, onde está implantada uma Zona de Caça Turística que tem por base a caça ao veado (*Cervus elaphus*), onde é referência. Curiosamente, desta espécie só são descritos vestígios (!), não se indicando qual o real impacto do empreendimento na população e na atividade económica a ela subjacente, nesta e noutras espécies;

- No estudo faz-se um levantamento e refere-se um número exato de árvores a abater. Dita-nos a prudência que se conte que o número de árvores afetadas seja substancialmente maior. No entanto não há qualquer medida de monitorização objetiva para este parâmetro;

- As medidas mitigadoras não passam de um conjunto de Boas Práticas e como tal deveriam ser obrigatórias;

- Nas medidas de Compensação Florestal refere-se que a mesma será feita, em parte, através da florestação de 73ha da Herdade da Nogueirinha. Ora, de acordo com a COS da DGT, a Herdade da Nogueirinha não dispõe dessa área para florestar;

ANSUB - Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado
Rua Joaquim Soeiro Pereira Gomes
• Apartado 105 • 7580-514 Alcácer do Sal
Tel. 265 612 684 • Fax. 265 610 363 • E-mail: ansub@ansub.pt
Visite-nos em: http://www.ansub.pt

- No mesmo capítulo também se propõe 10ha de adensamento com sobreiro para uma densidade de 625 arv/ha. Ora, numa instalação de sobreiros a densidade inicial costuma ser 400 arv/ha e a final 120 arv/ha. Qual é o sentido destes adensamentos? E onde serão feitos? Nada é referido;

- É proposta a arborização com Sobreiros geneticamente modificados e resistentes à *Phytoptora*. Deveremos estar perante um filme de ficção científica, pois tais Sobreiros **não existem**, ainda não foram inventados (o que é pena), e como tal não poderão ser utilizados. Trata-se portanto de um equívoco;
- É igualmente proposta a florestação com Pinheiros Mansos enxertados. Sendo esta técnica recente, não há evidências do comportamento deste tipo de árvores no campo, nem há conhecimento deste tipo de árvores certificadas a serem comercializadas por viveiros, pelo que se afigura pouco fazível;

- Já foram feitos variadíssimos Estudos sobre o Declínio do Montado de Sobreiro. Qual a mais-valia de mais um? Foi questionado o Centro de Competências do Sobreiro e da Cortiça sobre que tipo de estudo estaria mais adequado à Agenda de Investigação aprovada? Não temos conhecimento;

- Foi falada, estudada ou acordada alguma ação com as Associações Agro-Florestais Locais? Não temos conhecimento;

- No Plano de Compensação das Emissões de Carbono foi tida em conta a legislação sobre o Mercado Voluntário de Carbono, assim como as metodologias em discussão para projetos de compensação, nomeadamente no âmbito de novas florestações? Não parece.

- Não são referidas quaisquer medidas de controlo das escorrências assim como dos níveis de segurança ambiental relativamente ao aterro dos rejeitados, podendo esta estrutura ser um importante foco de poluição ambiental, já não falando do impacto paisagístico.

ANSUB - Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado
Rua Joaquim Soeiro Pereira Gomes
• Apartado 105 • 7580-514 Alcácer do Sal
Tel. 265 612 684 • Fax. 265 610 363 • E-mail: ansub@ansub.pt
Visite-nos em: http://www.ansub.pt

Serve o presente para mostrar a minha posição contra o projeto da Mina da Lagoa Salgada.
Baseio-me no impacto negativo em diversos termos ambientais, tais como, os consumos de água, perda de biodiversidade, danos florestais, poluição de diversos tipos, danos estruturais que poderão sofrer as habitações nas imediações, aumento de tráfego em vias que não o permitem,…
O que prometem em termos económicos para o concelho não justifica tudo aquilo que nós, que aqui residimos, podemos perder.
Desenvolvimento sim, mas a favor de todos! A mina não fará isso.

Pedro Chinita

Grândola

Exmos. Senhores
Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, n.º 9
Zambujal – Alfragide
2610-124 AMADORA

V/Comunicação: 13/03/2025

N/Refª.: SAI/2025/4646/DRO/DEOT/SS
Procº.: 14.01.14/666
Data: 24.04.2025

ASSUNTO: Estudo de Impacte Ambiental do projeto "Mina da Lagoa Salgada" (AIA 3778), nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal - Consulta pública

Proponente: RedCorp - Empreendimentos Mineiros, Lda.

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, junto se envia cópia da Informação de Serviço deste Instituto, com o n.º PROP/2025/2395[DRO/DEOT/SS], bem como dos despachos que sobre a mesma recaíram.

Com os melhores cumprimentos,

Fernanda Praça
Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico

Em anexo: O mencionado

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal **T**. +351 211 140 200 **F**. +351 211 140 830 **NIF**: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.**turismodeportugal**.pt
www.**visitportugal**.com

REPÚBLICA PORTUGUESA
ECONOMIA

Informação de serviço n.º PROP/2025/2395 [DRO/DEOT/SS]

Assunto: Estudo de Impacte Ambiental do projeto "Mina da Lagoa Salgada" (AIA 3778), nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal - Consulta pública | (DEOT_14.01.14/666)

Proponente: RedCorp - Empreendimentos Mineiros, Lda.

Concordando com a análise e apreciação efetuadas na Informação de serviço que antecede, emite-se parecer favorável ao EIA do projeto 'Mina da Lagoa Salgada", alertando-se, contudo, para os aspetos identificados na parte III da Informação.

Comunique-se à APA.

A Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico



Fernanda Praça

(Por subdelegação de competências)
24.04.2025

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal **T**. +351 211 140 200 **F**. +351 211 140 830 **NIF**: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.**turismodeportugal**.pt
www.**visitportugal**.com

REPÚBLICA PORTUGUESA
ECONOMIA

Informação de serviço n.º PROP/2025/2395 [DRO/DEOT/SS]
21/04/2025

Assunto: Estudo de Impacte Ambiental do projeto "Mina da Lagoa Salgada" (AIA 3778), nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal - Consulta pública | (DEOT_14.01.14/666)

Proponente: RedCorp - Empreendimentos Mineiros, Lda.

I – ENQUADRAMENTO E ANTECEDENTES

A Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA), através do ofício n.º S015033-202503-DCOM.DCA (e-mail de 13.03.2025, N/ Ref.ª ENT/2025/5711, do dia 17.03.2025), vem comunicar ao Turismo de Portugal, IP (TdP) que se encontra a decorrer, até ao próximo dia 28 de abril, o período de participação pública do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do projeto "Mina da Lagoa Salgada" (AIA 3778), em fase de Estudo Prévio.

O EIA foi disponibilizado no Portal Participa e integra o Resumo Não Técnico (RNT), Relatório Síntese (RS), Anexos, Peças Desenhadas e Aditamento ao EIA.

Como antecedentes, no âmbito das duas consultas públicas sobre a Proposta de Definição de Âmbito do EIA do Complexo Mineiro, este Instituto pronunciou-se em 2019 (N/ Ref.ª ENT/2019/12090, de 28.05.2019) no sentido de nada ter a opor e, em 2022 (N/ Ref.ª ENT/2022/12563, de 22.04.2022), considerou não se justificar a sua pronúncia por, de acordo com a informação disponível, não serem expectáveis impactes negativos na atividade turística. Como membro da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), o TdP pronunciou-se favoravelmente quanto ao reconhecimento de Potencial Interesse Nacional (PIN) do projeto "Mina da Lagoa Salgada" (N/ Ref.ª SAI/2022/5461, de 21.03.2022).

Na sequência dos pedidos efetuados pela empresa responsável pela elaboração dos Estudos Ambientais relativos ao projeto agora em análise (Complexo Mineiro e projetos complementares e associados), este Instituto disponibilizou informação sobre a plataforma SIGTUR, através de e-mail com os registos n.º SAI/2023/197, de 04.01.2023, e SAI/2023/8501, de 19.06.2023.

II – DESCRIÇÃO

1. Breve caraterização do projeto

O projeto da Mina da Lagoa Salgada (MLS) tem como objetivo o desenvolvimento mineiro através da exploração subterrânea de depósitos minerais polimetálicos, com grande interesse económico. Além da mineralização primária (cobre, zinco e chumbo), serão também exploradas mineralizações secundárias (estanho, prata e ouro), com recurso a fontes energéticas alternativas. A MLS será implantada nos concelhos de Grândola (UF de Grândola e Santa Margarida da Serra) e Alcácer do Sal (freguesia de Torrão), num total de 2.349ha, e implicará a instalação/execução dos seguintes elementos e infraestruturas:

- **Componentes do projeto principal – Complexo Mineiro**
  - Lavaria; Acessos; Estaleiro social; Anexos mineiros; Armazenamento temporário de minério; Armazém de reagentes; Central da pasta; Instalação de resíduos mineiros; Bacia de retenção de águas pluviais, de escoamento e de decantação; ETA e ETAR; Subestação elétrica e principal.

- **Projetos complementares e associados**
  - Linha elétrica para fornecimento de energia ao complexo mineiro - Linha Aérea de Alta Tensão de

60 kV, com aproximadamente 15,1Km, prevendo-se a instalação de 52 apoios, com uma altura máxima de 40m (traçado preliminar);

- Conduta Adutora para abastecimento de água ao complexo mineiro - conduta com 100mm de diâmetro e duas alternativas de traçado (alternativa 1 com 20km de extensão / alternativa 2 com 13,6 km de extensão) para ligação à Albufeira de Vale de Gaio ou ao Rio Sado;

- Unidade para Autoconsumo (UPAC) - produção de energia elétrica através de painéis fotovoltaicos, com uma potência instalada 34,83MWp e produção anual estimada de 64,35GWh, dando resposta a 30% das necessidades energéticas da mina. Área de implantação de aproximadamente 68,5ha, dividida em 3 zonas.

O complexo mineiro foi pensado de modo a diminuir o tamanho da sua pegada ecológica, tendo sido separadas as áreas industriais, das instalações sociais e concentradas as infraestruturas, de modo a reduzir o espaço ocupado pelos anexos mineiros. A zona de exploração mineira é subterrânea, sendo o único contacto à superfície, o acesso à mina e as quatro chaminés de ventilação.

O EIA determina três acessos à mina: duas alternativas para veículos pesados, designadas de Alternativa 1 (opção A) e Alternativa 2 (opção B); e um acesso preferencialmente para ligeiros, designado de Acesso Secundário (opção C). A acessibilidade rodoviária à Mina da Lagoa Salgada será realizada através da EM543 que atravessa a Aldeia de Justa, fazendo a ligação ao IC1 (no limite exterior da malha urbana de Grândola) e, a partir deste, ao IP1/A2 – Autoestrada do Sul, ou ao IP8/IC33/A26 – Autoestrada do Baixo Alentejo.

De acordo com o EIA, a área da implantação do projeto é marcada, maioritariamente, pela presença de áreas de floresta de pinheiro manso, floresta de sobreiro e floresta mista de sobreiro e pinheiro manso, não existindo interseção com áreas sensíveis. No interior da área de estudo observa-se a existência de uma via-férrea, cuja faixa de salvaguarda é respeitada por todos os elementos de projeto. No que respeita ao património, dos trabalhos de prospeção arqueológica resultaram oito novas ocorrências patrimoniais, zero sítios arqueológicos, uma ocorrência arquitetónica e sete etnográficas.

A área da implantação das estruturas mineiras, à superfície, apresenta capacidade de absorção visual predominantemente elevada, com pequenas áreas de média e baixa capacidade de absorção na proximidade das povoações, em particular junto a Grândola e à várzea do Sado, situação que se mantém ao longo dos traçados previstos para a linha elétrica e para a conduta de adução de água.

O EIA considera como área de estudo base (AEb) um buffer de 500m em torno da Área de Implantação (AI) do complexo mineiro e da Área de Potencial Intervenção (API). Considera-se ainda, para efeitos do EIA, a área de estudo correspondente aos corredores da linha elétrica (buffer de 400m a partir do traçado da linha) e da conduta adutora (buffer de 200m a partir do traçado da conduta), assim como os acessos à EM543, num buffer de 200m ao centro da via. A área de estudo (AE) do EIA é, assim, constituída pelo conjunto das 4 áreas: AE base, AE da linha elétrica, AE da conduta e AE dos acessos (Figura 1).

A fase de construção do projeto tem a duração estimada de 23 meses, prevendo-se uma vida útil de 11 anos, com a exploração de 5.480 toneladas/dia de minério.

O EIA faz uma breve referência ao setor do turismo, na ótica do conflito entre o desenvolvimento e a modernização da região e as aspirações turísticas da mesma, através da manutenção do seu caráter rural, no Volume II – Relatório Síntese, Capítulo 6 - Caracterização da situação atual do ambiente, Subcapítulos 6.15 – Socioeconomia, 6.15.3 - Caracterização da dinâmica económica, 6.15.3.1 - Perspetivas e planos futuros de desenvolvimento regional e local, ao citar o PEDAL 2020 (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Alentejo

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Litoral): "O Litoral Alentejano encontra-se, deste modo, numa encruzilhada estratégica onde as novas intenções de investimento turístico, o desenvolvimento previsto de infraestruturas cruciais de mobilidade e a diversificação competitiva do porto de Sines, geram expectativas e reações, nem sempre convergentes."

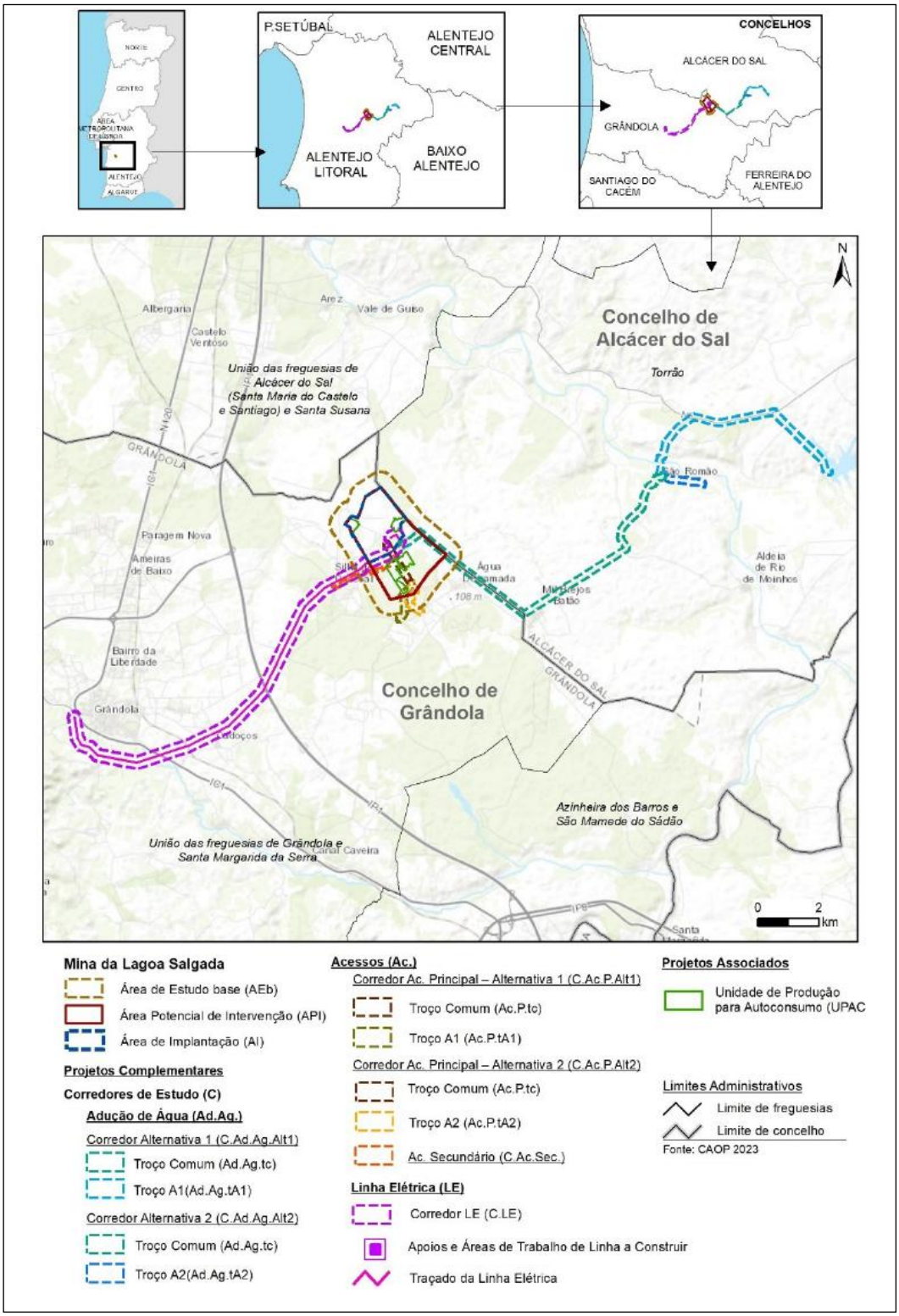


Figura 1: Projeto da Mina da Lagoa Salgada (AIA 3778)

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Na peça desenhada denominada "Impactes_Cumulativos", com fonte no SNIAmb/2023, são indicados os projetos submetidos a procedimento de AIA, num buffer 7km (área para o fator ambiental paisagem) e por tipologia, verificando-se que os projetos de âmbito turístico mais próximos se localizam 3,66Km a norte do complexo mineiro e 4,22Km a sudoeste do referido complexo, sendo este último atravessado pela linha elétrica associada ao projeto em análise.

2. Principais impactes do projeto

No estudo realizado foram avaliados os impactes negativos nas fases de construção, exploração e desativação do projeto, transcrevendo-se os que se consideram mais relevantes do ponto de vista do turismo:

Fase de construção

- Aumento de emissões sonoras e poluentes atmosféricos;
- Efeito, nas estruturas civis vizinhas, das vibrações motivadas pelo uso controlado de explosivos;
- Desorganização da paisagem e introdução de novos elementos estranhos à mesma;
- Afetação de florestas e habitats;
- Movimentações de terras e alteração do coberto vegetal dos terrenos;
- Degradação das estradas devido ao trânsito de veículos pesados;
- Perda definitiva de solos de suscetível utilização florestal;
- Perda de arvoredo nas faixas de gestão de combustível.

Fase de exploração

- Afetação cénica da paisagem pela intrusão visual de elementos estranhos;
- Efeito, nas estruturas civis vizinhas, das vibrações motivadas pelo uso controlado de explosivos;
- Emissão de poeiras e ruído devido à laboração da mina e ao tráfego rodoviário de pesados, interno e externo à mina;
- Degradação das estradas devido ao trânsito de veículos pesados;
- Perda da capacidade de sequestro de carbono pelo abate de espécies florestais;
- Potencial alteração do padrão hidrodinâmico das águas subterrâneas;
- Potencial contaminação do Ribeiro do Arcão, na eventual rutura da membrana de isolamento da TSF;
- Aumento da população, por via do número de trabalhadores da mina, provocando um desajuste do dimensionamento atual dos serviços públicos e privados existentes na região, bem como da oferta de habitação;
- Conflito com as aspirações turísticas da região.

Fase de desativação

- Circulação de maquinaria e pessoal afeto à desativação do complexo mineiro;
- Degradação das estradas devido ao trânsito de veículos pesados;
- Produção de ruído e poeiras;
- Efeitos socioeconómicos negativos criados pela desativação da mina.

Foram também avaliados os seguintes impactes positivos:

- Aumento da rentabilidade dos negócios de hotelaria (nas fases de construção e desativação);

- Aumento do número de empregos diretos e indiretos e consequente melhoria do quadro económico geral da região;
- Repovoamento das comunidades atraindo novas pessoas para a área;
- Desenvolvimento local com maior disponibilidade de serviços na região;
- Melhoria do sistema rodoviário local, através da modernização da estrada de acesso à mina e de novos acessos rodoviários.

O projeto da MLS enquadra-se no nível superior de perigosidade, de acordo com o Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que define o Regime Jurídico de Prevenção de Acidentes Graves (RJPAG), sendo obrigatório elaborar um estudo de Avaliação de Compatibilidade de Localização (ACL), o qual concluiu que, no caso de ocorrência de cenários de acidente, o projeto não tem impacte significativo em termos do risco para a envolvente, pelos reduzidos impactes sob os recetores.

3. Medidas de minimização, compensação e monitorização de impactes

Das medidas de minimização dos impactes negativos elencadas em fase de EIA, transcrevem-se aquelas que se consideram ser mais relevantes do ponto de vista do turismo:

Fase de projeto de execução:

- Desenvolver o Plano de Integração na Economia Circular, visando a utilização eficiente de recursos, como a água e a energia;
- Desenvolver o Plano de Promoção de Biodiversidade para a área de projeto e áreas de compensação, e respetivo Plano de Monitorização, que vise a valorização e promoção dos ecossistemas e espécies;
- Desenvolver o Projeto Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP);
- Assegurar a não afetação de domínio público hídrico pela construção dos apoios da linha elétrica a instalar, assim como da UPAC, tendo em conta o número elevado de linhas de água na área de estudo;
- Implementar o Programa de Impacto (projeto de impacto social, económico e ambiental, com ações que visam beneficiar a estrutura social, económica e infraestrutural da região, criando condições que promovam a fixação da população);
- Desenvolver, por concertação com as entidades locais, do plano habitacional para acomodar a força de trabalho, evitando o desenvolvimento de bairros mineiros e optando pela integração dos trabalhadores e famílias com as comunidades locais;
- Avaliar as infraestruturas e equipamentos do território, confrontando-as com as exigências do projeto;
- Executar o Plano de Monitorização Social por entidade independente.

Fase de construção:

- Informar os habitantes e utilizadores de instalações situadas dentro de uma faixa de proximidade de cerca de 250m da área de implantação da Mina e da Linha Elétrica, sobre a ocorrência das operações de construção mais ruidosas;
- Na utilização de explosivos, recorrer a técnicas de pré-corte e ao uso de microrretardadores, atenuando desta forma a intensidade das vibrações produzidas;
- Reduzir, ao mínimo possível, a área afeta aos estaleiros e a todos os trabalhos relacionados com a execução da obra, salvaguardando o maior número de vertentes ambientais possível;

- O estaleiro, parques de materiais e maquinaria e outras áreas de apoio à obra deslocalizadas devem ser previstos para localizações o mais próximas possível das frentes de obra, para minimizar impactes indiretos associados ao seu transporte;
- Limitar a desmatação, limpeza e decapagem dos solos à área estritamente necessária, mitigando quanto possível a afetação de solos de elevada aptidão agrícola;
- Garantir o acompanhamento da obra por um arqueólogo, com efeito preventivo em relação à afetação de vestígios arqueológicos incógnitos e com destaque para áreas que não tenham sido prospetadas em fase de EIA;
- Assegurar o transporte de materiais de natureza pulverulenta ou do tipo particulado em veículos adequados, com a carga coberta, de forma a impedir a dispersão de poeiras;
- Aprofundar os vínculos com a comunidade e a autarquia, dando resposta às preocupações decorrentes da execução do projeto e tentando satisfazer as necessidades que vão sendo identificadas pela população;
- Efetuar a descompactação dos solos e áreas utilizadas temporariamente durante a obra de forma a criar condições favoráveis à regeneração natural do coberto vegetal e favorecer a recuperação de habitats;
- Reparar devidamente os muros, sebes vivas, vedações, marcos de propriedade e outras divisórias afetadas, bem como todas as eventuais infraestruturas danificadas.

Fase de exploração:

- Implementar sistemas de monitorização de explosivos para avaliar as vibrações produzidas durante o desmonte;
- Colocar sinalização à saída da mina, que relembre os camionistas para a necessidade de redobrarem os cuidados de condução quando se aproximam de aglomerados populacionais;
- Recorrer aos serviços e bens das empresas locais, por forma a centrar localmente a dinamização económica que se fará sentir;
- Discriminar positivamente a população local, sempre que se verifique necessário aumentar a força de trabalho, com o objetivo de contribuir para a redução dos níveis de desemprego;
- Manter o aprofundamento dos vínculos com a comunidade e a autarquia, dando resposta às preocupações decorrentes da execução do projeto e tentando satisfazer as necessidades que vão sendo identificadas pela população.

Fase de desativação:

- Garantir a remoção de todos os elementos integrantes do projeto, em caso de desmantelamento total, seguindo as boas práticas de gestão de resíduos e substâncias perigosas;
- Garantir a plena implementação do Projeto Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP), como definido na calendarização dos trabalhos, de forma a assegurar a total recuperação de todas as áreas intervencionadas;
- Implementar o Plano de Encerramento da Mina, o qual contém, para além das medidas técnicas do fecho da exploração, medidas de minimização dos impactes sociais e económicos resultantes do fim da atividade.

São ainda propostas as seguintes medidas de compensação:

- Arborização de 73ha, na Herdade da Nogueirinha em Grândola, com sobreiro e com pinheiro manso, numa densidade 625arv/ha;

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

- Beneficiação de povoamentos florestais de 10ha promovendo a regeneração natural de folhosas, com adensamento de sobreiro, numa densidade de 625 arv/ha;
- Em parceria com as associações Agroflorestais locais, promover a gestão e beneficiação de povoamentos ou de espaços florestais;
- Plantação de espécies nativas complementares e plantas floríferas para polinizadores;
- Criação de zonas de refúgio e áreas de prados e pastagens biodiversas;
- Gestão sustentável do pastoreio, quando existente na zona;
- Criação de zonas húmidas, habitats artificiais para fauna, caixas ninho para aves e morcegos e abrigos para répteis e insetos;
- Parceria e cooperação com entidades gestoras de caça para fomento da reprodução e gestão de populações de coelho-bravo;
- Controlo de espécies exóticas invasoras;
- Elaboração de um Estudo técnico científico sobre o declínio do Montado de Sobreiro e as respetivas propostas de mitigação, em parceria com o Instituto Politécnico de Beja, a Universidade de Évora e Associações Florestais locais;

Serão implementados Programas de Monitorização, com incidência nas vertentes seguintes:

- Componente social;
- Sistemas ecológicos (quirópteros, herpetofauna, mamíferos não voadores, flora e vegetação);
- Recursos hídricos superficiais – Qualidade;
- Recursos hídricos superficiais – Quantidade;
- Recursos hídricos subterrâneos – Qualidade;
- Recursos hídricos subterrâneos – Quantidade;
- Ruído;
- Vibrações;
- Qualidade do ar.

III – APRECIAÇÃO

1. Analisado o EIA, do ponto de vista do turismo, informa-se o seguinte:

1.1. De acordo com informação disponível através plataforma SIGTUR[1] (Fig. 2), num buffer de 1.000m a partir do perímetro do complexo mineiro, 500m e do traçado da linha elétrica e 200m do traçado da conduta adutora, verifica-se a presença da seguinte oferta de alojamento turístico:

- Complexo mineiro:
  - 6 estabelecimentos de Alojamento Local[2], para um total de 50 utentes, entre os 400m e os 500m de distância;

- Linha elétrica:

[1] Fonte: SIGTUR - Sistema de Informação Geográfica do Turismo (https://sigtur.turismodeportugal.pt/) – 22.04.2025

[2] Alerta-se que a georreferenciação dos estabelecimentos de alojamento local foi obtida de forma automática a partir do endereço, sendo a respetiva localização meramente indicativa.

- 3 estabelecimentos de Alojamento Local, para um total de 16 utentes, a cerca de 300m de distância;
- 1 empreendimento turístico (casa de campo "Monte das Faias", com 43 camas, localizada a 400m do traçado da linha elétrica);
- 1 Estudo de Impacte ambiental de empreendimento turístico, referido no EIA em análise: projeto do conjunto turístico "Monte de Cadouços", com 1.142 camas, atravessado pelo corredor da linha;

- Conduta adutora:
  - 1 estabelecimento de Alojamento Local, para 4 utentes, a cerca de 20m de distância;
  - 1 empreendimento turístico (hotel de 4* "Vale do Gaio Hotel", com capacidade para 28 camas, localizado a 150m da conduta adutora, quando esta entra na Albufeira de Vale do Gaio);
  - 1 projeto de empreendimento turístico com parecer favorável do TdP (ampliação do hotel referido no ponto anterior, para uma capacidade total de 48 camas).

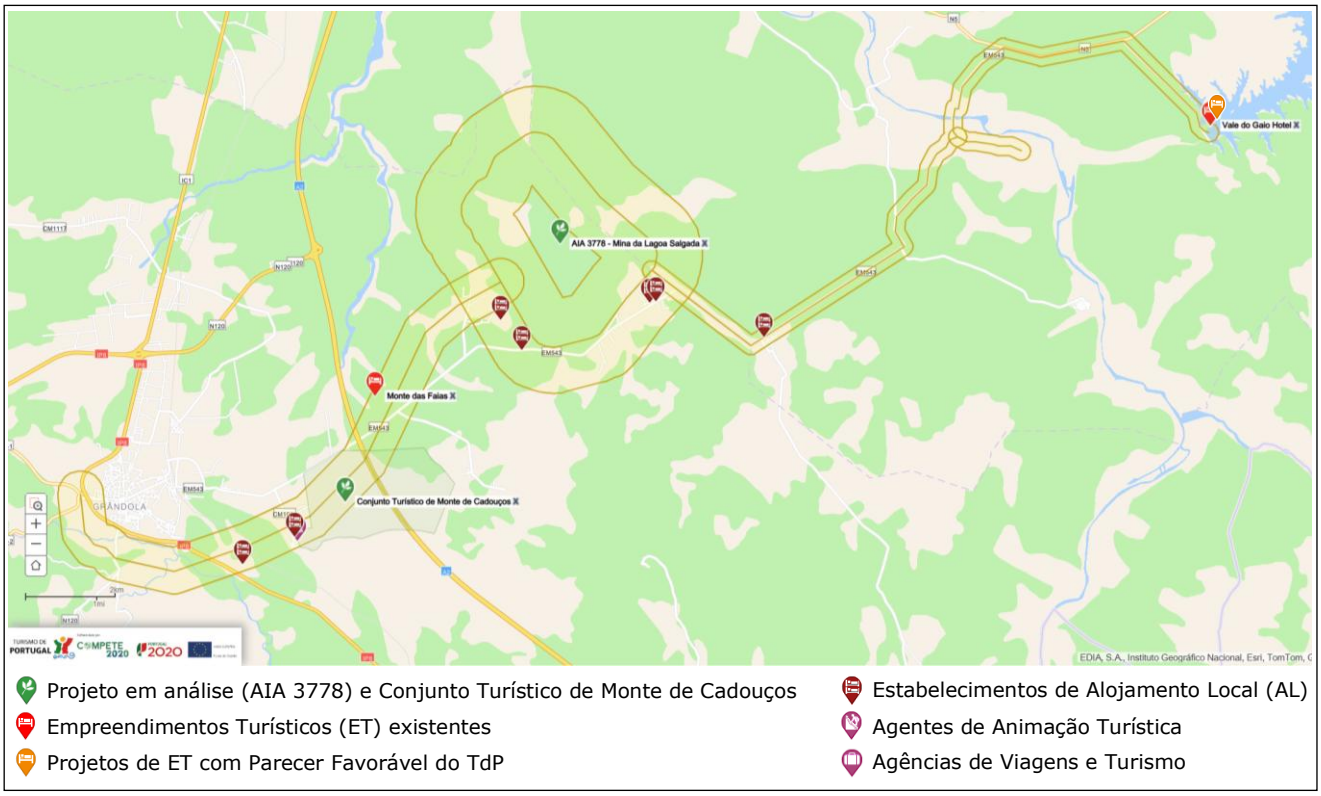


Figura 2: Oferta turística situada num buffer de 1.000m a partir do perímetro do complexo mineiro, 500m e do traçado da linha elétrica e 200m do traçado da conduta adutora - AIA 3778

1.2. Ressalva-se que, para além dos recetores sensíveis agora identificados ao nível do alojamento turístico, poderão existir outros, decorrentes de eventuais empreendimentos turísticos previstos na envolvente, ou seja, com processo de licenciamento em curso, situação que não é possível aferir por este Instituto, atendendo a que, atualmente, não é obrigatória a intervenção do Turismo de Portugal nas operações urbanísticas de obras de edificação dos empreendimentos turísticos, pelo que esta informação deverá ser obtida junto da Câmara Municipal;

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

1.3. Atenta a informação sobre a oferta turística na envolvente, verifica-se que o EIA é omisso em relação à oferta de alojamento turístico existente, com exceção dos projetos de âmbito turístico submetidos a procedimento de AIA, indicados na peça desenhada denominada "Impactes_Cumulativos", com fonte no SNIAmb/2023, já mencionados no ponto II.1 do presente parecer;

1.4. O EIA refere uma pretensão turística localizada a 4.220m a sudoeste do complexo mineiro e atravessada pelo corredor da linha elétrica do projeto. Esta pretensão, conjunto turístico "Monte de Cadouços", atravessada também pela autoestrada A2, teve uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionada, emitida em 14.03.2013, não tendo havido mais desenvolvimentos do projeto, pelo que, devido à sua distância no tempo, não se considera relevante para esta análise;

1.5 Análise no âmbito do IGT aplicáveis: consultados os PDM da área abrangida pelo projeto (Grândola[3] e Santiago do Cacém[4]), verifica-se que a área de intervenção do projeto não incide sobre Espaços de Ocupação Turística ou outros espaços afetos ao uso turístico.

2. Analisado o projeto no âmbito dos impactes previstos e dos traçados propostos, salienta-se o seguinte:

2.1. Com a implementação do projeto afiguram-se vários benefícios socioeconómicos, com impacte muito positivo no emprego direto e indireto da região e a potencial dinamização da economia, com a geração de cadeias de valor, contribuindo para o rejuvenescimento populacional, dada a ausência local de mão de obra disponível. Contudo, esta realidade está muito dependente da existência de infraestruturas sociais, de educação, saúde e habitação, fundamentais para a fixação de pessoas. É, assim, de especial importância a implementação do Programa de Impacto (com ações que visam beneficiar a estrutura social, económica e infraestrutural da região) e do Programa de Monitorização da Componente Social direcionado, entre outros, para os efeitos do projeto nos modos de vida e bem-estar locais e na atratividade da atividade turística da região;

2.2. Não obstante os impactes positivos acima mencionados, a implementação do projeto também acarreta impactes negativos, associados à ocupação do solo e ao enquadramento visual (com o aumento da presença de elementos artificiais e visualmente disruptores na paisagem), bem como à qualidade do ar, ruído e vibrações, com consequências diretas nas expetativas dos que visitam a região e procuram contextos naturais e autênticos, podendo afetar não só o alojamento turístico, como as atividades associadas de *outdoor*, o que se refletirá em perdas na atividade turística, designadamente na redução da procura;

2.3. Verificando-se, conforme acima referido, que o EIA é omisso em relação à oferta de alojamento turístico existente na envolvente, e sem prejuízo de eventuais outras situações análogas quanto a empreendimentos previstos, apenas verificáveis pelas Câmaras Municipais respetivas, alerta-se para os ET acima identificados, localizados a 600m e 400m do traçado preliminar da linha elétrica, e para a necessidade de afastar, o máximo possível, a linha e os seus respetivos apoios destes empreendimentos, bem como do perímetro da vila de Grândola;

2.4. Na Alternativa 1 da conduta adutora, o traçado acompanha as estradas EM543 e N5, tornando-a menos intrusiva, até à Albufeira de Vale do Gaio. Na Alternativa 2, o traçado é bastante mais curto, com término no Rio Sado, preservando a paisagem natural da albufeira, valorizada pelo alojamento

[3] PDM de Grândola – Aviso n.º 1869/2025/2, de 21 de janeiro
[4] PDM de Santiago do Cacém – Aviso n.º 13020/2017, de 30 de outubro, com posteriores alterações

turístico e atividades associadas de *outdoor*, existentes e potenciais, privilegiando-se, assim, esta última alternativa;

2.5. Deverão ser previstas no EIA medidas de minimização especificamente direcionadas à instalação dos painéis fotovoltaicos da UPAC, com uma área de implantação de 68,5ha, dividida por 3 zonas;

2.6. É, assim, de grande importância para o setor do turismo a implementação da globalidade das medidas de minimização, compensação e planos de monitorização previstos no EIA, principalmente daqueles que incidem sobre os fatores ambientais Socioeconomia, Paisagem, Qualidade do Ar, Ruído e Vibrações, nas fases de projeto de execução, construção, exploração e desativação.

IV - CONCLUSÃO

Face ao exposto, e do ponto de vista do turismo, propõe-se comunicar o teor desta informação à APA, salientando-se os comentários efetuados nos pontos III.1 e III.2 do presente parecer.

À Consideração Superior,

Sara Sousa

Sara Sousa, Técnica Superior

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacte ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Contestação ao Projeto da Mina Lagoa Salgada

Exmos. Senhores,

Na minha qualidade de proprietária de uma habitação nos Brejos da Carregueira, no concelho de Grândola, e enquanto cidadã preocupada com tudo o que se passa neste município do distrito de Setúbal, fiquei profundamente indignada ao tomar conhecimento do projeto de exploração mineira da Mina da Lagoa Salgada, promovido pela empresa REDCORP, atualmente em fase de discussão pública.

A minha indignação não decorre dos "supostos" méritos que este projeto possa apresentar para o desenvolvimento económico desta região e do País, mas sim pelo facto de os prejuízos serem muito superiores aos benefícios descritos.

Refiro-me, concretamente, aos prejuízos ambientais, à saúde dos cidadãos residentes nesta área e aos visitantes, bem como ao impacto negativo no desenvolvimento turístico, entre outros aspetos, que todos iremos sofrer caso o projeto avance nos termos apresentados, em particular conforme consta no documento intitulado *"Volume II – Relatório Síntese"*.

Passo, de seguida, a descrever em oito pontos, os aspetos que considerei mais gravosos e que são imperiosos reformular e corrigir:

1. Utilização dos Recursos Hídricos

• Este é o principal problema do projeto, porquanto o mesmo pressupõe a utilização de 1 a 2 hm^3 por ano da água ainda existente na zona de influência do aquífero denominado T3, que se desenvolve em toda a área a sul do rio Sado, abrangendo a totalidade dos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola.

• Este aquífero há 20 anos tinha cerca de 60 hm^3 de reserva de água de excelente qualidade. Contudo, em 2024, segundo dados recolhidos através dos piezómetros da APA (disponíveis ao público em geral), a reserva existente reduziu-se significativamente para cerca de 30 hm^3 (perda anual de 1,5 hm^3 em 20 anos).

• Mas nos últimos 5 anos verificou-se um agravamento da perda anual da reserva do aquífero para cerca de 3 hm^3, uma vez que o consumo anual de água do aquífero tem vindo a crescer de 29,5 hm^3/ano para 31 hm^3/ano, mantendo-se a capacidade de recarga anual do aquífero em cerca de 28 hm^3.

• Pelo que, se acrescentarmos às captações anuais do aquífero o valor de 1 a 1,5 hm^3 que o projeto da REDCORP prevê, isso fará com que o défice atual de 3 hm^3/ano aumente para 4 a 4,5 hm^3/ano, o que provocará o esgotamento do aquífero em 5 a 6 anos.

• As provas evidentes à superfície da brutal redução da água (30 hm^3 em 20 anos) armazenada no aquífero são a brutal redução da água armazenada na lagoa de Melides em 2024 para cerca de metade da que havia em 2020. Bem como, ainda mais grave, a total secagem em 2020 da albufeira de Vale de Coelheiros na Muda. Nesta albufeira, onde antes havia 0,7 hm^3 de água armazenados, hoje não passa de uma floresta de novos pinheiros e densa vegetação.

• A redução da água armazenada no aquífero nas zonas de subsolo de argilas e areias (a maior parte destes concelhos) pode muito provavelmente provocar o abatimento das terras, pois onde há 20 anos havia água vai passar a haver apenas argilas e areias.

• O projeto prevê a construção de condutas adutoras para transporte de água, com menos de 1 metro de diâmetro, numa extensão de cerca de 20 km entre a zona da Água Derramada e a albufeira de Vale do Gaio, para, após os primeiros anos (não especifica quantos), obter os 1 a 1,5 hm^3/ano de água desta albufeira, em substituição da água do aquífero. Para tal, propõe-se fazer um contrato com a Associação de Regantes do Vale do Sado para utilização dessa água.

• Relativamente ao consumo humano, a empresa mineira contempla no projeto uma necessidade de consumo anual de 42.420,30 m^3 de água, totalmente dependente da ligação à barragem de Vale do Gaio, sem nenhum contrato assinado que lhes garanta essa viabilidade (nem sequer a possibilidade de existência dessa água). Ora, seguindo a regra normal de 200 litros de água/dia por pessoa, isso implica que existirão 580 pessoas (42.420,30 m^3 / 200 l dia) dependentes de uma água que neste momento não existe sequer para satisfazer as atuais necessidades dos concelhos da região, pois estes abastecem os munícipes principalmente dos furos existentes no aquífero T3.

• Acontece que esta albufeira já é deficitária em água há vários anos, apesar da já existente ligação pela EDIA da mesma ao Alqueva. A Associação de Regantes utiliza essa água principalmente para o cultivo do arroz, entre outras culturas sazonais, reclamando a mesma a necessidade de mais água para as necessidades agrícolas da região. Pelo que esta intenção da REDCORP de obter a água necessária para o projeto do Vale do Gaio carece de fundamento e prova.

• Esta falta de água para o desenvolvimento de novos projetos nesta região é aliás reconhecida pelo Governo Português no Plano Nacional da Água, em discussão pública até 25 de abril de 2025, em que no seu Resumo Executivo, na página 20, menciona que para suprir necessidades da indústria nesta zona determina, passo a citar:

- *Estudo para novas origens não convencionais – ApR e dessalinização – na zona industrial do Sado, para preservação do aquífero Tejo-Sado.*
- Este estudo, ao contrário da maioria das medidas, não tem prazo de execução nem previsão de custos.

• Pelo que, e em conclusão deste ponto 1, dos recursos hídricos, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado quando comprovadamente houver novas origens para os 1 a 1,5 hm^3/ano de água necessários para o desenvolvimento deste projeto, que não o aquífero e a albufeira de Vale do Gaio.

2. Tratamento das águas residuais

• Este projeto prevê a existência de águas residuais contaminadas decorrentes do processo de separação dos minérios (cobre, zinco, estanho, ouro, prata, entre outros), utilizando vários produtos químicos no processo de lixiviação, em cerca de 0,5 hm^3/ano.

• Acontece que essas águas serão injetadas, depois de tratadas (como?), no subsolo nas zonas donde foram extraídas as terras que contêm os minérios a separar.

42

• Essa extração será feita até cerca de 300 metros de profundidade, zona onde existe o referido aquífero T3.

• Ora, essas águas residuais contaminadas, se injetadas na profundidade como previsto, acabarão por contaminar o já depauperado aquífero, provocando a deterioração progressiva da boa qualidade das águas que hoje existem.

• Além disso, existem várias linhas de água subterrâneas na zona de implantação da mina, que o promotor afirma que serão ainda objeto de certificação pela APA quanto à deposição nessas águas das águas residuais.

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 2, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação de um tratamento irrepreensível das águas residuais, que permita uma boa reutilização das mesmas sem riscos para a natureza, seres humanos e animais.**

3. <u>Ruído Gerado pela Extração de Minérios</u>

• Conforme descrito no projeto, a extração das terras no subsolo necessita da utilização diária de um camião de explosivos (cerca de 20 toneladas). Essas detonações provocam vibrações (10 a 12 mm/s) num raio de 5 a 10 km, podendo causar pequenas rachas nos edifícios mais próximos, além de barulhos de cerca de 140 dB, que serão sentidos num raio de até 15 a 20 km. O que equivale ao barulho de um avião a jato a levantar voo sempre que estas explosões ocorrerem.

• Se acrescentarmos às detonações os ruídos provenientes das movimentações e do tratamento de 3.282 toneladas de terras/dia, então os ruídos aumentarão em mais 80 a 110 dB/dia, o equivalente ao barulho contínuo de camiões a circular numa estrada ou ao som de uma britadeira.

• Isto quer dizer que a soma destes ruídos (220 a 250 dB), sentidos 24h/dia e 365 dias/ano durante vários anos, vai provocar na região um barulho permanente equivalente ao de camiões e aviões a levantar voo em contínuo, alterando todo o comportamento dos ciclos de sono e do som natural da região durante o dia e noite, com consequências nos seres humanos e na fauna local.

• Cientificamente, estes ruídos acima do recomendado (45 dB) podem provocar doenças nos seres humanos: insónias, stress, hipertensão, doenças cardíacas, quebra de rendimento em alunos e surdez. O que também pode desencadear aumento da conflitualidade na região, por protestos e processos judiciais movidos pelas populações. Para já não falar nas repercussões na principal atividade económica da região, o Turismo.

• A localidade da Água Derramada dista 190 metros da mina, e os habitantes desta localidade (50 pessoas), bem como os dos Brejos dos Duros (30 pessoas) e dos Brejos da Água Derramada (20 pessoas), serão os mais afetados pelo ruído. O projeto nada diz sobre como os proteger, limitando-se a prever a divulgação de informação sobre o projeto aos mesmos.

• Na fauna, poderemos assistir ao abandono da região por aves, veados, raposas e outros animais. Pode haver stress na reprodução dos animais, alterações no peso destes (vacas e bois) e predadores podem evitar a zona, desequilibrando a cadeia alimentar.

• No meio ambiente, o ruído constante pode alterar os padrões naturais do vento, da água e da vegetação.

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 3, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação das medidas de compensação e sua eficácia a serem previstas no projeto, tais como: barreiras sonoras, cortinas de vento, implementação de micro explosões espaçadas, entre outras, que efetivamente reduzam o ruído contínuo abaixo dos 55-65 dB durante o dia e 45-55 dB durante a noite.**

4. <u>Poluição Atmosférica pela Extração dos Minérios</u>

• A movimentação de 3.282 toneladas de terras/dia provoca a libertação de poeira fina (PM10 e PM2.5) e a libertação de partículas do solo, como a sílica, que causa silicose.

• As detonações de explosivos libertam gases tóxicos, como óxido de nitrogénio (NOx), monóxido de carbono (CO) e dióxido de enxofre (SO2). Bem como poeiras suspensas, contendo metais pesados como arsénico, chumbo e mercúrio.

• As movimentações de terras por camiões e britagem emitem compostos voláteis (VOCs) provenientes dos óleos e combustíveis utilizados.

• Todas estas poeiras e gases têm consequências para a saúde pública: doenças respiratórias (asma, DPOC e infeções pulmonares) nos trabalhadores e comunidades próximas, risco de cancro pela exposição prolongada aos metais pesados e sílica, e efeitos cardiovasculares provocados pelas partículas finas PM2.5, que penetram na corrente sanguínea.

• Em termos ambientais, os solos e lençóis freáticos serão afetados pela deposição dos metais pesados.

• As chuvas ácidas (NOx + SO2) provocarão danos na vegetação e corrosão nas estruturas.

• As emissões de CO2 e NOx são dois dos mais potentes gases com efeito de estufa.

• Todas estas poeiras e gases têm repercussões até mais de 30 km de raio da mina (abrangendo os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal). Até 5 km, efeitos diretos (poeira e odores); até 30 km, dispersão de gases e partículas finas (riscos para a saúde e ambiente); a mais de 30 km, efeitos indiretos (chuvas ácidas e metais pesados em rios).

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 4, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação das medidas de compensação e sua eficácia, a serem previstas no projeto, tais como: sistemas de supressão de poeiras, filtros e lavadores de gases, uso de explosivos de baixo NOx/SO2, entre outras.**

5. <u>Tratamento das 9.463.924 toneladas de resíduos</u>

• O projeto não explica como nem quais os destinos que serão dados às 9.463.924 toneladas de resíduos que serão geradas em cerca de 8 anos de produção (9.463.924 ton / 3.282 ton/dia).

• Ora, esses resíduos acumulados ao monte, em céu aberto, vão contribuir e agravar as consequências decorrentes da poluição atmosférica referidas no ponto 4.

• Como é sabido, existem múltiplas utilizações para os resíduos: construção civil, recuperação de metais, reabilitação ecológica, entre outros.

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 5, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação das medidas de compensação e sua eficácia, a serem previstas no projeto, neste caso, detalhando como e quem vai recolher periodicamente os resíduos, de forma que, no término da exploração, não existam montes por tratar, como aconteceu noutros casos na região.**

6. <u>Criação de postos de trabalho diretos e indiretos pelo projeto</u>

• O projeto prevê a criação de 300 postos de trabalho diretos e 700 indiretos.

• Ora, para os 300 postos de trabalho diretos, não existem na região nem no País esta quantidade de mineiros e auxiliares desempregados. Pelo que estes trabalhadores serão muito provavelmente imigrantes a contratar no estrangeiro, que terão de obedecer às novas regras que entraram em vigor este mês, na sequência da Lei nº 9/2025, de 10 de fevereiro deste ano.

• O projeto tem de prever como contratar estas pessoas face a esta nova legislação.

• Como e onde alojar 300 novos imigrantes, sabendo que os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal não têm habitações disponíveis para mais 300 pessoas? Seria totalmente impensável colocar estes trabalhadores em contentores junto aos terrenos da Mina da Lagoa Salgada.

• Quanto aos trabalhadores indiretos (700), não basta quantificá-los; também aqui é necessário dizer se são residentes já da região com habitação própria ou se serão recrutados no estrangeiro ou noutras zonas do País. Caso sejam pessoas a deslocar, coloca-se também o problema da habitação e da logística legal da contratação.

• Caso contrário, poderemos assistir a uma "invasão" de mais 1.000 a 4.000 pessoas (com famílias) na região, que vão sobrecarregar o já insuficiente sistema de saúde (SNS, médicos de família e urgências). Além disso, não existem escolas que possam absorver mais 1.000 a 2.000 novos alunos de várias línguas e costumes.

• Já para não falar nos problemas de transporte diário destas pessoas para o trabalho, acréscimos nos consumos de energia, água e tratamento de águas residuais, que terão de ser reforçados em toda a região.

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 6, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação da origem dos trabalhadores diretos e indiretos, bem como da mitigação das questões de habitação, saúde, ensino, transportes, eletricidade, água e outros.**

7. <u>Condicionantes, das estradas e fornecimento energia elétrica</u>

• Inicialmente foi ponderada a construção de um ramal ferroviário para as movimentações de matérias a chegar à mina e para a exportação dos minérios obtidos pela exploração da mina.

• Contudo, por razões não conhecidas, o projeto pressupõe agora como única via de abastecimento e escoamento a estrada municipal 543 (entre a Silha do Pascoal e a Água Derramada), estrada que tem 6 metros de largura (5 m de faixas + 1 m de bermas), mas cujos requisitos do projeto determinam que esta passe a ter 9 metros de largura (7 m de faixas + 2 m de bermas).

• Acontece que a Câmara Municipal de Grândola (CMG) não emitiu nenhum parecer positivo para esse alargamento da estrada, nem foi consultada sobre os custos e viabilidade desse alargamento.

• A estrada EM 543 não está preparada para o volume de tráfego que esta exploração necessita (36 camiões/dia durante 11 anos, totalizando 144.540 camiões), nem existem estudos que avaliem a viabilidade técnica das alterações necessárias para a estrada acomodar estas toneladas de material em camiões/dia. Nem mesmo para os 10 camiões/dia previstos durante os 2 anos de construção das infraestruturas.

• Segundo o projeto, o fornecimento de energia elétrica (necessários 191.626 MW) será feito em 70% através da rede pública e em 30% (57.487,8 MW) por meio da instalação de painéis fotovoltaicos nos terrenos anexos à mina.

• Os 70% (134.138,2 MW) de energia elétrica chegarão à mina através de um ramal (de 15,1 km) a construir a partir da subestação elétrica na cidade de Grândola (eventualmente da nova subestação em construção).

• Quem terá de construir e manter esse ramal será a REN e a E-Redes. Mas o projeto não evidencia nenhum contrato ou disponibilidade da REN e E-Redes quanto à possibilidade de disponibilização dessa energia, nem indica onde a mesma será produzida. Tanto mais que todo o ramal atual de alta tensão está sob forte pressão de aumento de consumos para satisfazer os novos projetos já em construção e alguns já em exploração (Data Center) na zona industrial de Sines. É público que a rede elétrica nacional enfrenta atrasos na instalação de novos ramais, que poderiam inclusive absorver todas as centrais solares fotovoltaicas em construção nesta região e no País.

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 7, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação da eliminação das atuais condicionantes da estrada EM 543 e do abastecimento de energia elétrica.**

8. Benefícios económicos para a região e para País do projeto da Mina da Lagoa Salgada

• Este projeto, com base nos dados conhecidos, não aparenta gerar grandes benefícios económicos para a região nem para o País.

• Os valores previstos como resultados líquidos da exploração (71 milhões de euros/ano, antes de impostos e amortizações) parecem insuficientes para cobrir os custos ainda não quantificados pelo promotor, tais como: novas formas de captação de água para este projeto (dessalinização ou outros), custos com vias rodoviárias, custos com novas infraestruturas elétricas, custos com habitação para os 300 a 1.000 novos trabalhadores, custos com melhorias nos centros de saúde, hospitais e escolas, bem como custos ambientais associados às medidas de compensação que ainda não foram devidamente avaliados.

• Os terrenos de implantação da mina têm vários proprietários, os quais não estão identificados no projeto. Contudo, sabe-se que a REDCORP pretende adquirir ou arrendar esses terrenos. Por qual valor? E se estes proprietários não quiserem vender ou arrendar, o que acontecerá ao projeto? Disputas em tribunal? Com que custos?

• A REDCORP é detida pela Ascendant Resources, uma empresa sediada num paraíso fiscal na Suíça. Assim, supostamente, esta empresa não irá pagar IRC (à taxa média de 18% até 2029) sobre os 60,35 milhões de euros de resultados líquidos anuais (EBIT) atribuíveis à sua quota de 85% (71 milhões de euros * 0,85), sendo os restantes 15% detidos pela EDM. O montante correspondente ao IRC seria de cerca de 11 milhões de euros.

• O que se estima ficar no País em termos de impostos são os 10,65 milhões de euros (dos 15% da EDM sobre 71 milhões de euros) mais os 3,55 milhões de euros (dos 5% de derramas municipais). Ou seja, um total de 14,2 milhões de euros/ano, resultando em 156,2 milhões de euros ao longo de 11 anos.

• No entanto, o investimento inicial deste projeto será de cerca de 200 milhões de euros, dos quais 15% serão financiados pelo Estado Português através da EDM.

• Contudo, se o investimento for realizado em 70% por meio de financiamento bancário, os resultados líquidos após impostos baixam significativamente. Neste cenário, as receitas anuais descem de 71 milhões de euros para 32,88 milhões de euros após impostos.

• Neste caso, o Estado Português reteria apenas 7,6 milhões de euros/ano (18% de IRC + 5% de derramas), dos quais caberiam à autarquia de Grândola apenas 1,64 milhões de euros/ano.

• Ou seja, ao longo de 11 anos, os 83,6 milhões de euros que ficariam no País dificilmente cobririam os custos das compensações ainda não contabilizadas, conforme referido nos pontos 1 a 7.

• Para além disso, num cenário menos positivo, uma queda de 20% no preço dos metais resultaria em prejuízos de 20,86 milhões de euros nos anos em que essa redução ocorrer.

• Em conclusão e por tudo o acima exposto, neste ponto 8, este projeto, que poderia parecer uma mais-valia para o País, ao que tudo indica não o será, a não ser que seja devidamente reformulado. É necessário corrigir os constrangimentos descritos e apresentar um novo plano de ações e planeamento que traduza resultados económicos com evidentes mais-valias para as pessoas, a região, o País e os investidores.

Espero, com toda a sinceridade, que este meu contributo possa ajudar a tornar este projeto benéfico para todos.

Brejos da Carregueira, em 24 de abril de 2025

Yolande de Ziegler

Contestação ao Projeto da Mina Lagoa Salgada

Exmos. Senhores,

Na minha qualidade de cidadã(dão), que regularmente vive e bem conhece os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, e preocupada(o) com tudo o que se passa nestes municípios do distrito de Setúbal, fiquei profundamente indignada(o) ao tomar conhecimento do projeto de exploração mineira da Mina da Lagoa Salgada, promovido pela empresa REDCORP, atualmente em fase de discussão pública.

A minha indignação não decorre dos "supostos" méritos que este projeto possa apresentar para o desenvolvimento económico desta região e do País, mas sim pelo facto de os prejuízos serem muito superiores aos benefícios descritos.

Refiro-me, concretamente, aos prejuízos ambientais, à saúde dos cidadãos residentes nesta área e aos visitantes, bem como ao impacto negativo no desenvolvimento turístico, entre outros aspetos, que todos iremos sofrer caso o projeto avance nos termos apresentados, em particular conforme consta no documento intitulado *"Volume II – Relatório Síntese"*.

Passo, de seguida, a descrever em oito pontos, os aspetos que considerei mais gravosos e que são imperiosos reformular e corrigir:

1. Utilização dos Recursos Hídricos

• Este é o principal problema do projeto, porquanto o mesmo pressupõe a utilização de 1 a 2 hm^3 por ano da água ainda existente na zona de influência do aquífero denominado T3, que se desenvolve em toda a área a sul do rio Sado, abrangendo a totalidade dos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola.

• Este aquífero há 20 anos tinha cerca de 60 hm^3 de reserva de água de excelente qualidade. Contudo, em 2024, segundo dados recolhidos através dos piezómetros da APA (disponíveis ao público em geral), a reserva existente reduziu-se significativamente para cerca de 30 hm^3 (perda anual de 1,5 hm^3 em 20 anos).

• Mas nos últimos 5 anos verificou-se um agravamento da perda anual da reserva do aquífero para cerca de 3 hm^3, uma vez que o consumo anual de água do aquífero tem vindo a crescer de 29,5 hm^3/ano para 31 hm^3/ano, mantendo-se a capacidade de recarga anual do aquífero em cerca de 28 hm^3.

• Pelo que, se acrescentarmos às captações anuais do aquífero o valor de 1 a 1,5 hm^3 que o projeto da REDCORP prevê, isso fará com que o défice atual de 3 hm^3/ano aumente para 4 a 4,5 hm^3/ano, o que provocará o esgotamento do aquífero em 5 a 6 anos.

• As provas evidentes à superfície da brutal redução da água (30 hm^3 em 20 anos) armazenada no aquífero são a brutal redução da água armazenada na lagoa de Melides em 2024 para cerca de metade da que havia em 2020. Bem como, ainda mais grave, a total secagem em 2020 da albufeira de Vale de Coelheiros na Muda. Nesta albufeira, onde antes havia 0,7 hm^3 de água armazenados, hoje não passa de uma floresta de novos pinheiros e densa vegetação.

• A redução da água armazenada no aquífero nas zonas de subsolo de argilas e areias (a maior parte destes concelhos) pode muito provavelmente provocar o abatimento das terras, pois onde há 20 anos havia água vai passar a haver apenas argilas e areias.

• O projeto prevê a construção de condutas adutoras para transporte de água, com menos de 1 metro de diâmetro, numa extensão de cerca de 20 km entre a zona da Água Derramada e a albufeira de Vale do Gaio, para, após os primeiros anos (não especifica quantos), obter os 1 a 1,5 hm^3/ano de água desta albufeira, em substituição da água do aquífero. Para tal, propõe-se fazer um contrato com a Associação de Regantes do Vale do Sado para utilização dessa água.

• Relativamente ao <u>consumo humano</u>, a empresa mineira contempla no projeto uma necessidade de consumo anual de 42.420,30 m^3 de água, totalmente dependente da ligação à barragem de Vale do Gaio, sem nenhum contrato assinado que lhes garanta essa viabilidade (nem sequer a possibilidade de existência dessa água). Ora, seguindo a regra normal de 200 litros de água/dia por pessoa, isso implica que existirão 580 pessoas (42.420,30 m^3 / 200 l dia) dependentes de uma água que neste momento não existe sequer para satisfazer as atuais necessidades dos concelhos da região, pois estes abastecem os munícipes principalmente dos furos existentes no aquífero T3.

• Acontece que esta albufeira já é deficitária em água há vários anos, apesar da já existente ligação pela EDIA da mesma ao Alqueva. A Associação de Regantes utiliza essa água principalmente para o cultivo do arroz, entre outras culturas sazonais, reclamando a mesma a necessidade de mais água para as necessidades agrícolas da região. Pelo que esta intenção da REDCORP de obter a água necessária para o projeto do Vale do Gaio carece de fundamento e prova.

• Esta falta de água para o desenvolvimento de novos projetos nesta região é aliás reconhecida pelo Governo Português no Plano Nacional da Água, em discussão pública até 25 de abril de 2025, em que no seu Resumo Executivo, na página 20, menciona que para suprir necessidades da indústria nesta zona determina, passo a citar:

- *Estudo para novas origens não convencionais – ApR e dessalinização – na zona industrial do Sado, para preservação do aquífero Tejo-Sado.*
- Este estudo, ao contrário da maioria das medidas, não tem prazo de execução nem previsão de custos.

• Pelo que, e em conclusão deste ponto 1, dos recursos hídricos, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado quando comprovadamente houver novas origens para os 1 a 1,5 hm^3/ano de água necessários para o desenvolvimento deste projeto, que não o aquífero e a albufeira de Vale do Gaio.

2. <u>Tratamento das águas residuais</u>

• Este projeto prevê a existência de águas residuais contaminadas decorrentes do processo de separação dos minérios (cobre, zinco, estanho, ouro, prata, entre outros), utilizando vários produtos químicos no processo de lixiviação, em cerca de 0,5 hm^3/ano.

• Acontece que essas águas serão injetadas, depois de tratadas (como?), no subsolo nas zonas donde foram extraídas as terras que contêm os minérios a separar.

M.COEM

• Essa extração será feita até cerca de 300 metros de profundidade, zona onde existe o referido aquífero T3.

• Ora, essas águas residuais contaminadas, se injetadas na profundidade como previsto, acabarão por contaminar o já depauperado aquífero, provocando a deterioração progressiva da boa qualidade das águas que hoje existem.

• Além disso, existem várias linhas de água subterrâneas na zona de implantação da mina, que o promotor afirma que serão ainda objeto de certificação pela APA quanto à deposição nessas águas das águas residuais.

• Pelo que, em conclusão deste ponto 2, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação de um tratamento irrepreensível das águas residuais, que permita uma boa reutilização das mesmas sem riscos para a natureza, seres humanos e animais.

3. <u>Ruído Gerado pela Extração de Minérios</u>

• Conforme descrito no projeto, a extração das terras no subsolo necessita da utilização diária de um camião de explosivos (cerca de 20 toneladas). Essas detonações provocam vibrações (10 a 12 mm/s) num raio de 5 a 10 km, podendo causar pequenas rachas nos edifícios mais próximos, além de barulhos de cerca de 140 dB, que serão sentidos num raio de até 15 a 20 km. O que equivale ao barulho de um avião a jato a levantar voo sempre que estas explosões ocorrerem.

• Se acrescentarmos às detonações os ruídos provenientes das movimentações e do tratamento de 3.282 toneladas de terras/dia, então os ruídos aumentarão em mais 80 a 110 dB/dia, o equivalente ao barulho contínuo de camiões a circular numa estrada ou ao som de uma britadeira.

• Isto quer dizer que a soma destes ruídos (220 a 250 dB), sentidos 24h/dia e 365 dias/ano durante vários anos, vai provocar na região um barulho permanente equivalente ao de camiões e aviões a levantar voo em contínuo, alterando todo o comportamento dos ciclos de sono e do som natural da região durante o dia e noite, com consequências nos seres humanos e na fauna local.

• Cientificamente, estes ruídos acima do recomendado (45 dB) podem provocar doenças nos seres humanos: insónias, stress, hipertensão, doenças cardíacas, quebra de rendimento em alunos e surdez. O que também pode desencadear aumento da conflitualidade na região, por protestos e processos judiciais movidos pelas populações. Para já não falar nas repercussões na principal atividade económica da região, o Turismo.

• A localidade da Água Derramada dista 190 metros da mina, e os habitantes desta localidade (50 pessoas), bem como os dos Brejos dos Duros (30 pessoas) e dos Brejos da Água Derramada (20 pessoas), serão os mais afetados pelo ruído. O projeto nada diz sobre como os proteger, limitando-se a prever a divulgação de informação sobre o projeto aos mesmos.

• Na fauna, poderemos assistir ao abandono da região por aves, veados, raposas e outros animais. Pode haver stress na reprodução dos animais, alterações no peso destes (vacas e bois) e predadores podem evitar a zona, desequilibrando a cadeia alimentar.

• No meio ambiente, o ruído constante pode alterar os padrões naturais do vento, da água e da vegetação.

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 3, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação das medidas de compensação e sua eficácia a serem previstas no projeto, tais como: barreiras sonoras, cortinas de vento, implementação de micro explosões espaçadas, entre outras, que efetivamente reduzam o ruído contínuo abaixo dos 55-65 dB durante o dia e 45-55 dB durante a noite.**

4. <u>Poluição Atmosférica pela Extração dos Minérios</u>

• A movimentação de 3.282 toneladas de terras/dia provoca a libertação de poeira fina (PM10 e PM2.5) e a libertação de partículas do solo, como a sílica, que causa silicose.

• As detonações de explosivos libertam gases tóxicos, como óxido de nitrogénio (NOx), monóxido de carbono (CO) e dióxido de enxofre (SO2). Bem como poeiras suspensas, contendo metais pesados como arsénico, chumbo e mercúrio.

• As movimentações de terras por camiões e britagem emitem compostos voláteis (VOCs) provenientes dos óleos e combustíveis utilizados.

• Todas estas poeiras e gases têm consequências para a saúde pública: doenças respiratórias (asma, DPOC e infeções pulmonares) nos trabalhadores e comunidades próximas, risco de cancro pela exposição prolongada aos metais pesados e sílica, e efeitos cardiovasculares provocados pelas partículas finas PM2.5, que penetram na corrente sanguínea.

• Em termos ambientais, os solos e lençóis freáticos serão afetados pela deposição dos metais pesados.

• As chuvas ácidas (NOx + SO2) provocarão danos na vegetação e corrosão nas estruturas.

• As emissões de CO2 e NOx são dois dos mais potentes gases com efeito de estufa.

• Todas estas poeiras e gases têm repercussões até mais de 30 km de raio da mina (abrangendo os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal). Até 5 km, efeitos diretos (poeira e odores); até 30 km, dispersão de gases e partículas finas (riscos para a saúde e ambiente); a mais de 30 km, efeitos indiretos (chuvas ácidas e metais pesados em rios).

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 4, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação das medidas de compensação e sua eficácia, a serem previstas no projeto, tais como: sistemas de supressão de poeiras, filtros e lavadores de gases, uso de explosivos de baixo NOx/SO2, entre outras.**

5. <u>Tratamento das 9.463.924 toneladas de resíduos</u>

• O projeto não explica como nem quais os destinos que serão dados às 9.463.924 toneladas de resíduos que serão geradas em cerca de 8 anos de produção (9.463.924 ton / 3.282 ton/dia).

M. [illegible]

• Ora, esses resíduos acumulados ao monte, em céu aberto, vão contribuir e agravar as consequências decorrentes da poluição atmosférica referidas no ponto 4.

• Como é sabido, existem múltiplas utilizações para os resíduos: construção civil, recuperação de metais, reabilitação ecológica, entre outros.

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 5, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação das medidas de compensação e sua eficácia, a serem previstas no projeto, neste caso, detalhando como e quem vai recolher periodicamente os resíduos, de forma que, no término da exploração, não existam montes por tratar, como aconteceu noutros casos na região.**

6. <u>Criação de postos de trabalho diretos e indiretos pelo projeto</u>

• O projeto prevê a criação de 300 postos de trabalho diretos e 700 indiretos.

• Ora, para os 300 postos de trabalho diretos, não existem na região nem no País esta quantidade de mineiros e auxiliares desempregados. Pelo que estes trabalhadores serão muito provavelmente imigrantes a contratar no estrangeiro, que terão de obedecer às novas regras que entraram em vigor este mês, na sequência da Lei nº 9/2025, de 10 de fevereiro deste ano.

• O projeto tem de prever como contratar estas pessoas face a esta nova legislação.

• Como e onde alojar 300 novos imigrantes, sabendo que os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal não têm habitações disponíveis para mais 300 pessoas? Seria totalmente impensável colocar estes trabalhadores em contentores junto aos terrenos da Mina da Lagoa Salgada.

• Quanto aos trabalhadores indiretos (700), não basta quantificá-los; também aqui é necessário dizer se são residentes já da região com habitação própria ou se serão recrutados no estrangeiro ou noutras zonas do País. Caso sejam pessoas a deslocar, coloca-se também o problema da habitação e da logística legal da contratação.

• Caso contrário, poderemos assistir a uma "invasão" de mais 1.000 a 4.000 pessoas (com famílias) na região, que vão sobrecarregar o já insuficiente sistema de saúde (SNS, médicos de família e urgências). Além disso, não existem escolas que possam absorver mais 1.000 a 2.000 novos alunos de várias línguas e costumes.

• Já para não falar nos problemas de transporte diário destas pessoas para o trabalho, acréscimos nos consumos de energia, água e tratamento de águas residuais, que terão de ser reforçados em toda a região.

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 6, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação da origem dos trabalhadores diretos e indiretos, bem como da mitigação das questões de habitação, saúde, ensino, transportes, eletricidade, água e outros.**

7. <u>Condicionantes, das estradas e fornecimento energia elétrica</u>

• Inicialmente foi ponderada a construção de um ramal ferroviário para as movimentações de matérias a chegar à mina e para a exportação dos minérios obtidos pela exploração da mina.

MCSFR

• Contudo, por razões não conhecidas, o projeto pressupõe agora como única via de abastecimento e escoamento a estrada municipal 543 (entre a Silha do Pascoal e a Água Derramada), estrada que tem 6 metros de largura (5 m de faixas + 1 m de bermas), mas cujos requisitos do projeto determinam que esta passe a ter 9 metros de largura (7 m de faixas + 2 m de bermas).

• Acontece que a Câmara Municipal de Grândola (CMG) não emitiu nenhum parecer positivo para esse alargamento da estrada, nem foi consultada sobre os custos e viabilidade desse alargamento.

• A estrada EM 543 não está preparada para o volume de tráfego que esta exploração necessita (36 camiões/dia durante 11 anos, totalizando 144.540 camiões), nem existem estudos que avaliem a viabilidade técnica das alterações necessárias para a estrada acomodar estas toneladas de material em camiões/dia. Nem mesmo para os 10 camiões/dia previstos durante os 2 anos de construção das infraestruturas.

• Segundo o projeto, o fornecimento de energia elétrica (necessários 191.626 MW) será feito em 70% através da rede pública e em 30% (57.487,8 MW) por meio da instalação de painéis fotovoltaicos nos terrenos anexos à mina.

• Os 70% (134.138,2 MW) de energia elétrica chegarão à mina através de um ramal (de 15,1 km) a construir a partir da subestação elétrica na cidade de Grândola (eventualmente da nova subestação em construção).

• Quem terá de construir e manter esse ramal será a REN e a E-Redes. Mas o projeto não evidencia nenhum contrato ou disponibilidade da REN e E-Redes quanto à possibilidade de disponibilização dessa energia, nem indica onde a mesma será produzida. Tanto mais que todo o ramal atual de alta tensão está sob forte pressão de aumento de consumos para satisfazer os novos projetos já em construção e alguns já em exploração (Data Center) na zona industrial de Sines. É público que a rede elétrica nacional enfrenta atrasos na instalação de novos ramais, que poderiam inclusive absorver todas as centrais solares fotovoltaicas em construção nesta região e no País.

• **Pelo que, em conclusão deste ponto 7, podemos afirmar que este projeto da REDCORP da Mina da Lagoa Salgada só poderá ser avaliado com a comprovação da eliminação das atuais condicionantes da estrada EM 543 e do abastecimento de energia elétrica.**

8. <u>Benefícios económicos para a região e para País do projeto da Mina da Lagoa Salgada</u>

• Este projeto, com base nos dados conhecidos, não aparenta gerar grandes benefícios económicos para a região nem para o País.

• Os valores previstos como resultados líquidos da exploração (71 milhões de euros/ano, antes de impostos e amortizações) parecem insuficientes para cobrir os custos ainda não quantificados pelo promotor, tais como: novas formas de captação de água para este projeto (dessalinização ou outros), custos com vias rodoviárias, custos com novas infraestruturas elétricas, custos com habitação para os 300 a 1.000 novos trabalhadores, custos com melhorias nos centros de saúde, hospitais e escolas, bem como custos ambientais associados às medidas de compensação que ainda não foram devidamente avaliados.

• Os terrenos de implantação da mina têm vários proprietários, os quais não estão identificados no projeto. Contudo, sabe-se que a REDCORP pretende adquirir ou arrendar esses terrenos. Por qual valor? E se estes proprietários não quiserem vender ou arrendar, o que acontecerá ao projeto? Disputas em tribunal? Com que custos?

• A REDCORP é detida pela Ascendant Resources, uma empresa sediada num paraíso fiscal na Suíça. Assim, supostamente, esta empresa não irá pagar IRC (à taxa média de 18% até 2029) sobre os 60,35 milhões de euros de resultados líquidos anuais (EBIT) atribuíveis à sua quota de 85% (71 milhões de euros * 0,85), sendo os restantes 15% detidos pela EDM. O montante correspondente ao IRC seria de cerca de 11 milhões de euros.

• O que se estima ficar no País em termos de impostos são os 10,65 milhões de euros (dos 15% da EDM sobre 71 milhões de euros) mais os 3,55 milhões de euros (dos 5% de derramas municipais). Ou seja, um total de 14,2 milhões de euros/ano, resultando em 156,2 milhões de euros ao longo de 11 anos.

• No entanto, o investimento inicial deste projeto será de cerca de 200 milhões de euros, dos quais 15% serão financiados pelo Estado Português através da EDM.

• Contudo, se o investimento for realizado em 70% por meio de financiamento bancário, os resultados líquidos após impostos baixam significativamente. Neste cenário, as receitas anuais descem de 71 milhões de euros para 32,88 milhões de euros após impostos.

• Neste caso, o Estado Português reteria apenas 7,6 milhões de euros/ano (18% de IRC + 5% de derramas), dos quais caberiam à autarquia de Grândola apenas 1,64 milhões de euros/ano.

• Ou seja, ao longo de 11 anos, os 83,6 milhões de euros que ficariam no País dificilmente cobririam os custos das compensações ainda não contabilizadas, conforme referido nos pontos 1 a 7.

• Para além disso, num cenário menos positivo, uma queda de 20% no preço dos metais resultaria em prejuízos de 20,86 milhões de euros nos anos em que essa redução ocorrer.

• **Em conclusão e por tudo o acima exposto, neste ponto 8, este projeto, que poderia parecer uma mais-valia para o País, ao que tudo indica não o será, a não ser que seja devidamente reformulado. É necessário corrigir os constrangimentos descritos e apresentar um novo plano de ações e planeamento que traduza resultados económicos com evidentes mais-valias para as pessoas, a região, o País e os investidores.**

Espero, com toda a sinceridade, que este meu contributo possa ajudar a tornar este projeto benéfico para todos.

Concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, em 24 de abril de 2025

A(O) subscritora(o) abaixo assinado desta Contestação,

Maria Emília Almeida

Maria Emília Almeida

Memorandum Nº5
A mina: é um assalto!
Data: 22 de Abril 2025

A Mina da Lagoa Salgada é um assalto!

1. **De que é que se trata:** Do projeto de uma mina com galerias subterrâneas a 12km do centro de Grândola, ao lado das aldeias de Água Derramada e Cilha do Pascoal. Está prevista laborar 24h sobre 24h, 7 dias por semana a partir de 2027, para extrair metais como cobre, estanho, zinco e chumbo. A mina será desativada em 2036, a sua vida útil estimada é de 11 anos. O promotor da mina é a Redcorp, subsidiária da empresa Canadiana Ascendant Resources, que obteve uma concessão para a exploração mineira numa área de 7000ha por um período de 20 anos. A área afetada pela exploração mineira encontra-se inserida em Espaços Florestais de Produção. O processo de mineração e tratamento do minério necessita de muita água que vai ser extraída do subsolo numa zona onde os aquíferos são pobres e que se insere numa bacia hidrográfica classificada de escassez extrema de água.

2. **Qual o impacto da mina no ambiente de Grândola?**

- **Consumo de água:** Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias).
- **Quantidade dos detritos:** 1.880.000 t/ano produzidos – em fim de vida serão 9 milhões de toneladas acumuladas num aterro de detritos de 65ha de área – ou seja 93 campos de futebol com uma altura entre 7 e 24m.
- **Transporte por camiões:** 35 veículos por dia a passar pela EM543, que atravessa a Aldeia da Justa e Água Derramada, uma via incompatível com este aumento de tráfego de pesados.
- **Risco de catástrofe ambiental:** O projeto do aterro de resíduos tem a classificação de perigo de barragem "muito alto" (gravidade das consequências potenciais caso a estrutura da barragem de rejeitados falhe), o que exige níveis máximos de precaução e escrutínio público.
- **Risco de contaminação da água:** a Área Potencial a Intervencionar (API) da Mina ocorre numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos. Os detritos contêm sulfuretos metálicos que, em contacto com a água e o oxigénio, podem dar origem a Drenagem Ácida de Minas (DAM). A DAM é um dos efeitos mais persistentes e difíceis de controlar na mineração, podendo contaminar solos e aquíferos durante décadas após o encerramento da atividade. Casos documentados demonstram que, uma vez iniciada, a DAM é extremamente onerosa de mitigar e, muitas vezes, impossível de reverter.

3. **Quem ganha com esta mina?**

- **O que ganham os munícipes de Grândola:** Pouco ou nada. A operação da mina estima criar 300 postos de trabalho diretos, no entanto, Grândola sofre de grande escassez de mão de obra e não tem mineiros no ativo. Os trabalhadores terão de vir de fora do concelho o que significa ainda mais pressão sobre a habitação e sobre as estruturas de saúde.
- **Quanto ganha o País**: É difícil de quantificar, depende de muitos fatores: contrato, mercados, que minérios e em que quantidades. A DGEG recebeu 250.000€ pela atribuição da concessão. Em fase de exploração, o Estado Português terá direito a um royalty entre 3-5% do valor do minério à boca da mina. A questão mais crítica é a ausência de fileira nacional: o produto que sai da mina não vai ser processado no país, vai ser exportado em bruto pelo que o trabalho especializado e que acrescenta maior valor, ficará noutro país. Portugal fica com os detritos – cerca de 600 toneladas por munícipe.
- **Quanto vai receber a C.M. Grândola:** Mais ou menos 400.000€/ano - 0,5% do valor do minério à boca da mina.
- **O que ganha a empresa:** todo o resto – exportações de 111 milhões€/ano. A Ascendant consegue uma taxa interna de rentabilidade de 37% e o período estimado de recuperação do investimento é de 4 anos.

Copyright © 2025 Proteger Grândola

4. **Quem decidiu?** O projeto decorre do contrato assinado pela DGEG em 2021 durante o mandato de António Costa como primeiro-ministro e João Galamba como Secretario de Estado da Energia. Ao projeto foi dado o estatuto PIN pelo AICEP a 29 de Abril 2022.

5. **Quem atribuiu o estatuto PIN?** O estatuto PIN é atribuído pela Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI) que funciona junto da AICEP e é composta pela APA, ICNF, IAPMEI, Turismo de Portugal, IEFP, DGAE, AT, além das CCDR e Municípios territorialmente competentes.
Turismo de Portugal e ICNF emitiram pareceres favoráveis. A DGEG e a Câmara Municipal de Alcácer não se opuseram. Apesar de convocada a estar presente e a emitir parecer, a Câmara Municipal de Grândola não esteve presente nem emitiu parecer. Bastava um parecer desfavorável da Câmara Municipal de Grândola para que o estatuto PIN não fosse atribuído.

6. **Quem vai sofrer até 2037?** TODOS, pois a mineração vai alterar de forma duradoura a paisagem, prejudicar fortemente a agricultura e produção florestal, agravar o problema da água, causar o aumento de transito e ruído, e aumento de poluição com impacto para a saúde das pessoas e dos animais. O impacto no ambiente vai ser brutal, com a eliminação da vegetação em mais de 90ha e o abate de 1900 sobreiros. E quem precisar de casa vai ter que competir com mais 300 famílias à procura.

7. **Quando a Redcorp/Ascendant se for embora, quem fica lesado?**

- **A população do concelho** que vai arcar com as consequências por décadas.
- **A paisagem** que fica com 9 milhões de toneladas de detritos de matérias tóxicos para sempre numa área igual a 93 campos de futebol com a altura de um prédio de 2 a 8 andares.
- **O montado,** cuja sobrevivência e regeneração podem ficar comprometidos, sobretudo em períodos de seca cada vez mais frequentes.
- **Quem precisar de água no concelho de Grândola** – há risco de rebaixamento do lençol freático, afetando a recarga natural dos aquífero.
- **O risco de perigo** de barragem "muito alto" vai-se manter para sempre, tal como o **risco de uma contaminação dos aquíferos.**
- **Quem conduz nas estradas do concelho** pois os camiões que transportam diariamente o minério produzido e os materiais necessários vão danificar as estradas por onde passarem.

O país recebe 3-5% do valor do minério à boca da mina,

enquanto os investidores estrangeiros ficam com o resto.

Grândola fica com a paisagem destruída,

recursos hídricos comprometidos

e uma montanha de 9 milhões de toneladas de resíduos.

Ou seja, mais de 600 toneladas por habitante.

E a compensação? 70cts a 1€ por cada tonelada de lixo tóxico!

Copyright © 2025 Proteger Grândola

Contestation du Projet de la Mine de Lagoa Salgada

Excellences,

En tant que propriétaire d'une maison, dans la municipalité de Carvalhal, rua das Ceifeiras, L2LT7, 7570-782 et en tant que citoyenne préoccupée par tout ce qui se passe dans cette municipalité du district de Grândola et Setubal, j'ai été profondément indignée en prenant connaissance du projet d'exploitation minière de la Mine de Lagoa Salgada, promu par l'entreprise REDCORP, actuellement en phase de consultation publique.

Mon indignation ne découle pas des « supposés » mérites que ce projet pourrait présenter pour le développement économique de cette région et du pays, mais plutôt du fait que les préjudices sont bien supérieurs aux avantages décrits.

Je fais référence, en particulier, aux préjudices environnementaux, à la santé des citoyens résidant dans cette zone ainsi qu'aux visiteurs, ainsi qu'à l'impact négatif sur le développement touristique, entre autres aspects, que nous subirons tous si le projet avance selon les termes présentés, notamment tels qu'indiqués dans le document intitulé *« Volume II – Rapport Synthèse »* .

Je vais maintenant décrire, en huit points, les aspects que j'ai considérés comme les plus graves et qui doivent impérativement être réformés et corrigés

1. Utilisation des Ressources en Eau

• C'est le principal problème du projet, car il suppose l'utilisation de 1 à 2 hm^3 par an de l'eau encore disponible dans la zone d'influence de l'aquifère appelé T3, qui s'étend sur toute la région au sud du fleuve Sado, couvrant entièrement les municipalités d'Alcácer do Sal et de Grândola.

• Il y a 20 ans, cet aquifère comptait environ 60 hm^3 de réserves d'eau de très bonne qualité. Cependant, en 2024, selon les données recueillies via les piézomètres de l'APA (disponibles au public), les réserves existantes ont significativement diminué pour atteindre environ 30 hm^3 (perte annuelle de 1,5 hm^3 sur 20 ans).

• Mais au cours des 5 dernières années, une aggravation de la perte annuelle de l'aquifère a été observée, atteignant environ 3 hm^3, car la consommation annuelle d'eau de l'aquifère est passée de 29,5 hm^3/an à 31 hm^3/an, tandis que la capacité de recharge annuelle de l'aquifère est restée stable à environ 28 hm^3.

• Par conséquent, si l'on ajoute aux prélèvements annuels de l'aquifère la valeur de 1 à 1,5 hm^3 prévue par le projet de REDCORP, cela augmentera le déficit actuel de 3 hm^3/an à 4 à 4,5 hm^3/an, ce qui entraînera l'épuisement de l'aquifère en 5 à 6 ans.

• Les preuves évidentes à la surface de la brutale réduction de l'eau (30 hm^3 en 20 ans) stockée dans l'aquifère sont la forte diminution de l'eau stockée dans la lagune de Melides en 2024, qui est passée à environ la moitié de ce qu'elle était en 2020. De plus, encore plus grave, l'assèchement total en 2020 du barrage de Vale de Coelheiros à Muda. Dans ce barrage, où il y avait auparavant 0,7 hm^3 d'eau stockée, il ne reste aujourd'hui qu'une forêt de jeunes pins et une végétation dense.

• La réduction de l'eau stockée dans l'aquifère dans les zones souterraines d'argile et de sable (la majeure partie de ces municipalités) pourrait très probablement provoquer un affaissement

des terres, car là où il y avait de l'eau il y a 20 ans, il n'y aura bientôt plus que de l'argile et du sable.

• Le projet prévoit la construction de conduites pour transporter l'eau, avec un diamètre inférieur à 1 mètre, sur environ 20 km entre la zone de Água Derramada et le barrage de Vale do Gaio, afin d'obtenir, après les premières années (non spécifiées), les 1 à 1,5 hm^3/an d'eau de ce barrage, en remplacement de l'eau de l'aquifère. Pour cela, il est proposé de conclure un contrat avec l'Association des Irrigants du Vale do Sado pour l'utilisation de cette eau.

• En ce qui concerne la consommation humaine, l'entreprise minière prévoit dans le projet un besoin annuel de 42.420,30 m^3 d'eau, totalement dépendant de la connexion au barrage de Vale do Gaio, sans aucun contrat signé garantissant cette viabilité (ni même la possibilité de l'existence de cette eau). Or, suivant la norme habituelle de 200 litres d'eau/jour par personne, cela implique qu'il y aura 580 personnes (42.420,30 m^3 / 200 l jour) dépendantes d'une eau qui, à ce moment-là, n'existe même pas pour satisfaire les besoins actuels des municipalités de la région, car elles alimentent leurs habitants principalement à partir des puits existants dans l'aquifère T3.

• Il se trouve que ce barrage est déjà en déficit d'eau depuis plusieurs années, malgré sa connexion existante via EDIA au barrage d'Alqueva. L'Association des Irrigants utilise cette eau principalement pour la culture du riz, entre autres cultures saisonnières, et revendique la nécessité de plus d'eau pour répondre aux besoins agricoles de la région. Par conséquent, cette intention de REDCORP d'obtenir l'eau nécessaire pour le projet de Vale do Gaio manque de fondement et de preuves.

• Ce manque d'eau pour le développement de nouveaux projets dans cette région est d'ailleurs reconnu par le gouvernement portugais dans le Plan National de l'Eau, en consultation publique jusqu'au 25 avril 2025, où dans son Résumé Exécutif, page 20, il est mentionné que pour répondre aux besoins industriels de cette zone, il est prévu, je cite :

- *Étude pour de nouvelles sources non conventionnelles – ApR et dessalement – dans la zone industrielle du Sado, pour la préservation de l'aquifère Tejo-Sado.*
- Cette étude, contrairement à la plupart des mesures, n'a ni échéance ni estimation des coûts.

• Par conséquent, en conclusion de ce point 1 sur les ressources en eau, nous pouvons affirmer que ce projet de REDCORP pour la Mine de Lagoa Salgada ne pourra être évalué que lorsqu'il sera prouvé qu'il existe de nouvelles sources pour les 1 à 1,5 hm^3/an d'eau nécessaires au développement de ce projet, autres que l'aquifère et le barrage de Vale do Gaio.

2. <u>Traitement des eaux usées</u>

• Ce projet prévoit l'existence d'eaux usées contaminées résultant du processus de séparation des minerais (cuivre, zinc, étain, or, argent, entre autres), en utilisant divers produits chimiques dans le procédé de lixiviation, à hauteur d'environ 0,5 hm^3/an.

• Or, ces eaux seront injectées, après traitement (comment ?), dans le sous-sol des zones où les terres contenant les minéraux ont été extraites.

• Cette extraction se fera jusqu'à environ 300 mètres de profondeur, là où se trouve l'aquifère T3 mentionné.

• Cependant, si ces eaux usées contaminées sont injectées à cette profondeur comme prévu, elles finiront par contaminer l'aquifère déjà appauvri, provoquant une détérioration progressive de la bonne qualité de l'eau qui existe aujourd'hui.

• De plus, il existe plusieurs lignes d'eau souterraines dans la zone d'implantation de la mine, que le promoteur affirme être encore soumises à certification par l'APA concernant le dépôt de ces eaux usées.

• **Par conséquent, en conclusion de ce point 2, nous pouvons affirmer que ce projet de REDCORP pour la Mine de Lagoa Salgada ne pourra être évalué qu'avec la preuve d'un traitement irréprochable des eaux usées, permettant leur bonne réutilisation sans risques pour la nature, les êtres humains et les animaux.**

3. **Bruit généré par l'extraction des minerais**

• Selon le projet, l'extraction des terres en profondeur nécessite l'utilisation quotidienne d'un camion d'explosifs (environ 20 tonnes). Ces détonations provoquent des vibrations (10 à 12 mm/s) dans un rayon de 5 à 10 km, pouvant causer de petites fissures dans les bâtiments les plus proches, ainsi que des bruits d'environ 140 dB, qui seront ressentis dans un rayon allant jusqu'à 15 à 20 km. Cela équivaut au bruit d'un avion à réaction décollant chaque fois que ces explosions se produisent.

• Si l'on ajoute aux détonations les bruits provenant des mouvements et du traitement de 3.282 tonnes de terre/jour, alors les bruits augmenteront de 80 à 110 dB/jour supplémentaires, ce qui est équivalent au bruit continu de camions circulant sur une route ou au son d'un marteau-piqueur.

• Cela signifie que la somme de ces bruits (220 à 250 dB), ressentis 24h/24 et 365 jours/an pendant plusieurs années, provoquera dans la région un bruit permanent équivalent à celui de camions et d'avions décollant en continu, modifiant tout le comportement des cycles de sommeil et du son naturel de la région, avec des conséquences pour les êtres humains et la faune locale.

• Scientifiquement, ces bruits supérieurs à la recommandation (45 dB) peuvent provoquer des maladies chez les êtres humains : insomnies, stress, hypertension, maladies cardiaques, baisse de rendement scolaire et surdité. Cela pourrait également entraîner une augmentation des conflits dans la région, avec des protestations et des poursuites judiciaires intentées par les populations. Sans parler des répercussions sur l'activité économique principale de la région, le tourisme.

• Le village d'Água Derramada est situé à 190 mètres de la mine, et ses habitants (50 personnes), ainsi que ceux des Brejos dos Duros (30 personnes) et des Brejos da Água Derramada (20 personnes), seront les plus affectés par le bruit. Le projet ne dit rien sur la manière de les protéger, se limitant à prévoir la diffusion d'informations sur le projet.

• Chez la faune, nous pourrions assister à l'abandon de la région par les oiseaux, les cerfs, les renards et autres animaux. Il pourrait y avoir un stress dans la reproduction des animaux, des variations de poids (vaches et bœufs), et les prédateurs pourraient éviter la zone, déséquilibrant la chaîne alimentaire.

• Dans l'environnement, le bruit constant pourrait altérer les schémas naturels du vent, de l'eau et de la végétation.

• Par conséquent, en conclusion de ce point 3, nous pouvons affirmer que ce projet de REDCORP pour la Mine de Lagoa Salgada ne pourra être évalué qu'avec la preuve de mesures de compensation et de leur efficacité prévues dans le projet, telles que : barrières acoustiques, rideaux anti-bruit, mise en œuvre d'explosions micro-espacées, entre autres, qui réduisent effectivement le bruit continu en dessous de 55-65 dB pendant la journée et 45-55 dB pendant la nuit.

4. <u>Pollution atmosphérique due à l'extraction des minerais</u>

• Le déplacement de 3.282 tonnes de terre/jour provoque la libération de poussière fine (PM10 et PM2,5) ainsi que de particules du sol, comme la silice, qui cause la silicose.

• Les détonations d'explosifs libèrent des gaz toxiques, tels que les oxydes d'azote (NOx), le monoxyde de carbone (CO) et le dioxyde de soufre (SO2). De plus, elles produisent des poussières en suspension contenant des métaux lourds comme l'arsenic, le plomb et le mercure.

• Les mouvements de terre par camions et le concassage émettent des composés volatils (COV) provenant des huiles et des carburants utilisés.

• Toutes ces poussières et ces gaz ont des conséquences pour la santé publique : maladies respiratoires (asthme, BPCO et infections pulmonaires) chez les travailleurs et les communautés proches, risque de cancer lié à une exposition prolongée aux métaux lourds et à la silice, ainsi que des effets cardiovasculaires causés par les particules fines PM2,5, qui pénètrent dans le flux sanguin.

• En termes environnementaux, les sols et les nappes phréatiques seront affectés par le dépôt des métaux lourds.

• Les pluies acides (NOx + SO2) causeront des dommages à la végétation et de la corrosion sur les structures.

• Les émissions de CO2 et de NOx sont deux des gaz les plus puissants à effet de serre.

• Toutes ces poussières et ces gaz ont des répercussions jusqu'à plus de 30 km de rayon autour de la mine (couvrant les municipalités de Grândola et d'Alcácer do Sal). Jusqu'à 5 km, effets directs (poussière et odeurs); jusqu'à 30 km, dispersion des gaz et des particules fines (risques pour la santé et l'environnement); au-delà de 30 km, effets indirects (pluies acides et métaux lourds dans les rivières).

• Par conséquent, en conclusion de ce point 4, nous pouvons affirmer que ce projet de REDCORP pour la Mine de Lagoa Salgada ne pourra être évalué qu'avec la preuve de mesures de compensation et de leur efficacité prévues dans le projet, telles que : systèmes de suppression de poussière, filtres et laveurs de gaz, utilisation d'explosifs à faible teneur en NOx/SO2, entre autres.

5. <u>Gestion des 9.463.924 tonnes de déchets</u>

• Le projet ne précise ni comment ni quelles destinations seront données aux 9.463.924 tonnes de déchets qui seront générées en environ 8 ans de production (9.463.924 tonnes / 3.282 tonnes/jour).

• Or, ces déchets accumulés en tas à ciel ouvert contribueront et aggraveront les conséquences de la pollution atmosphérique mentionnées au point 4.

• Comme il est bien connu, il existe de multiples utilisations pour les déchets : construction civile, récupération de métaux, réhabilitation écologique, entre autres.

• **Par conséquent, en conclusion de ce point 5, nous pouvons affirmer que ce projet de REDCORP pour la Mine de Lagoa Salgada ne pourra être évalué qu'avec la preuve de mesures de compensation et de leur efficacité prévues dans le projet, en précisant notamment comment et qui collectera périodiquement les déchets, afin qu'à la fin de l'exploitation, il n'y ait pas de tas non traités, comme cela s'est produit dans d'autres cas de la région.**

6. **Création d'emplois directs et indirects par le projet**

• Le projet prévoit la création de 300 emplois directs et 700 emplois indirects.

• Cependant, pour les 300 emplois directs, il n'existe ni dans la région ni dans le pays un tel nombre de mineurs et d'auxiliaires au chômage. Par conséquent, ces travailleurs seront très probablement des immigrés recrutés à l'étranger, qui devront se conformer aux nouvelles règles entrées en vigueur ce mois-ci, conformément à la Loi nº 9/2025 du 10 février de cette année.

• Le projet doit prévoir comment recruter ces personnes conformément à cette nouvelle législation.

• Comment et où loger 300 nouveaux immigrés, sachant que les municipalités de Grândola et d'Alcácer do Sal ne disposent pas de logements disponibles pour 300 personnes supplémentaires ? Il serait totalement impensable de placer ces travailleurs dans des conteneurs près des terres de la Mine de Lagoa Salgada.

• Quant aux travailleurs indirects (700), il ne suffit pas de les quantifier ; il est également nécessaire de préciser s'ils sont déjà résidents de la région avec un logement, ou s'ils seront recrutés à l'étranger ou dans d'autres zones du pays. Si ce sont des personnes à déplacer, le problème du logement et de la logistique légale du recrutement se pose également.

• Sinon, nous pourrions assister à une « invasion » de 1.000 à 4.000 personnes (avec familles) dans la région, ce qui surchargerait le système de santé déjà insuffisant (SNS, médecins de famille et urgences). De plus, il n'existe pas d'écoles capables d'accueillir 1.000 à 2.000 nouveaux élèves de diverses langues et coutumes.

• Sans parler des problèmes de transport quotidien de ces personnes vers le travail, des augmentations de la consommation d'énergie, d'eau et du traitement des eaux usées, qui devront être renforcés dans toute la région.

• **Par conséquent, en conclusion de ce point 6, nous pouvons affirmer que ce projet de REDCORP pour la Mine de Lagoa Salgada ne pourra être évalué qu'avec la preuve de l'origine des travailleurs directs et indirects, ainsi que de la mitigation des questions de logement, santé, éducation, transport, électricité, eau et autres.**

7. **Contraintes liées aux routes et à l'approvisionnement en électricité**

• Initialement, la construction d'une rampe ferroviaire avait été envisagée pour le transport des matériaux entrants vers la mine et pour l'exportation des minerais extraits de l'exploitation minière.

• Cependant, pour des raisons inconnues, le projet suppose maintenant que la seule voie d'approvisionnement et d'évacuation sera la route municipale 543 (entre Cilha do Pascoal et

Água Derramada), une route qui mesure actuellement 6 mètres de large (5 m de chaussée + 1 m de bas-côtés), mais dont les exigences du projet nécessitent qu'elle soit élargie à 9 mètres de large (7 m de chaussée + 2 m de bas-côtés).

• Or, la municipalité de Grândola (CMG) n'a émis aucun avis positif concernant cet élargissement de la route, et elle n'a pas été consultée sur les coûts ni sur la faisabilité de cet élargissement.

• La route EM 543 n'est pas adaptée au volume de trafic que cette exploitation nécessitera (36 camions/jour pendant 11 ans, totalisant 144.540 camions), et il n'existe aucune étude évaluant la faisabilité technique des modifications nécessaires pour que la route puisse accueillir ces tonnes de matériel par jour. Même pour les 10 camions/jour prévus pendant les 2 ans de construction des infrastructures.

• Selon le projet, l'approvisionnement en électricité (nécessitant 191.626 MW) sera assuré à 70 % par le réseau public et à 30 % (57.487,8 MW) par l'installation de panneaux photovoltaïques sur les terres adjacentes à la mine.

• Les 70 % (134.138,2 MW) d'électricité arriveront à la mine via une ligne électrique (de 15,1 km) à construire à partir du poste électrique de la ville de Grândola (éventuellement du nouveau poste en construction).

• La construction et la maintenance de cette ligne incomberont à REN et E-Redes. Mais le projet ne mentionne aucun contrat ou disponibilité de REN et E-Redes concernant la possibilité de fourniture de cette énergie, ni où elle sera produite. De plus, tout le réseau actuel de haute tension est déjà sous forte pression en raison de l'augmentation de la demande pour satisfaire les nouveaux projets en cours de construction et certains déjà en exploitation (Data Center) dans la zone industrielle de Sines. Il est de notoriété publique que le réseau électrique national fait face à des retards dans l'installation de nouvelles lignes, qui pourraient même absorber toutes les centrales solaires photovoltaïques en construction dans cette région et dans le pays.

• **Par conséquent, en conclusion de ce point 7, nous pouvons affirmer que ce projet de REDCORP pour la Mine de Lagoa Salgada ne pourra être évalué qu'avec la preuve de la suppression des contraintes actuelles de la route EM 543 et de l'approvisionnement en électricité.**

8. <u>Avantages économiques pour la région et pour le pays du projet de la Mine de Lagoa Salgada</u>

• Ce projet, sur la base des données connues, ne semble pas générer de grands avantages économiques pour la région ni pour le pays.

• Les montants prévus comme résultats nets de l'exploitation (71 millions d'euros/an, avant impôts et amortissements) semblent insuffisants pour couvrir les coûts non encore quantifiés par le promoteur, tels que : de nouvelles méthodes de captage d'eau pour ce projet (dessalement ou autres), coûts liés aux routes, coûts des nouvelles infrastructures électriques, coûts du logement pour les 300 à 1.000 nouveaux travailleurs, coûts des améliorations dans les centres de santé, hôpitaux et écoles, ainsi que les coûts environnementaux associés aux mesures de compensation qui n'ont pas encore été correctement évalués.

• Les terrains d'implantation de la mine ont plusieurs propriétaires, qui ne sont pas identifiés dans le projet. Cependant, on sait que REDCORP souhaite acheter ou louer ces terrains. À quel

prix ? Et si ces propriétaires refusent de vendre ou de louer, que se passera-t-il pour le projet ? Des litiges en justice ? Avec quels coûts ?

• REDCORP est détenue par Ascendant Resources, une entreprise basée dans un paradis fiscal en Suisse. Ainsi, supposément, cette entreprise ne paiera pas d'impôt sur les sociétés (IRC, au taux moyen de 18 % jusqu'en 2029) sur les 60,35 millions d'euros de bénéfices nets annuels (EBIT) attribuables à sa part de 85 % (71 millions d'euros * 0,85), les 15 % restants étant détenus par EDM. Le montant correspondant à l'IRC serait d'environ 11 millions d'euros.

• Ce qui est estimé rester dans le pays en termes d'impôts est de 10,65 millions d'euros (des 15 % de EDM sur 71 millions d'euros) plus 3,55 millions d'euros (des 5 % de taxes municipales). Cela représente un total de 14,2 millions d'euros/an, soit 156,2 millions d'euros sur 11 ans.

• Cependant, l'investissement initial de ce projet sera d'environ 200 millions d'euros, dont 15 % seront financés par l'État portugais via EDM.

• Toutefois, si l'investissement est réalisé à 70 % par financement bancaire, les bénéfices nets après impôts diminueront considérablement. Dans ce scénario, les revenus annuels tomberont de 71 millions d'euros à 32,88 millions d'euros après impôts.

• Dans ce cas, l'État portugais ne percevrait que 7,6 millions d'euros/an (18 % d'IRC + 5 % de taxes municipales), dont seulement 1,64 million d'euros/an reviendraient à la municipalité de Grândola.

• Autrement dit, sur 11 ans, les 83,6 millions d'euros qui resteraient dans le pays couvriraient difficilement les coûts des compensations non encore comptabilisées, comme mentionné aux points 1 à 7.

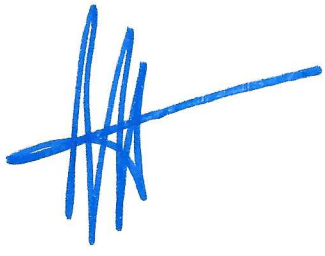
• De plus, dans un scénario moins favorable, une baisse de 20 % du prix des métaux entraînerait des pertes de 20,86 millions d'euros pour les années où cette réduction se produirait.

• **En conclusion et compte tenu de tout ce qui précède, dans ce point 8, ce projet, qui pourrait sembler une valeur ajoutée pour le pays, ne le sera probablement pas, à moins qu'il ne soit correctement révisé. Il est nécessaire de corriger les contraintes décrites et de présenter un nouveau plan d'actions et de planification qui reflète des résultats économiques avec des avantages évidents pour les personnes, la région, le pays et les investisseurs.**

J'espère, avec toute ma sincérité, que cette contribution pourra aider à rendre ce projet bénéfique pour tous.

Carvalhal, le 25 avril 2025

Danielle Leon Perradin



Memorandum Nº5
A mina: é um assalto!
Data: 22 de Abril 2025

A Mina da Lagoa Salgada é um assalto!

1. **De que é que se trata:** Do projeto de uma mina com galerias subterrâneas a 12km do centro de Grândola, ao lado das aldeias de Água Derramada e Cilha do Pascoal. Está prevista laborar 24h sobre 24h, 7 dias por semana a partir de 2027, para extrair metais como cobre, estanho, zinco e chumbo. A mina será desativada em 2036, a sua vida útil estimada é de 11 anos. O promotor da mina é a Redcorp, subsidiária da empresa Canadiana Ascendant Resources, que obteve uma concessão para a exploração mineira numa área de 7000ha por um período de 20 anos. A área afetada pela exploração mineira encontra-se inserida em Espaços Florestais de Produção. O processo de mineração e tratamento do minério necessita de muita água que vai ser extraída do subsolo numa zona onde os aquíferos são pobres e que se insere numa bacia hidrográfica classificada de escassez extrema de água.

2. **Qual o impacto da mina no ambiente de Grândola?**

- **Consumo de água:** Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias).
- **Quantidade dos detritos:** 1.880.000 t/ano produzidos – em fim de vida serão 9 milhões de toneladas acumuladas num aterro de detritos de 65ha de área – ou seja 93 campos de futebol com uma altura entre 7 e 24m.
- **Transporte por camiões:** 35 veículos por dia a passar pela EM543, que atravessa a Aldeia da Justa e Água Derramada, uma via incompatível com este aumento de tráfego de pesados.
- **Risco de catástrofe ambiental:** O projeto do aterro de resíduos tem a classificação de perigo de barragem "muito alto" (gravidade das consequências potenciais caso a estrutura da barragem de rejeitados falhe), o que exige níveis máximos de precaução e escrutínio público.
- **Risco de contaminação da água:** a Área Potencial a Intervencionar (API) da Mina ocorre numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos. Os detritos contêm sulfuretos metálicos que, em contacto com a água e o oxigénio, podem dar origem a Drenagem Ácida de Minas (DAM). A DAM é um dos efeitos mais persistentes e difíceis de controlar na mineração, podendo contaminar solos e aquíferos durante décadas após o encerramento da atividade. Casos documentados demonstram que, uma vez iniciada, a DAM é extremamente onerosa de mitigar e, muitas vezes, impossível de reverter.

3. **Quem ganha com esta mina?**

- **O que ganham os munícipes de Grândola:** Pouco ou nada. A operação da mina estima criar 300 postos de trabalho diretos, no entanto, Grândola sofre de grande escassez de mão de obra e não tem mineiros no ativo. Os trabalhadores terão de vir de fora do concelho o que significa ainda mais pressão sobre a habitação e sobre as estruturas de saúde.
- **Quanto ganha o País**: É difícil de quantificar, depende de muitos fatores: contrato, mercados, que minérios e em que quantidades. A DGEG recebeu 250.000€ pela atribuição da concessão. Em fase de exploração, o Estado Português terá direito a um royalty entre 3-5% do valor do minério à boca da mina. A questão mais crítica é a ausência de fileira nacional: o produto que sai da mina não vai ser processado no país, vai ser exportado em bruto pelo que o trabalho especializado e que acrescenta maior valor, ficará noutro país. Portugal fica com os detritos – cerca de 600 toneladas por munícipe.
- **Quanto vai receber a C.M. Grândola:** Mais ou menos 400.000€/ano - 0,5% do valor do minério à boca da mina.
- **O que ganha a empresa:** todo o resto – exportações de 111 milhões€/ano. A Ascendant consegue uma taxa interna de rentabilidade de 37% e o período estimado de recuperação do investimento é de 4 anos.

Copyright © 2025 Proteger Grândola

4. **Quem decidiu?** O projeto decorre do contrato assinado pela DGEG em 2021 durante o mandato de António Costa como primeiro-ministro e João Galamba como Secretario de Estado da Energia. Ao projeto foi dado o estatuto PIN pelo AICEP a 29 de Abril 2022.

5. **Quem atribuiu o estatuto PIN?** O estatuto PIN é atribuído pela Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI) que funciona junto da AICEP e é composta pela APA, ICNF, IAPMEI, Turismo de Portugal, IEFP, DGAE, AT, além das CCDR e Municípios territorialmente competentes.
Turismo de Portugal e ICNF emitiram pareceres favoráveis. A DGEG e a Câmara Municipal de Alcácer não se opuseram. Apesar de convocada a estar presente e a emitir parecer, a Câmara Municipal de Grândola não esteve presente nem emitiu parecer. Bastava um parecer desfavorável da Câmara Municipal de Grândola para que o estatuto PIN não fosse atribuído.

6. **Quem vai sofrer até 2037?** TODOS, pois a mineração vai alterar de forma duradoura a paisagem, prejudicar fortemente a agricultura e produção florestal, agravar o problema da água, causar o aumento de transito e ruído, e aumento de poluição com impacto para a saúde das pessoas e dos animais. O impacto no ambiente vai ser brutal, com a eliminação da vegetação em mais de 90ha e o abate de 1900 sobreiros. E quem precisar de casa vai ter que competir com mais 300 famílias à procura.

7. **Quando a Redcorp/Ascendant se for embora, quem fica lesado?**

- **A população do concelho** que vai arcar com as consequências por décadas.
- **A paisagem** que fica com 9 milhões de toneladas de detritos de matérias tóxicos para sempre numa área igual a 93 campos de futebol com a altura de um prédio de 2 a 8 andares.
- **O montado,** cuja sobrevivência e regeneração podem ficar comprometidos, sobretudo em períodos de seca cada vez mais frequentes.
- **Quem precisar de água no concelho de Grândola** – há risco de rebaixamento do lençol freático, afetando a recarga natural dos aquífero.
- **O risco de perigo** de barragem "muito alto" vai-se manter para sempre, tal como o **risco de uma contaminação dos aquíferos.**
- **Quem conduz nas estradas do concelho** pois os camiões que transportam diariamente o minério produzido e os materiais necessários vão danificar as estradas por onde passarem.

O país recebe 3-5% do valor do minério à boca da mina,

enquanto os investidores estrangeiros ficam com o resto.

Grândola fica com a paisagem destruída,

recursos hídricos comprometidos

e uma montanha de 9 milhões de toneladas de resíduos.

Ou seja, mais de 600 toneladas por habitante.

E a compensação? 70cts a 1€ por cada tonelada de lixo tóxico!

Copyright © 2025 Proteger Grândola

Memorandum Nº5
A mina: é um assalto!
Data: 22 de Abril 2025

A Mina da Lagoa Salgada é um assalto!

1. **De que é que se trata:** Do projeto de uma mina com galerias subterrâneas a 12km do centro de Grândola, ao lado das aldeias de Água Derramada e Cilha do Pascoal. Está prevista laborar 24h sobre 24h, 7 dias por semana a partir de 2027, para extrair metais como cobre, estanho, zinco e chumbo. A mina será desativada em 2036, a sua vida útil estimada é de 11 anos. O promotor da mina é a Redcorp, subsidiária da empresa Canadiana Ascendant Resources, que obteve uma concessão para a exploração mineira numa área de 7000ha por um período de 20 anos. A área afetada pela exploração mineira encontra-se inserida em Espaços Florestais de Produção. O processo de mineração e tratamento do minério necessita de muita água que vai ser extraída do subsolo numa zona onde os aquíferos são pobres e que se insere numa bacia hidrográfica classificada de escassez extrema de água.

2. **Qual o impacto da mina no ambiente de Grândola?**

- **Consumo de água:** Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias).
- **Quantidade dos detritos:** 1.880.000 t/ano produzidos – em fim de vida serão 9 milhões de toneladas acumuladas num aterro de detritos de 65ha de área – ou seja 93 campos de futebol com uma altura entre 7 e 24m.
- **Transporte por camiões:** 35 veículos por dia a passar pela EM543, que atravessa a Aldeia da Justa e Água Derramada, uma via incompatível com este aumento de tráfego de pesados.
- **Risco de catástrofe ambiental:** O projeto do aterro de resíduos tem a classificação de perigo de barragem "muito alto" (gravidade das consequências potenciais caso a estrutura da barragem de rejeitados falhe), o que exige níveis máximos de precaução e escrutínio público.
- **Risco de contaminação da água:** a Área Potencial a Intervencionar (API) da Mina ocorre numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos. Os detritos contêm sulfuretos metálicos que, em contacto com a água e o oxigénio, podem dar origem a Drenagem Ácida de Minas (DAM). A DAM é um dos efeitos mais persistentes e difíceis de controlar na mineração, podendo contaminar solos e aquíferos durante décadas após o encerramento da atividade. Casos documentados demonstram que, uma vez iniciada, a DAM é extremamente onerosa de mitigar e, muitas vezes, impossível de reverter.

3. **Quem ganha com esta mina?**

- **O que ganham os munícipes de Grândola:** Pouco ou nada. A operação da mina estima criar 300 postos de trabalho diretos, no entanto, Grândola sofre de grande escassez de mão de obra e não tem mineiros no ativo. Os trabalhadores terão de vir de fora do concelho o que significa ainda mais pressão sobre a habitação e sobre as estruturas de saúde.
- **Quanto ganha o País**: É difícil de quantificar, depende de muitos fatores: contrato, mercados, que minérios e em que quantidades. A DGEG recebeu 250.000€ pela atribuição da concessão. Em fase de exploração, o Estado Português terá direito a um royalty entre 3-5% do valor do minério à boca da mina. A questão mais crítica é a ausência de fileira nacional: o produto que sai da mina não vai ser processado no país, vai ser exportado em bruto pelo que o trabalho especializado e que acrescenta maior valor, ficará noutro país. Portugal fica com os detritos – cerca de 600 toneladas por munícipe.
- **Quanto vai receber a C.M. Grândola:** Mais ou menos 400.000€/ano - 0,5% do valor do minério à boca da mina.
- **O que ganha a empresa:** todo o resto – exportações de 111 milhões€/ano. A Ascendant consegue uma taxa interna de rentabilidade de 37% e o período estimado de recuperação do investimento é de 4 anos.

Copyright © 2025 Proteger Grândola

4. **Quem decidiu?** O projeto decorre do contrato assinado pela DGEG em 2021 durante o mandato de António Costa como primeiro-ministro e João Galamba como Secretario de Estado da Energia. Ao projeto foi dado o estatuto PIN pelo AICEP a 29 de Abril 2022.

5. **Quem atribuiu o estatuto PIN?** O estatuto PIN é atribuído pela Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI) que funciona junto da AICEP e é composta pela APA, ICNF, IAPMEI, Turismo de Portugal, IEFP, DGAE, AT, além das CCDR e Municípios territorialmente competentes.
Turismo de Portugal e ICNF emitiram pareceres favoráveis. A DGEG e a Câmara Municipal de Alcácer não se opuseram. Apesar de convocada a estar presente e a emitir parecer, a Câmara Municipal de Grândola não esteve presente nem emitiu parecer. Bastava um parecer desfavorável da Câmara Municipal de Grândola para que o estatuto PIN não fosse atribuído.

6. **Quem vai sofrer até 2037?** TODOS, pois a mineração vai alterar de forma duradoura a paisagem, prejudicar fortemente a agricultura e produção florestal, agravar o problema da água, causar o aumento de transito e ruído, e aumento de poluição com impacto para a saúde das pessoas e dos animais. O impacto no ambiente vai ser brutal, com a eliminação da vegetação em mais de 90ha e o abate de 1900 sobreiros. E quem precisar de casa vai ter que competir com mais 300 famílias à procura.

7. **Quando a Redcorp/Ascendant se for embora, quem fica lesado?**

- **A população do concelho** que vai arcar com as consequências por décadas.
- **A paisagem** que fica com 9 milhões de toneladas de detritos de matérias tóxicos para sempre numa área igual a 93 campos de futebol com a altura de um prédio de 2 a 8 andares.
- **O montado,** cuja sobrevivência e regeneração podem ficar comprometidos, sobretudo em períodos de seca cada vez mais frequentes.
- **Quem precisar de água no concelho de Grândola** – há risco de rebaixamento do lençol freático, afetando a recarga natural dos aquífero.
- **O risco de perigo** de barragem "muito alto" vai-se manter para sempre, tal como o **risco de uma contaminação dos aquíferos.**
- **Quem conduz nas estradas do concelho** pois os camiões que transportam diariamente o minério produzido e os materiais necessários vão danificar as estradas por onde passarem.

O país recebe 3-5% do valor do minério à boca da mina,

enquanto os investidores estrangeiros ficam com o resto.

Grândola fica com a paisagem destruída,

recursos hídricos comprometidos

e uma montanha de 9 milhões de toneladas de resíduos.

Ou seja, mais de 600 toneladas por habitante.

E a compensação? 70cts a 1€ por cada tonelada de lixo tóxico!

Copyright © 2025 Proteger Grândola

Exmo. senhor presidente da Agência Portuguesa do Ambiente

Eng. José Pimenta Machado

Alcácer P´lo Ambiente vem, por este meio, exercer o seu direito de participação na consulta pública sobre o Estudo de Impacte Ambiental do projeto da Mina da Lagoa Salgada. A área de concessão abrange uma parte do concelho de Alcácer do Sal, freguesia do Torrão, e outra parte do concelho de Grândola, freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra.De acordo com os PDMs de Grândola e de Alcácer do Sal, na área de implantação do projeto são abrangidos sobretudo solos com as classificações de rústicos – espaços florestais de produção e espaços agrosilvopastoris. Este uso é inviabilizado com a total destruição do coberto vegetal, já que se prevê a "limpeza da camada vegetal superficial, incluindo abate de árvores e remoção de arbustos, decapagem dos solos (até 30 cm de profundidade) e regularização dos terrenos".

A área de implantação do projeto também abrange áreas de REN, mais especificamente, áreas de Estrutura Ecológica Fundamental e de Estrutura Ecológica Principal, assim como povoamentos de sobreiros.

Apesar de se alegar a compatibilidade e o regime de exclusão por classificação de interesse nacional, é desadequado e imprudente colocar em risco tão altos valores por infraestruturas cuja rentabilidade não é certa e cujo período de exploração é de apenas 11 anos, o que faz com que a relação custo/benefício deste projeto seja totalmente desequilibrada. Saliente-se os custos ambientais anunciados, que incluem, nomeadamente, a destruição de unidades de vegetação associadas a habitats de interesse comunitário (sobro e azinho), a destruição de biótopos para a fauna e a perda definitiva de solos florestais, que as medidas compensatórias não mitigam, uma vez que o seu sucesso é imprevisível.

Acresce, que o projeto terá um impacto dramático na paisagem, só parcialmente remediável em muitas dezenas de anos.

Nas proximidades da zona de implantação do projeto existem inúmeras linhas de água, afluentes do Sado e estão presentes três captações públicas de águas subterrâneas fundamentais para o abastecimento das populações de Mil Brejos Batão e Rio de Moinhos na freguesia do Torrão, concelho de Alcácer do Sal.

O projeto envolve a construção de uma adutora para a ligação à Barragem de Vale do Gaio, onde se preconiza que seja feito o abastecimento de água, mas a água industrial ou de processo, nos anos iniciais de exploração, será de origem subterrânea, com captações no aquífero Tejo-Sado, margem esquerda. O volume de água a captar é omisso no estudo, o que constitui uma FALHA GRAVE, que deveria levar à reprovação do Estudo de Impacte Ambiental.

Por experiência comprovada em outros projetos com semelhantes características, sabe-se que os consumos de água para a mineração são tão elevados que irão provocar o rebaixamento do nível das águas subterrâneas, afetando a disponibilidade de água para a vegetação local, incluindo os sobreiros e pinheiros, os poços e furos utilizados pela população local para os sistemas agrícolas de regadio e o próprio abastecimento para consumo humano.

O projeto representa objetivamente um perigo para o aquífero da margem esquerda do Sado em relação ao qual a Universidade de Lisboa e o LNEC, em notícia publicada em 10.01.2025, formulam as seguintes advertências:" Nos últimos anos têm-se observado uma maior deficiência hídrica em Portugal que começa a afetar os sistemas aquíferos, em particular na Bacia do Tejo – Sado. Este enquadramento é preocupante dado o crescimento demográfico e económico observados na região, tornando fundamental um melhor conhecimento sobre as reservas hídricas presentes nas formações cenozóicas e paleozóicas. Os sistemas aquíferos observados são porosos e fissurais sendo complexos e repartindo-se entre as unidades superficial, multicamada e profunda.

A caracterização e modelação 3D dos aquíferos e das estruturas geológicas do eixo Setúbal-Marateca-Alcácer do Sal-Grândola é essencial para a avaliar as disponibilidades aquíferas existentes e suas condições de proteção e exploração sustentada.

Ademais, a análise do projeto na perspetiva da diretiva Quadro da Água, confirma que este complexo mineiro poderá ter impactes diretos neste aquífero, modificando as suas características hidroquímicas, por variação do PH, incremento de mineralização e solubilização de metais. Do ponto de vista quantitativo, existe a previsão de impactes diretos na alteração do padrão hidrodinâmico e sentidos preferenciais de escoamento subterrâneo, derivados da abertura de grandes galerias.

As escorrências das escombreiras e as infiltrações de produtos químicos utilizados no processo de mineração irão, assim, contaminar as águas subterrâneas e, na fase de exploração, a produção de águas residuais, resultante da produção de betão, lavagem de equipamentos e exploração mineira, embora destinada a ser encaminhada para a ETAR e "descarregada para o meio natural posteriormente", desconhece-se qual a contaminação presente nestes efluentes e o grau de tratamento dos mesmos antes de serem descarregados em meio natural. Isto é tanto mais preocupante quando sabemos que está prevista a utilização de cianeto de sódio (NaCN), substância altamente tóxica, como reagente no processo de lixiviação.

O projeto prevê o plano de lavra em subterrâneo com a utilização de explosivos para o desmonte do minério. Essas explosões terão impactos sonoros significativos junto dos aglomerados populacionais, de habitações dispersas e unidades hoteleiras presentes na zona de intervenção. A libertação de partículas pela mineração tem impacto na qualidade do ar, na saúde humana, nas produções agrícolas e na qualidade da água.

As populações próximas serão igualmente impactadas pelo aumento drástico do tráfego automóvel associado ao projeto, quer na fase de construção, quer de exploração. Efetivamente, na fase de construção - "Circulação e funcionamento de maquinaria e equipamento pesado" - estima-se a circulação de cerca de 10 camiões/dia.

Já no que toca à fase de exploração - "tráfego rodoviário de pesados, interno e externo à mina, associado ao funcionamento da lavaria, exploração mineira e transporte de produto" - estima-se uma média de 36 camiões/dia nas estradas atuais.

Pela ponderação de vários destes dados, este projeto enquadra-se no nível superior de perigosidade, estipulado pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, no entanto, que se tenha conhecimento, não foi feita qualquer apresentação pública às populações ou às autarquias do concelho de Alcácer do Sal.

A poluição gerada pela mineração tem efeitos significativos e preocupantes na saúde e na qualidade de vida das populações e tem consequências graves e irreversíveis no meio ambiente. A avaliação de um projeto de grande dimensão, que irá provocar graves impactes

no ambiente, principalmente na qualidade e na quantidade de água disponível para consumo humano, deve ser feita levando em conta os impactes por si gerados, mas também os impactes cumulativos causados pelas restantes explorações (agroflorestais, turísticas, industriais e outras) já instaladas nos concelhos de Alcácer do Sal e de Grândola.

A saúde das populações e a proteção do meio ambiente, devem ser sempre mais importantes do que os ganhos financeiros.

Este projeto, tendo em atenção os princípios da prevenção e da precaução, não deve ser aprovado.

Pelo respeito pelas populações locais, pelas gerações futuras e pela conservação da natureza e da água, o nosso PARECER é de DISCORDÂNCIA.

Os nossos melhores cumprimentos

Pelo Alcácer P´lo Ambiente - Grupo de cidadania ativa em defesa do ambiente

Manuel Luís Malheiros

Ex.mo Senhor Presidente da

Agência Portuguesa do Ambiente

Assunto: Consulta Pública da Mina da Lagoa Salgada em Grândola

João Pedro dos Santos Nunes Roldºao, titular do Cartão de Cidadão n.º 10511566, com o NIF 200728342, residente na Avenida dos Lusíadas 4, Aveiro (3800-030), com o contacto telefónico 919891473 e email jproldao@gmail.com, na qualidade de herdeiro da Herança Indivisa de José António Espada Nunes Roldão, com o NIF 707 556 112 proprietária do Prédio Rústico participado à Matriz da União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra sob artigo n.º 6, secção DD vem pela presente apresentar as seguintes considerações/participação face à consulta publica que se encontra em período de receção de participações públicas.

1- Analisada a documentação disponibilizada no âmbito da consulta pública conclui a Signatária que a sua propriedade é amplamente afetada pelo projeto que se pretende desenvolver.

2- O impacto direto sobre a propriedade verifica-se face à implantação/construção da linha elétrica que abastecerá o complexo mineiro, incluindo, todo o seu impacto ao longo do tempo face à necessidade de garantia da gestão de combustível.

3- Posto isto, haveria que avaliar, numa primeira fase, se a ligação à rede de infraestruturas elétricas que abastecerá o complexo mineiro foi ponderado face a outras alternativas. E, se a opção selecionado foi devidamente ponderada e a decisão tomada garante o menor impacto ambiental.
   Razão de ser da Avaliação de Impacte Ambiental em curso.

4- Analisado o documento designado por “ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL - VOLUME II - RELATÓRIO SÍNTESE”, datado de 26 de novembro de 2024, em concreto o registado na sua página 10, tudo nos leva a crer que foram equacionados vários cenários e que a opção tomada corresponderá aquele com menor impacto ambiental nas suas diversas vertentes.

5- Mas será mesmo assim? Uma análise mais pormenorizada ao documento permitirá concluir nesse sentido? Ou, a contrário, concluir-se-á que a avaliação ambiental entre os vários cenários não existiu e a decisão tomada resulta de um conjunto de decisões tomadas por entidades terceiras e por um conjunto de decisões acríticas e sem a ponderação de diversos interesses e impactos nas suas múltiplas abordagens?

6- Para o âmbito da presente exposição é imprescindível reproduzir o quadro a que nos referimos:

ID	Tipo de alternativa	Componente do projeto/temática	Identificação da alternativa	Justificação da escolha ou razão da necessidade de alternativas	Observações [problemas/vantagens / desvantagens]
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Vale do Gaio E-Redes; 60/30 kV Distância ao projeto: 13.6 km	Potência disponível na SE: 5,8 MVA A conexão ao nível de média tensão das quatro (4) subestações E-REDES não é uma opção, pois elas não têm capacidade restante suficiente. Apesar da melhor localização, a Subestação de Vale do Gaio carece de espaço para novas ampliações, pois já aguarda novas ligações de outros empreendimentos.	
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Alcácer do Sal E-Redes; 60/30 kV	Potência disponível na SE: 0 MVA A subestação de Alcácer do Sal, apesar de ter espaço suficiente no pátio, revelar-se-ia uma tarefa árdua por estar localizada numa cidade com elevada densidade populacional e habitacional face a outras alternativas.	Distância da SE ao projeto: 18,6 km
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Santiago do Cacém E-Redes; 60/30 kV	Potência disponível na SE: 0 MVA Embora a Subestação de Santiago do Cacém tenha aparentemente alguma capacidade restante para satisfazer uma parte do requisito de 41 MVA, está a aguardar a atribuição de outra carga de 12,43 MVA que excluirá esta possibilidade. Em alternativa, e por não haver capacidade disponível nas subestações E-REDES de média tensão, seria também possível ligar a mina às mesmas subestações no nível de alta tensão (60 kV).	Distância da SE ao projeto: 28,9 km
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Comporta E-Redes; 60/30 kV	Potência disponível na SE: 0 MVA A ligação à Subestação da Comporta em alta tensão é uma opção viável do ponto de vista técnico, mas o custo da ligação pode ser elevado, devido à distância de 33km do projeto Lagoa Salgada.	Distância da SE ao projeto: 33,0 km
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Ferreira do Alentejo REN; 400/150/60 kV	Outras duas soluções possíveis seriam a ligação às subestações de Ferreira do Alentejo ou Santiago do Cacém, também na alta tensão de 60kV, a 34,7 km e 28,9 km, respetivamente.	Distância da SE ao projeto: 34,7 km
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Sines REN; 400/150/60 kV	Por último, a Subestação de Sines também é uma possibilidade, mas considerando que a Subestação de Santiago do Cacém é mais próxima, não será considerada em análises posteriores.	Distância da SE ao projeto: 36,4 km
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 2- Ligação a LE existente	Ligação à linha aérea Vale do Gaio – Alcácer do Sal	Considerando os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, a conexão à rede deve ser feita em Nível de Alta Tensão, 60 kV. Nas proximidades do empreendimento Lagoa Salgada, encontramos a linha aérea existente de 60 kV que liga as subestações de Vale do Gaio e Alcácer do Sal. Esta linha aérea, LN60 0133 Vale Do Gaio-Alcácer é composta por 2 troços de cabos ACSR (um com secção de 160 mm² e outro de 195 mm²). Após análise, a potência máxima disponível de 40 MVA não é suficiente para suportar os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, o ponto de ligação à linha existente não é viável. O ponto de interseção está aproximadamente a 12,4 km do projeto e uma nova linha aérea dupla deve ser feita. Essa solução também exigirá a construção de uma estação de comutação para E-Redes de	

ID	Tipo de alternativa	Componente do projeto/temática	Identificação da alternativa	Justificação da escolha ou razão da necessidade de alternativas	Observações [problemas/vantagens / desvantagens]
				forma a permitir a abertura da linha aérea existente, respeitando as condições do Operador do Sistema de Distribuição (OSD).	
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 3- Ligação a LE existente	Ligação à linha aérea Vale do Gaio – Ferreira do Alentejo	Considerando os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, a conexão à rede deve ser feita em Nível de Alta Tensão, 60 kV. Nas proximidades do empreendimento Lagoa Salgada, encontramos a atual linha aérea de 60 kV que liga as subestações de Vale do Gaio e Ferreira do Alentejo. Esta linha aérea, LN60 0008 Ferreira-Vale do Gaio é composta por 3 troços de cabos (um de secção 325 mm², um de secção 185 mm² e outro de 160 mm²). Após análise, a potência máxima disponível de 60 MVA é suficiente para suportar os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada e por esta razão parece ser a solução mais viável e correta a ser executada. O ponto de interseção está aproximadamente a 15,1 km do projeto e uma nova linha aérea dupla deve ser feita. Essa solução também exigirá a construção de uma estação de comutação para E-Redes de forma a permitir a abertura da linha aérea existente, respeitando as condições do Operador do Sistema de Distribuição (OSD).	
X	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 4- Ligação a SE	Ligação SE Arregota Nova E-Redes; 60/30 kV	Distância mais curta ao projeto e indicado pela E-Redes como a solução técnica mais viável.	Solução selecionada. Única solução viável e aprovada pela E-Redes. Está neste momento a ser desenvolvido pela E-redes o projeto de ligação.

7- A primeira leitura acrítica permite concluir que foram equacionados 4 cenários e que a opção tomada corresponde ao cenário n.º 4. Registe-se que no caso do cenário 1, o mesmo

desdobra-se em seis cenários, correspondendo na prática a 9 soluções/alternativas equacionadas.

8- Mas uma leitura mais pormenorizada da informação prestada para cada um dos cenários equacionados permitirá concluir que efetivamente foram avaliados os impactos ambientais associados a cada um dos cenários? Ou dito de outra forma, a avaliação de impacto ambiental cumpre efetivamente o seu desiderato ou corresponde a um exercício teórico destinado a cumprir uma formalidade burocrática?

9- Pois bem, se analisarmos a informação prestada no relatório para o cenário 1, com "ligação SE Vale do Gaio, E-Redes; 60/30 kV" é referido no campo relativo a "Justificação da escolha ou razão da necessidade de alternativas":

> *"Potência disponível na SE: 5,8 MVA*
>
> *A conexão ao nível de média tensão das quatro (4) subestações E-REDES não é uma opção, pois elas não têm capacidade restante suficiente.*
>
> ***Apesar da melhor localização*** **[sublinado nosso]***, a Subestação de Vale do Gaio carece de espaço para novas ampliações, pois já aguarda novas ligações de outros empreendimentos."*

10- A conclusão merece-nos dois reparos/comentários.

11- O primeiro é que se tratará da melhor localização para estabelecimento da ligação è rede de distribuição de energia elétrica e que, muito embora possua esta mais-valia foi abandonada. Se assim é, porque foi abandonada?

Este é o nosso segundo reparo/comentário e que, em nosso entendimento, não se encontra demonstrado de forma inequívoca que a solução/cenário equacionado teria que ser afastado passando para uma outra alternativa.

Ou, deveria ter sido equacionado sem exclusão do mesmo, procedendo a uma avaliação global dos impactos desta solução com base em parâmetros objetivos que possibilitassem um termo de comparação entre as várias alternativas/opções.

12- Não podemos deixar passar em claro, para não afirmar que não aceitaremos, que esta solução fosse abandonada fundamentada tal decisão no facto da E-Redes não garantir capacidade suficiente para abastecer o complexo mineiro. Ou seja, atualmente não existe disponibilidade de potência necessária para abastecer o complexo mineiro. Acresce a este argumento, que a Subestação de Vale do Gaio carece de espaço para novas ampliações porque já aguarda novas ligações de outros empreendimentos.

13- Em termos práticos e de forma objetiva, teremos que concluir que este cenário não foi sequer equacionado e ponderado o seu impacto ambiental face aos demais porque a entidade E-Redes excluiu esta possibilidade.

14- Mas, a exclusão desta possibilidade resulta de uma impossibilidade técnica?

15- Claramente que não, no nosso entendimento.
Porque o aumento de potência da subestação de Vale do Gaio é sempre viável mediante a reformulação da linha e potência existente que abastece esta subestação e porque o alargamento da área da subestação será sempre possível mediante a aquisição dos terrenos confortantes os quais já se encontram onerados com uma servidão.

16- A necessidade de reformulação da linha que abastece a subestação de Vale do Gaio e o alargamento desta consubstanciam impactos ambientais que devem necessariamente ser ponderados e avaliados para comparação com as demais soluções.

17- Mas tal não se verificou. Na prática a decisão de eliminação desta opção, considerada como a melhor localização, corresponde a uma decisão tomada pela E-Redes de exclusão desta opção.

18- O âmbito e objetivo da avaliação de impacto ambiental é ponderar um conjunto de alternativas e face à impacto ambiental de cada uma das soluções, optar por aquela que menor impacto apresenta.

19- A premissa acabada de expor, em nosso entendimento, não foi respeitada porque a exclusão desta opção/cenário resulta de uma decisão administrativa tomada/comunicada pela E-redes e aceite de forma pacifica e acrítica pela equipa responsável pela avaliação ambiental.

20- E, não se admite como hipoteticamente equacionável, que possa ter sido ponderado e justificada esta exclusão por critérios económicos e ou financeiros.

21- Acresce que, em nosso entender, a exclusão desta opção cenário fundamenta-se numa decisão tomada por um terceiro – E-redes – e que a mesma não foi ou é sequer sujeita a sindicância.

22- Teremos que aventar a possibilidade de efetivamente não existir neste âmbito uma ponderação de impactos ambientais e que a decisão tomada resulta de um conjunto de exclusões assentes em fundamentos pouco claros e pouco sustentáveis que conduziram à solução proposta e designada como cenário 4 por exclusão dos demais cenários.

23- A contrário do acabado de expor, teria que ser devidamente demonstrado que os restantes cenários foram equacionados e que foi realizada uma avaliação do seu impacto ambiental. E, por fim, face ao conjunto dos impactos ambientais considerados e valorizados, que a opção tomada recaia sobre o designado cenário 4.

24- Tal não se verifica nem se pode concluir do conjunto dos documentos disponibilizados para consulta pública.

25- O acabado de expor e fundamentado na análise por nós realizada para o cenário 1, pode ser reproduzida *mutatis mutandis* para os restantes cenários.

26- Pois os fundamentos de exclusão das várias opções assenta sobre os mesmos fundamentos e pressupostos, como se comprova nas transcrições a seguir apresentadas:

Cenário 1- Ligação a SE

Ligação SE Alcácer do Sal, E-Redes; 60/30 kV

A subestação de Alcácer do Sal, apesar de ter espaço suficiente no pátio, ***revelar-se-ia uma tarefa árdua [sublinhado nosso]*** *por estar localizada numa cidade com elevada densidade populacional e habitacional face a outras alternativas.*

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Distância da SE ao projeto: 18,6 km

Nosso comentário/observações:

O argumento de tarefa árdua não nos parece plausível para afastar esta solução. As condicionantes à execução desta opção que possibilitaram a classificação como tarefa árdua terá que ser ponderada e incluída na avaliação ambiental.

Mas não pode justificar-se a dificuldade ou árdua tarefa na sua concretização como fundamento suficiente para a exclusão desta possibilidade de ligação de energia elétrica porque efetivamente não existe a avaliação dos impactos ambientais desta.

Cenário 1- Ligação a SE

Ligação SE Santiago do Cacém; E-Redes; 60/30 kV

Potência disponível na SE: 0 MVA

Embora a Subestação de Santiago do Cacém tenha aparentemente alguma capacidade restante para satisfazer uma parte do requisito de 41 MVA, está a aguardar a atribuição de outra carga de 12,43 MVA que excluirá esta possibilidade.

Em alternativa, e por não haver capacidade disponível nas subestações E-REDES de média tensão, seria também possível ligar a mina às mesmas subestações no nível de alta tensão (60 kV).

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Distância da SE ao projeto: 28,9 km

Nosso comentário/observações:

A distância de ligação e/ou a necessidade de aumento de potência na Subestação de Santiago do Cacém não pode por si só justificar o abandono desta opção.

Estes fatores/factos devem necessariamente ser considerados no âmbito da avaliação ambiental mas não pode ser fundamento da sua exclusão sem que tais impactos sejam avaliados para comparação com as demais soluções equacionadas.

Cenário 1- Ligação a SE

Ligação SE Comporta; E-Redes; 60/30 kV

Potência disponível na SE: 0 MVA A ligação à Subestação da Comporta em alta tensão ***é uma opção viável do ponto de vista técnico, mas o custo da ligação pode ser elevado [sublinado nosso]****, devido à distância de 33km do projeto Lagoa Salgada*.

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Distância da SE ao projeto: 33,0 km

Nosso comentário/observações:

Conforme já exposto anteriormente, a distância de ligação não pode por si só justificar o abandono desta opção.

Estes fatores/factos devem necessariamente ser considerados no âmbito da avaliação ambiental mas não pode ser fundamento da sua exclusão sem que tais impactos sejam avaliados para comparação com as demais soluções equacionadas.

Cenário 1- Ligação a SE

Ligação SE Ferreira do Alentejo; REN; 400/150/60 kV

Outras duas soluções possíveis seriam a ligação às subestações de Ferreira do Alentejo ou Santiago do Cacém, também na alta tensão de 60kV, a 34,7 km e 28,9 km, respetivamente.

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Distância da SE ao projeto: 34,7 km

Nosso comentário/observações:

Mais uma vez, a distância de ligação não pode por si só justificar o abandono desta opção.

Aliás, é referido que esta opção é válida mas não se encontra fundamentado a sua exclusão. Claramente que o facto económico da distância ao complexo mineiro não poderá, em nosso entender, justificar por si só a exclusão desta opção.

Cenário 1- Ligação a SE

Ligação SE Sines; REN; 400/150/60 kV

Por último, a Subestação de Sines também é uma possibilidade, mas considerando que a Subestação de Santiago do Cacém é mais próxima, não será considerada em análises posteriores.

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Distância da SE ao projeto: 36,4 km

Nosso comentário/observações:

O exposto na análise da solução de abastecimento elétrico com origem na Subestação de Santiago do Cacém aplica-se de igual forma a esta solução.

Cenário 2- Ligação a LE existente

Ligação à linha aérea Vale do Gaio – Alcácer do Sal

Considerando os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, a conexão à rede deve ser feita em Nível de Alta Tensão, 60 kV.

***Nas proximidades do empreendimento Lagoa Salgada [sublinado nosso]**, encontramos a linha aérea existente de 60 kV que liga as subestações de Vale do Gaio e Alcácer do Sal. Esta linha aérea, LN60 0133 Vale Do Gaio-Alcácer é composta por 2 troços de cabos ACSR (um com secção de 160 mm2 e outro de 195 mm2).*

Após análise, a potência máxima disponível de 40 MVA não é suficiente para suportar os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, o ponto de ligação à linha existente não é viável.

O ponto de interseção está aproximadamente a 12,4 km do projeto e uma nova linha aérea dupla deve ser feita. Essa solução também exigirá a construção de uma estação de comutação para E-Redes de forma a permitir

a abertura da linha aérea existente, respeitando as condições do Operador do Sistema de Distribuição (OSD).

Nosso comentário/observações:

A necessidade de aumento de potência ou a necessidade de execução de construções/obras adicionais não pode por si só justificar o abandono desta opção.

Estes fatores/factos devem necessariamente ser considerados no âmbito da avaliação ambiental mas não pode ser fundamento da sua exclusão sem que tais impactos sejam avaliados para comparação com as demais soluções equacionadas.

Cenário 3- Ligação a LE existente

Ligação à linha aérea Vale do Gaio – Ferreira do Alentejo

Considerando os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, a conexão à rede deve ser feita em Nível de Alta Tensão, 60 kV.

Nas proximidades do empreendimento Lagoa Salgada, encontramos a atual linha aérea de 60 kV que liga as subestações de Vale do Gaio e Ferreira do Alentejo. Esta linha aérea, LN60 0008 Ferreira-Vale do Gaio é composta por 3 troços de cabos (um de secção 325 mm2, um de secção 185 mm2 e outro de 160 mm2).

Após análise, a potência máxima disponível de 60 MVA é suficiente para suportar os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada e por esta razão parece ser a solução mais viável e correta a ser executada [sublinhado nosso].

O ponto de interseção está aproximadamente a 15,1 km do projeto e uma nova linha aérea dupla deve ser feita. Essa solução também exigirá a construção de uma estação de comutação para E-Redes de forma a permitir a abertura da linha aérea existente, respeitando as condições do Operador do Sistema de Distribuição (OSD).

Nosso comentário/observações:

A necessidade de execução de construções/obras adicionais não pode por si só justificar o abandono desta opção.

Aliás, a conclusão da apreciação realizada é clara e concluem que "***parece ser a solução mais viável e correta a ser executada".***

Estes fatores/factos devem necessariamente ser considerados no âmbito da avaliação ambiental mas não pode ser fundamento da sua exclusão sem que tais impactos sejam avaliados para comparação com as demais soluções equacionadas.

Cenário 4- Ligação a SE

Ligação SE Arregota Nova; E-Redes; 60/30 kV

Distância mais curta ao projeto e indicado pela E-Redes como a solução técnica mais viável.

Solução selecionada. Única solução viável e aprovada pela E-Redes [sublinhado nosso].

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Está neste momento a ser desenvolvido pela E-redes o projeto de ligação.

Nosso comentário/observações:

O já registado nesta exposição é corroborado e confirmado pelo registado no campo de problemas/vantagen/desvantagens. Ou seja, a solução selecionada resultou de uma decisão administrativa de uma entidade exterior.

27- Aqui chegados, após a análise do conjunto de cenários equacionados, resulta claro um conjunto de conclusões que de forma sintética se resumem ao a seguir exposto.

28- A solução adotada para ligação à rede de infraestruturas elétricas – cenário 4 – resulta da exclusão dos cenários anteriores.

29- A exclusão dos cenários seguiu um principio de exclusão e não um principio de comparação entre alternativas e avaliação do impacto ambiental de cada uma das soluções.

30- Todavia, se a exclusão resultasse de argumentos e condicionantes do ponto de vista técnico que inviabilizassem de forma objetiva e inquestionável tais opções seria aceitável.

31- Mas, os fundamentos da exclusão incidem sobre necessidade de reformulação da rede elétrica existente de forma a garantir um aumento de potência face às necessidades, de construção de novos equipamentos ou infraestruturas e da distância ao complexo mineiro.

32- Todos os argumentos expostos demonstram um preocupação economicista.

33- Não pretendemos afirmar que os fatores economicistas não devem ser ponderados na avaliação ambiental e nas suas múltiplas vertentes. Este é mais um dos fatores em análise e ponderação na avaliação ambiental, mas não pode ser o único fator a considerar e usado para eliminação de opção.

34- Se assim fosse, a avaliação ambiental seria resumida a uma quadro Excel com fatores matemático e aplicação de um algoritmo.

35- O cumprimento dos princípios que obrigam à análise da avaliação ambiental pressupõe que para cada uma das alternativas se avaliem, ponderem e concretizem os diversos impactos associados a cada uma das soluções. E, face a esse conjunto de avaliações, sustentar a opção tomada face ao menor impacto que a solução adotada acarreta.

36- Mas tal principio não se verificou. A avaliação ambiental realizada, em nosso entender, não respeita os objetivos e princípios que a deveriam nortear. Trata-se tão somente da confirmação de uma decisão administrativa e burocrática tomada por uma entidade externa, a E-Redes e aceite de forma acrítica pela equipa responsável pela avaliação ambiental.

37- Decisão tomada pela E-Redes assente em argumentos que não se podem compaginar com a avaliação ambiental e que na sua essência não foram nem se encontram sindicados.

38- Pelo acabado de expor, é nosso entendimento que a avaliação ambiental realizada terá obrigatoriamente que ser completamente reformulada e fundamentada na decisão sobre o ponto de ligação à rede de infraestruturas elétricas.

39- Aqui chegados e sem prescindir do exposto nos pontos anteriores, haverá que avaliar e ponderar se o não respeito pelos princípios subjacentes à avaliação ambiental no ponto de ligação à infraestrutura elétrica se verifica de igual forma no corredor de ligação ao complexo mineiro.

40- Lamentavelmente temos que concluir que o *modus operandi* se mantêm.

41- Pois, a avaliação que foi realizada e consta do anexo 16 foi somente ponderada para o cenário 4.

42- Esta evidência coloca a nú uma fragilidade insanável da avaliação estratégica.

43- A fragilidade resulta da compartimentação entre decisões. Dito de outra forma, foi tomada uma decisão sobre o ponto de ligação à rede de infraestruturas elétricas e, partindo desta premissa foi realizada a avaliação ambiental sobre a ligação ao complexo mineiro.

44- Queremos com isto afirmar que na prática a avaliação ambiental realizada encontra-se, neste âmbito, e de forma irreparável em crise.

45- Porque, em nosso entender a compartimentação entre decisões e avaliação ambiental de forma parcial não responde à avaliação ambiental exigida.

46- Em nosso entender, associado a cada um dos cenários de ligação haveria que associar os impactos ambientais da ligação ao complexo mineiro. O conjunto destes dois âmbitos (ponto de ligação è rede de infraestruturas e ligação entre este ponto e o complexo mineiro) é que demonstram o impacto ambiental de cada uma das opções equacionadas.

47- E, face à sua avaliação conjunta é que seria possível avaliar cada uma das opções face às demais e optar, de forma objetiva e sustentada, por um dos cenários.

48- Como verificamos e demonstramos tais princípios não foram respeitados.

49- O exposto resulta de uma opção tomada e não fundamentada que na pratica corresponde a uma decisão unilateral sem qualquer sindicância e que a avaliação ambiental realizada não demonstra nem comprova que a opção tomada corresponde àquela que menor impacto ambiental.

50- Em concreto, relativamente à ligação elétrica com o complexo mineiro, afirma-se na página 174 e 175 do "ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL - VOLUME II - RELATÓRIO SÍNTESE", datado de 26 de novembro de 2024:

> *O abastecimento de eletricidade da rede ao Projeto ocorre através da linha aérea a 60 kV de interligação à RESP da subestação de Lagoa Salgada. Esta interligação será realizada na subestação Arregota Nova da E-REDES, em fase de construção.*
>
> *Prevê-se a instalação de 52 apoios no alinhamento do traçado em Grândola, com uma altura máxima de 40 metros. A Linha Aérea de Alta Tensão (LAAT) de Lagoa Salgada tem um comprimento de aproximadamente 15,1 Km.*
>
> *Este estudo/traçado foi alvo de um levantamento preliminar de condicionantes ambientais, mas ainda está pendente de um levantamento topográfico e cadastral, assim como interferências.* ***Logo, ainda não será final, sendo este um traçado preliminar antes do LT e acordos com os proprietários afetados*** **[sublinhado nosso]**.
>
> *Apenas depois do levantamento topográfico realizado e levantamento de interferências, assim como confirmação do traçado num ponto de vista cadastral, é que se irá iniciar o dimensionamento mecânico da linha, assim como definição final dos tipos de apoios e respetivas alturas.*

51- Muito embora se afirme que estamos perante um traçado preliminar, no restante relatório o desenvolvimento deste não traduz essa incerteza.

52- E acresce que não se encontra qualquer evidencia que foi equacionada outra solução diferente da apresentada e representada na seguinte imagem, a página 724 do Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental:

A Figura 7.1. mostra a localização da Linha Elétrica sobre fotografia aérea (Fonte *GoogleEarth*).

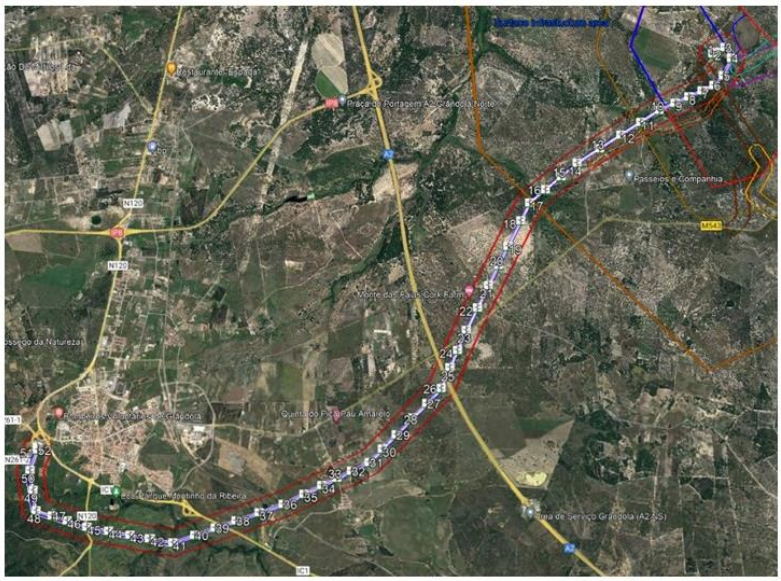


Figura 7.1 – Localização da Linha Elétrica sobre Fotografia Aérea

53- Não podemos deixar de registar que o anexo 16 referente ao Relatório de Inventário Florestal é datado de 17 de Julho de 2023. Ou seja, anterior à data do Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental que é datado de 26 de novembro de 2024.

54- E se dúvidas existissem de que não estamos perante um traçado preliminar é elucidatvo que no anexo 16 referente ao Relatório inventário arbóreo - Linha Elétrica – Mina de Lagoa Salgada datado de 22 de junho de 2023 se apresente um grau de concretitude e rigor demonstrativo de que a solução se encontra tomada. Evidência e conclusão que resulta quando se prevê deslocações dos apoios à linha elétrica em 10 metros conforme se demonstra na seguintes imagens:

Apoio 28 - Deslocação para sudoeste cerca de 10m (quadrado amarelo na imagem), aproximar do acesso em terra batida, evita o abate de um sobreiro emblemático com quase 15 metros de altura.



Apoio 29 - Deslocação para este cerca de 6m (quadrado amarelo na imagem), evita a intervenção num sobreiro emblemático com quase 16 metros de altura.



55- Não afirmamos nem temos qualquer pretensão em afirmar que o estudo de impacto ambiental não deva possuir tal grau de desenvolvimento e proponha medidas mitigadores de impactos como o proposto.

56- Surpreende-nos é que não sejam ponderados vários cenários, avaliados os impactos subjacentes a todas as alternativas e face a essa avaliação que seja a tomada a decisão sobre aquela que apresenta menor impacto.

57- Mas a leitura atenta da documentação disponibilizada não nos permite afirmar que foram ponderados vários cenários, que foram avaliados os impactos ambientais associados a cada uma dos cenários e que a decisão tomada se encontra devidamente fundamentada do ponto de visto do seu impacto nas suas múltiplas vertentes.

58- O acabado de expor é a confirmação do já exposto na seleção do ponto de ligação à rede de infraestruturas elétricas.

59- Mas, continuando a análise da solução proposta de ligação, constata-se que esta terá um impacto de forma predominante sobre florestas de sobreiro como o comprova o quadro apresentado a folha 659 do Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental que é datado de 26 de novembro de 2024 que a seguir se reproduz:

Quadro 7.28 - Quantificação das afetações de uso e ocupação de solo pela faixa de servidão da linha elétrica

Ocupação de Solo	Área (ha)	Área (%)
Florestas de eucalipto	0,57	1,51
Florestas de outras folhosas	0,69	1,82
Florestas de pinheiro-bravo	0,30	0,79
Florestas de pinheiro manso	4,52	11,94
Florestas de sobreiro	19,95	52,68
Florestas mistas de sobreiro e pinheiro manso	4,48	11,83
Olivais	3,45	9,11
Pastagens espontâneas	2,80	7,39
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	0,30	0,79
Charcas	0,04	0,11
Zonas húmidas interiores	0,08	0,21
Territórios artificializados	0,69	1,82
Total	37,87	100,00

60- Já na página 694 do Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental que é datado de 26 de novembro de 2024 regista-se o impacto significativo sobre a floresta de sobreiros e azinheiras como a seguir se reproduz:

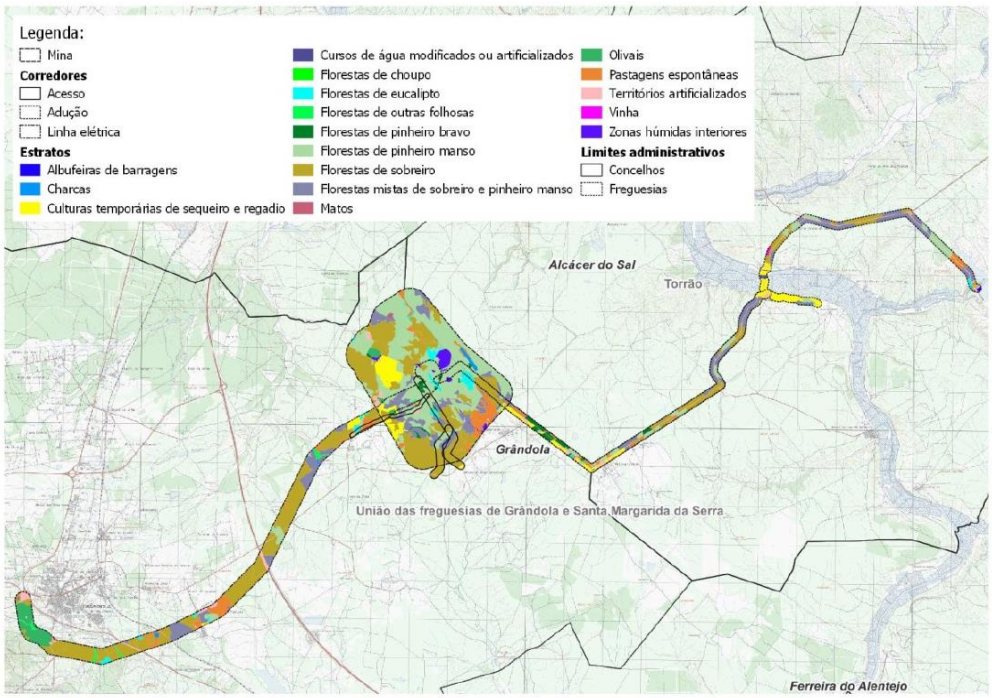
> *Analisando a estratificação correspondente ao corredor da Linha Elétrica, constata-se que a sobreposição com estratos florestais é relevante, nomeadamente as florestas de sobreiro com 294,8 ha, seguido das florestas mistas de sobreiro e pinheiro manso com 82,9 ha, e das florestas de pinheiro manso com 69,2 ha e finalmente das florestas de eucalipto com 15,5 ha, conforme se pode verificar nos quadros abaixo.*

Quadro 7.49 - Estratos sobrepostos com o Corredor da Linha Elétrica

Corredor de Linha Elétrica (C.LE)	
Estrato COS	**Área (ha)**
Culturas temporárias	14,8
Charcas	2,5

Corredor de Linha Elétrica (C.LE)	
Territórios artificializados	20,1
Florestas de eucalipto	15,5
Zonas húmidas interiores	0,9
Florestas de sobreiro	294,8
Olival	50,6
Florestas de pinheiro manso	69,2
Pastagem espontâneas	47,7
Florestas mistas de Sobreiro e Pinheiro manso	82,9
Florestas de outras folhosas	10,5
Florestas de pinheiro bravo	5,7
Florestas de choupo	0,3
Matos	0,8

61- O exposto em texto e quadro é traduzido graficamente no anexo 16 do Relatório inventário florestal - Mina da Lagoa Salgada, datado de 17 de julho de 2023, a página 15, no seguinte mapa:



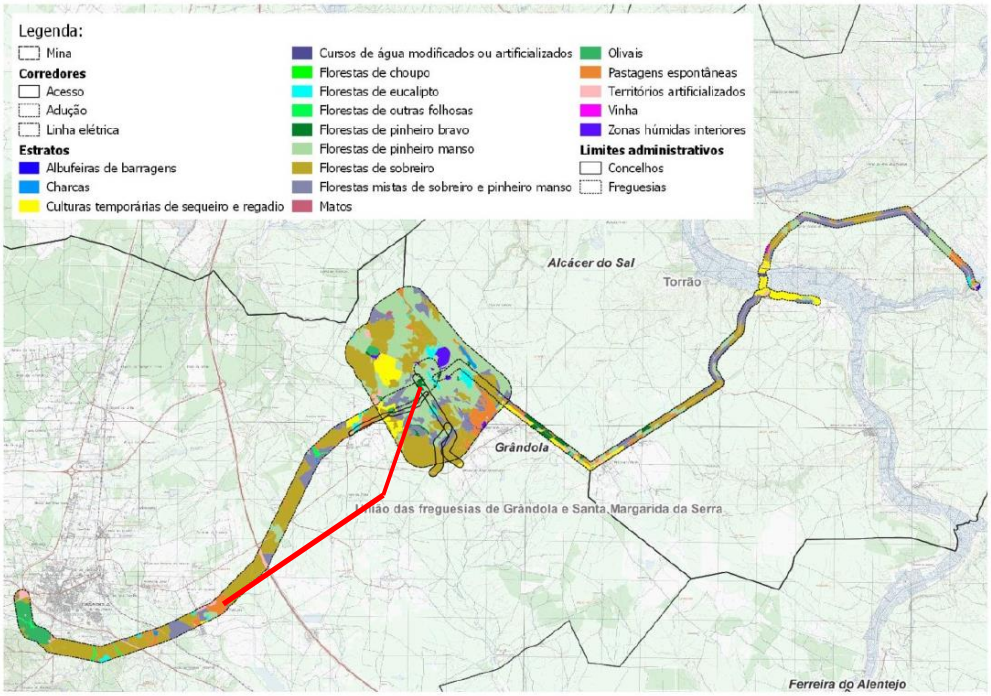
62- Registe-se que o sobreiro é uma arvore protegida pela legislação Nacional.

63- Aqui chegados, entendemos como legitimo questionar porque não foram equacionadas outras alternativas?

64- Qual a avaliação do impacto ambiental das outras alternativas?

65- A solução tomada corresponde efetivamente àquela que menor impacto terá?

66- Permitam-nos propor uma outra alternativa que nos parece mais racional no seu traçado e representada sobre o mapa já apresentado e identificado o traçado alternativo a vermelho:



67- Registe-se que a solução alternativa proposta não tem subjacente qualquer motivação que se justifique no eliminar da implantação da rede elétrica sobre propriedade da Signatária. Pois, no traçado alternativo, a propriedade da Signatária continua a ser afetada por este corredor.

68- Entende, isso sim, a Signatária que este corredor terá um menor impacto ambiental sobre a florestal de sobreiros e da respetiva gestão de combustível.

69- O exercício aqui apresentado tem subjacente um único objetivo.

70- Objetivo esse que consiste em demonstrar e comprovar que a avaliação ambiental realizada não se traduz efetivamente na comparação de cenários alternativos e a comparação de várias alternativas.

71- Por conseguinte, a decisão tomada quer na seleção do ponto de ligação à infraestrutura elétrica quer nos vários corredores possíveis de ligação entre a subestação e o complexo mineiro não foram ponderados.

72- Sem ponderação dos vários cenários não é possível comparar alternativas.

73- Perante a inexistência de soluções comparáveis, o relatório de avaliação ambiental é um mero exercício de confirmação de decisões tomadas sem que os fundamentos destas decisões sejam transparentes, claros e facilmente percetíveis e entendíveis pelo comum dos cidadãos.

Em face do exposto e demonstrado, requer-se e insta-se V. Ex.ª a reprovar o Estudo de Impacto ambiental apresentado face ao não cumprimento dos objetivos inerentes à sua realização e, por consequência, à violação do quadro legal aplicável.

Deverá a empresa promotora do complexo mineiro proceder à reformulação do Estudo de Impacto ambiental, no que respeita pelo menos ao abastecimento de energia elétrica ao complexo mineiro, demonstrando as várias soluções alternativas possíveis, avaliando o seu impacto nas suas múltiplas vertentes para que seja possível realizar uma comparação efetiva entre cada alternativa e optar por aquela que demonstre ter menor impacto.

Avaliação comparativa que deverá ser objeto de consulta pública e que não foi realizada nem se encontra demonstrada ou documentada no Estudo de Impacto ambiental colocado em consulta pública, conforme registado e fundamentado neste documento.

São João da Madeira, 26 de Abril de 2025,

Pede deferimento

Ex.mo Senhor Presidente da

Agência Portuguesa do Ambiente

Assunto: Consulta Pública da Mina da Lagoa Salgada em Grândola

Maria de Fátima Pereira Moreira dos Santos Roldão, titular do Cartão de Cidadão n.º 01754476, com o NIF 172857031, residente na Rua de Angola, n.º 421, em São João da Madeira (3700-036), com o contacto telefónico 914811058 e email fatima.roldao@gmail.com, na qualidade de cabeça de Casal da Herança Indivisa de José António Espada Nunes Roldão, com o NIF 707 556 112 proprietária do Prédio Rústico participado à Matriz da União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra sob artigo n.º 6, secção DD vem pela presente apresentar as seguintes considerações/participação face à consulta publica que se encontra em período de receção de participações públicas.

1- Analisada a documentação disponibilizada no âmbito da consulta pública conclui a Signatária que a sua propriedade é amplamente afetada pelo projeto que se pretende desenvolver.

2- O impacto direto sobre a propriedade verifica-se face à implantação/construção da linha elétrica que abastecerá o complexo mineiro, incluindo, todo o seu impacto ao longo do tempo face à necessidade de garantia da gestão de combustível.

3- Posto isto, haveria que avaliar, numa primeira fase, se a ligação à rede de infraestruturas elétricas que abastecerá o complexo mineiro foi ponderado face a outras alternativas. E, se a opção selecionado foi devidamente ponderada e a decisão tomada garante o menor impacto ambiental.
   Razão de ser da Avaliação de Impacte Ambiental em curso.

4- Analisado o documento designado por “ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL - VOLUME II - RELATÓRIO SÍNTESE”, datado de 26 de novembro de 2024, em concreto o registado na sua página 10, tudo nos leva a crer que foram equacionados vários cenários e que a opção tomada corresponderá aquele com menor impacto ambiental nas suas diversas vertentes.

5- Mas será mesmo assim? Uma análise mais pormenorizada ao documento permitirá concluir nesse sentido? Ou, a contrário, concluir-se-á que a avaliação ambiental entre os vários cenários não existiu e a decisão tomada resulta de um conjunto de decisões tomadas por entidades terceiras e por um conjunto de decisões acríticas e sem a ponderação de diversos interesses e impactos nas suas múltiplas abordagens?

6- Para o âmbito da presente exposição é imprescindível reproduzir o quadro a que nos referimos:

ID	Tipo de alternativa	Componente do projeto/temática	Identificação da alternativa	Justificação da escolha ou razão da necessidade de alternativas	Observações [problemas/vantagens / desvantagens]
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Vale do Gaio E-Redes; 60/30 kV Distância ao projeto: 13.6 km	Potência disponível na SE: 5,8 MVA A conexão ao nível de média tensão das quatro (4) subestações E-REDES não é uma opção, pois elas não têm capacidade restante suficiente. Apesar da melhor localização, a Subestação de Vale do Gaio carece de espaço para novas ampliações, pois já aguarda novas ligações de outros empreendimentos.	
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Alcácer do Sal E-Redes; 60/30 kV	Potência disponível na SE: 0 MVA A subestação de Alcácer do Sal, apesar de ter espaço suficiente no pátio, revelar-se-ia uma tarefa árdua por estar localizada numa cidade com elevada densidade populacional e habitacional face a outras alternativas.	Distância da SE ao projeto: 18,6 km
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Santiago do Cacém E-Redes; 60/30 kV	Potência disponível na SE: 0 MVA Embora a Subestação de Santiago do Cacém tenha aparentemente alguma capacidade restante para satisfazer uma parte do requisito de 41 MVA, está a aguardar a atribuição de outra carga de 12,43 MVA que excluirá esta possibilidade. Em alternativa, e por não haver capacidade disponível nas subestações E-REDES de média tensão, seria também possível ligar a mina às mesmas subestações no nível de alta tensão (60 kV).	Distância da SE ao projeto: 28,9 km
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Comporta E-Redes; 60/30 kV	Potência disponível na SE: 0 MVA A ligação à Subestação da Comporta em alta tensão é uma opção viável do ponto de vista técnico, mas o custo da ligação pode ser elevado, devido à distância de 33km do projeto Lagoa Salgada.	Distância da SE ao projeto: 33,0 km
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Ferreira do Alentejo REN; 400/150/60 kV	Outras duas soluções possíveis seriam a ligação às subestações de Ferreira do Alentejo ou Santiago do Cacém, também na alta tensão de 60kV, a 34,7 km e 28,9 km, respetivamente.	Distância da SE ao projeto: 34,7 km
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 1- Ligação a SE	Ligação SE Sines REN; 400/150/60 kV	Por último, a Subestação de Sines também é uma possibilidade, mas considerando que a Subestação de Santiago do Cacém é mais próxima, não será considerada em análises posteriores.	Distância da SE ao projeto: 36,4 km
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 2- Ligação a LE existente	Ligação à linha aérea Vale do Gaio – Alcácer do Sal	Considerando os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, a conexão à rede deve ser feita em Nível de Alta Tensão, 60 kV. Nas proximidades do empreendimento Lagoa Salgada, encontramos a linha aérea existente de 60 kV que liga as subestações de Vale do Gaio e Alcácer do Sal. Esta linha aérea, LN60 0133 Vale Do Gaio-Alcácer é composta por 2 troços de cabos ACSR (um com secção de 160 mm² e outro de 195 mm²). Após análise, a potência máxima disponível de 40 MVA não é suficiente para suportar os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, o ponto de ligação à linha existente não é viável. O ponto de interseção está aproximadamente a 12,4 km do projeto e uma nova linha aérea dupla deve ser feita. Essa solução também exigirá a construção de uma estação de comutação para E-Redes de	

ID	Tipo de alternativa	Componente do projeto/temática	Identificação da alternativa	Justificação da escolha ou razão da necessidade de alternativas	Observações [problemas/vantagens / desvantagens]
				forma a permitir a abertura da linha aérea existente, respeitando as condições do Operador do Sistema de Distribuição (OSD).	
	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 3- Ligação a LE existente	Ligação à linha aérea Vale do Gaio – Ferreira do Alentejo	Considerando os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, a conexão à rede deve ser feita em Nível de Alta Tensão, 60 kV. Nas proximidades do empreendimento Lagoa Salgada, encontramos a atual linha aérea de 60 kV que liga as subestações de Vale do Gaio e Ferreira do Alentejo. Esta linha aérea, LN60 0008 Ferreira-Vale do Gaio é composta por 3 troços de cabos (um de secção 325 mm², um de secção 185 mm² e outro de 160 mm²). Após análise, a potência máxima disponível de 60 MVA é suficiente para suportar os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada e por esta razão parece ser a solução mais viável e correta a ser executada. O ponto de interseção está aproximadamente a 15,1 km do projeto e uma nova linha aérea dupla deve ser feita. Essa solução também exigirá a construção de uma estação de comutação para E-Redes de forma a permitir a abertura da linha aérea existente, respeitando as condições do Operador do Sistema de Distribuição (OSD).	
X	Fornecimento de energia elétrica	Origem do fornecimento-Cenário 4- Ligação a SE	Ligação SE Arregota Nova E-Redes; 60/30 kV	Distância mais curta ao projeto e indicado pela E-Redes como a solução técnica mais viável.	Solução selecionada. Única solução viável e aprovada pela E-Redes. Está neste momento a ser desenvolvido pela E-redes o projeto de ligação.

7- A primeira leitura acrítica permite concluir que foram equacionados 4 cenários e que a opção tomada corresponde ao cenário n.º 4. Registe-se que no caso do cenário 1, o mesmo

desdobra-se em seis cenários, correspondendo na prática a 9 soluções/alternativas equacionadas.

8- Mas uma leitura mais pormenorizada da informação prestada para cada um dos cenários equacionados permitirá concluir que efetivamente foram avaliados os impactos ambientais associados a cada um dos cenários? Ou dito de outra forma, a avaliação de impacto ambiental cumpre efetivamente o seu desiderato ou corresponde a um exercício teórico destinado a cumprir uma formalidade burocrática?

9- Pois bem, se analisarmos a informação prestada no relatório para o cenário 1, com "ligação SE Vale do Gaio, E-Redes; 60/30 kV" é referido no campo relativo a "Justificação da escolha ou razão da necessidade de alternativas":

> *"Potência disponível na SE: 5,8 MVA*
>
> *A conexão ao nível de média tensão das quatro (4) subestações E-REDES não é uma opção, pois elas não têm capacidade restante suficiente.*
>
> ***Apesar da melhor localização*** **[sublinado nosso]***, a Subestação de Vale do Gaio carece de espaço para novas ampliações, pois já aguarda novas ligações de outros empreendimentos."*

10- A conclusão merece-nos dois reparos/comentários.

11- O primeiro é que se tratará da melhor localização para estabelecimento da ligação è rede de distribuição de energia elétrica e que, muito embora possua esta mais-valia foi abandonada. Se assim é, porque foi abandonada?

Este é o nosso segundo reparo/comentário e que, em nosso entendimento, não se encontra demonstrado de forma inequívoca que a solução/cenário equacionado teria que ser afastado passando para uma outra alternativa.

Ou, deveria ter sido equacionado sem exclusão do mesmo, procedendo a uma avaliação global dos impactos desta solução com base em parâmetros objetivos que possibilitassem um termo de comparação entre as várias alternativas/opções.

12- Não podemos deixar passar em claro, para não afirmar que não aceitaremos, que esta solução fosse abandonada fundamentada tal decisão no facto da E-Redes não garantir capacidade suficiente para abastecer o complexo mineiro. Ou seja, atualmente não existe disponibilidade de potência necessária para abastecer o complexo mineiro. Acresce a este argumento, que a Subestação de Vale do Gaio carece de espaço para novas ampliações porque já aguarda novas ligações de outros empreendimentos.

13- Em termos práticos e de forma objetiva, teremos que concluir que este cenário não foi sequer equacionado e ponderado o seu impacto ambiental face aos demais porque a entidade E-Redes excluiu esta possibilidade.

14- Mas, a exclusão desta possibilidade resulta de uma impossibilidade técnica?

15- Claramente que não, no nosso entendimento.
Porque o aumento de potência da subestação de Vale do Gaio é sempre viável mediante a reformulação da linha e potência existente que abastece esta subestação e porque o alargamento da área da subestação será sempre possível mediante a aquisição dos terrenos confortantes os quais já se encontram onerados com uma servidão.

16- A necessidade de reformulação da linha que abastece a subestação de Vale do Gaio e o alargamento desta consubstanciam impactos ambientais que devem necessariamente ser ponderados e avaliados para comparação com as demais soluções.

17- Mas tal não se verificou. Na prática a decisão de eliminação desta opção, considerada como a melhor localização, corresponde a uma decisão tomada pela E-Redes de exclusão desta opção.

18- O âmbito e objetivo da avaliação de impacto ambiental é ponderar um conjunto de alternativas e face à impacto ambiental de cada uma das soluções, optar por aquela que menor impacto apresenta.

19- A premissa acabada de expor, em nosso entendimento, não foi respeitada porque a exclusão desta opção/cenário resulta de uma decisão administrativa tomada/comunicada pela E-redes e aceite de forma pacifica e acrítica pela equipa responsável pela avaliação ambiental.

20- E, não se admite como hipoteticamente equacionável, que possa ter sido ponderado e justificada esta exclusão por critérios económicos e ou financeiros.

21- Acresce que, em nosso entender, a exclusão desta opção cenário fundamenta-se numa decisão tomada por um terceiro – E-redes – e que a mesma não foi ou é sequer sujeita a sindicância.

22- Teremos que aventar a possibilidade de efetivamente não existir neste âmbito uma ponderação de impactos ambientais e que a decisão tomada resulta de um conjunto de exclusões assentes em fundamentos pouco claros e pouco sustentáveis que conduziram à solução proposta e designada como cenário 4 por exclusão dos demais cenários.

23- A contrário do acabado de expor, teria que ser devidamente demonstrado que os restantes cenários foram equacionados e que foi realizada uma avaliação do seu impacto ambiental. E, por fim, face ao conjunto dos impactos ambientais considerados e valorizados, que a opção tomada recaia sobre o designado cenário 4.

24- Tal não se verifica nem se pode concluir do conjunto dos documentos disponibilizados para consulta pública.

25- O acabado de expor e fundamentado na análise por nós realizada para o cenário 1, pode ser reproduzida *mutatis mutandis* para os restantes cenários.

26- Pois os fundamentos de exclusão das várias opções assenta sobre os mesmos fundamentos e pressupostos, como se comprova nas transcrições a seguir apresentadas:

Cenário 1- Ligação a SE

Ligação SE Alcácer do Sal, E-Redes; 60/30 kV

A subestação de Alcácer do Sal, apesar de ter espaço suficiente no pátio, ***revelar-se-ia uma tarefa árdua [sublinhado nosso]*** *por estar localizada numa cidade com elevada densidade populacional e habitacional face a outras alternativas.*

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Distância da SE ao projeto: 18,6 km

Nosso comentário/observações:

O argumento de tarefa árdua não nos parece plausível para afastar esta solução. As condicionantes à execução desta opção que possibilitaram a classificação como tarefa árdua terá que ser ponderada e incluída na avaliação ambiental.

Mas não pode justificar-se a dificuldade ou árdua tarefa na sua concretização como fundamento suficiente para a exclusão desta possibilidade de ligação de energia elétrica porque efetivamente não existe a avaliação dos impactos ambientais desta.

Cenário 1- Ligação a SE

Ligação SE Santiago do Cacém; E-Redes; 60/30 kV

Potência disponível na SE: 0 MVA

Embora a Subestação de Santiago do Cacém tenha aparentemente alguma capacidade restante para satisfazer uma parte do requisito de 41 MVA, está a aguardar a atribuição de outra carga de 12,43 MVA que excluirá esta possibilidade.

Em alternativa, e por não haver capacidade disponível nas subestações E-REDES de média tensão, seria também possível ligar a mina às mesmas subestações no nível de alta tensão (60 kV).

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Distância da SE ao projeto: 28,9 km

Nosso comentário/observações:

A distância de ligação e/ou a necessidade de aumento de potência na Subestação de Santiago do Cacém não pode por si só justificar o abandono desta opção.

Estes fatores/factos devem necessariamente ser considerados no âmbito da avaliação ambiental mas não pode ser fundamento da sua exclusão sem que tais impactos sejam avaliados para comparação com as demais soluções equacionadas.

Cenário 1- Ligação a SE

Ligação SE Comporta; E-Redes; 60/30 kV

Potência disponível na SE: 0 MVA A ligação à Subestação da Comporta em alta tensão ***é uma opção viável do ponto de vista técnico, mas o custo da ligação pode ser elevado [sublinado nosso]****, devido à distância de 33km do projeto Lagoa Salgada*.

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Distância da SE ao projeto: 33,0 km

Nosso comentário/observações:

Conforme já exposto anteriormente, a distância de ligação não pode por si só justificar o abandono desta opção.

Estes fatores/factos devem necessariamente ser considerados no âmbito da avaliação ambiental mas não pode ser fundamento da sua exclusão sem que tais impactos sejam avaliados para comparação com as demais soluções equacionadas.

Cenário 1- Ligação a SE

Ligação SE Ferreira do Alentejo; REN; 400/150/60 kV

Outras duas soluções possíveis seriam a ligação às subestações de Ferreira do Alentejo ou Santiago do Cacém, também na alta tensão de 60kV, a 34,7 km e 28,9 km, respetivamente.

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Distância da SE ao projeto: 34,7 km

Nosso comentário/observações:

Mais uma vez, a distância de ligação não pode por si só justificar o abandono desta opção.

Aliás, é referido que esta opção é válida mas não se encontra fundamentado a sua exclusão. Claramente que o facto económico da distância ao complexo mineiro não poderá, em nosso entender, justificar por si só a exclusão desta opção.

Cenário 1- Ligação a SE

Ligação SE Sines; REN; 400/150/60 kV

Por último, a Subestação de Sines também é uma possibilidade, mas considerando que a Subestação de Santiago do Cacém é mais próxima, não será considerada em análises posteriores.

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Distância da SE ao projeto: 36,4 km

Nosso comentário/observações:

O exposto na análise da solução de abastecimento elétrico com origem na Subestação de Santiago do Cacém aplica-se de igual forma a esta solução.

Cenário 2- Ligação a LE existente

Ligação à linha aérea Vale do Gaio – Alcácer do Sal

Considerando os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, a conexão à rede deve ser feita em Nível de Alta Tensão, 60 kV.

***Nas proximidades do empreendimento Lagoa Salgada [sublinado nosso]**, encontramos a linha aérea existente de 60 kV que liga as subestações de Vale do Gaio e Alcácer do Sal. Esta linha aérea, LN60 0133 Vale Do Gaio-Alcácer é composta por 2 troços de cabos ACSR (um com secção de 160 mm2 e outro de 195 mm2).*

Após análise, a potência máxima disponível de 40 MVA não é suficiente para suportar os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, o ponto de ligação à linha existente não é viável.

O ponto de interseção está aproximadamente a 12,4 km do projeto e uma nova linha aérea dupla deve ser feita. Essa solução também exigirá a construção de uma estação de comutação para E-Redes de forma a permitir

a abertura da linha aérea existente, respeitando as condições do Operador do Sistema de Distribuição (OSD).

Nosso comentário/observações:

A necessidade de aumento de potência ou a necessidade de execução de construções/obras adicionais não pode por si só justificar o abandono desta opção.

Estes fatores/factos devem necessariamente ser considerados no âmbito da avaliação ambiental mas não pode ser fundamento da sua exclusão sem que tais impactos sejam avaliados para comparação com as demais soluções equacionadas.

Cenário 3- Ligação a LE existente

Ligação à linha aérea Vale do Gaio – Ferreira do Alentejo

Considerando os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada, a conexão à rede deve ser feita em Nível de Alta Tensão, 60 kV.

Nas proximidades do empreendimento Lagoa Salgada, encontramos a atual linha aérea de 60 kV que liga as subestações de Vale do Gaio e Ferreira do Alentejo. Esta linha aérea, LN60 0008 Ferreira-Vale do Gaio é composta por 3 troços de cabos (um de secção 325 mm2, um de secção 185 mm2 e outro de 160 mm2).

Após análise, a potência máxima disponível de 60 MVA é suficiente para suportar os 41 MVA necessários para o projeto Lagoa Salgada e por esta razão parece ser a solução mais viável e correta a ser executada [sublinhado nosso].

O ponto de interseção está aproximadamente a 15,1 km do projeto e uma nova linha aérea dupla deve ser feita. Essa solução também exigirá a construção de uma estação de comutação para E-Redes de forma a permitir a abertura da linha aérea existente, respeitando as condições do Operador do Sistema de Distribuição (OSD).

Nosso comentário/observações:

A necessidade de execução de construções/obras adicionais não pode por si só justificar o abandono desta opção.

Aliás, a conclusão da apreciação realizada é clara e concluem que "***parece ser a solução mais viável e correta a ser executada".***

Estes fatores/factos devem necessariamente ser considerados no âmbito da avaliação ambiental mas não pode ser fundamento da sua exclusão sem que tais impactos sejam avaliados para comparação com as demais soluções equacionadas.

Cenário 4- Ligação a SE

Ligação SE Arregota Nova; E-Redes; 60/30 kV

Distância mais curta ao projeto e indicado pela E-Redes como a solução técnica mais viável.

Solução selecionada. Única solução viável e aprovada pela E-Redes [sublinhado nosso].

No campo relativo a [problemas/vantagens / desvantagens], regista-se:

Está neste momento a ser desenvolvido pela E-redes o projeto de ligação.

Nosso comentário/observações:

O já registado nesta exposição é corroborado e confirmado pelo registado no campo de problemas/vantagen/desvantagens. Ou seja, a solução selecionada resultou de uma decisão administrativa de uma entidade exterior.

27- Aqui chegados, após a análise do conjunto de cenários equacionados, resulta claro um conjunto de conclusões que de forma sintética se resumem ao a seguir exposto.

28- A solução adotada para ligação à rede de infraestruturas elétricas – cenário 4 – resulta da exclusão dos cenários anteriores.

29- A exclusão dos cenários seguiu um principio de exclusão e não um principio de comparação entre alternativas e avaliação do impacto ambiental de cada uma das soluções.

30- Todavia, se a exclusão resultasse de argumentos e condicionantes do ponto de vista técnico que inviabilizassem de forma objetiva e inquestionável tais opções seria aceitável.

31- Mas, os fundamentos da exclusão incidem sobre necessidade de reformulação da rede elétrica existente de forma a garantir um aumento de potência face às necessidades, de construção de novos equipamentos ou infraestruturas e da distância ao complexo mineiro.

32- Todos os argumentos expostos demonstram um preocupação economicista.

33- Não pretendemos afirmar que os fatores economicistas não devem ser ponderados na avaliação ambiental e nas suas múltiplas vertentes. Este é mais um dos fatores em análise e ponderação na avaliação ambiental, mas não pode ser o único fator a considerar e usado para eliminação de opção.

34- Se assim fosse, a avaliação ambiental seria resumida a uma quadro Excel com fatores matemático e aplicação de um algoritmo.

35- O cumprimento dos princípios que obrigam à análise da avaliação ambiental pressupõe que para cada uma das alternativas se avaliem, ponderem e concretizem os diversos impactos associados a cada uma das soluções. E, face a esse conjunto de avaliações, sustentar a opção tomada face ao menor impacto que a solução adotada acarreta.

36- Mas tal principio não se verificou. A avaliação ambiental realizada, em nosso entender, não respeita os objetivos e princípios que a deveriam nortear. Trata-se tão somente da confirmação de uma decisão administrativa e burocrática tomada por uma entidade externa, a E-Redes e aceite de forma acrítica pela equipa responsável pela avaliação ambiental.

37- Decisão tomada pela E-Redes assente em argumentos que não se podem compaginar com a avaliação ambiental e que na sua essência não foram nem se encontram sindicados.

38- Pelo acabado de expor, é nosso entendimento que a avaliação ambiental realizada terá obrigatoriamente que ser completamente reformulada e fundamentada na decisão sobre o ponto de ligação à rede de infraestruturas elétricas.

39- Aqui chegados e sem prescindir do exposto nos pontos anteriores, haverá que avaliar e ponderar se o não respeito pelos princípios subjacentes à avaliação ambiental no ponto de ligação à infraestrutura elétrica se verifica de igual forma no corredor de ligação ao complexo mineiro.

40- Lamentavelmente temos que concluir que o *modus operandi* se mantêm.

41- Pois, a avaliação que foi realizada e consta do anexo 16 foi somente ponderada para o cenário 4.

42- Esta evidência coloca a nú uma fragilidade insanável da avaliação estratégica.

43- A fragilidade resulta da compartimentação entre decisões. Dito de outra forma, foi tomada uma decisão sobre o ponto de ligação à rede de infraestruturas elétricas e, partindo desta premissa foi realizada a avaliação ambiental sobre a ligação ao complexo mineiro.

44- Queremos com isto afirmar que na prática a avaliação ambiental realizada encontra-se, neste âmbito, e de forma irreparável em crise.

45- Porque, em nosso entender a compartimentação entre decisões e avaliação ambiental de forma parcial não responde à avaliação ambiental exigida.

46- Em nosso entender, associado a cada um dos cenários de ligação haveria que associar os impactos ambientais da ligação ao complexo mineiro. O conjunto destes dois âmbitos (ponto de ligação è rede de infraestruturas e ligação entre este ponto e o complexo mineiro) é que demonstram o impacto ambiental de cada uma das opções equacionadas.

47- E, face à sua avaliação conjunta é que seria possível avaliar cada uma das opções face às demais e optar, de forma objetiva e sustentada, por um dos cenários.

48- Como verificamos e demonstramos tais princípios não foram respeitados.

49- O exposto resulta de uma opção tomada e não fundamentada que na pratica corresponde a uma decisão unilateral sem qualquer sindicância e que a avaliação ambiental realizada não demonstra nem comprova que a opção tomada corresponde àquela que menor impacto ambiental.

50- Em concreto, relativamente à ligação elétrica com o complexo mineiro, afirma-se na página 174 e 175 do "ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL - VOLUME II - RELATÓRIO SÍNTESE", datado de 26 de novembro de 2024:

> *O abastecimento de eletricidade da rede ao Projeto ocorre através da linha aérea a 60 kV de interligação à RESP da subestação de Lagoa Salgada. Esta interligação será realizada na subestação Arregota Nova da E-REDES, em fase de construção.*
>
> *Prevê-se a instalação de 52 apoios no alinhamento do traçado em Grândola, com uma altura máxima de 40 metros. A Linha Aérea de Alta Tensão (LAAT) de Lagoa Salgada tem um comprimento de aproximadamente 15,1 Km.*
>
> *Este estudo/traçado foi alvo de um levantamento preliminar de condicionantes ambientais, mas ainda está pendente de um levantamento topográfico e cadastral, assim como interferências.* ***Logo, ainda não será final, sendo este um traçado preliminar antes do LT e acordos com os proprietários afetados*** **[sublinhado nosso]**.
>
> *Apenas depois do levantamento topográfico realizado e levantamento de interferências, assim como confirmação do traçado num ponto de vista cadastral, é que se irá iniciar o dimensionamento mecânico da linha, assim como definição final dos tipos de apoios e respetivas alturas.*

51- Muito embora se afirme que estamos perante um traçado preliminar, no restante relatório o desenvolvimento deste não traduz essa incerteza.

52- E acresce que não se encontra qualquer evidencia que foi equacionada outra solução diferente da apresentada e representada na seguinte imagem, a página 724 do Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental:

A Figura 7.1. mostra a localização da Linha Elétrica sobre fotografia aérea (Fonte *GoogleEarth*).

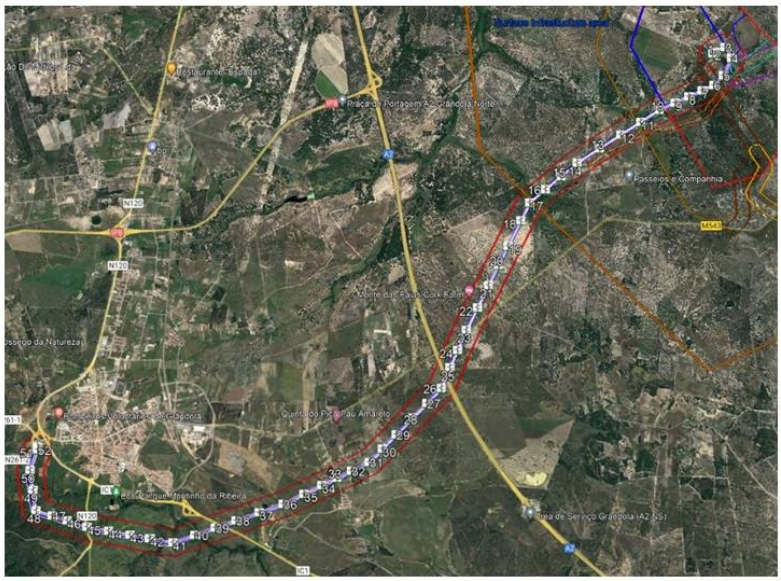


Figura 7.1 – Localização da Linha Elétrica sobre Fotografia Aérea

53- Não podemos deixar de registar que o anexo 16 referente ao Relatório de Inventário Florestal é datado de 17 de Julho de 2023. Ou seja, anterior à data do Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental que é datado de 26 de novembro de 2024.

54- E se dúvidas existissem de que não estamos perante um traçado preliminar é elucidatvo que no anexo 16 referente ao Relatório inventário arbóreo - Linha Elétrica – Mina de Lagoa Salgada datado de 22 de junho de 2023 se apresente um grau de concretitude e rigor demonstrativo de que a solução se encontra tomada. Evidência e conclusão que resulta quando se prevê deslocações dos apoios à linha elétrica em 10 metros conforme se demonstra na seguintes imagens:

Apoio 28 - Deslocação para sudoeste cerca de 10m (quadrado amarelo na imagem), aproximar do acesso em terra batida, evita o abate de um sobreiro emblemático com quase 15 metros de altura.



Apoio 29 - Deslocação para este cerca de 6m (quadrado amarelo na imagem), evita a intervenção num sobreiro emblemático com quase 16 metros de altura.



55- Não afirmamos nem temos qualquer pretensão em afirmar que o estudo de impacto ambiental não deva possuir tal grau de desenvolvimento e proponha medidas mitigadores de impactos como o proposto.

56- Surpreende-nos é que não sejam ponderados vários cenários, avaliados os impactos subjacentes a todas as alternativas e face a essa avaliação que seja a tomada a decisão sobre aquela que apresenta menor impacto.

57- Mas a leitura atenta da documentação disponibilizada não nos permite afirmar que foram ponderados vários cenários, que foram avaliados os impactos ambientais associados a cada uma dos cenários e que a decisão tomada se encontra devidamente fundamentada do ponto de visto do seu impacto nas suas múltiplas vertentes.

58- O acabado de expor é a confirmação do já exposto na seleção do ponto de ligação à rede de infraestruturas elétricas.

59- Mas, continuando a análise da solução proposta de ligação, constata-se que esta terá um impacto de forma predominante sobre florestas de sobreiro como o comprova o quadro apresentado a folha 659 do Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental que é datado de 26 de novembro de 2024 que a seguir se reproduz:

Quadro 7.28 - Quantificação das afetações de uso e ocupação de solo pela faixa de servidão da linha elétrica

Ocupação de Solo	Área (ha)	Área (%)
Florestas de eucalipto	0,57	1,51
Florestas de outras folhosas	0,69	1,82
Florestas de pinheiro-bravo	0,30	0,79
Florestas de pinheiro manso	4,52	11,94
Florestas de sobreiro	19,95	52,68
Florestas mistas de sobreiro e pinheiro manso	4,48	11,83
Olivais	3,45	9,11
Pastagens espontâneas	2,80	7,39
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	0,30	0,79
Charcas	0,04	0,11
Zonas húmidas interiores	0,08	0,21
Territórios artificializados	0,69	1,82
Total	37,87	100,00

60- Já na página 694 do Relatório Síntese do Estudo de Impacte Ambiental que é datado de 26 de novembro de 2024 regista-se o impacto significativo sobre a floresta de sobreiros e azinheiras como a seguir se reproduz:

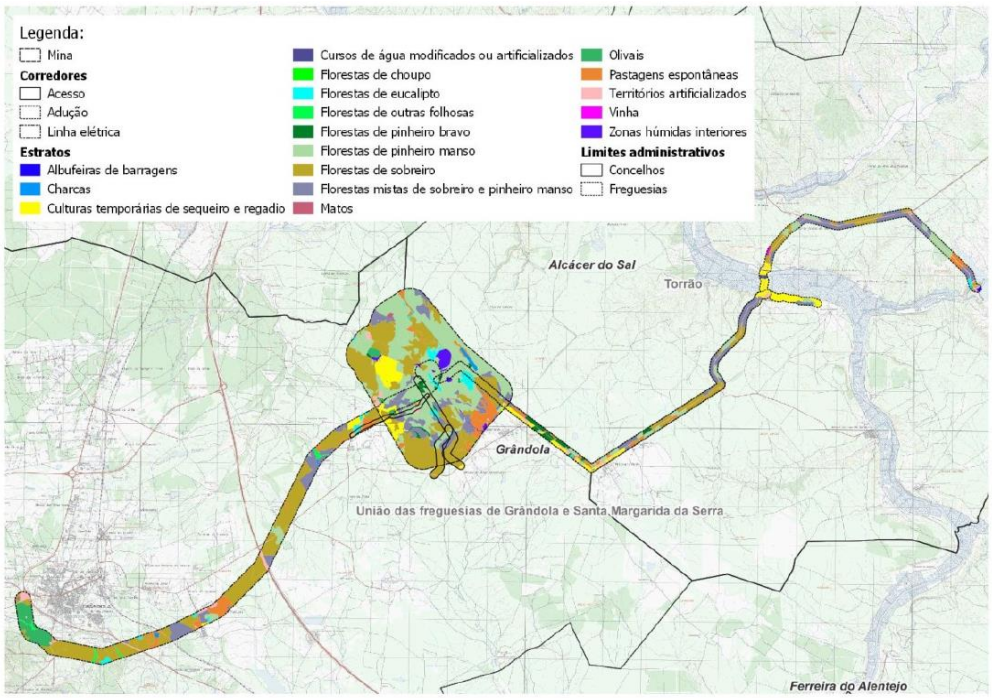
> *Analisando a estratificação correspondente ao corredor da Linha Elétrica, constata-se que a sobreposição com estratos florestais é relevante, nomeadamente as florestas de sobreiro com 294,8 ha, seguido das florestas mistas de sobreiro e pinheiro manso com 82,9 ha, e das florestas de pinheiro manso com 69,2 ha e finalmente das florestas de eucalipto com 15,5 ha, conforme se pode verificar nos quadros abaixo.*

Quadro 7.49 - Estratos sobrepostos com o Corredor da Linha Elétrica

Corredor de Linha Elétrica (C.LE)	
Estrato COS	**Área (ha)**
Culturas temporárias	14,8
Charcas	2,5

Corredor de Linha Elétrica (C.LE)	
Territórios artificializados	20,1
Florestas de eucalipto	15,5
Zonas húmidas interiores	0,9
Florestas de sobreiro	294,8
Olival	50,6
Florestas de pinheiro manso	69,2
Pastagem espontâneas	47,7
Florestas mistas de Sobreiro e Pinheiro manso	82,9
Florestas de outras folhosas	10,5
Florestas de pinheiro bravo	5,7
Florestas de choupo	0,3
Matos	0,8

61- O exposto em texto e quadro é traduzido graficamente no anexo 16 do Relatório inventário florestal - Mina da Lagoa Salgada, datado de 17 de julho de 2023, a página 15, no seguinte mapa:



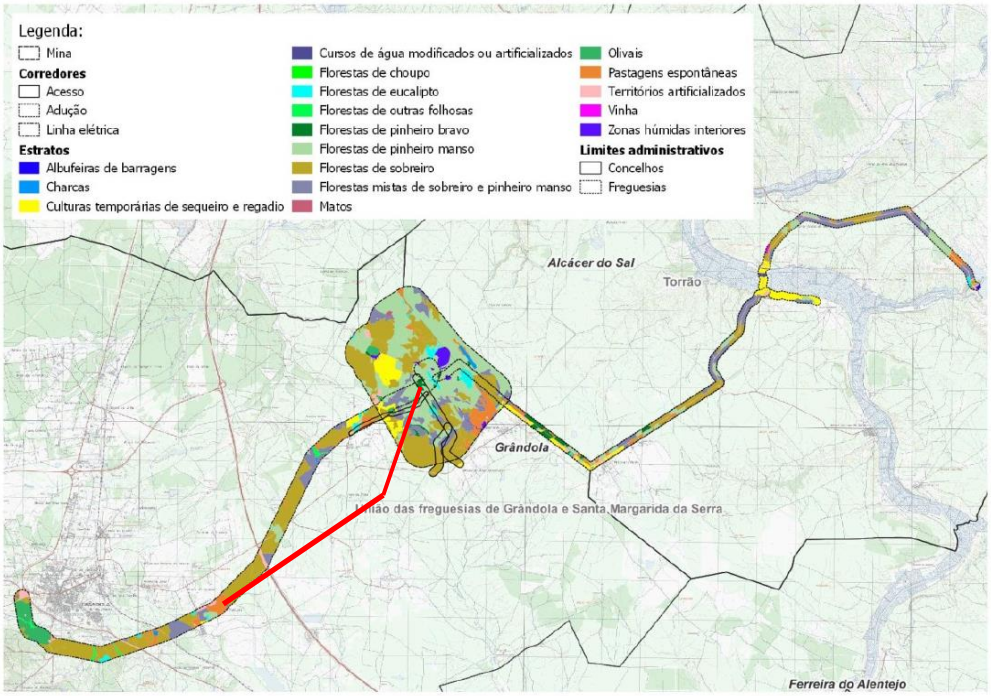
62- Registe-se que o sobreiro é uma arvore protegida pela legislação Nacional.

63- Aqui chegados, entendemos como legitimo questionar porque não foram equacionadas outras alternativas?

64- Qual a avaliação do impacto ambiental das outras alternativas?

65- A solução tomada corresponde efetivamente àquela que menor impacto terá?

66- Permitam-nos propor uma outra alternativa que nos parece mais racional no seu traçado e representada sobre o mapa já apresentado e identificado o traçado alternativo a vermelho:



67- Registe-se que a solução alternativa proposta não tem subjacente qualquer motivação que se justifique no eliminar da implantação da rede elétrica sobre propriedade da Signatária. Pois, no traçado alternativo, a propriedade da Signatária continua a ser afetada por este corredor.

68- Entende, isso sim, a Signatária que este corredor terá um menor impacto ambiental sobre a florestal de sobreiros e da respetiva gestão de combustível.

69- O exercício aqui apresentado tem subjacente um único objetivo.

70- Objetivo esse que consiste em demonstrar e comprovar que a avaliação ambiental realizada não se traduz efetivamente na comparação de cenários alternativos e a comparação de várias alternativas.

71- Por conseguinte, a decisão tomada quer na seleção do ponto de ligação à infraestrutura elétrica quer nos vários corredores possíveis de ligação entre a subestação e o complexo mineiro não foram ponderados.

72- Sem ponderação dos vários cenários não é possível comparar alternativas.

73- Perante a inexistência de soluções comparáveis, o relatório de avaliação ambiental é um mero exercício de confirmação de decisões tomadas sem que os fundamentos destas decisões sejam transparentes, claros e facilmente percetíveis e entendíveis pelo comum dos cidadãos.

Em face do exposto e demonstrado, requer-se e insta-se V. Ex.ª a reprovar o Estudo de Impacto ambiental apresentado face ao não cumprimento dos objetivos inerentes à sua realização e, por consequência, à violação do quadro legal aplicável.

Deverá a empresa promotora do complexo mineiro proceder à reformulação do Estudo de Impacto ambiental, no que respeita pelo menos ao abastecimento de energia elétrica ao complexo mineiro, demonstrando as várias soluções alternativas possíveis, avaliando o seu impacto nas suas múltiplas vertentes para que seja possível realizar uma comparação efetiva entre cada alternativa e optar por aquela que demonstre ter menor impacto.

Avaliação comparativa que deverá ser objeto de consulta pública e que não foi realizada nem se encontra demonstrada ou documentada no Estudo de Impacto ambiental colocado em consulta pública, conforme registado e fundamentado neste documento.

São João da Madeira, 26 de Abril de 2025,

Pede deferimento

Participação na Consulta Pública do Estudo de Impacto Ambiental

do Projeto da Mina da Lagoa Salgada

A Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente, no âmbito da Consulta Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental do projeto "Mina da Lagoa Salgada" em fase de Estudo Prévio, vem por este meio manifestar a sua discordância com o projeto proposto.

Após análise da documentação, consideramos que os impactos ambientais e sociais negativos associados a Mina da Lagoa Salgada são graves, duradouros e desproporcionais face aos potenciais benefícios apresentados.

A região de Grândola tem-se afirmado nos últimos anos como um território de excelência no turismo e na preservação do património natural e paisagístico. A implantação da Mina da Lagoa Salgada, com infraestruturas industriais de grande escala, um gigantesco aterro de resíduos, linha aérea de alta tensão, ruído contínuo, constante produção de poeira e acentuado impacto visual, é manifestamente incompatível com este modelo de desenvolvimento.

O projeto afetará negativamente atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes.

Consideramos que o prazo de seis semanas da Consulta Pública para análise e pronúncia é francamente curto, tendo em conta a complexidade técnica dos documentos. O Resumo Não-Técnico - dirigido ao cidadão comum - caracteriza-se por uma tal leveza e falta de transparência quanto aos verdadeiros impactos que levanta dúvidas quanto à real intenção de promover uma participação pública informada e efetiva. Mesmo nas +900 páginas do Relatório Síntese não se encontram informações claras sobre o verdadeiro consumo total de água da mina, o que compromete seriamente a qualidade e a credibilidade do processo de consulta.

Importa ainda mencionar que o Anexo 13 - Resultados das Entrevistas com Informadores Chave (pag.5) menciona que a Proteger Grândola foi contactada. Tal afirmação não é verdadeira pois a associação Proteger Grândola nunca foi contactada por qualquer entidade ligada ao projeto da Mina da Lagoa Salgada.

Enquadramento:

O projeto Mina da Lagoa Salgada (o "Projeto") está a ser desenvolvido ao abrigo da concessão atribuída à REDCORP – Empreendimentos Mineiros Lda, subsidiária da empresa Canadiana Ascendant Resources Inc, e tem como objetivo o desenvolvimento mineiro, através da exploração subterrânea de depósitos minerais metálicos de cobre, chumbo, zinco e metais associados.

A concessão abrange uma área de 7.209 hectares, nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola. A Área de Intervenção (AI) do presente Projeto é de 271 hectares, enquanto a Área Potencial de Intervenção (API) ascende a 591 hectares, situando-se no concelho de Grândola. A totalidade da área afetada encontra-se inserida em espaço florestal e grande parte em Espaço Florestal de Produção, com presença de cursos e linhas de água.

A exploração mineira irá desenvolver-se a 12km do centro de Grândola e a pouca distância das aldeias de Água Derramada e Cilha do Pascoal. A acessibilidade rodoviária à mina será realizada através da EM543.

A produção estimada é de 5.480 toneladas diárias de minério, durante uma vida útil de 11 anos, iniciada após uma fase de construção com cerca de 2 anos. O investimento global previsto associado à implementação do projeto é de cerca €200 milhões. O modelo de exploração prevê a laboração em continuo 24/24h. O minério lavrado será transportado por camiões para os portos de Setúbal, Sines e/ou Huelva.

Para além das infraestruturas mineiras, o projeto engloba a construção de uma Linha Aérea de Alta Tensão de 60 kV com 15 km de extensão para fornecimento de energia ao complexo mineiro, a construção de uma adutora de 20km para ligação à albufeira de Vale do Gaio, Alcácer do Sal, para abastecimento de água, bem como a instalação de uma unidade de produção elétrica renovável.

Impacto sobre os recursos hídricos:

A Mina da Lagoa Salgada está inserida na Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6). De acordo com o Plano de Gestão do Sado e Mira 3º ciclo (2022–2027), a RH6 enfrenta desafios significativos relacionados com a escassez de água e a sobre-exploração dos recursos hídricos subterrâneos. A região já registou situações críticas, com descidas nos níveis piezométricos. Estas massas de água são consideradas reservas estratégicas a nível nacional, sendo essenciais para o abastecimento público, especialmente em períodos de seca.

A zona de Grândola está classificada frequentemente em situações de seca severa, com precipitação anual muito baixa e recarga limitada dos aquíferos. As alterações climáticas agravam esta condição, tornando os eventos de seca mais frequentes e prolongados.

O único ponto de captação de água potável que abastece as populações de Água Derramada e Cilha do Pascoal situa-se no centro da área de intervenção mineira.

O EIA reconhece que "os impactes nos recursos hídricos ocorrerão de forma contínua ao longo de todas as fases do projeto e prevê-se que continuem a ser afetados durante um período temporal, mesmo após o encerramento da exploração mineira."

A documentação não é clara quanto à origem e a quantidade de água necessária para a operação da mina nas suas diferentes fases. O EIA submetido em 2019 previa a necessidade de "cerca de 0,5 m^3 de água fresca por tonelada de material a tratar, considerando a recirculação da água". Utilizando este dado, para a produção diária de 5.479 toneladas, o consumo diário seria de 2.739,5 m^3, o que equivale a um consumo anual de água de cerca de 1 hm^3.

Embora o Promotor do projeto afirme que a captação no sistema aquífero profundo não interferirá com os sistemas intermédio e superficial utilizados pelas populações, tal garantia tem de ser vista com ceticismo. O próprio EIA admite que a "abertura de galerias subterrâneas de grandes dimensões alterará inevitavelmente os padrões hidrodinâmicos das águas subterrâneas", ou seja, os fluxos naturais de circulação entre diferentes camadas do subsolo. Essa alteração pode modificar gradientes de pressão, induzir fluxos verticais entre sistemas antes isolados e criar conexões hidráulicas inesperadas. A presença de falhas geológicas, fraturas e mais de 100 perfurações realizadas ao longo dos últimos 30 anos pode comprometer a integridade das barreiras naturais entre aquíferos, favorecendo a migração de água (e eventualmente de contaminantes) entre os diferentes níveis. Esta situação poderá conduzir ao rebaixamento do lençol freático, afetando a recarga natural e a disponibilidade de água por furos para consumo das populações e agrícola.

Este rebaixamento impactará diretamente a vegetação de raízes profundas, como o montado, comprometendo a sua sobrevivência e regeneração, sobretudo em períodos de seca cada vez mais frequentes.

Dado as pressões já existentes sobre os sistemas aquíferos da região, a operação da mina representa uma ameaça séria à resiliência hídrica da região.

A escassez de água para o desenvolvimento de novos projetos nesta região é aliás reconhecida pelo Governo Português pois na "Estratégia Nacional para a Gestão da Água" em discussão pública até 25 de abril de 2025, o seu Resumo Executivo, na página 20, inclui nas medidas propostas "Estudo para novas origens não convencionais – ApR (Água para Reutilização) e dessalinização - na zona industrial do Sado para preservação do aquífero Tejo-Sado".

O EIA em análise não trata adequadamente a proposta linha de adução de água desde a Barragem do Vale do Gaio. Está indicado que será uma conduta com 100mm de diâmetro com cerca de 20km. Não é claro o custo deste investimento. Segundo a legislação, uma conduta adutora com mais de 10 km deve obrigatoriamente ser submetida a um pedido de decisão de sujeição a AIA ("screening") junto da APA.

Apontamos 3 assuntos que implicam uma atenção especial:

- O Plano Nacional da Água exige que nesta região seja necessário estudar opções não convencionais.
- A albufeira do Vale do Gaio já é deficitária em água há vários anos, apesar da já existente ligação pela EDIA da mesma ao Alqueva. A Associação de Regantes utiliza essa água principalmente para o cultivo do arroz, entre outras culturas sazonais, reclamando a mesma a necessidade de mais água para as necessidades agrícolas da região. Não está claro no EIA se o promotor do Projeto tem licença para obter a água dessa infraestrutura. Em que quantidades ? Durante qual prazo ?
- O EIA indica que esta conduta irá servir para obter 42.000m^3 de água por ano, a ser utilizada exclusivamente para as instalações sociais, lavagem de equipamento e produção de betão. A engenharia diz-nos que uma conduta de 100mm pode transportar razoavelmente 370.000m^3/ano, ou seja, 9 vezes mais. Não será esta conduta um plano B para quando faltar a água dos aquíferos? Chama-se a atenção da APA para tomar as previdências necessárias para garantir que em caso algum pode o licenciamento para 42.000m^3/ano com a finalidade descrita ser usada para outro fim e em quantidades superiores.

<u>Risco da contaminação dos aquíferos:</u>

O projeto prevê uma produção de rejeitados de 5.151t/dia (1.880.000 t/ano). No final da exploração, estima-se um aterro com 9 milhões de toneladas acumuladas de detrito tóxico numa área de 65ha com uma altura de 2 a 8 andares.

Devido à gravidade das consequências potenciais caso a estrutura da barragem de rejeitados falhe, o projeto do aterro tem a classificação de perigo de barragem "muito alto", o que exige níveis máximos de precaução e escrutínio público. Embora estejam previstos o uso de geomembranas de contenção e sistemas de drenagem, falhas técnicas, erros operacionais ou eventos climáticos extremos podem comprometer a eficácia dessas estruturas. A experiência nacional e internacional em projetos semelhantes demonstra que infiltrações, rasgos em membranas e sobrecargas nos sistemas de contenção são eventos plausíveis ao longo do ciclo de vida da mina.

O EIA identifica a presença de materiais potencialmente geradores de drenagem ácida (DAM). A DAM é um dos passivos mais persistentes e difíceis de remediar na mineração, podendo contaminar solos e aquíferos durante décadas. A sua mitigação exige tratamento ativo contínuo, com custos elevados e eficácia limitada.

Importa referir que a API da Mina se insere numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos. A existência de mais de 100 perfurações históricas e fraturas naturais no subsolo compromete a integridade das barreiras entre aquíferos, aumentando a probabilidade de migração de contaminantes. Dada a dependência quase total do município de Grândola de águas subterrâneas para abastecimento, e a ausência de fontes alternativas, os riscos são inaceitáveis.

Impactos da impermeabilização do solo:

O EIA reconhece que a compactação e impermeabilização dos solos por um período mínimo de 11 anos provocará degradações que poderão ser irreversíveis, limitando o uso futuro dos solos. A impermeabilização impede a recarga dos aquíferos, aumenta o escoamento superficial, o risco de erosão e assoreamento, além de afetar a biodiversidade do solo e a regulação hídrica e térmica local.

A afetação de zonas de infiltração máxima por atividades com forte impacto ambiental contraria os princípios de gestão sustentável da água consagrados na legislação nacional e europeia, comprometendo a resiliência hídrica da região num contexto de alterações climáticas e escassez estrutural de recursos hídricos.

Destruição irreversível de montado:

O projeto prevê a destruição de cerca de 73 hectares de montado, com o abate de pelo menos 1.900 sobreiros e azinheiras, espécies legalmente protegidas.

Esta perda compromete os serviços ecológicos prestados por estes ecossistemas: estabilização do solo, sequestro de carbono, conservação da biodiversidade e regulação hídrica. As medidas compensatórias propostas não são equivalentes nem eficazes, dada a lentidão da regeneração natural e a complexidade ecológica dos habitats a perder.

Perda de biomassa e capacidade de sequestro de carbono:

A remoção de vegetação madura em mais de 90ha implica a perda de biomassa com elevada capacidade de retenção hídrica e sequestro de carbono, comprometendo os objetivos climáticos nacionais e europeus. Esta perda agrava o balanço de emissões do projeto, para além de contribuir para a degradação dos solos e dos microclimas locais.

Impacto na qualidade do ar:

A lavra e circulação de veículos pesados irá gerar poeiras e poluentes atmosféricos, afetando a saúde das populações e dos ecossistemas. A exposição prolongada a partículas finas está associada a doenças respiratórias e cardiovasculares. A deposição de poeiras sobre linhas de água, vegetação e solos agrícolas agravará os efeitos cumulativos da mineração.

Ruído e Perturbação da Qualidade de Vida:

A laboração contínua (24h/dia), o tráfego de dezenas de camiões e a operação de maquinaria pesada e as detonações diárias geram níveis elevados de ruído e vibrações, com efeitos comprovados na saúde física e mental. A perturbação do sono e o stress acústico reduzem significativamente a qualidade de vida dos residentes.

Trânsito Rodoviário e Segurança Viária:

O aumento significativo do tráfego pesado na EM543, que atravessa as localidades Aldeia da Justa e Água Derramada, é incompatível com a infraestrutura viária existente. Tal representa riscos acrescidos de acidentes, desgaste da via, aumento de ruído e emissões.

Impactos Económicos e Sociais:

O estudo de impacto económico e social encomendado pelo Promotor apresenta previsões otimistas sobre os benefícios económicos e sociais do projeto para o município de Grândola. Contudo, tais previsões baseiam-se em dados desatualizados e não consideram adequadamente o contexto atual do Município, marcada por forte pressão sobre habitação, escassez de mão-de-obra e sobrecarga das infraestruturas públicas.

A região tem experienciado um aumento substancial de investimentos no setor do turismo e imobiliário de luxo. Estes desenvolvimentos têm alterado profundamente a dinâmica socioeconómica local. Grândola enfrenta hoje uma significativa escassez de mão-de-obra. Simultaneamente, a procura por habitação tem superado a oferta, resultando em preços elevados e dificuldade de acesso à moradia para residentes e trabalhadores. A introdução de um projeto extrativo de curta duração irá agravar estes problemas, sem garantir a fixação de população ou benefícios estruturais a longo prazo.

A implementação do projeto mineiro exigirá ainda recursos adicionais à nível das infraestruturas públicas e poderá comprometer a qualidade e disponibilidade dos serviços para a população existente. A ausência de um hospital especializado na região limita ainda a capacidade de resposta a acidentes industriais.

Do ponto de vista financeiro, Grândola é hoje uma das autarquias mais robustas do país. O argumento de que o projeto mineiro trará receitas municipais transformadoras ignora a atual solidez orçamental da Câmara, que em 2023 arrecadou 48,3€ milhões e prevê receitas de 51,9€ milhões para 2025. O proveito previsto da mina para o Município é pouco mais que um arredondamento – por ano é inferior a 1% dos proveitos da Câmara Municipal de Grândola. Nos 11 anos da exploração o valor dos royalties é incerto pois depende da cotação do dólar americano e da cotação dos metais – e ambas podem variar nos dois sentidos, enquanto o IMI e o IMT, que representam o grosso dos rendimentos do Município, são pagos em Euro e vão continuar a aumentar com elevada certeza – pelo que o potencial proveito que a mina representa para o Município irá certamente perder a já reduzida expressão.

Conclusão:

É intenção do Promotor apresentar a Mina da Lagoa Salgada como um "agente crucial para o desenvolvimento ambiental, social e económico da região", promovendo "a criação de valor para todas as partes interessadas." Tal não é demonstrado.

O Promotor quer passar a ideia de que todos os impactes são mitigáveis, são recuperáveis e que no final ficará tudo ainda melhor no período pós-exploração mineira, e com um retorno muito positivo para o Município e as Comunidades locais.

Na verdade, estamos em presença de um Projeto que representa uma rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do Município, construída ao longo das últimas décadas. Os impactos negativos sobre a paisagem, os ecossistemas, os recursos hídricos e a qualidade de vida da população são profundos e duradouros, e a alegada reversibilidade é muito duvidosa.

Os principais beneficiários do Projeto serão a Ascendant Resources Inc. e os seus acionistas, com uma taxa interna de rentabilidade estimada de 37% e um retorno do investimento previsto em apenas quatro anos.

Mesmo admitindo a criação de empregos e alguma receita fiscal, os benefícios nem chegam a 1% da totalidade dos proveitos, e são irrisórios face aos prejuízos e às destruições permanentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes.

Face ao exposto, a Proteger Grândola considera que o projeto da Mina da Lagoa Salgada não deve ser aprovado. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local.

A Direção da Proteger Grândola

26 de Abril 2025

Participação na Consulta Pública da Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-HN)

A Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente apresenta a sua discordância com a Reformulação do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-HN), pelas seguintes razões:

1. Consumo Excessivo de Água:

Mesmo reformulado, o projeto prevê o uso de grandes volumes de água para irrigar os 658,44 hectares de plantações de abacate, um cultivo altamente dependente de água. O projeto reformulado estima consumos de cerca de 3,997 hm3/ano, uma redução de somente 9% face ao projeto inicialmente apresentado e chumbado. Destes, 2,858 hm3/ano virão de furos subterrâneos e 1,139 hm3/ano de fontes superficiais do perímetro de rega do Vale do Sado. Este consumo é muito problemático numa região que já enfrenta grandes desafios hídricos e onde os aquíferos estão sob pressão de sobre-exploração.

De acordo com o Resumo Não-Técnico, "Na fase de exploração, em termos quantitativos, considera-se que a extração de água subterrânea necessária para a rega da área de plantação de abacate do Projeto Agroflorestal HM-MN-R, causa impactes considerados como significativos". O uso intensivo de água para irrigação de abacates numa área que já enfrenta restrições de água irá exacerbar a escassez e prejudicar outros usos essenciais da água.

A proposta do promotor de ceder algumas das suas captações como bancos de reserva de abastecimento para os polos da Comporta, Montevil e Mata Nacional de Valverde às Águas do Alentejo (AgdA) não serve de todo para colmatar o aumento de exploração do sistema aquífero em causa, apenas para o agravar. Inclusivamente, os furos principais que são explorados pela AgdA para o abastecimento de Alcácer do Sal e Grândola encontram-se neste mesmo sistema aquífero, e estão já há vários anos a ser limitados na sua bombagem devido ao caudal subterrâneo insuficiente. Mais captações não são, portanto, a solução para o abastecimento público. Terá de haver sim uma maior limitação de exploração e recuperação dos ecossistemas florestais para que se consiga captar mais humidade atmosférica e assim contribuir para recarregar o lençol freático.

É fundamental assegurar que o nível do lençol freático se mantém acessível e que a sua qualidade se mantém adequada para consumo humano e produção alimentar de sequeiro, promovendo assim a segurança hídrica e a soberania alimentar. É importante lembrar que a acessibilidade à água e alimento são dois fatores de suporte essenciais para o alcance dos objetivos da ONU, da UE e de Portugal, em matéria de soberania alimentar, fixação de população e desenvolvimento sócio-económico sustentável ao nível local e regional.

2. Degradação de Ecosistemas:

A área destinada ao projeto está localizada dentro da Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé), uma parte vital da Rede Natura 2000. Abrangendo esta zona ecossistemas sensíveis, com muitas áreas em grande estado de degradação. Apesar do ligeiro aumento dos corredores ecológicos e da redução da área de solo mobilizada, a conversão de áreas florestais para a agricultura intensiva de abacate por si só irá levar à destruição de habitats críticos, colocando ainda mais em risco a biodiversidade e a integridade dos ecossistemas locais). Assim, a redução da

área de plantação em apenas 9% e o ligeiro aumento da área de corredores ecológicos e da criação alguns abrigos para a avifauna, nada mudam o elevado risco de degradação destes ecossistemas florestais que importa preservar e regenerar.

3. Erosão e Desertificação:

A remoção de vegetação para dar lugar às monoculturas irá aumentar a erosão do solo e a vulnerabilidade à desertificação, especialmente numa área que já enfrenta riscos climáticos severos. A perda de cobertura florestal reduz a capacidade do solo de reter água, exacerbando os efeitos da seca e degradação ambiental. Tendo como consequências a desertificação da paisagem e despovoamento do território.

4. Incompatibilidade com Metas de Conservação:

O projeto está em desacordo com os objetivos de conservação estabelecidos pela Rede Natura 2000 e pela Estratégia de Biodiversidade para 2030 da União Europeia, que visa proteger e restaurar ecossistemas naturais. Mesmo tendo o promotor aumentado ligeiramente os corredores ecológicos, e que este argumente que a plantação agrícola trará benefícios na prevenção de incêndios florestais, estes argumentos não podem servir para transformar uma área significativa dentro de uma zona de conservação para fins agrícolas comerciais, que recorrem a agroquímicos e saem fora do paradigma da economia regional, contradizendo diretamente os esforços para preservar a natureza e alcançar metas de sustentabilidade ambiental.

5. Benefícios Económicos Questionáveis:

Embora o projeto prometa criar empregos e estimular a economia local, os benefícios são insuficientes para justificar os impactos negativos. Os empregos gerados são em grande parte sazonais e de baixa remuneração, o que não oferece uma contribuição duradoura para o desenvolvimento económico da região. Para além de que grande parte do produto será para exportação, logo sem benefício para a soberania alimentar local ou regional.

6. Conflito com Outros Usos do Solo:

A transformação de terrenos florestais e de pastagens em monoculturas de abacate pode gerar conflitos com outros usos potencialmente mais sustentáveis e compatíveis com a conservação ambiental, como a agricultura tradicional (agroecológica), a silvicultura sustentável (diversa e de cobertura contínua) e o turismo ecológico.

Conclusão:

A dimensão do reformulado Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo continua excessivamente grande para os recursos disponíveis, especialmente considerando os impactos cumulativos no uso do solo e na disponibilidade de água. Há um total de 22 projetos agrícolas, industriais e turísticos a exercer pressão nesta zona, não sendo aceitável aumentar ainda mais essa pressão. A instalação de outra monocultura intensiva com grandes necessidades de água e aplicação de agroquímicos representa uma ameaça significativa ao ambiente natural e à sustentabilidade na região de Alcácer do Sal e restantes municípios dependentes do sistema aquífero para o abastecimento público e agricultura de sequeiro. A pressão adicional sobre os recursos hídricos, a destruição de habitats críticos e a incompatibilidade com metas de conservação estabelecidas levantam sérias dúvidas sobre a viabilidade e a responsabilidade ambiental do projeto, pelo que a Proteger Grândola considera que o mesmo não deve ser aprovado.

Apelamos urgentemente para que sejam feitas auditorias por parte da APA ao uso dos TURH nos consumos praticados nas atuais explorações do grupo Aquaterra e dos restantes projetos agrícolas, industriais e turísticos que estão neste momento a exercer enorme pressão sobre este sistema aquífero. Ao mesmo tempo, podem e devem ser consideradas soluções como o estabelecimento de um novo limite piezométrico de captação e criação condicionantes mais apertadas para o uso do solo, de forma a assegurar que o nível do lençol freático se mantém acessível e que a sua qualidade se mantém adequada para consumo humano e produção alimentar de sequeiro, promovendo assim a segurança hídrica e soberania alimentar dos 23 municípios dependentes deste sistema aquífero (Abrantes, Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Almeirim, Alpiarça, Avis, Barreiro, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Gavião, Grândola, Moita, Montemor-o-Novo, Montijo, Mora, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Vendas Novas e Vila Franca de Xira).

A Direção da
Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente

8 de julho de 2024

Participação na Consulta Pública do Estudo de Impacto Ambiental

do Projeto da Mina da Lagoa Salgada

A Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente, no âmbito da Consulta Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental do projeto "Mina da Lagoa Salgada" em fase de Estudo Prévio, vem por este meio manifestar a sua discordância com o projeto proposto.

Após análise da documentação, consideramos que os impactos ambientais e sociais negativos associados a Mina da Lagoa Salgada são graves, duradouros e desproporcionais face aos potenciais benefícios apresentados.

A região de Grândola tem-se afirmado nos últimos anos como um território de excelência no turismo e na preservação do património natural e paisagístico. A implantação da Mina da Lagoa Salgada, com infraestruturas industriais de grande escala, um gigantesco aterro de resíduos, linha aérea de alta tensão, ruído contínuo, constante produção de poeira e acentuado impacto visual, é manifestamente incompatível com este modelo de desenvolvimento.

O projeto afetará negativamente atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes.

Consideramos que o prazo de seis semanas da Consulta Pública para análise e pronúncia é francamente curto, tendo em conta a complexidade técnica dos documentos. O Resumo Não-Técnico - dirigido ao cidadão comum - caracteriza-se por uma tal leveza e falta de transparência quanto aos verdadeiros impactos que levanta dúvidas quanto à real intenção de promover uma participação pública informada e efetiva. Mesmo nas +900 páginas do Relatório Síntese não se encontram informações claras sobre o verdadeiro consumo total de água da mina, o que compromete seriamente a qualidade e a credibilidade do processo de consulta.

Importa ainda mencionar que o Anexo 13 - Resultados das Entrevistas com Informadores Chave (pag.5) menciona que a Proteger Grândola foi contactada. Tal afirmação não é verdadeira pois a associação Proteger Grândola nunca foi contactada por qualquer entidade ligada ao projeto da Mina da Lagoa Salgada.

Enquadramento:

O projeto Mina da Lagoa Salgada (o "Projeto") está a ser desenvolvido ao abrigo da concessão atribuída à REDCORP – Empreendimentos Mineiros Lda, subsidiária da empresa Canadiana Ascendant Resources Inc, e tem como objetivo o desenvolvimento mineiro, através da exploração subterrânea de depósitos minerais metálicos de cobre, chumbo, zinco e metais associados.

A concessão abrange uma área de 7.209 hectares, nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola. A Área de Intervenção (AI) do presente Projeto é de 271 hectares, enquanto a Área Potencial de Intervenção (API) ascende a 591 hectares, situando-se no concelho de Grândola. A totalidade da área afetada encontra-se inserida em espaço florestal e grande parte em Espaço Florestal de Produção, com presença de cursos e linhas de água.

A exploração mineira irá desenvolver-se a 12km do centro de Grândola e a pouca distância das aldeias de Água Derramada e Cilha do Pascoal. A acessibilidade rodoviária à mina será realizada através da EM543.

A produção estimada é de 5.480 toneladas diárias de minério, durante uma vida útil de 11 anos, iniciada após uma fase de construção com cerca de 2 anos. O investimento global previsto associado à implementação do projeto é de cerca €200 milhões. O modelo de exploração prevê a laboração em continuo 24/24h. O minério lavrado será transportado por camiões para os portos de Setúbal, Sines e/ou Huelva.

Para além das infraestruturas mineiras, o projeto engloba a construção de uma Linha Aérea de Alta Tensão de 60 kV com 15 km de extensão para fornecimento de energia ao complexo mineiro, a construção de uma adutora de 20km para ligação à albufeira de Vale do Gaio, Alcácer do Sal, para abastecimento de água, bem como a instalação de uma unidade de produção elétrica renovável.

Impacto sobre os recursos hídricos:

A Mina da Lagoa Salgada está inserida na Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6). De acordo com o Plano de Gestão do Sado e Mira 3º ciclo (2022–2027), a RH6 enfrenta desafios significativos relacionados com a escassez de água e a sobre-exploração dos recursos hídricos subterrâneos. A região já registou situações críticas, com descidas nos níveis piezométricos. Estas massas de água são consideradas reservas estratégicas a nível nacional, sendo essenciais para o abastecimento público, especialmente em períodos de seca.

A zona de Grândola está classificada frequentemente em situações de seca severa, com precipitação anual muito baixa e recarga limitada dos aquíferos. As alterações climáticas agravam esta condição, tornando os eventos de seca mais frequentes e prolongados.

O único ponto de captação de água potável que abastece as populações de Água Derramada e Cilha do Pascoal situa-se no centro da área de intervenção mineira.

O EIA reconhece que "os impactes nos recursos hídricos ocorrerão de forma contínua ao longo de todas as fases do projeto e prevê-se que continuem a ser afetados durante um período temporal, mesmo após o encerramento da exploração mineira."

A documentação não é clara quanto à origem e a quantidade de água necessária para a operação da mina nas suas diferentes fases. O EIA submetido em 2019 previa a necessidade de "cerca de 0,5 m^3 de água fresca por tonelada de material a tratar, considerando a recirculação da água". Utilizando este dado, para a produção diária de 5.479 toneladas, o consumo diário seria de 2.739,5 m^3, o que equivale a um consumo anual de água de cerca de 1 hm^3.

Embora o Promotor do projeto afirme que a captação no sistema aquífero profundo não interferirá com os sistemas intermédio e superficial utilizados pelas populações, tal garantia tem de ser vista com ceticismo. O próprio EIA admite que a "abertura de galerias subterrâneas de grandes dimensões alterará inevitavelmente os padrões hidrodinâmicos das águas subterrâneas", ou seja, os fluxos naturais de circulação entre diferentes camadas do subsolo. Essa alteração pode modificar gradientes de pressão, induzir fluxos verticais entre sistemas antes isolados e criar conexões hidráulicas inesperadas. A presença de falhas geológicas, fraturas e mais de 100 perfurações realizadas ao longo dos últimos 30 anos pode comprometer a integridade das barreiras naturais entre aquíferos, favorecendo a migração de água (e eventualmente de contaminantes) entre os diferentes níveis. Esta situação poderá conduzir ao rebaixamento do lençol freático, afetando a recarga natural e a disponibilidade de água por furos para consumo das populações e agrícola.

Este rebaixamento impactará diretamente a vegetação de raízes profundas, como o montado, comprometendo a sua sobrevivência e regeneração, sobretudo em períodos de seca cada vez mais frequentes.

Dado as pressões já existentes sobre os sistemas aquíferos da região, a operação da mina representa uma ameaça séria à resiliência hídrica da região.

A escassez de água para o desenvolvimento de novos projetos nesta região é aliás reconhecida pelo Governo Português pois na "Estratégia Nacional para a Gestão da Água" em discussão pública até 25 de abril de 2025, o seu Resumo Executivo, na página 20, inclui nas medidas propostas "Estudo para novas origens não convencionais – ApR (Água para Reutilização) e dessalinização - na zona industrial do Sado para preservação do aquífero Tejo-Sado".

O EIA em análise não trata adequadamente a proposta linha de adução de água desde a Barragem do Vale do Gaio. Está indicado que será uma conduta com 100mm de diâmetro com cerca de 20km. Não é claro o custo deste investimento. Segundo a legislação, uma conduta adutora com mais de 10 km deve obrigatoriamente ser submetida a um pedido de decisão de sujeição a AIA ("screening") junto da APA.

Apontamos 3 assuntos que implicam uma atenção especial:

- O Plano Nacional da Água exige que nesta região seja necessário estudar opções não convencionais.
- A albufeira do Vale do Gaio já é deficitária em água há vários anos, apesar da já existente ligação pela EDIA da mesma ao Alqueva. A Associação de Regantes utiliza essa água principalmente para o cultivo do arroz, entre outras culturas sazonais, reclamando a mesma a necessidade de mais água para as necessidades agrícolas da região. Não está claro no EIA se o promotor do Projeto tem licença para obter a água dessa infraestrutura. Em que quantidades ? Durante qual prazo ?
- O EIA indica que esta conduta irá servir para obter 42.000m^3 de água por ano, a ser utilizada exclusivamente para as instalações sociais, lavagem de equipamento e produção de betão. A engenharia diz-nos que uma conduta de 100mm pode transportar razoavelmente 370.000m^3/ano, ou seja, 9 vezes mais. Não será esta conduta um plano B para quando faltar a água dos aquíferos? Chama-se a atenção da APA para tomar as previdências necessárias para garantir que em caso algum pode o licenciamento para 42.000m^3/ano com a finalidade descrita ser usada para outro fim e em quantidades superiores.

<u>Risco da contaminação dos aquíferos:</u>

O projeto prevê uma produção de rejeitados de 5.151t/dia (1.880.000 t/ano). No final da exploração, estima-se um aterro com 9 milhões de toneladas acumuladas de detrito tóxico numa área de 65ha com uma altura de 2 a 8 andares.

Devido à gravidade das consequências potenciais caso a estrutura da barragem de rejeitados falhe, o projeto do aterro tem a classificação de perigo de barragem "muito alto", o que exige níveis máximos de precaução e escrutínio público. Embora estejam previstos o uso de geomembranas de contenção e sistemas de drenagem, falhas técnicas, erros operacionais ou eventos climáticos extremos podem comprometer a eficácia dessas estruturas. A experiência nacional e internacional em projetos semelhantes demonstra que infiltrações, rasgos em membranas e sobrecargas nos sistemas de contenção são eventos plausíveis ao longo do ciclo de vida da mina.

O EIA identifica a presença de materiais potencialmente geradores de drenagem ácida (DAM). A DAM é um dos passivos mais persistentes e difíceis de remediar na mineração, podendo contaminar solos e aquíferos durante décadas. A sua mitigação exige tratamento ativo contínuo, com custos elevados e eficácia limitada.

Importa referir que a API da Mina se insere numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos. A existência de mais de 100 perfurações históricas e fraturas naturais no subsolo compromete a integridade das barreiras entre aquíferos, aumentando a probabilidade de migração de contaminantes. Dada a dependência quase total do município de Grândola de águas subterrâneas para abastecimento, e a ausência de fontes alternativas, os riscos são inaceitáveis.

Impactos da impermeabilização do solo:

O EIA reconhece que a compactação e impermeabilização dos solos por um período mínimo de 11 anos provocará degradações que poderão ser irreversíveis, limitando o uso futuro dos solos. A impermeabilização impede a recarga dos aquíferos, aumenta o escoamento superficial, o risco de erosão e assoreamento, além de afetar a biodiversidade do solo e a regulação hídrica e térmica local.

A afetação de zonas de infiltração máxima por atividades com forte impacto ambiental contraria os princípios de gestão sustentável da água consagrados na legislação nacional e europeia, comprometendo a resiliência hídrica da região num contexto de alterações climáticas e escassez estrutural de recursos hídricos.

Destruição irreversível de montado:

O projeto prevê a destruição de cerca de 73 hectares de montado, com o abate de pelo menos 1.900 sobreiros e azinheiras, espécies legalmente protegidas.

Esta perda compromete os serviços ecológicos prestados por estes ecossistemas: estabilização do solo, sequestro de carbono, conservação da biodiversidade e regulação hídrica. As medidas compensatórias propostas não são equivalentes nem eficazes, dada a lentidão da regeneração natural e a complexidade ecológica dos habitats a perder.

Perda de biomassa e capacidade de sequestro de carbono:

A remoção de vegetação madura em mais de 90ha implica a perda de biomassa com elevada capacidade de retenção hídrica e sequestro de carbono, comprometendo os objetivos climáticos nacionais e europeus. Esta perda agrava o balanço de emissões do projeto, para além de contribuir para a degradação dos solos e dos microclimas locais.

Impacto na qualidade do ar:

A lavra e circulação de veículos pesados irá gerar poeiras e poluentes atmosféricos, afetando a saúde das populações e dos ecossistemas. A exposição prolongada a partículas finas está associada a doenças respiratórias e cardiovasculares. A deposição de poeiras sobre linhas de água, vegetação e solos agrícolas agravará os efeitos cumulativos da mineração.

Ruído e Perturbação da Qualidade de Vida:

A laboração contínua (24h/dia), o tráfego de dezenas de camiões e a operação de maquinaria pesada e as detonações diárias geram níveis elevados de ruído e vibrações, com efeitos comprovados na saúde física e mental. A perturbação do sono e o stress acústico reduzem significativamente a qualidade de vida dos residentes.

Trânsito Rodoviário e Segurança Viária:

O aumento significativo do tráfego pesado na EM543, que atravessa as localidades Aldeia da Justa e Água Derramada, é incompatível com a infraestrutura viária existente. Tal representa riscos acrescidos de acidentes, desgaste da via, aumento de ruído e emissões.

Impactos Económicos e Sociais:

O estudo de impacto económico e social encomendado pelo Promotor apresenta previsões otimistas sobre os benefícios económicos e sociais do projeto para o município de Grândola. Contudo, tais previsões baseiam-se em dados desatualizados e não consideram adequadamente o contexto atual do Município, marcada por forte pressão sobre habitação, escassez de mão-de-obra e sobrecarga das infraestruturas públicas.

A região tem experienciado um aumento substancial de investimentos no setor do turismo e imobiliário de luxo. Estes desenvolvimentos têm alterado profundamente a dinâmica socioeconómica local. Grândola enfrenta hoje uma significativa escassez de mão-de-obra. Simultaneamente, a procura por habitação tem superado a oferta, resultando em preços elevados e dificuldade de acesso à moradia para residentes e trabalhadores. A introdução de um projeto extrativo de curta duração irá agravar estes problemas, sem garantir a fixação de população ou benefícios estruturais a longo prazo.

A implementação do projeto mineiro exigirá ainda recursos adicionais à nível das infraestruturas públicas e poderá comprometer a qualidade e disponibilidade dos serviços para a população existente. A ausência de um hospital especializado na região limita ainda a capacidade de resposta a acidentes industriais.

Do ponto de vista financeiro, Grândola é hoje uma das autarquias mais robustas do país. O argumento de que o projeto mineiro trará receitas municipais transformadoras ignora a atual solidez orçamental da Câmara, que em 2023 arrecadou 48,3€ milhões e prevê receitas de 51,9€ milhões para 2025. O proveito previsto da mina para o Município é pouco mais que um arredondamento – por ano é inferior a 1% dos proveitos da Câmara Municipal de Grândola. Nos 11 anos da exploração o valor dos royalties é incerto pois depende da cotação do dólar americano e da cotação dos metais – e ambas podem variar nos dois sentidos, enquanto o IMI e o IMT, que representam o grosso dos rendimentos do Município, são pagos em Euro e vão continuar a aumentar com elevada certeza – pelo que o potencial proveito que a mina representa para o Município irá certamente perder a já reduzida expressão.

Conclusão:

É intenção do Promotor apresentar a Mina da Lagoa Salgada como um "agente crucial para o desenvolvimento ambiental, social e económico da região", promovendo "a criação de valor para todas as partes interessadas." Tal não é demonstrado.

O Promotor quer passar a ideia de que todos os impactes são mitigáveis, são recuperáveis e que no final ficará tudo ainda melhor no período pós-exploração mineira, e com um retorno muito positivo para o Município e as Comunidades locais.

Na verdade, estamos em presença de um Projeto que representa uma rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do Município, construída ao longo das últimas décadas. Os impactos negativos sobre a paisagem, os ecossistemas, os recursos hídricos e a qualidade de vida da população são profundos e duradouros, e a alegada reversibilidade é muito duvidosa.

Os principais beneficiários do Projeto serão a Ascendant Resources Inc. e os seus acionistas, com uma taxa interna de rentabilidade estimada de 37% e um retorno do investimento previsto em apenas quatro anos.

Mesmo admitindo a criação de empregos e alguma receita fiscal, os benefícios nem chegam a 1% da totalidade dos proveitos, e são irrisórios face aos prejuízos e às destruições permanentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes.

Face ao exposto, a Proteger Grândola considera que o projeto da Mina da Lagoa Salgada não deve ser aprovado. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local.

A Direção da Proteger Grândola

26 de Abril 2025

FREGUESIA de GRÂNDOLA e St.ª MARGARIDA da SERRA

Parecer da União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra na Consulta Pública de Estudo de Impacto Ambiental do projeto da Mina da Lagoa Salgada

A União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra, no âmbito da consulta pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto "Mina da Lagoa Salgada", vem por este meio manifestar o nosso desacordo com o projeto proposto. Expressa uma profunda preocupação com a qualidade de vida dos seus habitantes e a preservação do património natural que nos rodeia. Consideramos que a proposta do Projeto da "Mina da Lagoa Salgada", tendo em conta a sua vasta área de concessão, representa uma ameaça significativa à integridade ambiental e social da nossa região.

Em Defesa das Populações

É fundamental reconhecer que qualquer projeto de exploração mineira não deve ser desenvolvido à custa do bem-estar e da saúde das comunidades locais. A localidade, onde se insere a Área Potencial a Intervencionar (API), é predominantemente rural e caracterizada por povoamentos florestais, especialmente o montado de sobro, que sustenta atividades agro-silvo-pastoris. A preocupação central desta autarquia não reside na rentabilidade do projeto, mas sim nas alterações que este pode provocar no património, ambiente e qualidade de vida das populações.

Sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030)

Acreditamos que o desenvolvimento sustentável deve ser um princípio orientador em todas as decisões, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A exploração proposta é incompatível com vários ODS, onde destacamos:

- **ODS 6: Água Potável e Saneamento**: A requerida quantidade de água para a operação mineira poderá comprometer a disponibilidade deste recurso essencial, tanto para o abastecimento público quanto para as práticas agrícolas e pecuárias, exacerbando situações já críticas de qualidade e quantidade de água.

- **ODS 15: Vida Terrestre**: A exploração da mina representará uma ameaça direta à biodiversidade local e à preservação dos ecossistemas, que já estão sob pressão devido às alterações climáticas. A degradação de habitats e alteração da paisagem podem inviabilizar o desenvolvimento de atividades económicas mais sustentáveis.

- **ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis**: O aumento do tráfego e da poluição, proveniente da exploração, impactará negativamente a qualidade de vida das populações de Água Derramada e Silha do Pascoal, comprometendo a harmonia social e ambiental da região.

Património Cultural e Ecossistemas

A exploração da Mina da Lagoa Salgada poderá ter repercussões devastadoras sobre o património cultural e arqueológico da região, que são preciosidades que devem ser preservadas. Não podemos ignorar que todas as infraestruturas necessárias para a exploração – como linhas elétricas, lagoas de retenção e vias de escoamento – trarão alterações significativas na utilização do solo e perderão valores ambientais insubstituíveis.

Mobilidade e Comunicação

Quanto à mobilidade e comunicação queremos expressar a nossa profunda preocupação com a decisão da empresa de utilizar as vias de comunicação existentes, que, conforme sabemos, já se encontram em estado de degradação. As vias atualmente disponíveis não são adequadas para suportar o tráfego pesado associado à atividade mineira. A condição já precária dessas estradas aumentará significativamente o risco de acidentes, além de causar danos adicionais à infraestrutura, que já está deteriorada. A introdução de mais veículos pesados na via, sem a devida infraestrutura para tal, acarretará um aumento considerável na poluição e no tráfego. Isso não só impactará a qualidade do ar e a saúde da comunidade, mas também afetará a tranquilidade e segurança dos residentes locais. A atividade mineira, especialmente com o aumento do tráfego, comprometerá a harmonia estética da região e poderá afetar negativamente aspetos importantes para a comunidade, como o turismo e a preservação ambiental. Reiteramos que a exploração mineira não trará benefícios reais para a comunidade, pois o desgaste das vias e os riscos associados não compensam os potenciais ganhos económicos que a atividade poderia trazer.

Em relação ao projeto de exploração mineira que está prestes a iniciar, queremos expressar nossa profunda preocupação não apenas com a condição das vias que serão utilizadas, mas também com as condições de vida dos trabalhadores que estarão envolvidos nessa atividade.

1. **Habitação Digna para os Trabalhadores**: Manifestamos preocupação em relação à habitação dos trabalhadores da mina. É essencial garantir que todos tenham acesso a uma moradia digna e adequada. A falta de planeamento nesse aspeto é alarmante e compromete direitos fundamentais.

2. **Falta de Infraestruturas de Apoio**: Além da habitação, destacamos a carência de serviços de apoio, como saúde e educação. Com o aumento do número de trabalhadores e suas famílias na região, a procura por serviços básicos aumentará consideravelmente. No entanto, atualmente, não há infraestrutura suficiente para atender a essa procura, o que poderá levar à sobrecarga dos sistemas de saúde e educação locais e prejudicar a qualidade desses serviços. A exploração mineira afetará não apenas a

paisagem, mas também o bem-estar geral da comunidade, com riscos potenciais para o turismo e a economia local, que não irão procurar o interior do concelho.

Preocupações Pós-Exploração

Adicionalmente, a desativação da mina e a recuperação paisagística após a exploração, como visto na mina do Canal Caveira e do Lousal, levantam sérias preocupações sobre a segurança e integridade ambiental da região. Não está claro qual será a estratégia para o fecho das galerias e a restauração das áreas afetadas, um fator que deve ser rigorosamente planeado para evitar perigos futuros.

Consideração Final

Diante deste exposto, a União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra considera que a implementação do Projeto “Mina da Lagoa Salgada” poderá ter impactos negativos irreversíveis sobre a população e o meio ambiente. Portanto, expressamos um parecer totalmente desfavorável à sua execução e questionamos a classificação deste projeto como um Projeto de Potencial Interesse Nacional, que, em nossa visão, contraria os princípios fundamentais de proteção e respeito pelas comunidades locais e pelo meio ambiente.

É importante salientar que a decisão de classificar este projeto como um Projeto de Potencial Interesse Nacional foi tomada sem que houvesse qualquer consulta às populações afetadas ou à junta de freguesia. Essa falta de diálogo e escuta às preocupações das comunidades evidencia um desrespeito pelas vozes locais e pelos direitos daqueles que serão diretamente impactados pela exploração mineira.

Reiteramos nossa **posição contrária ao projeto e manifestamos o nosso descontentamento e a certeza de que a defesa das populações e do nosso património deve sempre prevalecer sobre interesses económicos.**

Grândola, 27 de abril de 2024

A Junta de Freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra

Participação na Consulta Pública do Estudo de Impacto Ambiental

do Projeto da Mina da Lagoa Salgada

A Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente, no âmbito da Consulta Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental do projeto "Mina da Lagoa Salgada" em fase de Estudo Prévio, vem por este meio manifestar a sua discordância com o projeto proposto.

Após análise da documentação, consideramos que os impactos ambientais e sociais negativos associados a Mina da Lagoa Salgada são graves, duradouros e desproporcionais face aos potenciais benefícios apresentados.

A região de Grândola tem-se afirmado nos últimos anos como um território de excelência no turismo e na preservação do património natural e paisagístico. A implantação da Mina da Lagoa Salgada, com infraestruturas industriais de grande escala, um gigantesco aterro de resíduos, linha aérea de alta tensão, ruído contínuo, constante produção de poeira e acentuado impacto visual, é manifestamente incompatível com este modelo de desenvolvimento.

O projeto afetará negativamente atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes.

Consideramos que o prazo de seis semanas da Consulta Pública para análise e pronúncia é francamente curto, tendo em conta a complexidade técnica dos documentos. O Resumo Não-Técnico - dirigido ao cidadão comum - caracteriza-se por uma tal leveza e falta de transparência quanto aos verdadeiros impactos que levanta dúvidas quanto à real intenção de promover uma participação pública informada e efetiva. Mesmo nas +900 páginas do Relatório Síntese não se encontram informações claras sobre o verdadeiro consumo total de água da mina, o que compromete seriamente a qualidade e a credibilidade do processo de consulta.

Importa ainda mencionar que o Anexo 13 - Resultados das Entrevistas com Informadores Chave (pag.5) menciona que a Proteger Grândola foi contactada. Tal afirmação não é verdadeira pois a associação Proteger Grândola nunca foi contactada por qualquer entidade ligada ao projeto da Mina da Lagoa Salgada.

Enquadramento:

O projeto Mina da Lagoa Salgada (o "Projeto") está a ser desenvolvido ao abrigo da concessão atribuída à REDCORP – Empreendimentos Mineiros Lda, subsidiária da empresa Canadiana Ascendant Resources Inc, e tem como objetivo o desenvolvimento mineiro, através da exploração subterrânea de depósitos minerais metálicos de cobre, chumbo, zinco e metais associados.

A concessão abrange uma área de 7.209 hectares, nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola. A Área de Intervenção (AI) do presente Projeto é de 271 hectares, enquanto a Área Potencial de Intervenção (API) ascende a 591 hectares, situando-se no concelho de Grândola. A totalidade da área afetada encontra-se inserida em espaço florestal e grande parte em Espaço Florestal de Produção, com presença de cursos e linhas de água.

A exploração mineira irá desenvolver-se a 12km do centro de Grândola e a pouca distância das aldeias de Água Derramada e Cilha do Pascoal. A acessibilidade rodoviária à mina será realizada através da EM543.

A produção estimada é de 5.480 toneladas diárias de minério, durante uma vida útil de 11 anos, iniciada após uma fase de construção com cerca de 2 anos. O investimento global previsto associado à implementação do projeto é de cerca €200 milhões. O modelo de exploração prevê a laboração em continuo 24/24h. O minério lavrado será transportado por camiões para os portos de Setúbal, Sines e/ou Huelva.

Para além das infraestruturas mineiras, o projeto engloba a construção de uma Linha Aérea de Alta Tensão de 60 kV com 15 km de extensão para fornecimento de energia ao complexo mineiro, a construção de uma adutora de 20km para ligação à albufeira de Vale do Gaio, Alcácer do Sal, para abastecimento de água, bem como a instalação de uma unidade de produção elétrica renovável.

Impacto sobre os recursos hídricos:

A Mina da Lagoa Salgada está inserida na Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6). De acordo com o Plano de Gestão do Sado e Mira 3º ciclo (2022–2027), a RH6 enfrenta desafios significativos relacionados com a escassez de água e a sobre-exploração dos recursos hídricos subterrâneos. A região já registou situações críticas, com descidas nos níveis piezométricos. Estas massas de água são consideradas reservas estratégicas a nível nacional, sendo essenciais para o abastecimento público, especialmente em períodos de seca.

A zona de Grândola está classificada frequentemente em situações de seca severa, com precipitação anual muito baixa e recarga limitada dos aquíferos. As alterações climáticas agravam esta condição, tornando os eventos de seca mais frequentes e prolongados.

O único ponto de captação de água potável que abastece as populações de Água Derramada e Cilha do Pascoal situa-se no centro da área de intervenção mineira.

O EIA reconhece que "os impactes nos recursos hídricos ocorrerão de forma contínua ao longo de todas as fases do projeto e prevê-se que continuem a ser afetados durante um período temporal, mesmo após o encerramento da exploração mineira."

A documentação não é clara quanto à origem e a quantidade de água necessária para a operação da mina nas suas diferentes fases. O EIA submetido em 2019 previa a necessidade de "cerca de 0,5 m^3 de água fresca por tonelada de material a tratar, considerando a recirculação da água". Utilizando este dado, para a produção diária de 5.479 toneladas, o consumo diário seria de 2.739,5 m^3, o que equivale a um consumo anual de água de cerca de 1 hm^3.

Embora o Promotor do projeto afirme que a captação no sistema aquífero profundo não interferirá com os sistemas intermédio e superficial utilizados pelas populações, tal garantia tem de ser vista com ceticismo. O próprio EIA admite que a "abertura de galerias subterrâneas de grandes dimensões alterará inevitavelmente os padrões hidrodinâmicos das águas subterrâneas", ou seja, os fluxos naturais de circulação entre diferentes camadas do subsolo. Essa alteração pode modificar gradientes de pressão, induzir fluxos verticais entre sistemas antes isolados e criar conexões hidráulicas inesperadas. A presença de falhas geológicas, fraturas e mais de 100 perfurações realizadas ao longo dos últimos 30 anos pode comprometer a integridade das barreiras naturais entre aquíferos, favorecendo a migração de água (e eventualmente de contaminantes) entre os diferentes níveis. Esta situação poderá conduzir ao rebaixamento do lençol freático, afetando a recarga natural e a disponibilidade de água por furos para consumo das populações e agrícola.

Este rebaixamento impactará diretamente a vegetação de raízes profundas, como o montado, comprometendo a sua sobrevivência e regeneração, sobretudo em períodos de seca cada vez mais frequentes.

Dado as pressões já existentes sobre os sistemas aquíferos da região, a operação da mina representa uma ameaça séria à resiliência hídrica da região.

A escassez de água para o desenvolvimento de novos projetos nesta região é aliás reconhecida pelo Governo Português pois na "Estratégia Nacional para a Gestão da Água" em discussão pública até 25 de abril de 2025, o seu Resumo Executivo, na página 20, inclui nas medidas propostas "Estudo para novas origens não convencionais – ApR (Água para Reutilização) e dessalinização - na zona industrial do Sado para preservação do aquífero Tejo-Sado".

O EIA em análise não trata adequadamente a proposta linha de adução de água desde a Barragem do Vale do Gaio. Está indicado que será uma conduta com 100mm de diâmetro com cerca de 20km. Não é claro o custo deste investimento. Segundo a legislação, uma conduta adutora com mais de 10 km deve obrigatoriamente ser submetida a um pedido de decisão de sujeição a AIA ("screening") junto da APA.

Apontamos 3 assuntos que implicam uma atenção especial:

- O Plano Nacional da Água exige que nesta região seja necessário estudar opções não convencionais.
- A albufeira do Vale do Gaio já é deficitária em água há vários anos, apesar da já existente ligação pela EDIA da mesma ao Alqueva. A Associação de Regantes utiliza essa água principalmente para o cultivo do arroz, entre outras culturas sazonais, reclamando a mesma a necessidade de mais água para as necessidades agrícolas da região. Não está claro no EIA se o promotor do Projeto tem licença para obter a água dessa infraestrutura. Em que quantidades ? Durante qual prazo ?
- O EIA indica que esta conduta irá servir para obter 42.000m^3 de água por ano, a ser utilizada exclusivamente para as instalações sociais, lavagem de equipamento e produção de betão. A engenharia diz-nos que uma conduta de 100mm pode transportar razoavelmente 370.000m^3/ano, ou seja, 9 vezes mais. Não será esta conduta um plano B para quando faltar a água dos aquíferos? Chama-se a atenção da APA para tomar as previdências necessárias para garantir que em caso algum pode o licenciamento para 42.000m^3/ano com a finalidade descrita ser usada para outro fim e em quantidades superiores.

<u>Risco da contaminação dos aquíferos:</u>

O projeto prevê uma produção de rejeitados de 5.151t/dia (1.880.000 t/ano). No final da exploração, estima-se um aterro com 9 milhões de toneladas acumuladas de detrito tóxico numa área de 65ha com uma altura de 2 a 8 andares.

Devido à gravidade das consequências potenciais caso a estrutura da barragem de rejeitados falhe, o projeto do aterro tem a classificação de perigo de barragem "muito alto", o que exige níveis máximos de precaução e escrutínio público. Embora estejam previstos o uso de geomembranas de contenção e sistemas de drenagem, falhas técnicas, erros operacionais ou eventos climáticos extremos podem comprometer a eficácia dessas estruturas. A experiência nacional e internacional em projetos semelhantes demonstra que infiltrações, rasgos em membranas e sobrecargas nos sistemas de contenção são eventos plausíveis ao longo do ciclo de vida da mina.

O EIA identifica a presença de materiais potencialmente geradores de drenagem ácida (DAM). A DAM é um dos passivos mais persistentes e difíceis de remediar na mineração, podendo contaminar solos e aquíferos durante décadas. A sua mitigação exige tratamento ativo contínuo, com custos elevados e eficácia limitada.

Importa referir que a API da Mina se insere numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos. A existência de mais de 100 perfurações históricas e fraturas naturais no subsolo compromete a integridade das barreiras entre aquíferos, aumentando a probabilidade de migração de contaminantes. Dada a dependência quase total do município de Grândola de águas subterrâneas para abastecimento, e a ausência de fontes alternativas, os riscos são inaceitáveis.

Impactos da impermeabilização do solo:

O EIA reconhece que a compactação e impermeabilização dos solos por um período mínimo de 11 anos provocará degradações que poderão ser irreversíveis, limitando o uso futuro dos solos. A impermeabilização impede a recarga dos aquíferos, aumenta o escoamento superficial, o risco de erosão e assoreamento, além de afetar a biodiversidade do solo e a regulação hídrica e térmica local.

A afetação de zonas de infiltração máxima por atividades com forte impacto ambiental contraria os princípios de gestão sustentável da água consagrados na legislação nacional e europeia, comprometendo a resiliência hídrica da região num contexto de alterações climáticas e escassez estrutural de recursos hídricos.

Destruição irreversível de montado:

O projeto prevê a destruição de cerca de 73 hectares de montado, com o abate de pelo menos 1.900 sobreiros e azinheiras, espécies legalmente protegidas.

Esta perda compromete os serviços ecológicos prestados por estes ecossistemas: estabilização do solo, sequestro de carbono, conservação da biodiversidade e regulação hídrica. As medidas compensatórias propostas não são equivalentes nem eficazes, dada a lentidão da regeneração natural e a complexidade ecológica dos habitats a perder.

Perda de biomassa e capacidade de sequestro de carbono:

A remoção de vegetação madura em mais de 90ha implica a perda de biomassa com elevada capacidade de retenção hídrica e sequestro de carbono, comprometendo os objetivos climáticos nacionais e europeus. Esta perda agrava o balanço de emissões do projeto, para além de contribuir para a degradação dos solos e dos microclimas locais.

Impacto na qualidade do ar:

A lavra e circulação de veículos pesados irá gerar poeiras e poluentes atmosféricos, afetando a saúde das populações e dos ecossistemas. A exposição prolongada a partículas finas está associada a doenças respiratórias e cardiovasculares. A deposição de poeiras sobre linhas de água, vegetação e solos agrícolas agravará os efeitos cumulativos da mineração.

Ruído e Perturbação da Qualidade de Vida:

A laboração contínua (24h/dia), o tráfego de dezenas de camiões e a operação de maquinaria pesada e as detonações diárias geram níveis elevados de ruído e vibrações, com efeitos comprovados na saúde física e mental. A perturbação do sono e o stress acústico reduzem significativamente a qualidade de vida dos residentes.

Trânsito Rodoviário e Segurança Viária:

O aumento significativo do tráfego pesado na EM543, que atravessa as localidades Aldeia da Justa e Água Derramada, é incompatível com a infraestrutura viária existente. Tal representa riscos acrescidos de acidentes, desgaste da via, aumento de ruído e emissões.

Impactos Económicos e Sociais:

O estudo de impacto económico e social encomendado pelo Promotor apresenta previsões otimistas sobre os benefícios económicos e sociais do projeto para o município de Grândola. Contudo, tais previsões baseiam-se em dados desatualizados e não consideram adequadamente o contexto atual do Município, marcada por forte pressão sobre habitação, escassez de mão-de-obra e sobrecarga das infraestruturas públicas.

A região tem experienciado um aumento substancial de investimentos no setor do turismo e imobiliário de luxo. Estes desenvolvimentos têm alterado profundamente a dinâmica socioeconómica local. Grândola enfrenta hoje uma significativa escassez de mão-de-obra. Simultaneamente, a procura por habitação tem superado a oferta, resultando em preços elevados e dificuldade de acesso à moradia para residentes e trabalhadores. A introdução de um projeto extrativo de curta duração irá agravar estes problemas, sem garantir a fixação de população ou benefícios estruturais a longo prazo.

A implementação do projeto mineiro exigirá ainda recursos adicionais à nível das infraestruturas públicas e poderá comprometer a qualidade e disponibilidade dos serviços para a população existente. A ausência de um hospital especializado na região limita ainda a capacidade de resposta a acidentes industriais.

Do ponto de vista financeiro, Grândola é hoje uma das autarquias mais robustas do país. O argumento de que o projeto mineiro trará receitas municipais transformadoras ignora a atual solidez orçamental da Câmara, que em 2023 arrecadou 48,3€ milhões e prevê receitas de 51,9€ milhões para 2025. O proveito previsto da mina para o Município é pouco mais que um arredondamento – por ano é inferior a 1% dos proveitos da Câmara Municipal de Grândola. Nos 11 anos da exploração o valor dos royalties é incerto pois depende da cotação do dólar americano e da cotação dos metais – e ambas podem variar nos dois sentidos, enquanto o IMI e o IMT, que representam o grosso dos rendimentos do Município, são pagos em Euro e vão continuar a aumentar com elevada certeza – pelo que o potencial proveito que a mina representa para o Município irá certamente perder a já reduzida expressão.

Conclusão:

É intenção do Promotor apresentar a Mina da Lagoa Salgada como um "agente crucial para o desenvolvimento ambiental, social e económico da região", promovendo "a criação de valor para todas as partes interessadas." Tal não é demonstrado.

O Promotor quer passar a ideia de que todos os impactes são mitigáveis, são recuperáveis e que no final ficará tudo ainda melhor no período pós-exploração mineira, e com um retorno muito positivo para o Município e as Comunidades locais.

Na verdade, estamos em presença de um Projeto que representa uma rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do Município, construída ao longo das últimas décadas. Os impactos negativos sobre a paisagem, os ecossistemas, os recursos hídricos e a qualidade de vida da população são profundos e duradouros, e a alegada reversibilidade é muito duvidosa.

Os principais beneficiários do Projeto serão a Ascendant Resources Inc. e os seus acionistas, com uma taxa interna de rentabilidade estimada de 37% e um retorno do investimento previsto em apenas quatro anos.

Mesmo admitindo a criação de empregos e alguma receita fiscal, os benefícios nem chegam a 1% da totalidade dos proveitos, e são irrisórios face aos prejuízos e às destruições permanentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes.

Face ao exposto, a Proteger Grândola considera que o projeto da Mina da Lagoa Salgada não deve ser aprovado. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local.

A Direção da Proteger Grândola

26 de Abril 2025

Memorandum Nº5
A mina: é um assalto!
Data: 22 de Abril 2025

A Mina da Lagoa Salgada é um assalto!

1. **De que é que se trata:** Do projeto de uma mina com galerias subterrâneas a 12km do centro de Grândola, ao lado das aldeias de Água Derramada e Cilha do Pascoal. Está prevista laborar 24h sobre 24h, 7 dias por semana a partir de 2027, para extrair metais como cobre, estanho, zinco e chumbo. A mina será desativada em 2036, a sua vida útil estimada é de 11 anos. O promotor da mina é a Redcorp, subsidiária da empresa Canadiana Ascendant Resources, que obteve uma concessão para a exploração mineira numa área de 7000ha por um período de 20 anos. A área afetada pela exploração mineira encontra-se inserida em Espaços Florestais de Produção. O processo de mineração e tratamento do minério necessita de muita água que vai ser extraída do subsolo numa zona onde os aquíferos são pobres e que se insere numa bacia hidrográfica classificada de escassez extrema de água.

2. **Qual o impacto da mina no ambiente de Grândola?**

- **Consumo de água:** Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias).
- **Quantidade dos detritos:** 1.880.000 t/ano produzidos – em fim de vida serão 9 milhões de toneladas acumuladas num aterro de detritos de 65ha de área – ou seja 93 campos de futebol com uma altura entre 7 e 24m.
- **Transporte por camiões:** 35 veículos por dia a passar pela EM543, que atravessa a Aldeia da Justa e Água Derramada, uma via incompatível com este aumento de tráfego de pesados.
- **Risco de catástrofe ambiental:** O projeto do aterro de resíduos tem a classificação de perigo de barragem "muito alto" (gravidade das consequências potenciais caso a estrutura da barragem de rejeitados falhe), o que exige níveis máximos de precaução e escrutínio público.
- **Risco de contaminação da água:** a Área Potencial a Intervencionar (API) da Mina ocorre numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos. Os detritos contêm sulfuretos metálicos que, em contacto com a água e o oxigénio, podem dar origem a Drenagem Ácida de Minas (DAM). A DAM é um dos efeitos mais persistentes e difíceis de controlar na mineração, podendo contaminar solos e aquíferos durante décadas após o encerramento da atividade. Casos documentados demonstram que, uma vez iniciada, a DAM é extremamente onerosa de mitigar e, muitas vezes, impossível de reverter.

3. **Quem ganha com esta mina?**

- **O que ganham os munícipes de Grândola:** Pouco ou nada. A operação da mina estima criar 300 postos de trabalho diretos, no entanto, Grândola sofre de grande escassez de mão de obra e não tem mineiros no ativo. Os trabalhadores terão de vir de fora do concelho o que significa ainda mais pressão sobre a habitação e sobre as estruturas de saúde.
- **Quanto ganha o País**: É difícil de quantificar, depende de muitos fatores: contrato, mercados, que minérios e em que quantidades. A DGEG recebeu 250.000€ pela atribuição da concessão. Em fase de exploração, o Estado Português terá direito a um royalty entre 3-5% do valor do minério à boca da mina. A questão mais crítica é a ausência de fileira nacional: o produto que sai da mina não vai ser processado no país, vai ser exportado em bruto pelo que o trabalho especializado e que acrescenta maior valor, ficará noutro país. Portugal fica com os detritos – cerca de 600 toneladas por munícipe.
- **Quanto vai receber a C.M. Grândola:** Mais ou menos 400.000€/ano - 0,5% do valor do minério à boca da mina.
- **O que ganha a empresa:** todo o resto – exportações de 111 milhões€/ano. A Ascendant consegue uma taxa interna de rentabilidade de 37% e o período estimado de recuperação do investimento é de 4 anos.

Copyright © 2025 Proteger Grândola

4. **Quem decidiu?** O projeto decorre do contrato assinado pela DGEG em 2021 durante o mandato de António Costa como primeiro-ministro e João Galamba como Secretario de Estado da Energia. Ao projeto foi dado o estatuto PIN pelo AICEP a 29 de Abril 2022.

5. **Quem atribuiu o estatuto PIN?** O estatuto PIN é atribuído pela Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI) que funciona junto da AICEP e é composta pela APA, ICNF, IAPMEI, Turismo de Portugal, IEFP, DGAE, AT, além das CCDR e Municípios territorialmente competentes.
Turismo de Portugal e ICNF emitiram pareceres favoráveis. A DGEG e a Câmara Municipal de Alcácer não se opuseram. Apesar de convocada a estar presente e a emitir parecer, a Câmara Municipal de Grândola não esteve presente nem emitiu parecer. Bastava um parecer desfavorável da Câmara Municipal de Grândola para que o estatuto PIN não fosse atribuído.

6. **Quem vai sofrer até 2037?** TODOS, pois a mineração vai alterar de forma duradoura a paisagem, prejudicar fortemente a agricultura e produção florestal, agravar o problema da água, causar o aumento de transito e ruído, e aumento de poluição com impacto para a saúde das pessoas e dos animais. O impacto no ambiente vai ser brutal, com a eliminação da vegetação em mais de 90ha e o abate de 1900 sobreiros. E quem precisar de casa vai ter que competir com mais 300 famílias à procura.

7. **Quando a Redcorp/Ascendant se for embora, quem fica lesado?**

- **A população do concelho** que vai arcar com as consequências por décadas.
- **A paisagem** que fica com 9 milhões de toneladas de detritos de matérias tóxicos para sempre numa área igual a 93 campos de futebol com a altura de um prédio de 2 a 8 andares.
- **O montado,** cuja sobrevivência e regeneração podem ficar comprometidos, sobretudo em períodos de seca cada vez mais frequentes.
- **Quem precisar de água no concelho de Grândola** – há risco de rebaixamento do lençol freático, afetando a recarga natural dos aquífero.
- **O risco de perigo** de barragem "muito alto" vai-se manter para sempre, tal como o **risco de uma contaminação dos aquíferos.**
- **Quem conduz nas estradas do concelho** pois os camiões que transportam diariamente o minério produzido e os materiais necessários vão danificar as estradas por onde passarem.

O país recebe 3-5% do valor do minério à boca da mina,

enquanto os investidores estrangeiros ficam com o resto.

Grândola fica com a paisagem destruída,

recursos hídricos comprometidos

e uma montanha de 9 milhões de toneladas de resíduos.

Ou seja, mais de 600 toneladas por habitante.

E a compensação? 70cts a 1€ por cada tonelada de lixo tóxico!

Copyright © 2025 Proteger Grândola



A Mina da Lagoa Salgada é um Assalto!

#NãoàMina

O país recebe 3-5% do valor do minério à boca da mina.

Os investidores estrangeiros ficam com o resto.

Grândola fica com a paisagem destruída,

os recursos hídricos comprometidos

e uma montanha de 9 milhões de toneladas de resíduos.

Ou seja, mais de 600 toneladas por habitante.

E a compensação? 70cts a 1€ por cada tonelada de lixo tóxico!

APA – Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9
Zambujal
2611-865 Amadora

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Participa		REN 2751/2025	26/04/2025

Assunto: AIA 3778 – Mina da Lagoa Salgada. Parecer específico relativo à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade

Exmos. Senhores,

No seguimento da publicitação da Consulta Pública do projeto "Mina da Lagoa Salgada", as concessionárias das atividades de transporte de gás através da Rede Nacional de Transporte de Gás ("**RNTG**") e de transporte de eletricidade através da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade ("**RNT**"), respetivamente, REN – Gasodutos, S.A. ("**REN-G**") e REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. ("**REN-E**"), com a presente missiva pretendem compilar as informações consideradas relevantes para vossa consideração sobre as zonas de servidão da RNT e eventuais interferências com as servidões destas infraestruturas na área de implementação deste projeto.

I. Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT)

A RNT é constituída pelas linhas e subestações de tensão superior a 110 kV, as interligações, as instalações para operação da Rede e a Rede de Telecomunicações de Segurança.

A constituição das servidões destas infraestruturas decorre do disposto das Bases XXX e XXXI do Anexo II do Decreto-lei n.º 15/2022 de 14 de janeiro, na sua redação mais recente.

A servidão de passagem associada às linhas da RNT consiste na reserva de espaço necessário à manutenção das distâncias de segurança aos diversos tipos de obstáculos (por exemplo, edifícios, solos, estradas, árvores).

Considerando os condutores das linhas elétricas aéreas nas condições definidas pelo "*Regulamento de Segurança de Linhas Aéreas de Alta Tensão*" (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/1992, de 18 fevereiro, no Capítulo III (Condutores e cabos de guarda para linhas aéreas), artigos 26.º a 33.º e no Capítulo VIII (Travessias e

cruzamentos nas linhas aéreas), artigos 85.º a 126.º, são definidas as distâncias de segurança a estabelecer as quais podem ser resumidas no seguinte quadro:

Distâncias apresentadas em (m)

Obstáculos	Linhas elétricas aéreas		
	150 kV	220 kV	400 kV
Solo	6,8	7,1	8
Árvores	3,1	3,7	5
Edifícios	4,2	4,7	6
Estradas	7,8	8,5	10,3
Vias férreas não eletrificadas	7,8	8,5	10,3
Vias férreas eletrificadas	14	15	16
Outras linhas aéreas	4 (a)	5 (a)	7 (a)
Obstáculos diversos (Semáforos, iluminação pública)	3,2	3,7	5

(a) considerando o ponto de cruzamento a 200 m do apoio mais próximo

Está também legislada uma zona de proteção de cada linha com uma largura máxima de 45 m, conforme definido no ponto 3-c do art.º 28.º do RSLEAT, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/1992, de 18 fevereiro, na qual algumas atividades são condicionadas, ou sujeitas a autorização prévia.

II. Condicionantes impostas pelas servidões da RNT

Relativamente ao projeto em Consulta Pública, "Mina da Lagoa Salgada", informa-se que a linha elétrica de 60 kV para fornecimento de energia elétrica ao complexo mineiro interseta as seguintes infraestruturas da RNT em exploração:

- LPGO.SN Pegões – Sines, a 400 kV
- LPM.SN2 Palmela – Sines 2, a 400 kV

Sem prejuízo do exposto supra, para o estabelecimento das infraestruturas em causa, deve ser respeitada a seguinte condição:

1. Previamente ao seu licenciamento, o projeto da nova linha de 60 kV deve ser enviado à REN-E, para confirmação do cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente em termos de distâncias de segurança às infraestruturas da RNT.

2. Qualquer trabalho a realizar nas servidões das infraestruturas da RNT deve ser acompanhado por técnicos da REN-E para garantia das condições de segurança, quer da instalação, quer dos trabalhos a realizar pelo Promotor. Para esse efeito, a REN-E deve ser informada da sua ocorrência com pelo menos 15 dias úteis de antecedência.

Ficamos ao dispor para eventuais informações adicionais.

Com os melhores cumprimentos,

FRANCISCO MANUEL PARADA PEREIRA SIMÕES COSTA

Digitally signed by FRANCISCO MANUEL PARADA PEREIRA SIMÕES COSTA
Date: 2025.04.26 22:04:50 +01'00'

Francisco Parada
Engenharia e Inovação
Qualidade, Ambiente, Segurança e Desempenho

A Assembleia Municipal de Grândola, no âmbito da consulta pública da Avaliação do Impacto Ambiental da Mina da Lagoa Salgada, abrangendo os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, com maior incidência no primeiro, vem manifestar a sua total oposição ao desenvolvimento deste projeto, por considerar que a sua concretização resulta em claros prejuízos para a totalidade do concelho e em especial para a área do território municipal mais próximo da eventual exploração mineira.

Do conhecimento vago que dispúnhamos sobre o projeto de investimento, fruto da realização de sessões públicas organizadas pela empresa e da consulta dos documentos disponibilizados no âmbito da Consulta Pública, as dúvidas anteriores tornaram-se certezas quanto aos prejuízos para esta comunidade e `natural oposição ao desenvolvimento deste projeto, na sequência de anteriores posições já assumidas por este órgão.

Assim, sem entrar em debate de pormenores técnicos por não ser a competência desta Assembleia, a análise dos documentos fundamentou a nossa posição, principalmente, nos seguintes pontos:

1. O impacto que a exploração mineira terá sobre o território e as suas populações diretamente junto às localidades de Silha do Pascoal e Água Derramada, mas também sobre todo o concelho, alterando por completo a aposta de desenvolvimento que vem sendo seguida há mais de três décadas, com especial enfoque no setor primário e no turismo e uma especial preocupação com a preservação ambiental;

2. Os efeitos da exploração mineira na utilização dos aquíferos, atualmente com valores muito abaixo da média, não são verdadeiramente mensuráveis para além da alteração de qualidade que necessariamente resultará e que impedirá o seu uso no abastecimento público, nas atividades tradicionais e abeberagem de animais;

3. A empresa propõe-se a fazer o escoamento do minério através de uma estrada municipal que não está preparada para o efeito, nem será de exigir que o Município concretize o investimento necessário para responder às condições técnicas enunciadas nos documentos. Nas primeiras apresentações técnicas por parte da empresa o escoamento seria feito através de uma ligação ferroviária à Linha do Sul enquanto agora se apresenta como solução a via rodoviária, com o atravessamento, sete dias por semana, de diversas localidades no concelho e mesma a vila de Grândola;

4. O impacto nas comunidades mais próximas ao nível do ruído e da qualidade do ar poderão estar dentro dos limites legais, mas estarão muito acima da realidade que hoje se vive num território de características rurais, com predominância da atividade agrícola e florestal, setor que também irá sofrer fortes impactos negativos;

5. A alimentação de energia à exploração mineira será feita a partir de uma estação situada na vila de Grândola com uma linha de alta tensão apoiada em 52 pontos em postes com 40 metros de altura, passando na proximidade da sede de concelho e de outras localidades;

6. A empresa perspetiva agora um período de vida útil de 11 anos muito mais baixo do que anteriormente anunciado, o que aponta para uma exploração intensiva para rentabilização do elevado investimento que é necessário fazer e para aproveitar as cotações do minério que justifique económica e financeiramente a viabilidade deste projeto;

7. Para o período de funcionamento serão necessárias centenas de trabalhadores que não existem no concelho, no País, nem mesmo na Europa, o que levará à utilização de imigrantes, não ficando esclarecidas as responsabilidades da empresa em matéria de garantir o alojamento, e com fortes impactos no concelho pelo curto espaço de vida útil;

8. A exploração mineira poderá produzir efeitos negativos na proposta de alteração ao PDM ao nível do incremento do desenvolvimento turístico no interior do concelho;

Perante os dados enunciados, a Assembleia Municipal de Grândola reitera a sua oposição ao desenvolvimento deste projeto, dando o seu parecer negativo e irá:

A) Propor ao próximo Governo que retire a classificação de PIN a este projeto e não avance com a concretização da Mina da Lagoa Salgada e que o Município estude a possibilidade de impugnação nos tribunais;

B) Recomendar à Câmara Municipal de Grândola que avance com as medidas para impedir a utilização da estrada municipal como a acessibilidade para o escoamento do minério;

C) Trabalhar com os restantes órgãos municipais e regionais, com o movimento associativo e com a população do concelho na luta contra o desenvolvimento deste projeto prejudicial para o concelho.

Grândola, 28 de abril de 2025

O Presidente da Assembleia Municipal

RAFAEL RODRIGUES

-Rafael Francisco Lobato Rodrigues-

Participação na Consulta Pública

Estudo de Impacto Ambiental da Mina da Lagoa Salgada

A Associação de Agricultores de Grândola, com sede em Edifício Grandolacoop, Avenida António Inácio da Cruz, 7570-185 Grândola, vem desta forma pronunciar-se sobre o Estudo de Impacto Ambiental da Mina da Lagoa Salgada.

Em primeiro lugar, importa ressalvar que esta associação representa um grande conjunto de agricultores e proprietários florestais do concelho de Grândola, alguns dos quais são responsáveis pela conservação de vastas áreas de território há várias gerações.

A Mina da Lagoa Salgada, a efetivar-se, será provavelmente o maior projeto no concelho de Grândola dos últimos 50 anos e terá enormes impactos na região, sobretudo neste mesmo concelho e para a sua população.

Os impactos aos mais diversos níveis deviam ter obrigado a uma apresentação clara deste projeto e motivado um debate aberto sobre os seus efeitos. Não é o que se tem passado. A empresa promotora tem feito um esforço notório para manter resguardados da população os reais contornos do projeto, e sobretudo evitou completamente promover uma apresentação pública, refugiando-se em reuniões de carácter restrito com algumas entidades da região. Reunião restrita e apresentação pública não são a mesma coisa. O mesmo se tem passado com a Câmara Municipal de Grândola, que evita falar sobre o tema e primou pela omissão durante a fase de classificação do projeto como projeto PIN. Apesar de ter sido convocada, não esteve presente nem se fez representar na reunião da CPAI - Comissão Permanente de Apoio ao Investidor, e não emitiu parecer quando lhe foi solicitado. Efeitos? A atribuição da classificação de Projeto PIN sem qualquer oposição, uma vez que também a Câmara Municipal de Alcácer do Sal não manifestou oposição! Bem…

O guião seguido é facilmente identificável e segue um padrão normalmente utilizado em situações semelhantes, tanto em Portugal como noutros pontos do planeta, mas sempre com o mesmo objetivo: convencer as populações dos “grandes benefícios da iniciativa” e esconder ou desvalorizar os efeitos negativos do projeto. Tem sido sempre assim, em todas as geografias. Grândola tem no seu território duas minas desativadas, com as consequências que todos conhecem. Tinha obrigação de “estar vacinada”, mas pelos vistos a dose de ”veneno” não foi suficiente e parece caminhar a passos largos para um novo, enorme e irreparável disparate.

No meio de todo este processo pouco claro, encontramos ainda legislação e regulamentação, Lei 54 /2015 (Art 28) e DL 30/2021 (Art 32), que se estão a revelar totalmente inadequadas à proteção dos mais elementares direitos de propriedade e inviabilizam qualquer tipo de negociação.

Esta legislação, a pretexto de uma suposta/declarada “utilidade pública”, atribui ao promotor do projeto o direito a requerer a expropriação de terrenos e de servidões (mesmo que fora da área delimitada) que posteriormente passam para o património transmissível da empresa promotora. Existe aqui um evidente favorecimento dos promotores, que nestes casos são exclusivamente empresas, muitas delas multinacionais, sediadas em paraíso fiscais, que obviamente visam o lucro. Interesse público é construir uma estrada, um hospital, uma escola ou uma linha de caminho de ferro.

Explorar uma mina, com as contrapartidas financeiras que são conhecidas neste caso, não constitui seguramente interesse público.

Argumenta a própria empresa mãe da Redcorp, a Ascendant Resources, nas suas comunicações públicas para investidores, que esta é uma oportunidade única de entrada na exploração de um filão mineiro de enorme potencial com um custo de entrada muito apelativo, ou mesmo "*low cost*". As taxas de rentabilidade anunciadas parecem de facto muito generosas.

Ao invés de interesse para o país, representa antes uma entrega para exploração e exportação em bruto, sem transformação ou outros processos de valor acrescentado em Portugal, dos recursos naturais do nosso país a uma empresa estrangeira por "meia dúzia de tostões", com a população local a assumir um passivo ambiental de dimensão desconhecida.

O aterro de rejeitados de 650.000 m2 x 24 metros de altura e as lagoas de retenção de águas contaminadas são apenas dois exemplos desse passivo e dos riscos que acompanharão Grândola nas próximas gerações.

Quanto a efeitos, só encontramos negativos. Até os que possam parecer positivos têm uma face oculta que se revelará rapidamente. De forma resumida queremos salientar os seguintes:

Recursos hídricos

Grândola está inserida na RH6, de há bastante tempo considerada como uma das regiões mais secas de Portugal, muito preocupante em termos de recursos hídricos. Com as alterações climáticas, esta região perde precipitação desde o início deste século, e os cenários apresentados oficialmente para os próximos anos obrigam a equacionar limitações muito grandes no uso da água.

Da análise do EIA não se consegue extrair uma ideia clara sobre os consumos de água necessários ao funcionamento do empreendimento nem tão pouco da sua origem. Supostamente existirá uma composição de origens da chamada água fresca em que se destacam os lençóis freáticos subterrâneos e a Barragem de Vale do Gaio, nunca se percebendo verdadeiramente quanto é de uma e quanto é de outra.

Uma coisa é certa, a "ligeireza" com que o tema é tratado levanta muitas dúvidas, tanto quanto ao abastecimento como quanto aos efeitos das águas residuais e escorrências nos lençóis freáticos.

Por outro lado, a possibilidade de rotura da parede do aterro de rejeitados, se sujeita a um fenómeno extremo de precipitação, é um risco real, assumido no EIA mas sem nenhuma proposta verdadeiramente sólida de solução. As consequências de uma eventual rotura seriam devastadoras.

Apesar de se assumir que a abertura das galerias provocará alterações no padrão hidrodinâmico das águas subterrâneas e que existe um elevado grau de incerteza quanto aos riscos dessas alterações, o EIA classifica-os como pouco significativos…

Também não é sequer tido em conta o possível efeito de sumidouro de águas da abertura das chaminés de ventilação necessárias ao funcionamento da mina.

Ainda em relação ao tema água, parece-nos que a sugestão dos pontos 4 e 5 do Artº. 51 da Lei da Água como enquadramento para eventuais cenários de degradação das massas de água, quer em volume quer em qualidade, é abusiva, representa uma fuga à responsabilidade e extravasa largamente a competência da Redcorp enquanto promotor.

Agricultura e Floresta

Nesta zona do concelho de Grândola, gerações de agricultores conseguiram com muito trabalho e sacrifício preservar os ecossistemas, que na verdade são sistemas agroflorestais verdadeiramente importantes para a economia da região. São áreas integradas e ecologicamente estáveis, com uma percentagem significativa organizada em Zona de Intervenção Florestal (ZIF), onde se produz cortiça, madeira, pinhão, ovinos e bovinos.

A implementação de um projeto desta natureza vem arrasar com estes sistemas e com a vida destes agricultores e gerações futuras, nas zonas AI e API, e põe verdadeiramente em causa todas as áreas limítrofes. Não considera possíveis impactos na floresta do rebaixamento dos níveis freáticos, sabendo-se como a disponibilidade de água no solo é determinante para a sobrevivência e capacidade produtiva das árvores.

Quanto ao número de árvores a abater, também nos diz a experiência, que será sempre superior. As medidas de compensação propostas não são sérias. Desde o local previsto para a plantação até ao tipo de plantas previstas, algumas ainda no campo da ficção científica.

Questões Socioeconómicas

Um dos argumentos para o interesse do projeto da Mina da Lagoa Salgada é o emprego que vai gerar, bem como o desenvolvimento e inovação que vai promover.

Quanto a emprego, Grândola tem atualmente um défice de mão-de-obra alarmante, e este projeto apenas vai tornar mais crítica a situação. Este problema reflete-se também na habitação e na dificuldade em conseguir uma casa.

Na fase de construção, a presença de mais 700 trabalhadores e de 1000 na fase de exploração, 300 trabalhadores diretos e 700 indiretos, acarreta mais dificuldades para uma infraestrutura já de si muito pressionada ao nível da habitação, dos cuidados de saúde, da segurança, dos transportes e circulação rodoviária.

Neste capítulo, importa referir que toda a logística do projeto, por questões práticas e de redução de custos, será feita por via rodoviária, utilizando a estreita e deteriorada EM543, uma estrada municipal que atravessa inclusive a Aldeia da Justa, o IC1 e o IC33, como acessos a Setúbal, via A2, e a Sines, respetivamente.

Não é visível em nenhuma peça deste EIA, qualquer proposta para resolver ou mesmo mitigar algum destes problemas.

Questões de Património

Tal como referido anteriormente, a execução deste projeto acarretará perdas para um número ainda indeterminado de proprietários, agricultores e produtores florestais. Ao dia de hoje, dia do fecho da consulta pública, com um contrato de exploração assinado há mais de dois anos e datas para o início dos trabalhos de construção, não foi avançada nenhuma proposta no sentido

de sequer se ter uma ideia do que pode vir a acontecer quanto a eventuais indeminizações/compensações.

Impactos Cumulativos

A criação de mais um projeto de grande dimensão numa zona já muito afetada por muitos outros projetos de várias naturezas, alguns também de grandes dimensões, com elevados consumos de água, com elevadas exigências em número de trabalhadores, e também eles geradores de pressão sobre a infraestrutura anteriormente referida, leva a esperar que de facto os impactos acumulados sejam muito altos e que existam probabilidades elevadas de as coisas poderem vir a correr mal.

Temos ainda que ter em conta que, em termos de exploração mineira, além deste projeto, já estão mais três em andamento: um em fase de sondagens e os outros dois em estudo já com concessões atribuídas, sendo o denominado Santiago, que inclui a Serra de Grândola e o seu prolongamento no concelho de Santiago do Cacém, o maior, com cinquenta mil hectares, já com concessão atribuída à empresa espanhola Matsa.

Na nossa opinião, esta questão dos impactos cumulativos não está bem avaliada, mas devia.

No contexto descrito, resta dizer que a Associação de Agricultores de Grândola tem feito os possíveis para acompanhar este projeto, esteve presente nas duas reuniões restritas organizadas pela Redcorp e sempre expressou a esta e outras entidades as suas maiores reservas. A forma como os impactos são avaliados e classificados no estudo, quase sempre como diretos, negativos, locais, certos, permanentes, irreversíveis, de magnitude reduzida e pouco significativos, e a evidente pretensão de que tudo se resolve com umas medidas de mitigação ou compensação, não é uma boa abordagem.

A concessão do direito de exploração de um recurso do país a uma empresa privada, concessão essa que vai gerar um negócio com altas taxas de rentabilidade, teria de proporcionar ao Estado Português e ao Concelho de Grândola, contrapartidas dignas e garantir que os riscos e impactos do projeto são de facto controlados, reduzidos ao mínimo e que sobretudo os recursos hídricos são efetivamente protegidos. Esta garantia teria obrigatoriamente de compreender os danos e perdas das populações locais e que os proprietários fossem devidamente indemnizados e compensados.

Por outro lado, a implementação deste projeto teria que estar devidamente enquadrada em termos de planeamento para que a região o pudesse acolher, o que na realidade não acontece.

Face ao exposto, como as premissas dos parágrafos anteriores não se verificam e as reservas que sempre colocámos persistem, o entendimento da Associação de Agricultores de Grândola é de que o avanço do Projeto da Mina da Lagoa Salgada seria extremamente negativo para o Concelho de Grândola e, como tal, somos contrários à sua realização.

A Direção

MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA

Estudo de Impacte Ambiental
(Fase de Estudo Prévio)

Projeto da Mina da Lagoa Salgada

PARECER DA
CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

No âmbito da consulta pública promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), sobre o **Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto da Mina da Lagoa Salgada**, a Câmara Municipal de Grândola (CMG), com os contributos do Departamento de Planeamento e Urbanismo (DPU) e da Divisão de Ambiente e Saneamento (DAS), emite parecer sobre a proposta em discussão.

ENQUADRAMENTO

O **Projeto da Mina da Lagoa Salgada** encontra-se a ser desenvolvido ao abrigo do contrato de concessão atribuída à REDCORP – Empreendimentos Mineiros, Lda (processo MN/C/168 Lagoa Salgada), **para exploração de depósitos minerais metálicos de cobre (Cu), chumbo (Pb), zinco (Zn) e metais associados**, com o número de cadastro C-168 e com a denominação "Lagoa Salgada".

Esta pretensão incide territorialmente nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, sendo que a maior parte da área de estudo insere-se no concelho de Grândola, mais concretamente na União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra, na qual ficará localizada toda a área de intervenção.

O projeto objeto de análise deste EIA, que se encontra em fase de Estudo Prévio, corresponde ao documento apresentado pelo proponente à autoridade de AIA, através do qual se afere a compatibilidade do projeto com a legislação ambiental e os efeitos que o mesmo pode ter no ambiente, bem como as respetivas medidas mitigadoras desses impactes, cf. previsto no Regime Jurídico de AIA – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, alterado por legislação posterior.

Importa recordar que **em maio do 2022**, **no âmbito da consulta pública[1] da Proposta de Definição de Âmbito** desta pretensão, **a CMG manifestou,** através de parecer remetido à APA, **várias preocupações sobre os previsíveis efeitos ambientais deste projeto sobre as populações e o território de Grândola (Anexo 1)**.

Volvidos três anos, o projeto agora em análise reveste-se de maior detalhe, definindo uma Área Potencial de Intervenção (API) com 602.32m² e, dentro desta, uma Área de Implantação (AI) com 282.52m² para a instalação das infraestruturas associadas, tais como: ETA, ETAR, Subestação Elétrica, Bacia de retenção de Águas Pluviais/Escoamento/Decantação, Armazém de reagentes, Armazenamento temporário de minério / Instalação de resíduos mineiros, Anexos mineiros, Central de pasta, Lavaria, Estaleiro social, Acessos e Unidades de produção de energia para autoconsumo com extensas áreas de painéis fotovoltaicos.

[1] Decorreu entre 18 de abril e 9 de maio de 2022 através do Portal Participa.

ANÁLISE

1. Ordenamento do Território – Enquadramento no PDMG

Sistema Ambiental (Estrutura Ecológica Municipal)

No Relatório Síntese [2] é apresentado o enquadramento do projeto no Plano Diretor Municipal de Grândola (PDMG)[3], com as respetivas sobreposições cartográficas e uma análise de conformidade com as suas disposições regulamentares.

Tal como aí identificado, o projeto enquadra-se em solo rústico, e possui o seguinte enquadramento nas plantas de ordenamento e condicionantes do PDMG (respetiva cartografia em **Anexo 2**):

Ordenamento:

- Espaços agrícolas de produção e outros espaços agrícolas;
- Espaços florestais de produção e agrosilvopastoris;
- Aglomerados rurais.
- **Estrutura Ecológica Municipal (EEM)**
  - Fundamental: Áreas Nucleares / Outras: **Reserva Ecológica Nacional (REN)** e Povoamentos de sobreiros ou azinheiras;
  - Fundamental: áreas de conectividade: Cursos de Água e Respetivos Leitos e Margens (Domínio Público Hídrico) e Áreas Contíguas aos Cursos de Água;
  - **Principal: Áreas Nucleares** / Outras: **Cabeceiras dos Cursos de Água**; Solos de Elevado Valor Ecológico e **Povoamentos Mistos de Pinheiro Manso e Sobro;**

Ordenamento/Riscos Mistos:

- Perigosidade de incêndio florestal muito baixa, baixa e moderada;

Ordenamento/Riscos Naturais e Tecnológicos:

- Áreas de elevada intensidade sísmica;
- Suscetibilidade de contaminação da área de recarga direta do aquífero profundo,

Condicionantes:

- Reserva Ecológica Nacional;
- Povoamentos de Sobreiros ou Azinheiras;
- Povoamentos Florestais percorridos por Incêndios [2010, 2011 e 2016];
- Leito e Margem das Águas Fluviais

Ainda que o enquadramento feito pelo proponente assuma a **sobreposição com áreas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM),** a respetiva análise de compatibilidade e

[2] Volume II – Relatório Síntese – ponto 5.3.3. – Âmbito Municipal

[3] A versão do PDMG em vigor resulta da revisão aprovada na 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 19 de setembro de 2017 e publicada através do Aviso n.º 15049/2017, no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 239, de 14 de dezembro, com a redação dada pela correção material, publicada através do Aviso n.º 419/2018, no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 67, de 5 de abril e a alteração publicada através do Aviso n.º 1869/2025/2, no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 14, de 21 de janeiro.

conformidade desconsidera esta sobreposição, enquadrando a pretensão como um **"*uso especial*"**, submetido à disciplina do artigo 37.º do regulamento do PDMG, **suscetível de prevalecer sobre servidões e restrições de utilidade pública em presença**.

De acordo com o invocado artigo 37.º, n.º 3 do PDMG, *É permitida a pesquisa, prospeção e exploração dos recursos geológicos que nos termos do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos se integram no domínio público do Estado, em todas as categorias de solo rústico, desde que tais recursos sejam qualificados de interesse público nacional,* como sucede com o projeto em discussão.

Contudo, e sem prejuízo do enquadramento feito pelo proponente, importa destacar que cf. decorre do artigo 30.º, n.º 1 do PDMG, relativo às "Condições gerais de viabilização dos usos do solo", *Os regimes das servidões administrativas e restrições de utilidade pública* ***e do sistema ambiental prevalecem sobre o regime de uso definido para cada categoria e subcategoria de espaço no presente Título***. (sublinhado nosso)

Ora, no caso, salienta-se que não estão em causa apenas servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, reguladas no Título II do Regulamento do PDMG e identificadas na respetiva planta de condicionantes, as quais que resultam de atos externos e têm um regime legal pré-estabelecido.

A Estrutura Ecológica Municipal corresponde ao Sistema Ambiental do PDMG, é uma opção municipal ao nível da definição do regime do uso do solo, o qual é objeto do Título III do Regulamento do PDMG, relativo ao "Regime de Proteção de valores e recursos" e se encontra representada na planta desagregada de ordenamento referente à Estrutura Ecológica Municipal (Plantas 2.1 a 2.5).

Neste sentido, **considera-se existir uma clara violação do Sistema Ambiental plasmado no PDMG**, nomeadamente pelo **incumprimento do disposto no artigo 16º, n.º 3, alíneas b), c) e f), numa leitura conjugada com o artigo 15.º**, a saber:

Artigo 16.º

3 — Nas restantes áreas da EEF — áreas contíguas aos cursos de água, e nas áreas da EEP identificadas nas alíneas b) a e) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo anterior, ***são interditos os seguintes atos e atividades****:*
(…);
b) A exploração de massas minerais;
c) As instalações para aproveitamento de energias renováveis e/ou parques eólicos;
(…);
f) A instalação de estações de tratamento de águas residuais (ETAR)*, exceto quando indispensáveis à instalação de empreendimentos turísticos, bem como estações de tratamento e transferência de quaisquer tipos de resíduos;*
(…).

Resulta da letra deste preceito que **são interditos os referidos atos e atividades nas seguintes áreas da Estrutura Ecológica Fundamental e Principal**: *Áreas contíguas aos cursos de água* (EE Fundamental), *Cabeceiras dos cursos de água* (EE Principal), *Solos de elevado valor ecológico* (EE

Principal), ***Povoamentos mistos de pinheiro manso e sobro*** **(EE Principal),** *Áreas com declive superior a 25 %* (EE Principal) e nas *Áreas de conectividade ecológica integram a rede hidrográfica de conectividade*.

No Relatório Síntese[4] é, também, apresentado um quadro que evidencia a sobreposição - e incompatibilidade - do projeto com algumas das áreas da Estrutura Ecológica acima referidas, nomeadamente, com **extensas áreas de povoamentos mistos de pinheiro manso e sobreiro**, que integram a EEM Principal, na qual é interdita quer a exploração de recursos minerais, propriamente dita, quer a instalação das respetivas instalações de suporte e apoio, tais como a ETAR e o parque fotovoltaico.

Em complemento, junta-se em A**nexo 3** à presente pronúncia a respetiva sobreposição cartográfica de cada uma destas áreas com o projeto, donde se **releva a inviabilidade da pretensão face à sensibilidade ambiental deste território**, tanto pela vasta área de "Povoamentos Mistos de Pinheiro Manso e Sobro", bem como de "Cabeceiras dos cursos de água".

<u>Sistema urbano e rede viária</u>

O projeto localiza-se no limite nascente do concelho de Grândola, junto à fronteira com o concelho de Alcácer, na proximidade de dois aglomerados rurais do nosso concelho: Água Derramada e a Silha do Pascoal.

De acordo com os elementos em análise, **a APl deste projeto dista menos de 200 metros de ambos os aglomerados rurais**, os quais fazem parte do s**istema de centralidades definido do PDMG**.

Estes aglomerados rurais foram identificados no Plano e constituídos como parte integrante do "sistema de centralidades" pelas suas caraterísticas de ocupação, pela população e concentração das edificações que apresentavam, pelo seu grau de infraestruturação e, sobretudo, pela função que poderiam desempenhar nos objetivos estratégicos do Plano, que passam pelo **reforço e coesão territorial e pela aposta no desenvolvimento e investimento no interior do concelho**.

O surgimento de um projeto na proximidade destes dois aglomerados, **com estas caraterísticas tão impactantes do ponto de vista da saúde pública e ambiental, pode comprometer definitivamente o seu desenvolvimento**.

O modelo territorial preconizado no PDMG (e pelo próprio PROTA, no seu Modelo Territorial Regional) **não se coaduna com projetos desta dimensão e com estas características**: **a aposta deve ser numa ocupação do solo mais contida**, que **promova os valores naturais**, que se configure como uma **opção de sustentabilidade**, que procure conjugar a **proteção ambiental, a qualidade de vida e a viabilidade e o dinamismo económico**.

[4] Quadro 5.6 - Enquadramento da Planta de Ordenamento 2 - Estrutura Ecológica Municipal, do PDM de Grândola, com as áreas do projeto" (pág. 242)

Importa ainda reforçar o facto de **a estrutura viária prevista no projeto não ser compatível com as características físicas das vias existentes**, nem tão pouco com a sua utilização local e/ou regional, uma vez que condiciona o acesso local aos aglomerados da Aldeia de Água Derramada, Silha do Centeio, Silha do Pascoal, Cadoços e Aldeia da Justa.

Por último, em termos de **ambiente sonoro**, o projeto insere-se em meio florestal e possui recetores sensíveis na respetiva área de potencial influência acústica, localizando-se os mais próximos, como referido, a cerca de 200 metros, às localidades de Água Derramada e Silha do Pascoal.

Salienta-se que a operação subterrânea, por recorrer a explosivos, terá **impactos sonoros significativos**, que de forma alguma serão aceitáveis, pois, para além dos **danos auditivos, físicos e psicológicos** na população residente e nos animais, podem ainda provocar **danos estruturais nos edifícios existentes**, muitos dos quais ainda em taipa, ou soluções mistas de adobe e tijolo.

Sistema Turístico

Como é do conhecimento geral, nos últimos anos, o Município de Grândola cresceu consideravelmente e assumiu-se como um **destino turístico de excelência**, apostando-se em ofertas diversificadas, qualificadas e ajustadas às características ambientais, naturais e patrimoniais em presença.

A recente alteração ao PDMG, que incidiu especificamente no Sistema Turístico, veio reforçar a oportunidade e intenção de reequilibrar territorialmente o desenvolvimento turístico no concelho, apostando numa clara **discriminação positiva do seu interior**.

Existe, por parte do Município, uma clara aposta em recolocar o foco no interior do concelho e incentivar o investimento e o desenvolvimento de novos projetos nessa área, explorando o potencial que lhe reconhecemos.

Neste sentido, tendo em conta **o impacte ambiental e visual negativo da exploração** (visível a vários quilómetros de distância devido a cotas de terreno muito constantes), a consequente e irremediável destruição da paisagem natural que caracteriza a região, os efeitos na qualidade do ar e as perturbações ao nível do ruído decorrentes das explosões, necessárias e previstas na laboração da mina, considera-se que **este projeto compromete gravemente, também, a estratégia de desenvolvimento concelhio ao nível do turismo** alcançada nos últimos anos e que se que se reforçou, sobremaneira, na última alteração do PDMG, aprovada e publicada no início deste ano.

2. Sistemas Ecológicos

Relativamente aos recursos ecológicos refere-se que a API é utilizada para produção de madeira e resina de pinheiro manso e produção de cortiça, existindo também pequenas manchas de produção de eucaliptal e azinheiras, sendo que, atualmente, verifica-se uma densidade de 35 árvores/ha.

Foram equacionados quatro cenários possíveis para o abate de sobreiros e azinheiras para a implementação do projeto da exploração mineira da Lagoa Salgada, sendo que se prevê o abate de entre 2741 e 2970 sobreiros/azinheiras, o que implica 29% e 31% do coberto vegetal atual, respetivamente.

A medida compensatória proposta para o referido abate de sobreiros consiste na arborização de 73 ha na Herdade da Nogueirinha, atingindo uma densidade de 625 arv/ha, com 500 arv/ha de sobreiros (36 500 exemplares) e 125 arv/ha de pinheiro manso (9 125 exemplares). Em termos de sequestro de carbono, prevê-se que com a implementação do plano de compensação, para além de se recuperar o valor perdido com a implementação do projeto, é ainda obtido um valor adicional de + 16 450 t CO2 capturado.

Importa ainda referir que foram identificados os seguintes habitats de interesse comunitário potencialmente ocorrentes na área de estudo (AE):

- 2150 – Dunas fixas descalcificadas atlânticas (*Calluno-Ulicetea*) (habitat prioritário);
- 2190 – Depressões húmidas intradunares;
- 2260 – Dunas com vegetação esclerófila da *Cisto-Lavenduletalia*;
- 6310 – Montados de *Quercus spp.* de folha perene;
- 6410 – Pradarias com Molinia em solos calcários, turfosos e argilolimosos (*Molinion caeruleae*).

Foram também identificadas, nas campanhas de caracterização de fauna e flora na API, as seguintes espécies: *Milvus milvus* (milhafre-real) e *Circus aeruginosus* (tartaranhão-ruivo-dos-pauis), com estatuto de "Vulnerável" de acordo com o Livro Vermelho de Vertebrados; e *Bubulcus íbis* (garça-boieira) com estatuto de Vulnerável de acordo com a Lista Vermelha das Aves de Portugal.

Foi ainda identificada a espécie de endemismo ibérico: *Pterocephalidium diandrum* (cabeça-de-plumas); e a espécie *Schoenoplectus pungens* (buínho), classificada como "Quase ameaçada" de acordo com o Livro Vermelho da Flora.

Contudo, **importa ter em consideração que, independentemente do cumprimento das medidas de mitigação e do plano de compensação propostos, os habitats e espécies neles existentes serão irremediavelmente afetados**, nomeadamente com a destruição e degradação de espécies de fauna e flora; dificuldade na regeneração natural das espécies vegetais; facilitação da dispersão de espécies de caráter invasor; e perturbação e morte de espécies de aves e morcegos devido à presença de painéis e projetos complementares associados na fase de exploração.

3. Recursos Hídricos

Em relação aos recursos hídricos, constata-se existência de um furo na área de influência do Projeto, a partir do qual é extraída água do aquífero intermédio, correspondente à captação que abastece os aglomerados de Água Derramada e Silha do Pascoal (município de Grândola) – CBR1/EIA9.

No entanto, o proponente afirma que o mesmo "pode ser relativizado com o facto dos depósitos minerais encontrarem em contacto com o aquífero profundo. Esta situação sugere que as operações de exploração dos depósitos minerais não irão induzir efetivas alterações na quantidade e qualidade das massas de água do aquífero intermédio." De notar que, pese embora os depósitos minerais se encontrem em contacto com o aquífero profundo, **a sua exploração acarreta impactes adicionais que não se verificam só pela sua presença**.

Uma vez mais alerta-se que, **não se entende como pode ser equacionado que a API do projeto ocorra numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos**, área essa naturalmente classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN). Tal opção, para além de incompreensível perante os problemas que daí possam advir face a muito prováveis contaminações do aquífero (fundamental em termos de reserva de água na região), desconsidera todas as diretrizes em termos de conservação/proteção destas áreas por motivos de mitigação de impactes negativos originados pelas alterações climáticas.

Não obstante, uma das medidas de minimização proposta consiste na disponibilidade da entidade promotora assegurar todas as despesas associadas à execução de um novo furo de captação em local a recomendar pelas Águas Públicas do Alentejo. No entanto, importa considerar que **a exploração mineira irá afetar todo o aquífero e não apenas o furo em questão**, pelo que a relocalização d**o furo não mitigará o impacte da qualidade e quantidade de água disponível para abastecimento público**.

Importa ainda referir que, o funcionamento do projeto pressupõe a utilização de substâncias classificadas com perigosidade para o meio aquático, nomeadamente sulfato de cobre, cianeto de sódio, sulfato de zinco e pó de zinco. Também na instalação de resíduos são depositados/rejeitados com perigosidade para o meio aquático.

Após avaliação dos riscos, verificou-se que **o projeto da Mina da Lagoa Salgada se enquadra no nível superior de perigosidade**, estipulado pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que define o Regime de Prevenção de Acidentes Graves, que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente.

Neste sentido, reitera-se o entendimento de que, **independentemente do cumprimento das medidas de mitigação e do plano de compensação propostos, os habitats e espécies neles existentes serão irremediavelmente afetados**.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, vem esta Câmara emitir **parecer desfavorável à pretensão**, com fundamento legal na **desconformidade com o regime da Estrutura Ecológica plasmado no Plano Diretor Municipal de Grândola** mas, também, pela incompatibilidade com os seus objetivos estratégicos, pelos evidentes e **significativos efeitos negativos no território, na paisagem e no ambiente,** que justificam as preocupações acima manifestadas com a alteração do uso do solo, a eliminação do coberto vegetal, com as previsíveis contaminações dos recursos hídricos em presença e com a diminuição da qualidade de vida da população que reside nos aglomerados rurais de proximidade, cujo desenvolvimento fica, também, seriamente comprometido.

Grândola, 28 de abril de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal

Assinado por: **ANTÓNIO DE JESUS FIGUEIRA MENDES**
Num. de Identificação: 00249715
Data: 2025.04.30 16:23:31+01'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Presidente da Câmara Municipal de Grândola**

CARTÃO DE CIDADÃO

Anexos:

ANEXOS

1. Parecer da CMG sobre a Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacto Ambiental "Mina da Lagoa Salgada" – 9 de maio de 2022.

2. Mapas
   Enquadramento do Projeto nas Planta do PDM de Grândola:
   a) Planta de Ordenamento – Classificação e qualificação do solo;
   b) Planta de Ordenamento – estrutura Ecológica Municipal;
   c) Planta de Ordenamento – Riscos naturais e tecnológicos;
   d) Planta de Ordenamento – Riscos Mistos;
   e) Planta de Ordenamento – Património Arquitectónico e Arqueológico;
   f) Planta de Condicionantes – REN, RAN, RN2000, RNES, AHO;
   g) Planta de Condicionantes – Outras condicionantes;
   h) Planta de Ordenamento – PMDFCI em vigor – Perigosidade de incêndio florestal;
   i) Planta de Ordenamento – Planta de ruído LN;
   j) Planta de Ordenamento – Planta de ruído LdeN;
   k) Planta de localização.

3. Mapas
   Enquadramento do Projeto na Planta de Ordenamento do PDM de Grândola "Estrutura Ecológica Municipal", evidenciando:
   a) Áreas contíguas aos cursos de água (EE Fundamental);
   b) Cabeceiras dos cursos de água (EE Principal);
   c) Solos de elevado valor ecológico (EE Principal);
   d) Povoamentos mistos de pinheiro manso e sobro (EE Principal);
   e) Áreas com declive superior a 25 % (EE Principal);
   f) As áreas de conectividade ecológica integram a rede hidrográfica de conectividade.

MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA

Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacto Ambiental **Mina da Lagoa Salgada**

PARECER DA
CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

A Proposta de Definição de Âmbito (PDA) é um instrumento, de índole facultativa, previsto no artigo 12º do Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA), definido pelo Decreto-Lei 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, dada pelo Decreto-Lei 152-B/2017, de 11 de dezembro, que permite propor à Autoridade de AIA o âmbito do trabalho a desenvolver no Estudo de Impacte Ambiental (EIA) ao qual respeita, bem como as metodologias e o grau de profundidade de análise a ter em conta em cada um dos fatores ambientais que serão analisados no EIA. Nos termos do estabelecido no RJAIA, a aprovação da PDA vincula o Proponente, a Autoridade de AIA (APA, I.P.) e as entidades externas consultadas quanto ao conteúdo proposto para o EIA, pelo período de validade do Parecer com a Decisão, salvo quando se verifiquem, durante esse período, alterações circunstanciais de facto e de direito que manifesta e substancialmente contrariem a decisão. A Definição do Âmbito permite o planeamento do EIA focando a sua elaboração nas questões ambientais significativas que podem ser afetadas pelos potenciais impactes causados pelo projeto e tem por objetivo identificar as questões e áreas temáticas que se antecipem de maior relevância em função dos impactes positivos e negativos que possam ocorrer na área da pretensão e que devem ser tratadas e analisadas em sede de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), de acordo com a Portaria n.º330/2001 de 02 de Abril.

Na prossecução da análise da PDA do Projeto "*Mina da Lagoa Salgada"* despontam algumas questões que se consideram de vital importância esclarecer no respetivo EIA de forma a garantir soluções para os previsíveis efeitos ambientais sobre as populações e o território. De referir que algumas das questões novamente expostas foram anteriormente mencionadas aquando da Proposta de Âmbito do Projeto, não tendo sido no entanto, devidamente esclarecidas ou colmatadas em fases posteriores do procedimento.

Assim temos:

Caracterização do projeto

- A descrição do projeto deve conter os principais processos tecnológicos envolvidos;

- A identificação dos principais tipos de materiais utilizados ou produzidos deverá incluir matérias-primas, secundárias e acessórias, formas de energia utilizada e produzida e substâncias e misturas utilizadas, armazenadas e produzidas;

- Identificar os principais tipos de afluentes, resíduos, emissões e poeiras, nas várias fases do projeto, respetiva caraterização e estimativa de quantidades;

- Identificar as «substâncias perigosas», na aceção da alínea s) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, passíveis de estar presentes no estabelecimento, com informação relativa à classificação de perigosidade e indicação da quantidade prevista, o regime jurídico previsto naquele diploma, relativo à prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o homem e o ambiente.

- Projetos associados ou complementares (acessos viários, linhas de energia, origens e distribuição de água, coletores de águas residuais domésticas, mineiras e pluviais, estações de tratamento, entre outros); de referir, por exemplo, que a estrutura viária prevista no projeto não é compatível nem com as características físicas das vias, nem tão pouco com a sua utilização local e/ou regional;

- Servidões condicionantes e equipamentos/infraestruturas relevantes potencialmente afetados pelo projeto;

- Conclusão de estudos e projetos acessórios mencionados no documento PDA do Projeto, imprescindíveis para correta e completa elaboração do EIA.

Recursos Hídricos

- Devido há existência de várias linhas de água superficiais considera-se essencial e exaustiva uma análise ao impacte expectável de eventuais modelações das mesmas assim como de quaisquer descargas de efluentes que possam ocorrer para estas linhas de água, algumas das quais secas grande parte do ano. Paralelamente, há que ter atenção a todas as captações subterrâneas existentes na área de influência, com particular enfoque para a captação de Água Derramada responsável pelo abastecimento às populações de Água Derramada e Silha do Pascoal e infraestruturas associadas, nomeadamente condutas e reservatório;

- Não se entende como a Área Potencial a Intervencionar (API) do projeto ocorra numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos, área essa naturalmente classificada em Reserva ecológica Nacional (REN); tal opção para além de incompreensível perante os problemas que daí possam advir face a muito prováveis contaminações do aquífero (aquífero esse fundamental em termos de reserva de água na região) também não se entende tendo em consideração todas as diretrizes em termos de conservação/proteção destas áreas por motivos de mitigação de impactes negativos originados pelas alterações climáticas; tal facto, por si só, poderá ser justificação para o parecer negativo desta Autarquia, tendo em conta ir contra todas as estratégias de desenvolvimento e proteção do património natural assumidos pelo Município.

Restantes fatores ambientais, paisagísticos e sociais

- A presença da exploração irá comprometer, em todas as fases, importantes fatores ambientais, paisagísticos e sociais, nomeadamente a aspetos ligados à preservação e conservação do património natural ao nível de impactes negativos na paisagem, ar e produção florestal (especial importância ao nível do montado de sobro); de referir que a API incide numa área de importante relevo na produção agro-silvo-pastoril, que por si

só não é compatível com perturbações ao nível da qualidade do ar ou do ciclo hidrológico;

- Também a estratégia de desenvolvimento concelhio ao nível do turismo está gravemente comprometida perante a presença de um projeto desta índole no espaço mencionado como API; considerando a orografia da área (cotas de terreno muito constantes) em que o impacte visual negativo da exploração poderá ter consequências a vários quilómetros em redor da mesma, também a qualidade do ar estará seguramente comprometida, acrescida das perturbações ao nível do ruido decorrentes das explosões necessárias e previstas na laboração da mina.

- As questões relacionadas com a gestão de resíduos, bem como a definição de uma clara calendarização da última fase do projeto (encerramento e recuperação paisagística), em nosso entender fundamentais para uma correta elaboração do EIA, não estão devidamente tratados/definidos devendo estes assuntos terem um capítulo próprio no documento em causa, sustentado por corretas definições em projeto.

De forma resumida, o presente parecer levanta uma série de questões que se consideram importantes ter em conta na elaboração do respetivo EIA relativo ao projeto de instalação da exploração da denominada "*Mina da Lagoa Salgada"*, de forma a salvaguardar os interesses das populações e do território, considerando-se que todos os impactes negativos sobre o Concelho de Grândola deverão ser identificados por forma a acautelar medidas preventivas ou corretivas, em todas as fases da "*Mina da Lagoa Salgada"* (execução, exploração e encerramento) ao que acresce ainda, no nosso entendimento, o interesse particular que o Município de Grândola deverá ter na fase pós-encerramento, sob a perspetiva económica e ambiental, motivado pela experiência com a Mina da Caveira e a Mina do Lousal.

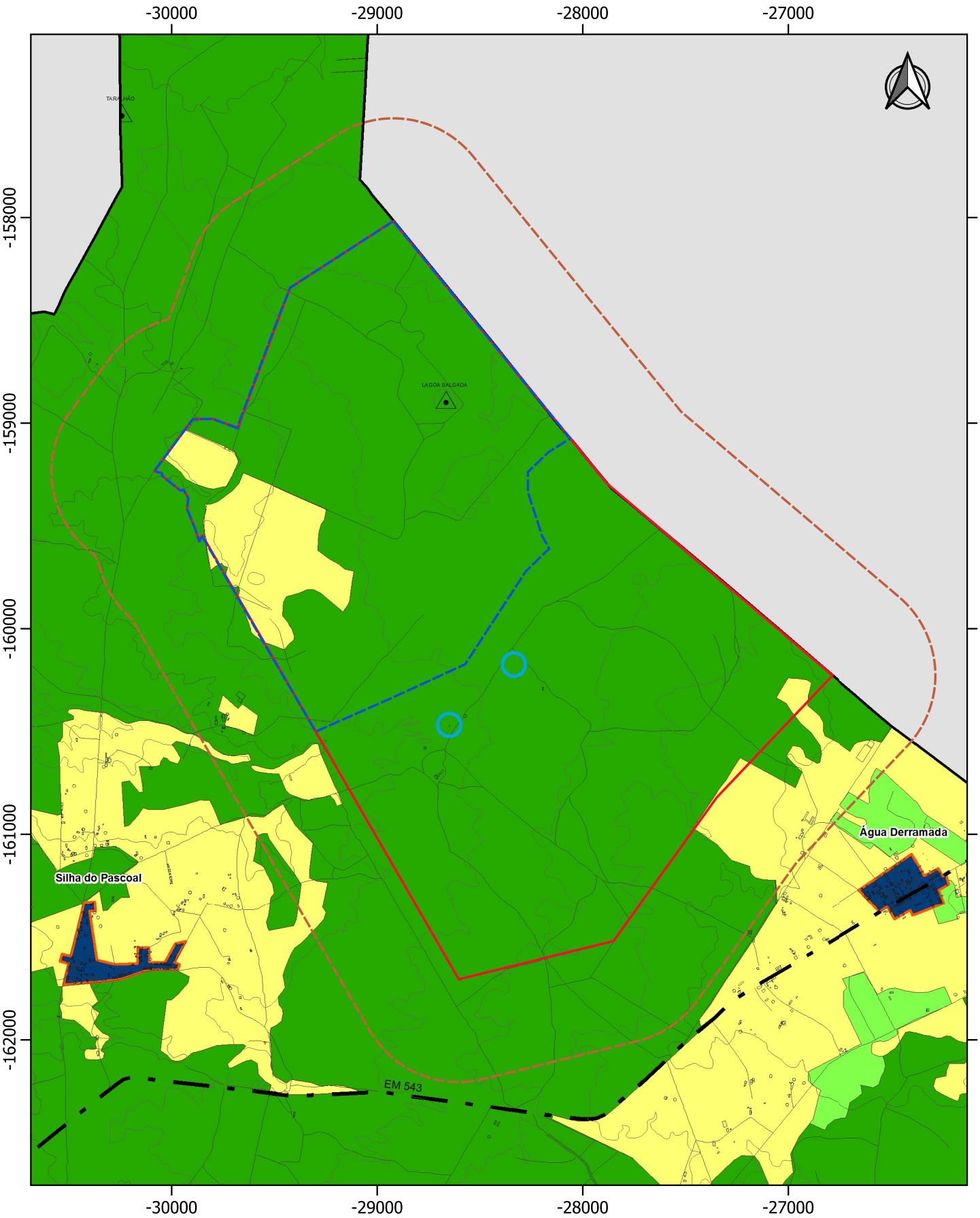
Grândola, 9 de maio de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal

António de Jesus Figueira Mendes

ANEXO 1

ANEXO 2



Enquadramento - PDM
PO - Classificação Qualificação do Solo

Mina da Lagoa Salgada

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

DPU/DPP/SP/SIG

Escala:
1:25 000

Abril 2025

Legenda

Suspensão Parcial (Salvaguarda a Plano de Pormenor Intermunicipal):

- Área de Incidência da Suspensão Parcial do PDM e Medidas Preventivas (Faixa 0m-1000m)
- Área de Incidência da Suspensão Parcial do PDM e Medidas Preventivas (Faixa 1000m-3000m)
- Limite do Plano de Pormenor Intermunicipal

SOLO URBANO

- Aglomerados Urbanos [abrangidos por IGT específico em vigor]
- Aglomerados Urbanos [não abrangidos por IGT específico]

Categorias de Uso do Solo Urbano

- Espaços Centrais
- Espaços Habitacionais
- Espaços de Atividades Económicas
- Espaços de Uso Especial - Equipamentos
- UET — Espaços de Uso Especial - Turismo

SOLO RÚSTICO

Categorias de Uso do Solo Rústico

Espaços Agrícolas

- Espaços Agrícolas de Produção
- Outros Espaços Agrícolas

Espaços Florestais

- de Proteção
- de Produção
- Agrossilvopastoril

Espaços Naturais e Paisagísticos

- de Proteção Total
- de Proteção Parcial
- Outros Espaços Naturais e Paisagísticos
- Espaços Naturais e Paisagísticos Costeiros

Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos

- Áreas de Exploração Consolidada de Massas Minerais

Outras Categorias de Uso do Solo

- C — Espaços Culturais
- T — Espaços de Ocupação Turistica
- EI — Espaços destinados a Equipamentos, Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações
- Aglomerados Rurais
- Áreas de Edificação Dispersa [AED]

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

- Zona Costeira [2 Km] | PROTA
- Faixa de Proteção da Zona Costeira [5 km] | PROTA
- Planos Especiais de Ordenamento do Território [PE]
  - PORNES
  - POOC [Orla Costeira]
- Área abrangida por IGT específico [PU / PP]
- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão [UOPG]
  - Sesmarias, Campo da Bola e Barreirinhas
  - Parque Empresarial e Logístico de Grândola
  - Carvalhal-Lagoa Formosa
  - Galé-Fontainhas
  - Praia da Raposa
- Regime de Regularização de Atividades Económicas
- Zona de Elevada Pressão Turística

RECURSOS HÍDRICOS

- Captações de Água Subterrânea

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Principal (IP)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

Gasoduto e Oleoduto

- Gasoduto | Oleoduto

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª Alteração

PLANTA DE ORDENAMENTO

CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL;
Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m — 0 — 500 — 1.000

escala numérica: 1/25000

nº desenho:

formato:

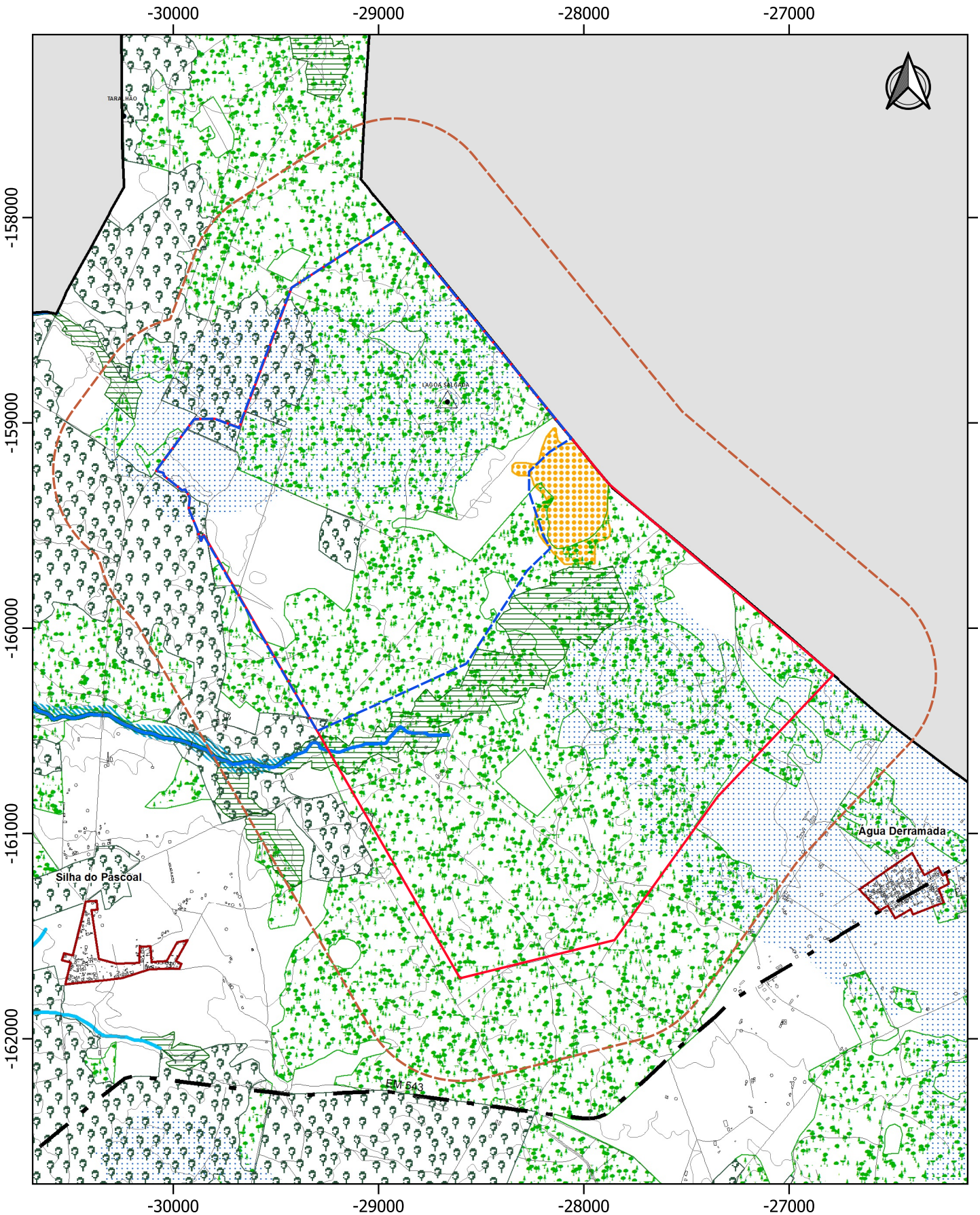
data: dezembro de 2024

ficheiro:

coordenação	elaboração	verificação
CMG	Câmara Municipal de Grândola	Câmara Municipal de Grândola

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º1 do art. 16.º e do n.º1 art. 19.º do "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA MUNICÍPIO



Mina da Lagoa Salgada

Enquadramento - PDM
PO - EEM

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

DPU/DPP/SP/SIG

Escala:
1:25 000

Abril 2025

Legenda

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

> FUNDAMENTAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Áreas Protegidas e Sítios Ramsar

Reserva Natural do Estuário do Sado

Sítio Ramsar do Estuário do Sado (3PT007)

Rede Natura 2000

Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Prioritários em associação com Habitats Não Prioritários
- Estuário do Sado (PTCON0011)
- Comporta/Galé (PTCON0034)

Zona de Proteção Especial [ZPE]
- Estuário do Sado (PTZPE0011)

Outras

REN

Povoamentos de Sobreiros ou Azinheiras

Áreas de Conetividade

Cursos de Água e Respetivos Leitos e Margens (Domínio Público Hídrico)

Áreas Contíguas aos Cursos de Água

> PRINCIPAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Rede Natura 2000

Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Não Prioritários
- Estuário do Sado (PTCON0011)
- Comporta/Galé (PTCON0034)

Outras

RAN

Cabeceiras dos Cursos de Água

Solos de Elevado Valor Ecológico

Povoamentos Mistos de Pinheiro Manso e Sobro

Áreas com declive superior a 25%

Áreas de Conetividade

Rede Hidrográfica de Conetividade

BASE CARTOGRÁFICA

Limite da Área do Município [CAOP 2016]

Limite de Freguesia [CAOP 2016]

Edificado

Oceano

Curva de Nível [equidistância 10m]

Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

Auto-Estrada (AE)

Itinerário Principal (IP)

Itinerário Complementar (IC)

Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP

Estrada Regional (ER)

Estradas Municipais (EM)

Caminhos Municipais

Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

Via-Férrea

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª CORREÇÃO MATERIAL

PLANTA DE ORDENAMENTO

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL; Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98; Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008; Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000; Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria; Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m 0 500 1.000

escala numérica: 1/25000

nº desenho: 2.1

formato: A0 - 841x1189

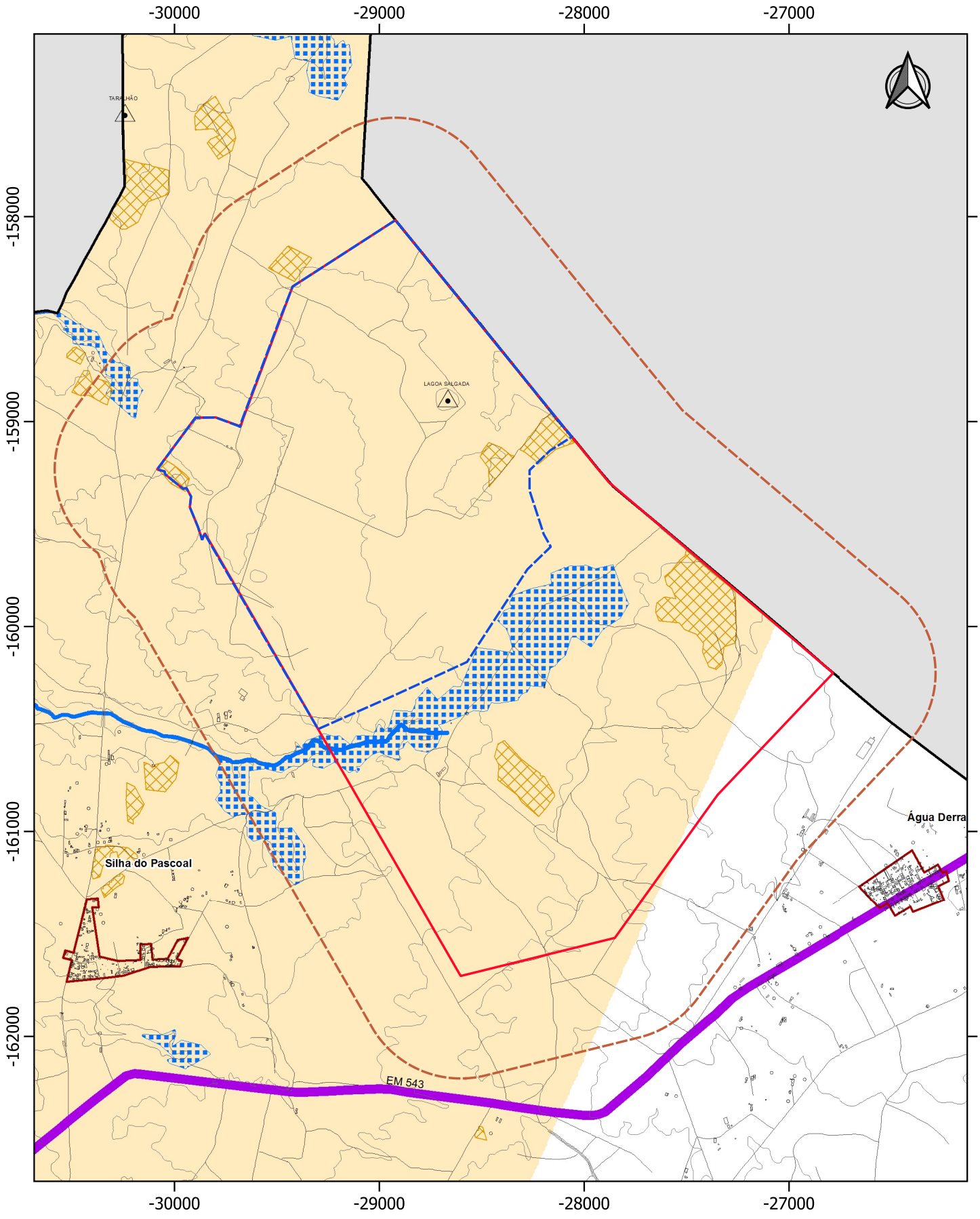
data: Janeiro 2018

ficheiro

coordenação	elaboração	verificação
CMG	Câmara Municipal de Grândola	Câmara Municipal de Grândola

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º1 do art. 16.º e do n.º 1 art. 19.º do "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado



Mina da Lagoa Salgada

Enquadramento - PDM
PO - Riscos Naturais Tecnológicos

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

DPU/DPP/SP/SIG

Escala:
1:25 000

Abril 2025

Legenda

RISCOS NATURAIS

- Áreas ameaçadas pelas cheias e inundações
- Áreas ameaçadas por Tsunami - cota <10m
- Área de elevada intensidade sísmica
- Suscetibilidade de contaminação de águas superficiais
- Suscetibilidade de contaminação da área de recarga direta do aquífero profundo

Movimentos de Massa

- Vias ameaçadas por Movimentos de Massa

RISCOS TECNOLÓGICOS

Risco de Transporte de Matérias Perigosas

- Rede Rodoviária
- Rede Ferroviária
- Outras infraestruturas
  - Parque de estacionamento de viaturas pesadas e viaturas pesadas de matérias perigosas (1)

Risco de Transporte Fixo de Matérias Perigosas

- Oleoduto/Gasoduto

Risco de Acidentes Rodoviários

- Rede Rodoviária
  - A2 | IC1 | IC33

Risco Industrial

- Instalações Industriais e outras
  - ZIL (1)
  - Instalações Industriais [Corticeira e Fundiarte] (2/3)
  - Instalações Navais da Marinha de Tróia (4)

Risco de elevada concentração populacional

- Equipamentos
  - Parques de Campismo (Galé e Melides) (1/2)
  - Parque de Feiras e Exposições de Grândola (3)
  - Estabelecimento Prisional Pinheiro da Cruz (4)

Risco de acidente aéreo

- Acidente aéreo

RISCOS MISTOS

Risco de Incêndio Florestal (PMDFCI)

- Perigosidade Muito Alta e Alta

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Aglomerados [Urbanos / Rurais / AED's]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Principal (IP)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª CORREÇÃO MATERIAL

PLANTA DE ORDENAMENTO

RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL; Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m 0 500 1.000

escala numérica: 1/25000

nº desenho: 3.4

formato: A0 - 841x1189

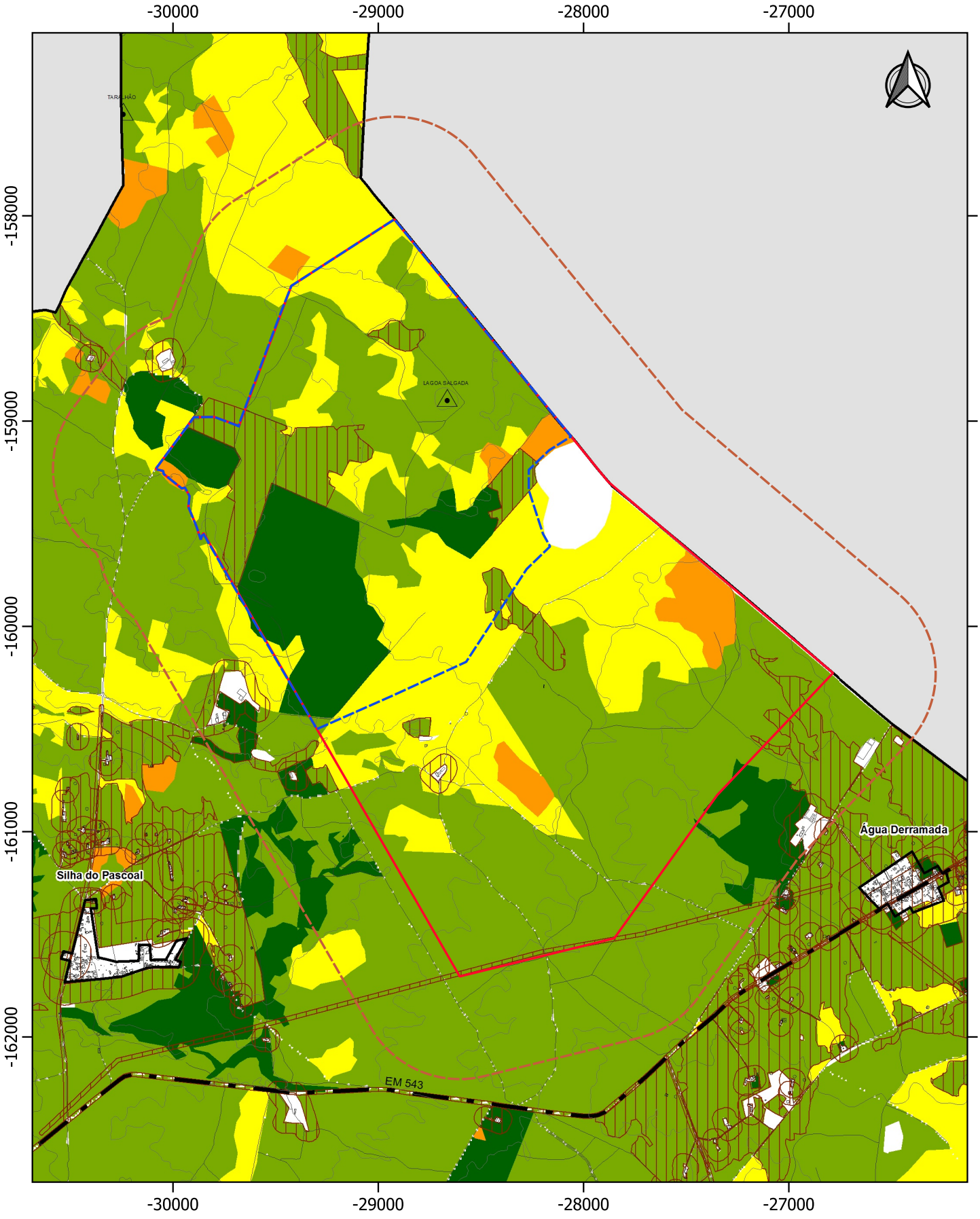
data: Janeiro 2018

ficheiro

coordenação	elaboração	verificação
CMG	Câmara Municipal de Grândola	Câmara Municipal de Grândola

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º1 do art. 16.º e do n.º 1 art. 19.º do "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA MUNICÍPIO



Mina da Lagoa Salgada

Enquadramento - PDM
PO - Riscos Mistos

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

DPU/DPP/SP/SIG

Escala:
1:25 000

Abril 2025

Legenda

RISCOS MISTOS

Perigosidade de Incêndio Florestal

- Muito Baixo
- Baixo
- Moderado
- Elevado
- Muito Elevado

FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUTÍVEL

Redes de Faixas de Gestão de Combustível [FGC]

- Edificações em espaço rural
- Aglomerados populacionais
- Infraestruturas de recreio, parques e poligonos industriais
- Rede viária florestal
- Rede Ferroviária
- Oleoduto | Gasoduto
- Rede elétrica (muita alta tensão)
- Mosaicos e parcelas de gestão de combustivel
- Rede elétrica (media e alta tensão)

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Principal (IP)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª CORREÇÃO MATERIAL

PLANTA DE ORDENAMENTO

RISCOS MISTOS - Perigosidade de Incêndio Florestal

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL;
Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m 0 500 1.000

escala numérica: 1/25000

nº desenho: **4.4**

formato: **A0 - 841x1189**

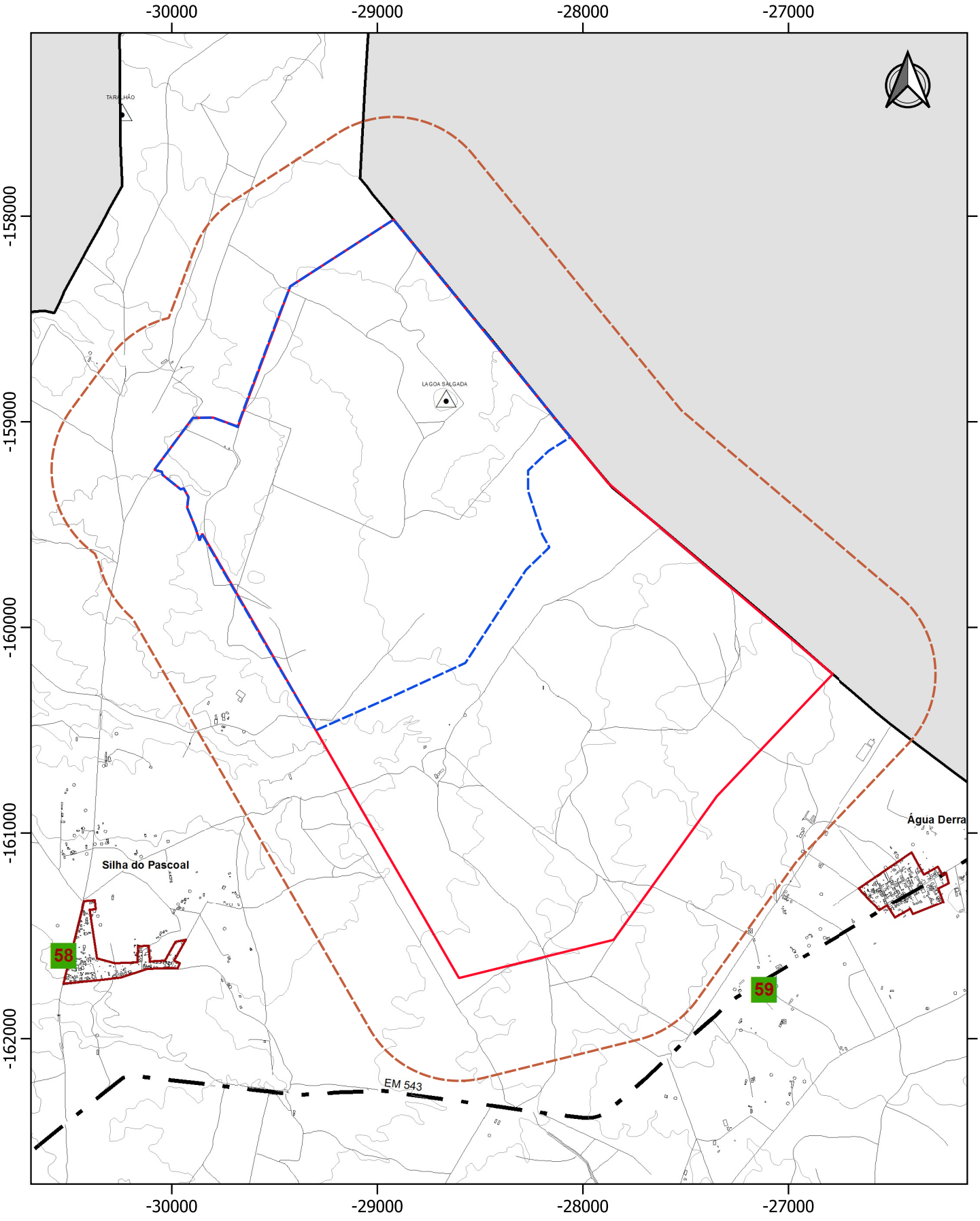
data: **Janeiro 2018**

ficheiro

coordenação	elaboração	verificação
CMG	**Câmara Municipal de Grândola**	**Câmara Municipal de Grândola**

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º1 do art. 16.º e do n.º1 art. 15.º do "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA MUNICÍPIO



Mina da Lagoa Salgada

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Enquadramento - PDM
PO - Património Arquitectónico Arqueológico

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

DPU/DPP/SP/SIG

Escala:
1:25 000

Abril 2025

Legenda

Património Arqueológico		V
1	Ruínas de Troia	1
2	Necrópole de Cistas das Casas Velhas	1
3	Dólmen da Pedra Branca	1
4	Monumento Megalítico da Pata do Cavalo	1
5	Monumento Megalítico do Lousal	1
6	Barragem Romana do Pego da Moura	1
7	Sítio Arqueológico Romano do Cerrado do Castelo	A
8	Igreja de São Pedro	A
9	Ruínas da Igreja de São Mamede do Sádão	A
10	Atalaia (Marco Geodésico)	2
11	Monte das Boiças 2	3
12	Monte das Boiças 3	3
13	Lousal 2	1
14	Lousal 3	1
15	Lousal 4	1
16	Lousal 5	1
17	Lousal 6	1
18	Anta do Monte Branco	1
19	Anta do Monte dos Seródios	1
20	Anta da Penasqueira	1
21	Castelo do Lousal	2
22	Herdade de Miranda	4
23	Aniza	4
24	São Mamede do Sádão (vestígios de superfície)	2
25	Pirâmide das Encruzilhadas	4
26	Vale Longo 1	4
27	Barranco da Moura 2	1
28	Barranco da Moura (Concheiro)	3
29	Anta da Herdade de Martim Parreira ou Anta 1 de Grândola	3
30	Outeiro do Outro ou Anta 2 de Grândola	1
31	Cabeça do Cardo	2
32	Anta da Herdade do Cidrão 1	1
33	Anta da Herdade do Cidrão 2	1
34	Cista da Herdade das Casolas	1
35	Cerrado do Arraial (Necrópole)	B
36	Fontainhas	4
37	Herdade de Martim Parreira	4
38	Mina da Caveira – escoriais, galerias e poços romanos	2
39	Santa Marinha (Acampamento)	3
40	Montum de Baixo	3
41	Gruta da Cerca do Zambujal	1
42	Gruta do Lagar	1
43	Anta de Melides	3
44	Vale Figueira	4
45	Cumeadas	4
46	Caveira de Melides	4
47	Naus Espanholas *Santiago* e *Nuestra Señora de la Piedade*, 1551	
48	Naufrágio do navio *Margarida*, carregado com sal, 1802	
49	Galeão espanhol, capitão Juan de Soto, 1572	
50	Nau Espanhola *San Antonio*, de Pedo de Villela, 1582	
51	Nau espanhola *Espiritu Sanctu*, 1593	
52	Bergantim português *Santo António*, de mestre João Batista de Campos, 1817	
53	Calque *Rápido*, de Vila Real de Santo António, 18 de novembro de 1926	
54	Nau espanhola *Nuestra Señora de la Gracia*, 1609	
55	Nau *Santa Catarina*, da frota de Afonso de Noronha e de Jerónimo de Almeida, 1618	
56	Nau espanhola *Nuestra Señora de los Reyes y San Fernando*, 1696	
57	Navio francês *Maréchal de Colgny* vindo de São Domingo, 1742	
58	Sítio arqueológico do *Troia 1*, meados do século XIX	
59	Brigue *Copse*, do Reino Unido, 1871	
60	Materiais dispersos do fundeadouro romano de Troia	
61	Materiais dispersos, da época romana, do *fundão* de Troia	
62	Batelão *Rio Lima 2º*, sítio da Troia, rio Sado, 15 de Fevereiro de 1941	
63	*Nuestra Señora del Rosario*, Nau espanhola de Juan de Correa, da frota de Alvaro Flores de Quinones, 1589	
64	Canoa *Pêndega*, a 27 de Dezembro de 1899	
65	Brigue *General Silveira Pinto*, 1823	
66	*Jatch* de 400 toneladas *Schoonoven* da VOC, 25 de Janeiro de 1626	
67	Brigue francês *Pais et Union*, indo de Huelva para Liverpool, 1878	

Património Arquitetónico		V
1	Igreja de Nossa Senhora da Assunção, matriz de Grândola	A
2	Olaria de Melides	-
3	Igreja de Santa Margarida, paroquial de Santa Margarida da Serra, incluindo património integrado	A
4	Ermida de São Domingos	A
5	Igreja de S. Sebastião	A
6	Ermida de Nossa Senhora da Penha de França	A
7	Ermida de S. Barnabé	A
8	Convento dos Agostinhos Descalços	A
9	Igreja de Nossa Senhora de Azinheira dos Barros	A
10	Ermida de Stª. Maria do Viso	A
11	Igreja de S. Jorge	-
12	Igreja de S. Pedro de Melides	A
13	Ermida de Santa Marinha	A
14	Ermida de Nossa Senhora de Troia	-
15	Lagar Dias, provável Ermida de São João Batista	A
16	Cine Teatro Grandolense	A
17	Sport Club grandolense	-
18	Antigos Paços do Concelho	-
19	Antigo Hospital, Sede da Música Velha	-
20	Edifício Jacinto Nunes - Paços do Concelho	-
21	Edifício Freyões Metello	-
22	Edifício António Inácio da Cruz	-
23	Edifício Alves Serrano	-
24	Residência de José Luís Alves e Inácia Alves dos Santos	-
25	Casa Chainho Barradas	-
26	Casa Barradas	-
27	Antiga CERCI	-
28	Junta de freguesia e habitação n.º20-21	-
29	Mercado Municipal de Grândola	-
30	Coreto	-
31	Estação de Caminho de Ferro de Grândola	-
32	Edifício de Habitação e Comércio,Rua D. João de Deus	-
33	Edifício de Habitação e Comércio,Rua D. Nuno	-
34	Edifício Família Cabrita	-
35	Edifício dos CTT	-
36	Escola Agrícola e Industrial António Inácio da Cruz	-
37	Escola Básica do 1.º ciclo de Grândola	-
38	Lagar e Colégio D. Jorge	-
39	Farmácia Baptista Limpo	-
40	Farmácia Pablo	-
41	Central Elétrica	-
42	Casa Vaz Pontes	-
43	Praça da República	-
44	Biblioteca Municipal de Grândola	-
45	Avenida Jorge de Vasconcelos Nunes	-
46	Chafariz da Fonte da Apaulinha	-
47	Escola Primária do 1.º ciclo de Aldeia do Futuro	-
48	Escola Primária do 1.º ciclo de Ameiras de Cima	-
49*	Escola Primária das Barradas	-
50*	Escola Primária das Botelhas ou Boiças	-
51*	Escola Primária de Vale de Coelheiros	-
52*	Escola Primária dos Brejos das Bicas	-
53*	Escola Primária dos Mosqueirões	-
54*	Escola Primária do Viso	-
55	Escola Primária do 1.º ciclo de Aldeia Nova de S. Lourenço	-
56	Escola Primária dos Cadoços	-
57*	Escola Primária das Sesmarias das Moças	-
58	Escola Primária da Silha do Pascoal	-
59	Escola Primária do 1.º ciclo de Água Derramada	-
60	Fontanário (Santa Margarida da Serra)	-
61	Escola Primária (Santa Margarida da Serra)	-
62	Muros de Taipa (Santa Margarida da Serra)	-
63	Fontinha de Azinheira de Barros	-
64	Poço Bomba de Azinheira de Barros	-
65	Escola Primária de Azinheira dos Barros	-
66*	Aniza	-
67*	Escola Primária da Parreirinha	-
68*	Escola Primária de Miranda	-
69	Mercado do Lousal	-
70	Escola Primária e Telescola do Lousal	-
71	Escola Primária do Lousal	-
72	Ex Moagem de Melides	-
73	Fonte dos Olhos	-
74	Casa da Família Sabido	-
75	Casa da Praça Velha	-
76	Núcleo da Rua do Guerreiro	-
77	Casa da Rua do Guerreiro	-
78	Casa da Rua Direita	-
79	Escola Primária e Telescola de Melides	-
80*	Escola Primária do Moinho de Vau	-

81	Escola Primária de Vale Figueira	-
82*	Escola Primária da Boavista	-
83*	Escola Primária Fonte do Cortiço	-
84	Escola Primária da Queimada	-
85*	Escola Primária das Fontainhas	-
86	Mina da Caveira – instalações industriais	-
87	Complexo Mineiro do Lousal	-
88	Rede Molinológica do Município	-
88	Moinho de Mascarenhas 1	
89	Moinho de Mascarenhas 2	
90	Moinho da Piteira	
91	Moinho de Pero Gaita	
92	Moinho do Roubão	
93	Moinho do Vasquinho	
94	Moinho da Tojeira	
95	Moinho do Pisão	
96	Moinho do Zambujeiro	
97	Moinho da Ameira 1	
98	Moinho da Ameira 2	
99	Moinho do Borbolegão	
100	Moinho da Ponte	
101	Moinho da Vinha	
102	Moinho da Diabróira	
103**	Moinho de Baixo	
104	Moinho de Pisão do Freixo	
105**	Moinho de Enxota Tordos	
106	Moinho da Várzea	
107	Moinho da Mangacha	
108	Moinho da Represa	
109	Moinho da Castelhana	
110	Moinho da Adega	
111	Moinho da Estrada	
112	Moinho do Pego da Aderneira	
113	Moinho de Vale Carvalho	
114	Moinho do Açude	
115	Moinho de Cima	
116	Moinho do Meio	
117	Moinho Novo	
118	Moinho Velho	
119**	Moinho do Vau	
120	Moinho das Canas	
121	Moinho do Samoucal	
122	Moinho da Bica	
123	Moinho de Maré de Tróia	
124**	Moinho da Atalaia do Viso	
125**	Moinho das Fontainhas	
126**	Moinho dos Murtais	
127**	Moinho da Corte Cerrada	
128**	Moinho da Cerca da Vinha	
129	Moinho do Rosmaninhal	
130	Moinho da Aldeia	
131	Moinho dos Bacelos	
132**	Moinho Velho de Vale Figueira	
133**	Moinho Novo de Vale Figueira	
134	Moinho da Boavista	
135**	Moinho de Vale Abroteal	
136**	Moinho da Marrã de Cima	
137**	Moinho da Marrã do Meio	
138**	Moinho da Casa Branca	
139**	Moinho da Nespereira	

PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

Monumento ou Imóvel de:

- Interesse Nacional
- Interesse Público
- Interesse Municipal

PATRIMÓNIO EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

Monumento ou Imóvel:

- Em Vias de Classificação [como I.I.P.]
- Zona Especial de Proteção
- Zona Geral de Proteção
- Zona Non Aedificandi

OUTROS VALORES PATRIMONIAIS

Património Arqueológico

- Património Arqueológico
- Património Subaquático

Património Arquitetónico

- Património Arquitetónico
- Património Arquitetónico - Área
- Moinhos

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Aglomerados [Urbanos / Rurais / AED's]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Principal (IP)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª CORREÇÃO MATERIAL

PLANTA DE ORDENAMENTO

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL;
Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: 0 — 500 — 1.000 m

escala numérica: **1/25000**

nº desenho: **6.4**

formato: **A0 - 841x1189**

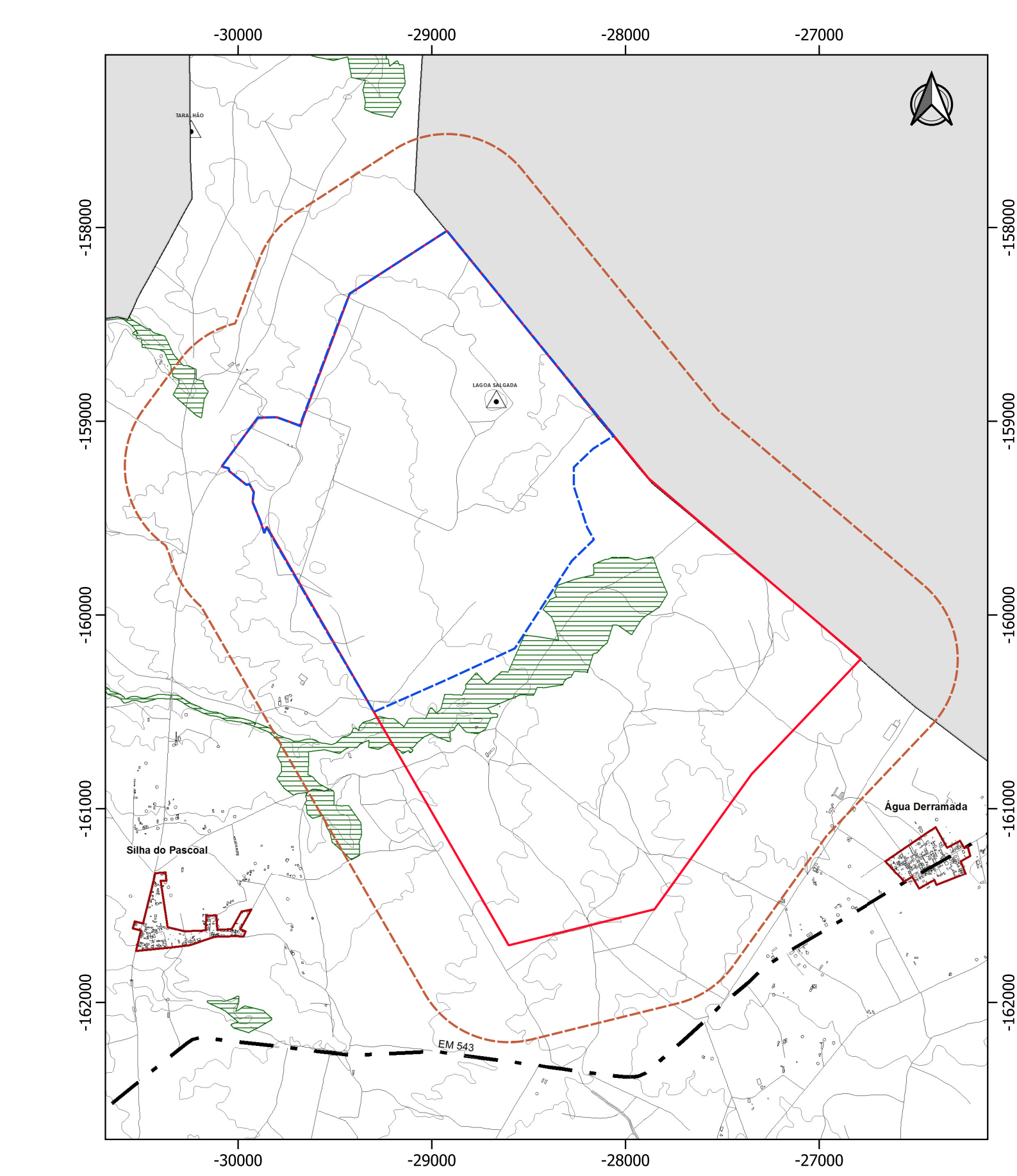
data: **Janeiro 2018**

ficheiro

coordenação	elaboração	verificação
CMG	**Câmara Municipal de Grândola**	**Câmara Municipal de Grândola**

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do art. 16.º e do nº1 art. 19.º da "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA MUNICÍPIO



Mina da Lagoa Salgada

Enquadramento - PDM
PC - REN, RAN, RN2000, RNES, AHO

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

Escala:
1:25 000

DPU/DPP/SP/SIG

Abril 2025

Legenda

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

REN

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

RAN

ÁREAS CLASSIFICADAS

Áreas Protegidas

Reserva Natural do Estuário do Sado [RNES]

Rede Natura 2000

Sítio de Interesse Comunitário [SIC]
- Estuário do Sado (PTCON0011)
- Comporta/Galé (PTCON0034)

Zona de Proteção Especial [ZPE]
- Estuário do Sado (PTZPE0011)

Outras

Sítio Ramsar do Estuáro do Sado (3PT007)

APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA

Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas

Perímetro de Rega

Infraestruturas de Rega

Áreas a ser objeto de exclusão do AHO

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Zona de Elevada Pressão Turística

BASE CARTOGRÁFICA

Limite da Área do Município [CAOP 2016]

Limite de Freguesia [CAOP 2016]

Edificado

Oceano

Curva de Nível [equidistância 10m]

Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

Auto-Estrada (AE)

Itinerário Principal (IP)

Itinerário Complementar (IC)

Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP

Estrada Regional (ER)

Estradas Municipais (EM)

Caminhos Municipais

Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

Via-Férrea

1ª CORREÇÃO MATERIAL

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª Alteração

PLANTA DE CONDICIONANTES

REN, RAN, RN2000, RNES, AHO

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL; Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m 0 500 1.000

escala numérica: **1/25000**

nº desenho:

formato:

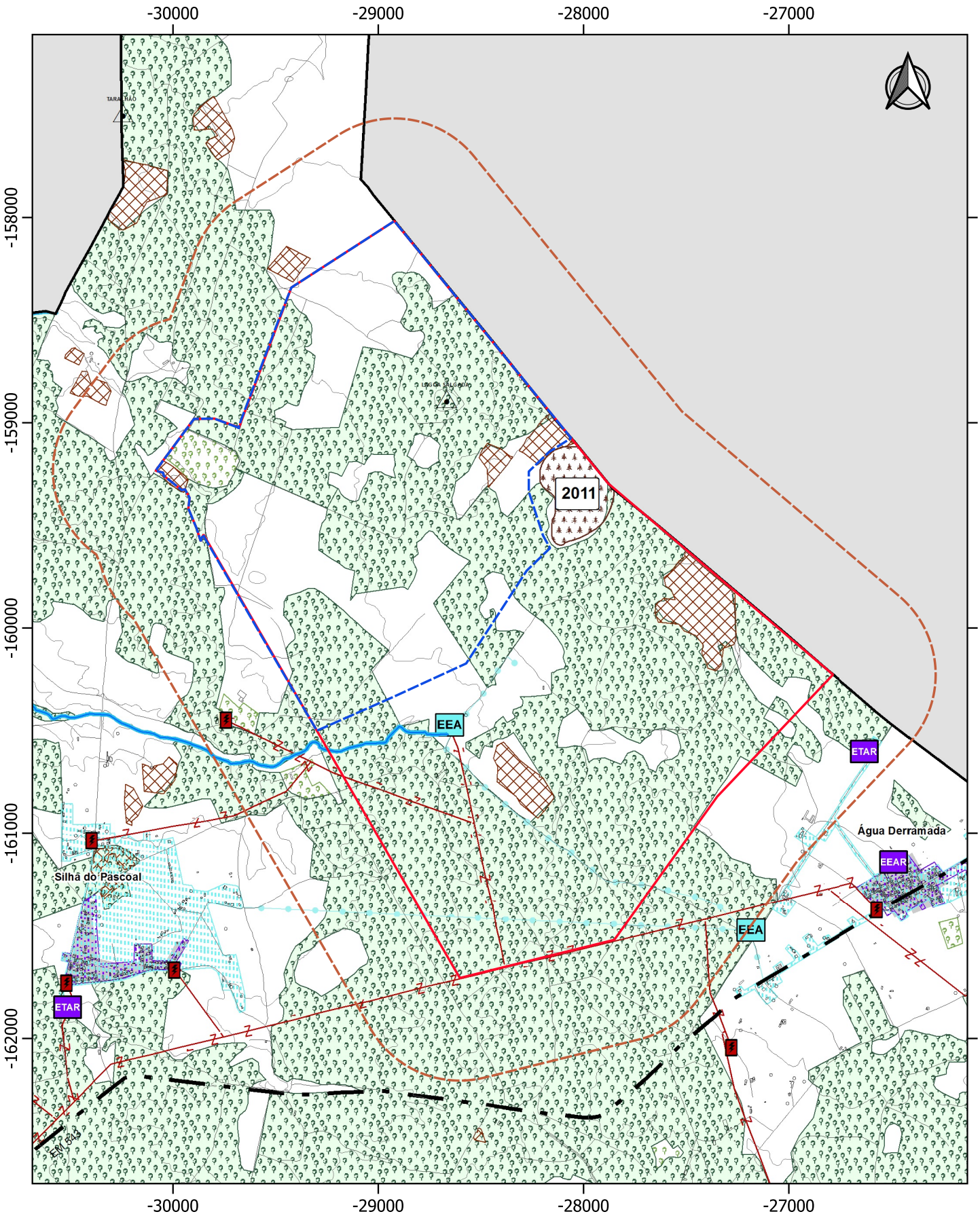
data: **dezembro de 2024**

ficheiro:

coordenação	elaboração	verificação
CMG	**Câmara Municipal de Grândola**	**Câmara Municipal de Grândola**

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do art. 16.º e do nº 1 art. 78.º da "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA MUNICÍPIO



Mina da Lagoa Salgada

Enquadramento - PDM
PC - Outras Condicionantes

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

DPU/DPP/SP/SIG

Escala:
1:25 000

Abril 2025

Legenda

RECURSOS NATURAIS

Recursos Hídricos

Águas do Mar

- Leito e Margem das Águas do Mar
- Limite de Jurisdição da Capitania dos Portos [Setúbal / Sines]

Restantes Águas

- Curso de água navegável e flutuável sujeito à jurisdição das autoridades portuárias (APSS)
- Leito e Margem das Águas Fluviais
- Lagoas e Lagos e respetivos Leitos, Margens e Faixas de Proteção
- Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes

Recursos Geológicos

- Exploração de Massas Minerais

Recursos Agrícolas e Florestais

- Povoamentos de Oliveiras
- Povoamentos de Sobreiros ou Azinheiras
- Árvores de Interesse Público
- Povoamentos Florestais percorridos por Incêndios [2010 e 2011]
- Perigosidade de Incêndio [Muito Elevada e Elevada]

PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

Património Arquitetónico e Arqueológico

- Zona Geral de Proteção
- Zona Especial de Proteção
- Zona non aedificandi

* (n) Património Arquitetónico
(n) Património Arqueológico

MN
(1) Ruínas de Tróia

IIP
(2) Necrópole de cistas das Casas Velhas
(3) Dólmen da Pedra Branca
(4) Monumento Megalítico da Pata do Cavalo
(5) Monumento Megalítico do Lousal
(6) Barragem Romana do Pego da Moura
(7) Sitio Arqueológico Romano do Cerrado do Castelo
(1) Igreja de Nossa Senhora da Assunção, matriz de Grândola

IIM
(8) Igreja de São Pedro
(9) Ruínas da Igreja de São Mamede do Sádão
(2) Olaria de Melides

IVC
(3) Igreja de Santa Maragarida, paroquial de Santa Margarida da Serra, incluindo património integrado

EQUIPAMENTOS

Estabelecimentos Prisionais

- EP — Estabelecimento Prisional do Pinheiro da Cruz
- Zona de Proteção do Estabelecimento Prisional do Pinheiro da Cruz

Defesa Nacional

- M — Marinha - Instalações Navais de Tróia
- Zona de Proteção das Instalações Navais de Tróia

INFRAESTRUTURAS

Abastecimento de Água

- EEA — Estação elevatória e reservatório
- ETA — Estação de tratamento de água
- Conduta adutora
- Área servida por abastecimento de água

Drenagem de Águas Residuais

- EEAR — Estação elevatória de águas residuais
- ETAR — Estação de tratamento de águas residuais
- Área servida por drenagem de águas residuais

Rede Elétrica

- Infraestrutura de transporte de energia elétrica [MAT 400 kV | AT 150 kV]
- Infraestrutura de distribuição de energia elétrica [AT 60 kV | MT 30 | MT 15 kV]
- Zona de Servidão da Rede Elétrica [MAT 400 kV | MAT 150 kV | AT 60 kV]
- Infraestrutura de transformação de energia elétrica
- Subestação

Gasoduto e Oleoduto

- Servidão Gasoduto/Oleoduto

Rede Rodoviária

- Zona de Servidão non aedificandi da RRN

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Principal (IP)
- Itinerário Complementar (IC)
- Ligações aos nós dos IP/ IC
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

GEODÉSICA

- Vértices Geodésicos

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Aglomerados [Urbanos / Rurais / AED's]
- Unidade Operativa de Planeamento e Gestão [UOPG]
- Edificado
- Oceano
- Cursos de Água Principais
- Curva de Nível [equidistância 10m]

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª CORREÇÃO MATERIAL

PLANTA DE CONDICIONANTES

OUTRAS CONDICIONANTES

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL;
Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m — 0 — 500 — 1.000

escala numérica	nº desenho
1/25000	8.1

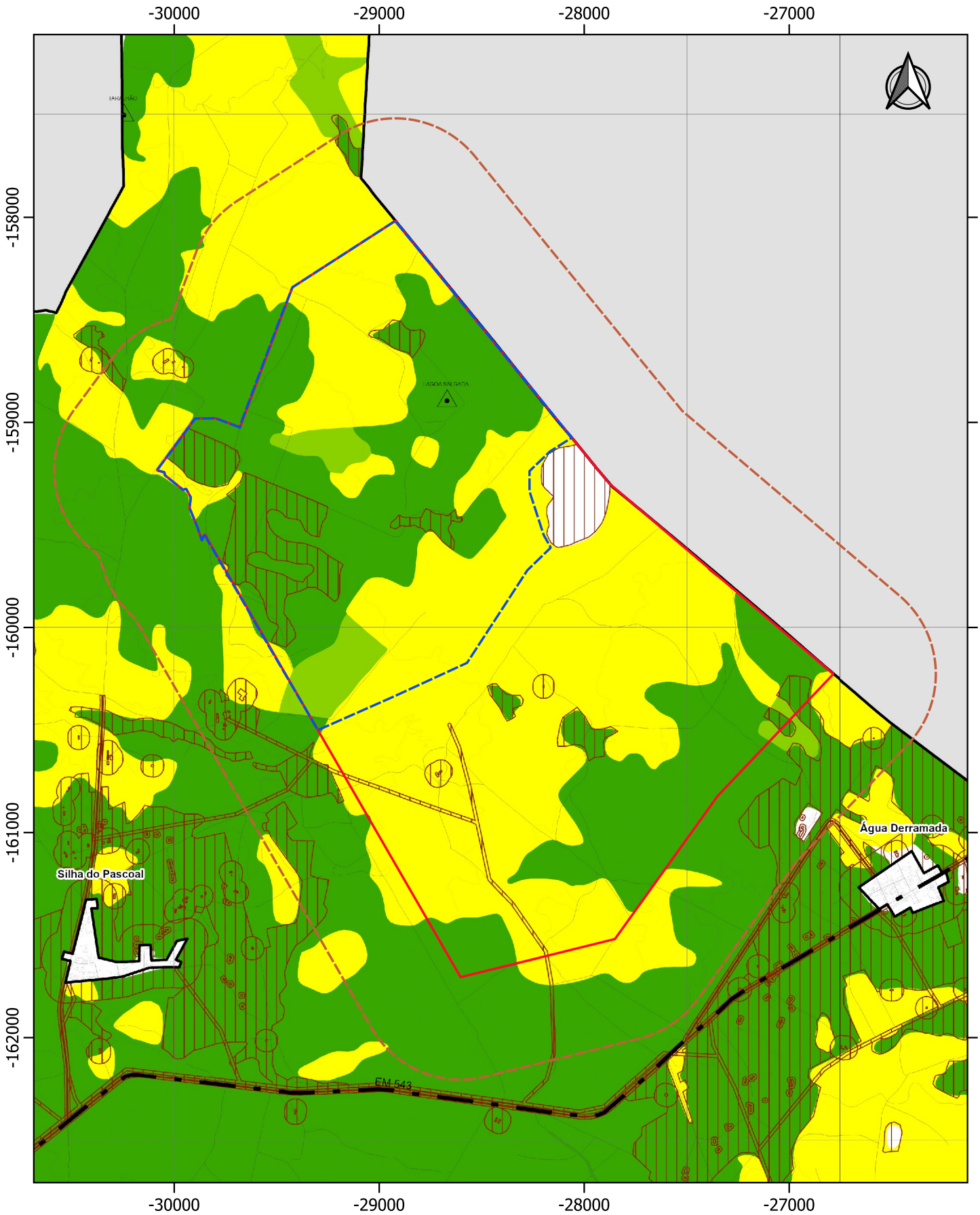
formato	data
A0 - 841x1189	Janeiro 2018

ficheiro

coordenação	elaboração	verificação
CMG	Câmara Municipal de Grândola	Câmara Municipal de Grândola

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do art. 16.º e do nº 1 art. 19.º do "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos"; não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.



Mina da Lagoa Salgada

Enquadramento - PMDFCI em vigor
Perigosidade de Incêndio Florestal

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

Escala:
1:25 000

DPU/DPP/SP/SIG

Abril 2025

Legenda

PMDFCI em vigor

Perigosidade de Incêndio Florestal

- Muito Baixo
- Baixo
- Moderado
- Elevado
- Muito Elevado

FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUTÍVEL

Redes de Faixas de Gestão de Combustível [FGC]

- Rede elétrica em M.A.T.
- Rede elétrica em A.T.
- Rede elétrica em M.T.
- Rede ferroviária
- Gasoduto/oleoduto
- Rede viária florestal
- Parque de campismo
- Área edificada consolidada
- Faixa de proteção ao edificado de 50 m
- Faixa de proteção ao edificado de 10 m
- MPGC

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Principal (IP)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO
FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

fase: **Aprovado em Agosto de 2024**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL;
Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m 0 500 1.000

escala numérica	nº desenho
1/25000	4.1

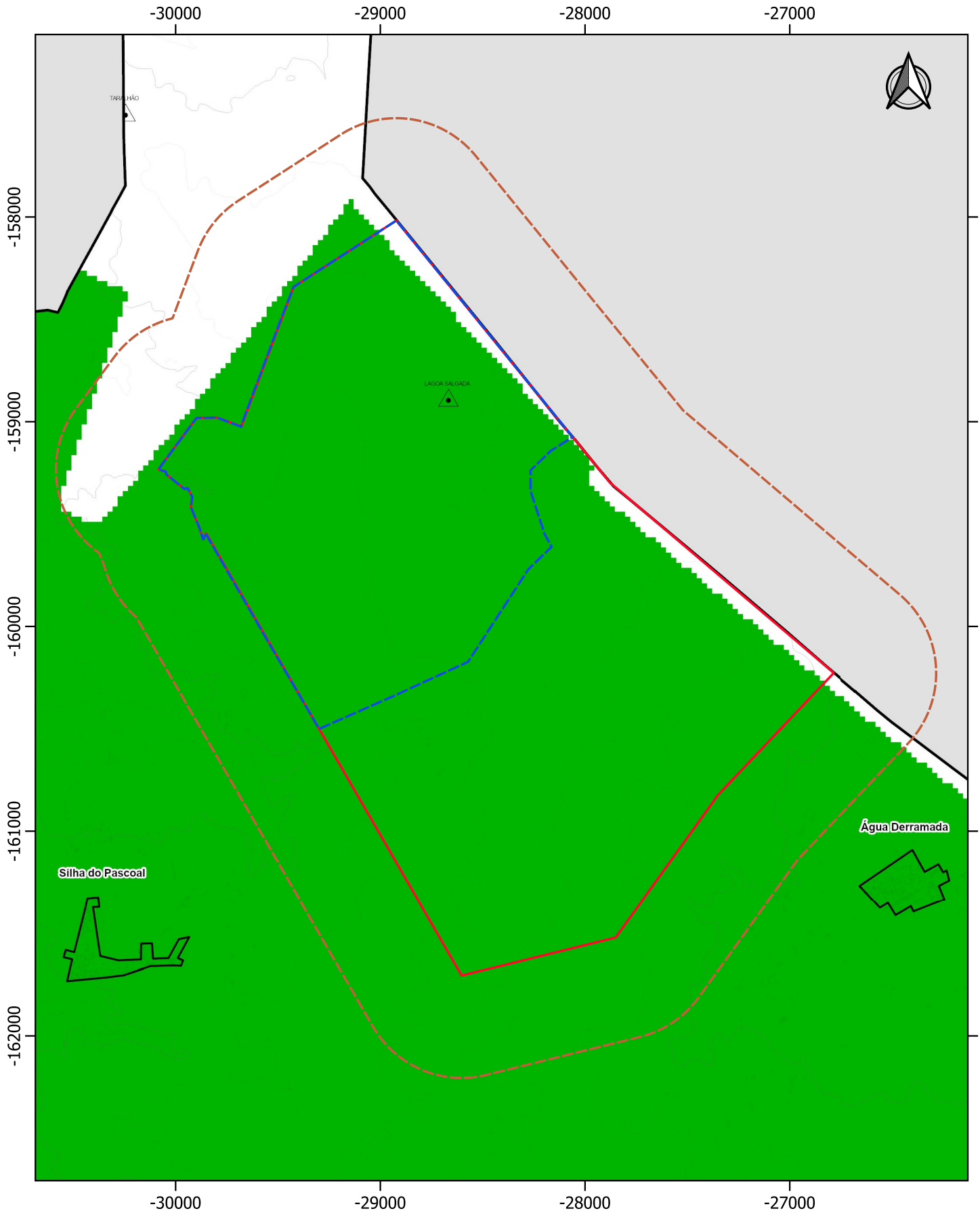
formato	data
A0 - 841x1189	Agosto 2024

ficheiro

coordenação	elaboração	verificação
CMG	Câmara Municipal de Grândola	Câmara Municipal de Grândola

A informação temática contida neste desenho é propriedade inteletual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º1 do art. 16.º e do n.º1 art. 19.º do "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA MUNICÍPIO



Mina da Lagoa Salgada

Enquadramento - PDM
PO - Planta Ruído LN

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

GRÂNDOLA
MUNICÍPIO

Escala:
1:25 000

DPU/DPP/SP/SIG

Abril 2025

Legenda

Indicador Ln (escala de cores APA, 2011)

- Ln ≤ 45
- 45 < Ln ≤ 50
- 50 < Ln ≤ 55
- 55 < Ln ≤ 60
- Ln > 60 dB(A)

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Aglomerados [Urbanos / Rurais / AED's]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª CORREÇÃO MATERIAL

MAPA DE RUÍDO

Indicador de Ln

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL;
Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m 0 500 1.000

escala numérica: **1/25000**

nº desenho: **12b.5**

formato: **A0 - 841x1189**

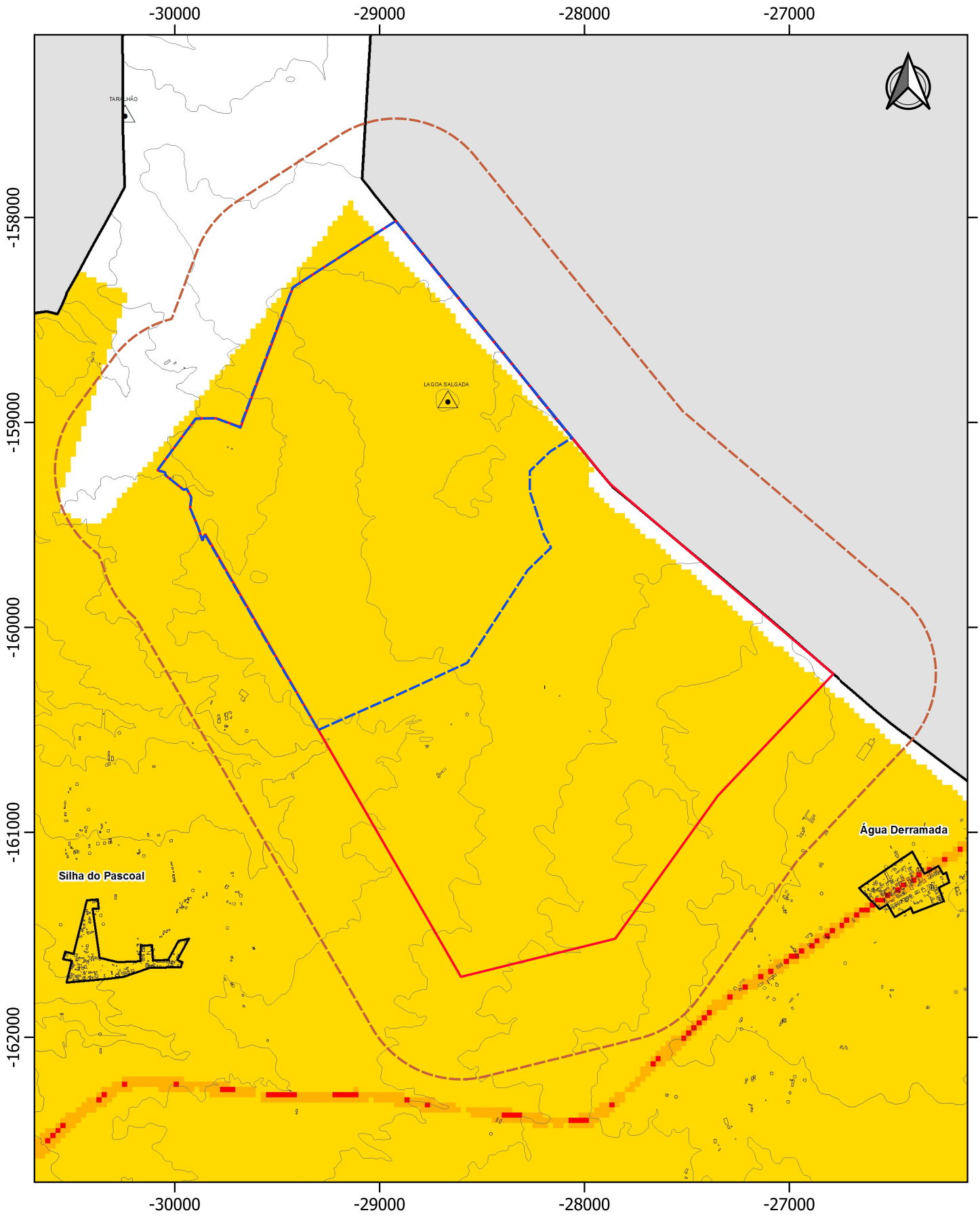
data: **Janeiro 2018**

ficheiro

coordenação	elaboração	verificação
CMG	**Câmara Municipal de Grândola**	**Câmara Municipal de Grândola**

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º1 do art. 16.º e do n.º 1 art. 19.º do "Código do Direito do Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado

GRÂNDOLA MUNICÍPIO



Mina da Lagoa Salgada

Enquadramento - PDM
PO - Planta Ruido Lden

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

DPU/DPP/SP/SIG

Escala:
1:25 000

Abril 2025

Legenda

Indicador Lden (escala de cores APA, 2011)

- Lden ≤ 55
- 55 < Lden ≤ 60
- 60 < Lden ≤ 65
- 65 < Lden ≤ 70
- Lden > 70 dB(A)

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Aglomerados [Urbanos / Rurais / AED's]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª CORREÇÃO MATERIAL

MAPA DE RUÍDO

Indicador de Lden

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL;
Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m 0 500 1.000

escala numérica: 1/25000

nº desenho: **12a.5**

formato: **A0 - 841x1189**

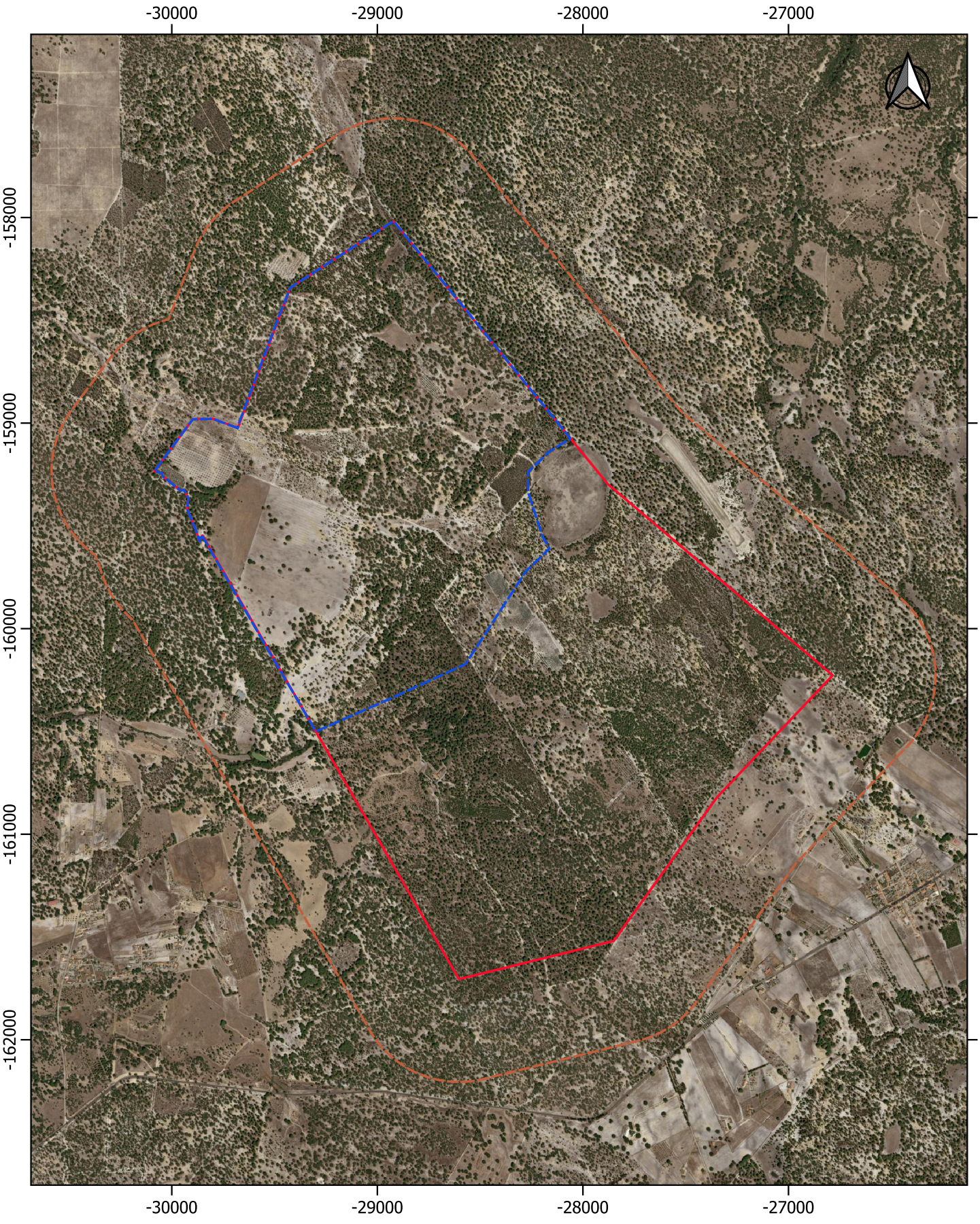
data: **Janeiro 2018**

ficheiro

coordenação	elaboração	verificação
CMG	Câmara Municipal de Grândola	Câmara Municipal de Grândola

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do art. 16.º e do n.º1 art. 15.º do "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.



Mina da Lagoa Salgada

Planta Localização

Legenda:

- Área de Estudo base (AEb)
- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)

Sistema Referência Geográfica:
ETRS89 PTTM06

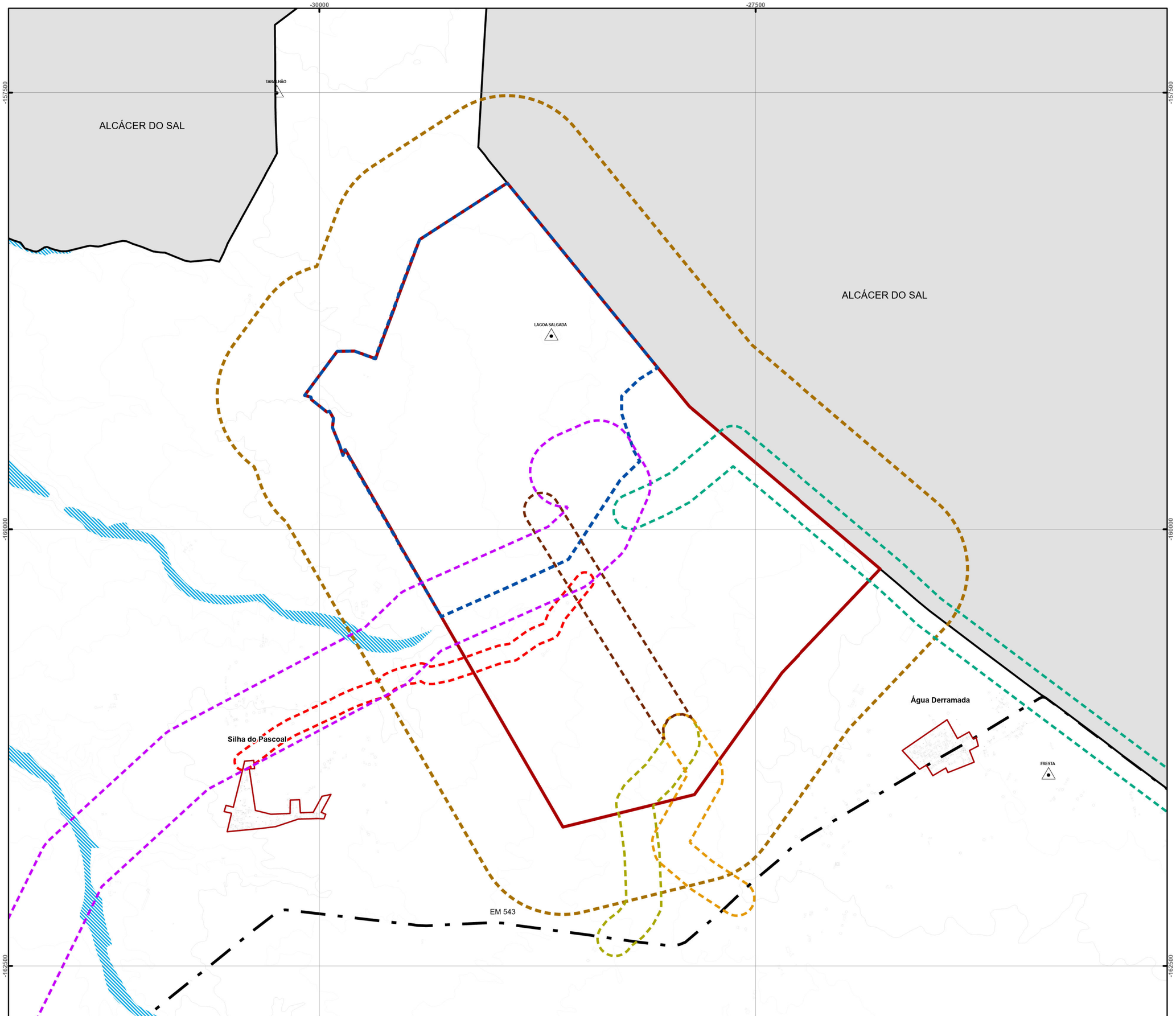
GRÂNDOLA
MUNICÍPIO

DPU/DPP/SP/SIG

Escala:
1:25 000

Abril 2025

ANEXO 3



1 2 3 4 5

Legenda

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

> FUNDAMENTAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Áreas Protegidas e Sítios Ramsar

- Reserva Natural do Estuário do Sado
- Sítio Ramsar do Estuário do Sado (3PT007)

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Prioritários em associação com Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)
- Zona de Proteção Especial [ZPE]
  - Estuário do Sado (PTZPE0011)

Outras

- REN
- Povoamentos de Sobreiros ou Azinheiras

Áreas de Conetividade

- Cursos de Água e Respetivos Leitos e Margens (Domínio Público Hídrico)
- Áreas Contíguas aos Cursos de Água

> PRINCIPAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)

Outras

- RAN
- Cabeceiras dos Cursos de Água
- Solos de Elevado Valor Ecológico
- Povoamentos Mistos de Pinheiro Manso e Sobro
- Áreas com declive superior a 25%

Áreas de Conetividade

- Rede Hidrográfica de Conetividade

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

PROJETO DA MINA DA LAGOA SALGADA

- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)
- Área de Estudo base (AEb)

Corredores de Estudo

Adução de Água (Ad.Ag.)

- Troço Comum (Ad.Ag.tc)
- Troço Alternativa 1 (Ad.Ag.tA1)
- Troço Alternativa 2 (Ad.Ag.tA2)

Linha Elétrica (LE)

- Corredor LE (C.LE.)

Acessos (Ac.)

- Principal - Troço Comum (Ac.P.tc)
- Principal - Troço Alternativa 1 (Ac.P.tA1)
- Principal - Troço Alternativa 2 (Ac.P.tA2)
- Secundário (C.Ac.Sec.)

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª ALTERAÇÃO

PLANTA DE ORDENAMENTO

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL; Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98; Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008; Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000; Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria; Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: 0 500 1.000 m

escala numérica: **1/20 000**

nº desenho: **2.3**

formato: **A3 - 297x420**

data: **janeiro 2018**

data: **abril 2025**

coordenação	elaboração	verificação
CMG	**Câmara Municipal de Grândola**	**Câmara Municipal de Grândola**

A informação contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1do art. 167 e do nº 1 e art. 181 do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos , não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

-30000
-27500
-157500
-160000
-162500

ALCÁCER DO SAL
TARULHÃO
ALCÁCER DO SAL
CASA SALGADA
Água Derramada
FIGUEIRA
Silha do Pascoal
EM 543

1 2 3 4 5

Legenda

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

> FUNDAMENTAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Áreas Protegidas e Sítios Ramsar

- Reserva Natural do Estuário do Sado
- Sítio Ramsar do Estuário do Sado (3PT007)

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Prioritários em associação com Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)
- Zona de Proteção Especial [ZPE]
  - Estuário do Sado (PTZPE0011)

Outras

- REN
- Povoamentos de Sobreiros ou Azinheiras

Áreas de Conetividade

- Cursos de Água e Respetivos Leitos e Margens (Domínio Público Hídrico)
- Áreas Contíguas aos Cursos de Água

> PRINCIPAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)

Outras

- RAN
- Cabeceiras dos Cursos de Água
- Solos de Elevado Valor Ecológico
- Povoamentos Mistos de Pinheiro Manso e Sobro
- Áreas com declive superior a 25%

Áreas de Conetividade

- Rede Hidrográfica de Conetividade

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

PROJETO DA MINA DA LAGOA SALGADA

- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)
- Área de Estudo base (AEb)

Corredores de Estudo

Adução de Água (Ad.Ag.)

- Troço Comum (Ad.Ag.tc)
- Troço Alternativa 1 (Ad.Ag.tA1)
- Troço Alternativa 2 (Ad.Ag.tA2)

Linha Elétrica (LE)

- Corredor LE (C.LE.)

Acessos (Ac.)

- Principal - Troço Comum (Ac.P.tc)
- Principal - Troço Alternativa 1 (Ac.P.tA1)
- Principal - Troço Alternativa 2 (Ac.P.tA2)
- Secundário (C.Ac.Sec.)

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª ALTERAÇÃO

PLANTA DE ORDENAMENTO

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL; Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MAP) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: 0 500 1.000 m

escala numérica: **1/20 000**

nº desenho: **2.3**

formato: **A3 - 297x420**

data: **janeiro 2018**

data: **abril 2025**

coordenação	elaboração	verificação
CMG	Câmara Municipal de Grândola	Câmara Municipal de Grândola

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais desta projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do art. 18º e do nº1 e nº. 56º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA

-30000
-27500
-157500
-160000
-162500

ALCÁCER DO SAL
ALCÁCER DO SAL
TARULHÃO
LAGOA SALGADA
Silha do Pascoal
Água Derramada
FRESTA
EM 543

1
2
3
4
5

Legenda

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

> FUNDAMENTAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Áreas Protegidas e Sítios Ramsar

- Reserva Natural do Estuário do Sado
- Sítio Ramsar do Estuário do Sado (3PT007)

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Prioritários em associação com Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)
- Zona de Proteção Especial [ZPE]
  - Estuário do Sado (PTZPE0011)

Outras

- REN
- Povoamentos de Sobreiros ou Azinheiras

Áreas de Conetividade

- Cursos de Água e Respetivos Leitos e Margens (Domínio Público Hídrico)
- Áreas Contíguas aos Cursos de Água

> PRINCIPAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)

Outras

- RAN
- Cabeceiras dos Cursos de Água
- Solos de Elevado Valor Ecológico
- Povoamentos Mistos de Pinheiro Manso e Sobro
- Áreas com declive superior a 25%

Áreas de Conetividade

- Rede Hidrográfica de Conetividade

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

PROJETO DA MINA DA LAGOA SALGADA

- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)
- Área de Estudo base (AEb)

Corredores de Estudo

Adução de Água (Ad.Ag.)

- Troço Comum (Ad.Ag.tc)
- Troço Alternativa 1 (Ad.Ag.tA1)
- Troço Alternativa 2 (Ad.Ag.tA2)

Linha Elétrica (LE)

- Corredor LE (C.LE.)

Acessos (Ac.)

- Principal - Troço Comum (Ac.P.tc)
- Principal - Troço Alternativa 1 (Ac.P.tA1)
- Principal - Troço Alternativa 2 (Ac.P.tA2)
- Secundário (C.Ac.Sec.)

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª ALTERAÇÃO

PLANTA DE ORDENAMENTO

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL; Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MAP) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m 0 500 1.000

escala numérica: **1/20 000**

nº desenho: **2.3**

formato: **A3 - 297x420**

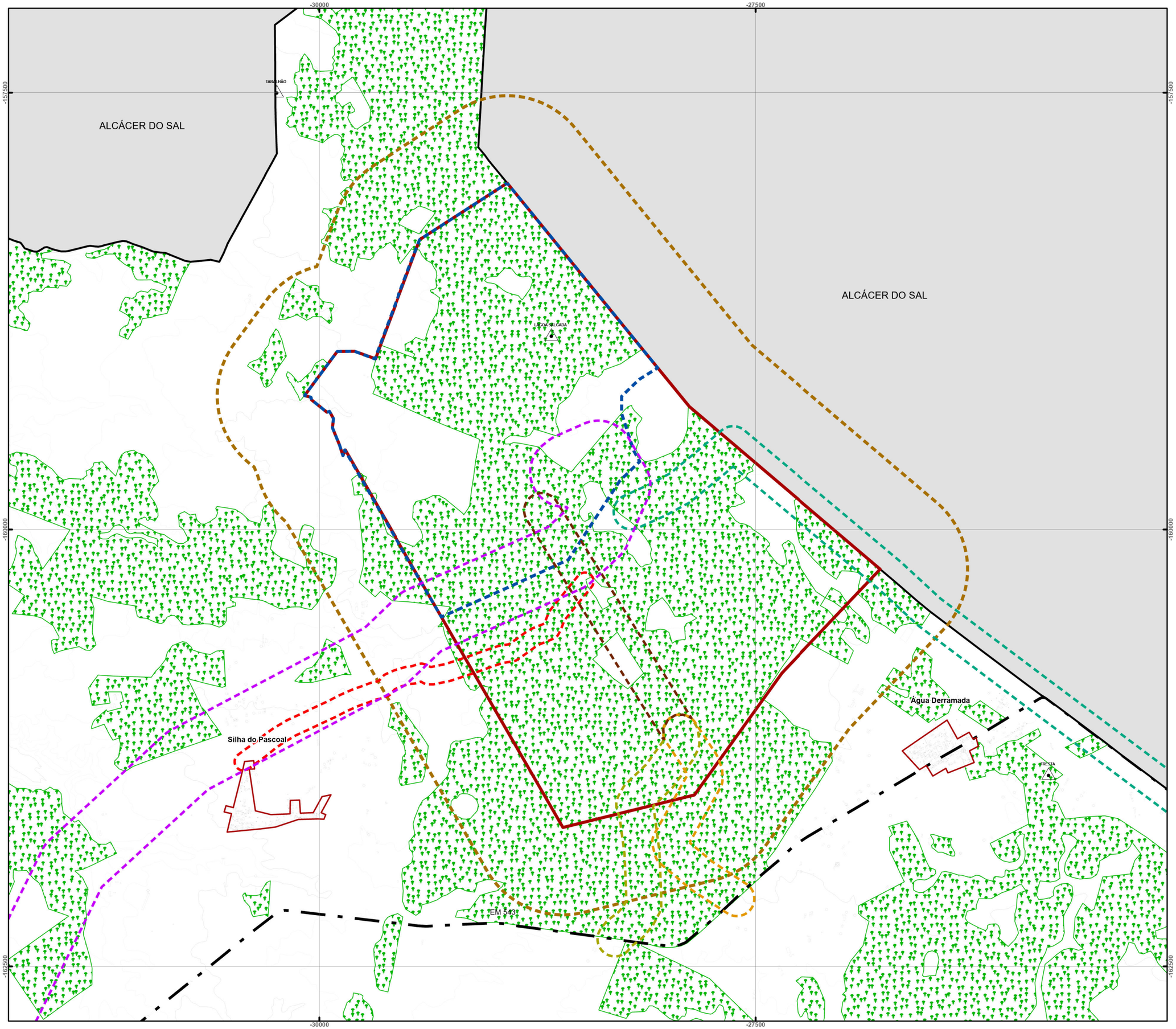
data: **janeiro 2018**

data: **abril 2025**

coordenação	elaboração	verificação
CMG	Câmara Municipal de Grândola	Câmara Municipal de Grândola

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do art. 18º e do nº1 e nº. 56º do "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito e não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA





Legenda

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

> FUNDAMENTAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Áreas Protegidas e Sítios Ramsar

- Reserva Natural do Estuário do Sado
- Sítio Ramsar do Estuário do Sado (3PT007)

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Prioritários em associação com Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)
- Zona de Proteção Especial [ZPE]
  - Estuário do Sado (PTZPE0011)

Outras

- REN
- Povoamentos de Sobreiros ou Azinheiras

Áreas de Conetividade

- Cursos de Água e Respetivos Leitos e Margens (Domínio Público Hídrico)
- Áreas Contíguas aos Cursos de Água

> PRINCIPAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)

Outras

- RAN
- Cabeceiras dos Cursos de Água
- Solos de Elevado Valor Ecológico
- Povoamentos Mistos de Pinheiro Manso e Sobro
- Áreas com declive superior a 25%

Áreas de Conetividade

- Rede Hidrográfica de Conetividade

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

PROJETO DA MINA DA LAGOA SALGADA

- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)
- Área de Estudo base (AEb)

Corredores de Estudo

Adução de Água (Ad.Ag.)

- Troço Comum (Ad.Ag.tc)
- Troço Alternativa 1 (Ad.Ag.tA1)
- Troço Alternativa 2 (Ad.Ag.tA2)

Linha Elétrica (LE)

- Corredor LE (C.LE.)

Acessos (Ac.)

- Principal - Troço Comum (Ac.P.tc)
- Principal - Troço Alternativa 1 (Ac.P.tA1)
- Principal - Troço Alternativa 2 (Ac.P.tA2)
- Secundário (C.Ac.Sec.)

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª ALTERAÇÃO

PLANTA DE ORDENAMENTO

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL; Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98; Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008; Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000; Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria; Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m 0 500 1.000

escala numérica: **1/20 000**

nº desenho: **2.3**

formato: **A3 - 297x420**

data: **janeiro 2018**

data: **abril 2025**

coordenação	elaboração	verificação
CMG	Câmara Municipal de Grândola	Câmara Municipal de Grândola

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do art. 15º e do nº 1 art. 53º do "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos". Não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

-30000
-27500
-157500
-160000
-162500

ALCÁCER DO SAL
ALCÁCER DO SAL
TARULHÃO
LAGOA SALGADA
Silha do Pascoal
Água Derramada
FRESTA
EM 543

1
2
3
4
5

Legenda

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

> FUNDAMENTAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Áreas Protegidas e Sítios Ramsar

- Reserva Natural do Estuário do Sado
- Sítio Ramsar do Estuário do Sado (3PT007)

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Prioritários em associação com Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)
- Zona de Proteção Especial [ZPE]
  - Estuário do Sado (PTZPE0011)

Outras

- REN
- Povoamentos de Sobreiros ou Azinheiras

Áreas de Conetividade

- Cursos de Água e Respetivos Leitos e Margens (Domínio Público Hídrico)
- Áreas Contíguas aos Cursos de Água

> PRINCIPAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)

Outras

- RAN
- Cabeceiras dos Cursos de Água
- Solos de Elevado Valor Ecológico
- Povoamentos Mistos de Pinheiro Manso e Sobro
- Áreas com declive superior a 25%

Áreas de Conetividade

- Rede Hidrográfica de Conetividade

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

PROJETO DA MINA DA LAGOA SALGADA

- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)
- Área de Estudo base (AEb)

Corredores de Estudo

Adução de Água (Ad.Ag.)

- Troço Comum (Ad.Ag.tc)
- Troço Alternativa 1 (Ad.Ag.tA1)
- Troço Alternativa 2 (Ad.Ag.tA2)

Linha Elétrica (LE)

- Corredor LE (C.LE.)

Acessos (Ac.)

- Principal - Troço Comum (Ac.P.tc)
- Principal - Troço Alternativa 1 (Ac.P.tA1)
- Principal - Troço Alternativa 2 (Ac.P.tA2)
- Secundário (C.Ac.Sec.)

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª ALTERAÇÃO

PLANTA DE ORDENAMENTO

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL; Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98;
Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008;
Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000;
Exatidão Posicional (MAP) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria;
Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: m 0 500 1.000

escala numérica: **1/20 000**

nº desenho: **2.3**

formato: **A3 - 297x420**

data: **janeiro 2018**

data: **abril 2025**

coordenação	elaboração	verificação
CMG	Câmara Municipal de Grândola	Câmara Municipal de Grândola

A informação temática contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais desta projeto, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do art. 18º e do nº1 e nº. 56º do "Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos", não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito e não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA

-30000
-27500
-157500
-160000
-162500

ALCÁCER DO SAL

TARULHÃO

LAGOA SALGADA

Silha do Pascoal

Água Derramada

FRESTA

EM 543

1
2
3
4
5

Legenda

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

> FUNDAMENTAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Áreas Protegidas e Sítios Ramsar

- Reserva Natural do Estuário do Sado
- Sítio Ramsar do Estuário do Sado (3PT007)

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Prioritários em associação com Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)
- Zona de Proteção Especial [ZPE]
  - Estuário do Sado (PTZPE0011)

Outras

- REN
- Povoamentos de Sobreiros ou Azinheiras

Áreas de Conetividade

- Cursos de Água e Respetivos Leitos e Margens (Domínio Público Hídrico)
- Áreas Contíguas aos Cursos de Água

> PRINCIPAL

Áreas Nucleares

Áreas Classificadas

Rede Natura 2000

- Sítio de Interesse Comunitário [SIC] - Habitats Não Prioritários
  - Estuário do Sado (PTCON0011)
  - Comporta/Galé (PTCON0034)

Outras

- RAN
- Cabeceiras dos Cursos de Água
- Solos de Elevado Valor Ecológico
- Povoamentos Mistos de Pinheiro Manso e Sobro
- Áreas com declive superior a 25%

Áreas de Conetividade

- Rede Hidrográfica de Conetividade

BASE CARTOGRÁFICA

- Limite da Área do Município [CAOP 2016]
- Limite de Freguesia [CAOP 2016]
- Edificado
- Oceano
- Curva de Nível [equidistância 10m]
- Vértices Geodésicos

Rede Rodoviária

Existente

- Auto-Estrada (AE)
- Itinerário Complementar (IC)
- Estrada Nacional (EN) - Desclassificada sob jurisdição da IP
- Estrada Regional (ER)
- Estradas Municipais (EM)
- Caminhos Municipais
- Vias Urbanas e Caminhos Rurais

Prevista

- Vias Previstas (IP/IC)

Rede Ferroviária

- Via-Férrea

PROJETO DA MINA DA LAGOA SALGADA

- Área de Implantação (AI)
- Área Potencial de Intervenção (API)
- Área de Estudo base (AEb)

Corredores de Estudo

Adução de Água (Ad.Ag.)

- Troço Comum (Ad.Ag.tc)
- Troço Alternativa 1 (Ad.Ag.tA1)
- Troço Alternativa 2 (Ad.Ag.tA2)

Linha Elétrica (LE)

- Corredor LE (C.LE.)

Acessos (Ac.)

- Principal - Troço Comum (Ac.P.tc)
- Principal - Troço Alternativa 1 (Ac.P.tA1)
- Principal - Troço Alternativa 2 (Ac.P.tA2)
- Secundário (C.Ac.Sec.)

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

1ª ALTERAÇÃO

PLANTA DE ORDENAMENTO

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

fase: **Proposta Final**

Base Cartográfica

-Cartografia de Referência 1:10000 e 5/95 atualizada, propriedade da DGT/CIMAL; Homologação pela DGT a 07.09.2011, nº98; Sistema de Referência ETRS 1989 Portugal TM06, Datum D ETRS 1989

-Cartografia 1:10000 - Entidade Produtora Blom Portugal, Junho 2008; Série Cartográfica Oficial Carta de Portugal à escala 1:10000; Exatidão Posicional (MNT) 1,7 m altimetria e 1,5 m planimetria; Exatidão temática melhor ou igual a 95%

-Cartografia 5/95 atualizada - Entidade Produtora Blom Portugal, Julho 2010.

-PPN das saídas gráficas = 24,40 m

-CAOP 2016 - Entidade Produtora DGT.

escala gráfica: 0 500 1.000 m

escala numérica: **1/20 000**

nº desenho: **2.3**

formato: **A3 - 297x420**

data: **janeiro 2018**

data: **abril 2025**

coordenação	elaboração	verificação
CMG	**Câmara Municipal de Grândola**	**Câmara Municipal de Grândola**

A informação contida neste desenho é propriedade intelectual da CMG, titular dos direitos morais e patrimoniais deste projeto, ao abrigo do disposto na alínea f) do nº1do art. 167 e do nº 1 e art. 167 do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos , não podendo ser reproduzido ou usado para qualquer propósito a não ser o aqui indicado, sem prévia autorização.

GRÂNDOLA MUNICÍPIO

O JPC vem por este meio declarar a sua **profunda discordância** com o projeto mina Lagoa Salgada e o desenvolvimento traçado para esta região.

O estatuto PIN deste projeto foi concedido pela AICEP quatro dias depois de a proposta de definição do âmbito (PDA) ter sido apresentada. A Agência Portuguesa de Ambiente (APA), a quem foi remetido o PDA, na altura em questão, afirma que, no entanto, os conteúdos apresentados pelo promotor "carecem de aprofundamento". Enquanto o PDA foi reformulado a pedido da APA, a proponente faz agora querer acreditar que o projeto é benéfico para a zona - quer em termos de GEE, quer em termos de desenvolvimento socioecónomico. Tal narrativa é contra factual e é só possível devido à atenção à metodologia redutora, às lacunas de investigação e às infraestruturas que permanecem não contabilizadas nos estudos existentes propostos pela proponente.

Assim sendo, o projeto tal como está não apresenta externalidades específicas relacionadas à:

- Uma LAAT de 60 kV, de Lagoa Salgada, com um comprimento de aproximadamente 15,1 km. Os efeitos nocivos das redes de alta e muito alta tensão, apesar de serem sublinhados, são posteriormente amplamente ignorados. Esta LAAT irá alterar irremediavelmente todo um ecossistema e uma paisagem rural, penalizando os cidadãos que investiram as suas economias em unidades agrícolas turísticas, bem como em atividades paralelas. A beleza identitária da sua paisagem não é compatível com zonas alargadas de várias LAATs em proximidade.

Além disso, o estudo omite a mortalidade associada à linha de (muito) alta tensão. É inequívoco que a proximidade a linhas de (muito) alta tensão expõe os sujeitos a campos magnéticos e as linhas de (muito) alta tensão são a principal fonte de exposição pública a campos magnéticos. É por esta razão que a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro, e Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro) determina que não se podem instalar novas linhas de transporte e distribuição de eletricidade de alta tensão e muito alta tensão sobre zonas sensíveis, incluindo próximas de residências. Para mais, acontece que o índice de mortalidade decorrente das linhas de (muito) alta tensão, do choque de aves com as linhas e consequente eletrocução, é ainda maior do que o decorrente da mortalidade que ocorre num parque solar.

- Este projeto diz que se irá alimentar de energia solar e que irá fornecer energia verde às comunidades. Afirmam uma Unidade Para AutoConsumo (UPAC) de Produção elétrica renovável, com um projeto solar fotovoltaico de potência instalada de 34,83 MWp, e produção anual estimada de 64,35 GWh com 68,5ha. Contudo, não há especificações nem detalhes. Além de afetar 279 sobreiros, todo o processo de reconversão da paisagem não está propriamente estudado. Perguntas que ficam por responder: Que efeitos terá a construção desta UPAC sobre a fauna e flora local e sobre a ecologia local? Em que moldes vão fornecer energia verde à comunidade se dizem que é um projeto de autoconsumo para a indústria?

- Ainda se irá construir uma adutora para abastecimento de água ao complexo mineiro (Ligação à albufeira de Vale de Gaio, através de uma conduta de 100 mm de diâmetro, e duas alternativas de traçado (20,0 km – alt 1 e 13,6 km – alt 2)). Esta Albufeira foi em 2019 ligada ao Alqueva para colmatar problemas de seca que a região de Alcácer enfrenta, principalmente em termos de produção de arroz. Seis anos mais tarde, já há água para abastecer a mina? O mesmo município que tem outros projetos super

intensivos em água, como a monocultura de tangerinas de 615 ha, que consome 3,57 mil milhões de litros ao ano?

Assim sendo, o impacto na paisagem não será apenas estético, mas é profundo, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. Contudo, esta área poderá aumentar se contabilizarmos elementos como os caminhos a construir ou os hectares afetados pela construção da linha de alta tensão.

Para mais, o projeto irá afetar Biótopos Corine - considerados sítios de grande importância para a conservação da natureza pela Comissão Europeia, abrange áreas REN, Solos de Elevado Valor Ecológico, integrados em área RAN. Contudo, mais uma vez, a atribuição de PIN vem desarticular o estatuto REN, como é evidenciado no estudo: "no entanto, há compatibilidade com o projeto no âmbito do artigo 37º do Regulamento do PDM Grândola: "3 — É permitida a pesquisa, prospeção e exploração dos recursos geológicos que, nos termos do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos, se integram no domínio público do Estado, em todas as categorias de solo rústico, desde que tais recursos sejam qualificados de interesse público nacional".

O Estatuto PIN foi atribuído virtualmente "às cegas" pela oferta de emprego e pelo investimento, como foi sublinhado pelos meios de comunicação públicos, mas serão trabalhos precários, com duração máxima de 11 anos, motivos suficientes para justificar um projeto PIN? A zona precisa de uma estratégia de investimento social e econômico holística e inclusiva de longo prazo e não apenas um "penso rápido" para aliviar 300 pessoas durante 11 anos.

Relativamente à quantidade de água necessária para proceder à extração, o documento afirma que há interseção de uma parte do domínio hídrico (DH) inerente às linhas de água existentes, pelo que, previamente ao licenciamento, será consultada a Agência Portuguesa do Ambiente para a necessária instrução do Pedido de Utilização dos Recursos Hídricos. Contudo, tal não basta, dado que não há uma recarga dos lençóis freáticos suficiente para suportar mais este projeto que irá necessitar de 116,22 m^3 de água pública por dia. A preponente afirma ter um círculo fechado de água: "o que respeita ao consumo de água para fins industriais (água de processo), este terá origem unicamente na água proveniente da mina (durante a fase de desenvolvimento e antes do início da produção), sem recurso a fontes externas". Contudo, não especifica que a "água proveniente da mina" é derivada dos reservatórios de água subterrâneos - que mesmo não sendo "públicas" em termos de lei, a própria APA já admitiu nos meios de comunicação que essas deviam ser "públicas e pagas" para colmatar problemas de seca. O caminho que acreditamos que se deva seguir é que especialmente estes grandes exportadores transnacionais como esta empresa em questão (a empresa Ascendant - Canadá - celebrou um acordo com a TH Crestgate GmbH - Suíça - para adquirir uma participação inicial de 25% na sua subsidiária portuguesa Redcorp - Empreendimentos Mineiros, Lda, que detém uma participação de 85% no projeto polimetálico Lagoa Salgada, bem como uma opção para ganhar até uma participação de 80% na Redcorp após a conclusão de certos marcos) sejam alvo de remunicipalização/nacionalização da água subterrânea, e consequentemente, paga, a custos que representem verdadeiramente a perda local.

Para mais, a região hidrográfica do Sado e Mira já mostra sinais de seca em anos passados. Como consegue a APA e outras instâncias garantir que, em termos cumulativos, estes projetos extrativistas não irão ser um grande contributo para a desertificação da zona já ameaçada fortemente pelas alterações climáticas?

O estudo parece falhar em questões muito básicas em termos científicos, induzindo em erro. Quando, por exemplo, refere "o que diz respeito aos solos, a área em estudo apresenta limitações significativas ao nível da ocupação agrícola, uma vez que os solos predominantes são pobres no que respeita à capacidade agrícola". A afirmação é falsa e sem nexo científico. O estatuto de REN, RAN e a presença de charcas e biótopos Corine confirmam isso.

Os impactos negativos descritos no resumo não técnico são muito gerais e sem nexo com o território. É especialmente dada pouca ênfase aos impactos gerados após a fase de exploração. Frases como "Os acessos poderão ser mantidos se forem úteis à população da zona envolvente. Caso contrário, proceder-se-á à sua remoção" ou "instalação dos painéis solares no fim do seu tempo de vida. Outras soluções podem ser estudadas com o município" não significam nada de concreto e apontam para uma transferência de risco: da empresa para os municípios que não têm capital técnico e económico para lidar com a remoção de infraestruturas de baixo carbono, como uma central fotovoltaica em desuso.

Os impactos significativos e muito significativos positivos para a região, tais como a "Regularização dos terrenos", são discutíveis, mas o que se quer sublinhar é que todas as outras mudanças significativas positivas resultam apenas da fase de término do projeto: quando supostamente se reconverterá para o uso original. Não será então melhor nem começar com as mudanças do uso do solo?

A emissão de GEE associada à modificação da paisagem e do uso do solo, o extrativismo e uso de maquinaria pesada, remoção de sumidouros de carbono (árvores maduras) e todo o transporte associado não são de menosprezar e vão contra os objetivos políticos estratégicos de Portugal e da UE. O fato de a proponente argumentar que este projeto vai contribuir positivamente para a mitigação das alterações climáticas é não só cientificamente não comprovável pelo tipo de estudos que foi feito, mas ignora profundamente as externalidades ecológicas complexas relacionadas aos efeitos cumulativos que eles próprios sublinham e ao desenvolvimento de infraestrutura de baixo carbono.

Além de o JPC não acreditar em medidas compensatórias, as medidas de mitigação aqui evidenciadas são lastimáveis. Os sobreiros a introduzir serão geneticamente modificados com resistência à Phytophthora. A introdução de uma espécie OGM que substitui uma árvore adulta perfeitamente resistente e saudável é vista como medida ineficaz e pouco produtiva. Em termos de neutralidade carbónica e empoderamento dos sumidouros de carbono, exige-se sobreiros adultos, adequados ao ambiente local.

A elaboração de um estudo técnico-científico sobre o declínio do montado de sobreiro e as respetivas propostas de mitigação em parceria com o IPBeja, U. de Évora e associações florestais locais que a proponente evidencia é apenas mais uma forma de greenwashing, communitywashing e de transferência de risco e legitimação científica resultado de uma precariedade académica. Acreditamos que estes estudos são apenas um descargo de consciência. O que está a declinar o montado são estes projetos de mudança do uso da terra e a falta de água (resultado das alterações climáticas e dos padrões de extrativismo). A APA e outras instâncias sabem quanta água ainda há no subsolo para aprovar projetos alimentados com água da rede pública (quer seja derivada diretamente da rede ou derivada do subsolo)?

Assim sendo, consideramos que os impactos relacionados com a extração e tratamento de minérios polimetálicos, com como a deposição do material estéril e lamas não estão a ser

consideradas devidamente. Os impactes relacionados com todo o processo afetam a qualidade de solos, da água superficial e subterrânea, flora, fauna e populações.

Por último, quando afirmam “Em termos paisagísticos, as comunidades mais próximas também podem vir a ser afetadas, mas de uma forma muito pouco significativa”, é falaciosa, dado que se trata de nível superior de perigosidade. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, econômica e ambiental. Irá ter impactos nos organismos humanos e não humanos, no território e na paisagem.

Consideramos, então, a constituição deste projeto como mais uma zona de sacrifício associada a irremediável perda de qualidade ambiental e social dentro e fora do perímetro da mina, tal como já acontece nas minas de Aljustrel e Caveira.

Sendo que este projeto não poderá ser devidamente compensado, nem que a sua materialização possa trazer um desenvolvimento socioeconômico à zona, reafirmamos a nossa posição de oposição completa ao projeto.

zero.

parecer

Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da Mina da Lagoa Salgada

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao EIA da Mina da Lagoa Salgada.

Notas Introdutórias

O projeto da Mina da Lagoa Salgada a desenvolver ao abrigo do contrato, assinado em 28.10.2021, para uma área de concessão de 72,0923 km^2 atribuída à REDCORP – Empreendimentos Mineiros, Lda (processo MN/C/168 Lagoa Salgada), tem por objetivo a exploração subterrânea de depósitos minerais metálicos de cobre (Cu), chumbo (Pb), zinco (Zn) e metais associados, estando inscrito com o número de cadastro C-168 e a denominação "Lagoa Salgada". O presente projeto, em fase de Estudo Prévio, tem como alvo uma área de estudo base de 2.349 ha, nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal. A área global, definida pelo conjunto da área de estudo do complexo mineiro da Lagoa Salgada, das UPAC e dos corredores de estudo da linha elétrica e conduta de água (eliminando áreas de sobreposição), totaliza 1.649 ha.

Para além dos minerais metálicos acima mencionados, o promotor do projeto pretende explorar outros como o estanho (Sn), prata (Ag) e ouro (Au).

É de referir que o projeto está a ser licenciado ao abrigo do Sistema da Indústria Responsável (SIR) e já obteve o estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN) em 29 de abril de 2022.

O Estudo de Viabilidade da Mina da Lagoa Salgada contém informação que servirá de base à elaboração do Plano de Lavra que será submetido a aprovação já em fase de projeto de execução (sendo que o detalhe do projeto de execução será ambientalmente avaliado na fase de RECAPE).

O promotor pretende recorrer a fontes energéticas alternativas para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português.

A acessibilidade rodoviária à mina da Lagoa Salgada será realizada através da EM543 (atravessa a Aldeia de Justa) que, por sua vez, permitirá a ligação ao IC1 (no limite exterior da malha urbana de Grândola) e, a partir deste, ao IP1/A2–Autoestrada do Sul ou ao IP8/IC33/A26– Autoestrada do Baixo Alentejo.

Todas as intervenções previstas no âmbito do projeto, quer subterrâneas, quer à superfície, ficarão localizadas, no que respeita à implantação no solo ou subsolo, para um tempo de vida útil expectável de 11 anos.

Tendo em conta o que foi mencionado e os documentos disponibilizados na consulta pública, iremos tecer alguns comentários que consideramos mais pertinentes:

Ponto 1 – Unidade para autoconsumo UPAC

É referido no estudo (Resumo não Técnico) que a produção elétrica renovável é assegurada por um projeto solar fotovoltaico de potência instalada 34,83 MWp, com produção anual estimada 64,35 GWh, com uma ocupação de 68,5 ha.

Num outro documento (Relatório síntese), é referido que, no que respeita à UPAC, este projeto não está diretamente abrangido por AIA, mas está sujeito a análise caso a caso, uma vez que terá 68,5 ha, ou seja, não apresenta área inferior a 15 ha, requisito obrigatório para dispensa de AIA. A potência instalada, de 29,7 MW, é bastante inferior aos 50 MW definidos como limiar de AIA.

É importante clarificar a discrepância de números entre dois documentos disponibilizados no âmbito da consulta pública.

A dado momento, é referido que, sobre o clima, em termos de alterações climáticas e qualidade do ar, a exploração da UPAC vai permitir suprimir 30% das necessidades energéticas com recurso a energia renovável.

Ponto 2 – Recursos ecológicos

É referido que, o projeto abrange áreas da REN, mais concretamente áreas de Estrutura Ecológica Fundamental e da Estrutura Ecológica Principal. No entanto, há compatibilidade com o projeto no âmbito do artigo 37.º do Regulamento do PDM Grândola: "3 — É permitida a pesquisa, prospeção e exploração dos recursos geológicos que nos termos do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos se integram no domínio público do Estado, em todas as categorias de solo rústico, desde que tais recursos sejam qualificados de interesse público nacional."

Sabendo-se que, em 2022 foi atribuído o Potencial Interesse Nacional a este projeto, uma vez mais assiste-se à aplicação discricionária de uma classificação a um projeto privado, cujo interesse nacional é discutível. Desta forma ultrapassam-se restrições legais que poderiam colocar em causa a viabilidade do projeto, assim como deturpam uma verdadeira avaliação sobre o impacte ambiental do mesmo.

Ponto 3 – Recursos florestais

É referido no estudo que, o projeto interseta povoamentos de sobreiros, povoamentos mistos de sobreiro e pinheiro manso, proceder-se-á de acordo com a legislação em vigor, mais concretamente ao abrigo do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua redação atual.

Ainda assim, há o regime de exceção segundo o Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro (artigo 9.º), excetua-se a obtenção de autorizações, quando o projeto é alvo de procedimento AIA e obteve parecer favorável (cf. artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio).

Há a afetação de cerca de 1.912 quercíneas, num total de 32,54 ha afetados pelas diferentes infraestruturas. Neste âmbito, como medidas compensatórias florestais, o promotor propõe um conjunto de medidas:

- Arborização com 73 ha, na Herdade da Nogueirinha – Grândola, com sobreiro e com pinheiro manso micorrizado (promover a micologia); pinheiro manso enxertado em viveiro e a enxertar no campo para rápida produção de fruto.
- Os sobreiros a introduzir serão geneticamente modificados com resistência à *Phytopthora*.
- Densidade: 625 árvores/ha (500 árvores – sobreiro e 125 árvores pinheiro manso).
- Elaboração de um estudo técnico-científico sobre o declínio do montado de sobro e as respetivas propostas de mitigação em parceria com o Instituto Politécnico de Beja, Universidade de Évora e Associações Florestais locais.
- Beneficiação de povoamentos florestais de 10 ha, promovendo a regeneração natural de folhosas com adensamento de Sobreiro numa densidade de 625 árvores/ha.

É ainda referido no estudo que, a condução do povoamento será da responsabilidade da REDCORP durante 20 anos, sendo que, este povoamento se manterá, pelo menos, até ao final de vida útil das respetivas essências florestais plantadas, que se prevê rondar em média os 200 anos. No total, a densidade da plantação será de 625 árvores/ha, dividida em 500 árvores/ha de sobreiros, totalizando 36.500 exemplares que serão plantados, e 125 árvores/ha de pinheiro manso, que se traduz em 9.125 exemplares que serão plantados, segundo o plano de compensação.

É referido que, a instalação de árvores é muito superior ao que será abatido. Embora esteja a ser apresentada uma intenção de duplicar a área de montado destruída, com uma responsabilidade de manutenção durante 20 anos, não existe qualquer menção às garantias de que este povoamento se manterá, pelo menos, até ao final de vida útil das respetivas essências florestais plantadas, que se prevê rondar em média os 200 anos. Acresce que, será necessário esperar várias décadas até que as árvores plantadas atinjam o porte das que serão abatidas, com a agravante de que, em cenário de alterações climáticas é necessário que as mesmas sobrevivam.

Outro aspeto curioso, que preocupa, é o facto de o promotor assegurar a manutenção das árvores durante 20 anos, um período de ultrapassa em muito o tempo de vida útil do projeto.

Por fim, referir que pelo que é mencionado no projeto, não existe uma efetiva garantia no médio e longo prazo que as áreas alvo da compensação, não sejam elas mesmas afetadas por um qualquer futuro projeto que resulte da destruição destes investimentos.

Ainda neste âmbito e considerando as medidas compensatórias climáticas, é referido que:

O ganho de capacidade de sequestro de carbono pela implementação do plano de compensação de sobreiros e pinheiro manso terá um impacte positivo sobre as alterações climáticas, atuando como compensação pela perda de carbono da implementação do projeto.

Ao avaliar o balanço entre a perda de capacidade de *offset* de carbono e o ganho devido à implementação do plano compensatório, verifica-se que toda a perda de carbono será compensada e ainda se verifica um ganho adicional de retenção de carbono atmosférico na ordem das 16.450 tCO2.

Considerando o período efetivo de vida que o povoamento de sobreiro vai atingir, o potencial de sequestro de carbono desta floresta poderá acumular, no final dos 200 anos, as 115.000 toneladas de CO2.

Não compreendemos estas certezas e “cálculos de merceeiro”, não só com a garantia de um espaço temporal, que ninguém o consegue fazer, assim como com a certeza de que a densidade de árvores plantadas sobreviverá na sua totalidade, o que é errado.

Ponto 5 – Biodiversidade

No que diz respeito à vegetação e habitats, é referido que, na área de estudo foi possível identificar a presença de seis habitats principais, sendo eles, pinhal manso/ pinhal manso com sobreiro disperso /pinhal manso com sobreiros, depressão interdunar, eucaliptal, charca, áreas agrícolas e áreas artificializadas.

É inferido no estudo que, existe um impacte muito significativo devido à destruição de unidades de vegetação associadas a habitats de interesse comunitário - 2150* Dunas fixas descalcificadas atlânticas (Calluno-Ulicetea), 2260 Dunas com vegetação esclerófila da Cisto-Lavenduletalia e 6310 Montados de Quercus spp. - com uma área total de 54 ha. A sua afetação irá gerar um impacte negativo, direto, local, certo, permanente, reversível, imediato, de magnitude moderada e muito significativo. Não compreendemos como a destruição de um habitat dunar nesta área é passível de reversão.

É ainda referido no documento que, também as áreas depressionárias com solos húmidos resultantes de acumulação temporária das águas (3170* e 4020*), estão entre os 24 habitats naturais classificados com ocorrência potencial, estando registados a sombreado cinzento, no quadro 6.51 do relatório síntese. Constata-se a identificação do habitat 3170* charcos temporários, contudo, não encontramos qualquer outra menção sobre o mesmo. Sabendo-se que, na área em causa cuja designação é “Lagoa Salgada”, claramente identificada na carta militar pela existência de várias lagoas, que na realidade são charcos temporários, que estão dentro da área que será afetada pelo projeto, gera perplexidade a existência de tão clara omissão nos documentos.

Será importante clarificar a classificação destes habitats de zonas húmidas, assim como perceber qual o impacte da exploração mineira sobre os mesmos, nomeadamente nos aquíferos superficiais que os abastecem. Considerando a destruição e consecutiva perda de charcos temporários em território nacional, por inércia da tutela, importa salvaguardar os que restam.

Quanto às medidas compensatórias no âmbito da biodiversidade, é apresentado um conjunto de medidas de promoção à biodiversidade que podem ser implementadas durante o período de exploração do projeto. São elencadas as seguintes:

- Plantação de espécies nativas complementares
- Plantas floríferas para polinizadores
- Criação de zonas de refúgio
- Áreas de prados e pastagens biodiversas
- Gestão sustentável do pastoreio, quando existente na zona
- Criação de zonas húmidas
- Charcos temporários
- Criação de habitats artificiais para fauna
- Caixas-ninho para aves e morcegos
- Abrigos para répteis e insetos
- Controlo de espécies exóticas invasoras

Parecem-nos um pouco desconexas e sem um fundamento claro ou uma linha orientadora. Para além sido, propor desde já medidas compensatórias, por forma a influenciar a decisão final, parece-nos uma má prática que tem que que ser erradicada dos procedimentos de AIA, pois cabe à autoridade de AIA definir, em caso de decisão favorável condicionada, que medidas compensatórias prescrever ao projeto.

Ponto 6 – Recursos hídricos/água

No âmbito da utilização da água, é referido que o circuito de água industrial não utiliza aporte externo. Este circuito será cheio pela água proveniente da mina (durante a fase de desenvolvimento e antes do início da produção), nomeadamente, do sistema profundo não interferindo com o sistema cutâneo e intermédio, usado pela população para abastecimento.

Referem ainda que a água utilizada para o abastecimento e consumo humano será captada na barragem de Vale do Gaio através de uma estação elevatória flutuante e encaminhada até ao reservatório no interior da zona de projeto, prevendo-se um consumo anual máximo de 42.420,30 m^3 (116,22m^3/dia).

No que respeita ao consumo de água para fins industriais (água de processo), este terá origem unicamente na água proveniente da mina (durante a fase de desenvolvimento e antes do início da produção), sem recurso a fontes externas. A água circulará em circuito fechado, mas para compensar eventuais perdas de água durante o processo será feito o encaminhamento de água tratada para o circuito de água industrial, cujo volume médio será de 864 m^3/dia.

A informação apresentada não é clara o suficiente, de forma a permitir esclarecer as dúvidas quanto à quantidade de água anual que será necessária para todo o processo mineiro, existindo sempre um refúgio em dados relativos ao volume médio extraído subterraneamente. Acresce que, não se identifica um plano B, para o caso de uma eventual insuficiência no abastecimento, devido, por exemplo, a um período de seca extrema, que coloque em causa a operação da mina.

Outro aspeto que não ficou esclarecido, prende-se com o impacto sobre a qualidade da água subterrânea, na medida que é mencionado que um dos depósitos a explorar é suscetível a escorrências ácidas.

Ponto 7 – Projeto de Impacto Social, Económico e Ambiental

É referido no estudo que, através da adoção de práticas de ESG (Environment, Social and Governance), o promotor pretende contribuir para a promoção do desenvolvimento social, impulsionar a competitividade e a inovação, apoiando as PME locais e promovendo a restauração dos recursos naturais, recorrendo a estratégias inovadoras, com o objetivo de vir a constituir um agente crucial para o desenvolvimento ambiental, social e económico da região e ser uma referência enquanto indústria mineira responsável.

Pretende assim, operar a Mina de modo a criar um legado para além do seu ciclo de vida, tornando-a uma referência positiva à escala local e nacional, assegurando o alinhamento com estratégias de âmbito regional e nacional e promovendo a transparência e a criação de valor entre todas as partes interessadas.

É referido que o projeto contribuirá para o desenvolvimento económico local, quer seja pela criação de emprego (300 postos de emprego diretos e 700 postos de emprego indiretos), quer seja pelo volume de exportações previstas (valor médio de 111 milhões de euros de exportações anuais), ou ainda pela transferência de parte do valor global das Royalties para o Município de Grândola. Acresce referirem que o projeto mineiro foi desenvolvido em simultâneo com o Projeto de Impacto Social, Económico e Ambiental, referido como Programa de Impacto, com o objetivo a mediação de eixos de atuação relativos à implementação de medidas de compensação focadas no desenvolvimento social, económico e ambiental da região. O Programa de Impacto será gerido por uma Fundação, que pretende requerer a Declaração de Utilidade Pública da Fundação, que facilitará o acesso a outras fontes de financiamento, capacitando, ainda mais, as ações que podem ser desenvolvidas.

A questão da transferência dos Royalties para o Município de Grândola, é sabido que é da competência do Estado, que segundo a legislação em vigor, financiará os projetos que forem aprovados pela tutela.

Quanto à tão procurada licença social, com o Programa Impacto, não fica claro se o programa resulta de uma verdadeira interação com a sociedade local, ou um mero programa de intenções. Acresce que a não identificação e esclarecimento dos valores a investir localmente não permite avaliar a que nível verdadeiramente se pretende investir para compensar as comunidades locais.

Por fim, referir a criação de postos de trabalho e depois, a dado momento no estudo, referir a “Gestão global da operação com recurso a equipamentos automáticos e integrados, operados remotamente a partir de uma sala de controlo centralizada”, só faz apenas lançar muitas dúvidas no ar sobre a veracidade do referido volume de empregos criados.

Ponto 8 – Utilização de Cianeto de Sódio

É referido que todas as alternativas ao cianeto de sódio no processamento do ouro apresentam desvantagens em termos processuais que irão pôr em causa a viabilidade do projeto.

É ainda referido que, por norma, as operações mineiras que recorrem ao processo de lixiviação utilizam soluções diluídas de cianeto de sódio (NaCN) da ordem de 0,01 a 0,05% de cianeto (100 a 500 ppm). No caso da Lagoa Salgada, a concentração de NaCN em meio aquoso será de aproximadamente 3 g/l no interior dos tanques de lixiviação e dos espessadores (+/- 500 ppm de cianeto). Após a desintoxicação, a concentração será <0,5 ppm.

Estando perante um elemento químico cuja toxicidade é reconhecida, e existindo alternativas no mercado para o processo mineiro, não podemos de forma alguma concordar com esta abordagem, na medida que não há garantias de que não possam ocorrer problemas no processo, e com isso existirem consequências graves para o ambiente, nomeadamente para os recursos hídricos.

Ponto 9 – Resíduos

É referido no estudo que, a construção da instalação de resíduos, com o escombro proveniente do desenvolvimento mineiro, envolverá uma escavação prévia de cerca de 4 metros para minimizar o efeito volumétrico da TSF na paisagem. A camada superficial removida será armazenada em pargas, o restante solo, proveniente desta movimentação de terras, será usado na construção do paramento da instalação de resíduos.

Aquando da construção da TSF será garantida a utilização das rochas não geradoras de águas ácidas na parte exterior do paramento, ficando as rochas potencialmente geradoras de escorrências ácidas localizadas na parte interna do mesmo, de modo que essas escorrências sejam contidas na própria instalação de resíduos.

A TSF será constituída por células que, depois de cheias, irão sendo seladas, à medida que a exploração for avançando, e recuperadas paisagisticamente para diminuir o seu impacte na paisagem. De salientar que o solo de cobertura proveniente das atividades de decapagem do terreno para a construção da TSF será depositado em pargas e posteriormente utilizado na recuperação paisagística da instalação de resíduos.

A instalação de resíduos, será impermeabilizada por uma geomembrana para evitar a contaminação dos solos e das águas subterrâneas.

Nesta infraestrutura ocorrerá a decantação natural de sólidos e a água sobrenadante será encaminhada para um reservatório de recolha (reclaim pond), a partir da qual é feita a alimentação para o processo industrial.

Na área do projeto existirá uma Instalação de Resíduos, na qual serão depositados os rejeitados espessados não segregados, gerados na lavaria, que terá uma capacidade de armazenamento de 9.463.924 t, correspondente a cerca de 3.282 t/dia de rejeitados depositados, numa área inferior a 64 ha.

É referido que é algo improvável uma eventual rutura na membrana de isolamento, mas poderá acontecer no futuro. Dado que a responsabilidade do promotor termina com o encerramento da operação mineira, fica a dúvida sobre quem acompanhará e monitorizará o passivo ambiental que ficará armazenado na TSF.

Ponto 12 – Outros projetos associados não abrangidos pelo EIA.

É referido no estudo que o projeto da Linha Elétrica não está diretamente abrangido por AIA mas está sujeito a análise caso a caso, uma vez que terá uma tensão superior a 30kV e extensão superior a 10 km (15,5km).

O projeto da conduta adutora de água também não está sujeito a Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, uma vez que, apesar de apresentar, em ambas as alternativas, mais de 10km de extensão, apresenta um diâmetro inferior a 1m (100 mm).

Preocupa-nos que, uma vez mais assistimos a um desmembrar de um projeto em várias componentes. A linha elétrica, a conduta adutora, e a UPAC, mais acima mencionada, são parte integrante do projeto e essenciais para o funcionamento do mesmo, como tal deveriam ser avaliadas no âmbito deste processo de Avaliação de Impacte Ambiental.

Conclusões e sentido do parecer

Não se compreende como é que um projeto, que ainda não passa de uma intenção, tem a atribuição de Potencial Interesse Nacional. O mesmo inviabiliza que seja feita uma análise séria e enquadramento à luz dos instrumentos de ordenamento do território, na medida que, existe logo à partida um enviesamento na análise do mesmo.

Este é mais um exemplo de um projeto mineiro com um nítido caráter predatório num curto espaço temporal, 11 anos, sem um enquadramento nacional com a implementação de uma cadeia de valor que efetivamente resulte numa mais valia económica para o país, sem um efetivo enquadramento numa estratégia industrial nacional, que permita alavancar de forma sustentada a economia regional e nacional. Um projeto para única e simplesmente

exportar o recurso em bruto, ficando uma vez mais a descaracterização da paisagem e o passivo ambiental como fatura para as gerações futuras.

Fica a dúvida se, este é um projeto que propositadamente é apresentado como sendo de curta duração, para reduzir a agitação social a nível regional, mas que efetivamente será alvo no futuro de novos "aditamentos" para prosseguir a atividade e desta forma, resultar num projeto com superiores impactes ambientais, relativamente aos que são apresentados no presente EIA. Espera-se, pois, que exista seriedade por parte do promotor e que esta não seja uma estratégia para mascarar e ultrapassar eventuais dificuldades.

Ficam de igual forma questões quanto à utilização dos recursos hídricos, preocupação relativamente às escorrências ácidas e à utilização de cianeto de sódio que acrescentam grandes preocupações quanto ao impacte ambiental em caso de acidente, ainda para mais quando existem alternativas. Se o promotor quer utilizar as melhores práticas e ser um bom exemplo a nível nacional e internacional, pelos elementos presentes no EIA não nos parece que existam suficientes evidências desta intenção.

Por fim, não vemos qualquer bom comprometimento com a comunidade local. Um programa com um conjunto de intenções sem qualquer valor específico de investimento associado e com muitas dúvidas que tenha sido construído em diálogo com as populações. A licença social exige mais de uma empresa cujo projeto alegadamente é de interesse nacional.

Face às questões acima levantadas, a ZERO considera que não estão reunidas as condições para que este projeto seja aprovado e, deste modo, emite **parecer desfavorável** à emissão de uma decisão de conformidade ambiental do projeto de execução.

28 de abril de 2025
A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Venho por este meio declarar a minha **profunda discordância** com o projeto da mina Lagoa Salgada e o desenvolvimento traçado para esta região.

O estatuto PIN deste projeto foi concedido pela AICEP apenas quatro dias depois de a proposta de definição do âmbito (PDA) ter sido apresentada. A Agência Portuguesa de Ambiente (APA), a quem foi remetido o PDA, na altura em questão, afirma que, no entanto, os conteúdos apresentados pelo promotor "*carecem de aprofundamento*". Enquanto o PDA foi reformulado a pedido da APA, a proponente faz agora querer acreditar que o projeto é benéfico para a zona - quer em termos de GEE, quer em termos de desenvolvimento socioecónomico.

Tal narrativa é contrafactual e só é possível devido à metodologia redutora, às lacunas de investigação e às infraestruturas que permanecem não contabilizadas nos estudos existentes propostos pela proponente.

Sendo assim, o projeto, tal como está, não apresenta externalidades específicas relacionadas à:

- Uma LAAT de 60 kV, de Lagoa Salgada, com um comprimento de aproximadamente 15,1 km. Os efeitos nocivos das redes de alta e muito alta tensão, apesar de serem sublinhados, são posteriormente amplamente ignorados. Reiteramos a necessidade de considerar estes efeitos, uma vez que esta LAAT irá alterar irremediavelmente todo um ecossistema e uma paisagem rural, penalizando os cidadãos que investiram as suas economias em unidades agrícolas, turísticas, assim como em atividades paralelas. A beleza identitária e serviços de ecossistema da sua paisagem não é compatível com zonas alargadas de várias LAATs em proximidade.

Além disso, o estudo omite a mortalidade associada à linha de (muito) alta tensão. É inequívoco que a proximidade a linhas de (muito) alta tensão expõe os sujeitos a campos magnéticos, constituindo-se a principal fonte de exposição pública aos mesmos. É por esta razão que a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro, e Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro) determina que não se podem instalar novas linhas de transporte e distribuição de eletricidade de alta tensão e muito alta tensão sobre zonas sensíveis, incluindo próximas de residências. Acrescenta-se ainda o preocupante índice de mortalidade decorrente das linhas de (muito) alta tensão, pelo embate de aves com as linhas e consequente eletrocução, a níveis superiores do que num parque eólico.

- Este projeto diz que se irá alimentar de energia solar e que irá fornecer energia "verde" às comunidades. Afirmam uma Unidade Para AutoConsumo (UPAC) de Produção elétrica renovável, com um projeto solar fotovoltaico de potência instalada de 34,83 MWp, e produção anual estimada de 64,35 GWh com 68,5ha. Contudo, não há especificações nem detalhes. Além de afetar 279 sobreiros, todo o processo de reconversão da paisagem não está propriamente estudado. Perguntas que ficam por responder: Que efeitos terá a construção desta UPAC sobre a fauna e flora local e sobre a ecologia local? Em que moldes vão fornecer energia verde à comunidade se dizem que é um projeto de autoconsumo para a indústria?
- Ainda se irá construir uma adutora para abastecimento de água ao complexo mineiro (Ligação à albufeira de Vale de Gaio, através de uma conduta de 100 mm de

diâmetro, e duas alternativas de traçado (20,0 km – alt 1 e 13,6 km – alt 2)). Esta Albufeira foi em 2019 ligada ao Alqueva para colmatar problemas de seca que a região de Alcácer enfrenta, principalmente em termos de produção de arroz. Seis anos mais tarde, já há água para abastecer a mina? O mesmo município que tem outros projetos super intensivos em água, como a monocultura de tangerinas de 615 ha, que consome 3,57 mil milhões de litros ao ano?

Assim sendo, o impacto na paisagem não será apenas estético, mas terá implicações profundas nas comunidades locais devido à dimensão da área de impacto (cerca de 2.349 hectares). Esta área poderá aumentar se contabilizarmos elementos como os caminhos a construir ou os hectares afetados pela construção da linha de alta tensão.

Para mais, o projeto irá afetar Biótopos Corine - considerados sítios de grande importância para a conservação da natureza pela Comissão Europeia, abrange áreas REN, Solos de Elevado Valor Ecológico, integrados em área RAN. Contudo, mais uma vez, a atribuição de PIN vem desarticular o estatuto REN, como é evidenciado no estudo: "no entanto, há compatibilidade com o projeto no âmbito do artigo 37º do Regulamento do PDM Grândola: "3 — É permitida a pesquisa, prospeção e exploração dos recursos geológicos que, nos termos do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos, se integram no domínio público do Estado, em todas as categorias de solo rústico, desde que tais recursos sejam qualificados de interesse público nacional".

O Estatuto PIN foi atribuído virtualmente "*às cegas*" pela oferta de emprego e pelo investimento, como foi sublinhado pelos meios de comunicação públicos, mas serão trabalhos precários, com duração máxima de 11 anos, motivos suficientes para justificar um projeto PIN? A zona precisa de uma estratégia de investimento social e económico holística e inclusiva, de longo prazo, e não apenas um "*penso rápido*" para aliviar 300 pessoas durante 11 anos.

Relativamente à quantidade de água necessária para proceder à extração, o documento afirma que há interseção de uma parte do domínio hídrico (DH) inerente às linhas de água existentes, pelo que, previamente ao licenciamento, será consultada a Agência Portuguesa do Ambiente para a necessária instrução do Pedido de Utilização dos Recursos Hídricos. Contudo, tal não basta, dado que não há uma recarga dos lençóis freáticos suficiente para suportar mais este projeto que irá necessitar de 116,22 m³ de água pública por dia. A preponente afirma ter um círculo fechado de água: "o que respeita ao consumo de água para fins industriais (água de processo), este terá origem unicamente na água proveniente da mina (durante a fase de desenvolvimento e antes do início da produção), sem recurso a fontes externas". Contudo, não especifica que a "água proveniente da mina" é derivada dos reservatórios de água subterrâneos - que mesmo não sendo "públicas" em termos de lei, a própria APA já admitiu nos meios de comunicação que essas deviam ser "públicas e pagas" para colmatar problemas de seca. O caminho que acreditamos que se deva seguir é que especialmente estes grandes exportadores transnacionais como esta empresa em questão (a empresa Ascendant - Canadá - celebrou um acordo com a TH Crestgate GmbH - Suíça - para adquirir uma participação inicial de 25% na sua subsidiária portuguesa Redcorp - Empreendimentos Mineiros, Lda, que detém uma participação de 85% no projeto polimetálico Lagoa Salgada, bem como uma opção para ganhar até uma participação de 80% na Redcorp após a conclusão de certos marcos) sejam alvo de

remunicipalização/nacionalização da água subterrânea, e consequentemente, paga, a custos que representem verdadeiramente a perda local.

Para mais, a região hidrográfica do Sado e Mira já mostra sinais de seca em anos passados. Como consegue a APA e outras instâncias garantir que, em termos cumulativos, estes projetos extrativistas não constituirão um grande contributo para a desertificação da zona já ameaçada fortemente pelas alterações climáticas? Recorde-se ainda que os processos de seca no Sado e Mira constituem desafios enfrentados ao longo de todo o território banhado por estes rios, incluindo uma área protegida como o Reserva Natural do Estuário do Sado.

O estudo parece falhar em questões muito básicas em termos científicos, induzindo em erro. Quando, por exemplo, refere “o que diz respeito aos solos, a área em estudo apresenta limitações significativas ao nível da ocupação agrícola, uma vez que os solos predominantes são pobres no que respeita à capacidade agrícola”. A afirmação é falsa e sem nexo científico. O estatuto de REN, RAN e a presença de charcas e biótopos Corine confirmam isso.

Os impactos negativos descritos no resumo não técnico são muito gerais e sem nexo com o território. É especialmente dada pouca ênfase aos impactos gerados após a fase de exploração. Frases como “Os acessos poderão ser mantidos se forem úteis à população da zona envolvente. Caso contrário, proceder-se-á à sua remoção” ou “instalação dos painéis solares no fim do seu tempo de vida. Outras soluções podem ser estudadas com o município” não significam nada de concreto e apontam para uma transferência de risco: da empresa para os municípios que não têm capital técnico e económico para lidar com a remoção de infraestruturas de baixo carbono, como uma central fotovoltaica em desuso.

Os impactos significativos e muito significativos positivos para a região, tais como a “Regularização dos terrenos”, são discutíveis, mas o que se quer sublinhar é que todas as outras mudanças significativas positivas resultam apenas da fase de término do projeto: quando supostamente se reconverterá para o uso original. Não será então melhor nem começar com as mudanças do uso do solo?

A emissão de GEE associada à modificação da paisagem e do uso do solo, o extrativismo e uso de maquinaria pesada, remoção de sumidouros de carbono (árvores maduras) e todo o transporte associado não são de menosprezar e vão contra os objetivos políticos estratégicos de Portugal e da UE. O fato de a proponente argumentar que este projeto vai contribuir positivamente para a mitigação das alterações climáticas é não só cientificamente não comprovável pelo tipo de estudos que foi feito, mas ignora profundamente as externalidades ecológicas complexas relacionadas aos efeitos cumulativos que eles próprios sublinham e ao desenvolvimento de infraestrutura de baixo carbono.

Doravante, as medidas de mitigação aqui evidenciadas são lastimáveis. Os sobreiros a introduzir serão geneticamente modificados com resistência à Phytophthora. A introdução de uma espécie OGM que substitui uma árvore adulta perfeitamente resistente e saudável é vista como medida ineficaz e pouco produtiva. Em termos de neutralidade carbónica e empoderamento dos sumidouros de carbono, exige-se sobreiros adultos, adequados ao ambiente local.

A elaboração de um estudo técnico-científico sobre o declínio do montado de sobreiro e as respetivas propostas de mitigação em parceria com o IPBeja, U. de Évora e associações florestais locais que a proponente evidencia é apenas mais uma forma de greenwashing, communitywashing e de transferência de risco e legitimação científica resultado de uma precariedade académica. Acreditamos que estes estudos são apenas um descargo de consciência. O que está a declinar o montado são estes projetos de mudança do uso da terra e a falta de água (resultado das alterações climáticas e dos padrões de extrativismo). A APA e outras instâncias sabem quanta água ainda há no subsolo para aprovar projetos alimentados com água da rede pública (quer seja derivada diretamente da rede ou derivada do subsolo)?

Por último, quando afirmam “Em termos paisagísticos, as comunidades mais próximas também podem vir a ser afetadas, mas de uma forma muito pouco significativa”, é falaciosa, dado que se trata de nível superior de perigosidade. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, econômica e ambiental. Irá ter impactos nos organismos humanos e não humanos, no território e na paisagem.

Sendo que este projeto não poderá ser devidamente compensado, nem que a sua materialização possa trazer um desenvolvimento socioeconômico à zona, reafirmamos a nossa posição de oposição completa ao projeto

Parecer sobre a Estudo de Impacte Ambiental do projeto da Mina da Lagoa Salgada, no âmbito da consulta pública em Abril 2025

1. Introdução

Este parecer técnico tem como objetivo analisar o Estudo de Impacte Ambiental referente ao projeto da Mina de Lagoa Salgada. A análise baseia-se no documento apresentado no EIA, em fase de estudo prévio, e tem em consideração os potenciais impactes ambientais sobre as espécies de morcegos.

2. Descrição do Empreendimento

O projeto da mina de Lagoa Salgada corresponde a uma exploração mineira subterrânea de minerais metálicos de cobre, chumbo, zinco e metais associados, numa área de concessão de exploração de 7209 hectares.

O complexo mineiro inclui, adicionalmente à área de exploração direta:

- Infraestruturas de superfície e de apoio à exploração:
  - Lavaria
  - Unidade de produção de pasta
  - Área de armazenamento temporário de minério
  - Edifícios técnicos, oficinas e instalações sociais
  - Instalação de resíduos mineiros
  - Infraestruturas hidráulicas (estações de tratamento de águas potáveis e de águas residuais, lagoas de recuperação, etc)
- Central solar fotovoltaica (CSF) com cerca de 68,5 ha com vedação de dois metros de altura.
- Linha elétrica aérea a 60kV com 15,5km de ligação à RESP na subestação Arregota Nova. O projeto prevê a instalação de 52 apoios.
- Acessos novos a construir e existentes a beneficiar;
- Conduta subterrânea adutora de água desde o Vale de Gaio até ao complexo mineiro (13,6 ou 20,0km em função da alternativa);
- Escombreiras para deposição de terras;
- Zonas de estaleiros

O projeto prevê um período de dois anos de construção e de 11 anos de exploração da massa mineral.

O complexo mineiro e projetos complementares localizam-se na União das Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra, concelho de Grândola, e na freguesia do Torrão, concelho de Alcácer do Sal. O complexo mineiro ocupará uma área

predominantemente florestal, principalmente de produção florestal de pinheiro-manso e de sobreiro. As classes de uso do solo que se seguem, em termos de percentagem de área a ocupar, correspondem a culturas temporárias e a produção florestal de eucalipto e de pinheiro-bravo. No que toca à área atravessada pela linha elétrica e pela conduta adutora de água, as classes são as mesmas, podendo aumentar a importância do sobreiro ou do pinheiro-bravo, em função das alternativas selecionadas.

3. Análise do Estudo de Impacte Ambiental

Morcegos: Os morcegos desempenham um papel ecológico crucial como controladores de populações de insetos. São em geral espécies com fecundidade baixa, o que implica que os impactos negativos nas populações de morcegos têm consequências graves para a sua conservação e que podem persistir durante intervalos extensos de tempo. Encontram-se protegidos por diversa legislação nacional e internacional; as convenções de Berna e de Bona, o acordo EUROBATS e a Diretiva Habitats protegem tanto as espécies de morcegos como os seus abrigos. Este nível de proteção levou a que sejam considerados um dos grupos prioritários para conservação. Alguns exemplos desta importância em Portugal são os projetos de Alqueva, Sabor ou Tróia, onde as obras só avançaram após claros e adequados planos de minimização e compensação dos impactos negativos identificados sobre os morcegos.

A alteração profunda no habitat em extensas áreas pode afetar significativamente as populações de morcegos existentes na região, não só devido à perda potencial de áreas preferenciais de alimentação, como da eventual diminuição de disponibilidade de presas, ou até destruição de abrigos, principalmente devido ao corte de árvores. Este efeito negativo pode ser aditivo ou sinergístico com os impactos induzidos por outros projetos existentes ou projetados para a região.

No que toca aos morcegos, o EIA é muito deficitário, tanto na descrição da metodologia, como nos resultados obtidos e a sua apresentação.

Quanto às metodologias usadas para a descrição das situações de referência, considera-se que são minimamente adequadas aos objetivos, mas há alguns aspetos que deveriam ter sido alterados. Não se compreende ainda a opção de amostrar apenas 10 minutos por local/campanha, numa altura em que a tecnologia disponível já permite períodos de amostragem mais longos e consequentemente, resultados mais robustos, com um esforço/custo de amostragem bastante similar.

De acordo com o EIA, o PDA da Mina da Lagoa Salgada requer que os trabalhos de campo de caracterização ocorram nas fases mais importantes da fenologia das espécies, nomeadamente os períodos de reprodução, migração e hibernação no caso das espécies animais, o que não foi realizado no que toca aos morcegos. De acordo com os dados disponíveis no EIA, apenas foi realizada a prospecção de abrigos em fevereiro, e amostragem acústica em novembro, abril e julho. Apesar do projeto se localizar numa região de invernos amenos, onde é provável a presença de atividade de morcegos no mês de novembro em noites com condições favoráveis, esta será menos intensa que noutros meses do ano, sendo frequentemente nula. A amostragem

em novembro é assim tardia, sendo já fora da época recomendada para a monitorização acústica de morcegos em Portugal (Março a Outubro), pelo que a ausência de contactos registados durante a amostragem não é conclusiva. Ao contrário, o EIA refere o registo de contactos em todos os pontos de amostragem durante o mês de abril, sem no entanto quantificar, nem sequer mesmo identificar, os mesmos. Em relação à amostragem de julho, a única informação corresponde à data em que a mesma foi efetuada.

Adicionalmente, apenas a área do complexo mineiro foi amostrada, não tendo sido amostrada a área de controlo, o traçado da linha elétrica (aproximadamente 16 km) ou o traçado da conduta adutora.

De acordo com o EIA não foram detectados abrigos com quirópteros nas áreas de intervenção ou sua proximidade pelo que, não são esperados impactes relativos à destruição ou perturbação de abrigos na área de estudo e envolvente. No entanto, a amostragem de abrigos levada a cabo durante os trabalhos do EIA não permite tal conclusão. De acordo com os dados apresentados no EIA, apenas foram inspecionadas três edifícios, não tendo sido feita inspeção de abrigos em árvores.
A realização do projeto prevê o abate de mais de 350 sobreiros de grandes dimensões (PAP ≥130 cm), para além de exemplares de outras espécies de árvores, que correspondem a abrigos potenciais para espécies arborícolas.

O EIA apresenta uma lista de 12 espécies de ocorrência potencial na área, sem confirmar uma única espécie, apesar de indicar terem sido registados contactos em todos os pontos no mês de abril. Apesar de referir a realização de amostragem acústica, de apenas 10 minutos em cada ponto, não foram identificadas quaisquer espécies de morcegos nas gravações recolhidas.

O Plano de Promoção de Biodiversidade para a Área de Projeto e Áreas de Compensação, e respetivo Plano de Monitorização referidos no EIA devem ser desenvolvidos com elevado detalhe em RECAPE, particularmente as ações para a minimização e compensação dos impactes sobre as espécies de morcegos e os habitats por eles usados.

A iniciativa de **plantar um número de sobreiro/azinheiras substancialmente superior ao número de exemplares que vão ser abatidos**, indo bastante além do exigido legalmente e do que é prática habitual na compensação de abate destas espécies é meritória. No entanto, os exemplares a serem plantados demorarão mais de três a quatro décadas a atingirem dimensão que os torne abrigos potenciais para morcegos e inúmeras outras espécies da fauna.

4. Conclusão e Recomendações

Face aos potenciais impactes negativos provocados pelo complexo mineiro da Lagoa Salgada, bem como da CSF, linha elétrica e conduta adutora associadas, considera-se que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA):

- Não descreve a metodologia de forma adequada, sendo necessária uma explicação mais detalhada da mesma.
- Limita-se a apresentar os resultados do levantamento bibliográfico.

- Excetuam-se os resultados da pesquisa de abrigos, pesquisa essa que foi insuficiente face à dimensão da área a afetar e às características da mesma.
- Não é identificado nenhum impacte do complexo mineiro e dos projetos associados específicos sobre os morcegos.
- **Avaliação dos impactes cumulativos** com outros projetos em locais próximos, que possam originar mortalidade sobre os morcegos e alterações significativas de habitat (explorações mineiras, empreendimentos turísticos, vias de comunicação - ex: A2; zonas industriais e sistemas agrícolas; etc.). Apesar do EIA listar um número considerável de outros projectos susceptíveis de causar impactos cumulativos, a análise dos impactes sobre a fauna é muito superficial.
- O plano de Monitorização (PM) deve incluir pelo menos os dois primeiros anos de exploração, sendo avaliada o seu prolongamento ao fim dos dois anos. Considera-se ainda que face à tecnologia atualmente disponível, deveriam ter sido adotadas metodologias mais atuais, nomeadamente nas amostragens com utilização de detetores passivos, em vez de ativos; amostragens contínuas desde o pôr-do-sol até mínimo de 4h depois, em vez de apenas 10 minutos por campanha. Adicionalmente, deverá ser efetuada amostragem em área de controlo ainda em fase de pré-construção.
- Recorde-se que no caso dos morcegos, as recomendações do ICNF para EIA's de linhas eléctricas (ICN, 2005), considera necessário pesquisar abrigos num raio de 200 m ao redor dos locais de implantação dos apoios; que estes apoios deverão ser implementados a uma distância mínima de 100m de cada abrigo identificado; que esta prospecção deverá ser complementada com amostragens acústicas nocturnas; e que caso a linha eléctrica se situe a menos de 5 km de distância de abrigos de importância nacional (conhecidos ou detectados no decorrer dos trabalhos), a situação deverá ser discutida com o ICNF.

Considera-se ainda que o Projeto:

- Não deverá afetar núcleos de árvores maduras ou de maior porte.
- As árvores de menor porte abatidas devem permanecer no local de corte durante 2-3 dias para permitir que os morcegos abandonem os potenciais abrigos nos troncos.
- Deverá manter/criar corredores ecológicos que aumentem a conectividade entre os principais habitats utilizados pelos morcegos (núcleos de quercíneas, galerias ripícolas e outros que venham a ser detetados nos estudos de caraterização, dentro e fora da área de implantação do complexo mineiro e projetos associados).
- Deverá implementar medidas de mitigação de perda de habitat no interior do complexo mineiro e em áreas adjacentes ao mesmo, e de minimização do efeito barreira. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos.

A CHIRO – Associação **Morcegos.PT**

30 de abril de 2025

Clara Sintrão

De: Francisco Dias <franciscofdias@gmail.com>
Enviado: 28 de abril de 2025 23:42
Para: Geral APA
Assunto: Participação na consulta pública do EIA da Mina da Lagoa Salgada

Exmos senhores,

Durante grande parte do dia de hoje tentei submeter uma participação no Portal Participa.pt, na consulta pública do Estudo de Impacto Ambiental da Mina da Lagoa Salgada, sem sucesso. O site está offline.

Tratando-se do último dia do prazo, venho proceder ao envio da mesma por email, com a expectativa de que a mesma seja incluída na consulta pública, com permissão para ser pública e incluída no relatório final. **Trata-se de uma participação de discordância.**

Submeto o texto abaixo:

"Começo o meu comentário pelo final.

Este projeto é mau para o concelho de Grândola em toda a região que o rodeia.

O primeiro ponto, é que Grândola não precisa deste projeto.
Começo por contextualizar a realidade atual no concelho de forma breve:
- Números do INE, o concelho de Grândola tem apenas 51 desempregados de longa duração (um ano ou mais), com um total de 207, no final 2024. Não há, pois, mão de obra local para trabalhar neste projeto, pelo que toda aquela que for necessária terá que vir de outras zonas do país ou do estrangeiro. Isto vem adensar os problemas elencados nos pontos seguintes;
- Estima-se que cerca de 2000 pessoas no concelho não têm médico de família;
- Elevado número de pessoas aguardam consultas e cirurgias;
- O sistema escolar, principalmente o pré escolar, está sobrelotado;
- A disponibilidade de casas para comprar ou arrendar, principalmente a custos comportáveis, é quase inexistente, pelo que existe uma verdadeira crise, sobretudo entre os jovens, que muitas vezes saem do concelho por não conseguir encontrar uma casa que possam suportar financeiramente
- O Município de Grândola tem um orçamento que tem sido em anos consecutivos superior a cinquenta milhões de euros, principalmente devido ao desenvolvimento imobiliário para fins turísticos, curiosamente, atividade que me parece ser incompatível com este projeto mineiro
- Por contrapartida, os benefícios para o Município andarão a rondar os 400 mil euros anuais, uma gota de água em termos de retorno face aos variados impactos negativos do projeto, não só ambientais como sociais, e mesmo ao nível das infraestruturas (a principal estrada a utilizar na logística da mina será a EM543, uma estrada cujos custos de manutenção e eventuais investimentos de requalificação ou aumento de capacidade recaem sobre o município)
- Também a nível nacional, o projeto da mina parece não ter grande relevância a nível financeiro. O valor pago pela concessão foi de 250 mil euros (DGEG), e os royalties definidos para este tipo de projetos ronda os 3 a 5% do minério à boca da mina.

Ora, interessa ressalvar que este projeto tem muitas das suas bases e seguranças para investidores assentes no facto de representar "interesse nacional", tendo obtido o estatuto de PIN graças, em grande maioria, não a pareceres positivos das entidades integrantes da comissão de

acompanhamento, mas sim a posições de “não oposição”, casos da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e da DGEG. Com maior gravidade, nota-se a não participação da Câmara Municipal de Grândola, que deste modo abdicou de ter voto na matéria. O seu parecer negativo impediria o estatuto de PIN deste projeto.

Mas porque é este projeto um PIN? Quando nem sequer existe em Portugal uma cadeia de valor que permita a transformação dos minérios extraídos em solo nacional? Todo o produto extraído tem guia direta para os portos de Setúbal e Sines. É, portanto, um projeto em que todos os problemas e desvantagens ficam em Portugal e em Grândola, e todas as vantagens e lucros ficam no estrangeiro, nos investidores e nas empresas de transformação.

Este estatuto também permite ao projeto variadas exceções em termos de cumprimento de normas legais, especialmente ambientais, mas também direitos extraordinários, em conjunto com a lei das minas de 2022, como o de por exemplo expropriar os proprietários de terrenos ou servidões considerados de interesse para o projeto / interesse nacional, mesmo que fora do perímetro delimitado.

Estamos, pois, perante um projeto e um quadro legislativo que o rodeia, que não garante os mais básicos direitos dos cidadãos e proprietários dos territórios envolvidos.

A falta de garantias sobre os efeitos que a exploração terá nos níveis piezométricos e na qualidade da água por exemplo, é preocupante.

A enormidade da escombreira prevista, com os seus impactos ambientais e mesmo visuais, é uma das heranças que ficará para Grândola e os seus munícipes. Isso, a perda de enormes áreas de montado (curiosamente, no EIA a Redcorp propõe plantar áreas de compensação com sobreiros geneticamente modificados que ainda não foram inventados, e também pinheiros enxertados sem suficiente evidência cientifica de resultados), o aumento da insegurança nas estradas pelo tráfego de pesados, e o grande número de pessoas a integrar temporária ou permanentemente numa sociedade que já começa a sofrer de vários problemas e falta de alguns serviços básicos, são problemas fundamentais que não permitem a implantação de um projeto deste tipo.

Em 2025, Portugal, um país dito desenvolvido, membro da União Europeia e da OCDE, tem que ter instituições que protejam os seus cidadãos e que procurem estratégias e caminhos de desenvolvimento económico sustentável, com especial foco na qualidade de vida dos cidadãos e na preservação do ambiente e dos ecossistemas.

Reitero a minha posição. Este projeto é altamente negativo para Grândola, e não deverá receber parecer positivo na sua avaliação de impacte ambiental."

Será de bom tom e de total justiça que, dado o não funcionamento do portal no dia de hoje, o prazo de participação seja alargado.

O meu utilizador no portal participa é este email, franciscofdias@gmail.com

Atentamente

Luis Francisco Ferreira Dias
franciscofdias@gmail.com

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Diretivo da
APA
Rua da Murgeira, 9/9A - Zambujal
Ap. 7585
2610-124 Amadora

Nossa refª/Our ref.: DSGCIG-DGeod	**Sua refª/Your ref.:** E-mail de 13/03/2025 Ofício Circular S015033-202503-DCOM.DCA de 12/03/2025
Of. Nº: S-DGT/2025/1969 17-04-2025	

Assunto: AIA 3778 – Mina da Lagoa Salgada.

Relativamente ao assunto em epígrafe, e após apreciação efetuada sobre documentação disponibilizada no Portal Participa, temos a informar o seguinte:

1 - Rede Geodésica

1.1 - Informa-se que todos os vértices geodésicos pertencentes à Rede Geodésica Nacional (RGN) e todas as marcas de nivelamento pertencentes à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP), são da responsabilidade da Direção-Geral do Território (DGT). A RGN e a RNGAP constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em território nacional e encontram-se protegidas pelo Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril.

1.2 - Relativamente à RGN, deverá ser respeitada a zona de proteção dos marcos, que é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio e assegurado que as infraestruturas a implantar não obstruem as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação.

Após análise da informação relativa à localização do Projeto da "Mina da Lagoa Salgada", verificou-se que, dentro do limite da sua área de estudo existe um vértice geodésico pertencente à RGN, denominado “Lagoa Salgada”, pertencente à folha 39-D da Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000.

1.3 - No que respeita à RNGAP, informa-se que também existe uma marca de nivelamento na área de intervenção deste projeto, cuja integridade física deverá ser preservada.

1.4 - A informação sobre a localização dos vértices geodésicos e das marcas de nivelamento que poderão ser afetados pela execução deste projeto já foi enviada previamente à empresa Quadrante S.A., responsável pela elaboração do Estudo de Impacte Ambiental. Esta informação pode também ser obtida através dos serviços WMS em:

https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos

2 - Cartografia

A cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, cf. preconizado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação.

A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade carece de autorização de utilização pela respetiva entidade.

3 - Limites Administrativos

A representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.

4 - Conclusão

O parecer da DGT é favorável condicionado, devendo ser respeitado o mencionado em 1. Rede Geodésica e no pressuposto do cumprimento do referido em 2. Cartografia e 3. Limites Administrativos.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica

Assinado por: **PAULO MANUEL GASPAR PATRÍCIO**
Num. de Identificação: 09564359
Data: 2025.04.21 11:24:47+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

Dados da consulta

Nome resumido	Mina da Lagoa Salgada
Nome completo	Mina da Lagoa Salgada
Descrição	Mina da Lagoa Salgada
Período de consulta	2025-03-14 - 2025-04-30
Data de ínicio da avaliação	2025-05-01
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Procedimento de Avaliação
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	REDCORP-Empreendimentos Mineiros,Lda
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Clara Sintrão

Eventos

Documentos da consulta

Resumo não Técnico	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3778/volumei_t2020-746-00-eia_rnt_01202531395336.pdf
Relatório Síntese	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3778/rs_final-eia_projeto_mina_lagoa_salgada202531218246.pdf
Outros Documentos	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3778

Nº Participações	630
Nº Seguidores	651

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	153
Discordância	460
Geral	6
Proposta concorrente	1
Reclamação	7
Sugestão	3

Participações

ID 84705 CHIRO - Associação Morcegos.PT em 2025-04-30

Comentário:

Face aos potenciais impactes negativos provocados pelo complexo mineiro da Lagoa Salgada, bem como da CSF, linha elétrica e conduta adutora associadas, considera-se que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA): - Não descreve a metodologia de forma adequada, sendo necessária uma explicação mais detalhada da mesma. - Limita-se a apresentar os resultados do levantamento bibliográfico. - Excetuam-se os resultados da pesquisa de abrigos, pesquisa essa que foi insuficiente face à dimensão da área a afetar e às características da mesma. - Não é identificado nenhum impacte do complexo mineiro e dos projetos associados específicos sobre os morcegos. - Avaliação dos impactes cumulativos com outros projetos em locais próximos, que possam originar mortalidade sobre os morcegos e alterações significativas de habitat (explorações mineiras, empreendimentos turísticos, vias de comunicação - ex: A2; zonas industriais e sistemas agrícolas; etc.). Apesar do EIA listar um número considerável de outros projectos susceptíveis de causar impactos cumulativos, a análise dos impactes sobre a fauna é muito superficial. - O plano de Monitorização (PM) deve incluir pelo menos os dois primeiros anos de exploração, sendo avaliada o seu prolongamento ao fim dos dois anos. Considera-se ainda que face à tecnologia atualmente disponível, deveriam ter sido adotadas metodologias mais atuais, nomeadamente nas amostragens com utilização de detetores passivos, em vez de ativos; amostragens contínuas desde o pôr-do-sol até mínimo de 4h depois, em vez de apenas 10 minutos por campanha. Adicionalmente, deverá ser efetuada amostragem em área de controlo ainda em fase de pré-construção. - Recorde-se que no caso dos morcegos, as recomendações do ICNF para EIA's de linhas eléctricas (ICN, 2005), considera necessário pesquisar abrigos num raio de 200 m ao redor dos locais de implantação dos apoios; que estes apoios deverão ser implementados a uma distância mínima de 100m de cada abrigo identificado; que esta prospecção deverá ser complementada com amostragens acústicas nocturnas; e que caso a linha eléctrica se situe a menos de 5 km de distância de abrigos de importância nacional (conhecidos ou detectados no decorrer dos trabalhos), a situação deverá ser discutida com o ICNF.Considera-se ainda que o Projeto: - Não deverá afetar núcleos de árvores maduras ou

de maior porte. - As árvores de menor porte abatidas devem permanecer no local de corte durante 2-3 dias para permitir que os morcegos abandonem os potenciais abrigos nos troncos. - Deverá manter/criar corredores ecológicos que aumentem a conectividade entre os principais habitats utilizados pelos morcegos (núcleos de quercíneas, galerias ripícolas e outros que venham a ser detetados nos estudos de caraterização, dentro e fora da área de implantação do complexo mineiro e projetos associados). - Deverá implementar medidas de mitigação de perda de habitat no interior do complexo mineiro e em áreas adjacentes ao mesmo, e de minimização do efeito barreira. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos.

Anexos: 84705_PARECER_TÉCNICO_SOBRE_EIA_Mina_Lagoa_Salgada.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84702 laura moura em 2025-04-30

Comentário:

Pelo impacto ambiental e social.Pelas consequências a curto e longo prazo.Pela saúde, pela biodiversidade, pelo ambiente e pelo futuro.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84701 Maria Neto em 2025-04-30

Comentário:

Considero que o projeto apresenta evidentes e significativos efeitos negativos para a população, território, paisagem e ambiente - comprometendo o desenvolvimento sustentável do concelho, sendo uma ameaça para os recursos hídricos, colocando em causa a saúde pública, devido a poeiras, ruído e vibrações de explosões subterrâneas, destruindo a biodiversidade e colocando em causa a qualidade de vida da população – principalmente a que reside nos aglomerados rurais de proximidade - cujo desenvolvimento fica, também, seriamente comprometido.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84700 Vanda de Lurdes Lapão e Silva em 2025-04-30

Comentário:

Projecto altamente prejudicial para a região.Contaminação de água subterrânea e aquíferos, comprometendo as gerações futuras.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84698 Carla Ferreira em 2025-04-30

Comentário:

Enquanto cidadã com raízes profundas no concelho que me viu crescer — e que, com orgulho e esperança, sonho continuar a habitar — manifesto, por este meio, a minha oposição ao projeto da exploração mineira da Lagoa Salgada.Esta terra, onde os nossos antepassados trabalharam e cuidaram do solo com respeito, terra que viu florescer gerações atrás de gerações, é hoje o lugar onde muitos de nós queremos criar as nossas famílias, preservar a natureza que nos rodeia, manter os laços comunitários e contribuir para um futuro sustentável. A proposta de instalação desta mina, nos moldes em que é apresentada, não respeita essa visão nem (cor)responde às reais necessidades das populações locais e, sendo uma exploração mineira, provavelmente nunca será respeitadora do meio ambiente ou de tradições e locais.Estamos perante um projeto que ameaça gravemente o ambiente, com impacte ecológico extremamente devastador sobre a fauna, a flora, os recursos hídricos e o equilíbrio dos ecossistemas. O corte de sobreiros, a contaminação de solos e águas, o ruído provocado pela exploração, bem como pela logística inerente à exploração mineira subterrânea representam riscos reais, que não podem ser ignorados nem suavizados com promessas de mitigação.Além disso, o alegado benefício económico não me parece compensar, de forma alguma, o custo social, ambiental e afetivo que esta exploração acarreta. A curto prazo, poderemos ver alguns empregos criados, todavia, a longo prazo, o que perdemos — em qualidade de vida, em saúde pública, em património natural e cultural (material e imaterial) — será incomparavelmente maior! Trata-se de uma visão extrativista, centrada no lucro imediato e alheio, que ignora o verdadeiro valor de um território vivo, habitado e muito amado na nossa Grândola, Vila Morena.O nosso Alentejo (litoral ou interior) não é um espaço vazio à espera de ser descoberto ou explorado. É um local pleno — de história(s), de comunidade(s), de património e com muito potencial, mas não para ser explorado desta forma. E é precisamente esse potencial que devemos proteger: o de um desenvolvimento que respeite a terra, que valorize os seus recursos de forma equilibrada e que envolva as pessoas, em vez de as sacrificar.Apelo, por isso, a que se escute a voz das populações locais, os verdadeiros “donos da terra cujas gerações aqui residem há muito, muito tempo” que, com conhecimento de causa, sensibilidade e sentido de responsabilidade rejeitam este projeto. Há ainda tempo para fazer escolhas diferentes. Escolhas que honrem o passado, preservem o presente e não comprometam o futuro. E salvem, acima de tudo, o nosso património! Vamos abrir uma exceção e ouvir a voz (e o coração) dos habitantes e amigos da nossa terra acima da voz do lucro oco e vão de entidades que nem o nosso concelho conhecem ou habitam?

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84697 Fapas - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade em 2025-04-30

Comentário:

Manifestamos a nossa discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.A Direção da FAPAS- Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84696 Anabela M L F E Blofeld em 2025-04-30

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projecto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projecto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do Município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projecto afectará de forma muito negativa e duradoura actividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes.A protecção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projecto extractivo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.Anabela BlofeldCD 07158205 3 ZY2

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84695 Mariana Velho Rodrigo em 2025-04-30

Comentário:

A Mina da Lagoa Salgada é um projeto de grande relevo para o Município de Grândola que não podemos deixar de apoiar. A minha participação é de apoio e concordância porque penso que vai trazer vários benefícios, nomeadamente: mais e melhores postos de trabalho, dinamização da economia local, diversificação de negócios. Por outro lado, a exploração de matérias críticas é um desígnio europeu no atual contexto de guerra, que é igualmente uma guerra económica, em que a Europa tem de recuperar o tempo que deixou setores importantes adormecidos. Em face disso, penso que as questões ambientais e climáticas, desde que devidamente compensadas, não devem ser limitadoras da exploração dos nossos recursos, tanto mais que com estes recursos podemos estar melhor apetrechados para fazer face a um futuro que está num rumo incerto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84694 Bruno Casaes Teixeira em 2025-04-30

Comentário:

A exploração prevista da Mina da Lagoa Salgada implicaria a produção diária de 5 151 toneladas de rejeitados tóxicos, que formariam uma barragem de 65 ha já classificada com "perigo muito elevado". Mesmo com geomembranas e sistemas de drenagem, falhas técnicas ou fenómenos meteorológicos extremos poderão libertar drenagem ácida, contaminando aquíferos estratégicos do Tejo-Sado, já sobre-explorados e essenciais para o abastecimento público em períodos de seca severa. Acresce a destruição de 73 ha de montado — com o abate de cerca de 1 900 sobreiros e azinheiras protegidos — eliminando serviços ecossistémicos insubstituíveis, como o sequestro de carbono, a regulação hídrica e a preservação da biodiversidade, enquanto as "medidas compensatórias" necessitam de séculos para alcançar equivalência ecológica.Além dos impactes ambientais directos, o concelho terá de suportar custos de infra-estruturas que o EIA subestima: reforço de uma estrada municipal estreita (EM543) para receber 36 camiões pesados por dia, com maior risco de acidentes e desgaste acelerado; construção de uma linha aérea de 15 km, com 52 apoios de 40 m de altura, e de uma conduta adutora de 20 km, cuja capacidade real ultrapassa em nove vezes a água declarada, levantando

sérias dúvidas sobre consumos futuros. Todos estes encargos pressionam as finanças locais e contrariam os planos de ordenamento que apostam no turismo de natureza, actualmente responsável por crescimentos de dois dígitos nas receitas do concelho. Perante estes custos ambientais e infra-estruturais, o retorno económico para a Câmara Municipal é residual: menos de 1 % das receitas anuais (51,9 M€ em 2025), dependente de royalties voláteis indexados ao dólar e às cotações internacionais dos metais — variáveis totalmente fora do controlo autárquico. Em contraste, o turismo, a agricultura de montado e a fileira da cortiça geram emprego permanente, valorizam a marca "Grândola" e garantem receitas estáveis em euros. Aprovar a mina seria trocar um património natural de elevado valor por um ganho financeiro marginal e incerto, deixando um passivo ambiental e social que o concelho teria de gerir durante décadas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84693 Isabel Pereira em 2025-04-30

Comentário:

Sendo proprietária nas proximidades da Lagoa Salgada venho manifestar a minha discordância e reserva face a um projeto que coloca em causa determinados valores presentes no local e na região, nomeadamente: a afetação dos recursos hídricos, de si já escassos , numa região com graves problemas de disponibilidade de água e cuja exploração/laboração vai colocar em causa o abastecimento públicos de 4 localidades (Batão, Água Derramada, Cilha do Pascoal e Rio de Moinhos) que hoje já têm problemas. Como se avalia o impacto dum projeto desta natureza, quando faltar a água nestas localidades. A APA está a fazer esta avaliação?! As entidades garantem que não irá faltar a água por causa deste projeto?! Se faltar, quem vale a estas localidades?! Quem defende as populações vulneráveis nestas situações, quando a APA, a CCDR Alentejo e outras entidades não estão a acautelar os recursos naturais como é o seu dever?!Quem defende a região, quando acontecer uma contaminação nos lençóis freáticos e nos ecossistemas, porque quem devia nos defender não monitoriza os verdadeiros riscos dum projeto desta natureza para a região!?Numa região que vive do montado e onde ainda resiste um montado de relativa qualidade, quanto vale colocar em causa este recurso ambiental e económico por uma exploração de 11 anos, sem garantias que o minério existe mesmo e colocando em causa os recursos para as gerações futuras que escolheram este local para viver?! Quem defende as gerações futuras, quando uma APA e uma CCDR Alentejo hipotecam o futuro do Alentejo por projetos e interesses económicos que só vão e estão a tirar da terra e cujo retorno é quase nulo?!Numa região com graves problemas de habitação e em que a especulação imobiliária tomou conta do território, o que será dos filhos da terra que aqui querem continuar a viver, mas que não encontram habitações a preços acessíveis?! Este projeto só virá agravar este problema, com prejuízo de todos...Quando vemos que nos querem tirar o pouco que temos e que não existem instituições que nos defendam, nada disto começa a fazer sentido, num Alentejo que já não pertence aos Alentejanos

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84692 Francisco Manuel Ascenção Marta em 2025-04-30

Comentário:

O impacto ambiental deste tipo de infraestruturas tem sempre custos que suplantam qualquer vantagem.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84690 Yarmo Mackenbach em 2025-04-30

Comentário:

Nao concordo com um projecto que vai enriquecer os investidores de fora e autarquias corruptas locais, que serao incapazes de gerir os resíduos acumulados, deixando mais pobres os que já pouco têm, nomeadamente população local atual e gerações futuras, poluindo o ecossistema local para sempre.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84689 Inês em 2025-04-30

Comentário:

Venho por este meio expressar a minha profunda oposição à proposta de construção de uma mina de metais nessa região. Considero esta decisão inaceitável, pois coloca em risco a saúde pública, o meio ambiente e a qualidade de vida da população local.A exploração mineira trará consequências irreversíveis, como a destruição de habitats naturais, a contaminação de solos e águas subterrâneas, e o aumento da poluição do ar. Além disso, a atividade da mina pode comprometer a agricultura local e mesmo outras fontes de rendimento que dependem diretamente da preservação do ambiente.É inaceitável que projetos deste tipo avancem. Por esta razão peço que reconsiderem esta decisão dando prioridade ao bem-estar da população e a proteção dos recursos naturais e em específico dos sobreiros da região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84688 Veronika em 2025-04-30

Comentário:

O Relatório Sintese aparenta ter sido desenvolvido de forma não neutra. Como exemplo, a desvalorização do aspecto de impacto visual com 25% da área sendo nas proximidades de Grândola não se justifica. O impacto será considerável.Trata-se de um projeto com elevado impacto negativo local, impacto ambiental severo, sem claras vantagens para a população residente atual e de gerações futuras, nem garantias de salvaguarda da poluição gerada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84687 Tânia Neto em 2025-04-30

Comentário:

Sou terminantemente contra este projeto de exploração mineira pois:•Terá um impacto ambiental muito elevado, levando à destruição ambiental de uma grande área (65ha) que ira acomodar 9 milhões de toneladas de detritos de matérias tóxicos, à destruição da fauna e flora do local, bem como à possível contaminação dos aquíferos, que também terão a sua recarga natural afetada caso aconteça um provável rebaixamento do lençol freático, que será muito provável tendo em conta o consumo de água estimado para a extração. A poluição ambiental terá também um impacto significativo na saúde das pessoas e animais. •Terá um impacto social que não pode ser comportado, pois não existem acessos, serviços ou habitação para acomodar mais 300 famílias, tendo em conta que neste momento a taxa

de desemprego é baixíssima, os trabalhadores terão nitidamente de ser deslocados de outros pontos geográficos para vir trabalhar na mina. •A pouca, ou mesmo residual, compensação económica, tendo em conta que o país irá apenas receber 3-5% do valor do minério à boca da mina, sendo que desse apenas 0,5% ficará para o Município de Grândola. Num concelho que depende da agricultura, pecuária, extração de cortiça e turismo, o impacto de uma exploração deste género, não será só desastroso a curto prazo, mas também a longo prazo, destruindo, a paisagem, o ambiente, a saúde, a cultura, as tradições e a economia deste povo, que vive de uma ligação constante à terra e que não tem, e não quer ter, nenhum tipo de ligação à exploração mineira.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84686 Maria em 2025-04-30

Comentário:

A localização não me parece correcta, tão perto do Sado….

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84685 Ricardo Vilhena em 2025-04-30

Comentário:

A mina da Lagoa Salgada representa uma oportunidade significativa para o desenvolvimento económico e social da região, contribuindo para a criação de emprego, a valorização dos recursos naturais e o fortalecimento do setor mineiro nacional. O projeto demonstra um compromisso com práticas sustentáveis e responsáveis, priorizando a minimização dos impactos ambientais e a promoção de iniciativas que beneficiem as comunidades locais.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84684 Isabel Maria Neves Faria de Almeida De Haan em 2025-04-30

Comentário:

Inaceitável pelos impactos ambientais, a opacidade dos estudos e compensações.Mais transparência, mais respeito pelos ecossistemas da zona, mais respeito pelas populações.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84683 Nuno Menezes em 2025-04-30

Comentário:

Discordo em absoluto com a instalação de uma Mina na Lagoa Salgada ! E um crime ambiental que interfere directamente na qualidade de vida das populações e do ambiente puro e natural que se vive aos dias de hoje ! É inaceitável um projecto desta natureza num local que deveria ser preservado !!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84682 Ana Raquel Ferreira Lima em 2025-04-30

Comentário:

Projeto muito interessante do ponto de vista económico e social comprovando que Portugal é um país com recursos válidos para serem explorados valorizando o território e as pessoas. Tive oportunidade de ver o projeto com pormenor e saliento a preocupação ambiental que o promotor teve. Este tipo de projetos são importantes para a soberania nacional e europeia.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84681 Francisco Rodrigues em 2025-04-30

Comentário:

Boa tarde,Este projecto irá prejudicar vários concelhos e apenas se foca no interesse económico e financeiro.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84680 Noémia Maria Duarte do Carmo em 2025-04-30

Comentário:

Entendo que o Estudo de impacte ambiental, sobre o projeto da Mina, ele próprio refere existirem riscos que se prendem com a forte possibilidade de os lençóis freáticos virem a ser contaminados e a qualidade do ar vir a ser afetada e esses são riscos efetivos.A acontecer a contaminação da água, como agua é vida, a vida fica seriamente comprometida, uma vez que existem maioritariamente população rural e dedicada a agricultura que o fazem há anos, ficando o solo comprometido, tudo o resto que daí se retira fica igualmente inerte, o rendimento das famílias que dependem deste meio de subsistência falece e arrasta consigo famílias inteiras.Quanto à utilização de explosivos para abrir as galerias, entendo que os rebentamentos prejudicarão em termos sonoros a população, bem como afetarão a estrutura das habitações existentes na zona.Quanto ao facto de ficarem depositados os detritos acima do solo, além de esteticamente ferir a paisagem, existirá o perigo de contaminação do solo. Quanto à utilização da estrada municipal como meio para a circulação dos camiões carregados de minério, não se compatibiliza com o trafego normal, nem na hipótese de ser melhorada. Como se processaria o trânsito durante as obras de melhoria? Como se realizaria a passagem pela Aldeia da Justa?Quanto ao abate de arvores e posterior plantio só na Herdade da Nogueirinha, a ser executado o projeto, deveriam ser plantadas as árvores nas herdades de onde fossem abatidas.Em síntese, não se deve destruir o mais para se obter o menos. O progresso não se deve atingir a todo o custo nem em detrimento da sustentabilidade existente no meio. Colocar em crise a Agricultura e Floresta que sustenta o existente para explorar minério que apenas sustentará os vindouros que não se sabe onde possam ficar. O projeto a ser executa trará mais malefícios que benefícios.Não deverá ser aprovado com parecer favorável o estudo em questão.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84679 Luís em 2025-04-30

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84678 Veigas e Mota, Agropecuária, Lda em 2025-04-30

Comentário:

Como empresa a operar na região, consideramos um atentado a toda a população envolvente e a todas as actividades agroflorestais ali desenvolvidas.Uma contaminação desnecessária que terá um peso a pagar pelas gerações futuras.A nossa tristeza e desilusão por todo este processo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84677 Inês Duarte em 2025-04-30

Comentário:

Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84676 Pedro Tiago Miranda em 2025-04-30

Comentário:

Nasci em Grândola mas não consegui fazer a minha vida na terra dos meus avós porque não havia um emprego de acordo com a minha formação. O facto de se implementar um projeto com 300 postos de trabalho diretos é excelente para o concelho. Podemos criar muitos outros postos com mais famílias na vila e mesmo nas aldeias do concelho. Acredito que será excelente para os mais jovens e para poder apoiar os mais idosos, que deixam de ter quem cá queira estar. As questões ambientais são, como é óbvio, importantes, mas, do que li e ouvi, penso que todo este processo será seguro para as pessoas e a natureza, e termos o benefício do nosso bem-estar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84675 Amoreira do Barranco, AgroPecuária, Lda em 2025-04-30

Comentário:

Como empresa do sector agropecuário, consideramos um atentado a toda a população envolvente e a todas as actividades agroflorestais ali desenvolvidas.Uma contaminação desnecessária que terá um peso a pagar pelas gerações futuras.A nossa tristeza e desilusão por todo este processo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84674 Eduardo Soares em 2025-04-30

Comentário:

Os recursos minerais são vitais para suportar o crescimento económico, melhorar ou manter a qualidade de vida e o funcionamento da sociedade moderna. O crescimento demográfico e desenvolvimento da sociedade exercem uma crescente pressão sobre a disponibilidade destes recursos. Deste modo, a segurança do abastecimento das diferentes commodities necessárias para satisfazer as necessidades do mercado, tornou-se um factor crucial para qualquer país, não obstante a reciclagem desempenhar um papel importante na gestão sustentável destes recursos. Os metais são, na sua totalidade, essenciais para a economia, bem como o são para produtos e tecnologias que permitem a transição para uma sociedade capaz de abraçar esses desafios. A gestão dos recursos naturais cada vez mais está na ordem do dia sendo um aspecto crítico para qualquer análise de política púbica que concorra para o desenvolvimento sustentável. As matérias-primas, mesmo as que não estão classificadas como essenciais, são importantes para a economia europeia, dado que se encontram no início das cadeias de valor da indústria transformadora. Os esforços tecnológicos aplicados nas actividades de exploração mineira só podem ser aplicados nos lugares onde os recursos se encontram, isto é, a Natureza, e não a sociedade, determina o lugar onde foi propícia a acumulação dos recursos. Todavia, a sociedade determina onde pode ocorrer a prática mineira, dificultando o acesso aos recursos por expansão da população e zonas urbanizadas, não existindo, por vezes, uma salvaguarda de acesso aos recursos minerais de importância pública ou apenas por razões mal fundamentadas NIMBY (do inglês Not In My BackYard).

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84673 Vera Mateus em 2025-04-30

Comentário:

O projecto apresenta várias intervenções que colocam em causa a biodiversidade, as culturas e habitats de espécies autocnes, além do impacto no domínio hídrico,afectando a região hidrográfica tejo- sado e a incidência negativa da instalação de uma mina com movimentação de maquinaria pesada, com emissões constantes de gases para a atmosfera. Questiono qual o tempo de vida útil de uma mina com estas características, o impacto na vida das povoações mais próximas, sujeitas a movimentação de solos, as emissões de gases, a drenagem de águas residuais e o impacto nos aquíferos que servem as mesmas. Pelos exemplos que temos no país quando falam em recuperação paisagística questiono- me qual a perspectiva que têm e quanto tempo levaria á recuperação total dos solos e habitats?!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84672 Raquel afonso santos em 2025-04-30

Comentário:

O impacto avassalador sobre a mata de sobreiros e pinheiros, fonte de riqueza da cortiça e produtos do pinhal e de que pouco sobra como mata nacional. Discordo em absoluto com tal exploração

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84671 Vítor Manuel Sobral em 2025-04-30

Comentário:

Notas prévias1.Enquanto leigo na área da mineração, corro o risco de, involuntariamente, interpretar erradamente alguns dados e elementos do EIA e assim fazer uma análise/interpretação menos correcta de alguns aspectos.2.Dado o pouco tempo disponível não consegui aprofundar a leitura integral de todos os documentos apresentados. Constato, porém, que em contexto de consulta pública, muitos são irrelevantes e visam apenas desmotivar a leitura, outros apenas abrem com sw específico. Verifica-se muita redundância entre todos o que indica a falta de uma revisão adequada ao todo para a apresentação como um documento único.3.Não sou proprietário de qualquer terreno ou propriedade na área de implantação da mina ou da concessão o que não significa que não sofra, como todos os Grandolenses, de formas mais ou menos evidentes e directas, o impacto resultante da eventual autorização para a exploração mineira, ao nível da poluição atmosférica; dos recursos hídricos (sua diminuição, qualidade/contaminação e extinção - com abrangência desconhecida); do ruído genérico da actividade; do ruído e vibrações das explosões, com impacto nas habitações e outras construções; do incremento do tráfego de pesados e consequente degradação da rede viária e outros factores que progressivamente se irão revelando como degradação e a saúde das pessoas, factor que é absolutamente marginalizado de forma evidente e calculista.IntroduçãoFarei uma abordagem mais genérica que me parece fundamental e seguidamente farei uma abordagem mais específica a aspectos da EIA que mais me chamaram a atenção, transcrevendo o texto e comentando aspectos do mesmo.Considerações:1.A primeira grande falha é considerar o momento actual, prévio à construção de infraestruturas e ao início da prospecção, como sendo o Momento ZERO no

que se refere à obtenção de indicadores. Esse momento ocorreu em 1992! Com base neste raciocínio, lógico, todos os dados apresentados estão inquinados porque não reflectem a realidade anterior quando não tinha ocorrido qualquer impacto2.Ao longo de 33 anosa.Não ocorreu qualquer consulta aos proprietários que assistiram, impotentes, á invasão das suas terras e ao esventrar das mesmas, ao pisar das sementeiras já efectuadas, ao arranque das vedações dos parques de gado e ao abate de espécies vegetais e florestais com duvidoso interesse para os trabalhos.b.Não ocorreu, que se saiba, qualquer estudo de impacte ambiental prévio e relacionado com a prospecção. Mas, é graças a esta actividade que existem e são bem evidentes. diversos impactos, que são totalmente desconsiderados.i.Ao nível dos recursos hídricos1.A prospecção, efectuada em locais diversos, em quadriculas de 50x50m, através de dezenas (senão centenas) de furos com profundidades de largas centenas de metros, muito além dos 500m referidos como profundidade máxima de escavação, comprometeu de forma irreversível os recursos hídricos conforme se evidencia pela progressiva e sistemática diminuição do nível de poços e dos caudais dos furos artesianos existentes na área e em toda a zona envolvente.2.A própria Lagoa Salgada, que dá o nome mina, desapareceu.ii.Ao nível de espécies vegetais1.Têm secado de forma progressiva com o secar dos lençóis freáticos mais superficiaisiii.Ao nível da avifauna1.A generalidade das aves que faziam da lagoa o seu habitat permanente ou as que faziam da lagoa o seu local de descanso e/ou de nidificação, no âmbito de fenómenos migratórios, desapareceu2.Da área da lagoa desapareceram anfíbios, répteis e pequenos mamíferos que dependiam daquele ecossistema.3.Por arrasto, na cadeia alimentar, desapareceram predadores terrestres e aéreos.c.Não ocorreram, que se saiba, por parte das entidades responsáveis pelo licenciamento, quaisquer actividades de fiscalização ou auditoria às acções de prospecção e às (ausência de) boas práticas utilizadas.3.Diversas empresas estiveram envolvidas na prospecção. De todas a que mais se evidenciou negativamente, pelo desrespeito total para com os proprietários foi a RECORP. Por isso, muito do que agora é referido no EIA só gera desconfiança. A Redcorp, não é confiável!a.Tiveram critérios, diferentes na abordagem aos proprietáriosi.“Compram” alguns com benesses e promessas, duvidosas, com objectivo de minimiar eventuais entraves1.Charcas2.Vedações3.Poços4.Viagens5.Promessas de empregabilidadeii.Ostracizaram a generalidade dos restantes a quem, numa fase posterior do processo, e mediante a necessidade de uma abordagem mais esclarecedora foi dito que não tinham nada a dizer e que quem contactaria os proprietários faria seria uma consultora.b.Quando se refere que o projecto licenciado ao abrigo do SIR, isso não serve apenas para publicitar no mídia, é um compromisso que impacta totalmente a entidade desde administração até ao mais humilde colaborador. Não se enquadra, pois, neste âmbito a ausência de urbanidade e civismo, designadamente:i.As velocidades de circulação das carrinha

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84670 Litoflora, Gestão Agro-Florestal, Lda - Gestiflora em 2025-04-30

Comentário:

Como empresa na área da Gestão agroflorestal, consideramos um atentado a toda a população envolvente e a todas as actividades agroflorestais ali desenvolvidas.Uma contaminação desnecessária que terá um peso a pagar pelas gerações futuras.A nossa tristeza e desilusão por todo este processo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84669 Junta de Freguesia de Melides em 2025-04-30

Comentário:

Parecer da Junta de Freguesia de Melides sobre o Projeto "Mina da Lagoa Salgada"

Anexos: 84669_Parecer Mina da Lagoa Salgada 2025.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84668 Monte Novo Daroeira e Fonte Lobo, Unipessoal, Lda em 2025-04-30

Comentário:

Como empresa agro florestal a desenvolver a actividade familiar neste local, consideramos um atentado a toda a população envolvente e a todas as actividades agroflorestais ali desenvolvidas.Uma contaminação desnecessária que terá um peso a pagar pelas gerações futuras.A nossa tristeza e desilusão por todo este processo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84667 Mafalda Luzia em 2025-04-30

Comentário:

Discordo com este projeto por diversas razões, mas nomearei, pelo menos, duas. O património natural e paisagístico da Serra de Grândola ficará grave e irremediavelmente comprometido se esta exploração for posta em prática. Os lucros, com a concretização deste projeto, beneficiariam apenas os interesses dos grandes grupos económicos, enquanto os impactos ambientais seriam imputados à nossa comunidade. De forma resumida: em nada este investimento de elevadíssimo e negativo impacto se justifica, se quisermos preservar o nosso concelho e a nossa Serra e a nós próprios, que cá vivemos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84666 Ricardo Ribeiro em 2025-04-30

Comentário:

O projeto da mina da lagoa salgada, é devastador para o interior do Concelho de Grândola, é um autêntico atentado ecológico que irá destruír um Concelho que é estratégico pela sua localização geográfica e pelos seus 45 km de frente atlântica, sempre em praias ambientalmente preservadas e que terá que combater as assimetrias e valorizar o interior do Concelho, não destruí-lo. Portugal tem uma dívida para com Grândola e devia assumir o compromisso de não agredir um Concelho que tanto já fez pela democracia, mas também pela economia nacional, com os investimentos existentes no ramo do turismo que foram uma das molas impulsionadoras da economia nacional e ajudaram Portugal a sair da crise pós troika.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84665 Alfredo Manuel Aguilar Fontes em 2025-04-30

Comentário:

A Mina da Lagoa Salgada é um projeto que vejo com bons olhos pois irá capitalizar para o meu concelho investimentos importantes, que tanto necessitamos. Estamos longe de tudo e todos, estando esquecidos, tal como a maioria do Alentejo. Só servimos para o turismo. Até o nosso montado está decrépito e ainda ninguém nos ajudou a deitar a mão. Esta será uma excelente oportunidade de termos algo que motive a população a ficar e a trazer de volta quem foi por falta de oportunidades.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84664 Rute Moura em 2025-04-30

Comentário:

Boa tarde.Sou natural do Concelho de Grândola, local onde resido e trabalho.Relativamente ao Projeto da Lagoa Salgada, surgem me várias questões que não vi respondidas e que me deixam numa posição de desacordo a este projeto, nomeadamente:- sendo que alguns profissionais serão residentes no município, estes serão poucos, então de onde virá a grande massa de profissionais que serão necessários para edificar moradias e trabalhar na mina? Sabe-se que em Grândola não há habitação disponível devido à massificação turística levou os preços a dispararem e não só,- quais as condições de saúde destes profissionais que veem de fora de Portugal e qual o impacto para a saúde pública?- o abate de árvores será dramática e não se falou no abate necessário para requalificar estradas para a passagem de camiões de minério,- falava se numa linha ferroviária para transportar a minério mas tal solução ficou no papel optando - se pela rede rodoviária a qual discordo prontamente, se por um lado o tráfego será imenso, dificultando a vida aos Grandolenses, por outro lado as estradas serão fortemente e frequentemente danificadas, sendo que a empresa não prevê a sua manutenção, mas deveria,- o principal lençol freático será afetado de uma forma intensa e permanece durante os anos de exploração e não se prevê os danos mas supõem-se, e que não serão poucos levando a maior escassez de água pois os recursos hídricos são limitados como sabemos,- existem materiais que em contacto com oxigénio se tornam nocivas para a saúde, como exemplo existe o canal caveira que teve mina e o seu impacto é real, não se pretenda mais do mesmo,- os habitats naturais? A fauna e a flora locais serão atingidos de uma forma dura e permanente,- a mina implantar-se-à numa zona de elevado valor ecológico pelo povoamento de sobreiros e pinheiros o que levará a necessidade de abate de árvores- a qualidade do ar mudará ficando a população residente exposta a potenciais poluentes podendo agravar o estado de saúde pública da população,- os trabalhadores trazem família? Não existem escolas suficientes, os cuidados de saúde são débeis, as infra-estruturas inexistentes,- em caso de situações de emergência? Ou uma catástrofe? Temos um corpo de bombeiros já mais reforçado mas que ainda assim é insuficiente para a resposta principalmente no verão, como pretendem ter uma resposta?- e após o encerramento da mina? Quem veio para trabalhar? Ficará desempregado? Quem foi afetado pela poluição? Terá direito a tratamento em conformidade? Os solos serão reflorestados? Com o que? Os sobreiros não se desenvolverão rapidamente!!! As estradas danificadas? Quem as irá mantendo ao longo de todos estes anos?Mais perguntas tinha a fazer.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84663 Teresa pereira em 2025-04-30

Comentário:

Chamo-me Teresa Isabel Pereira, sou grandolense, aqui trabalho e resido.Serve o presente para mostrar a minha discordância, quanto ao Projeto da Mina da Lagoa Salgada, algo que considero nocivo para o meio ambiente e, por conseguinte, para a saúde de todos quanto aqui vivem. Este projeto terá enormes impactos ambientais, sociais e económicos em todo o concelho, pois pressupõe a devastação de uma enorme área de sobreiros, que neste concelho são uma base do panorama socioeconómico. Também os solos e os recursos hídricos sofrerão enormes impactos, limitando o desenvolvimento da vida animal e vegetal.Discordo! por estes e muitos outros motivos.Teresa Pereira

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84662 Armando José de Sousa Ribeiro em 2025-04-30

Comentário:

Só posso estar de acordo com um projeto que vai desenvolver a minha terra. Tudo o que for trazer desenvolvimento tem de ser apoiado. Estamos abandonados e a perder gente. Havendo uma indústria empregadora há mais dinheiro a circular e oportunidades de negócio para os jovens da terra que queiram aqui ficar. Espero mesmo que este seja um projeto para andar pois já estamos fartos de ficar para trás em tudo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84661 Rosa Maria Albino Rodrigues Banha em 2025-04-30

Comentário:

Chamo-me Rosa Maria Albino Rodrigues Banha e sou Grandolense.Venho, deste modo, mostrar a minha discordância para com o projeto de uma mina, que pretendem realizar a poucos quilómetros de Grândola, e mais perto ainda de povoações como Água Derramada.Grândola não precisa de mais projetos que suguem o seu Meio Ambiente, para isso já bastam os campos de golf, e o turismo desenfreado junto á costa.Precisamos de empregos para os nossos jovens, mas empregos "saudáveis". Precisamos de boas escolas e de um centro de saúde com médicos! Não de uma mina que irá poluir o ambiente e estragar, ainda mais, a saúde dos que aqui vivem.Discordo!Rosa Maria Albino Rodrigues Banha Sobral

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84660 Aida de Jesus Carvalho Matos em 2025-04-30

Comentário:

Penso que este projeto e proposta de investimento no meu concelho é positivo quer em termos económicos quer em termos sociais. Mesmo ambientalmente, fator de preocupação de algumas pessoas, não vejo grandes problemas dado que legalmente estas indústrias são obrigadas a cumprir as normas, que são muito restritivas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84659 Bruno Mendes em 2025-04-30

Comentário:

As minas são indispensáveis na nossa vida e acho que esta é importante para o desenvolvimento do concelho, principalmente as aldeias próximas

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84658 Maria Carolina Martins Araújo em 2025-04-30

Comentário:

O projeto da Lagoa Salgada é algo muito positivo para Alcácer. Nesta região os investimentos são fracos e pequenos. Será certamente uma oportunidade para crescermos pois onde há um pólo de desenvolvimento outras infraestruturas se seguem e formas de investimento. a mineração está a ser promovida pela Europa para conseguirmos ser autónomos, daí que este seja de facto um projeto prioritário para Portugal e para os europeus. Estes são os fundamentos da minha concordância. Acredito que as questões ambientais serão acauteladas pelo promotor pois há muita vigilância neste setor e, tendo a população contente, maior será o sucesso do projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84657 Manuel José Vigario Oliveira em 2025-04-30

Comentário:

Estou a favor da aprovação deste projeto pois irá ser benéfico para o meu concelho, onde quase não há trabalho e investimentos que possam ser de desenvolvimento. Não acredito no que andam a dizer sobre os impactos, até porque a mina é subterrânea. Os minérios que vamos ter aqui vão ser muito importantes para o crescimento de Portugal inteiro, e isso é que nos deve importar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84656 Joana Sá Couto em 2025-04-30

Comentário:

Remeto para o documento em anexo

Anexos: 84656_Mina Lagoa Salgada.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84655 Eduardo Miguens em 2025-04-30

Comentário:

Muito sucesso para a região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84654 Hugo Candeias em 2025-04-30

Comentário:

Apolio

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84653 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2025-04-30

Comentário:

Exmos/as. senhores/as,Junto se anexa parecer da ZERO relativo a este projeto.Cumprimentos,A direção da ZERO

Anexos: 84653_Parecer ZERO - Mina Lagoa Salgada.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84652 Paulo André correia da Silva em 2025-04-30

Comentário:

O projeto parece muito bem desenvolvido e uma mais valia para o país.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84651 Juntos Pelo Cercal em 2025-04-30

Comentário:

O JPC vem por este meio declarar a sua profunda discordância com o projeto mina Lagoa Salgada e o desenvolvimento traçado para esta região.Os detalhes desta contestação seguem em anexo.Agradeço desde já, Movimento Juntos Pelo Cercal

Anexos: 84651_Contestação JPC lagoasalgadamina.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84650 Cristina Amado em 2025-04-30

Comentário:

Esta mina terá um impacto negativo gigantesco para todo o ecossistema e população.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84649 Alberto dos Santos Caiado em 2025-04-30

Comentário:

Concordo com o Projeto que está a ser desenvolvido maioritariamente no concelho vizinho de Grândola porque vai trazer desenvolvimento qualificado e bem remunerado a muitos que hoje estão a trabalhar em condições de exploração da mi´séria humana e ainda porque vai fazer crescer esta região que está tão carenciada de projetos e investimentos sem ser no turismo de verão.O que aconteceu a Portugal com o apagão deveria fazer pensar em como poderão ser importantes para a nossa autonomia este tipo de projetos desde que sejam muito bem acompanhados pelo goivernos e autarquias para que a empresa cumpra com todos os seus deveres sociais económicos e ambientais. Se assim acontecer nada tenho a opor e concordo com este e outros projetos como este para a nossa região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84648 José de Bruijn em 2025-04-30

Comentário:

Não concordo. O concelho escolheu o turismo e não a exploração mineira. Vamos prejudicar a saúde publica, a qualidade da água e a produção agrícola sem haverem motivos nem condições para isso. Não existem medidas que possam reverter os danos, digam aquilo que quiserem vamos todos pagar no futuro, caso este projeto siga em frente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84647 Jorge Alberto Caeiro >Maia em 2025-04-30

Comentário:

TIVE CONHECIMENTO NA PRESENTE DATA DE QUE EXISTIA NAS REDES SOCIAIS UMA CONTESTAÇÃO A ESTE IMPORTANTE INVESTIMENTO QUE SE DENOMINA MINA DA LAGOA SALGADA.QUERO MANIFESTAR E DENUNCIAR O SEGUINTE POIS A MINHA VERTICALIDADE E A MINHA REVOLTA NÃO ME PERMITE FICAR EM SILÊNCIO:1- AS ASSOCIAÇÕES DUNAS LIVRES E PROTEGER GRÂNDOLA SÃO ASSOCIAÇÕES DE LISBOA QUE QUEREM IMPOR AOS GRANDOLENSES AS SUAS IDEIAS SEM CONSULTAR NADA NEM NINGUÉM. NÃO É VERDADE QUE A EMPRESA QUE VAI FAZER O PROJETO NÃO TENHA REALIZADO SESSÕES PÚBLICAS PARA QUEM QUISESSE LÁ IR E FORAM MUITOS E EU TAMBÉM´ LÁ ESTIVE. O PROJETO FOI BEM EXPLICADO E TODAS AS PERGUNTAS FORAM RESPONDIDAS E FALOU-SE ABERTAMENTE DE TODOS OS PROBLEMAS E COMO SERIAM RESOLVIDOS.SOBRE A ÁGUA FOI-NOS DITO QUE SERIA UTILIZADA PARTE DO FUNDO DA MINA E A OUTRA QUE VIRIA DO ALQUEVA PELA ALBUFEIRA DE VALE DO GAIO. SÃO APENAS QUARENTA E TAL MIL METROS CÚBICOS POR ANO, QUANDO TODOS SABEMOS QUE SÓ UM HECTARE DE ARROZ CONSOME DEZ MIL METROS CÚBICOS POR HECTARE. ESTES SENHORES DESTAS ASSOCIAÇÕES QUE SÓ REPRESENTAM MEIA DÚZIA DE TURISTAS DE FIM DE SEMANA ESTÃO A QUERER ENGANAR QUEM? AINDA NÃO VI NINGUÉM DE GRÂNDOLA OU ALGUMAS ENTIDADE OU ASSOCIAÇÃO MESMO DOS NOSSOS CONTERRÂNEOS MANIFESTAR-SE CONTRA ESTE PROJETO. APENAS VI HOJE O SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO CONCELHO DE GRÂNDOLA VIR PUBLICAR A SUA PARTICIPAÇÃO CONTRA O PROJETO, QUE APENAS O VINCULA A ELE PRÓPRIO POIS NÃO FOI REALIZADA NENHUMA ASSEMBLEIA GERAL DESTA ASSOCIAÇÃO PARA PODER DISCUTIR O ASSUNTO E DECIDIR SE A ASSOCIAÇÃO DEVERIA PARTICIPAR NA CONSULTA PÚBLICA CONTRA OU A FAVOR. A EMPRESA E SEI DO QUE FALO POIS ESTIVE LÁ PARA OUVIR, SEMPRE DISSE QUE ESTARIA DISPONÍVEL PARA FAZER AS SESSÕES PÚBLICAS QUE FOSSEM NECESSÁRIAS DESDE QUE ALGUÉM A PEDISSE. QUE EU SAIBA ESTAS ASSOCIAÇÕES DE REDES SOCIAIS NUNCA PEDIRAM À EMPRESA PARA DEBATER O PROJETO E NEM SEQUER ESTIVERAM PRESENTES NAS SESSÕES. O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÂNDOLA ESTEVE NAS SESSÕES QUE FORAM FEITAS E ATÉ FEZ BASTANTES PERGUNTAS QUE FORAM TODAS RESPONDIDAS. E SOBRE OS TERRENOS A SEREM OCUPADOS PELO PROJETO, ALGUNS DELES JÁ ESTÃO NEGOCIADOS COM A EMPRESA E UM DOS MAIORES PROPRIETÁRIOS DESSA ZONA ATÉ É UM FUNCIONÁRIO DA PRÓPRIA EMPRESA.SOU A FAVOR DO PROJETO PORQUE ENTENDO QUE TRARÁ BENEFÍCIOS PARA TODOS E OS PROBLEMAS AMBIENTAIS SERÃO TRATADOS COMO OS TÉCNICOS LÁ

REFERIRAM NAS SESSÕES. QUANDO VEJO UNIVERSIDADES E OUTRAS EMPRESAS SÉRIAS A DAR A CARA NESTES PROJETOS AS COISAS NÃO SÃO A BRINCAR NEM ESTÃO PARA PREJUDICAR AS POPULAÇÕES E O CONCELHO. JÁ BASTA DE VERMOS AS MINORIAS DE QUEM PENSA QUE É DONO DE GRÂNDOLA OU DA NATUREZA E DO AMBIENTE A ESTAR SEMPRE CONTRA TUDO E CONTRA TODOS OS PROJETOS PARA IMPOREM AS SUAS IDEIAS DE NÃO DEIXAREM PORTUGAL AVANÇAR.APOIO ESTE PROJETO E ACREDITO QUE TODAS AS ENTIDADES DE GRÂNDOLA QUE NÃO SE MANIFESTARAM É PORQUE TAMBÉM O APOIAM MAS NÃO O FAZEM PUBLICAMENTE POR QUESTÕES SOCIAIS E POLÍTICAS. EU NÃO SOU DESSES POIS AQUI ESTOU A DAR O MEU ACORDO. GRÂNDOLA 30 DE ABRIL DE 2025JORGE CAEIRO MAIA

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84646 Cristina Sobral em 2025-04-30

Comentário:

A mina ora em causa enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.Acresce o facto de a população das áreas a abranger ser uma população envelhecida, que face à sua idade e desconhecimento do projeto e das suas implicações, está completamente alheia às consequências da entrada em funcionamento de um projeto desta dimensão e dos impactos nefastos que tal irá ter na vida tal como a conhecem.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84645 Jose Andre Rodrigues em 2025-04-30

Comentário:

Discordo pois o concelho já está devastado e degradado sendo a mina mais um foco de poluição.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84644 maria correia em 2025-04-30

Comentário:

Não sou a favor da mina!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84642 Maria Leonor Campaniço em 2025-04-30

Comentário:

concordo com o projeto da mina lagoa salgada pois não influencia o ambiente.no futuro o projeto não irá prejudicar a população e os adolescentes.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84641 Luis Fraga em 2025-04-30

Comentário:

A minha discordância prende-se com as consequências nefastas que a extração de minérios com elevado grau de perigosidade na Mina da Lagoa Salgada irão provocar no ecossistema e na população em geral.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84640 Município de Grândola em 2025-04-30

Comentário:

Ex.mos(as) Senhores(as),Boa tardeNo âmbito da consulta pública promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente sobre o Estudo de Impacte Ambiental do Projeto da Mina da Lagoa Salgada, a Câmara Municipal de Grândola vem deste modo submeter a sua participação, em anexo (Mina Lagoa Salgada - EIA - FINAL_submetidoV2-2_signed.pdf).Com os melhores cumprimentos.CM Grândola

Anexos: 84640_Mina Lagoa Salgada - EIA - FINAL_submetidoV2-2_signed.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84639 Sónia Cristina Pereira em 2025-04-30

Comentário:

Não concordo com a exploração da mina da Lagoa Salgada em Grândola porque:- Os recursos hídricos na região são escassos e a referida mina irá consumir muita água e deixar os lençóis freáticos contaminados com os minérios que irão ser explorados. Irá verificar-se uma degradação das massas de água, quer em volume quer em qualidade.- No que diz respeito à agricultura e florestas o número de arvores protegidas a abater é muito elevada, o que irá empobrecer os ecossistemas da região e economia agrícola.- Argumentos socioeconómicos. A exploração da mina não trará um aumento da taxa de empregabilidade, uma vez que já há escassez de mão-de-obra na região, principalmente de mão-de-obra qualificada.- Patricmonio culturar e humano. O projeto trará um número de perdas imensuráveis de proprietários, agricultores e produtores florestais para a região.- Outros impactos negativos. O referido projeto não é equilibrado, compensatório para a população, aumentará o numero de veículos a circular nas vias do concelho com minérios perigosos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84638 Alberto Gonçalves em 2025-04-30

Comentário:

Começo desde já por dizer que estes projetos são muito importantes porque cada vez mais dependemos tanto de materiais como de energia de outros países porque não os produzimos cá. Com isto resulta os preços elevados e a dificuldade de acesso. A zona onde vai ser feita a mina é bastante boa para o projeto que é, juntando então o facto de ser uma mina de rampa que permite minimizar bastante o impacte. No ponto de vista econômico acredito que vá gerar muito posto de trabalho o que influencia também socialmente de uma maneira positiva. Gostei de ver este projeto que realmente mexe com a economia local ao contrario dos grandes empreendimentos turísticos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84637 ADT-Associação para o Desenvolvimento do Torrão em 2025-04-30

Comentário:

A ADT- Associação para o Desenvolvimento do Torrão, depois de analisar os documentos vem por este meio manifestar a sua concordância com o projeto de exploração mineira na Lagoa Salgada.Trata-se de um projeto que irá trazer benefícios socio económicos para as populações locais em primeiro lugar e em segundo lugar contribuir para o desenvolvimento económico do nosso país com o aproveitamento dos recursos minerais que possui.A questão ambiental será tratada e devidamente monitorizada pela APA e pela DGEG, à semelhança do que acontece nas minas vizinhas de Aljustrel e Neves Corvo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84636 André Guimarães em 2025-04-30

Comentário:

Vejo com bons olhos o desenvolvimento da mina da Lagoa Salgada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84635 Cláudia Duque em 2025-04-30

Comentário:

a) No resumo não técnico do EIA vol. I, pág 9, é indicado que “não há sobreposição do projecto com a RN2000", no entanto, no vol. II, página 665 é indicado que a área de exploração mineira é ocupada por áreas de pinhal e montado e que “a estas unidades de vegetação estão associadas três habitats de interesse comunitário.”, e que a “afetação irá gerar um impacte negativo, direto, local, certo, permanente, reversível, imediato, de magnitude moderada e muito significativo.”b) É incogruente e trapaceiro, classificar àreas como de interesse comunitário, com o aval técnico e especializado a nível nacional e europeu, ao mesmo tempo que se promove e se apoia a destruição direta e/ou indirecta da fauna, flora e habitat classificados.c) Importa defender o nosso património natural nacional, principalmente numa zona classificada como ZPE, ZEC, com zonas húmidas e linhas de água.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84634 Daniel Rito em 2025-04-30

Comentário:

Cada um tem a sua ideia a favor ou contra a mina ,mas acho que na nossa zona esta mina não é benéfica para a população muito pelo contrário, somos uma zona onde população está um pouco envelhecida e não é a mina que vai chamar população nova muito pelo contrário! Quem vêm para cá procura a calma e um ambiente saudável que ainda ah sem a mina!!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84633 Ana Lúcia Vale em 2025-04-30

Comentário:

Não concordo com a Mina da Lagoa Salgada por motivos de impacto ambiental.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84632 Magna Farinho em 2025-04-30

Comentário:

Defesa dos animais na região e da biodiversidade que ali existe!Mau em todos os sentidos, quer a nivel de saude, economica como ambiental!Gasto de agua enormissimo!Alteracoes climaticas, seca..Contaminacao de solo e do ar!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84631 beatriz caiado em 2025-04-30

Comentário:

Concordo com a abertura e o projeto da mina da lagoa salgada.Por o que li não vi nenhum epacte em nível ambiental que seja negativo.Em nível económico e social vai ser vantajoso para a população principalmente para os jovens.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84630 VILLAS BOAS SACADURA BOTTE, LDA em 2025-04-30

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84629 Purificação Maria Pinela Pereira em 2025-04-30

Comentário:

"Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais.Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos.O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida.Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos.11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido.Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa.Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis.Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele.Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação.Este projeto tem de ser travado."

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84628 Manuel Francisco Banha Sobral em 2025-04-30

Comentário:

Discordo com a Mina da Lagoa Salgada!Tenho 18 anos e represento uma geração de grandolenses que, no seu futuro, poderá encontrar uma mina no seu concelho de residência. Chamo-me Manuel Sobral, e sempre gostei muito do campo. Sou estudante de Engenharia Agronómica e tenciono voltar para o concelho de Grândola, para aí exercer a minha profissão, num pleno respeito com o Meio Ambiente.Quando penso neste projeto, não entendo a mais valia do mesmo, pois o que traz de negativo ultrapassa, largamente, o positivo. Poluição, contaminação e desflorestação são apenas alguns pontos negativos. Tudo em prol de 3% á boca da mina? A destruição de montado de sobro abrangida pela proposta, para a instalação da Mina, é inacreditável, e afetará todo o ecossistema que é base, não só para a biodiversidade, mas também para a economia local, onde atividades económicas sustentáveis, como a agro-silvo-pastorícia, são o pilar de muitas famílias, comprometendo o desenvolvimento económico equilibrado e a qualidade de vida de muitos grandolenses. Sendo essa, uma Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos, a mineração pode ainda resultar na contaminação dos aquíferos, e ter danos numa larga escala, de tempo e espaço.Não concordo pois com este projeto.Manuel Francisco B. Sobral

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84627 Rui Filipe Martinho Teixeira em 2025-04-30

Comentário:

Tenho acompanhado este projeto desde que o começaram a apresentar e a falar nele e só posso estar totalmente de acordo. Vai trazer desenvolvimento para o nosso concelho, o que bem precisamos. A exploração de minério é algo muito importante para o país pois temos de ter alguma mais valia em relação ao resto do mundo; já não produzimos nada de jeito, a nossa cortiça tem tido muito prejuízo por causa das doenças, e esta é uma boa alternativa. Será de certeza uma boa aposta para Grândola, desde que sigam todas as normas que o Governo impõe sobre a água e o ambiente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84626 Noémia Augusta Silva Marques em 2025-04-30

Comentário:

Embora more em Setúbal, a minha família é natural de Grândola e vamos lá muitas vezes. Tivemos que sair infelizmente, porque ali nada evoluía e não conseguíamos ter uma vida em condições. Este tipo de projeto serve para trazer gente, logo há benefícios económicos e equipamentos sociais. É disso que a minha terra precisa. Quem vem fazer ativismo climático não sabe o que é trabalhar para pôr pão na mesa. Temos de ter consciência que temos de fazer as coisas em segurança para as pessoas e a natureza, mas sem impedir o tão importante progresso, que teima em não chegar ao Alentejo. Só praia e turistas para resorts não é futuro. Basta ficarem fartos e aquilo fica às moscas. Precisamos de investimentos sólidos e que contribuam realmente para melhorar a vida das pessoas. Sem cuidarmos das pessoas não podemos cuidar do ambiente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84625 Rita Cruz em 2025-04-30

Comentário:

Não prejudiquem mais esta zona que já está sobrecarregada com projetos de pouco interesse ambiental, tal como este. Sejam sérios na avaliação do impacto ambiental para a população, para os recursos hídricos, para a fauna e flora.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84624 Ermelinda dos Anjos Santana em 2025-04-30

Comentário:

Este é um projeto com o qual estou de acordo, pois mesmo com tudo o que têm dito sobre o ambiente e a água, eu vi o documento e estive numa apresentação do mesmo. O projeto parece-me bem pensado para mesmo depois de acabar a exploração da mina. Temos de pensar que a exploração vai trazer gente e investimento para um local que está literalmente abandonado. Quem vem a Grândola, sem ser para as praias?... ter gente a trabalhar com bom salário significa que também o gastam cá e isso é desenvolvimento para todos. Temos de pensar no ambiente, mas temos de pensar também, e acima de tudo, nas pessoas. Se não lhes dermos condições ninguém quer cá ficar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84623 João Casanova em 2025-04-30

Comentário:

Estou contra a instalação de uma mina na lagoa salgada. Preservar o nosso meio ambiente é o primeiro passo para um planeta mais limpo e sustentável. Pelo fim do consumo desenfreado e por um desenvolvimento sustentável que sirva a toda a Humanidade.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84622 Francisco em 2025-04-30

Comentário:

Discordo, o saldo será negativo para a população residente do concelho.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84620 Antonio Eduardo Sobral dos Santos em 2025-04-30

Comentário:

Venho por este meio demonstrar a minha discordância com as minas da Lagoa Salgada. O nosso concelho promove tanto a costa, aprovando complexos turísticos de qualquer forma, privando os habitantes de terem acesso as praias e nada tem sido criado para melhorar a forma de vida dos residentes, tendo sim agravado em virtude dos preços terem subido e ajudar mais para o interior vai se aprovar umas minas com um enorme impacto ambiental em que natureza e os residentes das zonas insolventes irá sofrer. Jovens , nossos filhos, medicos e professores não tem condições de arrendar ou adquirir imóveis no centro de Grândola, zonas menos povoadas como é o caso de Silha do centeio, silha do Pascoal, Agua Derramada, etc necessitam de ser promovidas para Habitação e não como extracao de minerio e que está mais que provado que nao serve os interesses da população e nem da Natureza.Concluimos que com esta política, os Grandolenses perdem a sua qualidade de vida baseados em interesses económicos..É de lamentar a mudança que o nosso mundo está a sofrer...António Eduardo Santos

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84619 Regina Faia em 2025-04-30

Comentário:

Só vai prejudicar a população onde abrange a mina só vai dar cabo mais da estrada onde os camiões passam e essa mesma estrada passa dezenas de pessoas que precisam de se deslocar para o trabalho todos os dias. Não queremos a mina na nossa zona

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84618 Cristina Margarida Duarte em 2025-04-30

Comentário:

Deixo a minha total concordância a este projeto pois acredito que o meu concelho, e o Alentejo, precisam de crescer em outros domínios. Temos sido constantemente esquecidos e não há meio de termos outras alternativas para fixarmos pessoas nesta terra que cada vez tem menos gente e serviços. Um empreendimento destes traz necessariamente outros benefícios a toda a população.Sem radicalismos, e se virmos o projeto com olhos de ver, temos a noção que este será certamente um bom investimento para os grandolenses.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84617 Associação de Agricultores de Grândola em 2025-04-30

Comentário:

Junto se anexa o documento com a participação da Associação de Agricultores de Grândola na consulta pública do EIA da Mina da Lagoa Salgada.Trata-se de uma participação de discordância.

Anexos: 84617_AAG_Participacao_na_Consulta_Publica_LagoaSalgada_Final.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84616 Diamantino antónio dos Santos Páscoa em 2025-04-30

Comentário:

Penso que este projeto será muito valioso para a minha região pelo investimento que aqui será feito. Precisamos de mais postos de trabalho e de gerar riqueza. Do modo como as coisas são verificadas hoje em dia, e a importância que o nosso ambiente tem para todos, todos os impactos menos positivos podem ser mitigados. Assim as nossas instituições façam o seu trabalho. Uma mina traz riqueza ao país, que é o que precisamos pois estamos sempre dependentes da Europa. O que se tem passado na economia nestes últimos anos mostra que temos novamente de fazer de Portugal um país com uma voz ativa. A aprovação desta mina é um passo em frente para Portugal.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84615 José Batista em 2025-04-30

Comentário:

Muito bom

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84614 Cláudio Tomé em 2025-04-30

Comentário:

Declaração dos Bombeiros de Grândola – Manifestação contra a Mina da Lagoa SalgadaOs Bombeiros de Grândola não podem deixar de manifestar a sua preocupação face aos riscos associados ao projeto de exploração mineira na zona da Lagoa Salgada.Este tipo de atividade envolve perigos significativos para a segurança das populações e do ambiente: transporte e manuseamento de substâncias químicas, tóxicas e explosivas, risco de explosões, derrocadas subterrâneas, acumulação de gases, além do previsível aumento do número de acidentes de viação e acidentes de trabalho.O crescimento do tráfego pesado e da movimentação humana numa área sem infraestrutura adequada representa uma ameaça concreta, que poderá colocar em causa a capacidade de resposta dos serviços de emergência e proteção civil.Os Bombeiros de Grândola têm como missão proteger vidas humanas, bens e o meio ambiente. Por isso, consideramos que deve haver uma avaliação séria e transparente dos impactos deste projeto, tendo como prioridade a segurança pública, a resiliência do território e a preservação dos recursos naturais da região.Defendemos um desenvolvimento que seja sustentável, planeado e compatível com a proteção da comunidade e do ecossistema da Lagoa Salgada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84613 Margarida Paulo Coelho em 2025-04-30

Comentário:

Olá ! É normal haver interesse em abrir uma mina nesta zona devido ao desenvolvimento económico e os ordenados altos que uma mina normalmente possuem e que nós aqui tanto precisamos, afinal os minérios mencionados são cada vez mais importantes para tudo, desde telemóveis até energias renováveis. Ao avançar claro que tem de ser com todas a regras e precauções necessárias para que as coisas aconteçam sem acidentes nem perturbar o ambiente , nem a população.Acho que é possível tirar o proveito dos recursos sem destruir o que temos de bom.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84612 Vânia Angélico em 2025-04-30

Comentário:

Concordo com a abertura da mina, pois será uma mais valia em termos de postos de trabalho..

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84611 Paula Ponce Lopes em 2025-04-30

Comentário:

Discordo completamente deste projeto

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84610 Hugo Soares em 2025-04-30

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada vá trazer benefícios.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84609 Alexandre Rufino em 2025-04-30

Comentário:

O grave problema deste tipo de extração, é o impacto que deixa de uma forma permanente nas zonas intervencionadas, desde a contaminação dos solos, contaminação da águas, a própria poluição dos ar, erosão do solo, perda de biodiversidade, libertação de gases, já para não falar no grande impacto que tem entre as comunidades.Não existe qualquer tipo de benefício para as comunidades, só mesmo para as empresas que realizam as explorações.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84608 André Felipe Faustino em 2025-04-30

Comentário:

É do conhecimento geral que a população portuguesa não é apologista de minas do seu território, mas as minas também têm um outro lado bastante positivo para a população e hoje em dia já existem muitas medidas de segurança que não existiam há várias décadas . Uma mina iria trazer emprego para os jovens, estabilidade financeira, etc. Até porque hoje em dia para termos carros elétricos, iPhones , e todas as comodidades , são necessárias minas para extrair os minérios, logo, porque não sermos nós ? E nós também sermos beneficiados com isso.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84607 Ivone Rosa Estrela em 2025-04-30

Comentário:

Discordo do projecto pelas consequências graves que irá causar à população próxima e ao ambiente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84606 ANTÓNIO TEIXEIRA JOSÉ em 2025-04-30

Comentário:

Abrir uma mina aqui nesta zona penso que seria bastante bom para várias pessoas , incluindo os jovens que querem ter bons ordenados. Para não falar do desenvolvimento económico da nossa zona e do país . Que faz falta exportarmos para o desenvolvimento do pais e também tendo em conta a situação atual do mundo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84603 José Domingos Costa em 2025-04-30

Comentário:

Um projeto que vai trazer valor para as populações e enriquecer o nosso país!!!Às questões ambientais são seguidas pela APA como é normal e acontece nas outras minas em operação no nosso país .

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84602 Bernardo Azevedo em 2025-04-30

Comentário:

Apoio este projeto pois acredito que terá um impacto muito positivo na região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84601 Alexandre Matos em 2025-04-30

Comentário:

Penso que a exploração da mina da Lagoa Salgada é uma decisão acertada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84600 Beatriz Nunes em 2025-04-30

Comentário:

Estou bastante de acordo com a ideia da mina da Lagoa Salgada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84599 Bruno Lopes em 2025-04-30

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada é importante para o desenvolvimento regional.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84598 Nuno Monteiro em 2025-04-30

Comentário:

Concordo com a mina da Lagoa Salgada, considerando os potenciais benefícios económicos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84597 Paula Mendes em 2025-04-30

Comentário:

Pelo que li e pela zona onde vai ser feita a mina não me parece que vá ter um impacto negativo na área. Em questões ambientais ou até mesmo na biodiversidade pouco ou nada deve afetar. Agora falando na economia e nos habitantes, vai ser bastante bom porque os salários normalmente são bons. Há sempre contratações de empresas exteriores o que ainda ajuda mais a localidade a crescer. Ou seja para mim o beneficio para a localidade é bem maior que o custo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84596 Luís Mendes em 2025-04-30

Comentário:

Um projeto bom para os jovens, trás oportunidades de emprego para a população diretamente e indiretamente. Não me parece que vá ter grande impacte no ecossistema pois é uma zona que parece não ter muitos animais nem muitas plantas. É mais pasto que outra coisa. Olhando para as localidades onde existe minas a trabalhar, a população recebe bem e parece satisfeita portanto a minha opinião é concordante.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84595 ANA CRISTINA RICARDO BAÇÃO em 2025-04-30

Comentário:

Sou a favor da mina, trabalho e vivo perto de 2 minas e é uma mais valia para os concelhos e habitantes.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84594 Pedro Pratas e Sousa em 2025-04-30

Comentário:

A mina da lagoa salgada vai prejudicar gravemente os cidadãos de Grândola, um acordo totalmente desfavorável para quem lá vive e com os beneficiários a serem os exploradores, como sempre.Um autêntico desastre ambiental e económico

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84593 FATIMA CRISTINA FERNANDES DE OLIVEIRA MENDES em 2025-04-30

Comentário:

Manifesto profunda preocupação com a aprovação do projeto LAGOA SALGADA, que ameaça gravemente o ambiente e a sociedade local.Este projeto mineiro põe em risco o turismo, a agricultura e a qualidade de vida, especialmente os nossos aquíferos já sob escassez hídrica.A destruição da biodiversidade a poluição e a contaminação são consequências sérias que comprometem o futuro da região.Os riscos ambientais e sociais superam os potenciais benefícios económicos. Apelo às entidades competentes para que rejeitem este projeto, ouvindo a comunidade e considerando os argumentos apresentados.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84592 Marco Mestre em 2025-04-30

Comentário:

Drillcon na sondagem da mina

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84591 Assembleia Municipal de Grândola em 2025-04-30

Comentário:

Remete-se a posição da Assembleia Municipal de Grândola, sobre a Mina da Lagoa Salgada.

Anexos: 84591_Tomada de Posição da AM - Mina da Lagoa Salgada_7934.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84590 João Pereira em 2025-04-30

Comentário:

Sou morador em Grândola e acho que um projeto destes iria trazer bastantes benefícios à nossa população, não só a nível local , como a nível nacional . A nível local iria aumentar a média dos ordenados da localidade, e a nível nacional precisamos dos minérios descritos no projeto para o nosso dia a dia, e se não os produzirmos vamos ter de os comprar . E vistos que a economia do nosso país não é a melhor , penso que seria uma mais valia para todos .

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84589 REN em 2025-04-30

Comentário:

Exmos. Srs., Junto enviamos parecer da REN no âmbito desta consulta pública. Com os melhores cumprimentos.

Anexos: 84589_Carta APA_REN_2751_2025_AIA3778 - Mina da Lagoa Salgada - Parecer Específico_assinada.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84588 Pedro Mata em 2025-04-30

Comentário:

Na minha opinião este projeto vai trazer um impacto muito negativo a nivel ambiental à regiao onde vai ser implementado. Os recursos hidricos sao cada vez menos e a floresta presenta na zona vai desaparecer devido às captaçoes de agua presentes. Muitas pessoas da zona que dependem da floresta e da agricultura para seu sustento vão passar por situações muito preocupantes.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84587 Alfredo Rocha em 2025-04-30

Comentário:

A aprovação da Mina da Lagoa Salgada deve estar intrinsecamente ligada à criação de um plano de desenvolvimento integrado para a região. Este plano deve não só contemplar os benefícios económicos diretos da mineração, mas também estratégias para diversificar a economia a longo prazo, investir em infraestruturas sustentáveis e promover o turismo ecológico. Paralelamente, é fundamental estabelecer um fundo robusto para a conservação da natureza, alimentado por receitas da mineração, garantindo a proteção e a recuperação de ecossistemas sensíveis e a promoção da educação ambiental.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84586 Ricardo Silva em 2025-04-30

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada é importante para o desenvolvimento regional, e defendo que este desenvolvimento deve ser feito com responsabilidade ambiental, garantindo um futuro sustentável para todos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84585 Miguel Sampaio em 2025-04-30

Comentário:

Concordo com a mina da Lagoa Salgada, reconhecendo o seu potencial económico, mas insistindo na implementação de práticas que garantam a proteção a longo prazo dos recursos naturais.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84584 Armanda Pires em 2025-04-30

Comentário:

Sim, concordo com a mina da Lagoa Salgada, dando prioridade a um modelo de desenvolvimento económico que seja ambientalmente responsável e traga prosperidade para a região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84583 Fábio Matias em 2025-04-30

Comentário:

Este é um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido.

Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84581 Lara Maria Barros Vitorino em 2025-04-29

Comentário:

Nasci e cresci em Grândola e tive que sair para poder ter uma vida melhor. Mas estou cansada de estar fora do meus País e o que estou a assistir aqui em França dá-me muita insegurança a todos os níveis. Rezo para que este projeto possa ser uma realidade pois eu e o meu marido temos qualificações para trabalhar num projeto destes. Pelo que lemos nos anexos o projeto está mesmo muito bem feito e são muitas as personalidades do estado Português a fiscalizar o que nos dá muita segurança no cumprimento do que a empresa diz que vai fazer. Desenvolver e criar emprego justo em Grândola e em Portugal é o que fará regressar os seus emigrantes como nós que já estamos fartos de estar fora de casa e cada vez com menos proveito.O meu pai esteve numa das sessões públicas de apresentação do projeto e gostou muito das pessoas da empresa que lhe parecerem muito sérias e trabalhadoras.Deus permita que eu e o meu marido possamos voltar para o nosso cantinho.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84580 Carlos Filipe Melo Cardoso em 2025-04-29

Comentário:

Estudei com algum tempo os documentos do EIA e assisti às duas apresentações da empresa. O projeto aparenta ser muito consistente e a empresa apresenta um compromisso sério com as questões sociais, ambientais e económicas. O consumo da água foi bem esclarecido e não me parece que o abate de sobreiros seja um entrave pois infelizmente mutos deles estão já condenados com as doenças.Como se viu ontem com a falta de energia, Portugal e a europa necessita de ser cada vez mais autossuficiente. Cabe ao estado estar atento e fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações da empresa.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84579 Daniela Cristina Osório Figueiras em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com o projeto mas tenho algum receio relativamente à água a utilizar na mina. A ser verdade que apenas será utilizada a água muito abaixo dos aquíferos que servem para as populações e para o gado e agricultura então o resto será resolvido de ume ou outra forma.Acredito que o APAGÃO DE ONTEM fez despertar muita gente para a necessidade de sermos independentes em tudo o que for possível, quer em Portugal quer na europa. Hoje em conversa com amigos e nalgumas redes sociais pude constatar que de facto temos que abrir os olhos e olhar para este tipo de investimentos como uma oportunidade de liberdade e emancipação económica do resto do mundo que quer a europa dependente e a rastejar.ESTE APAGÃO vai fazer bem a este País.Necessitamos é de investimento e responsabilidade social e laboral

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84577 Vasco Pedro Santos Padrão em 2025-04-29

Comentário:

Dou o meu apoio a este projeto pois conheço bem a empresa e as pessoas e os técnicos e entidades que com ela trabalham e tenho a firme convicção de que tudo o que consta do EIA será cumprido. Trata-se de uma excelente oportunidade para o concelho e para todo o Alentejo ter um investimento com este peso social e económico. Será sem dúvida um motor de desenvolvimento económico e social e em matéria ambiental não tem nada de deveras preocupante. O fecho da mina também está muito bem pensado.Vasco Padrão

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84576 Mauro José Pinto Rebelo em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com o projeto e tenho muita esperança que seja uma realidade pois será bom para Grândola e para o País.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84575 Rita Girão em 2025-04-29

Comentário:

Discordo em absoluto com a exploração de minas na lagoa salgada acabando com este recurso natural tão importante para a sobrevivência das espécies que nela habitam contaminando toda a envolvente e prejudicando os habitantes que fazem deste lugar um lugar de comunhão plena com a natureza respeitando ao máximo estes recursos que começam a ser cada vez mais raros no nosso território!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84574 Maria Barrero em 2025-04-29

Comentário:

Se este projeto avançar trará mais prejuízo que beneficio para as gentes para Terra e para o ambiente

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84573 Francisca Miguel Palmeira Soares em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com a exploração da mina da Lagoa Salgada desde que sejam integralmente cumpridas da parte da empresa todas as propostas que estão descritas no EIA e que de facto a água a utilizar na mina não seja obtida dos lençóis freáticos que abastecem a população, os animais e a agricultura.Pelo que sei será uma mina subterrânea e muito do que será extraído voltará para o fundo da mina. Parece-me bem também a forma como a empresa se preocupa com o bem estar e o desenvolvimento social e económico das pessoas e do concelho de Grândola. Os impactos negativos que sempre existem neste tipo de projetos parece-me também que estão bem compensados e diminuídos, mas não sou a pessoas mais indicada para falar sobre isso, motivo pelo qual confio no Estado para fazer essa avaliação e vigilância constante depois do projeto começar a trabalhar.O projeto refere que será para 11 anos, mas se for como outros que conheço poderá ser para muito mais o que seria bom para todos e para Portugal.Como não sabemos o que o futuro nos reserva com tanta gente contra a europa é muito importante que tenhámos autonomia neste tipo de materiais tão importantes para as alterações climáticas e para a defesa nacional e da europa.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84572 Teresa Lemmer em 2025-04-29

Comentário:

Caros senhores,Venho por este meio manifestar a minha discordância com o projecto proposto.O projecto tem um beneficio económico e social marginal para o município e pais por UMA DÉCADA e, sim, consequências ambientais e sociais graves para a região, alem de riscos de catástrofe ambiental e contaminação de agua e que permanecerão por muitas décadas, ou mesmo PARA SEMPRE! Isto numa região que esta a prosperar económica e socialmente, como por exemplo pelo turismo. E totalmente desalinhado com politicas climáticas e estratégia europeia de biodiversidade. Nem Grândola nem Portugal precisam desta mina!Apresento os meus principais pontos. Beneficio deste projeto não e transformador:- Beneficio financeiro marginal por UMA DÉCADA! - Para a Câmara Municipal de Grândola e' marginal no contexto da receita anual prevista para o municipio (menor que 1% da receita anual prevista). Royalties marginais para o pais também marginais! A receita da mina será exportada do município e do pais e durara pouco tempo – apenas uma década!- Criacão de postos de trabalho – Grândola ja esta a importar mão-de-obra do estrangeiro. O mercado de habitação já esta saturadíssimo. Onde iremos buscar esta mão de obra e onde ira morar?Ja o impacto negativo sera pesado e PARA SEMPRE!!- A paisagem – destruída! 9 milhões de toneladas de detritos de matérias tóxicas, uma colina artificial para sempre, com risco muito alto para sempre! Vide Histórico de acidentes com barragens de rejeitados – casos Aznalcóllar (1998) e Mount Polley (2014) usados como precedentes de falha mesmo em minas "modernas".- Risco de contaminação do solo e dos aquíferos – não so das duas vilas ão perto mas também de toda a vila de Grândola a apenas 12km de distancia. Desnecessario!- Compensação florestal proposta e insuficiente e não recreia um montado funcional! – demorara decadas (>70 anos) para a

biodiversidade recuperar, isto se for possivel. Perdem-se micorrizas nativas e e necessário tempo de maturidade). A Fauna afectada não sera recuperada num prazo curto – inclusive espécies da Directiva Aves e Habitats afectadas (águia-cobreira, tartaranhão-caçador, morcegos cavernícolas).- Poluição atmosférica e sonora devido aos trabalhos de extração (NOx, SOx, CO, COV, poeiras finas) e efeitos na saúde / chuva ácida. Também poluição do ar pelo transporte com camiões.- Negativo no turismo da região – Uma colina artificial visível a distancia a 12 km de uma vila com grande investimento no turismo. Feio!- Resíduos - aterro com 9 milhões de toneladas acumuladas de detrito tóxico numa estrutura enorme. E que por isso tem classificação de perigo de barragem “muito alto”- central solar proposta - embora útil, não mitiga contaminação hídrica, nem perda de solo e respectivo carbon footprint, nem toxicidade do lixo eterno gerado, nem perda de biomassa pela remoção dos materiais nem compensa a poluicão do ar e sonora!-Transito - aumento de trafico pesado na região com 35 camiões diários a circular perto das aldeias. Um stress para a populacão local!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84571 Rute Maria Soalheiro Vicente em 2025-04-29

Comentário:

Sou proprietária de terrenos quer agrícolas quer urbanos e concordo com o projeto desta mina por várias razões que vão desde os aspetos sociais e económicos até aos aspetos ambientais e de saúde dos animais e seres humanos. Sei que a empresa fez um grande trabalho e os organismos que decidem estes projetos são muito responsáveis e não aprovariam nada se não tivessem a certeza do que estavam a fazer.Ao contrário do que vi ainda hoje numa rede social eu sei que este projeto é subterrâneo e não a céu aberto como algumas dessas redes sociais querem fazer crer e andam a mentir aos mais distraídos.É um grande investimento que vai gerar muitos postos de trabalho bem pago pois sei que este setor mineiro paga bem e assim permite que se tenha uma vida melhor que lá em Grândola que nos concelhos à volta como é o caso do nosso.O movimento cívico a que pertenço só quer o melhor para o nosso ALENTEJO que anda perdido e a empobrecer de dia para dia. Desde que o Estado faça a empresa cumprir com as obrigações que estão escritas na proposta de estudo de impacto ambiental nada tenho a temer, muito pelo contrário. O mundo não está para se poder brincar com estes investimentos que se não vierem para cá irão para outro sítio do mundo e ficaremos cada vez mais dependentes e pobres.Rute Soalheiro de Castro e Vicente

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84570 Gisélia Branco em 2025-04-29

Comentário:

A preservação da Natureza é muito mais necessária que qualquer exploração mineira. Oxigénio e água são os bens mais valiosos. Deixem a ganância de lado e aprendam a viver com o que já temos, que é tanto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84568 Rodrigo Joaquim Mendes em 2025-04-29

Comentário:

Boa noite, eu até nem estava interessado em participar mas como vejo que há uma seita de gente que se juntou para impedir que muitos projetos avancem em Grândola sinto-me revoltado e obrigado a participar. Concordo com este e com outros projetos que façam vir para Grândola pessoas que possam dar movimento e riqueza à nossa região. Dizem que a mina vai esgotar a água e que a agricultura vai acabar e o gado morrer envenenado. Pensam que as pessoas são parvas e não percebem que se quem estuda estas coisas e tem o poder de avaliar os assuntos mete este projeto para o ovo se pronunciar é porque a empresa tem as coisas bem feitas e tudo bem estudado. Os comerciantes daqui estão contentes com o que aí vem mas muitos não falam porque esta gentinha até os trata mal se for preciso. Não posso aceitar que um punhado de alguns queiram mandar nos destinos de Grândola. E é uma vergonha ter visto usarem o dia 25 de abril, o dia da liberdade de um povo, para estes que nada fazem nem querem fazer andarem a fazer propaganda contra a mina e contra o turismo. Querem que Grândola viva de esmolas e miséria dos que aqui vêm só para passar férias e tirar fotografias. Que venham mais projetos desde que as pessoas e a saúde sejam bem guardadas e que os salários sejam bons para criar família.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84567 Ana Rita Sousa Silva Martinho em 2025-04-29

Comentário:

Exmos Sr.s Venho mostrar a minha discordância pela destruição não só do Ecossistemas mas também pela contaminação da água e destruição da agricultura e pecuária da zona. O futuro do local está destruido se realizarem estas minas.Atenciosamente Ana Rita Martinho

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84566 Pedro Gomes Feio Sobral em 2025-04-29

Comentário:

Eu, Pedro Gomes Feio Sobral, deixo aqui o meu contributo de total discordância, para com o projeto da Mina da Lagoa Salgada, enquanto grandolense que sou. Para além de residir neste concelho, também nele trabalho, diariamente, enquanto veterinário. Esta profissão, que exerço desde 2006, foi o sonho de uma vida, pelo respeito e dinâmica que envolve na tríade: Homem, Animal e Ecossistema. Posso dizer que conheço muito bem a realidade rural deste concelho, do qual já fui veterinário municipal. Foram muitos anos a realizar um trabalho, que implicou um estreito contato direto, não só com o terreno e suas gentes, os diversos efetivos dos distintos rebanhos, mas também com a fauna autóctone deste ecossistema, onde cada um tem um relevante papel no equilíbrio ambiental.Um ecossistema tem na ação humana uma das suas grandes fragilidades. Enquanto sistema complexo de organismos vivos, que interagem, não só entre si, mas também com os fatores abióticos, como o ar, o solo, a água ou a temperatura, encontra nas perturbações que o ser humano lhe pode influir, pontos catalisadores de um desequilíbrio, que muitas vezes não permitem a sua recuperação. A implantação de uma mina é uma das ações antrópicas, que muito lesa um ecossistema. Desde logo, a enorme área a ser devastada, destruiria o habitat natural de diversos animais e plantas, lesando a biodiversidade e promovendo, assim, o desequilíbrio ecológico. Mesmo que se avançasse com uma replantação, a mesma não seria imediata, e o corte na dinâmica do ecossistema já teria ocorrido. Mais chocante, neste caso, seria o efetivo de montado a devastar. Embora algumas das árvores possam estar em fim de vida, muitas estão saudáveis e são extremamente produtivas. A contaminação do solo e de aquíferos seria outra das grandes preocupações a ter em conta. O risco de contaminação real, é algo que não se pode descartar e, ao ocorrer, teria efeitos negativos por décadas, sobretudo, pelo facto da futura mina se sediar num local, em cujas imediações se encontram três captações públicas de água subterrânea basilares para povoações como a Cilha do Pascoal e Água Derramada. Por falar em água, esse bem essencial, cuja escassez pode vir a ser um problema das gerações futuras, está previsto no Estudo de Impacte Ambiental relativo a este projeto, um consumo de cerca de 1 milhão de m³ por ano, vindos, sobretudo, da Barragem de Vale de Gaio! Um consumo louco que poderia afetar a disponibilidade deste recurso para atividades fundamentais, das gentes deste concelho: agricultura, pecuária e silvicultura, para não falar no próprio consumo para o ser humano. A área, onde se pretende implantar a suposta mina, é um local onde a Natureza ainda impera, o ar é puro e o som ambiente permite perceber as diversas espécies que o habitam. As poeiras, e

emissões dos diversos gases provenientes da mineração, reformariam este quadro de um modo bastante negativo, contribuindo para alterações irrevogáveis. A dinâmica diária operativa de uma mina, ação conjunta de maquinaria e explosões, alterariam também o ambiente sonoro do local, o que não só afetaria as povoações em redor, muita dela envelhecida, mas também os animais, domésticos ou não.O exposto, anteriormente, é uma ínfima parte, daquilo que pode ser referido entre os diversos aspetos negativos, que tal mina traria ao Concelho de Grândola. Este Município precisa de apostar no futuro, mas de uma forma salutar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84565 Olivia Castro em 2025-04-29

Comentário:

Como mãe solteira só tenho que apoiar todo e qualquer investimento que traga prosperidade ao meu concelho. Estou farta de trabalhar e chegar ao final do mês e não ter dinheiro para pouco mais do que sobreviver. Este projeto tem tudo o que a maioria dos Grandolenses necessita, pois gera emprego bem pago, dá condições aos trabalhadores como outros não dão, respeita as pessoas e o ambiente e ainda deixa ficar dinheiro na câmara e noutras entidades da região. Os que só gostam de paisagem que tentem viver dela. Ainda hoje andava uma entidade dessas a distribuir panfletos ati mina e eu perguntei-lhe de onde era e respondeu-me num Português mal falado que era estrangeiro mas que estava a ajudar na luta contra a mina. Estou farta de ver gente no meu concelho a querer mandar no nosso destino. Se o projeto é de interesse do País e está a a ser fiscalizado pelo estado qual é o problema? Apoio até porque dizem que vão ter ou ajudar a criar creches e outras estruturas importantes para o nosso concelho. Necessitamos é de trabalho bem remunerado e com condições de ter um futuro melhor.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84564 Cecilia em 2025-04-29

Comentário:

Discordo totalmente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84563 Marta Mantero em 2025-04-29

Comentário:

Como proprietária de um negócio em Grândola, onde resido a maior parte do tempo, discordo totalmente deste projeto com graves consequências ambientais que ameaçam o bem estar e saúde das populações da região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84562 Sónia Fernandes em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com o desenvolvimento de projetos de exploração de recursos minerais para o desenvolvimento do nosso país e que tenham em conta aspectos ambientais como é o caso deste projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84561 Rui Ramos em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com o projeto porque vai ser muito bom para a economia do concelho e todos irão beneficiar com esta mina, desde os cafés e restaurantes até à autarquia e as finanças do país. Já é tempo do Alentejo recomeçar a crescer com qualidade e não apenas com paisagem pois qualquer dia não existe ninguém para tratar de nada e tudo fica abandonado e a monte. Esta mina pode fazer crescer toda a região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84560 Maria da Luz Ferreira em 2025-04-29

Comentário:

Este investimento revela-se de grande importância económica e social mas também levanta algumas preocupações ambientais e com a água. Pelo que li nos documentos e pelo que ouvi de quem esteve nas sessões de esclarecimento a empresa parece ser séria e teve em conta as questões sociais, económicas, ambientais e de saúde pública. Todos os organismos que estão a avaliar o projeto penso que são responsáveis e competentes, e não permitiriam que o projeto chegasse a esta fase sem terem a certeza de que os impactos negativos estão todos estudados e serão tomadas as medidas adequadas para esses impactos negativos sejam muito reduzidos. Este tipo de projeto, tal como já tenho falado com muitos grandolenses, são bem vistos desde que se cumpra tudo o que está no projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84559 Clotilde Sampaio em 2025-04-29

Comentário:

É de minha opinião que este projeto será muito importante para a nossa região e para o país, já que traz um investimento significativo que irá beneficiar todos. Teremos mais postos de trabalho e isso revitaliza outros setores da nossa economia local, pois são mais pessoas a consumir e a estar em Grândola. Há um forte compromisso social expresso no projeto que nos leva a apoiar a iniciativa, pois estamos numa zona deprimida, cada vez com menos gente e sem recursos que não o turismo (que é muito sazonal...). Espero mesmo que possa ir por diante e que cumpram aquilo que aqui está proposto. Cabe às entidades fiscalizar a boa execução pois há aqui um forte compromisso de futuro.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84558 Mariana Antunes em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com este investimento pois estou muito bem informada porque assisti às apresentações por parte da empresa e notei que todos os técnicos que ali apresentaram o projeto e responderam às perguntas que o público colocou estavam muito por dentro de todos os temas abordados.Confio na Agência Portuguesa do Ambiente e apesar de amar a natureza tenho a consciência que poderei regressar à terra que me viu nascer e crescer se este tipo de projetos forem uma realidade. Grândola necessita de crescer e de se desenvolver sem ter que estar sempre sujeita a depender dos iluminados do ambiente que só sabem contestar tudo porque ou são ricos e querm tudo só para eles ou nem sequer vivem no meu concelho.O país tem que se desenvolver e não é apenas com turistas a fazer campismo e a tocar tambores ao por do sol que as sociedades evoluem.Vamos apoiar todo o tipo de investimento que seja benéfico para todos nós e que não seja impactante para o ambiente de forma irreversível como parece ser o caso.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84557 Tânia Ribeiro em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com aquilo que foi discutido. A informação por vezes é escassa e é necessário mais abordagem ao tema

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84556 Mafalda Rodrigues em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com este projeto pois será uma mais valia para o concelho e toda a região do litoral alentejano. Os impactos negativos, desde que sejam todos minimizados ou compensados, não são um obstáculo, sendo este um projeto a apoiar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84555 Ana Martins em 2025-04-29

Comentário:

Concordo plenamente com o trabalho desenvolvido

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84554 Paulo Pinto em 2025-04-29

Comentário:

Só posso expressar a minha satisfação por ter no meu concelho um investimento tão importante. Neste momento tão sensível a nível mundial, sermos autónomos em termos de recursos minerais é fundamental para podermos manter a nossa soberania. Ao mesmo tempo, a diversificação dos investimentos, sem ser apenas no turismo, traz mais vigor à nossa ecónomia.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84553 Jerónimo Carvalho em 2025-04-29

Comentário:

Estou totalmente de acordo com este projeto para o meu concelho, pois vai trazer mais desenvolvimento à minha região, que tanto necessita de investimento. Não tenho qualquer receio relativamente aos potenciais impactos negativos, uma vez que cada vez mais as explorações mineiras na Europa são seguras em termos ambientais. Muito menos quanto à transformação do espaço envolvente, pois a mina será inteiramente subterrânea e tem acautelada a reflorestação existente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84552 João Espada em 2025-04-29

Comentário:

O projeto em causa não traz qualquer benefício ao concelho de Grândola , nem ao concelho de Alcácer do Sal. O impacto ambiental é enorme em vários aspectos, todos eles maus.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84551 Isilda Veloso em 2025-04-29

Comentário:

Concordo em pleno com a proposta apresentada

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84550 André Monteiro em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com este projeto porque vai trazer desenvolvimento ao Alentejo com impactos muito minimizados. Iremos ter os benefícios económicos e sociais pois os postos de trabalho a criar serão um atrativo para fixar mais gente neste território e desenvolver outros negócios. Mesmo sendo um projeto que tem impacto no território, com aquilo que aqui fica enunciado, este será devidamente compensado e acautelado em termos futuros. Sem mudanças não há desenvolvimento, e a Grândola precisa de crescer de forma positiva.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84549 Emanuel Ferreira em 2025-04-29

Comentário:

Concordo plenamente com o trabalho desenvolvido

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84548 Clara Pinto em 2025-04-29

Comentário:

Apoio este projeto porque vai trazer alternativas de trabalho para o nosso concelho, além do turismo. Além disso é muito válido para o nosso país, porque o minérios são importantes a nível mundial. Pela forma como foi explicado, o promotor está preparado para lidar com os impactos e compensar a população e o território de forma duradoura e sustentável.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84547 Filipe Cordeiro em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com este projeto porque vai trazer de certeza muito desenvolvimento a Grândola e toda a região alentejana. Sei que os impactos negativos existem e são minimizados por isso apoio este projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84546 Laura Lopes em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com a Mina da Lagoa Salgada porque estive presente na última apresentação que a empresa fez e por tudo que os técnicos ali disseram não tenho grandes receios relativamente à importância do projeto quer para Grândola, quer para o país. Muito pior é abater sobreiros para meter painéis solares que não trazem nem emprego, nem desenvolvimento direto ou indireto aos habitantes onde são instalados. Aqui em Grândola cada vez mais vemos um montado a desaparecer por doença e não vejo ninguém preocupar-se com isso. Pelo que disse a empresa na apresentação pública, vão plantar 10 ou 12 vezes mais do que os sobreiros que vão abater e a água, também pelo que disseram, não será problema pois virá de uma zona muito funda da mina e outra virá do Alqueva através de Vale do Gaio. Só quem não vive na realidade com o mundo em guerra e a Europa de rastos é que pode desperdiçar um investimento que será benéfico para todos. Os impactos negativos, como em tudo na vida, vão ser compensados ou reduzidos ao máximo, e para isso confio nas entidades que estão a analisar o projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84545 Márcio Mendes em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com este projeto porque vai desenvolver Grândola e irá permitir que os filhos da terra que estão imigrados regressem para junto das suas famílias e poderem ir trabalhar com salários dignos.Pelo que sei, este tipo de projetos tem feito desenvolver todos os concelhos onde estão, como é o caso de Aljustrel aqui bem perto.Se o problema da água tiver resolvido como parece estar e a saúde das pessoas não estiver em perigo, só devemos agradecer que os estrangeiros venham investir na nossa terra.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84544 Rafael Fernandes em 2025-04-29

Comentário:

Apesar dos impactos negativos que segundo as informações que estão nos documentos em anexo a esta participação pública, sei que os impactos positivos ultrapassam esses impactos negativos. Tal como:Impactos Económicos: Criação de empregos: A fase de construção e, principalmente, a fase de operação da mina deverão gerar postos de trabalho diretos e indiretos na região. Investimento e desenvolvimento regional: O projeto representa um investimento significativo na região, o que pode impulsionar o desenvolvimento de infraestruturas e serviços locais. Benefícios fiscais: A atividade mineira poderá gerar receitas fiscais para o município e para o país. Desenvolvimento de indústrias de apoio: A mina poderá estimular o surgimento e crescimento de empresas locais que forneçam bens e serviços à operação mineira. Valorização de recursos minerais: A exploração de cobre, chumbo, zinco e outros metais, incluindo estanho, prata e ouro, pode contribuir para a economia nacional. Geração de EBITDA significativa: Nos primeiros cinco anos de operação, estima-se uma geração considerável de EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization). Potencial de expansão: A área da mina tem potencial para futuras descobertas e expansão, o que poderia prolongar os benefícios económicos.Impactos Sociais: Reconhecimento como Projeto de Interesse Nacional (PIN): Este reconhecimento pelo governo português pode trazer procedimentos mais rápidos para licenciamento e construção, além de forte apoio local e governamental. Desenvolvimento de competências e formação: A operação da mina pode exigir e promover o desenvolvimento de novas competências na população local através de programas de formação. Melhoria de infraestruturas: O projeto pode levar à melhoria de infraestruturas locais, como estradas e redes de energia e água. Potencial para projetos sociais: A empresa responsável pela mina pode desenvolver iniciativas de responsabilidade social que beneficiem a comunidade local.Outros Potenciais Impactos Positivos: Utilização de energias renováveis: O projeto prevê a instalação de uma central fotovoltaica para autoconsumo, o que pode reduzir a dependência de fontes de energia não renováveis. Reutilização de água: A água utilizada no processo de tratamento mineral será reutilizada, minimizando o consumo de água.É por ser um projeto que considero importante para a nossa terra e para os concelhos à volta que concordo com o investimento da Mina da Lagoa Salgada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84542 Grandola Com Futuro em 2025-04-29

Comentário:

A Grândola Com Futuro vem dar a sua concordância a um projeto de que temos muita informação quer pelos documentos que consultamos quer pelas sessões que a empresa fez publicamente nas nossas freguesias. As questões que para nós são fundamentais foram esclarecidas e acreditamos que um projeto que anda há tantos anos para ser construído e que é analisado por tantas entidades públicas só pode merecer a nossa confiança pelo desenvolvimento que vai trazer ao concelho e a todos nós que cá moramos e que cada vez mais somos menos e com menos condições.Grândola está cheia de gente que ou tem interesse na costa e no turismo e especulação desses terrenos ou de gente que até nem é daqui mas que veio para cá viver na natureza como se não fosse necessário aos que cá vivem trabalhar e ter direito a uma vida digna.A questão da água para a mina foi-nos respondido publicamente que virá do fundo da mina e que não irá interferir com os aquíferos que servem as populações e a agricultura. E relativamente à água potável para a área dos trabalhadores fomos informados que serão cerca de 116m3 por dia e que vira da albufeira do Gaio mas que será abastecida anualmente pelo Alqueva. Acreditamos que as entidades competentes assim o farão cumprir.A questão da saúde pública também parece estar acautelada e os impactos ambientais serão mitigados dentro do possível.Claro que todos sabemos que irão existir impactos, mas são quer negativos quer positivos em todos os casos, sendo que no caso social e económico até nos parece que só há aspetos positivos de relevo.O que nos preocupa e não concordamos é com os radicalismos ambientalistas que nada mais querem do que fazer valer as suas convicções pessoais e políticas de asfixiar Grândola para que este concelho se torne uma selva no litoral e um jardim zoológico de visita de fim de semana para quem não tem que sobreviver aqui. Também queremos denunciar todas as falsidades que essas pessoas e organizações andam a espalhar pelas pessoas locais onde informam que vai ser uma mina a céu aberto e a divulgar panfletos que nada tem que ver com a mina e apenas para amedrontar as pessoas.Grândola é dos Grandolenses e todos merecemos um futuro melhor! Sem investimento não h´á desenvolvimento.

Anexos: 84542_Propaganda negativa.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84541 Rodrigo Soares Teixeira em 2025-04-29

Comentário:

Subscrevo o parecer da Associação Proteger Grândola, em anexo.

Anexos: 84541_Memo-No5-A-mina-e-um-assalto.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84540 SFernade em 2025-04-29

Comentário:

Concordo com o desenvolvimento do setor dos recursos minerais em Portugal, para o desenvolvimento de regiões perféricas como do Alentejo

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84539 Sandra Patrícia Beja Mateus em 2025-04-29

Comentário:

Concordo! Pois será uma boa aposta para desenvolvimento da região e do País.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84538 Nélia Neves em 2025-04-29

Comentário:

É um projeto interessante. Na zona onde é não aparenta causar distúrbios seja a nível das localidades ou até mesmo aos animais. No factor económico todas as localidades proximas de minas a laborar beneficiam todos os habitantes tanto em postos de trabalho como a outras empresas e aqui provavelmente vai ser igual. Sou residente de Grândola e pelo que vejo só se aposta no turismo, esta na hora de investir noutros setores.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84537 Phillipe Veloso em 2025-04-29

Comentário:

Prezados(as) Senhores(as),Venho por meio desta manifestar minha profunda preocupação e total discordância em relação ao projeto de exploração mineral da Mina da Lagoa Salgada, localizado na região do Alentejo.A implementação deste projeto representa uma ameaça direta à biodiversidade local, à qualidade dos recursos hídricos e ao equilíbrio ecológico da região. O ecossistema da Lagoa Salgada é frágil e abriga espécies únicas que dependem da integridade ambiental para sobreviver. A extração mineral, especialmente em larga escala, tem historicamente causado poluição, degradação do solo e contaminação das águas subterrâneas — consequências que podem ser irreversíveis.Além disso, este tipo de desenvolvimento vai na contramão das metas climáticas e ambientais que Portugal e a União Europeia se comprometeram a cumprir. Em vez de fomentar projetos que exploram e destroem a natureza, deveríamos priorizar iniciativas que promovam a regeneração dos ecossistemas, o turismo sustentável e o respeito às comunidades locais.Solicito, portanto, que reconsiderem este projeto à luz dos riscos ambientais e sociais envolvidos. A natureza não é um recurso a ser explorado indiscriminadamente, mas um bem comum a ser protegido para as presentes e futuras gerações.Conto com a sensatez e responsabilidade ambiental dos senhores.Atenciosamente,PV

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84536 S Cordeiro em 2025-04-29

Comentário:

Estou em total concordância com este projeto para o desenvolvimento do concelho de Grândola

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84535 Susana Beja em 2025-04-29

Comentário:

Completamente a favor deste projeto que irá trazer desenvolvimento a esta zona, além dos postos de trabalho com salário bem remunerado

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84532 Ricardo Oliveira em 2025-04-29

Comentário:

Este projecto e claramente importante para o Desenvolvimento Social e econômico do pais.. Concordo!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84531 Rita Martins Nunes em 2025-04-29

Comentário:

É intenção do Promotor apresentar a Mina da Lagoa Salgada como um “agente crucial para odesenvolvimento ambiental, social e económico da região”, promovendo “a criação de valorpara todas as partes interessadas.” Tal não é demonstrado.O Promotor quer passar a ideia de que todos os impactes são mitigáveis, são recuperáveis e queno final ficará tudo ainda melhor no período pós-exploração mineira, e com um retorno muitopositivo para o Município e as Comunidades locais.Na verdade, estamos em presença de um Projeto que representa uma rutura com a estratégiade desenvolvimento sustentável do Município, construída ao longo das últimas décadas. Osimpactos negativos sobre a paisagem, os ecossistemas, os recursos hídricos e a qualidade devida da população são profundos e

---

duradouros, e a alegada reversibilidade é muito duvidosa.Os principais beneficiários do Projeto serão a Ascendant Resources Inc. e os seus acionistas,com uma taxa interna de rentabilidade estimada de 37% e um retorno do investimento previstoem apenas quatro anos.Mesmo admitindo a criação de empregos e alguma receita fiscal, os benefícios nem chegam a1% da totalidade dos proveitos, e são irrisórios face aos prejuízos e às destruições permanentes.As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, emmuitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica daregião são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo decurta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local.

Anexos: 84531_Participação PG - Consulta Publica EIA Mina Lagoa Salgada Final.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84530 Alan Malina em 2025-04-29

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84529 Tiago Coelho em 2025-04-29

Comentário:

Discordo de um projeto de destruição em Grândola, numa zona já tão assolada de projetos devastadores.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84528 Maria Garces em 2025-04-29

Comentário:

O projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84526 JOSÉ ANTÓNIO em 2025-04-29

Comentário:

Eu, concordo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84525 Joana Cláudia Andrade Anjos em 2025-04-29

Comentário:

Acredito que com este investimento no meu concelho poderemos crescer pois faltam postos de trabalhos para os mais novos, que vão sempre embora assim que podem. Ninguém quer estar numa terra onde não tem como viver. O projeto tem importância para nós e para o país, pois cada vez mais temos de pensar na nossa autonomia num clima de guerra como vivemos no mundo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84524 Rebecca em 2025-04-29

Comentário:

Mais um desastre ambiental no Sudoeste Alentejano, para beneficiar a poucos e prejudicar muitos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84523 Sabrina Fialho em 2025-04-29

Comentário:

Tendo em conta os impactos ambientais apresentados no relatório, manifesto a minha discordância em relação a este projeto de exploração. Não me parece que estejam salvaguardadas as condições para que estas operações decorram sem causar danos ambientais irreparáveis no município de Grândola e municípios circundantes, incluindo os municípios que se encontram abrangidos pelos aquíferos que serão afetados por esta exploração. Além dos impactos ambientais, a previsão de impactos sociais a médio ou longo prazo não se encontra devidamente documentada. É inaceitável que a utilidade pública seja recorrentemente empregue para justificar projetos que não beneficiam as comunidades locais, nem o interesse comum dos Portugueses, incluindo os interesses e o bem-estar das futuras gerações.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84522 Armanda Antunes em 2025-04-29

Comentário:

Parem de dar cabo da natureza e da vida das populações. O dinheiro não é tudo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84521 Ana Rosa Machado Pereira em 2025-04-29

Comentário:

Penso que será um excelente projeto para a minha região, de onde estou emigrada por não ter trabalho. Será muito bom ter condições para poder voltar, pois este tipo de projetos trazem desenvolvimento e dinamizam a economia.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84520 Pedro Rocha em 2025-04-29

Comentário:

Venho por este meio manifestar a minha discordância com o projeto apresentado. Este projeto prevê a extração de cobre (Cu), chumbo (Pb) e zinco (Zn), como principais minérios. A sua extração terá impactos negativos sobre a qualidade de vida e a saúde das populações, bem como sobre a contaminação irreversível dos solos, da água e da qualidade do ar.Uma “simples” pesquisa na base de dados Pubmed (https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/), um dos principais motores de busca de Literatura relacionada com a Medicina, permite verificar o impacto que os minérios a extrair poderão ter sobre a vida humana, nomeadamente o facto de serem considerados como “fatores de risco carcinogénico”. Deixo o link de um artigo científico de revisão de literatura, publicado no presente ano de 2025, para que possam consultar.Setu S, Strezov V. Impacts of non-ferrous metal mining on soil heavy metal pollution and risk assessment. Sci Total Environ. 2025 Mar 15;969:178962. doi: 10.1016/j.scitotenv.2025.178962. Epub 2025 Feb 28. PMID: 40022981.A análise da literatura consultada, permite verificar que a toxicidade dos metais pesados é considerado um problema de saúde pública. A exposição da vida humana aos metais pesados pode ocorrer pela sua ingestão, inalação ou contacto direto. O aumento da sua concentração no solo ou no ar, provoca um aumento da incidência de problemas de saúde, como o cancro. Este projeto está inserido próximo de três aldeias, Silha do Pascoal, Água Derramada e Mil Brejos Batão, com uma população de centenas de pessoas. A pouco mais de 10Km, situa-se a vila de Grândola, com milhares de habitantes.A captação de água para as populações de Água Derramada e Silha do Pascoal situa-se na região da intervenção mineira, e como tal, com potencial risco para a contaminação das águas (risco de ingestão de metais pesados). O projeto prevê a criação de uma zona de instalação de resíduos com mais de 60 hectares, com mais de 20 metros de altura, que se assemelhará a uma “montanha” de lixo nocivo no meio da charneca. Esta montanha, sujeita aos ventos, provocará uma disseminação de partículas, com efeitos e deposição sobre os solos, a natureza e as populações (risco de inalação ou contacto direto com metais pesados). Prevê-se o abate de sobreiros e azinheiras (espécies legalmente protegidas). Parte dos sobreiros que se prevê abater foram plantados pelos meus antepassados, mantidos e regados pela minha geração e pelas anteriores. São necessários 25-30 anos para um sobreiro produzir cortiça pela primeira vez. Para tal, é necessário que se consigam instalar e sobreviver numa zona considerada de seca extrema nas últimas décadas. Em suma, é necessário muito trabalho por parte das várias gerações para que estas espécies se possam manter como hoje se encontram nesta região. Com este projeto é viável a continuação da produção de cortiça nesta região? Os metais pesados irão se impregnar na cortiça produzida? Em caso positivo, poderemos ter no futuro uma garrafa de vinho contaminada com metais pesados no seu interior.Na zona do proposto projeto e nas suas imediações, é feita desde há mais de 100 anos, a criação de gado. Com este projeto, é viável a continuidade deste tipo de atividade profissional? Há risco para os animais? Há risco para os solos onde é produzida a sua alimentação?Os impactos negativos são muito superiores a qualquer potencial benefício para as populações, para os Concelhos abrangidos e Portugal. Como tal, manifesto a minha discordância com este projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84519 Angelique Hofman em 2025-04-29

Comentário:

Somos contra a mina da lagoa salgada pelo nosso bem estar, e pelas consequências que a mina vai ter na vida de todos nós! A nossa paisagem, a contaminação da água e dos solos, a fauna e a flora que vão ficar destruídas. O sossego que existe vai acabar pelo o facto de termos camiões a passar nas estradas aqui perto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84518 Álvaro Pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

Todos os projetos desta tipologia são importantes para o desenvolvimento socioeconómico das regiões em que estão inseridos. Não nos devemos deixar cegar por questões ideológicas, e procurar o que é melhor para o país, desenvolvendo este tipo de projetos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84517 Rita Correia em 2025-04-29

Comentário:

Discordo que façam exploração mineira na Lagoa salgada em Grândola

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84516 Judite Gonçalves em 2025-04-29

Comentário:

Considero que a instalação da Mina da Lagoa Salgada será um atentado à fauna e à flora, assim como para a saúde pública, habitacional e bem estar da população. A respetiva mina não deverá ser instalada na Silha do Pascoal.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84515 Maria Josepha von Ledebur-Wicheln de Antas de Campos em 2025-04-29

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84514 Maria Teixeira Simões em 2025-04-29

Comentário:

"Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84512 Vera em 2025-04-29

Comentário:

Discordo completamente com este projeto pois não irá trazer nada de bom para o concelho de Grândola, nem para o concelho de Alcácer do Sal.O projeto "Mina da Lagoa Salgada", irá destruir a biodiversidade, irá contaminar os solos e linhas de água e vai haver muita poluição no meio ambiente.Deveriam sim, apostar em projetos na área da agricultura sustentável, que sejam adequadas às características do ambiente e não em projetos destes que só destroem o que há de tão belo, bom e que realmente importa, a maior riqueza que se tem, que é sem dúvida a natureza.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84510 Deolinda Revez em 2025-04-29

Comentário:

Enquanto cidadão e ativista ambiental e Engenheira do Ambiente, só posso estar em discordância com este projeto. Em primeiro ligar, a área afetada pela exploração mineira encontra-se inserida em Espaços Florestais de Produção, em solo rústico, com áreas na Reserva Ecológica Nacional, na Reserva Agrícola Nacional e em Biótopos Corine. Face a estas condicionantes, este projeto de exploração mineira só poderá avançar por se tratar, mais uma vez, de um PIN - Projeto de Interesse Nacional, contexto especial em que a legislação, quase mágica e instantaneamente, se torna permeável a ataques ambientais e passa a permitir aquilo que num contexto normal não seria permitido. Tudo em nome de um tal "interesse nacional" que é, no mínimo, questionável. Interesse nacional por uma atividade que coloca em risco a disponibilidade de água para as populações? Pois, como se sabe, o processo de mineração e tratamento do minério necessita de muita água que vai ser extraída do subsolo numa zona onde os aquíferos são pobres e que se insere numa bacia hidrográfica classificada de escassez extrema de água. Neste ponto, já estaríamos perante um sério constrangimento ao avanço da exploração mineira. Qual interesse nacional se o país e a região receberão um valor mínimo do valor do minério, enquanto os investidores estrangeiros ficam com o restante de vários milhões?! Qual interesse nacional se o produto que sai da mina não vai ser processado no país? O minério vai ser exportado em bruto para o estrangeiro. Ou seja, o trabalho especializado e que acrescenta maior valor, ficará noutro país. Portugal ficará com os resíduos. Interesse Nacional por uma montanha de milhões de toneladas de resíduos?Interesse Nacional por mais exploração selvagem numa região que está nos últimos anos sujeita a uma pressão cada vez maior por projetos de monocultura agrícola e projetos imobiliários que deixam cada vez mais paisagem destruída, recursos hídricos comprometidos, ecossistemas destruídos e tecido social devastado?! Interesse nacional pela destruição de floresta de sobreiro e pinheiro que são base de subsistência para a economia local e empregam pessoas da região? É realmente importante pugnar pela salvaguarda ambiental de uma área com valor ecológico e paisagístico, e até para economia local, ao invés de promover a sua destruição e dar lucro a investidores estrangeiros que pouco ou nada afetam positivamente o país. Mais ainda numa época de crise climática e de biodiversidade. Este projeto necessita de ser travado, a bem do interesse nacional!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84509 Rosa em 2025-04-29

Comentário:

Não concordo com a mina,porque vivo na cilha, do Pascoal e não posso concordar com uma destruição de toda a vegetação e flora, e também os poucos recursos de água que temos ,que se nota bem a escassez de água nestes últimos anos. Não posso concordar com a destruição da vida animal que temos e que muitas pessoas vivem desta produção .NÃO CONCORDO COM A CONSTRUCAO DA MINA DA LAGOA SALGADA

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84507 Rui Miguel Aires Ruas em 2025-04-29

Comentário:

Considerando:- a gravidade e dimensão dos efeitos diretos e indiretos que a exploração mineira vai provocar, tanto nas terras e na paisagem natural, como nas pessoas;- os danos (que, com toda a certeza, o concessionário não reparará e o Estado não o irá obrigar a reparar) e perturbações a provocar nas estradas de acesso às (e entre as) principais localidades circundantes, por via do aumento diário do fluxo rodoviário;- o prazo previsto para a exploração mineira: (apenas!?) 11 anos.Não concordo com a concessão da licença para esta exploração, face aos prejuízos que irá provocar no território.O saldo entre os ganhos económicos e financeiros previstos e os prejuízos sociais, ambientais e até de empregabilidade (tenho muitas dúvidas, sobre a previsão indicada da necessidade de mão-de-obra: está empolada), não justifica a realização desta iniciativa de investimento.Mesmo face às medidas compensatórias apresentadas, sabemos bem que, na pr´ática, posteriormente, muitas ficarão por concretizar. Deverá prevalecer o velho ditado: "mais vale prevenir, do que remediar."

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84506 Maria Claudino em 2025-04-29

Comentário:

Não estão asseguradas as condições sócio-económicas e ambientais para salvaguarda dos recursos naturais, nomeadamente lençóis freáticos para funcionamento da mina.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84505 Vera Silva em 2025-04-29

Comentário:

Sou contra a implementação da mina uma vez que vai prejudicar o meio ambiente, prejudicando as árvores e plantas nativas deste espaço, contaminando árvores, lençóis de água, solos e o próprio ar. A contaminação do habitat natural dos animais presentes neste espaço poderá colocar em risco a sua vida.A população e os animais que vivem nas proximidades vão ser prejudicadas com o ruído e a poluição, ficando mais suscetíveis ao desenvolvimento de doenças associadas à poluição.É uma preocupação os recursos hídricos que ficam disponíveis para a população e animais, uma vez que é uma zona onde existem secas constantes.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84504 União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra em 2025-04-29

Comentário:

Parecer da União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra na Consulta Pública de Estudo de Impacto Ambiental do projeto da Mina da Lagoa SalgadaA União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra, no âmbito da consulta pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto “Mina da Lagoa Salgada”, vem por este meio manifestar o nosso total desacordo com o projeto proposto. Expressa uma profunda preocupação com a qualidade de vida dos seus habitantes e a preservação do património natural que nos rodeia. Consideramos que a proposta do Projeto da “Mina da Lagoa Salgada”, tendo em conta a sua vasta área de concessão, representa uma ameaça significativa à integridade ambiental e social da nossa região.Diante deste exposto, no documento anexo, a União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra considera que a implementação do Projeto “Mina da Lagoa Salgada” poderá ter impactos negativos irreversíveis sobre a população e o meio ambiente. Portanto, expressamos um parecer totalmente desfavorável à sua execução e questionamos a classificação deste projeto como um Projeto de Potencial Interesse Nacional, que, em nossa visão, contraria os princípios fundamentais de proteção e respeito pelas comunidades locais e pelo meio

ambiente.É importante salientar que a decisão de classificar este projeto como um Projeto de Potencial Interesse Nacional foi tomada sem que houvesse qualquer consulta às populações afetadas ou à junta de freguesia. Essa falta de diálogo e escuta às preocupações das comunidades evidencia um desrespeito pelas vozes locais e pelos direitos daqueles que serão diretamente impactados pela exploração mineira.Reiteramos nossa posição contrária ao projeto e manifestamos o nosso descontentamento e a certeza de que a defesa das populações e do nosso património deve sempre prevalecer sobre interesses económicos.

Anexos: 84504_parecer.mina.lagoa.salgada.apa.2025.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84503 Mariana Pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

Este tipo de projetos é importante para o desenvolvimento do país em termos económicos e sociais.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84502 Alexandre Pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

A mina será importante para o país, especialmente em termos económicos e sociais, portanto concordo com o seu avanço!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84501 Diana pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

este tipo de projetos são importantes para o país em termos economicos e sociais

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84500 Vítor César Arantes Pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

Este projeto é importante para o país em termos económicos e sociais.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84499 Luís Francisco Ferreira Dias em 2025-04-29

Comentário:

Começo o meu comentário pelo final.Este projeto é mau para o concelho de Grândola em toda a região que o rodeia.O primeiro ponto, é que Grândola não precisa deste projeto.Começo por contextualizar a realidade atual no concelho de forma breve:- Números do INE, o concelho de Grândola tem apenas 51 desempregados de longa duração (um ano ou mais), com um total de 207, no final 2024. Não há, pois, mão de obra local para trabalhar neste projeto, pelo que toda aquela que for necessária terá que vir de outras zonas do país ou do estrangeiro. Isto vem adensar os problemas elencados nos pontos seguintes;- Estima-se que cerca de 2000 pessoas no concelho não têm médico de família;- Elevado número de pessoas aguardam consultas e cirurgias;- O sistema escolar, principalmente o pré escolar, está sobrelotado;- A disponibilidade de casas para comprar ou arrendar, principalmente a custos comportáveis, é quase inexistente, pelo que existe uma verdadeira crise, sobretudo entre os jovens, que muitas vezes saem do concelho por não conseguir encontrar uma casa que possam suportar financeiramente- O Município de Grândola tem um orçamento que tem sido em anos consecutivos superior a cinquenta milhões de euros, principalmente devido ao desenvolvimento imobiliário para fins turísticos, curiosamente, atividade que me parece ser incompatível com este projeto mineiro- Por contrapartida, os benefícios para o Município andarão a rondar os 400 mil euros anuais, uma gota de água em termos de retorno face aos variados impactos negativos do projeto, não só ambientais como sociais, e mesmo ao nível das infraestruturas (a principal estrada a utilizar na logística da mina será a EM543, uma estrada cujos custos de manutenção e eventuais investimentos de requalificação ou aumento de capacidade recaem sobre o município)- Também a nível nacional, o projeto da mina parece não ter grande relevância. O valor pago pela concessão foi de 250 mil euros

(DGEG), e os royalties definidos para este tipo de projetos ronda os 3 a 5% do minério à boca da mina.Ora, interessa ressalvar que este projeto tem muitas das suas bases e seguranças para investidores assentes no facto de representar “interesse nacional”, tendo obtido o estatuto de PIN graças, em grande maioria, não a pareceres positivos das entidades integrantes da comissão de acompanhamento, mas sim a posições de “não oposição”, casos da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e da DGEG. Com maior gravidade, nota-se a não participação da Câmara Municipal de Grândola, que deste modo abdicou de ter voto na matéria. O seu parecer negativo impediria o estatuto de PIN deste projeto.Mas porque é este projeto um PIN? Quando nem sequer existe em Portugal uma cadeia de valor que permita a transformação dos minérios extraídos em solo nacional? Todo o produto extraído tem guia direta para os portos de Setúbal e Sines. É, portanto, um projeto em que todos os problemas e desvantagens ficam em Portugal e em Grândola, e todas as vantagens e lucros ficam no estrangeiro, nos investidores e nas empresas de transformação.Este estatuto também permite ao projeto variadas exceções em termos de cumprimento de normas legais, especialmente ambientais, mas também direitos extraordinários, em conjunto com a lei das minas de 2022, como o de por exemplo expropriar os proprietários de terrenos ou servidões considerados de interesse para o projeto / interesse nacional, mesmo que fora do perímetro delimitado.Estamos, pois, perante um projeto e um quadro legislativo que o rodeia, que não garante os mais básicos direitos dos cidadãos e proprietários dos territórios envolvidos.A falta de garantias sobre os efeitos que a exploração terá nos níveis piezométricos e na qualidade da água por exemplo, é preocupante.A enormidade da escombreira prevista, com os seus impactos ambientais e mesmo visuais, é uma das heranças que ficará para Grândola e os seus munícipes. Isso, a perda de enormes áreas de montado, a insegurança nas estradas pelo tráfego de pesados, e o grande número de pessoas a integrar temporária ou permanentemente numa sociedade que já começa a sofrer de vários problemas e falta de alguns serviços básicos, são problemas fundamentais que não permitem a implantação de um projeto deste tipo.Em 2025, Portugal, um país dito desenvolvido, membro da União Europeia e da OCDE, tem que ter instituições que protejam os seus cidadãos e que procurem estratégias e caminhos de desenvolvimento económico sustentável, com especial foco na qualidade de vida dos cidadãos e na preservação do ambiente e dos ecossistemas.Reitero a minha posição. Este projeto é altamente negativo para Grândola, e não deverá receber parecer positivo na sua avaliação de impacte ambiental.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84498 Adriana Maria Arantes Pinheiro em 2025-04-29

Comentário:

A mina vai ser importante para o nosso país.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84496 Paulo Joaquim Santos em 2025-04-28

Comentário:

Exmo.(s) Sr.(s),Venho pelo presente meio transmitir-lhes os meus comentários e opinião pessoal relativamente ao empreendimento da Mina da Lagoa Salgada.Na qualidade de cidadão vivamente interessado na preservação do património natural do nosso país, só posso estar em discordância com este projeto pelos motivos que irei expor de seguida.Em primeiro ligar, a área afetada pela exploração mineira encontra-se inserida em solo rústico de Espaços Florestais de Produção, com áreas na Reserva Ecológica Nacional, na Reserva Agrícola Nacional e em Biótopos Corine. Face a estas condicionantes, este projeto de exploração mineira só poderá avançar por se tratar, mais uma vez, de um projeto ao qual foi atribuído o estatudo PIN - Potencial Interesse Nacional, uma situação especial na qual a legislação, quase que por artes mágicas, se torna permeável a ataques ambientais e passa a permitir aquilo que num contexto normal não seria permitido. Tudo em nome de um tal "interesse nacional" que, a meu ver, neste caso é muitíssimo questionável. Interesse nacional por uma atividade que coloca em risco a disponibilidade de água para as populações? Isto porque, como se sabe, o processo de mineração e tratamento do minério necessita de muita água que vai ser extraída do subsolo numa zona onde os aquíferos são pobres e que se insere numa bacia hidrográfica classificada de escassez extrema de água. Neste ponto, já estaríamos perante um sério constrangimento ao avanço desta exploração mineira. Por outro lado, qual interesse nacional se o país e a região irão receber uma percentagem mínima do valor do minério, enquanto os investidores estrangeiros ficam com o restante de muitos milhões de euros?! E qual interesse nacional se o produto que sai da mina não vai ser processado no país? O minério vai ser exportado em bruto para o estrangeiro. Ou seja, o trabalho especializado e que acrescenta maior valor, ficará noutro país. Portugal fica com resíduos, detritos. Interesse Nacional por uma montanha de milhões de toneladas de resíduos e por graves impactos ambientais cujos futuros custos de remediação e os que vierem a advir das consequências para as populações locais, certamente serão bem mais elevados do que o retorno para o país que este investimento irá ter?!Interesse Nacional por mais exploração selvagem, numa região que está nos últimos anos sujeita a uma pressão cada vez maior por projetos de monocultura agrícola de agricultura intensiva que degrada os solos e contamina o ambiente e também os lençóes freáticos com os produtos fitofarmacêuticos utilizados e também por projetos imobiliários que deixam cada vez mais paisagem destruída, recursos hídricos comprometidos, ecossistemas destruídos e tecido social devastado?! Interesse nacional pela destruição de floresta de sobreiro e pinheiro que são a base de subsistência para a economia local e empregam pessoas da região? Na minha opinião, é verdadeiramente importante pugnar pela salvaguarda ambiental de uma área com valor ecológico e paisagístico e até para economia local, ao invés de promover a sua destruição e dar lucro a

investidores estrangeiros que pouco ou nada afetam positivamente o país. Mais ainda numa época de crise climática e de biodiversidade em que precisamos de trabalhar ativamente na recuperação das nossas florestas, dos nossos solos e dos ecossistemas e não em promover a sua destruição em nome do lucro de apenas alguns, em detrimento dos interesses de todos os outros. Pelo exposto, na minha opinião pessoal, que é também a mesma de muitos colegas com quem estou em contacto, este projeto tem de ser travado já!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84495 Ana Maria Santos em 2025-04-28

Comentário:

Exmo. Senhor presidente da Agência Portuguesa do Ambiente Eng. José Pimenta MachadoSou a Ana Maria de Melo Vaz de Carvalho dos Santos, residente em Alcácer do Sal desde 1982 e, como cidadã preocupada com o ambiente, preocupada com as pessoas, com a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem. Um dos impactes mais devastadores será na quantidade e qualidade da água. Tanto os recursos hídricos superficiais quanto os recursos hídricos subterrâneos irão ser sobreexplorados. Sem água não podemos viver. As plantas, os animais e as pessoas não sobrevivem sem ela. Por isso a Carta Europeia da Água descreve a água como um bem precioso indispensável que deve ser bem preservado - tanto em quantidade como em qualidade. Depois de ler os pareceres sobre a violência dos impactos que esta mina vem trazer para as populações, para o ambiente em si, por tudo o que é do conhecimento do Senhor Presidente,, nomeadamente dos riscos que o projeto representa para o aquífero da margem esquerda do Sado em relação ao qual a Universidade de Lisboa e o LNEC, em notícia publicada em 10.01.2025, formulam as seguintes advertências: “Nos últimos anos têm-se observado uma maior deficiência hídrica em Portugal que começa a afetar os sistemas aquíferos, em particular na Bacia do Tejo – Sado. Este enquadramento é preocupante dado o crescimento demográfico e económico observados na região, tornando fundamental um melhor conhecimento sobre as reservas hídricas presentes nas formações cenozóicas e paleozóicas. Os sistemas aquíferos observados são porosos e fissurais sendo complexos e repartindo-se entre as unidades superficial, multicamada e profunda. A caracterização e modelação 3D dos aquíferos e das estruturas geológicas do eixo Setúbal-Marateca-Alcácer do Sal-Grândola é essencial para a avaliar as disponibilidades aquíferas existentes e suas condições de proteção e exploração sustentada." E, ainda a análise do projeto na perspetiva da diretiva Quadro da Água, confirmando que este complexo mineiro poderá ter impactes diretos neste aquífero, modificando as suas características hidroquímicas, por variação do PH, incremento de mineralização e solubilização de metais, é impossível concordar, é impossível dizer sim.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem ser, sempre, consideradas mais importantes do que os ganhos financeiros.Assim, pelo respeito pelas pessoas, pela

conservação do ambiente e da água para as gerações futuras o meu parecer é de DISCORDÂNCIA.Os meus melhores cumprimentos Ana Maria Santos

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84494 Miguel Gonçalves em 2025-04-28

Comentário:

Projeto de elevado impacto ambiental, paisagístico e social, que compromete o desenvolvimento sustentável da região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84493 Nuno Oliveira em 2025-04-28

Comentário:

Venho demonstrar a minha discordância com a exploração da Mina Salgada por diversos fatores:- Em 1º lugar pela vida útil prevista para a mesma (cerca de 11 anos), o que indica que será um projeto de exploração intensa com impacto e sem sustentação económica e social para a população, apenas para o explorador da mesma;- O impacto aos sensíveis e pressionados aquíferos será enorme e não está devidamente fundamentado;- O impacto para a população circundante em termos de qualidade do ar, ruído, etc,;- O impacto resultante da rede de alimentação elétrica a construir é enorme;- E um dado bem descrito a pressão rodoviária da normal operação é terrível, impraticável e inadmissível para os atuais acessos junto das populações mais próximas, juntando depois a circulação em estrada nacional extremamente utilizado e com historial de acidentes, bem como a inacreditável circulação de veículos pesados que a nova A26 irá ter.Estes são os principais ponto da minha discordância, pois claramente os impactos negativos não se aproximam sequer dos benefícios que da extração irão sair (nem estamos a falar de minérios de alta procura ou raros).

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84492 Daniela Sousa em 2025-04-28

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84491 Artur Chainho em 2025-04-28

Comentário:

Investimento de elevado impacte negativo para o ambiente

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84490 Ana Paula chainho em 2025-04-28

Comentário:

Impacto ambiental negativo para a região

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84489 Clara Goucha em 2025-04-28

Comentário:

Impacto ambiental

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84488 francisco goncalves em 2025-04-28

Comentário:

malefícios ambientais

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84487 Carla Folgoa em 2025-04-28

Comentário:

Venho, por meio desta, expressar a minha oposição ao projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implementação deste empreendimento representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável que tem sido adotada pelo município de Grândola ao longo das últimas décadas. Este projeto causará um impacto negativo e de longa duração em atividades económicas consolidadas, como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas intrinsecamente dependentes da preservação ambiental e da integridade dos ecossistemas locais — além de comprometer, de forma irreversível, a qualidade de vida das populações residentes.As medidas de mitigação e compensação propostas são manifestamente insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a preservação da resiliência ecológica e hídrica da região constituem valores

---

fundamentais que não devem ser sacrificados em favor de um projeto extrativo de duração limitada e de retorno económico restrito para a comunidade local.Cabe ainda destacar que, em junho de 2024, foi aprovado o regulamento de restauração da natureza pelo Conselho da União Europeia, cujo objetivo é a restauração da biodiversidade e dos ecossistemas, em consonância com os objetivos da Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030. Projetos como este vão em sentido oposto a tais objetivos, agravando o incumprimento de Portugal em relação à conservação dos habitats naturais, o que prejudica não só os cidadãos portugueses em geral, mas, de forma particular, os habitantes do município de Grândola.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84486 leonor em 2025-04-28

Comentário:

Concordo com os argumentos expostos no documentos anexo os quais suportam também a minha discordância.CumpLB

Anexos: 84486_Consulta-Publica-EIA-Mina-Lagoa-Salgada-Final.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84485 Carlos Santos em 2025-04-28

Comentário:

Tudo o que vai afectar quer a população quer toda a natureza circundante.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84484 Alexandra Sobral em 2025-04-28

Comentário:

Não concordo que a exploração da mina respeite o interesse da população ou que seja de interesse nacional

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84483 Luís Lima em 2025-04-28

Comentário:

A indústria extrativa tem representado, ao longo da história europeia, um setor estratégico para o crescimento económico e para a consolidação da autonomia industrial do continente. Os recursos minerais são indispensáveis para uma vasta gama de atividades produtivas, com especial destaque para as tecnologias emergentes e para a transição energética. Num contexto geopolítico volátil e com uma crescente procura por matérias-primas críticas — como o cobre zinco e chumbo o cobalto — a Europa procura reforçar a sua soberania mineira, promovendo a exploração sustentável dos seus recursos.Portugal destaca-se neste panorama pela sua riqueza geológica e pela longa tradição mineira que remonta à Antiguidade. Atualmente, o país assume uma posição de relevo no fornecimento de minerais estratégicos, com especial ênfase na exploração de lítio, fundamental para a produção de baterias e veículos elétricos. O potencial mineiro português, particularmente no interior do território, constitui uma oportunidade relevante para o desenvolvimento económico regional, a criação de emprego qualificado e o reforço da balança comercial.Importa, contudo, sublinhar que a exploração mineira deve ser conduzida com elevados padrões de responsabilidade ambiental. Nos últimos anos, a indústria tem registado avanços significativos no que respeita à mitigação de impactos ambientais, através da aplicação de tecnologias limpas, da monitorização ambiental rigorosa e da reabilitação ecológica das áreas intervencionadas. A legislação portuguesa, alinhada com as diretivas europeias, impõe critérios exigentes em matéria de avaliação ambiental, participação pública e sustentabilidade dos projetos.Neste contexto, a mineração moderna em Portugal pode e deve ser encarada como um vetor de desenvolvimento sustentável. Ao conjugar o aproveitamento eficiente dos recursos naturais com a proteção ambiental e a valorização das comunidades locais, o país poderá afirmar-se como um modelo europeu de exploração mineira responsável, contribuindo simultaneamente para os objetivos económicos e climáticos da União Europeia.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84482 Diana Meireles em 2025-04-28

Comentário:

Em anexo carta de motivação da discordância

Anexos: 84482_Participação Proteger Grandola - Consulta Pública Reformulação Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84481 Renata Reis em 2025-04-28

Comentário:

Não à exploração das terras.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84480 Ana Amaro em 2025-04-28

Comentário:

Sou contra a instalação da Mina da Lagoa Salgada no concelho de Grândola. Acredito que este projeto representa uma séria ameaça ao nosso meio ambiente, ao recursos hidricos e à qualidade de vida de todos nós. A proximidade da exploração mineira às aldeias da Silha do Pascoal e Água Derramada representa riscos diretos para a saúde pública, devido à emissão de poeiras, poluição sonora e possível contaminação dos recursos hídricos. A qualidade do ar e da água, essenciais para a vida quotidiana e para a agricultura de subsistência, poderá ficar comprometida de forma séria e permanente.Importa também referir que a atual rede viária não está preparada para suportar o elevado volume de tráfego pesado que a mina irá gerar. São estradas estreitas e que poderão sofrer danos estruturais, aumentando os riscos de segurança para a população e causando constrangimentos à circulação normal.Face a todos estes fatores, considero que a instalação da Mina da Lagoa Salgada é profundamente prejudicial para as populações afetadas e para o equilíbrio da região, devendo, por isso, ser rejeitada.Não faz sentido destruir ecossistemas e pôr em risco o futuro da região em troca de ganhos a curto prazo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84479 João Rodrigues Dias em 2025-04-28

Comentário:

Exmos. senhores.Hidrologia1 - Apesar de ser referida a monitorização do lençol freático capilar, não ficou claro se seriam instalados piezómetros ou esta seria apenas feita com base em construções existentes. A título de exemplo já o verão passado a fonte de Santa Rita deixou de correr secando a barragem que esta alimenta e a fonte da telha reduziu o seu caudal. Estão previstas medidas compensatórias no caso de este lençol capilar se reduzir de tal forma que todas as árvores morram ou se tornem improdutivas?2 – Não encontrei informação sobre a monitorização do caudal do Rio Arcão, este devia ser monitorizado continuamente por dar indícios da redução dos caudais capilares. Não será possível fazer esta monotorização continuamente? Quais são as medidas mitigatórias se se comprovar que este rio seca por operação da mina? Vias de circulação3 – Não encontrei o estudo do alargamento e reforço da plataforma da estrada EM543, esta deverá ter de ser intervencionada pois o pavimento apresenta falta de estrutura de base, visível na degradação rápida já existente e não apresenta bermas o que com o tráfico de âmbito local (veículos agrícolas e entradas para habitações) aumentará muito os problemas de segurança. A via não termina em nenhuma ramificação que permita a entrada em segurança de camiões, tanto pela rotunda sul de Grândola, tanto pela variante dos Cadoços, tanto pela saída da tirana. Questões sociais4 – O estudo social baseia-se em dados que não podem ser considerados corretos, pois a população do concelho não se encontra a diminuir a prova disso é o aumento do número de alunos estrangeiros no agrupamento de escolas de Grândola que já chega aos 25%. Relembrava que os censos do INE foram feitos num período de pandemia sem que os técnicos se tenham deslocado aos locais de habitação. Por exemplo, algumas ruas centrais de Grândola ninguém participou nos censos como costumava acontecer. 5 – Havendo uma grande quantidade de empresas subcontratadas, não parece ter sido contemplado um investimento na expansão do parque empresarial de Grândola. Medidas de Compensação1 – Construção de habitação em número superior ao dos futuros trabalhadores diretos e indiretos para poder reduzir a pressão imobiliária no concelho.2 – Indeminização dos agricultores/produtores florestais afetados pela redução dos níveis freáticos com o rendimento perdido no período de 50 anos visto que algumas estruturas secundárias exteriores ou limites das áreas expropriadas provocam a morte de sobreiros e pinheiros mansos o leva à perda de rendimento que em algumas parcelas é superior aos 2000€/hectare/ano. 3 – Elaboração de um plano de abastecimento de água na zona da concessão para que os agricultores mesmo que comprando, possam ter acesso a água visto que muitos perderão toda a estrutura produtiva e perderão as fontes de irrigação e bebida para animais. 4 – Colaboração na expansão de uma zona industrial para que os prestadores de serviço se possam fixar e para que não se aumente ainda mais a pressão sobre os operadores económicos já existentes.5 – Alargamento e reforço da plataforma da estrada EM 543 e construção de uma entrada rápida no IC1.Grato pela vossa melhor atenção,João Rodrigues DiasEng.º Civil IST

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Proposta concorrente

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84478 Ana Rita Santos em 2025-04-28

Comentário:

A contaminação das linhas de Água é a contaminação da Vida, num Alentejo cada vez mais seco retirar/contaminar a Água é Matar Montados Riquisa Pura do Alentejo, sustento de familias e sustento doo Meio Ambiente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84477 Tânia em 2025-04-28

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais.Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos.O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida.Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos.11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido.Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa.Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84476 Beatriz Rosa em 2025-04-28

Comentário:

Sou grandolense e, embora tenha vivido grande parte do tempo fora deste concelho, atualmente aqui resido, e aqui pretendo ficar.Infelizmente, soube desta mina já tardiamente, por falta de divulgação por parte de quem era devido.Discordo, da mesma, como é óbvio, por pontos como: a poluição sonora, poluição atmosférica (inevitável), sobreutilização dos recursos hídricos, destruição da paisagem e do ecossistema, um ínfimo retorno económico para o concelho, possíveis problemas ambientais que tocarão não só Grândola, como os municípios vizinhos, enfim, sabem melhor que eu!Contra! Beatriz Rosa

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84475 Junta de Freguesia do Torrão em 2025-04-28

Comentário:

A Junta de Freguesia do Torrão discorda plenamente do projeto , depois uma leitura sobre o relatório técnico e não técnico permite nos verificar que existem muitos constrangimentos a vários níveis, principalmente a nível ambiental, pelo que não podemos concordar com este projeto. Outro motivo prende se pelo facto de esta Junta de Freguesia nunca ter sido informada institucionalmente sobre o referido projeto. Presidente da Junta de Freguesia do TorrãoHelder Montinho

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84474 Joao Carmo em 2025-04-28

Comentário:

Não concordo com a mina da lagoa salgada

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84473 Maria Eduarda Mendes em 2025-04-28

Comentário:

"Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84472 Paulo Jorge Conceição Tomás em 2025-04-28

Comentário:

O projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84471 Catarina Pires de Almeida Rosa em 2025-04-28

Comentário:

Faço das palavras da Ass. Proteger Grândola as minhas em apoio à minha discordância: https://protegergrandola.org/wp-content/uploads/2025/04/Memo-No5-A-mina-e-um-assalto.pdf

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84470 Imobiliária Cá Da Terra lda em 2025-04-28

Comentário:

No âmbito da consulta pública do Estudo de Impacto Ambiental do projeto "Mina da Lagoa Salgada", venho manifestar a minha firme discordância relativamente à sua aprovação. Após análise cuidada da documentação, considero que os impactos ambientais e sociais negativos associados a este projeto são graves, duradouros e desproporcionais face aos benefícios apresentados.A região de Grândola consolidou-se nos últimos anos como um território de excelência para o turismo e a preservação ambiental. A implantação de uma mina subterrânea, com grandes infraestruturas industriais, linhas aéreas de alta tensão, um enorme aterro de resíduos, ruído contínuo, poeiras e impacto visual severo é manifestamente incompatível com este modelo de desenvolvimento sustentável.As atividades económicas locais, como a agricultura, a silvicultura e o turismo, seriam gravemente afetadas, comprometendo a qualidade de vida das populações e a sustentabilidade do território. Entendo ainda que o prazo de seis semanas de consulta pública é insuficiente, considerando a complexidade dos documentos apresentados. A informação fornecida no Resumo Não Técnico é superficial e omissa relativamente aos verdadeiros impactos, não promovendo uma participação pública efetiva.Relativamente ao consumo de água, o projeto apresenta lacunas graves. A mina localiza-se numa região de escassez hídrica severa e a operação mineira representa uma ameaça séria à resiliência dos aquíferos, essenciais para o abastecimento público. As informações disponíveis não esclarecem devidamente a origem, o volume e o impacto do consumo de água da mina, o que compromete a avaliação dos riscos.A construção de uma adutora de 20 km desde a Barragem do Vale do Gaio levanta sérias dúvidas. Não é claro se o projeto possui autorização para captação da água necessária, nem qual será o seu verdadeiro impacto sobre os recursos agrícolas e os sistemas de irrigação existentes. A infraestrutura projetada tem capacidade muito superior ao declarado, o que levanta suspeitas quanto à sua utilização futura.Quanto ao risco de contaminação dos aquíferos, a exploração mineira, associada à presença de centenas de perfurações e fraturas geológicas, poderá comprometer a separação natural entre aquíferos, favorecendo a migração de contaminantes. A possibilidade de drenagem ácida de minas (DAM), altamente persistente e difícil de remediar, agrava ainda mais o risco para a qualidade da água subterrânea.A impermeabilização e compactação dos solos afetará de forma irreversível a sua capacidade de regeneração, prejudicando a recarga dos aquíferos e aumentando a erosão. O projeto prevê ainda o abate de cerca de 1.900 sobreiros e azinheiras, espécies legalmente protegidas, com consequências devastadoras para o ecossistema, o sequestro de carbono e a estabilidade dos solos.O impacto sobre a qualidade do ar, com aumento significativo de

poeiras e poluentes, representará riscos acrescidos para a saúde pública e para a biodiversidade local. O ruído contínuo e o tráfego intenso de veículos pesados irão deteriorar a qualidade de vida das populações vizinhas, aumentando também os riscos de segurança rodoviária.Do ponto de vista económico e social, considero que os benefícios apresentados são francamente insuficientes face aos prejuízos ambientais e sociais. A criação de empregos será temporária e limitada, e o aumento da pressão sobre as infraestruturas e serviços públicos poderá prejudicar a população residente. O impacto positivo nas receitas municipais será marginal, inferior a 1% do orçamento anual do município, não justificando a dimensão dos impactos negativos.Concluo que este projeto representa uma profunda rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável da região. Os danos sobre a paisagem, os ecossistemas, os recursos hídricos e a qualidade de vida são irreversíveis ou de remediação altamente incerta. A principal beneficiária será a empresa promotora e os seus acionistas, sem que se vislumbrem ganhos duradouros ou significativos para a população local.Assim, manifesto a minha firme oposição à aprovação do projeto “Mina da Lagoa Salgada” nos termos em que se encontra proposto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84469 EUGENIA PEREIRA em 2025-04-28

Comentário:

A minha irá prejudicar o meio ambiente, contaminado toda a flora local, as águas e o próprio ar, prejudicando todo o habitat.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84468 Miguel Sobral Banha em 2025-04-28

Comentário:

Chamo-me Miguel Sobral Banha, resido no concelho de Grândola, desde o dia que nasci, faz precisamente hoje 83 anos. Posso dizer, que o espaço de tempo que mais me ausentei, desta área, foi quando estive no Ultramar, dias difíceis e que muita dor me trazem, pois toda a vida trabalhei de "sol a sol", e férias foi algo que nunca tive.Sempre fui agricultor, profissão de que muito me orgulho, e as melancias que vendi para todo o país, tinham fama, e eram de excelente qualidade, tais como as do meu cunhado do Outeiro, que produzia também belíssima fruta, numa área onde atualmente querem edificar esta mina. O saber que tenho é o da experiência da vida, as percepções que tiro da Natureza foi ela que mas passou, e geralmente não me engano. Ao longo destes 83 anos de vida já vi muita coisa, mas em tudo o que aprendi no campo, lidando com plantas ou animais, houve sempre um fator comum que teimou em ser um pilar: a água! Nada nasce, cresce ou se

desenvolve, de modo saudável, sem a água. A utilização megalómana, que querem fazer, deste recurso, com este projeto, nos tempos que correm, chega a ser ofensivo, para quem cá vive, tem as suas culturas e os seus animais.A poluição será inevitável, tal como a destruição da qualidade de vida do locais.Este "velho" que vos escreve, teve de pedir ajuda á filha e deu-se ao trabalho de criar um email, coisa que nunca tinha usado, para se conseguir registar e fazer ouvir a sua voz, que é voz de alguém do povo, daquele povo para quem a terra é muito mais que o chão que se pisa, daquele povo que ainda respeita a Natureza e percebe que é ela que nos comanda e não o contrário. Não tenham ilusões!Sou contra esta possível Mina, cuja implantação iria "matar" não só o mundo vegetal ao seu redor, mas também o mundo animal e, aos poucos pessoas como eu, que fazem do campo a sua vida. Ainda por cima uma mina a escassos quilómetros de tantas povoações! Quando os problemas de saúde começarem a aparecer quem será o responsável? Que consciência pesará? Quando as casas começarem a mostrar o resultado das explosões, quem se responsabilizará? As povoações mais perto não são de milionários, são de pessoas que toda a vida lutaram para ali ter a sua casinha e uma horta. Quando se aperceberem que tudo o que lutaram está, irremediavelmente perdido, como irão reagir? Será que já não se respeita o trabalho de uma vida? o suor que tantos derramaram? Ah, é o futuro! A tecnologia! O futuro será como o passado, dependente da água e dos bens essenciais. Se este é o único meio para travar esta loucura, aqui estou eu a dar a minha contribuição.Miguel Sobral Banha

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84467 Rute Oliveira em 2025-04-28

Comentário:

Subscrevo os argumentos da associação Proteger Grândola.Não façam mais um assassínio ambiental, social e natural.Preservem e não façam mais um atentado à Natureza.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84466 Cristiana Vargas Pereira Martins em 2025-04-28

Comentário:

A Mina da Lagoa Salgada é um projeto com classificação de grande perigosidade, com impactes negativos expectáveis na qualidade e na quantidade da água presente no aquífero, podendo colocar em risco o abastecimento às populações. Se for executado, o projeto prevê a destruição de habitats, povoamentos de montado e pinhal, abrangidos pela REN e contraria o uso dos solos apontado pelos PDMs dos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola.Não é razoável colocar tudo isto em risco por um projeto com um horizonte de exploração de apenas 11 anos e cuja rentabilidade não está garantida. Acresce, que não foi feita qualquer sessão de esclarecimento ou auscultação às populações do concelho de Alcácer do Sal potencialmente afetadas pelo projeto.Pelo exposto, a minha posição é de discordância quanto ao projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84465 Ana Paula Guerreiro Batista em 2025-04-28

Comentário:

PARECER DE DISCORDÂNCIA AO PROJETO DA MINA DA LAGOA SALGADAO projeto da Mina da Lagoa Salgada abrange dois municípios: Alcácer do Sal (freguesia do Torrão) e Grândola (freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra). A área de intervenção é caracterizada sobretudo pelo habitat de montado, especialmente de sobreiros, uma das paisagens rurais mais emblemáticas de Portugal, particularmente nesta região do Alentejo.O montado de sobro é protegido por lei, não só pelo seu elevado valor ecológico — enquanto ecossistema biodiverso que combate a desertificação, conserva o solo, regula o ciclo da água e captura carbono —, mas também pela sua importância económica e cultural. Portugal é o maior produtor mundial de cortiça, sendo a extração vital para a economia rural, para a criação de emprego e para a sobrevivência de pequenas comunidades. Além disso, o montado faz parte da identidade nacional, tendo sido reconhecido como Património Agrícola Mundial pela FAO.O projeto da mina prevê a eliminação de mais de 90 hectares de vegetação e o abate de cerca de 1.900 sobreiros, provocando um impacto profundo na paisagem, nos habitats e no equilíbrio do ecossistema. Compromete-se assim a integridade de um dos melhores montados da região, colocando também em risco a subsistência de famílias que dependem economicamente desta floresta.A destruição da flora e a remoção da cobertura do solo levarão à perda definitiva dos solos florestais, já de si frágeis. Acresce que, na zona de implantação do projeto, existem várias linhas de água — afluentes do Sado — e três captações públicas de água subterrânea, fundamentais para o abastecimento das populações de Mil Brejos Batão e Rio de Moinhos (freguesia do Torrão).O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) de 2019 estimava um consumo de 1 milhão de metros cúbicos de água por ano. No entanto, a promotora Redcorp já admitiu que o consumo poderá atingir o dobro. Esta utilização massiva de água irá inevitavelmente rebaixar os níveis freáticos, afetando:a vegetação autóctone, incluindo sobreiros e pinheiros;os poços e furos de regadio utilizados pela população;o próprio abastecimento humano.Esta pressão sobre os recursos hídricos ocorre numa região já vulnerável, onde no verão muitas populações são abastecidas por auto-tanques de bombeiros devido à

escassez de água. O crescimento urbanístico e turístico agrava ainda mais este cenário. Aprovar este projeto é colocar em risco o acesso de comunidades locais a um bem essencial e consagrado como direito humano: a água.É urgente que sejam realizados estudos independentes sobre as disponibilidades aquíferas e as condições de exploração sustentável, não sujeitos a interesses económicos. A atual capacidade da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) para a fiscalização e monitorização da água, tanto superficial como subterrânea, é manifestamente insuficiente.Por outro lado, a atividade mineira gera resíduos altamente contaminantes. As escorrências das escombreiras e infiltrações de produtos químicos, como o cianeto de sódio (previsto no processo de lixiviação), representam riscos graves para os solos e aquíferos. A experiência em Grândola, onde ainda hoje se verificam contaminações associadas às antigas Minas da Caveira e do Lousal, é um alerta que não pode ser ignorado.A fase de exploração prevê ainda a utilização de explosivos para a extração subterrânea, com impactos sonoros sobre as populações locais e sobre unidades hoteleiras, além da libertação de partículas poluentes para o ar, com efeitos diretos na saúde humana, na agricultura e na qualidade da água.O aumento drástico do tráfego pesado — estimado em cerca de 10 camiões/dia na construção e 36 camiões/dia na exploração — agravará ainda mais a pressão sobre as infraestruturas viárias e a qualidade de vida das populações.Apesar dos impactos evidentes e significativos, este projeto, que se enquadra no nível superior de perigosidade previsto no Decreto-Lei n.º 150/2015, nunca foi devidamente apresentado à maioria das populações locais, nem no concelho de Alcácer do Sal, nem em Grândola, onde apenas foram feitas escassas sessões públicas.Importa reforçar que a avaliação deste projeto deve considerar não apenas os seus impactos diretos, mas também os impactos cumulativos de todas as outras atividades (agrícolas, turísticas, industriais) já existentes na região.O tempo de exploração previsto é de apenas 11 anos, o que torna inaceitável o desequilíbrio entre os enormes custos ambientais e sociais e os ganhos económicos projetados.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem estar acima dos interesses financeiros de curto prazo.Pelos princípios da prevenção e da precaução, e pelo respeito pelas populações locais, pelas gerações futuras e pela conservação da natureza e dos recursos hídricos, o nosso parecer é de total DISCORDÂNCIA em relação a este projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84464 raquel oliveira em 2025-04-28

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da

região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84463 Nádia Bento em 2025-04-28

Comentário:

Os gastos hídricos envolvidos nesta exploração mineira numa zona em que a água tende a escassear, são de evitar ao máximo. Para além da localização da exploração trazer impactos ecológicos significativos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84462 maria paula guimaraes em 2025-04-28

Comentário:

Discordo sobre o projeto da Mina da Lagoa Salgada. Trata-se claramente de um projecto que visa a obtenção de lucro por parte do(s) promotor(es), aproveitando recursos hídricos que , a não serem preservados, podem comprometer sériamente as populações o futuras e actividades económicas sustentadas.As decisões não podem ser tomadas com base em critérios de aproveitamento máximo em curto prazo, mas em critérios de perpetuidade. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. Uma situação de rotura poderá conduzir a um resultado irreversível.nunca mais A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84461 Maria João ONeill em 2025-04-28

Comentário:

Este projecto vai destruir a biodiversidade da zona.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84460 Raffaella D'Intino em 2025-04-28

Comentário:

"Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84459 Eduardo Luis de Moser Lupi em 2025-04-28

Comentário:

É completamente desproporcionado para o concelho o beneficio vs a descaracterização e os danos ambientais.O transito de camiões, a ferida que fica na paisagem, os riscos de poluição de solos e aquífero não têm nenhuma correspondência em benefícios económicos para o concelho tais como infraestruturas ou criação de postos de trabalho.Não sendo contra iniciativas com risco que tragam desenvolvimento económico, esta é claramente uma cujo os danos são certos e os benefícios praticamente inexistentes.Eduardo Lupi

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84458 Sofia Villax em 2025-04-28

Comentário:

"Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84457 João Baião em 2025-04-28

Comentário:

O inpacto é negativo e a empresa exploradora nem portuguesa é. Isto é uma escandaleira. Vão destruir os paises deles.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84456 Joana Ramos em 2025-04-28

Comentário:

Todos os habitantes de Grândola deveriam ter acesso a mais informação independente e neutra sobre o impacto desta exploração e sobre as vantagens que esta traz para o local. Não penso que as vantagens sejam superiores às desvantagens. Existe um grande impacto que nunca pode ser totalmente neutralizado. Para além disso, o valor económico que se irá ganhar não reverte diretamente para a população. Não é um bom negócio para Portugal, que seja ao menos o Estado a explorar e não uma empresa estrangeira - se é um recurso nacional deve ser uma exploração nacional. Não sendo, traz ainda um impacte ambiental negativo, numa zona que já não tem muita água. Não concordo e penso que não deve acontecer. Muito menos como PIN.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84455 Maria Do Carmo Serronha Jorge em 2025-04-28

Comentário:

"Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado."

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84454 Catarina Freitas em 2025-04-28

Comentário:

Discordo que projetos destes sejam efetuados em zonas de elevada sensibilidade ecológica e com impactos tão negativos a nível da fauna, flora, recursos hídricos e mesmo humanos. O que este projeto vai prejudicar é infinitamente superior ao que vai beneficiar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84453 Luís Magalhães em 2025-04-28

Comentário:

Discordo com a implantação da mina devido ao gravíssimo impacto ambiental e intromissão na vida e labor das pessoas residentes na região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84452 Claudia Matias em 2025-04-28

Comentário:

Exmos Senhores,Venho por este meio manifestar a minha discordância contra tamanho atentado ambiental e com elevado impacto na comunidade local. Com os melhores cumprimentos,Claudia Matias

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84451 Christina Villax em 2025-04-28

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo, todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais, para além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. Dado as pressões já existentes sobre os sistemas aquíferos da região, o projeto da mina representa uma ameaça séria à resiliência hídrica da região. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84450 Alexandra Maria da Costa André Rodrigues Dias em 2025-04-28

Comentário:

Discordo plenamente, o que for destruído já não tem retorno

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84449 Octávio do Carmo em 2025-04-28

Comentário:

Contra!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84448 Daniela Guiomar em 2025-04-28

Comentário:

"Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84447 Joana Simões em 2025-04-28

Comentário:

Este projeto envolve um consumo enorme de água e tem impactos muito significativos na biodiversidade.A barragem de Vale do Gaio tem estado com níveis muito baixos e tem como uso principal a agricultura. Com o aumento da procura de água, irão gerar-se conflitos no seu uso.A própria população e o município não são favoráveis a este projeto.Os impactos ambientais superam em muito os benefícios.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84446 Luís Koscjig Hölzl em 2025-04-28

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84445 Vitor Peixeiro em 2025-04-28

Comentário:

As consequências ambientais para a população envolvente da Mina da Lagoa Salgada serão bastante elevadas. Relativamente à qualidade do ar, prevê-se um aumento significativo de partículas em suspensão e de gases de combustão oriundos da mina. Quanto aos riscos associados a substâncias perigosas, não acredito que as medidas de mitigação previstas sejam eficazes.O ruído e as vibrações provenientes da operação de equipamentos pesados e da circulação de veículos serão constantes, afetando principalmente as zonas habitacionais mais próximas.A minha principal preocupação prende-se com as águas subterrâneas, uma vez que existe o risco de contaminação dos aquíferos, seja devido ao funcionamento de estaleiros, escombreiras ou a eventuais fugas de substâncias perigosas. A saúde da população exposta a poluentes atmosféricos tende a agravar-se, especialmente no caso dos idosos.A nível económico, a degradação das estradas, resultante do trânsito intenso de camiões e da poluição ambiental, poderá gerar conflitos com o setor do turismo, que é uma aposta estratégica do concelho. Não me parece que a coexistência de ambos seja benéfica.Estamos, assim, a colocar em causa toda esta zona.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84444 Ricardo Santos em 2025-04-28

Comentário:

A aldeia de Água Derramada e as suas zonas envolventes podem ficar severamente afectadas com este projecto.O impacto ambiental é conhecido, a zona que cobre a exploração tem alguns solos férteis e com boa captação de água, mas existem também outros solos pobres que com o projeto identificado irao ficar ainda mais afectados com a diminuição de água no solo, a juntar a provável contaminação dos lençóis de água disponíveis.Para além do impacto ambiental tenho que salientar que a região está cada mais deserta a nível populacional e todo e qualquer projecto que tenha como meta descaracterizar terrenos, acessos, e que vá rotular uma localidade como local de actividade mineira será bastante penalizador para quem lá habita, quem queira gerir e valorizar os terrenos herdados nesta área, e isso terá como resultado muito provável a continuação da desertificação desta área.Não à mina.Respeito por quem fez a aldeia de Água Derramada crescer há mais de cem anos.Respeito por uma zona pobre que não está junto à costa e não vive do turismo como outras no concelho de Grândola.Respeito por uma geração mais jovem que queira desenvolver os terrenos herdados ou adquiridos e valorizar esta área.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84443 isabel maria em 2025-04-28

Comentário:

A minha participação é de discordância com este projeto da Mina da Lagoa Salgada e passo a fundamentar: O projeto prevê o abate de cerca de 1.900 sobreiros e azinheiras em 73 hectares de montado, comprometendo a biodiversidade, o sequestro de carbono e a estabilidade dos solos. As medidas compensatórias propostas são insuficientes, dadas a lentidão e a complexidade da regeneração natural. A impermeabilização e compactação dos solos por pelo menos 11 anos poderá provocar danos irreversíveis, reduzindo a capacidade de recarga dos aquíferos e aumentando o risco de erosão e assoreamento. Esta situação agrava-se no atual contexto de alterações climáticas. A mina situa-se numa área estratégica de proteção de aquíferos e poderá causar rebaixamento do lençol freático e contaminação dos recursos hídricos subterrâneos devido à construção de galerias, falhas geológicas e drenagem ácida (DAM) dos rejeitados. O aterro de rejeitados, classificado como de perigo “muito alto”, acumulará 9 milhões de toneladas de resíduos tóxicos, aumentando o risco de falhas estruturais. A operação mineira ocorrerá numa região já afetada por escassez hídrica crónica. Existe um risco grave para o único ponto de captação que abastece as localidades de Água Derramada e Cilha do Pascoal. O projeto prevê a utilização de 1 hm^3 de água por ano, mas não esclarece a origem nem a segurança desse fornecimento.A conduta prevista desde a Barragem do Vale do Gaio (20 km) poderia ser usada para captar muito mais água do que a inicialmente licenciada, levantando dúvidas sobre um possível "plano B" para compensar falhas nos aquíferos. A atividade mineira gerará poeiras e poluentes atmosféricos, afetando a saúde pública e a agricultura. O aumento do tráfego pesado agravará o risco de acidentes, deterioração de estradas, ruído e perturbação do bem-estar dos residentes, particularmente nas localidades atravessadas

pela EM543. Apesar das promessas de benefícios económicos, o impacto real será limitado: O município de Grândola é financeiramente robusto, e a receita esperada da mina representaria menos de 1% dos rendimentos da autarquia. O projeto pode agravar a já existente escassez de mão-de-obra e o problema de acesso à habitação, resultantes do crescimento do turismo e do setor imobiliário. A pressão sobre infraestruturas públicas aumentará, sem garantias de melhoria de serviços como saúde e transporte.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84442 Filipe Lemos em 2025-04-28

Comentário:

Venho por este meio manifestar a minha discordância relativamente ao projeto da Mina da Lagoa Salgada, no concelho de Grândola, pelas seguintes razões:Impacto irreversível sobre o montado de sobroO projeto compromete a integridade de um dos melhores montados da região, um ecossistema fundamental para a biodiversidade, para a proteção do solo e para o combate à desertificação. O montado é uma riqueza natural insubstituível e constitui parte integrante do património ambiental e cultural do país, estando o sobreiro protegido por lei.Ameaça à biodiversidadeA destruição prevista resultará na perda de habitat para várias espécies de fauna e flora, algumas das quais protegidas e de elevado valor ecológico. Esta perda não é compensável.Risco de contaminação de solos e águas e diminuição dos aquíferosA atividade mineira representa um risco elevado de poluição dos solos e aquíferos, com efeitos duradouros e que poderão afetar negativamente a agricultura, a qualidade da água e a saúde pública. Por outro lado, as povoações da Cilha do Pascoal, Água Derramada, Mil Brejos Batão e Rio de Moinhos são abastecidas nas proximidades e nos aquíferos onde o projeto também irá se abastecer. Como está garantido o abastecimento publico às populações?! Há monitorização da qualidade e do nível destes abastecimentos públicos, realizados pelas entidades competentes, nomeadamente a APA?!?Conflito com o modelo de desenvolvimento sustentávelO concelho de Grândola tem apostado num modelo de desenvolvimento mais sustentável, assente na valorização dos seus recursos naturais. A instalação de uma mina é contrária a esta visão e pode comprometer o futuro económico de setores como a agricultura, o turismo de natureza e a cortiça.Insuficiência de informação e subavaliação dos impactosOs estudos apresentados não consideram adequadamente os impactos cumulativos, nem os efeitos de longo prazo sobre a qualidade de vida das populações locais e sobre os recursos naturais.Pelo exposto, considero que o projeto da Mina da Lagoa Salgada não deve ser aprovado. Deve-se, antes, apostar na preservação do montado, num desenvolvimento local sustentável e na defesa do interesse público a longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84441 Alexandra Batista em 2025-04-27

Comentário:

PARECER DE DISCORDÂNCIA AO PROJETO DA MINA DA LAGOA SALGADAO projeto da Mina da Lagoa Salgada abrange dois municípios: Alcácer do Sal (freguesia do Torrão) e Grândola (freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra). A área de intervenção é caracterizada sobretudo pelo habitat de montado, especialmente de sobreiros, uma das paisagens rurais mais emblemáticas de Portugal, particularmente nesta região do Alentejo.O montado de sobro é protegido por lei, não só pelo seu elevado valor ecológico — enquanto ecossistema biodiverso que combate a desertificação, conserva o solo, regula o ciclo da água e captura carbono —, mas também pela sua importância económica e cultural. Portugal é o maior produtor mundial de cortiça, sendo a extração vital para a economia rural, para a criação de emprego e para a sobrevivência de pequenas comunidades. Além disso, o montado faz parte da identidade nacional, tendo sido reconhecido como Património Agrícola Mundial pela FAO.O projeto da mina prevê a eliminação de mais de 90 hectares de vegetação e o abate de cerca de 1.900 sobreiros, provocando um impacto profundo na paisagem, nos habitats e no equilíbrio do ecossistema. Compromete-se assim a integridade de um dos melhores montados da região, colocando também em risco a subsistência de famílias que dependem economicamente desta floresta.A destruição da flora e a remoção da cobertura do solo levarão à perda definitiva dos solos florestais, já de si frágeis. Acresce que, na zona de implantação do projeto, existem várias linhas de água — afluentes do Sado — e três captações públicas de água subterrânea, fundamentais para o abastecimento das populações de Mil Brejos Batão e Rio de Moinhos (freguesia do Torrão).O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) de 2019 estimava um consumo de 1 milhão de metros cúbicos de água por ano. No entanto, a promotora Redcorp já admitiu que o consumo poderá atingir o dobro. Esta utilização massiva de água irá inevitavelmente rebaixar os níveis freáticos, afetando: a vegetação autóctone, incluindo sobreiros e pinheiros; os poços e furos de regadio utilizados pela população; o próprio abastecimento humano.Esta pressão sobre os recursos hídricos ocorre numa região já vulnerável, onde no verão muitas populações são abastecidas por auto-tanques de bombeiros devido à escassez de água. O crescimento urbanístico e turístico agrava ainda mais este cenário. Aprovar este projeto é colocar em risco o acesso de comunidades locais a um bem essencial e consagrado como direito humano: a água.É urgente que sejam realizados estudos independentes sobre as disponibilidades aquíferas e as condições de exploração sustentável, não sujeitos a interesses económicos. A atual capacidade da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) para a fiscalização e monitorização da água, tanto superficial como subterrânea, é manifestamente insuficiente.Por outro lado, a atividade mineira gera resíduos altamente contaminantes. As escorrências das escombreiras e infiltrações de produtos químicos, como o cianeto de sódio (previsto no processo de lixiviação), representam riscos graves para os solos e aquíferos. A experiência em Grândola, onde ainda hoje se verificam contaminações associadas às antigas Minas da Caveira e do Lousal, é um alerta que não pode ser ignorado.A fase de exploração prevê ainda a utilização de explosivos para a extração subterrânea, com impactos sonoros sobre as populações locais e sobre unidades hoteleiras, além da libertação de partículas poluentes para o ar, com efeitos diretos na saúde humana, na agricultura e na qualidade da água.O aumento drástico do tráfego pesado — estimado em cerca de 10 camiões/dia na construção e 36 camiões/dia na exploração — agravará ainda mais a pressão sobre as infraestruturas viárias e a qualidade de vida das populações. Numa estrada municipal que não possui, condições de segurança para o atual trafego. No projeto não apresenta intervenções a este nível. Apesar dos impactos evidentes e significativos, este projeto, que se enquadra no nível superior de perigosidade previsto no Decreto-Lei n.º 150/2015, nunca foi

devidamente apresentado à maioria das populações locais, nem no concelho de Alcácer do Sal, nem em Grândola, onde apenas foram feitas escassas sessões públicas.Importa reforçar que a avaliação deste projeto deve considerar não apenas os seus impactos diretos, mas também os impactos cumulativos de todas as outras atividades (agrícolas, turísticas, industriais) já existentes na região.O tempo de exploração previsto é de apenas 11 anos, o que torna inaceitável o desequilíbrio entre os enormes custos ambientais e sociais e os ganhos económicos projetados. A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem estar acima dos interesses financeiros de curto prazo. O meu parecer é de total DISCORDÂNCIA em relação a este projeto. Também eu sou proprietária florestal nas imediações deste projeto e o meu montado de sobro e azinho sofrerá diretamente com este projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84440 Bruno Cruz em 2025-04-27

Comentário:

Trata-se de uma agressão ao aquífero que já sofre bastante como se pode constatar pela redução de várias lagoas e secura de várias linhas de água.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84439 Vitor Manuel Sarabando Vieira em 2025-04-27

Comentário:

A zona não comporta uma exploração com consumo intensivo de recursos, com impacto ambiental negativo como exemplo da mina do lousal.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84438 Carlos António dos Santos Pacheco em 2025-04-27

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84437 Luisa Fusi em 2025-04-27

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades económicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno económico limitado para a comunidade local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84436 A Sobral em 2025-04-27

Comentário:

Diacordância total!Pelos impactos irreversíveis ao nível da saúde da populações do concelho que são muitos e gravíssimos, do ambiente, do bem estar da população e até da sua saúde mental devido ao impacto da utilização de explosivos dia e noite.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84435 Carlos Dias Alves em 2025-04-27

Comentário:

Por estar inteiramente de acordo com os termos e fundamentos da apresentados pelo organização Alcácer P´lo Ambiente uso a participação deste movimento para exercer o meu direito de participação na consulta pública sobre o Estudo de Impacte Ambiental do projeto da Mina da Lagoa Salgada. A área de concessão abrange uma parte do concelho de Alcácer do Sal, freguesia do Torrão, e outra parte do concelho de Grândola, freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra. De acordo com os PDMs de Grândola e de Alcácer do Sal, na área de implantação do projeto são abrangidos sobretudo solos com as classificações de rústicos – espaços florestais de produção e espaços agrosilvopastoris. Este uso é inviabilizado com a total destruição do coberto vegetal, já que se prevê a "limpeza da camada vegetal superficial, incluindo abate de árvores e remoção de arbustos, decapagem dos solos (até 30 cm de profundidade) e regularização dos terrenos". A área de implantação do projeto também abrange áreas de REN, mais especificamente, áreas de Estrutura Ecológica Fundamental e de Estrutura Ecológica Principal, assim como povoamentos de sobreiros. Apesar de se alegar a compatibilidade e o regime de exclusão por classificação de interesse nacional, é desadequado e imprudente colocar em risco tão altos valores por infraestruturas cuja rentabilidade não é certa e cujo período de exploração é de apenas 11 anos, o que faz com que a relação custo/benefício deste projeto seja totalmente desequilibrada. Saliente-se os custos ambientais anunciados, que incluem, nomeadamente, a destruição de unidades de vegetação associadas a habitats de interesse comunitário (sobro e azinho), a destruição de biótopos para a fauna e a perda definitiva de solos florestais, que as medidas compensatórias não mitigam, uma vez que o seu sucesso é imprevisível. Acresce, que o projeto terá um impacto dramático na paisagem, só parcialmente remediável em muitas dezenas de anos. Nas proximidades da zona de implantação do projeto existem inúmeras linhas de água, afluentes do Sado e estão presentes três captações públicas de águas subterrâneas fundamentais para o abastecimento das populações de Mil Brejos Batão e Rio de Moinhos na freguesia do Torrão, concelho de Alcácer do Sal. O projeto envolve a construção de uma adutora para a ligação à Barragem de Vale do Gaio, onde se preconiza que seja feito o abastecimento de água, mas a água industrial ou de processo, nos anos iniciais de exploração, será de origem subterrânea, com captações no aquífero Tejo-Sado, margem esquerda. Em ambos os casos, o volume de água a captar é omisso no estudo, o que constitui uma FALHA GRAVE, que deveria levar à reprovação do Estudo de Impacte Ambiental. Por experiência comprovada em outros projetos com semelhantes características, sabe-se que os consumos de água para a mineração são tão elevados que irão provocar o rebaixamento

do nível das águas subterrâneas, afetando a disponibilidade de água para a vegetação local, incluindo os sobreiros e pinheiros, os poços e furos utilizados pela população local para os sistemas agrícolas de regadio e o próprio abastecimento para consumo humano. O projeto representa objetivamente um perigo para o aquífero da margem esquerda do Sado em relação ao qual a Universidade de Lisboa e o LNEC, em notícia publicada em 10.01.2025, formulam as seguintes advertências:" Nos últimos anos têm-se observado uma maior deficiência hídrica em Portugal que começa a afetar os sistemas aquíferos, em particular na Bacia do Tejo – Sado. Este enquadramento é preocupante dado o crescimento demográfico e económico observados na região, tornando fundamental um melhor conhecimento sobre as reservas hídricas presentes nas formações cenozóicas e paleozóicas. Os sistemas aquíferos observados são porosos e fissurais sendo complexos e repartindo-se entre as unidades superficial, multicamada e profunda. A caracterização e modelação 3D dos aquíferos e das estruturas geológicas do eixo Setúbal-Marateca-Alcácer do Sal-Grândola é essencial para a avaliar as disponibilidades aquíferas existentes e suas condições de proteção e exploração sustentada." Ademais, a análise do projeto na perspetiva da diretiva Quadro da Água, confirma que este complexo mineiro poderá ter impactes diretos neste aquífero, modificando as suas características hidroquímicas, por variação do PH, incremento de mineralização e solubilização de metais. Do ponto de vista quantitativo, existe a previsão de impactes diretos na alteração do padrão hidrodinâmico e sentidos preferenciais de escoamento subterrâneo, derivados da abertura de grandes galerias. As escorrências das escombreiras e as infiltrações de produtos químicos utilizados no processo de mineração irão, assim, contaminar as águas subterrâneas e, na fase de exploração, a produção de águas residuais, resultante da produção de betão, lavagem de equipamentos e exploração mineira, embora destinada a ser encaminhada para a ETAR e "descarregada para o meio natural post

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84434 antonio manuel banha gonçalves rocha em 2025-04-27

Comentário:

Como cidadão deste Concelhio vejo neste projeto uma perda de qualidade de vida para os residentes devido aos impactos diretos na execução e impactos indiretos pelo aumento da população imigrante com outros hábitos de vida. Falta de centro de saúde com capacidade de atendimento , falta de creches de escolas para jovens mas também para adultos. Este projeto terá os ,mesmos que tem por exemplo Aljustrel, rebentamentos , poeiras ,parque residencial com degradação acelerada devido a vibrações, aumento de doenças respiratórias e cancerígenas. Mais viaturas pesadas em movimento, mais poluição. Com a quantidade de produtos químicos em utilização será praticamente impossível não haver fugas, derrames que venham a contaminar os lençóis freáticos, isto durante o período de exploração. então quando se der o encerramento quem ganhou levou o seu capital e de certeza não vai viver neste local , aqui vão ficar montes de problemas para as próximas gerações conviverem pois tudo o que vem á superfície deve voltar para o seu interior, assim se faria a reconversão do local.Como proprietário e agricultor no local de implantação do projeto sinto-me esmagado pois já vi partir o meu Pai , o meu Tio e Padrinho e um amigo de toda a vida criado pelos meus avós , eles não suportaram a

pressão. O Estudo de Impacto tem várias leviandades como por exemplo onde diz áreas agrícolas contaminadas com pesticidas percebe-se que é um trabalho de secretária e não de campo pois esta zona está em agricultura biológica há vários anos. sou produtor de referencia nos ovinos na empresa Martins e Constantino , sou um dos poucos produtores de Serradela no País , de tremociçlha , ervilhaca, trevos além de toda a parte florestal , cortiça pinha, madeira . Então para onde vou fazer o que sempre fiz com toda dedicação e amor ao longo de anos , então e as duas gerações que me sucedem? Fala numa conduta de 100mm para trazer água da Barragem Trigo Morais , mas que quantidade de água ?

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84433 Hernâni José Pereira Sobral em 2025-04-27

Comentário:

Considero um atentado a toda a população envolvente e a todas as actividades agroflorestais ali desenvolvidas.Uma contaminação desnecessária que terá um peso a pagar pelas gerações futuras.A minha tristeza e desilusão por todo este processo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84432 Mafalda em 2025-04-27

Comentário:

Não concordo com a ideia da realização da mina da lagoa salgada por vários motivos como a deterioração da qualidade da água não so para as zonas próximas mas das bacias adjacentes, perda de áreas de floresta viva e em plena produção de cortiça. Abate de árvores com estatuto de proteção como o sobreiro e como não podia deixar de ser a perda de qualidade de vida e de ambiente das pessoas residentes proximo da zona a ser explorada, não so durante o tempo de exploração como a longo prazo.Não concordo com a Lagoa Salgada, o beneficio sera minimo perto das consequencias negativas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84431 Rita Vairinhos em 2025-04-27

Comentário:

Para além de ser muito questionável o interesse nacional deste projeto, e para além de todas as áreas de interesse ecológico e agrícola abrangidas pela área de intervenção, as medidas compensatórias apresentadas não passam de uma lista "bonita" de falsas promessas e grandes contradições (dando apenas um exemplo, é pretendido que 30% das necessidades energéticas da exploração sejam supridas com recurso a energia renovável. Apesar da parca quantidade de energia renovável (que nem para a exploração chega), é prometido o fornecimento de "água e energia verde" à população...).Urge sensatez...

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84430 Rúben Carvalho Castro em 2025-04-27

Comentário:

Considero que este projeto tem um tremendo impacto ambiental destrutivo sobre a região e até sobre a sua economia.Sou morador do concelho de Alcácer na aldeia de Rio de Moinhos, muito próximo da Água Derramada.Constituí aqui família e vejo com muita apreensão os riscos desta empreitada. Peço por favor que o projecto seja reconsiderado. Rúben Carvalho Castro

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84429 Patrícia Barreiro em 2025-04-27

Comentário:

O impacto ambiental deste projeto é devastador. O retorno esperado, face ao impacto em causa, é irrisório. Abate de sobreiros?? Como é possível? Numa altura com tanta discussão em torno da gestão hídrica, como apoiar e permitir este projeto? São inúmeras as questões e irregularidades neste projeto! Numa zona já tão pressionada pela indústria do turismo e imobiliária, vão mesmo permitir mais este tipo de pressão ambiental e económica? Não basta já tudo o que a população tem passado? E os habitats que são vão perdendo cada vez mais. Manifesto a minha total discordância!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84428 Proteger Grândola - Associação de Defesa do Ambiente em 2025-04-27

Comentário:

A Proteger Grândola – Associação de Defesa do Ambiente vem por este meio manifestar a sua discordância com o projeto proposto. Consideramos que os impactos ambientais e sociais negativos associados a Mina da Lagoa Salgada são graves, duradouros e desproporcionais face aos potenciais benefícios apresentados. Anexamos ficheiro com a participação completa da Proteger Grândola.

Anexos: 84428_Participação PG - Consulta Publica EIA Mina Lagoa Salgada Final.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84427 Ines ervideira em 2025-04-27

Comentário:

Discordo totalmente

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84426 Mariana Sousa em 2025-04-27

Comentário:

Como habitante local, não posso ficar indiferente à notícia desta nova tentativa de implantação do projeto da Mina da Lagoa Salgada que só trará desvantagens às populações circundantes e ao ambiente.Claramente que esse projeto afetará gravemente a vida das pessoas como por exemplo com o aumento da poluição sonora, do ar e da água. Para além das vibrações para as escavações, com explosões e maquinaria pesada, bem como circulação de camiões que danificarão as estradas municipais. Estes problemas contribuirão para a desertificação destas aldeias e para a desvalorização dos terrenos e dos imóveis, transformando-as em aldeias fantasma. Além disso terá um impacto negativo na atividade turística, que é uma importante fonte de rendimento para todo o município de Grândola.A somar às altas temperaturas e clima seco típico desta terra alentejana estão as alterações climáticas que têm agravado a situação da falta de água. Com esta mina prevê-se um que esta situação se agrave ainda mais, escasseando um recurso tão precioso e fundamental que é a água e correndo o risco de contaminação dos lençóis de água e do solo.Estes danos podem ser irreversíveis e mesmo depois do encerramento da mina os problemas permanecerão exemplo disso são as minas do Lousal e de Canal Caveira, que já encerraram há anos e com impactos profundamente negativos para as populações.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84425 Fatima Roldão em 2025-04-27

Comentário:

Anexo documento com as minhas discordâncias aos projecto, ao nível do impacto ambiental e da proposta da linha de alta tensão que recuso a que passe nos meus terrenos

Anexos: 84425_20250427_PARTICIPACAO_PUBLICA.docx

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84424 Joao Roldao em 2025-04-27

Comentário:

Ex.mo Senhor Presidente da Agência Portuguesa do AmbienteAssunto: Consulta Pública da Mina da Lagoa Salgada em GrândolaJoão Pedro dos Santos Nunes Roldºao, titular do Cartão de Cidadão n.º 10511566, com o NIF 200728342, residente na Avenida dos Lusíadas 4, Aveiro (3800-030), com o contacto telefónico 919891473 e email jproldao@gmail.com, na qualidade de herdeiro da Herança Indivisa de José António Espada Nunes Roldão, com o NIF 707 556 112 proprietária do Prédio Rústico participado à Matriz da União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra sob artigo n.º 6, secção DD vem pela presente apresentar as seguintes considerações/participação face à consulta publica que se encontra em período de receção de participações públicas.Para tal anexo ficheiro a esta participação, para vossa análise.CumprimentosJoão Roldão

Anexos: 84424_JR 20250427_PARTICIPACAO_PUBLICA.docx

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84423 Leandro em 2025-04-27

Comentário:

O projeto da mina da lagoa salgada assume um balanço capital positivo para o projeto em detrimento da população local, saúde publica, qualidade de vida, degradação do ambiente, destruição da fauna e flora locais, com impactos prolongados no tempo.Como maiores preocupações assinalo os pontos abaixo:A estrada municipal de ligação à mina não esta dimensionada para o tráfego indicado na fase de exploração e construção, havendo assim uma degradação acelerada da estrada. O desgaste acelerado da estrada e incorreto dimensionamento para a passagem das 36 viaturas pesadas indicadas (EIA) na estrada terá custos ao município e aos seus utilizadores, aumentará o tempo de viagem, aumentará o risco de acidente rodoviário, atropelamento de pessoas e animais e poderá tornar a estrada intransitável momentaneamente;A estrada municipal é estreita, sem passeios na maior parte da sua extensão, com visibilidade limitada em curvas, terá elevada probabilidade de acidentes entre camiões e utentes locais (peões, animais, bicicletas, tratores, etc);Poluição sonora e do ar, motores em aceleração produzem picos de ruído de 85–95 dB(A) a menos de 20 m da estrada, acima dos limites da Organização Mundial de Saúde para zonas residenciais. As emissões de NO_x e partículas ($PM_{2.5}$/PM_{10}) agravam doenças cardiovasculares na população das aldeias vizinhas;Potencial foco de contaminação a partir dos veículos que entram se saem da mina;Emissão de poeiras metálicas, numa região particularmente seca durante grande parte do ano fará as poeiras finas viajarem longos percursos, o transporte, a britagem e o beneficiamento do minério geram poeira fina (<10 µm) carregadas de partículas metálicas, que se depositam no solo agrícola vizinho, afetando a qualidade dos produtos e a saúde das populações, em zona em que a população tem produção agrícola local, havendo assim risco para a saúde pública;O armazenamento de estéril/armazéns de rejeitos, se não impermeabilizados corretamente, permitem infiltração de metais pesados no solo e nos lençóis de água subterrânea. Qualquer rutura ou acidente pode provocar derrames de lamas tóxicas totalmente irremediáveis, havendo assim riscos para a saúde publica, considerando que parte da população ainda usa estas águas para consumo;A exposição de sulfetos (pirite, pirrotita) à

água e ao oxigênio gera ácido sulfúrico, que solubiliza metais como cobre, chumbo e zinco. Isto pode baixar o pH para valores abaixo de 4, facilitando a mobilização de arsênico e outros elementos tóxicos para cursos de água superficiais e aquíferos;Para abrir galerias subterrâneas é normal bombar-se centenas de metros cúbicos de água por hora, reduzindo o nível freático da zona. Este declive pode secar nascentes, poços rurais e tanques de rega, numa região com problemas de seca agravados pelas alterações climáticas.Perda de biodiversidade e degradação de habitats, fragmentação do montado com a abertura de acessos, plataformas de estéril e infraestruturas, reduzindo assim corredores ecológicos para espécies existentes e em vias de extinção;A zona de Lagoa Salgada está inserida num sistema de charcos temporários de elevado valor ornitológico, potencialmente utiliza-dos por aves migratórias;A criação de uma linha de alta tensão com 15,1km implicará desflorestação, maior fragmentação do montado, impacto visual, depreciação do valor dos terrenos, ruído sonoro, risco de colisão para as aves;O impacto negativo da mina nas aldeias circundantes (Água Derramada, Silha do Pascoal, Silha do Centeio, Aldeia da Justa, Bairro dos Cadoços e potencialmente Aldeia do Futuro), poderá levará à sua desertificação;A mina propõe-se a ficar a menos de 1000m da aldeia de Água Derramada, havendo um risco sério para a saúde publica desta população;Aumento de pressão habitacional numa zona com baixa disponibilidade de habitações e com preços já muito elevados e adicionalmente um aumento de pressão laboral numa zona já com escassez de mão de obra.Por estas razões oponho-me à exploração da Mina da Lagoa Salgada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84422 Ana Aldeias em 2025-04-27

Comentário:

Não concordo com o abate e a destruição de um habitat tão importante como o montado!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84421 Isabel Silva em 2025-04-27

Comentário:

Da analise que me foi possível efetuar aos documentos em anexo, não é clara a quantidade de água necessária para o funcionamento da mina, nem concordo com as fontes de onde irá ser retirada, tendo em conta o meio envolvente. Considero que o ano que decorre foi excecional em termos de chuva, porém todos nos lembramos a situação de seca extrema em que estevávamos há bem poucos meses. É do conhecimento público que temos nesta zona um dos melhores montados do mundo, sendo esta matéria prima também ela para além de necessária, uma fonte de rendimento não só para os seus proprietários, como também para as centenas de homens/mulheres que efetuam a sua extração e também o todos o trabalho de manutenção do montado e também o seu processamento, montado esse que poderá ser posto em causa devido à escassez de água, levando por arrasto não só proprietários, mas também homens e mulheres que trabalham em tudo o que envolve a extração e manutenção do montado. Estas pessoas não são necessariamente as que encontrarão a sua fonte de rendimento através da mina, pelo que tenho duvidas, se para nós, a mina será uma mais valia ou se marcará o fim de uma identidade cultural e fonte de rendimento secular. Sendo que o meu pensamento é igual no que diz respeito à exploração do pinhal.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84420 Vasco G em 2025-04-27

Comentário:

“Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.”

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84419 Vanda Bregieiro em 2025-04-27

Comentário:

O projeto da Mina da Lagoa Salgada, promovido pela Redcorp/Ascendant Resources, visa a extração de metais em Grândola, numa área sensível em termos ambientais e hídricos. Esta exploração subterrânea, com operação 24 horas por dia, consumirá volumes de água alarmantes numa região já classificada como de escassez extrema de água. Serão geradas enormes quantidades resíduos tóxicos, implicando a contaminação dos solos e aquíferos, com impacto potencial irreversível na agricultura, biodiversidade e qualidade de vida local.A mineração trará poucos benefícios para a localidade, nomeadamente pela criação limitada de emprego local, pela sobrecarga nos serviços públicos e infraestruturas(temos o exemplo das estradas, que não têm estrutura para arcar com a futura movimentação de veículos) e pressão sobre a habitação. Em troca, obteremos a destruição de ecossistemas, da paisagem e da qualidade de vida. Por outro lado, as compensações financeiras para os municípios serão irrisórias, enquanto os lucros beneficiarão maioritariamente investidores estrangeiros.Se o projecto for adiante, haverá um risco muito elevado de catástrofe ambiental associado ao acúmulo de resíduos e ao abate e destruição de mais de 1.900 sobreiros(património natural protegido e vital para o equilíbrio ecológico).Este projeto não é sustentável para a região, nem para Portugal. Nem a curto, nem muito menos a longo prazo.Defendo o cancelamento da concessão e a protecção dos nossos recursos naturais e da qualidade de vida dos habitantes.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84418 Rita Castro em 2025-04-27

Comentário:

Muito dano ambiental e social

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84417 Ana Rita em 2025-04-27

Comentário:

Permanecem em EIA por propor soluções ou mitigar questões tais:1. Fornecimento de Água: a) Sendo que se apresenta o sistema adutor proveniente da barragem do vale do Gaio como atualização em EIA para alternativa de abastecimento de água ao complexo mineiro, interpreta- se na continuidade da leitura do documento que esta origem não será utilizada nos primeiro anos de construção e produção do complexo. Mantêm-se assim por mitigar os riscos associados à escassez de água na área de proximidade e seus impactos negativos para população (onde a agricultura de subsistência se mantém com carácter importante na conjectura económica familiar) e para a economia local (atividades silvícolas, florestais, pecuária, sinergética e turísticas); b) Permanece por mitigar o risco de falta ou falha no abastecimento de água às povoações de Água Derramada e Silha do Pascoal caso sejam afetadas, por trabalhos do complexo mineiro, as captações subterrâneas que as abastecem; c) Permanece por esclarecer o plano de fornecimento de água a pecuárias na área de impacto da mina(raio de impacto por esclarecer 20km? 30 km?); d) Em EIA é mencionado que não serão efectuadas furações em áreas de captação de água subterrâneas. Tal assunção não será então compatível com o início de qualquer trabalho no âmbito da construção e laboração mineira, por na proximidade se encontrarem instaladas as captações de água que abastecem água potável às povoações de Água Derramada e Silha do Pascoal (captação via furo, não existe estação de tratamento de água);2. Acessibilidades - Estrada Municipal 543: a) Permanece por mitigar o risco de segurança associado à utilização da estrada municipal que não dispõe de condições de largura nem de base para a circulação de veículos pesados, colocando em causa a segurança dos seus habituais utilizadores (habitantes, serviços de transporte e distribuição de mercadorias provenientes de Évora e serviços de transporte de crianças para o polo escolar de Agua Derramada); b) A estrada municipal 543 não dispõe das condições necessárias para garantir de modo seguro o tráfego associado ao início da construção do complexo mineiro. Acções de beneficiação que conduzam ao seu alargamento e relocalização de infraestruturas de eletricidade e comunicação existentes, deverão obrigatoriamente ser garantidas antes do início de qualquer obra/ construção; c) A estrada municipal 543 atravessa o interior da Aldeia da Justa. O incomodo à população gerado pelo tráfego pesado durante as fases de construção e produção, será permanente e incomportável para a sua saúde, segurança e bem-estar;3. Terrenos a expropriar no âmbito do sistema adutor proveniente de vale do Gaio e traçado: a) não é claro o futuro traçado e áreas a expropriar; b) a acontecer expropriações, essa deverão ter em conta a possibilidade de expansão de áreas construtivas/ parques habitacionais futuro; c) a conduta ao atravessar aldeia de Água Derramada pela estrada municipal 543 impactará com infraestruturas de esgotos e de abastecimento de água potável. Deverá ser

melhorado e antecipado projeto no âmbito da construção do sistema adutor e a sua construção (antes do início dos trabalhos de construção do complexo mineiro); d) o projeto do traçado dos sistema adutor deveria considerar pontos de entrega de água em propriedades com atividades de pecuária passíveis de ser afectadas pela laboração mineira, desde a margem do Sado até à Lagoa Salgada (todas as explorações são registadas e passíveis de consulta junto das autoridades competentes);4. Qualidade do ar: a) as instalações de flutuação, espessamento, entre outras, poderão contribuir de forma muito negativa para a qualidade do ar. A periodicidade e meios de monitorização deverão ser clarificados;5. Qualidade da água: a) as instalações poderão contribuir de forma muito negativa para a qualidade do água. A periodicidade e meios de monitorização deverão ser clarificados;6. Ruído: a)A periodicidade e meios de monitorização deverão ser clarificados.7. A comunidade permanente em Água Derramada e Silha do Pascoal pouco será beneficiada no que concerne aos postos de trabalho a criar pelo complexo mineiro, motivado pela sua faixa etária e área de conhecimento, pelo que deverá garantir-se o mínimo impacto em suas vidas por meio do mantimento ou melhoria das infraestruturas disponíveis e qualidade de vida existente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84416 Manuel Malheiros em 2025-04-27

Comentário:

Permito-me remeter para o doc anexo

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84414 Tiago Caiado em 2025-04-27

Comentário:

De um modo geral penso que seria positivo para o concelho de Grândola. Criação de postos de trabalho directos e indirectos, desenvolvimento do concelho, etc…Com a conjuntura mundial neste momento, diria ser uma oportunidade para repensar certos investimentos e penso que este seria um desses investimentos que poderiam fazer a diferença.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84413 Pedro Pires em 2025-04-27

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada representa uma oportunidade de crescimento económico, mas insisto que este crescimento deve ser balizado por medidas rigorosas de proteção ambiental e pela recuperação de áreas afetadas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84412 Marta Mendes em 2025-04-27

Comentário:

Vejo potencial na mina da Lagoa Salgada para impulsionar a economia local, e acredito que isso pode ser feito de forma inteligente, com investimentos em tecnologias e práticas que respeitem o meio ambiente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84411 Sofia Rodrigues em 2025-04-27

Comentário:

Considero pertinente a exploração da mina da Lagoa Salgada, desde que os processos de extração sejam os mais eficientes e limpos possíveis, maximizando os benefícios económicos e minimizando a pegada ecológica.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84410 Ricardo em 2025-04-27

Comentário:

Enquanto cidadão consciente e preocupado com o futuro do concelho de Grândola, venho manifestar a minha firme oposição à instalação da mina na zona da Lagoa Salgada, com base nos seguintes fundamentos:Impacto AmbientalA exploração mineira colocará em grave risco a integridade ambiental da Lagoa Salgada e das áreas circundantes. A contaminação dos solos, das águas subterrâneas e superficiais, a destruição de habitats naturais e a emissão de poeiras e substâncias tóxicas comprometerão a biodiversidade e os ecossistemas locais, que são património de todos.Impacto TurísticoGrândola é um concelho que se destaca pela sua beleza natural e pelo turismo sustentável. A presença de uma mina industrial, com a degradação paisagística, o ruído e a poluição associados, afastará turistas e prejudicará de forma irreversível o tecido económico local que depende do turismo, da natureza e da autenticidade da região.Impacto na Saúde PúblicaA atividade mineira inevitavelmente gerará resíduos tóxicos, nomeadamente metais pesados, que podem acumular-se no ambiente e representar sérias ameaças à saúde pública. A contaminação do ar, da água e do solo expõe as populações locais a riscos de doenças graves, afetando a qualidade de vida e a segurança das comunidades presentes e futuras.ConclusãoA preservação do ambiente, a defesa da saúde pública e a proteção do modelo económico baseado na sustentabilidade devem ser prioridades absolutas. Assim, recuso-me a aceitar a instalação da mina da Lagoa Salgada e apelo às autoridades competentes para que rejeitem este projeto que representa uma ameaça inaceitável ao nosso território e às nossas vidas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84409 Nuno Correia em 2025-04-27

Comentário:

Acho que se formos olhar para o que se passa já neste concelho devido à mineração, falo do Canal Caveira e Lousal temos uns exemplos do pior que se pode ter como pano de fundo.O que se pretende é uma exploração por 10 anos, e depois! O durante já isso preocupa muito mais com tudo o que de negativo trará para o concelho e população limítrofe, o gastar de água para limpar a mineração, as milhares de toneladas de resíduos à superficie.... enfim, há uma panóplia de situações negativas que superam tudo o que de bom se pode pensar que trará..... e para quem, pois para a população de Grândola não será com certeza.É um local maravilhoso, lindo, que merece ser preservado e não esburacado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84408 Marco Ribeiro em 2025-04-27

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada é importante para o desenvolvimento regional, e defendo que este desenvolvimento deve ser feito com responsabilidade ambiental, garantindo um futuro sustentável para todos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84406 Fernanda Martins da Silva Ramos em 2025-04-27

Comentário:

Caro Senhor Presidente da Agência Portuguesa do AmbienteEng. Pimenta MachadoO meu voto é de discordância porque o projeto "Mina da Lagoa Salgada" irá afetar gravemente os recursos hídrico de superfície e os aquíferos da bacia do Sado.O projeto terá impactes graves e irreversíveis na saúde humana, na qualidade e quantidade de água disponível, na qualidade dos solos, na qualidade do ar, na natureza. Os ecossistemas e os recursos naturais não podem ser dizimados, comprometendo o futuro das atuais gerações e das próximas.Um projeto desta natureza irá inibir o desenvolvimento de outras atividades económicas de maior sustentabilidade ambiental e social.Os meus melhores cumprimentosFernanda Ramos

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84405 Maria Ângela Filipe em 2025-04-27

Comentário:

Para além de tudo bem sequer há contrapartidas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84404 Madalena Mendes em 2025-04-27

Comentário:

Projeto de pouca sustentabilidade e impacto muito negativo na paisagem do concelho

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84403 Mara moura em 2025-04-27

Comentário:

Terá um impacto ambiental muito negativo para toda a fauna, e flora existente no local . Terá um consumo excessivo de àgua e põe em causa a qualidade de vida de todos os habitantes das proximidades.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84402 Carlos Teixeira da Silva em 2025-04-27

Comentário:

Quero destacar os impactos negativos que uma exploração mineira pode ter na saúde das populações locais, especialmente em Água Derramada, concelho de Grândola. A libertação de partículas tóxicas para o ar, a contaminação da água subterrânea e o ruído constante associado à atividade mineira representam riscos significativos para o bem-estar físico e mental dos habitantes. Estudos científicos apontam para o aumento da incidência de doenças respiratórias, cardiovasculares e problemas neurológicos em zonas próximas a explorações mineiras ativas.Além disso, a presença de uma mina junto a zonas habitadas conduz inevitavelmente à desvalorização das propriedades. A percepção de risco ambiental, os impactos visuais e sonoros, bem como a degradação da qualidade de vida, fazem com que o valor de mercado de casas e terrenos nas imediações diminua substancialmente. Isto traduz-se numa perda económica direta para os residentes, que veem o seu investimento comprometido e, muitas vezes, têm dificuldade em vender ou arrendar os seus imóveis.Por outro lado, é importante considerar a preservação da paisagem e do património natural e cultural. Muitas destas regiões têm potencial turístico ou agrícola, sendo que a instalação de uma mina compromete irremediavelmente esses usos alternativos e sustentáveis do território.Posto isto, e tendo em conta o princípio da precaução, a salvaguarda da saúde pública, a proteção do ambiente e os direitos das comunidades locais, considera-se que a implementação da mina em questão não é compatível com o bem-estar e os interesses das populações envolventes.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84401 Rita Vicente em 2025-04-27

Comentário:

Não destruam o que a natureza nos dá! Não nos alimentamos de dinheiro,Não nos alimentamos de burguesia,Não nos alimentamos de luxo,Alimentamo-nos do que a terra dos dá E para isso ela tem de estar sã e saudável, Intocável 💔

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84400 Luis Carlos Claudino Teixeira da Silva em 2025-04-27

Comentário:

Importa destacar os impactos negativos que uma exploração mineira pode ter na saúde das populações locais, especialmente em Água Derramada, concelho de Grândola. A libertação de partículas tóxicas para o ar, a contaminação da água subterrânea e o ruído constante associado à atividade mineira representam riscos significativos para o bem-estar físico e mental dos habitantes. Estudos científicos apontam para o aumento da incidência de doenças respiratórias, cardiovasculares e problemas neurológicos em zonas próximas a explorações mineiras ativas.Além disso, a presença de uma mina junto a zonas habitadas conduz inevitavelmente à desvalorização das propriedades. A percepção de risco ambiental, os impactos visuais e sonoros, bem como a degradação da qualidade de vida, fazem com que o valor de mercado de casas e terrenos nas imediações diminua substancialmente. Isto traduz-se numa perda económica direta para os residentes, que veem o seu investimento comprometido e, muitas vezes, têm dificuldade em vender ou arrendar os seus imóveis.Por outro lado, é importante considerar a preservação da paisagem e do património natural e cultural. Muitas destas regiões têm potencial turístico ou agrícola, sendo que a instalação de uma mina compromete irremediavelmente esses usos alternativos e sustentáveis do território.Posto isto, e tendo em conta o princípio da precaução, a salvaguarda da saúde pública, a proteção do ambiente e os direitos das comunidades locais, considera-se que a implementação da mina em questão não é compatível com o bem-estar e os interesses das populações envolventes.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84399 Laura Guerreiro em 2025-04-27

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84398 Francisco António Banha Sobral da Costa em 2025-04-27

Comentário:

Discordo da implemetaçâo da mina por vária razôes:Poluiçâo sonora e ambiental.Destruiçâo de estradas e seu congestionamento.Destruição dos aquíferos subterraneos causando destruiçâo dos montados de sobro e azinho assim como do pinhal principal sustento da populão local e nâo só.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84397 Madalena de Aires Mateus em 2025-04-27

Comentário:

Acho incrível sequer considerarem fazer uma calamidade desta natureza…. Não chega o que aconteceu nas minas do canal caveira??? Não aprendem ? Quem se trama é quem vive aqui, como eu. Os outros vão e vêm e quem tem de lidar com estas asneiras é que fica. Vou fazer tudo ao meu alcance para que isto não aconteça. Chega

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84396 Maria Malheiros em 2025-04-27

Comentário:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Agência Portuguesa do AmbienteEng. José Pimenta MachadoNa qualidade de cidadã com consciência social e ambiental, preocupada com as pessoas, com o ambiente, a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem. Um dos impactes mais devastadores será na quantidade e qualidade da água. Tanto os recursos hídricos superficiais quanto os recursos hídricos subterrâneos irão ser sobre-explorados. Sem água não podemos viver. As plantas, os animais e as pessoas não sobrevivem sem ela. Por isso a Carta Europeia da Água descreve a água como um bem precioso indispensável que deve ser bem preservado - tanto em quantidade como em qualidade.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem ser, sempre, consideradas mais importantes do que os ganhos financeiros.Pelo respeito pelas pessoas, pela conservação do ambiente e da água para as gerações futuras o meu parecer é de DISCORDÂNCIA.Os meus melhores cumprimentos maria malheiros

---

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84395 Maria Lázaro em 2025-04-27

Comentário:

Caro Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente Eng. Pimenta MachadoO meu voto é de discordância porque este projeto afetará gravemente os recursos hídricos de superfície e os aquíferos.O projeto irá ter impactes graves e dificilmente reversíveis na saúde das pessoas, na qualidade e quantidade das águas, na qualidade dos solos, na qualidade do ar, nos ecossistemas.Os ecossistemas não podem ser dizimados, comprometendo o futuro das atuais gerações e das próximas.Um projeto desta natureza irá inibir o desenvolvimento de outras atividades económicas de maior sustentabilidade ambiental e social.Os meus cumprimentosMaria Antónia Lázaro

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84394 Emília Nunes em 2025-04-27

Comentário:

Discordo com a exploração da Mina de Lagoa Salgada. Os dados apontam para vários malefícios ambientais e sociais, que não serão suplantados pelo que se poderia ganhar com o avanço da Mina. Não se deixe destruir mais uma região que cada vez mais é explorada!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84393 Maria Eduarda de Almeida e Vasconcellos em 2025-04-27

Comentário:

Acho um projecto negativo para o Concelho de Grândola, pelos mesmos motivos da Proteger Grândola.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84392 Mafalda em 2025-04-27

Comentário:

Serei sempre contra tudo o que não beneficiar a vida das pessoas!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84391 Silvy Crespo em 2025-04-27

Comentário:

Discordo deste projeto.Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora

na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84390 Rosário Figueiral Silva em 2025-04-27

Comentário:

Como cidadã portuguesa e profundamente preocupada com os efeitos nocivos para o ambiente e as comunidades e o património natural do meu país, venho expressar o meu completo desacordo com este projeto de exploração de minérios e exigir que o mesmo seja imediatamente seja anulado. Num momento em que o planeta clama por ações de proteção e regeneração para minimizar os danos e as terríveis consequências da crise climática no planeta já em curso, em Portugal ignora-se o caos e contribui-se para a sua aceleração em nome de "interesses nacional" fajutos! Hipocrisia pura! Maldade. Parem. Já. Não nos calaremos e estaremos à frente das máquinas se se atreverem a avançar!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84389 Rita Ervideira em 2025-04-27

Comentário:

Venho expressar a minha total discordância com a implementação do Projecto da Mina da Lagoa Salgada!Vivo em Grândola e considero que o impacto negativo que a mesma terá no território, trará futuramente a quem cá vive, essa herança. A destruição da flora e fauna em seu redor terá um impacto muito negativo para a nossa vida e para o futuro dos nossos filhos!É claramente uma agressão ao Ambiente e a quem cá vive e quer continuar a viver!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84388 Alcácer P'lo Ambiente em 2025-04-27

Comentário:

O nosso voto é de DISCORDÃNCIA.Permitimo-nos remeter para os argumentos desenvolvidos no documento em anexo.

Anexos: 84388_MINA DA LAGOA SALGADA.PARTICIPA. Alcácer P'lo Ambiente .pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84387 Emilio Galhego em 2025-04-27

Comentário:

O impacto de todos os detritos utilizados e resultantes da extração de minério são altamente prejudiciaia para o ambiente e consequentemente para a saúde dos residentes do conselho.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84386 Maria João Oliveira em 2025-04-27

Comentário:

Por que a Mina da Lagoa Salgada não deve avançarO projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As

comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84385 João Gonçalves em 2025-04-29

Comentário:

Parece evidente a forma de comprar pessoas para que este negócio avance, mesmo após estudos de impacto negativo para a região, seus habitantes e que vem num sentido inverso das legítimas aspirações e interesse da população actual e futura desta região. Onde estão aqui os valores tão referidos na letra do Zeca Afonso? O que foi referido nos palcos durante esta ultima comemoração do 51' aniversário do 25 de Abril? A 5, 4. 3 dias do limite para participar houve algum apelo ou tentativa de mobilização para exprimir a discordância desta enorme desgraça comprada por tão pouco para tão grande impacto e desgraça que nos vai trazer? Aqui o povo deveria ordenar! Os autarcas deveriam evidenciar estarem a zelar pela qualidade de vida. saúde, ambiente, recursos tão preciosos como a água, ar solos, natureza e não equacionarem aceitar passivamente algo de tão mau para todos nós! Estive distraído,não vi nada ou quase nada fizeram para impedir esta catástrofe anunciada? Após 51 anos de democracia, ainda se falha de mais .... 😞

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84384 Maria Teresa Santos em 2025-04-27

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6

---

milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: 84384_Memo-No5-A-mina-e-um-assalto.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84383 Dunas Livres em 2025-04-26

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim

como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: 84383_Memo-No5-A-mina-e-um-assalto.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84382 Madalena em 2025-04-26

Comentário:

Agressão ambiental

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84381 José Paulo dos Barrocoso dos Santos Coelho... em 2025-04-26

Comentário:

Contra a mina dado degradar o meio ambiente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84380 Augusto coelho em 2025-04-29

Comentário:

Degradação de património agrícola e ambiental.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84379 Ana Pasadas em 2025-04-26

Comentário:

Grândola é um concelho que nos últimos anos tem vindo a ser massificado nomeadamente na orla costeira com projetos megalómanos. O interior tem sido de alguma forma "poupado" a estas intervenções e é onde ainda se consegue sentir o "verdadeiro espírito alentejano". Estes projetos para além de destruírem um património valioso para as populações, quer a nível de poluição hídrica, sonora, contaminação de solos, etc, não vão trazer nenhuns benefícios efetivos para as populações que os circundam. Riqueza só para os promotores, emprego só para emigrantes.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84378 David em 2025-04-26

Comentário:

Impacto Ambiental, nomeadamente a Qualidade da água para consumo, contaminação dos solos, poluição sonora. Ausência da qualidade de vida dos residentes. Ausência de infra estruturas. Destruição da flora e fauna. Impacto na agricultura familiar. Desertificação da região. Impacto no turismo. Volume de detritos, poluição do ar. Doenças crónicas na população..

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84377 Teresa Ribeiro Romão em 2025-04-26

Comentário:

Não concordo com a instalação da mina da Lagoa Salgada pelas mesmas razões já apresentadas pela associação ambientalista Proteger Grândola. Nomeadamente, o excessivo consumo de água, a quantidade de detritos resultantes da exploração, o risco de contaminação da água, a inexistência de infraestruturas para absorver a mão de obra e a herança ambiental deixada pelos detritos resultantes.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84376 Dina em 2025-04-26

Comentário:

Projeto com grande importância para a vila, desenvolvimento de novos postos de trabalho para a população

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84375 Matilde Magro em 2025-04-26

Comentário:

Não, se Deus quiser este ataque constante pára o mais rapidamente possível.Não há qualquer necessidade de haverem minas em Portugal. A ideia da mina é uma ideia específica de locais específicos que foram usados ao longo dos milénios da floresta Europeia para variadas coisas, mas neste momento com os meios de produção existentes e o contexto actual histórico mundial, não existe qualquer motivo para haverem minas em Portugal.A história da mina portuguesa começa e acaba nos tempos de Viriathus aquando da obtenção de Terracota, nesta zona específica para a criação de Tijolo, a partir daí esses projetos megalómanos serviriam somente para "explodir" e "pagar aos boys". É só não.Agradecendo a compreensão,Bem haja.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84374 Luis Francisco Barradas Romão em 2025-04-26

Comentário:

Sou completamente contra o projeto de instalação e funcionamento desta exploração mineira pelas razões já apontadas pela Associação de defesa do ambiente "Proteger Grândola", nomeadamente:O excessivo consumo de água, a degradação inevitável do montado de sobro e de azinho presente na região, o risco inerente de catástrofe ambiental e de contaminação da água, a pressão motivada ao nível dos serviços e infraestruturas derivado à vinda de mão de obra necessária para a laboração da mina, infraestruturas de acesso não preparadas para o aumento do trafego rodoviário, problemas de ruido, ausência de habitação digna para satisfazer a mão de obra da mina e por último, e talvez o mais importante, a herança que esta mina deixará aos habitantes da zona de Grândola durante os anos seguintes. Já todos aqui sabemos qual é essa herança. Temos no Concelho outros infelizes exemplos como sendo a mina do Canal Caveira e do Lousal.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84373 Margarida Vale de Gato em 2025-04-26

Comentário:

Estima-se um gasto de água superior ou igual ao do concelho todo atualmente. Oque agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Irá contaminar irreversivelmente aquíferos.Este é mais um Projeto PIN (Potencial Interesse Nacional) que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Irá ter impactos nos organismos humanos e não humanos, no território e na paisagem. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, a biodiversidade serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis.Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84372 Rui Galamba em 2025-04-26

Comentário:

Reforçando os argumentos da participação da Associação do proteger grandola: 1- as taxas de rentabilidade do operador são ilustrativas da injustiça das condicoes da concessão; 2- não existe um elencar rigoroso de todos os remédios , e são muitos, a exigir ao operador; 3 - os danos ambientais parecem muito longe de estar sequer mitigados.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84371 Igor Ferreira Ferreira Passechnikoff em 2025-04-26

Comentário:

Concordância – Projeto da Mina da Lagoa SalgadaIntroduçãoNo âmbito da consulta pública referente ao Projeto da Mina da Lagoa Salgada, localizada no concelho de Grândola, manifesto aminha concordância à sua concretização. Este investimento revela-se de extrema importância para o desenvolvimento económico, social e ambiental da região, promovendo uma nova dinâmica industrial no Alentejo Litoral.1. Relevância do Investimento para o Desenvolvimento LocalInvestimento previsto de aproximadamente 112 milhões de euros;Criação estimada de 300 postos de trabalho diretos, com impacto positivo em centenas de empregos indiretos;Diversificação da base económica do concelho, complementando as atividades tradicionais de turismo e agricultura;Estímulo à fixação de população jovem e qualificada, contribuindo para o rejuvenescimento da região.2. Modernização e Sustentabilidade da Atividade MineiraOperações mineiras reguladas pelas mais exigentes normas ambientais nacionais e europeias;Emprego de tecnologias subterrâneas de última geração, minimizando o impacto à superfície e protegendo os ecossistemas envolventes;Implementação de planos de reabilitação e requalificação ambiental obrigatórios, garantindo a recuperação das áreas intervencionadas.3. Contributo para a Transição Energética e SustentabilidadeProdução de metais críticos (cobre, zinco) essenciais à mobilidade elétrica, à produção de energias renováveis e à descarbonização;Alinhamento com os objetivos de transição energética e neutralidade carbónica estabelecidos para 2050;Reforço da capacidade industrial nacional e integração de Portugal nas cadeias de valor da nova economia verde.4. Fortalecimento da Capacidade Industrial RegionalConsolidação do Alentejo Litoral como um polo industrial moderno, inovador e sustentável;Geração de sinergias com outros projetos em desenvolvimento na região de Sines e Grândola;Estímulo ao investimento privado e público, promovendo um ecossistema industrial dinâmico e competitivo.ConclusãoA aprovação do Projeto da Mina da Lagoa Salgada constitui uma oportunidade única para impulsionar o desenvolvimento sustentável de Grândola e da região envolvente. Com uma abordagem tecnológica moderna, respeito pelos princípios ambientais e forte impacto socioeconómico, este projeto merece ser apoiado como um motor de crescimento, inovação e futuro para o Alentejo.Com os melhores cumprimentos,Igor Ferreira Passechnikoff (Engenheiro Metalúrgico e de Materiais pela FEUP /Membro Efetivo O.E n 39671)) , 26/04/2025

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84370 Filipa Raquel em 2025-04-26

Comentário:

Discordância

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84369 DANIELLE LEON em 2025-04-26

Comentário:

Exmos SenhoresResidente no Concelho de Grândola, venho por este meio enviar em anexo a minha participaçao nesta consulta Pubica, manifestando desde ja a minha discordância por este projecto. oonAtraves do documento de Contstaçao que junto a mesma expôe em 8 pontos devidamente fundamentados as razões porque nao pode avançar, em a devida correçao de todas as nao conformodades qur o projecto enferma, nomeamente -Pela falta de agua e o aumento de pressao sobre o exaurido aquifero T3, se avançassecomo esta no projeta. O AQUIFERO PODE SECAR EM 5 ANOS.- Pelo deficiente tratamento das aguas residuas- Pelo excesso de ruido nao sustido- Pela poluiçao atmosférica geradaEsperando que este contributo ajude a suster este projetoDanielle Léon PQERRADIN

Anexos: 84369_CONTESTATION DL.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84368 Filipe Lopes em 2025-04-26

Comentário:

Apresento aqui a minha discordância face a este projeto com base nas consequências ambientais que o mesmo terá na zona, nomeadamente na disponibilidade de água, que já é escassa.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84367 Joana Zózimo em 2025-04-26

Comentário:

Exmo. senhor presidente da Agência Portuguesa do AmbienteEng. José Pimenta MachadoEu, Joana Zozimo, na qualidade de cidadã com consciência social e ambiental, preocupada com as pessoas, com o ambiente, a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem. Um dos impactes mais devastadores será na quantidade e qualidade da água. Tanto os recursos hídricos superficiais quanto os recursos hídricos subterrâneos irão ser sobreexplorados. Sem água não podemos viver. As plantas, os animais e as pessoas não sobrevivem sem ela. Por isso a Carta Europeia da Água descreve a água como um bem precioso indispensável que deve ser bem preservado - tanto em quantidade como em qualidade.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem ser, sempre, consideradas mais importantes do que os ganhos financeiros.Pelo respeito pelas pessoas, pela conservação do ambiente e da água para as gerações futuras o meu parecer é de DISCORDÂNCIA.Os meus melhores cumprimentos Joana Zozimo

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84366 Maria Freitas Costa em 2025-04-26

Comentário:

O Impacto deste projeto é altamente negativo para a região, indo condicionar os seus recursos e actividades no futuro.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84365 Raquel Guimaraes em 2025-04-26

Comentário:

Impacto extremamente para o ambiente e biodiversidade

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84364 Jorge Lopez em 2025-04-26

Comentário:

ÁGUA SUBTERRÂNEA, esquecida Recordamos que temos áreas significativas no País, nas zonas mais importantes do regadio actualmente praticado, do Minho ao Algarve que recorrem, práticamente em exclusivo, aos aquíferos para efectuarem a rega. Recorde- se ainda que o consumo urbano tem um imenso histórico de recurso a estas águas, para o abastecimento publico da população. Como é óbvio, estas águas precisam de ser protegidas e preservadas, para minorarem a poluição a que estão sujeitas e para não serem destruídas , pela sobre-exploração.Justificando que vários aspectos destes recursos subterrâneos, tivessem sido também aflorados, tais como:- posse da água. Sua passagem de privada (como está actualmente) a pública;- Governança e gestão. Actualmente sem quaisquer sistema implementado. - Recarga - Defesa e combate à poluição - etcEm face do exposto e pela grande importância deste recurso é necessário ter em conta este modesto contributo e efectuar os procedimentos necessários, para que a água subterrânea, sobreviva, para a eternidade.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84363 Ana Viegas em 2025-04-26

Comentário:

Não concordo com este projeto porque o mesmo vai destruir e contaminar os solos na nossa região. (Desde paisagem, atmosfera, lençóis freaticos, entre outros) Para além disso, vai ter um impacto negativo na própria comunidade. Os espaços rurais já não uma extinção nos dias que decorrem, por isso, a construção deste projeto só vai agravar mais esta situação.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84362 Mari Lúcia Pereira da Silva Duro em 2025-04-26

Comentário:

Não concordo com a implementação da mina da Lagoa Salgada, devido aos graves danos que irá causar na natureza e nas comunidades locais. A exploração ameaçará a biodiversidade, destruirá habitats naturais e poderá contaminar solos e águas subterrâneas. Os acessos existentes não têm condições para suportar o intenso movimento de veículos pesados que se prevê, colocando em risco a segurança rodoviária. A vida das povoações ao redor será profundamente afectada, com o aumento do ruído, da poluição e da pressão sobre infraestruturas frágeis. A população de Grândola, em particular, verá a sua qualidade de vida seriamente prejudicada. O impacto ambiental, social e económico negativo será irreversível. A Lagoa Salgada é um património natural que deve ser preservado e não explorado em nome do lucro. O futuro sustentável da região depende da sua protecção.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84361 Maria João em 2025-04-26

Comentário:

A exploração da mina vai contaminar os lençóis de água subterrâneos, e vai retirar água da barragem de vale de gaio que já tem vindo a diminuir o seu caudal. A exploração da mina vai aumentar o tráfego automóvel numa estrada local sem condições. A lagoa, neste momento, é um local natural, sem intervenção humana, numa zona de montado que importa respeitar e preservar. A mina vai ficar localizada nas imediações de aldeias que vão sofrer o impacto de uma atividade poluente ao nível do solo, do ar e do ruído. Discordo de forma total com a implementação deste projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84360 Alexandra em 2025-04-26

Comentário:

Discordo com.o que considero ser um autêntico ataque à natureza.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84359 Aperto rapido em 2025-04-26

Comentário:

O impacto ambiental desta mina é demasiado negativo para se colocar, sequer, a hipótese de a realizar: ao nível da proteção da água, do ar, dos animais, da terra e das pessoas. Os interesses económicos não podem suplantar os interesses humanos e naturais, a defesa dos recursos naturais e ambientais deveria ser a base para a atuação política e não a destruição do que a Natureza nos dá e a degradação da vida das pessoas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84358 Andreia Garcia em 2025-04-26

Comentário:

Este projecto representa uma perda colossal a nível da flira, da fauna, da água. Não terá lucro a longo prazo comprometendo a soberania alimentar da pop, a qualidade dos solos e corpos de água. É inadmissível aceitar mais uma mina no Montado Alentejano.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84357 Andreia Loureiro Albuquerque em 2025-04-26

Comentário:

Não a exploração mineira.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84334 Fernando Parente em 2025-04-25

Comentário:

Apoio a mina da Lagoa Salgada, convicto de que é possível um desenvolvimento que seja simultaneamente próspero economicamente e sustentável ambientalmente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84331 Rafael Nogueira em 2025-04-25

Comentário:

Concordo com a mina da Lagoa Salgada, reconhecendo o seu potencial económico, mas insistindo na implementação de práticas que garantam a proteção a longo prazo dos recursos naturais.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84329 Brito Marques em 2025-04-25

Comentário:

Parece-me correto avançar com a mina da Lagoa Salgada, com a certeza de que as autoridades e a empresa estão empenhadas em encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a conservação da natureza.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84328 Miguel Maia em 2025-04-25

Comentário:

Não tenho dúvidas em concordar com a mina da Lagoa Salgada, desde que os estudos de impacto ambiental sejam rigorosos e as soluções de mitigação eficazes, promovendo simultaneamente o crescimento económico.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84327 Cátia Lima em 2025-04-25

Comentário:

Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84326 Margarida Pilar em 2025-04-25

Comentário:

Estou bastante de acordo com a ideia da mina da Lagoa Salgada, assumindo que haverá um planeamento cuidadoso para garantir tanto o sucesso económico quanto a integridade dos ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84325 Ana Maia em 2025-04-25

Comentário:

Sim, concordo com a mina da Lagoa Salgada, dando prioridade a um modelo de desenvolvimento económico que seja ambientalmente responsável e traga prosperidade para a região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84324 Rodrigo Pereira em 2025-04-25

Comentário:

Do meu ponto de vista, a mina da Lagoa Salgada é um passo positivo, se o desenvolvimento for feito de forma consciente, integrando a proteção ambiental como um pilar fundamental.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84323 Ricardo José em 2025-04-25

Comentário:

Penso que a exploração da mina da Lagoa Salgada é uma decisão acertada, equilibrando a necessidade de crescimento económico com a responsabilidade de preservar o património natural.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84322 Margarida Barroso em 2025-04-25

Comentário:

Acredito que a mina da Lagoa Salgada pode trazer benefícios, contanto que a vertente económica seja acompanhada por um plano robusto de conservação da biodiversidade.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84321 Leonor Marques em 2025-04-25

Comentário:

Vejo com bons olhos o desenvolvimento da mina da Lagoa Salgada, se forem implementadas medidas eficazes para minimizar o impacto ambiental e se o projeto gerar oportunidades económicas significativas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84320 Márcio Almeida em 2025-04-25

Comentário:

Considero válida a exploração da mina da Lagoa Salgada, sob a condição de que as práticas de mineração sejam sustentáveis e que os lucros contribuam para o bem-estar económico da comunidade, respeitando o ecossistema.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84318 Rúben Silva em 2025-04-25

Comentário:

Estou de acordo com o projeto da mina da Lagoa Salgada, na expectativa de que impulsione a economia regional sem comprometer os valores naturais da área.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84314 Maria Sobral em 2025-04-25

Comentário:

Serve o presente para demonstrar a minha enorme preocupação face à possibilidade da instalação da futura Mina da Lagoa Salgada. Atualmente já nos deparamos com uma significativa falta de água , não sendo autorizado fazer um furo artesiano para captação de água. Como se explica então a abertura de uma mina na maior reserva de água deste concelho.Para além disso, a instalação de uma linha elétrica de alta tensão no meio de duas aldeias, na localidade de Cadoços, sendo esta construída em terrenos onde já existem casas e com possibilidade de virem a existir mais, pois o problema habitacional deste concelho é amplamente conhecido. A instalação desta mina virá agravar as situações descritas. Podemos ainda, acrescentar outras como o trânsito de veículos com matérias tóxicas e perigosas dentro de uma aldeia (Aldeia da Justa). Havendo dúvidas sobre o impacto do que é a instalação de uma mina, podemos apresentar dois exemplos de minas no nosso concelho (Lousal e Canal Caveira) e que se encontram à vista de todos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84313 Maria Salgueiro em 2025-04-25

Comentário:

Apoio a iniciativa da mina da Lagoa Salgada, acreditando que é possível conciliar o desenvolvimento económico com a proteção rigorosa do ambiente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84312 Pedro Martins em 2025-04-25

Comentário:

Concordo com a exploração da mina da Lagoa Salgada, desde que haja um compromisso firme com a conservação da natureza e que se maximizem os benefícios para o desenvolvimento económico local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84305 Andreas Mörschel em 2025-04-25

Comentário:

Exmos. SenhoresManifesto por este meio a minha discordância com o projecto proposto devido ao grave impacto ambiental associado a atividade mineira e ao risco elevado de contaminação da água que não esta em relação justificável com os proveitos económicos locais e nacionais resultantes da exploração. Estes factos são agravados pela vida útil reduzida da mina de apenas 11 anos. Assim:Consumo de água. Não esta claro qual o volume de água anual necessário para exploração da mina. Os números variam entre 1 e 2 milhões de m3/ano o que comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho incl. captações próprias. Numa região aonde existe uma escassez estrutural de água não é compreensivo dedicar um volume desta grandeza para um projecto industrial com um retorno marginal para a população local que, no entanto, vai pôr em risco o frágil sistema hídrico da região com um provável rebaixamento do lençol freático que vai afetar entre outros o montado cuja sobrevivência já esta ameaçada pelos períodos de seca cada vez mais frequentes.Risco de catástrofe ambiental: O projeto do aterro de resíduos tem a classificação de perigo de barragem “muito alto” (gravidade das consequências potenciais caso a estrutura da barragem de rejeitados falhe), o que exige níveis máximos de precaução e escrutínio público.Risco de contaminação da água: a Área Potencial a Intervencionar (API) da Mina ocorre numa Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos. Os detritos contêm sulfuretos metálicos que, em contacto com a água e o oxigénio, podem dar origem a Drenagem Ácida de Minas (DAM). A DAM é um dos efeitos mais persistentes e difíceis de controlar na mineração, podendo contaminar solos e aquíferos durante décadas após o encerramento da atividade. Casos documentados demonstram que, uma vez iniciada, a DAM é extremamente onerosa de mitigar e, muitas vezes, impossível de reverter.Conclusão:As vantagens e proveitos da exploração da mina para a região, mas também para o país são poucas e apenas limitados a um período de exploração útil de 11 anos e não estão em nenhuma relação com os impactos ambientais eminentes e os riscos latentes (e custos) associados que se podem prolongar muito além da vida útil da mina. cumprimentosAndreas Mörschel

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84302 Stefanie Coors Salgado em 2025-04-25

Comentário:

Mais uma ameaça ambiental! Este projeto prevê o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, bem como a destruição de habitats protegidos. Devemos preservar o montado típico alentejano para as gerações futuras!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84296 Manuel Delgado em 2025-04-25

Comentário:

Eu, como um idoso que vive num sítio calmo e tranquilo, sinto uma profunda apreensão com a proposta de implementação da mina na Lagoa Salgada. Este projeto ameaça destruir não só a exuberância natural do ambiente, mas também a qualidade de vida, impactando diretamente todo o ecossistema local.A minha casa e o meu terreno, representa um refúgio de paz e contacto com a natureza, um espaço onde a terra e o ambiente são cultivados com carinho e dedicação. A introdução de uma mina neste cenário ocasionará a degradação ambiental, afetando os solos, lençóis de água subterrâneos, como também colocará em risco a produção agrícola que sustenta o equilíbrio natural da região.Além disso, o projeto vai trazer um fluxo intenso e desordenado de veículos pesados.. Esse aumento no tráfego não só causará transtornos constantes, mas também representa um risco real para a segurança nas estradas.Vendo este cenário, afirmo meu total desacordo com a implementação da mina. É urgente que as autoridades responsáveis repensem essa decisão, priorizando a preservação do meio ambiente, o respeito pelas tradições locais e a segurança dos que já vivem nesta região à décadas. A exploração mineral, sob essas condições, não trará os benefícios prometidos e, ao contrário, representará um retrocesso para toda a comunidade que já luta para manter vivas as raízes de um modo de vida sustentável e respeito à natureza.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84292 Nuno Pedro em 2025-04-25

Comentário:

Uma mina destas características, cuja exploração se prevê ter a duração de apenas 11 anos, levanta um conjunto de impactos adversos significativos:a) Utilização de explosivos ("1 camião por dia") b) Utilização de reagentes altamente tóxicos para o processo da lavaria: ("1.700 toneladas/mês"), em particular de Cianeto de Sódio (NaCN).c) Risco de contaminação do lençol freático provocado pela infiltração de águas ácidas.d) Utilização em quantidades não especificadas de água oriunda na barragem do Alqueva ("Sobre este assunto importa realçar que a EDIA irá fornecer a água ao projeto em análise, via albufeira do Vale do Gaio").Para um período de vida útil do projeto de 11 anos justifica-se a degradação dos habitats que inevitavelmente ocorrerá ?

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84291 Paulo Delgado em 2025-04-25

Comentário:

A implementação da Mina da Lagoa Salgada é inadmissível diante dos inúmeros riscos que ela impõe ao meio ambiente e à comunidade local. Em primeiro lugar, o projeto acarretará sérios distúrbios ambientais, prejudicando tanto a flora quanto a fauna da região. A intervenção resultará na degradação dos habitats naturais, levando a um desequilíbrio ecológico que poderá ocasionar danos irreparáveis à biodiversidade local.Além dos impactos ambientais, importa destacar que a maioria dos moradores da região é composta por pessoas idosas, as quais se encontram em situação de vulnerabilidade. O aumento do ruído e da poluição, inerentes às atividades da mina, colocará em risco a saúde e o bem-estar dessas pessoas, demonstrando uma completa desconsideração pelas necessidades e pela qualidade de vida da população residente.No aspecto econômico, os benefícios prometidos pelos supostos empregos gerados pela mineração se mostram duvidosos e insustentáveis. A baixa oferta de mão de obra qualificada na região implica na necessidade de atrair trabalhadores de fora, o que pode desencadear um fluxo migratório indesejado. Essa chegada de imigrantes tem o potencial de gerar conflitos sociais e agravar ainda mais a tensão em uma comunidade já fragilizada.Outro fator crítico a ser considerado é a precariedade da infraestrutura local. As estradas da região são estreitas e degradadas,

incapazes de lidar com o aumento do fluxo de veículos pesados, o que resultará em maior degradação, riscos de acidentes e dificuldades de transporte para os residentes locais.Resumindo e diante estes argumentos, torna-se evidente que a implementação da mina representa um risco desproporcional para a região, comprometendo seu meio ambiente, sua infraestrutura e sua comunidade. É imprescindível buscar alternativas que respeitem e preservem o equilíbrio ecológico e social da área.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84288 Catarina Martins em 2025-04-25

Comentário:

Discordo que este projeto avance porque irá destruir ecossistemas e a qualidade de vida dos habitantes e turistas que habitaram e passam em Grândola, num raio de vários quilómetros.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84278 Tânia Simões em 2025-04-25

Comentário:

Trata-se de um ataque ambiental quando a prioridade deste país deveria ser a preservação do património ecológico que nos resta.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84277 Sofia Lucas em 2025-04-25

Comentário:

Impacto ambiental elevado a nível da zona e zonas limítrofes devido aos metais pesados e às características. Possivel contaminação de cursos de água e destruição da paisagem e montado. Informação insuficiente sobre impacto ambiental nas populações e no ambiente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84272 Pedro Pinto em 2025-04-25

Comentário:

Enquanto cidadão, ativista, educador ambiental e arquiteto paisagista só posso estar em discordância com este projeto. Em primeiro ligar, a área afetada pela exploração mineira encontra-se inserida em Espaços Florestais de Produção, em solo rústico, com áreas na Reserva Ecológica Nacional, na Reserva Agrícola Nacional e em Biótopos Corine. Face a estas condicionantes, este projeto de exploração mineira só poderá avançar por se tratar, mais uma vez, de um PIN - Projeto de Interesse Nacional, contexto especial em que a legislação, quase magica e instantaneamente, se torna permeável a ataques ambientais e passa a permitir aquilo que num contexto normal não seria permitido. Tudo em nome de um tal "interesse nacional" que é, no mínimo, questionável. Não pode ser de interesse nacional uma atividade que coloca em risco a disponibilidade de água para as populações. Pois, como se sabe, o processo de mineração e tratamento do minério necessita de muita água que vai ser extraída do subsolo numa zona onde os aquíferos são pobres e que se insere numa bacia hidrográfica classificada de escassez extrema de água. Neste ponto, já estaríamos perante um sério constrangimento ao avanço da exploração mineira. Qual interesse nacional se o país e a região receberão um valor mínimo do valor do minério, enquanto os investidores estrangeiros ficam com o restante de vários milhões?! Qual interesse nacional se o produto que sai da mina não vai ser processado no país? O minério vai ser exportado em bruto para o estrangeiro. Ou seja, o trabalho especializado e que acrescenta maior valor, ficará noutro país. Portugal fica com resíduos, detritos. Interessa Nacional por uma montanha de milhões de toneladas de resíduos?Não pode ser de interesse nacional mais exploração selvagem numa região que está nos últimos anos sujeita a uma pressão cada vez maior por projetos de monocultura agrícola e projetos imobiliários que deixam cada vez mais paisagem destruída, recursos hídricos comprometidos, ecossistemas destruídos e tecido social devastado. Interesse nacional pela destruição de floresta de sobreiro e pinheiro que são base de subsistência para a economia local e empregam pessoas da região? É realmente importante pugnar pela salvaguarda ambiental de uma área com valor ecológico e paisagístico, e até para economia local, ao invés de promover a sua destruição e dar lucro a investidores estrangeiros que pouco ou nada afetam positivamente o país. Mais ainda numa época de crise climática e de biodiversidade. Este projeto tem que ser travado já!Com atenção e cordialidade, Pedro Pinto

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84271 Catarina em 2025-04-25

Comentário:

As escavações de Mina da Lagoa Salgada comprometem enormemente os terrenos que a rodeiam, afectando directamente os sobreiros nessa região.A extracção de metais pesados para exploração, promove a poluição e a contaminação das águas e do solo, conduzindo ao desequilíbrio do ecossistema incluído problemas dos lençóis de água do subsolo que servem de alimento para os sobreiros.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84270 Telma Côrte-Real em 2025-04-25

Comentário:

Como é possível aprovar atividade minera localizada numa Reserva Ecológica Nacional?Discordo em absoluto! Esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários, nomeadamente:- O risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. - O rebaixamento do lençol freático poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. comprometendo atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84268 Joana Squire em 2025-04-25

Comentário:

Sou contra a exploração mineira na Lagoa Salgada, uma zona de elevado valor ambiental e social. Esta mina ameaça destruir o montado, contaminar solos e águas, e prejudicar a saúde e o bem-estar das comunidades locais. A curto prazo, traria empregos, mas a longo prazo deixaria um território degradado e sem alternativas sustentáveis. Defendo um modelo de desenvolvimento que proteja o ambiente, a biodiversidade e os modos de vida locais. A Lagoa Salgada merece ser preservada, não explorada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84267 Christine Overdijk em 2025-04-25

Comentário:

Exmos Srs.,Estou triste que novamente temque fazer uma participação para proteger a minha zona em tão pouco tempo. Quero vos relembrar a descriscao da rede natura 2000 (da Wikipédia):Natura 2000 is a network of nature protection areas in the territory of the European Union. It is made up of Special Areas of Conservation and Special Protection Areas designated under the Habitats Directive and the Birds Directive, respectively. The network includes both terrestrial and Marine Protected Areas.Em termos de ambiente: vai se abater muitos de sobreiros e pinheiros e com isto o habitats de duna biodiversidade enorme. Sobreiros que produzem a cortiça e é repetitivo. Agua vai se novamente reduzir e com enormes riscos de ser contaminada. A saúde pública fica afectado com a probabilidade grande de contaminação e mais redução da água, cheiros e pó que é péssimo para pessoas com problemas de asma, copd etc, e barulhos de estrair para a zona envolvente que é péssimo para saúde mental, mais perigo nas estradas que não tem condições para este trânsito. E qual é a graça para turista (carro ou bicicleta) andar nestas estradas cheio de camiões??!!!Além de ser rede natura 2000 é uma das jóias de Portugal em relação ao turismo, outro fonte de rendimento grande (e constante) para Portugal é que dá muitos mais empregos que uma mina. São poucas e temporários. Gostaria de ver no dia 21 de Maio que é dia de rede natura 2000 que Portugal ganha o prémio de conservar, manter e mais ainda, adquirir mais terreno que vai fazer parte desta rede. Que somos leaders em proteger ambiente e que somos exemplos!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84266 Maria Helena Carreto de Oliveira Araújo em 2025-04-25

Comentário:

Tenham juizo e aprendam história, biologia, economia e psicologia humana e tomem as decisões justas e a longo prazo economicas

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84264 Constança Vaz Pinto em 2025-04-25

Comentário:

O projecto vai desrespeitar as populações, arruinar a natureza em todas as suas envolventes.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84263 Elisa em 2025-04-25

Comentário:

Este projeto não deve avançar, porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. Manifesto o meu desagrado pela perspetiva desequilibrada e enganadora que subjaz a este projeto, o qual não passa de uma pseudo-solução gananciosa com consequências desastrosas para o ecossistema local e sem verdadeiro benefício para o ecossistema global.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84255 artur antunes paranhos em 2025-04-25

Comentário:

Mais uma ameaça no território de Alcacer do Sal e Grandola com este Projeto da Mina da Lagoa Salgada, cujos principais problemas seriam:Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84254 Artur em 2025-04-25

Comentário:

Este projeto é mais uma ameaça no território de Alcacer do Sal e Grandola, que vai ter impactos negativos muito significativos e de longo prazo para esta região. sendo que os principais riscos são:•Ambientais: destruição de habitats protegidos, rebaixamento de aquíferos, contaminação de solos e água, com impactos irreversíveis;•Sociais: degradação da qualidade de vida, riscos para a saúde pública, escassez de água e perda de modos de vida tradicionais;•Económicos: ameaça a setores duradouros e renováveis, gerando apenas benefícios temporários e criando passivos ambientais com custos elevados para o Estado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84253 Maria Filomena Dias Alves em 2025-04-25

Comentário:

A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84252 Maria Jesus Alves em 2025-04-25

Comentário:

Os impactos ambientais do projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sala implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria

atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84250 Beatriz Casillas em 2025-04-25

Comentário:

Este projeto só vai trazer mais fragilidade ao nosso ecossistema!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84249 Santiago Sampaio em 2025-04-25

Comentário:

Este projecto mais uma vez visa ao benefício de todos menos os residentes do concelho e os cidadãos nacionais! Menospreza o ambiente frágil e única da zona que é o que lhe trás a beleza e atração. Discordo na TOTALIDADE com este projecto e o facto de ter sido aprovado por um primeiro-ministro e um ministro da energia que ambos estavam envolvidos em escândalos que os levarão a sua demissão deveria por todo esta aprovação em causa! Não aceito de formal alguma este projecto e espero que estas participações públicas tenham mais valor que os lobbies e interesses financeiros!

Anexos: 84249_Memo Nº5 A mina é um assalto.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84246 Pedro Almeida em 2025-04-25

Comentário:

Concordo com este importante projeto para o nosso concelho de Grândola pois vai trazer muito desenvolvimento e prosperidade.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84245 Ana Bárbara Rodrigues Oliveira em 2025-04-25

Comentário:

Acho importante que se façam investimentos como este em Portugal e com ainda mais importância para um concelho onde começa a faltar tudo e apenas há turismo. Pelo pouco que li parece-me que o ambiente e as pessoas estão protegidas e a criação de emprego e os bons salários, que segundo me informei estas empresas pagam, são muito importantes para poder haver um desenvolvimento e um nível de vida justo no nosso concelho e na nossa região alentejana. Desde que não falte a água e não haja contaminações para o ser humano apoio este tipo de projetos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84244 Maria Antónia Ferreira da Silva em 2025-04-25

Comentário:

Se houver cuidado com a saúde das populações e a preservação do ecossistema este é um importante projeto para o nosso Alentejo e para o país, pelo que representa financeiramente mas igualmente pelas vantagens que nos põe num fase tão insegura do nosso mundo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84243 Maria José Coelho Ribeiro em 2025-04-25

Comentário:

Concordo em absoluto com um projeto tão importante para a região, que irá trazer emprego de valor para todos os concelhos desta zona do país. Hoje em dia o tipo de vigilância das entidades nacionais e europeias salvaguarda em muito em saúde pública e o ambiente. O país só tem a ganhar dinamizar um investimento desta dimensão.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84239 Cláudia Sofia Anjos Leite em 2025-04-24

Comentário:

Só posso estar de acordo com um projeto que vai desenvolver a minha região e deixar um legado para o futuro de Portugal, desde que se cumpram com as normas e procedimentos no que diz respeito ao ambiente e à saúde pública.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84237 Ana Paula Gomes Leite Silva em 2025-04-24

Comentário:

Tendo em conta que se acautela a segurança da população e do ambiente da Região, o projeto será muito benéfico para todos os portugueses e para os habitantes de Grândola em particular pois temos de criar outro tipo de riqueza e trabalho, que não existe neste momento. A Mina da Lagoa Salgada, tal qual se propõe, é um projeto com muito futuro e que pode ajudar a região a atrair mais população jovem e se desenvolver.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84236 Isabel Maria de Jesus do Carmo em 2025-04-24

Comentário:

Sou de opinião que este projeto poderá desenvolver a minha região e também a economia do país, principalmente num tempo tão incerto como o atual. A Europa precisa dos seus próprios recursos para se defender e este será um importante investimento nesse sentido. Além disso trará mais emprego a uma zona onde não temos muitas alternativas. O projeto revela consciência e preocupação com a saúde das pessoas e do ambiente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84235 André Ervideira em 2025-04-24

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84234 Maria Angelina Salgado Correia em 2025-04-24

Comentário:

Penso que é um projeto muito relevante para toda esta região pois temos muita falta de emprego. Este é certamente um projeto mobilizador e que vai trazer trabalho a esta zona. Havendo rigor e segurança, como hoje tem de haver devido às normas existentes, é muito importante para todos nós portugueses e para a nossa economia.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84233 Marta Susana Afonso Pires em 2025-04-24

Comentário:

Pelo lido no Resumo Não Técnico há muitos pontos dos quais discordo nomeadamente no campo ambiental e sócio económico.A nível ambiental, tal como referem no documento, com as alterações climáticas que estão a ocorrer a nível nacional e global, a construção da mina não é de todo viável mesmo com a indicação de impacto não muito significativo. A destruição da flora local (sobreiros e pinheiro manso) é um atentado ambiental. Igualmente, a libertação de gases de efeito estufa como referido é outro ponto contra a construção desta mina com visível prejuízo para as povoações localizadas nos arredores da mesma, nomeadamente Água Derramada. por último, na só na fase de construção bem como de exploração a nível de ruido será de todo prejudicial à população local.A nível socio econômico, o desenvolvimento a meu ver, será pouco relevante não sendo um projeto para beneficio das populações locais a longo prazo, já que após o encerramento da mina, é de todo natural o deslocamento dos trabalhadores não havendo um projeto de implementação/fixação dos mesmos.Em resumo, apresento a minha discordância na realização deste projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84232 Eduarda Silva Andrade em 2025-04-24

Comentário:

É um projeto muito útil para o país e para a minha região desde que sejam salvaguardadas as questões de saúde pública e da água. Vai trazer emprego e criar riqueza para esta região e para o país.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84231 Carla Cristina Rodrigues Silva em 2025-04-24

Comentário:

Sou de Grândola e discordo do projeto da Mina da Lagoa Salgada.A Mina da Lagoa Salgada é um projeto enquadrado no nível superior de perigosidade, estipulado pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que define o Regime de Prevenção de Acidentes Graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, pelo que discordo de um projeto deste tipo em Grândola.Discordo porque se trata de uma exploração subterrânea que pode destruir espécies florísticas e faunísticas vulneráveis, unidades fitossociológicas, e porque pode colocar em causa o valor geológico, geomorfológico ou paisagístico do local.Discordo

---

também por o projeto se inserir num espaço rústico, que pode potenciar a destruição de habitats naturais, recursos florestais e agrícolas, tais como povoamentos de sobreiros, povoamentos mistos de Sobreiro e Pinheiro manso, solos de Elevado Valor Ecológico.Discordo porque pode colocar em causa, de forma negativa, a qualidade e quantidade dos recursos hídricos e a captação de água, já que parece haver interseção de uma parte do domínio hídrico (DH) inerente às linhas de água existentes, inserindo-se os elementos do projeto na massa de água Ribeirão da Orca, Afluente do Rio Sado, Ribeira de Grândola, Albufeira Trigo de Morais-Vale do Gaio, Barranco da Pena Cesta, Ribeira do Algalé e Sado-WBS, que são passíveis de poluição e contaminação com um projeto deste género.Discordo porque irá colocar em causa a paisagem natural atual, com todas as alterações negativas que pode ter ao nível da construção de infraestruturas, terraplanagens, circulação de equipamento e maquinaria, atividades de escavação e aterro, uso de explosivos, resíduos, consumo de energia, emissões atmosféricas que podem resultar em impactos negativos com efeitos de estufa, emissão de poluentes pela queima de combustíveis fósseis, emissão de ruído com efeitos sonoros significativos, e outros impactos negativos para a população e ambiente.Finalmente, discordo deste projeto também pelos impactes ambientais negativos que pode ter, mesmo com a implementação de medidas de minimização, designadamente ao nível do impacto negativo na qualidade de vida da população, do clima e alterações climáticas, da afetação de florestas e habitats, da movimentação de terras e limpeza de terrenos, da degradação dos solos e perda da capacidade de uso dos solos, e pelo impacte ambiental negativo significativo ao nível da destruição de sistemas ecológicos, designadamente destruição de unidades de vegetação associadas a habitats de interesse comunitário.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84230 Inês Pires em 2025-04-24

Comentário:

Por que a Mina da Lagoa Salgada não deve avançarLocalizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84226 maria emilia almeida em 2025-04-24

Comentário:

Exmos. SenhoresEm Maria Emília Almeida residente no Concelho de Alcácer do Sal, venho por este meio enviar em anexo a sua Participação nesta consulta Pública, manifestando desde já a sua discordância por este projeto.Através do documento de Contestação que junto a mesma expõe em 8 pontos devidamente fundamentados as razões porque este projeto não pode avançar, sem a devida correção de todas as não conformidades que o projeto enferma, nomeadamente:-Pela falta de água e o aumento de pressão sobre o exaurido aquífero T3, se avançasse como está no projeto. O AQUÍFERO PODE SECAR EM 5 ANOS.-Pelo deficiente tratamento das águas residuais.-Pelo excesso de ruido não sustido.-Pela poluição atmosférica gerada.-Pela inexistência do devido tratamento e encaminhamento dos resíduos.-Pela inexistência de mão de obra, só possível por novos imigrantes, não previstos nem acautelados, na habitação, transporte, saúde e ensino.-Pela não contemplação da recuperação de estradas e da garantia de existência da energia elétrica necessária.-Pela insuficiência de benefícios económicos que o projeto expõe. Esperando que este este contributo ajude a suster este projeto.Maria Emília Almeida

Anexos: 84226_documento assinado.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84220 Sobiger em 2025-04-24

Comentário:

Exmos. SenhoresEm nome da Cidadã Yolande de Ziegler, residente no Concelho de Grândola, venho por este meio enviar em anexo a sua Participação nesta consulta Pública, manifestando desde já a sua discordância por este projeto.Através do documento de Contestação que junto a mesma expõe em 8 pontos devidamente fundamentados as razões porque este projeto não pode avançar, sem a devida correção de todas as não conformidades que o projeto enferma, nomeadamente:-Pela falta de água e o aumento de pressão sobre o exaurido aquífero T3, se avançasse como está no projeto. O AQUÍFERO PODE SECAR EM 5 ANOS.-Pelo deficiente tratamento das águas residuais.-Pelo excesso de ruido não sustido.-Pela poluição atmosférica gerada.-Pela inexistência do devido tratamento e encaminhamento dos resíduos.-Pela inexistência de mão de obra, só possível por novos imigrantes, não previstos nem acautelados, na habitação, transporte, saúde e ensino.-Pela não contemplação da recuperação de estradas e da garantia de existência da energia elétrica necessária.-Pela insuficiência de benefícios económicos que o projeto expõe. Esperando que este este contributo ajude a suster este projeto.Yolande de Ziegler

Anexos: 84220_Documento comprimido (ASSINADO) de contestação da Mina da Lagoa Salgada - Yolande de Ziegler.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84219 bruno candeias em 2025-04-24

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN (Potencial Interesse Nacional) que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Irá ter impactos nos organismos humanos e não humanos, no território e na paisagem. Esta mina trará por certo um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84218 Ana Lúcia Almeida em 2025-04-24

Comentário:

A única opção realista é a discordância. Como se pode aceitar que a melhoria da rede viária seja uma medida de minimização do enorme aumento de tráfego de toda a tipologia de veículos e, em particular, de veiculos pesados, cuja circulação aumentará mais que o triplo da atualidade? Não pode, numa proposta desta dimensão, ser omitido, como se pode verificar, o impacte a curto, médio e longo prazo, na saúde dos habitantes desta região. Nenhum cidadão minimamente informado nas áreas da Saúde, da Ecologia, das politicas nacionais e internacionais para a proteção do ambiente, que seja conhecedor dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que esteja atento e viva diariamente os impactes negativos dos excessos de outra atividade económica implantada no concelho, pode validar a construção e a exploração desta mina. Onde está a memória histórica? Não vão ao Lousal?São tantos os pormenores questionáveis, com impactos na atualidade e para o futuro, que se torna difícil ordená-los para os contrapor. Por isso, apontarei de entre tantos, apenas alguns.Desde já, o aproveitamento da redação dada nos PDM, da possibilidade de exploração de recursos geológicos e mineiros, desde que qualificados como PIN. É lamentável que tal tenha sido sequer uma possibilidade, como é inacreditável que tenha acontecido, tendo em conta toda a informação disponível.Não são elencadas quaisquer ações de prevenção, proteção e acompanhamento da saúde e para a saúde das populações afetadas. Podem apontar que no RNT está prevista a melhoria dos Serviços essenciais de Saúde. Como assim, pretendem substituir-se ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)? Ou vão construir e financiar uma Unidade de Saúde Particular, com acesso livre para toda a população? Tudo é vago e, como tal, nada convicente. A mesma questão aplica-se à "melhoria dos serviços essenciais de Educação e cuidados infantis". Para quem? Onde? Com que recursos financeiros, materiais e humanos? Como garantem estas respostas, no curto espaço de tempo em que pretendem construir e explorar a mina? Inolvidável será a eficácia e o resultado se o conseguirem.As medidas compensatórias para o coberto florestal são inacreditáveis Povoamentos florestais de 10 ha? Como assim? Quando a área de implantação é de 2349 ha? Ainda por cima, quando uma boa parte desse coberto florestal é de sobreiros e azinheiras, de crescimento lento e que tem sido o sustento de diversas famílias nas últimas décadas? Como os indemnizam? Como indemnizam estes ecossistemas? Dou -vos a resposta à última questão: Não há forma de o fazer. Aparentemente, não foi considerado o equilíbrio dos ecossistemas existentes, não foi considerada a proteção do ambiente, não foi tido em conta que os ecossistemas não estão isolados e que os subsistemas terrestres são interdependentes. O que nos conduz à questão importantíssima da água. A contaminação dos aquíferos é elevadíssima, devido à tipologia e quantidade dos reagentes utilizados na lavaria e devido aos resíduos mineiros. Esta contaminação é ainda potenciada por acumulação de resíduos orgânicos, causada pelo eventual rebaixamento de lençóis freáticos e decorrente de mais um significativo aumento da população. Onde vão habitar condignamente estas pessoas, quando isso já nem sempre acontece? Onde e como vão construir em tempo útil edificado habitacional, a preço justo e adequado aos rendimentos das famílias? Neste âmbito, surge ainda outra questão sem resposta: Quem assume os encargos dos efeitos nas habitações dos residentes, decorrentes da atividade da mina, como vibrações resultantes quer do tráfego de veículos, quer das necessárias explosões que vão acontecer?Quais são as compensações financeiras para as populações dos concelhos afetados, mesmo que por via dos municípios, para a melhoria dos serviços, apontada de forma generalista? Se não são apontadas, só pode haver uma leitura, são manifestamente miseráveis para compensar os resíduos perigosos, com "vida demasiado longa", para não virem a afetar significativamente os nossos recursos naturais agora e no futuro, aqueles de que

realmente dependemos para sobreviver como espécie que também somos, e a nossa qualidade de vida. Por tudo isto e muito mais, não! Discordo da construção e exploração da Mina da Lagoa Salgada, suportada, por último, pelo facto desta apresentar um nível superior de perigosidade.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84214 Beatriz em 2025-04-24

Comentário:

A exploração de minas nesta região podem implicar escavações avassaladoras para os terrenos envolventes, destruindo sobreiros. A extração de metais pesados nessas zonas potencializam a poluição e a contaminação das águas e do solo, criando vários desequilíbrios no ecossistema, incluindo os problemas nos lençóis de água do subsolo que servem de alimento para os sobreiros.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84212 José Nóbua em 2025-04-24

Comentário:

Em primeiro lugar, contrariamente ao sugerido, a simples existência de uma Avaliação de Compatibilidade de Localização favorável não elimina a significância dos riscos associados ao projeto. Importa salientar que a Mina da Lagoa Salgada, a qual é categorizada como estabelecimento de Nível Superior de Perigosidade ao abrigo do Regime de Prevenção de Acidentes Graves (Decreto-Lei n.º 150/2015). Esta classificação implica a presença de substâncias perigosas em quantidades significativas e potenciais cenários de acidente grave, pelo que não se pode desprezar o risco envolvido.É mentira que o projeto seja "compatível com a envolvente" devido aos "reduzidos impactes do projeto sobre os recetores, no caso de ocorrência de cenários de acidente. Trata-se de uma análise ainda preliminar (o projeto está em fase de Estudo Prévio) e baseada em pressupostos teóricos de cenários de acidente, é prematuro concluir que "não há impacte significativo em termos de risco para a envolvente" quando a própria documentação do EIA admite a necessidade de estudos e planos adicionais de segurança. Acresce referir que existem populações e infraestruturas relativamente próximas da área de implantação, por exemplo, a Aldeia da Justa é atravessada pelo acesso rodoviário à mina e o Plano Diretor Municipal identifica perímetros urbanos nas imediações, o que significa que eventuais acidentes ou emissões não controladas poderão afetar diretamente quer as comunidades próximas, quer a comunidade residente na Vila de Grândola.Em segundo lugar, a afirmação de que o projeto "não coloca em causa a Diretiva Quadro da Água" (DQA) não é

sustentada de forma convincente pelos elementos disponíveis, tanto é assim que será necessária consulta à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para instruir o Pedido de Utilização dos Recursos Hídricos. A obra prevê a construção de uma bacia de retenção de águas pluviais e de decantação e sistemas de tratamento de efluentes (ETA/ETAR, o que indica a geração de caudais a gerir e descarregar no meio hídrico. O próprio EIA admite que, na fase de exploração, serão produzidas águas residuais (da lavaria, lavagem de equipamentos, drenagem mineira, etc.) que, após tratamento na ETAR, serão descarregadas no meio natural. A Diretiva Quadro da Água estabelece que não deve ocorrer deterioração do estado das massas de água superficiais ou subterrâneas. Mais, a zona da Lagoa Salgada, é uma área de interesse hidrogeológico significativo, pois possui aquíferos importantes, localizados a profundidades de aproximadamente 13 metros e 77 metros, é assim incompreensível, qualquer decisão, que permita a completa destruição deste recurso natural escasso.Por fim, contesta-se a conclusão do EIA de que o projeto apresenta um “balanço final positivo”, com um capital de efeitos favoráveis contraposto a efeitos adversos mitigáveis. Tal afirmação não reflete integralmente os impactes negativos significativos identificados no próprio estudo. o EIA antecipa impactes negativos significativos, incluindo a perda de habitats de interesse comunitário prioritário (montado de sobro e azinho) numa extensão considerável. Esta afetação de ecossistemas protegidos não é trivial, uma vez que envolve o abate de um Adicionalmente, o relevo e a morfologia do solo serão fortemente alterados. A abertura de galerias subterrâneas e a implantação de escombreiras e outras infraestruturas implicam modificações permanentes no terreno, incluindo escavações significativas. Por outro lado, os alegados efeitos positivos do projeto, ainda que relevantes, não os prejuízos ambientais apontados. Os benefícios são em grande medida temporários e transitório, concentrados na fase de exploração. A economia local sofrerá efeitos um boom seguido de recessão quando a exploração terminar. Face aos ao exposto, conclui-se que as declarações finais do EIA da Mina da Lagoa Salgada estão "contaminadas" e não têm suporte nos próprios dados e análises do estudo. O risco industrial não pode ser considerado insignificante. Do mesmo modo, a proteção dos recursos hídricos conforme os ditames da Diretiva Quadro da Água não está assegurada, atendendo à intrusão em domínios hídricos e potenciais fontes de poluição inerentes ao projeto. Por último, o balanço entre benefícios e custos ambientais do projeto revela que o mesmo terá efeitos devastadores ao contrário do que é sugerido, pois persistem impactos negativos significativos (ruído, emissões, perda de habitats, alterações irreversíveis no solo e paisagem) que não são anulados pelas medidas compensatórias ou pelos efeitos positivos enumerados. Pelo exposto, entende-se que este projeto terá efeitos devastadores na saúde das populações, na biodiversidade, na fauna e flora, e nos aquíferos únicos existentes neste território, assim, só por irresponsabilidade ou obtenção de qualquer beneficio pessoal, seria possível aprovar um projeto com estas características, neste território.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84211 Carole Delachaux em 2025-04-24

Comentário:

Não a mais um projeto de destruição desta região já sobre explorada. Protegem a natureza !

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84203 Solutopus- Recursos e Desenvolvimento, Lda. em 2025-04-24

Comentário:

Este Projeto via a construção e funcionamento duma mina numa zona onde as espécies florestais autóctones têm uma importância indesmentível. Para além do seu papel no solo, no sequestro de carbono e na manutenção dum ecossistema único, elas estão profundamente ligadas ao modo de vida regional e, mais ainda, servem de suporte a indústria relevante. Aqui o principal destaque vai para o sobreiro, que é uma espécie problemática para replicar ou refazer povoamentos nele baseados. Assim, dando como exemplos as afirmações produzidas no Relatório síntese tais como: • Sustentabilidade Ambiental – adotando uma utilização eficiente dos recursos, utilizando energias renováveis e contribuindo para a conservação e regeneração dos ecossistemas locais, reduzindo a pegada ambiental; pg. 20Melhoria dos índices de qualidade do ar. Pg 22através da disponibilização de matéria-prima à indústria nacional e internacional. Pg 23cabe questionar a qualidade da intervenção e os benefícios reais para a zona. Para além das taxas autárquicas, não se vislumbram efeitos duradouros e promotores da sustentabilidade regional. A nível da economia circular, também os efeitos não parecem ser impactantes no bem estar regional e no empreendedorismo duradouro.Para além da área de implantação da Mina, há também que prever corredores de saída de produtos e energia que não resultem em danos irreversíveis para a paisagem e para a segurança de bens e pessoas. Assim, eventualmente o enterramento de parte das infraestruturas possa aliviar os impactos das actividades a montante e a jusante da hipotética Mina. Para além disso, e simultaneamente, não cortar sobreiros parece ser imprescindível, porquanto é uma espécie florestal de crescimento lento e com uma taxa de sucesso de plantações relativamente baixa. Qualquer espécie florestal que venha a ser eventualmente cortada (ver que é uma ação irreversível), as respectivas substitutas deverão ser plantadas previamente, sem qualquer hipótese de adiamento e em local adequado e nas melhores condições técnicas. Quanto ao suporte para a indústria, o município de Grândola deverá exigir contrapartidas e investimentos baseadas no recursos florestais e agroflorestais, abundantes no seu território.Tenho dito.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84193 celia metrass em 2025-04-24

Comentário:

Venho por este meio manifestar a minha oposição ao projecto pois o projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis e a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Existe ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança para proprietários e trabalhadores da região.A produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região, seriam comprometidos pelo funcionamento da mina.Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer. Não vamos destruir o que é tão único e apreciado na nossa região!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84187 Sara Sousa em 2025-04-24

Comentário:

Turismo de Portugal, IP

Anexos: 84187_TdP_Parecer_EIA_MinaLagoaSalgada_24abr2025.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84186 Nuno Agostinho em 2025-04-24

Comentário:

Na qualidade de cidadã/cidadão com consciência social e ambiental, preocupada com as pessoas, com o ambiente, a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem.Um dos impactes mais devastadores será na quantidade e qualidade da água. Tanto os recursos hídricos superficiais quanto os recursos hídricos subterrâneos irão ser sobreexplorados. Sem água não podemos viver. As plantas, os animais e as pessoas não sobrevivem sem ela. Por isso a Carta Europeia da Água descreve a água como um bem precioso indispensável que deve ser bem preservado - tanto em quantidade como em qualidade.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem ser, sempre, consideradas mais importantes do que os ganhos financeiros.Pelo respeito pelas pessoas, pela conservação do ambiente e da água para as gerações futuras o meu parecer é de DISCORDÂNCIA.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84178 Luis Miguel Mr Machado dos Reis em 2025-04-24

Comentário:

É inconcebível que no concelho de Grândola cujo paradigma de desenvolvimento, segundo as entidades públicas, é o turismo sustentável que seja sequer possível equacionar a possibilidade de abertura de mais uma mina.O concelho de Grândola já possui duas minas que estão desativadas (no Lousal e no Canal Caveira) onde se podem ver todos os estragos causados ao ambiente.A Câmara Municipal de Grândola, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a Agência Portuguesa do Ambiente e todas as demais entidades públicas afirmam sempre que a grande prioridade é a conservação da natureza e a preservação dos recursos e depois permitem que um projeto desta natureza seja autorizado. É uma vergonha e um crime contra a natureza e contra os cidadãos se a

---

exploração da mina da Lagoa Salgada for aprovada. Ninguém precisa que seja aprovado mais um atentado ambiental com a justificação da criação de mais uns poucos postos de trabalho. Não temos falta de trabalho em Grândola. Temos é falta de habitação a custos acessíveis seja para comprar ou para arrendar. As pessoas que irão trabalhar nesta mina virão da India, do Nepal ou talvez do Bangladesh e serão alojadas em barracas, garagens ou em contentores perto do local de trabalho.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84176 David Costa em 2025-04-24

Comentário:

Após análise detalhada da documentação apresentada e das características ambientais, sociais e técnicas da área proposta para a implantação da Mina da Lagoa Salgada, este parecer é desfavorável à continuidade do projeto pelos seguintes motivos:1.Fragilidade Ambiental da Região: A Lagoa Salgada é um ecossistema sensível, com alta biodiversidade e funções ecológicas relevantes. A implantação da mina representa riscos consideráveis à integridade desse ambiente, incluindo a possibilidade de contaminação das águas subterrâneas e superficiais.2.Inconsistências no Estudo de Impacto Ambiental (EIA): Foram identificadas lacunas e inconsistências técnicas no EIA, especialmente no que tange ao plano de mitigação dos impactos, à análise de alternativas locacionais e ao prognóstico dos impactos cumulativos.3.Impacto à Comunidade Local: A mineração poderá gerar deslocamentos, interferência nas atividades econômicas tradicionais e comprometimento da qualidade de vida das populações do entorno, sem que tenham sido apresentadas medidas eficazes de compensação ou envolvimento social adequado.4.Conflito com Instrumentos de Planejamento Territorial: O projeto não é compatível com o zoneamento ambiental e territorial vigente, contrariando diretrizes de desenvolvimento sustentável estabelecidas pelo município/região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84173 Idálio Joaquim Nunes em 2025-04-24

Comentário:

Em poucas palavras: trata-se de um enorme atentado ambiental, com gravíssimas consequências para o património natural e para a vida das populações.Aqui deixo o meu mais veemente repúdio por este projeto promotor da desertificação florestal e humana.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84163 Pedro Filipe Albino Ramos Chinita em 2025-04-24

Comentário:

Sou residente em Grândola e quero aqui mostrar a minha total discordância para com o projeto que, a negatividade que traz ao concelho, supera, de longe, o positivo que promete trazer.Pedro Chinita

Anexos: 84163_Participação PC.docx

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84160 Daniela Pereira em 2025-04-24

Comentário:

Venho por este meio manifestar a minha profunda preocupação e oposição à proposta da Mina da Lagoa Salgada numa região de grande valor agrícola, ecológico e social. A implementação deste projeto terá impactos severos e irreversíveis sobre os campos agrícolas, os recursos hídricos e a qualidade de vida da população local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84158 Maria Pestana em 2025-04-24

Comentário:

Permitam-me um grito de socorro em vez de comentário!Por favor, pessoas de bem! Por favor, homens HUMANOS!Por favor, SERES VIVOS que habitam o planeta terra!Cuidem deste planeta!Ajudem este planeta a viver, a dar-nos vida!Lembrem-se que também o habitam!Por favor, sejam respeitosos!Por favor, cuidem a VIDA!Gratidão!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84148 Sonia dos Reis em 2025-04-24

Comentário:

Face ao exposto na documentação em anexo, questiono-me relativamente ao acréscimo necessário de trabalhadores (entre postos diretos e postos indiretos) e, consequentemente, a oferta de habitação para estes trabalhadores que serão, na sua maioria de fora, já que não existirá oferta formativa a muito curto prazo, para preparar trabalhadores locais, com conhecimentos e qualificação exigida. Grândola carece de oferta de habitação e, a que existe, é colocada no mercado a valores exorbitantes. Pergunto, qual o compromisso da RedCorp na criação de habitação para os trabalhadores deslocados e/ou as suas famílias?Grândola carece de infraestruturas e cuidados de saúde – muito devido à falta de habitação para enfermeiros e médicos que queiram vir para a região e ocupar as diversas vagas no Hospital Litoral Alentejano/extensões de saúde do litoral alentejano. Como vai a RedCorp garantir o aumento de cuidados de saúde? Com a criação de uma clínica e cuidados médicos que respondam a esse aumento de trabalhadores/famílias, inerentes à atividade da mina? Qual é a alternativa?Grândola carece, presentemente, de oferta em pré-escolar, o que já se traduz num grande problema para as famílias em que os progenitores trabalham e necessitam de uma resposta que, simplesmente não existe. Irá a RedCorp assegurar a criação de um Jardim-de-infância/creche para dar apoio às (suas) famílias?A rede viária existente (EM543) não está minimamente preparada para garantir a constante circulação diária, de pesados com carga (cerca de 30 camiões/dia). A RedCorp imputa ao município a adaptação/manutenção da estrada de acesso à zona da exploração mas parece-me manifestamente injusto que a empresa não se associe como parceira da empreitada. A fase de exploração da mina decorrerá num espaço temporal de onze anos, o que parece justificar uma ótica de «fast-mining», pressupondo o menor compromisso possível com a comunidade, tanto no que se refere à construção de habitação, infraestruturas de saúde, educação ou outras, de igual importância para fazer face ao aumento de população – por ação da mina. A incógnita relativamente ao processo de lavagem/águas residuais gera dúvidas e preocupações, assim como o tráfego de pesados e o ruído que será gerado, a escassos metros da localidade de Água Derramada. Em linha reta, a mina ficará a cerca de 9 quilómetros da costa, sendo que o «corredor» de planície existente, na faixa Aldeia do Pico – Muda, permitirá que os gases, poeiras e outros, cheguem rapidamente ao litoral, atingindo populações e empreendimentos turísticos instalados em toda essa extensão.Grândola tem 40 quilómetros de Costa e uma região serrana onde proliferam centenas de segundas habitações e empreendimentos turísticos, incluindo de luxo. A Lagoa Salgada situa-se em

propriedade privada, agrícola e com montado de sobro/pinheiro manso. As preocupações com o ruído, a libertação de gases diversos e poeiras e a eventual contaminação do aquífero Tejo-Sado que serve a zona são preocupações constantes tanto de autarcas como de entidades como a Associação de Agricultores de Grândola. Teme-se que esta exploração mineira possa entrar em conflito com os projetos turísticos existentes, mas também com a qualidade de vida que (ainda) existe no concelho. Não posso ignorar o problema de sobre exploração de água que já sente no concelho e temo que este projeto venha agravar esse cenário. Já agora, qual a real previsão do consumo de água total, por dia? E como fará a RedCorp para garantir essas necessidades?Em caso de acidente, estarão acauteladas as necessidades referentes à segurança, em situação de incêndio, explosão, …? A RedCorp conta com os Bombeiros e fará um investimento na sua força de combate e prevenção? Como pensa gerir essas situações de crise?Não sou nem posso ser contra o desenvolvimento do concelho mas defendo um modelo de desenvolvimento transparente e em que a segurança e a saúde das populações seja assegurada e, das explicações obtidas, não estou completamente convencida. Além disso, o compromisso a 11 anos de exploração da RedCorp e sua falta de envolvimento na resolução de problemas identificados ao longo da caracterização da região deixa-me apreensiva.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84142 Pedro Sacadura Teixeira Cabral Duarte da Silveira em 2025-04-24

Comentário:

Não concordo pelas seguintes razões:•O PIN atribuído ao projeto não foi alvo da concordância de qualquer um dos municípios envolvidos, logo nunca deveria ter sido aprovado;•Relativamente ao empreendimento como um todo, em lado algum é avaliado se o seu impacto justifica uma exploração durante onze (11) anos, o que se afigura algo totalmente insustentável;•O impacto do aumento de uma população ativa estimada em cerca de 1000 trabalhadores, supostamente com as respetivas famílias, numa região com um grave deficit de habitação e de outras infraestruturas essenciais, é completamente negligenciado;•Não está prevista qualquer compensação, quer monetária quer de outra qualquer forma, aos cidadãos que vêm de qualquer forma, os seus direitos de propriedade ou qualidade de vida, afetados pela implementação do projeto;•No que toca à "Identificação e Avaliação de Impactes" é curioso a "leveza" com que se identificam certos impactes e, principalmente, a desvalorização dos mesmos, aquando da sua avaliação. Este facto leva a que as "Medidas Minimizadoras, Potenciadoras ou Compensatórias" sejam difusas, pouco efetivas e de aplicabilidade duvidosa. De igual modo os "Programas de Monitorização" que são propostos não passam de um conjunto de boas intensões sem qualquer veleidade de alertar para o quer que seja e sem quaisquer efeitos práticos. Da leitura do EIA fica até a sensação de que a implementação do Projeto da Mina seria uma mais-valia para o ambiente da região!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84140 ANSUB Associação Produtores Florestais do Vale do Sado em 2025-04-24

Comentário:

A nossa participação está em anexo

Anexos: 84140_MLSCP.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84128 Ana Seixas Palma em 2025-04-24

Comentário:

Com base na documentação disponibilizada, o projeto parece cumprir todos os requisitos legais e boas práticas ambientais e sociais. As medidas de compensação pelos impactes são interessantes para o território (note-se a reflorestação com sobreiros geneticamente modificados para resistir à Phytophthora cinnamomi que afeta gravemente o montado na zona de Grândola e Alcácer do Sal), para a população e para a economia da região, permitindo diversificar atividades, criar emprego qualificado e novos serviços associados (a exemplo do que se verifica em Castro Verde e Aljustrel). A mina dá resposta a necessidades prementes de uma matéria-prima considerada estratégica ao nível europeu (cobre) e essencial para vida quotidiana. O projeto contribui ainda para o cumprimento das obrigações de Portugal no âmbito do Regulamento (UE) 2024/1252 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de abril de 2024, que estabelece um regime para garantir um aprovisionamento seguro e sustentável de matérias-primas críticas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84120 Rita Magá em 2025-04-24

Comentário:

Bom dia, Exmos e exmas venho por este meio apresentar a minha enorme preocupação e discordância com este projecto de mineração tão perto de minha casa. Estamos a criar um modo de vida baseado na agricultura e no processamento alimentar. Com modo de produção que cuida e valoriza os ciclos naturais dos nutriente tendo como objetivo a regeneração do território, já com tantos desequilíbrios. Vem sendo bastante difícil a nossa luta para viver com estas atividades e por isso temos muitas perguntas quanto ao impacto que vai ter nas vidas das pessoas que têm o seu rendimento financeiro e o seu bem estar dependente do território e dos seus recursos. Em que medida os lençóis freáticos vão ser afetados?Quais as estimativas de gastos de água por parte desta mina, e quais os estudos sobre disponibilidade de água no território que abasteça as populações, a agricultura, o turismo e ainda estes projectos?As estruturas sociais estão preparadas para a pressão social de mãos de obra que será importada? Sem isso a pressão social transforma-se em exclusão, racismo, violência... Como vão ser geridos os resíduos quimicos produzidos? Eu vi respostas nos documentos, mas ainda assim a intersecção dos diferentes projectos não foi feita, logo o impacto estimado não é real pois não tem em conta as variáveis de um futuro industrial e extrativista que porá em risco o futuro das gerações futuras. Conversem com as populações e percebam a dificuldade que é viver neste território!!! O que nos prende ainda cá são as condições de vida com acesso a água, ar puro, sossego, se isto não existe fica só a dureza. E pergunto-me o que irá acontecer ao turismo de luxo, que está a ser implementado ao lado disto? Quem paga para vir passar férias num cenário de destruição de vida??? Sem mais a acrescentar, imagino que as filhas e filhos de quem projectou esta mina não sejam habitantes daqui, caso contrário não haveria coragem de o fazer!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84117 Pedro Babo Malhoa do Amaral em 2025-04-24

Comentário:

A Mina vai causar um enorme impacto ambiental negativo. Destruir Montado e poluir os lençóis freáticos. Vai também provocar um grande aumento de trafego de camiões pesados na EM 543. Este projecto vai prejudicar a população, a fauna e a flora locais. Por estes motivos estou contra o projecto de exploração da mina da lagoa salgada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84103 CAROLINA BAIÃO em 2025-04-24

Comentário:

Os verdadeiros impactos nos recursos. hidrícos das regiões afectadas necessitam de ser mais específicos e altamente divulgados pelas autoridades responsáveis, assim como também os nefastos impactos no ecossistema do Sobreiral e nas atividades agrícolas dos locais.Há também uma enorme lista de perigos para a saúde do concelho, especialmente no que diz respeito à qualidade do ar que não está a ser divulgada pelas populações.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84102 José em 2025-04-23

Comentário:

Discordo em absoluto com o projecto da mina. José Parreira www.jardineirodesonhos.com

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84094 Lina Carolino em 2025-04-23

Comentário:

A gravidade dos impactos ambientais tem relevância superior aos ganhos privados

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84093 Maria Manuela Luz em 2025-04-23

Comentário:

O projeto de mineração da Mina da Lagoa Salgada tem implantação prevista em plena Reserva Ecológica Nacional, numa zona densa de sobreiros e pinheiros. Para a sua implementação prevê-se o abate de milhares dessas árvores, e consequentemente com o desenvolvimento da mineração, o rebaixamento do lençol freático.Sabendo-se das frequentes secas nesta região, o rebaixamento do lençol freático, apresenta graves riscos de contaminação de solos e de águas com metais pesados e resíduos tóxicos, além do risco de escassez de água potável, com graves ameaças ambientais, bem como sociais ao afetar as populações locais, por outro lado, também prejudicadas com as poeiras, ruído e trânsito de veículos pesados.Além disso, sabe-se que a exploração mineira é uma atividade temporária. Esgotados os recursos, o território fica inequivocamente afetado e os empregos temporários para tal criados desaparecem, sendo que as atuais atividades integradas nesse território já terão sido extintas por via da mineração.Face ao exposto, considero que o projeto não deverá ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84089 Maria em 2025-04-23

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84088 Antonio Morgado em 2025-04-23

Comentário:

Quero morrer de morte natural

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84087 Rafael em 2025-04-23

Comentário:

Uma falta de respeito com os Grandolenses de querer desertificar esta área, não chega já a costa.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84081 José Augusto Godinho Ferreira em 2025-04-23

Comentário:

Mina da Lagoa SalgadaNão apoio a abertura/exploração da Mina da Lagoa Salgada, que apanha os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, onde se pretende a extração de metais pesados como o zinco, chumbo e cobre, A área de exploração abrange uma área protegida de montado, associada a uma biodiversidade animal e vegetal que deve ser preservada; para a abertura/exploração da mina terão de ser abatidos milhares de sobreiros e pinheiros, acabando com a referida área protegida de montado. Para além disso, a exploração destes metais pesados, com a produção e acumulação de resíduos tóxicos associados à respetiva exploração, vai levar à contaminação dos solos e dos lençóis freáticos. Esta contaminação vai comprometer as explorações agrícolas e silvículas circundantes, assim como a qualidade de água a consumir. É sabido que esta região alentejana é muito sensível aos níveis de água disponíveis, pelo que se deve ter em conta todas as ações que interferem com a qualidade e quantidade de água dos lençóis aquíferos.È ainda de ter em conta que acabando com os sobreiros do montado, o território irá ficar degradado, terminando também com uma atividade económica muito importante para a região, a produção de cortiça.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84079 Filipa em 2025-04-23

Comentário:

Exmo. Senhor Presidente da Agência Portuguesa do AmbienteEng. José Pimenta MachadoEu, Filipa Sousa, na qualidade de cidadã com consciência social e ambiental, preocupada com as pessoas, com o ambiente, a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na

---

paisagem.Um dos impactes mais devastadores será na quantidade e qualidade da água. Tanto os recursos hídricos superficiais quanto os recursos hídricos subterrâneos irão ser sobreexplorados. Sem água não podemos viver. As plantas, os animais e as pessoas não sobrevivem sem ela. Por isso a Carta Europeia da Água descreve a água como um bem precioso indispensável que deve ser bem preservado - tanto em quantidade como em qualidade.A saúde das populações e a proteção do meio ambiente devem ser, sempre, consideradas mais importantes do que os ganhos financeiros.Pelo respeito pelas pessoas, pela conservação do ambiente e da água para as gerações futuras o meu parecer é de DISCORDÂNCIA.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84077 maria luisa cyrne em 2025-04-23

Comentário:

Não apoio a abertura/exploração da Mina da Lagoa Salgada, que apanha nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, onde se pretende explorar a extração de metais pesados como o zinco, chumbo e cobre, A área de exploração abrange uma área protegida de montado, associada a uma biodiversidade animal e vegetal que deve ser preservada. Para a abertura/exploração da mina terão de ser abatidos milhares de sobreiros e pinheiros, acabando com a referida área protegida de montado e pinhal. Para além disso, a exploração destes metais pesados, com a produção e acumulação de resíduos tóxicos associados à respetiva exploração, vai levar à contaminação dos solos e dos lençóis freáticos. Esta contaminação vai comprometer as explorações agrícolas circundantes, assim como a qualidade de água a consumir. É sabido que esta região alentejana é muito sensível aos níveis de água disponíveis, pelo que se deve ter em conta todas as ações que interferem com a qualidade e quantidade de água dos lençóis aquíferos.È ainda de ter em conta que acabando com os sobreiros do montado, o território irá ficar degradado, terminando também com uma atividade económica muito importante para a região, a produção de cortiça.Luisa Cyrne

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84076 Ruben Marques em 2025-04-23

Comentário:

num municipio onde as prioridades deveriam passar pelo bem-estar do povo residente , melhorando escolas, aumentando o nivel e condições habitacionais , melhoramento de estradas secundárias,etc , so posso ser completamente contra uma infraestrutura que vai contra tudo o que a população de Grandola necessita. lamentavelmente ,este é apenas mais um dos negócios da autarquia que ,em muito tem prejudicado a população local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84074 Maria da Conceicao Marinho T. Alves Inacio em 2025-04-23

Comentário:

Discordancia por impacto ambiental negativo

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84071 Renato luis em 2025-04-23

Comentário:

Vai destruir muito mantado de cortiça e vai estar muito perto da captação de água subterrânea que abastece as aldeias de Água Derramada e Silha do Pascoal

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84070 Ana Alves de Sousa em 2025-04-23

Comentário:

Eu, Ana Maria de Mendonça Tavares da Silva Alves de Sousa, manifesto a minha total discordância relativamente ao Projeto da Mina da Lagoa Salgada. A instalação dessa exploração mineira terá consequências extremamente negativas na vida das populações, designadamente na sua saúde e do meio ambiente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84066 maria espada em 2025-04-23

Comentário:

Discordo com a construção da Mina da Lagoa Salgada pelas consequências ambientais que terá no futuro, não só para o nosso município como para tantos outros.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84060 Maria Clélia Vital Coelho em 2025-04-23

Comentário:

A exploração em análise deve ter em conta a preservação do lençol freático, a preservação da sua água, necessária para a rega e para os animais. Além disso, a destruição do montado cujo valor é da maior importância, tanto ambiental como até para a economia. A exploração de materiais pesados, tal como previsto, provoca a contaminação dos solos, alterando por tempo indeterminado todo o ecossistema. Pelas razões apontadas, que serão as principais, mas não as únicas, este projecto não deve ser aprovado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84059 Luis Sousa em 2025-04-23

Comentário:

esta região tem sido massacrada com projectos que têm um consumo excessivo de água como é o caso desta exploração mineira;os exemplos de explorações identicas no passado são desastrosos como é o caso de São Domingos em Mértola que há mais de 50 anos está uma desgraça;é inacreditável como ainda há coragem para fazer estas propostas que são altamente nocivas para as pessoas e para o País, por isso sou CONTRA a sua viabilidade

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84057 Ana Maria Lamelas Ahrens Novaes em 2025-04-23

Comentário:

Por que a Mina da Lagoa Salgada não deve avançarO projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer. E mais uma vez, estamos a dar o que nos pertence a estrangeiros!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84056 Pedro Sá e Melo em 2025-04-23

Comentário:

Considero que esta proposta de exploração mineira envolve risco ambiental importante, sem qualquer benefício para a comunidade local ou nacional.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84054 ANA RAQUEL NARCISO DIAS ALVES em 2025-04-23

Comentário:

O projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários..

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84053 Mario em 2025-04-23

Comentário:

Por que a Mina da Lagoa Salgada não deve avançarO projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84052 joao paulo girbal em 2025-04-23

Comentário:

Pelas razões apontadas no ficheiro anexo o projeto deve ser rejeitado.

Anexos: 84052_Mina_Lagoa_Salgada_discordancia.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84049 Luis Teixeira em 2025-04-23

Comentário:

Estes tipos de investimentos trazem para os investidores algum benefício econômico de curta duração deixando o ambiente e as populações locais, neste caso muito frágeis, em situação precária pois os lençóis freáticos além de contaminados serão rebaixados., a. vegetação de sobreiros centenária desaparecerá.ABSOLUTAMENTE INACEITÁVEL!Só visões de curto prazo decidiriam uma coisa destas!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84048 Miguel Gomes em 2025-04-23

Comentário:

Por que a Mina da Lagoa Salgada não deve avançarO projeto de mineração da Lagoa Salgada, previsto para os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, visa extrair metais como zinco, chumbo e cobre numa zona de montado bem preservado, com sobreiros centenários e elevada biodiversidade. Localizada em plena Reserva Ecológica Nacional, esta exploração traria impactos ambientais, sociais e económicos significativos e irreversíveis que não justificam os seus ganhos temporários.Impactos ambientais: a abertura da mina implicaria o abate de milhares de sobreiros e pinheiros, pondo em causa habitats protegidos. O rebaixamento do lençol freático previsto poderá secar aquíferos que sustentam o montado e a agricultura local. Além disso, o risco de contaminação de solos e águas com metais pesados e resíduos tóxicos é elevado. Exemplos como a mina de São Domingos, em Portugal, e o colapso da barragem de Mariana, no Brasil, mostram que acidentes mineiros deixam danos duradouros e muitas vezes irreparáveis.Impactos sociais: comunidades locais seriam afetadas por ruído, poeiras e trânsito pesado, comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida. Há ainda o risco de escassez de água potável, essencial numa região sujeita a secas frequentes. A atividade mineira ameaça também modos de vida rurais, como a silvicultura e a agricultura, gerando insegurança e protestos de proprietários.Impactos económicos: a mina comprometeria atividades sustentáveis como a produção de cortiça e o turismo de natureza – pilares económicos da região. Ao contrário do montado, que é renovável e duradouro, a exploração mineira oferece apenas empregos temporários e deixa um passivo ambiental e económico quando cessa. As comunidades temem ficar, no fim, com um território degradado e sem alternativas de futuro.A Mina da Lagoa Salgada representa uma ameaça ao ambiente, ao tecido social e ao desenvolvimento sustentável da região. Dado o risco elevado e os precedentes de outras minas com consequências graves, este projeto não deve avançar. Proteger o território é garantir um futuro digno para as gerações que aqui vivem e vivem da terra bem como as que visitam e desfrutam do que a região tem para oferecer.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84047 Anabela dos Santos Silva Rodrigues em 2025-04-23

Comentário:

Se queremos um ambiente saudável que permita o desenvolvimento do turismo, se queremos manter a floresta de montado, não podemos permitir a exploração mineira, ela vai prejudicar a população, vai prejudicar a natureza, vai prejudicar a vida selvagem, vai poluir as nossas águas, vai trazer ainda mais procura por habitação, que na verdade já não há nem para os locais, nem para as pessoas que têm vindo para trabalhar na indústria hoteleira.Temos que escolher entre a exploração ou a manutenção da natureza.Eu escolho a manutenção da natureza, da qual todos fazemos parte.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84044 Hugo André Alves da Glória Patrício em 2025-04-23

Comentário:

Apesar do projeto da Mina da Lagoa Salgada apresentar iniciativas alinhadas com compromissos ambientais e prometer benefícios socioeconómicos para a região, a sua concretização representa um risco elevado, com impactos irreversíveis sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações. Os pontos positivos destacados no parecer ambiental — como o uso de energia solar, a arborização compensatória e a criação de emprego — revelam-se insuficientes perante a escala dos potenciais danos.As principais ameaças estão relacionadas com a destruição inevitável de habitats naturais e com o enorme consumo de água aquífera que esta mina necessitará, sendo que a substituição de ecossistemas naturais por áreas replantadas — ainda que com espécies nativas — não compensa a complexidade biológica perdida, nem garante a preservação das cadeias ecológicas já estabelecidas. A biodiversidade não é um recurso replicável, e a sua perda representa um dano permanente. O risco de contaminação de aquíferos e solos é também especialmente grave, considerando que a extração e o processamento de minérios envolvem substâncias tóxicas e resíduos de difícil controlo. Do ponto de vista climático, as emissões de gases com efeito de estufa serão uma nova fonte de degradação ambiental. Além disso, os impactos sociais negativos não podem ser ignorados. O aumento do tráfego pesado, o ruído constante, a alteração da paisagem e o risco de acidentes graves colocam em causa a qualidade de vida das populações.Tendo em

conta o exposto, o avanço deste projeto seria não apenas ambientalmente irresponsável, mas também incoerente com os compromissos climáticos e de proteção da biodiversidade que Portugal assume no contexto europeu e internacional. A curto prazo os custos ambientais e sociais já serão incomportáveis, a médio e longo prazo tendem a ser superiores, insustentáveis e, como demonstram outros projetos semelhantes, irreparáveis.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84043 Tiago Larguinho em 2025-04-23

Comentário:

Grande impacto ambiental e socioeconómico desfavorável na região. Não queremos outro Canal Caveira nem outro Lousal.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84041 André Ferreira em 2025-04-22

Comentário:

Discordo com este projeto e apoio que se faça mais estudos quanto ao impacto do consumo de água

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84038 Nuno Leonor em 2025-04-22

Comentário:

Projeto com impacto ambiental altamente nocivo para as freguesias em questão.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84036 Luis Miguel Pires Banha Sobral em 2025-04-22

Comentário:

Exmos. Srs.Venho desta forma mostrar o meu total desacordo com o projeto da mina da Lagoa Salgada.Num concelho que está totalmente voltado para o turismo, em que temos muita falta de habitação, existe falta de mão de obra, o abastecimento de água já começa a ser um problema.A construção desta mina vai consumir os recursos que ainda nos restam, vai drenar a maior reserva de água do concelho.Como irá ser o quotidiano das aldeias vizinhas à mina??? Como irão ficar os campos???Este projeto irá mudar para pior a qualidade de vida das populações das aldeias de Água Derramada e da Cilha do Pascoal. Até mesmoda Aldeia da Justa, que se encontra mais distante, mas que vão colocar a passar 36 camiões diariamente, sendo que podem ser mais. Também temos que ter em conta a viagem de regresso destes camiões (36 x 2), o que dará, em média 72 camiões a passar dentro de uma aldeia.Poderia enumerar muitos mais pontos negativos deste projeto, sendo que não consigo ver um único aspeto positivo.Este projeto é um erro e nunca deveria ter sido iniciado, pois já provocou muita angústia e preocupação nas populações.Outra situação relacionada com este projeto e em que estou também em total desacordo é com o traçado do corredor da linha de alta tensão. Este traçado e em especial na zona dos Cadoços, não tem em consideração habitações, sendo que passa praticamente sobre estas, tem o corredor a passar por cima de metade do Bairro Novo dos Cadoços. A carta militar que serviu de base para o traçado deste corredor está desatualizada. Existem alterações a nível do povoamento florestal, com novas plantações de sobreiros e pinhal manso. Resumindo, este traçado da linha de alta tensão, a passar entre duas aldeias é uma completa aberração e a população nunca irá permitir que tal seja feito.Para finalizar, pergunto se os promotores deste projeto têm noção da desvalorização que esta mina irá dar ao concelho de Grândola, a casas, terrenos e património e de como pensam pagar as indemenizações?? Será que o lucro do minério a extrair vai chegar para pagar tudo isto??

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84033 Virgilio de Jesus Pais em 2025-04-22

Comentário:

Na qualidade de cidadão com consciência social e ambiental, preocupado com as pessoas, com o ambiente, a sustentabilidade, a biodiversidade, com os recursos naturais e os recursos hídricos, venho comunicar a minha total discordância com o Projeto da Mina da Lagoa Salgada, por considerar que a instalação de uma exploração mineira, com uma área de concessão tão extensa, irá provocar inúmeros impactes negativos e irreversíveis na qualidade de vida das populações, no seu modo de vida, na sua saúde, nos ecossistemas existentes no local, na qualidade do ar, no ambiente sonoro e na paisagem. Venho referir também que todo o processo apresentado não se mostra sustentado com suficiente detalhe que leve a garantir que não existirão impactos negativos com prejuízo da qualidade de vida da população, sendo que, os impactos positivos apresentados são mera cosmética circunstancial.Em termos económicos, é um projeto absolutamente ridículo em termos de valor aportado à economia nacional, sendo que se afiguraria mais aceitável considerar os minérios como uma reserva estratégica nacional em caso de guerra ou outra necessidade absoluta, em vez de permitir que uma empresa canadiana retire proveito de minerais inexoravelmente e os leve para beneficiar outra economia que não a nacional.Em suma, é um projeto cujo racional económico e social não faz sentido nenhum. Mais, é um projeto verdadeiramente criminoso cujas consequências são já expectáveis e visíveis no horizonte e por isso a minha discordância total.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84032 dinis dos santos contente em 2025-04-22

Comentário:

Concordo plenamente

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84031 Alexandre Miguel Jesus santos em 2025-04-22

Comentário:

Eu Alexandre Santos DISCORDO TOTALMENTE deste projecto devido ao grande e negatvo impacto ambiental , reducao de quantidades e qualidades das aguas , etc ,etc...

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84030 Ana Gamito em 2025-04-22

Comentário:

Sou contra a destruição de milhares de sobreiros, árvores que para nós agricultores é protegida, mas que perante os interesses económicos não tem qualquer protecção. Não posso ser a favor daquilo que põe em causa a qualidade do ar, a saúde pública, os recursos hídricos, as atividades agrícolas, o turismo da minha terra e o futuro das minhas filhas. Não posso ser a favor de uma coisa que depois de detruir o que temos de bom nos vai deixar entregues à nossa sorte.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84027 José António Apolinário Serrão em 2025-04-28

Comentário:

Como agricultor e pequeno comerciante de Grândola só posso apoiar um investimento deste tipo. Vai ser bom para Grândola e para os concelhos à volta porque irá trazer pessoas que serão de certeza bem pagas e isso vai fazer crescer a economia do concelho e o bem estar das pessoas. Neste momento Grândola apenas serve para os grandes resortes junto ao mar e o pequeno comércio e outras atividades no resto do concelho estão a morrer. Tudo o que for para deixar riqueza no interior do concelho será bom para as pessoas. Desde que a água e a saúde das pessoas fiquem acauteladas por mim apoio este investimento no meu concelho.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84025 Grândola a Crescer em 2025-04-22

Comentário:

O concelho de Grândola há muito que está sem rumo e sem sustentabilidade social e económica. O trabalho no turismo é sazonal e não faz crescer Grândola a não ser na zona litoral e com custos ambientais de que poucos falam. Esta abertura de uma mina no nosso concelho é para todos nós um motivo de esperança pois será uma atividade a laborar todo o ano e durante mais de uma década que irá trazer muitos benefícios diretos e indiretos para a população do nosso concelho e mesmo para o Alentejo. Da consulta do projeto temos a noção dos impactos, quer positivos quer negativos, mas também se nota que a empresa se preparou muito bem para mitigar e compensar os impactos negativos, talvez até obrigada pelas diversas entidades que analisam o EIA, mas o que é certo ´é que a proposta de investimento nos parece muito bem elaborada. A plataforma Grândola a Crescer é um movimento cívico que tem apenas como objetivo promover o engrandecimento e o desenvolvimento sustentado deste nosso fabuloso concelho, no qual apenas se desconstrói junto das praias e se abandona o seu interior. Seria muito benéfico para Grândola que outros projetos como este viessem para o concelho de Grândola.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84023 Desenvolver Portugal em 2025-04-22

Comentário:

Após analisarmos com atenção a documentação deste projeto parece-nos que é um projeto de interesse nacional, não apenas porque está classificado como tal, mas porque vai contribuir para o desenvolvimento da economia nacional e do concelho de Grândola e concelhos limítrofes, fixando população e ser uma boa alternativa à atividade turística do litoral alentejano. Servirá também para auxiliar a transição energética e combater as alterações climáticas. O abate de sobreiros como vai ser largamente compensado com a plantação de novas árvores contribui para o rejuvenescimento do montada da nossa região que está a morrer diariamente com doenças que já não se vai conseguir parar. É um projeto que deverá ser apoiado por todos os que desejam ver Portugal evoluir e estar na linha da frente na defesa da melhoria de vida das populações mais desfavorecidas. Só esperamos que de facto a empresa e o Estado cumpram o que está no projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84017 Célia Figueira em 2025-04-22

Comentário:

Exmos. Srs.Submeto em anexo a minha participação na fase consulta pública da Avaliação de Impacte Ambiental do projeto da Mina da Lagoa Salgada.Com os melhores cumprimentos,Célia Figueira

Anexos: 84017_Participação_EIA.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84013 Manuel Leitão Ricciardi em 2025-04-22

Comentário:

A serra de Grandola é uma zona de montado, quase um parque natural e onde um projecto como este destruiria a região

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84012 Hugo Pereira em 2025-04-22

Comentário:

#naoàmina

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84010 Daniela Boleta em 2025-04-22

Comentário:

.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84008 Maria José Prata Pinheiro Antunes em 2025-04-21

Comentário:

Este é mais um Projeto PIN (Potencial Interesse Nacional) que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Irá ter impactos nos organismos humanos e não humanos, no território e na paisagem. Esta mina trará por certo um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, a biodiversidade serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis.Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84006 Lucia Goncalves em 2025-04-21

Comentário:

É muito prejudicial para as pessoas que habitam nas redondezas

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84005 Helena Casmarrinha em 2025-04-21

Comentário:

Discordo totalmente deste projeto, as consequências negativas para todos nós que vivemos na região, para o meio ambiente, são vastíssimas, não concordo com a aplicação de tal projeto

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84003 Luísa Jesus em 2025-04-21

Comentário:

Sou completamente contra

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84001 Wout Van doninck em 2025-04-21

Comentário:

Como morador de Água Derramada, nas imediações da Lagoa Salgada, quero manifestar a minha preocupação e insatisfação relativamente a este projeto.As propostas relacionadas com a possível exploração são inadequadas e/ou pouco claras em relação à situação futura dos moradores e do ambiente. Uma das minhas primeiras preocupações é o abastecimento de água. Não é preciso mais explicações para o facto de o nosso clima estar a mudar. Diz-se que a água seria utilizada através de uma conduta a partir de uma barragem: evidentemente, isto só é possível enquanto houver água na barragem. Sem dúvida que, em caso de escassez, a água será perfurada localmente, o que fará baixar

---

rapidamente o nível do lençol freático da zona circundante. A consequência para os habitantes da zona será que já não se poderá regar uma horta, para não falar da água para a lavoura ou mesmo da água para uso doméstico: afinal, a água potável das duas aldeias vizinhas é bombeada localmente.A mina viria a norte-noroeste da aldeia, a direção predominante do vento nesta zona. Isto significa que muitas poeiras (tóxicas e prejudiciais à saúde ou não) soprarão em direção à aldeia.Além disso, não há clareza quanto ao ruído durante a produção. É prometido o cumprimento de normas, mas é duvidoso que isso aconteça. Também não é claro como e onde será providenciado alojamento para os trabalhadores e as suas famílias. Algures nos planos originais, falava-se de transporte através de uma linha ferroviária ainda por construir até à linha ferroviária existente em Grândola. Já não consigo encontrar nada sobre isso e, portanto, tudo será feito por camiões através de uma estrada municipal que, na verdade, já recebe demasiado transporte pesado.Uma vez que este estudo não é sobre motivos económicos, não me quero alongar muito sobre isso, mas os habitantes locais não ganharão certamente nada com isso, para além de algumas migalhas que possam cair da mesa das multinacionais.Conclusão: o ambiente será melhor sem esta mina!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 84000 Cristina Chainho em 2025-04-21

Comentário:

Caso este projeto avance, irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos. Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera. Paz, tranquilidade, sossego. Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores. Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação. Turismo da natureza

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83999 Joana em 2025-04-21

Comentário:

Discordo!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83998 Joana Duarte Correia em 2025-04-21

Comentário:

Apesar do projeto da Mina da Lagoa Salgada apresentar iniciativas alinhadas com compromissos ambientais e prometer benefícios socioeconómicos para a região, a sua concretização representa um risco elevado, com impactos irreversíveis sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações. Os pontos positivos destacados no parecer ambiental — como o uso de energia solar, a arborização compensatória e a criação de emprego — revelam-se insuficientes perante a escala dos potenciais danos.As principais ameaças estão relacionadas com a destruição inevitável de habitats naturais e com o enorme consumo de água aquífera que esta mina necessitará, sendo que a substituição de ecossistemas naturais por áreas replantadas — ainda que com espécies nativas — não compensa a complexidade biológica perdida, nem garante a preservação das cadeias ecológicas já estabelecidas. A biodiversidade não é um recurso replicável, e a sua perda representa um dano permanente. O risco de contaminação de aquíferos e solos é também especialmente grave, considerando que a extração e o processamento de minérios envolve substâncias tóxicas e resíduos de difícil controlo. Do ponto de vista climático, as emissões de gases com efeito de estufa serão uma nova fonte de degradação ambiental. Além disso, os impactos sociais negativos não podem ser ignorados. O aumento do tráfego pesado, o ruído constante, a alteração da paisagem e o risco de acidentes graves colocam em causa a qualidade de vida das populações.Tendo em conta o exposto, o avanço deste projeto seria não apenas ambientalmente irresponsável, mas também incoerente com os compromissos climáticos e de proteção da biodiversidade que Portugal assume no contexto europeu e internacional. A curto prazo, os ganhos económicos podem parecer vantajosos, mas os custos ambientais e sociais a médio e longo prazo tendem a ser superiores, insustentáveis e, como demonstram outros projetos semelhantes, irreparáveis.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83996 Leonardo José Gonçalves em 2025-04-21

Comentário:

Sou contra a implementação da mina, porque vai prejudicar o meio ambiente, não deixando desenvolver as arvores e plantas nativas neste espaço, contaminando arvores, aguas, solos e o próprio ar, deixando também os animais sem o seu habitat natural.As populações e os animais que vivem nas proximidades vão ser prejudicadas com o ruido e ficam mais suscetíveis a desenvolver doenças associadas à poluição.os recursos hídricos que estão disponíveis para consumo da população e dos animais vão ser reduzidos e estando nós numa zona de constantes secas, poderá tornar-se numa situação complicada para os seres vivos existentes nesta zona e arredores.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83995 Ana Celeste Gonçalves em 2025-04-21

Comentário:

Não concordo de maneira nenhuma com tal projeto uma vez que vai prejudicar todo o ambiente da zona envolvida (floresta, águas, fauna, atmosfera etc...). Os próprios cidadãos grandolenses serão grandes vitimas de tal empreendimento. Está completamente contra as ultimas diretivas de vários governos, o que não se compreende, ainda mais tratando-se de conselhos que ainda dispõem de bons montados e com uma forte componente turística. Vejo com grande preocupação e tristeza, este caso.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83991 Daniela Alexandra Pinela em 2025-04-21

Comentário:

Não mexam em mais coisas que não vos pertencem ! Mexer mais nos nossos terrenos vai causar um desastre ! Não sejam parvos

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83990 Ana Rita Parreira em 2025-04-21

Comentário:

Deixem-se de invenções.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83985 Daniel Fernando Espada Sobral em 2025-04-20

Comentário:

A flora e principalmente a fauna que.ja é pouca vai ser reduzida a zero.O dormitório do pombo bravo vai acabar.Digamos que vao também causar um grande impacto nas populações nas proximidades.Pergunto me a mim o que irá acontecer aos lençóis de água subterrâneos onde as populações têm furos de água para consumo.???Obrigado

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83984 Íris em 2025-04-20

Comentário:

Devemos preservar o meio ambiente e envolvente de aldeias, de foro populacional, a qualidade de vida e a saúde! E não encher os bolsos dos grandes que não querem saber nem se preocupam…..

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83983 Bruno Chainho em 2025-04-20

Comentário:

Sou contra, já chega os campos de golf a drenar os lençóis freáticos, agora querem vir com minas??, sou completamente contra

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83982 Pedro Sequeira em 2025-04-20

Comentário:

Os beneficios parecem-me um pouco a "voar", mas no doc de síntese parecem ter muita certeza nesta parte:"Em termos de avaliação global de impactes, embora se evidenciem efeitos desfavoráveissignificativos, e com relevância à escala local,"

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83980 Maria Pereira em 2025-04-20

Comentário:

Impacto ambiental negativo

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83979 Romana Santos em 2025-04-20

Comentário:

Impacte desastroso para a população e a natureza.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83978 Ana Maria Rosa Correia em 2025-04-20

Comentário:

Não me parece ser adequado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83975 Catarina Santos Araújo da Silva em 2025-04-20

Comentário:

Este projecto vem pôr em causa os valores ambientais de uma comunidade que vive da cortiça e que valoriza a t´ípica paisagem ancestral alentejana.Este projecto vem pôr em risco os recursos hídricos e os direitos da população local.Este projecto vem pôr em causa a subsistência das futuras gerações que vai herdar um território que foi vandalizado em nome dos interesses de alguns.O que deve valer é o bem estar colectivo, é a vontade de todos, é a vontade do povo.Fim ao desrespeito pela mãe natureza e ao capitalismo predatório.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83974 Carlos Maria em 2025-04-20

Comentário:

O projeto de exploração da Mina da Lagoa Salgada é uma clara uma ameaça não só ao meio ambiente mas também à qualidade de vida de quem vive por perto e certamente que vai influenciar de forma negativa a aposta que tem sido feita no sector do o turismo no concelho de Grândola.Mesmo sabendo que o poder local pouco pode fazer neste caso, seria muito importante apelar ao poder central para que este projeto fosse reconsiderado.Projeto que que vai descaracterizar uma região, e as suas populações de uma forma negativa.Mais uma vez pela ganância do "dinheiro".Uma "riqueza" que se vai embora, que vai beneficiar quem está longe, deixando para os que ficam um rasto de destruição irreparável.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83973 Madalena Seromenho em 2025-04-20

Comentário:

Não faz sentido abrirem outra mina, será que ninguém pensa em quem vive perto? Não bastou o exemplo do lousal? Quantas e quantas vezes se abriram buracos fundos devido a terra cair nas minas? O impacto ambiental que tem para o sítio e para quem lá vive? O calor duplica e o frio nem se fala. Em vez de quererem explorar ainda mais as terras alentejanas porque não tentam melhorar a vida de quem lá vive? Porque dar mais importância a pessoas de fora com dinheiro do que aos seus habitantes fiéis de gerações? Por conta desse turismo descontrolado e que a maioria dos jovens sai dessa terra para ser alguém pois são dadas oportunidades a quem vem de fora e quem nasceu lá e lhe dando um pontapé no traseiro. Por favor parem de pensar em dinheiro e pensem nas pessoas.. existem pessoas que tem pouco mas mesmo assim tentam cuidar ao máximo E com as explosões que vão haver vão ficar sem teto pois casas antigas como são irão cair.. será que ninguém pensa no trabalho que essas pessoas tiveram? No que essas pessoas sentem?

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83972 Maria Helena em 2025-04-19

Comentário:

Este projeto coloca em causa o ambiente, º espaço rural envolvente,As atividades turísticas , a qualidade do ar e da água , as atividade agrícolas , silvícolas e turísticas e destrói projectos de vida em prol de algo que só será benéfico para os investidores de um qualquer fundo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83970 Ana Cristina Nunes em 2025-04-19

Comentário:

A exploração mineira,traz depósitos de resíduos tóxicos para os himanos,contaminação das águas,é importante que se proteja o meio ambiente e o bem estar da comunidade.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83968 Natacha sofia pereira Lopes em 2025-04-19

Comentário:

Contra a destruição de recursos naturais!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83967 Carlos Faias em 2025-04-19

Comentário:

Que este atentado contra a natureza e contra o comum cidadão nunca se realize e que esta realidade obscura, demente e doente nunca vá para a frente para não sermos submetidos uma vez mais à desgraça das consequências remetidas para o povo e o meio que o rodeia em prole dos interesses monetários de alguns, mercenários da destruição sem qualquer tipo de escrúpulos! Urge a união do povo contra este atentado!! NÃO!!!!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83966 Victor Mateus em 2025-04-19

Comentário:

E insensíal para a região

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83965 Ana em 2025-04-19

Comentário:

Venho expressar a minha profunda preocupação relativamente ao projeto da Mina da Lagoa Salgada. A proposta atual prevê a exploração mineira numa área classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN) e zona de recarga de aquíferos, o que contraria os princípios de proteção ambiental e de gestão sustentável dos recursos hídricos. A exploração prevista coloca em risco ecossistemas sensíveis, incluindo montados de sobreiros, e pode comprometer a qualidade dos aquíferos essenciais para a agricultura local. Além disso, a ausência de medidas claras para mitigar os impactos ambientais, nomeadamente a proteção dos sobreiros existentes e a salvaguarda da qualidade da água subterrânea, é inaceitável. A experiência passada com outras explorações mineiras na região, como no Lousal, demonstra os riscos de degradação ambiental e abandono pós-exploração. A proposta não apresenta garantias suficientes quanto à mitigação dos impactos ambientais e sociais, nem assegura benefícios duradouros para a população local. É imperativo que se priorizem modelos de desenvolvimento que respeitem o ambiente e promovam a sustentabilidade a longo prazo, garantindo a proteção do património natural e o bem-estar das comunidades locais..

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83964 jose guerreiro em 2025-04-19

Comentário:

Infelizmente o poder do dinheiro, do interesse, juntam se para benefico de meia duzia, sendo que o prejuizo é infligido a milhares, ...milhares de hectares, milhares de pessoas, e de animais ...é uma tristesa que as boas intenções não passem disso mesmo, são criados, abertos espaços de dialogo, apenas para desabafarmos mas onde já se sabe qual o resultado de todo este precesso, isto é apenas uma formalidade .Onde está sinalizado por exemplo a quantidade de explusivos que vão ser utilizados de cada vez ?, onde está o estudo na qual se possa verificar a densidade a que a terra vai ser sujeita em termos de sismos ?, sim porque os tremores de terra vão ser uma constante !?, enfim onde está isto, ou onde está aquilo, não se esplica muita coisa porque não há necessidade, afinal de contas estes palcos de debates servem apenas para isso mesmo(desabafar).Coloca se em causa 110 km, que é o equivalente a 2 territórios e meio o território de (GASA), na faixa de gasa . Não querendo politizar a minha opinião ,isto que está previsto é uma barbarie, um autentico GENOSÍDIO AMBIENTAL, que espero ver um dia os autores serem julgados, a natureza não tem voz, mas vai se fazer sentir em sua própria defeza, um dia vai acontecer ! José Nobua Guerreiro

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83963 Gustavo Aires Mateus em 2025-04-19

Comentário:

O efeito irreversível que irá ter a exploração desta mina na floresta com árvores centenárias, paisagem, qualidade de águas freáticas, sector regional da cortiça e turismo irá hipotecar a qualidade de vida que toda esta comunidade tem investido por gerações num só projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83962 Sofia Aires Mateus em 2025-04-19

Comentário:

Venho por este meio discordar com a implementação da Mina da Lagoa Salgada visto ter implicações desastrosas não só a nível tóxico para a população da zona como a nível do meio ambiente, do impacto ambiental a nível dos solos, lençóis friáticos , destruição do montado, fauna e flora e do turismo na zona. O dinheiro não é tudo e não compensa o impacto negativo que irá causar ao longo dos anos em que estivesse activo mas mesmo depois de já estar desactivada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83960 Rui Dolores em 2025-04-19

Comentário:

Distúrbios ambientaisEste projeto de investidores estrangeiros visa explorar uma área de cerca de 11.000 hectares, com quilómetros de túneis subterrâneos diretamente por baixo de aldeias como Água Derramada, Batão, Silha do Pascoal, muitos montes e milhares de hectares de montado.Serão toneladas de resíduos e minério a ser transportadas todos os dias pelas nossas estradas, muitas piscinas de água potável por dia para lavar o minério, água essa que ficará com contaminantes altamente tóxicos para a espécie humana e outras. Este projeto tem impactos inimagináveis e de muito longo prazo, com muito poucos ou nenhuns benefícios para a comunidade.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83959 Nuno Gonçalves em 2025-04-19

Comentário:

São 11.000 hectares de exploração mineira com túneis debaixo da terra onde andam camiões, por baixo de casas e montado. Enormes depósitos de resíduos, incluindo alguns dos mais tóxicos para a espécie humana, que estarão bem próximos de captações de água para consumo humano e animal. São muitas piscinas de água potavel para lavar minério todos os dias, que tanta falta faz para outras coisas na nossa região. É um atentado ao ambiente, à habitabilidade da região, e à população!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83958 Cláudio pereira em 2025-04-19

Comentário:

Discordância em relação à Mina da Lagoa Salgada em GrândolaComo cidadão atento ao equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, manifesto a minha profunda preocupação e discordância relativamente ao projeto da mina da Lagoa Salgada, no concelho de Grândola. Ainda que se alegue a importância estratégica da extração de metais para a transição energética, este empreendimento coloca em risco um património natural, social e económico de valor incalculável.A zona envolvente à Lagoa Salgada é um ecossistema sensível, com uma biodiversidade que deve ser protegida e não ameaçada por atividades extrativas de alto impacto. A exploração mineira em larga escala trará inevitavelmente consequências como a contaminação dos lençóis freáticos, a emissão de poeiras nocivas e o ruído constante, afetando não só o ambiente, mas também a qualidade de vida das populações locais.Além disso, este projeto colide com o modelo de desenvolvimento sustentável que Grândola tem vindo a construir, apostando no turismo de natureza, na agricultura biológica e na valorização do território. A destruição ambiental provocada por uma mina poderá comprometer para sempre estas alternativas, mais duradouras e integradas na identidade da região.Não podemos aceitar que interesses económicos de curto prazo se sobreponham ao bem comum e à preservação de um território que pertence a todos nós. Apelamos às entidades competentes que reavaliem este projeto à luz dos princípios da sustentabilidade, da participação das comunidades locais e da proteção dos nossos recursos naturais.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83956 Patrícia Raposo em 2025-04-19

Comentário:

Contra todo o mal que este projeto irá trazer à população.1. As águas que abastecem as aldeias circundantes estão em risco de serem contaminadas (ou já estão de alguma forma contaminadas)? 2. Existem pontos de captação de água perto do local de exploração mineira? Onde? Como estão a ser protegidos para não haver contaminação? 3. Como vão dormir as pessoas com o barulho das explosões a 2 e 3 km de distância do local em causa e como vão ficar as casas que construíram para viver? 4. Como se vão sentir as pessoas que sempre cuidaram das suas terras, das suas árvores, dos seus animais? 5. Será que existe minério suficiente para destruirmos ou foi apenas criada uma ilusão para os possíveis investidores? 6. A Estrada Municipal M543 tem condições para o tráfego de camiões que se espera com este projecto? 7. Se a estrada já não é segura neste momento para ligeiros, como será quando começarem a circular 28 camiões por dia com minério?

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83954 Maria do Carmo Rodrigues em 2025-04-18

Comentário:

Nocivo para a população e ambiente, não trazendo nenhuma mais valia para o concelho

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83953 Ana Cristina Pereira Patinho em 2025-04-18

Comentário:

Esta mina vai destruir a floresta, e envenenar as águas

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83951 Luis em 2025-04-18

Comentário:

Sou contra a Mina da Lagoa Salgada

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83949 celia em 2025-04-18

Comentário:

O Concelho não necessita desta exploração. A comunidade está completamente em desacordo até porque a nível ambiental é nocivo oara toda a area.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83948 Milene Mestre em 2025-04-18

Comentário:

Consumos de água exorbitantes, contaminação dos aquíferos, proximidade às populações de Silha e Agua Derramada com ruído das explosões e enorme tráfego de camiões nestas aldeias e em estradas municipais, destruição de sobreiros que são muito importantes na economia local, com a tirada da cortiça.A longo prazo uma grande destruição que afetará toda a população a todos os níveis.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83947 Ricardo João Ramião Figueira em 2025-04-18

Comentário:

Sou profundamente contra o projecto da mina da lagoa salgada por diversas razões, motivando a minha declaração pelos seguintes factos:Os benefícios económicos projetados pela exploração (cerca de 616 milhões de eurosem receita da Redcorp) são irrisórios quando comparados com os riscos ambientais esociais. O elevado consumo de água – com a possibilidade de esvaziamento de barragensem cerca de 1,1/ano com base no nível médio real – e o intenso tráfego deaproximadamente 275 viagens diárias de camiões pesados, somados à crisehabitacional e à sobrecarga das infraestruturas, revelam que o projeto da Mina da LagooaSalgada representa um risco inaceitável para Grândola. É imperativo reavaliar ospressupostos técnicos, validar os métodos mitigadores em campo e adotar uma abordagem de desenvolvimento que realmente beneficie a comunidade, preservando os recursos hídricos e a qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo com a franja envelhecida de população que habita no concelho.Foram consultados estudos do INE para formação destas conclusões.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83946 Anabela Tavares em 2025-04-18

Comentário:

Discordo!Sou pela proteção do meio ambiente, e bem estar da vida das comunidades que serão afetadas se este projeto seguir em frente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83945 Joao em 2025-04-18

Comentário:

Totalmente contra!!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83944 Carlos manuel Gomes sobral pereira em 2025-04-18

Comentário:

Não concordo com esta exploração mineira no nosso concelho pois só vai afetar o nosso ecossistema prejudicar todas as pessoas próximas e trazer riqueza apenas as empresas intervenientes e a população que se lixe

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83942 Sara Silva em 2025-04-18

Comentário:

Não concordo com a construção que pretendem fazer num lugar tão bonito como este

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83941 Célia Gonçalves em 2025-04-18

Comentário:

Discordo, pois este processo irá contaminar os lençóis freáticos e posteriormente contaminará todas as perfurações de água que abastecem as populações do concelho de Grândola e Santa Margarida da Serra. Ao redor da Lagoa Salgada, existem imensas explorações Silvícolas, agrícolas, boviniculas e a Mina só vem prejudicar as mesmas, pois a água é um bem muito precioso para o enriquecimento da nossa fauna e flora.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83935 Carlos Rodrigues Clemente em 2025-04-17

Comentário:

No âmbito da consulta pública do projecto relativo à mina da Lagoa salgada no concelho de Grândola, após leitura atenta do resumo não técnico disponibilizado na plataforma, venho por este meio apresentar algumas questões que gostaria de ver esclarecidas e dar alguns contributos que considero poderem ser sugestões úteis de forma a minimizar os impactos ambientais típicos e inerentes a este tipo de indústria. Declaradamente, há um ponto de partida favorável para este projecto no que se refere à região onde se pretende a vir a ser implementado - Proximidade, do ponto de vista geológico à Faixa Piritosa Ibérica, que conta historicamente com várias minas, nomeadamente uma no próprio concelho de Grândola mas que neste momento se encontra desativada e é um exemplo no que se refere à sua revitalização no pós-exploração. Podem ainda contar com a experiência da histórica Mina de Aljustrel que se encontra com exploração activa há mais de um século e da Mina de Neves-Corvo no concelho de Castro Verde, em que uma elevada percentagem da sua área territorial é classificada de ZPE e desde 2017 foi classificada como Reserva da Biosfera. É possível implementar um projeto de indústria extractiva, tipicamente caracterizada como pesada e modeladora da paisagem, num ambiente simbiótico com a Natureza e as comunidades locais. Indo ao encontro do que é preconizado nesta fase de consulta pública, e partindo especificamente para algumas das rúbricas apresentada no RNT do EIA, na globalidade considero que que ao longo do documento ficaram bem claras algumas das opções e medidas estratégicas de minimização de impacte ambiental, no entanto algumas poderão ser alvo de melhoria e carecem ser equacionadas outras estratégias:> Do ponto de vista do ordenamento do território, o projecto não apresenta incompatibilidades major, no entanto, numa pequena área há sobreposição com os biótipos Corine. É apresentada uma medida compensatória que contempla a plantação de sobreiros em outras áreas, prevendo-se um ganho substancial de reflorestação, substancialmente superior à área afectada. Há uma previsão do impacto desta medida para os ecossistemas locaias actuais? Diversidade e levantamento de espécies que virão a ser afectadas? Medidas que o possam mitigar?> Do ponto de vista de abastecimento energético, a ligação à alta tensão na proximidade será uma necessidade face ao elevado consumo energético da indústria extractiva, mas é acautelada e proposta uma alternativa para o autoconsumo (UPAC) através da instalação de painéis fotovoltaicos. Esta medida pode ser uma mais valia no âmbito das energias renováveis e auto produção, mas colocam-se em causa mais algumas questões que vão encontro do ponto anterior, a eventual necessidade de ocupar terreno florestal e reduzir o número de sobreiros e pinheiros mansos para a instalação da infra-estrutura. Outra questão e qua ainda não é clara, é como se revitalizam os painéis solares no seu fim de vida e de forma é que no processo de desativação da mina será gerida esta questão - desinstalar é a única solução?Penso que neste âmbito do abastecimento energético, deveria ser equacionada a possibilidade, de a longo prazo, se recorrer ao abastecimento com energia verde proveniente de Sines onde se pondera a reconversão da antiga Central Termoeléctrica para a produção de energia tendo como fonte o hidrogénio. Deverão ser potenciados e explorados os recursos que se encontram nas proximidades de modo a minimizar o impacto ambiental associado ao elevado consumo energético. > Abastecimento Hídrico para abastecimento: está contemplada a ligação à Barragem do Vale do gaio que fica na bacia hidrográfica do Sado e que habitualmente é uma das que mais sofre com os períodos de seca, e que é fundamental para o abastecimento agrícola local que tem sofrido um aumento exponencial com cada vez maior cultura extensiva de olival e amendoal. Que impacto terá para o abastecimento local e que implicações terá para a manutenção da produção agrícola que é na região uma importante força motriz económica e um grande

empregador? A nível climático, esta região de transição do Litoral> Interior é gravemente fustigada no período do Verão com calor e seca extrema- será que não irá ter uma efeito potenciador este maior consumo hídrico? Não seria útil a adopção de outro tipo de medidas como um sistema de reutilização dos efluentes provenientes da lavaria? - este sistema tem sido adoptado na atualidade em Aljustrel e Neves Corvo. Outra alternativa seria, como medida compensatória, participar economicamente para a construção da infraestrutura necessária para o sistema de abastecimento inter barragens com ligação a Alqueva, reduzindo assim o impacto do aumento de consumo de água de uma barragem com capacidade mais reduzida.> Acessibilidades e circulação de transportes para transporte de mercadorias: está prevista uma reabilitação das infra estruturas já existentes, no entanto seria pertinente um acesso ferroviário à linha do Sul.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83930 Eunice Murcho em 2025-04-17

Comentário:

NÃO A MINA!!!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83928 ISABEL GIL FERREIRA em 2025-04-17

Comentário:

Como concordar com tamanha aberração e destruição (impactos ambientais - biodiversidade , aquífero do Sado , montado de sobro e pinheiro manso ,....) e social (falta de habitação e de mão-de obra) numa zona já de si muito ameaçada pela pressão turística e envelhecimento da população .Além disso , alguns pontos para discussão e/ou resposta:1 - A barragem do Vale do Gaio , em anos normais , nem sequer consegue fornecer a água necessária a todos os agricultores do perímetro de rega .Agora vai abastecer uma mina ...? Qual a necessidade/consumo previstos (m3) e como garantir a água para a agricultura ?2 - Destruição e impacto (paisagem e biodiversidade - fauna e flora)3 - População local - envelhecida e pouca .Deverão recorrer a mão-de-obra emigrante .; como fazer a sua integração ?4 - Um agricultor não pode tocar num sobreiro/azinheira mesmo que decrépitos e se proponha a plantar/semear novas árvores.Aqui ...73ha de montado vão desaparecer , mesmo que repondo a área , demoram 20 anos , no mínimo ,a ter uma árvore pequena .5 - Insere-se numa região de alto valor turístico.Como compatibilizar com a actual falta de habitação?6 - Aquífero do Sado .Quais as implicações ?7 - Acessos / vias viárias já bastante degradadas .Como vão suportar camiões pesados e aumento de circulação ?

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83927 pedro_oom em 2025-04-28

Comentário:

“Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83926 Patrícia Martins em 2025-04-17

Comentário:

Estamos numa zona rica em todos os sentidos daí o desenvolvimento que está a decorrer, não faz sentido ir destruir as zonas florestais motivo de atracção dos novos e mais antigos residentes destas localidades! Seria o fim de série de espécie e transtornos na vida tão característica desta região!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83923 Mariana Filipe em 2025-04-17

Comentário:

Podemos ser um país verde e rico.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83918 Joana Oliveira em 2025-04-17

Comentário:

Qual é o impacto ambiental nos lençóis de água do concelho?

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83917 Pedro Miguel Martins Lopes em 2025-04-17

Comentário:

Gostava de ver análises do impacto ambiental mais profundo.Investigação se todos os furos são legais?Qual o impacto da mina na capacidade dos lençóis do concelho ?

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83914 Vanessa Silva em 2025-04-17

Comentário:

Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir o Solo, .Árvores protegidas e não só, Lençóis freáticos e Bacias hidrográficas a Biodiversidade, fauna e flora, a PaisagemA Atmosfera e a. Paz e sossego que o local transfere aos locais.A Vida das populações rurais da zona dependem financeira e económicamente destas árvores A Vida das populações que bebem a água daquelas bacias hidrográficas, as estradas que vão ficar deterioradas dos camiões, todo o processo que implica é mais impactante negativamente do que positivamente.Os postos de trabalho que se vão sessar com o abate de sobreiros, não vai regressar passados os anos da exploração.destruir tanto em prol de tão pouco não é justo nem para a natureza nem para as pessoas nao será justo para as futuras gerações e é desrespeitosos pelos que já cá não estão e tanto batalharam para cuidar da terra que agora temos.Vamos ficar com o solo e a água contaminados. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas décadas seguintes.O meu desagrado, representa também uma família, o futuro, as crianças e a esperança que tanto se promove de um lado e se retira de outro.É isto sustentabilidade???!Vanessa Silva

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83910 Isabela Pinela em 2025-04-17

Comentário:

Vai ficar hectares e hectares de extração a Ceu aberto.montes com até 24 metros de altura que se vao espalhar em dias de vento por todo o país.Se as poeiras do deserto chegam a Portugal imagine-se o que são estas poeiras a nossa porta! O céu vai pintar-se de amarelo em dias de vento. Que são a maior parte dos dias….

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83909 Veggie Nessie em 2025-04-17

Comentário:

Não às minas em zonas protegidas! Não queremos mais poluição ambiental, queremos água limpa, natureza, biodiversidade!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83908 Inês em 2025-04-17

Comentário:

É um autêntico atentado ambiental! Este projecto irá prejudicar seriamente a qualidade da água, dos solos, do ar, aumentar a poluição ambiental, remover qualidade de vida às populações... NÃO ÀS MINAS!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83907 Gabriela Carvalho em 2025-04-17

Comentário:

Descordo totalmente com este projeto! É inadmissível a destruição de árvores como sobreiros e outras espécies, a poluição das águas e das terras, pondo em risco todo o ecosistema existente, bem como a saúde das pessoas que habitam, em prol de uma uma exploração mineira com interesses puramente capitalistas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83900 Cecília Campos em 2025-04-17

Comentário:

- Colho frutos das árvores plantadas antes de eu nascer.- Planto árvores que me alimentam e vão continuar alimentar quem vem dps de mim.- Apanho ervas que nascem selvagens aqui e ali e que aprendi a reconhecer e a usar.Como podemos esquecer, perfurar, esgotar, destruir, o que sp foi colo, o que sp foi sombra, alimento, acochego por tantas e tantas gerações. É um momento de mente turva por lucro fácil, eu sei, mas e se todos relembrarmos um pouquinho desta ligação a esta Grande Mãe e lhe dermos colo por 1 minuto, se a olharmos com amor por 2 minutos ... o que será que acontece?Ainda acreditas no teu poder pessoal.para alterar o que nos está a destruir a todos?

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83896 Rita em 2025-04-17

Comentário:

Não concordo com a mina

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83892 Elmer Ribeiro em 2025-04-16

Comentário:

Na qualidade de cidadão interessado, e após leitura atenta do Resumo Não Técnico, identifico como principais preocupações os impactes negativos sobre a vegetação autóctone, nomeadamente os povoamentos de sobreiros e pinheiros-mansos, bem como os impactes acústicos sobre as populações mais próximas, como Água Derramada.Reconheço o esforço na apresentação de medidas compensatórias relevantes, como a arborização com espécies nativas, a implementação de uma Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) e a criação de zonas húmidas para promoção da biodiversidade. Contudo, considero que seria benéfico reforçar o acompanhamento independente das medidas propostas e garantir a participação ativa das populações locais na definição dos projetos de compensação social e ambiental.Sugiro ainda que a APA e a Comissão de Avaliação promovam uma sessão pública de esclarecimento presencial na região, de forma a garantir maior envolvimento e transparência com os cidadãos diretamente afetados.Considero que o projeto poderá trazer benefícios económicos e sociais relevantes para o território, mas deve ser fortemente monitorizado para garantir que os impactes negativos previstos são efetivamente minimizados e compensados.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83882 Joao2008 em 2025-04-24

Comentário:

Não concordo com a mina pois não benificia de nenhum modo a população local

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83880 Alexandra Raposo em 2025-04-16

Comentário:

Na sequência da consulta publica que está a decorrer acerca do projeto “Mina da Lagoa Salgada”, quero manifestar o meu total desacordo com este projeto.A NUTS III, Alentejo Litoral, integra os Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines. Conhecido é, que o Município de Sines integra um complexo industrial que inclui entre outros uma refinaria ativa, assim como integrava a recentemente desativada central termoelétrica, cuja diminuição da pegada carbónica causada pelo seu encerramento foi tão anunciada e aplaudida. Tal encerramento, incluiu todo o território do Alentejo Litoral, incluindo Grândola, como destinatários de um Fundo de Transição Justa que visa colmatar os desafios socioeconómicos decorrentes de processos de transição justa para atenuar os efeitos adversos da transição climática.Assim, Grândola integra um território que deveria adotar uma tendência de descarbonizar e contribuir com impacto neutro no clima até 2050 (com base no Acordo de Paris), no entanto surge no Concelho de Grândola, alguns com estatuto de interesse nacional, a aprovação de diversos projetos de desrespeitosa destruição do património natural virgem, que nos tornava únicos no mundo, o nosso sistema dunar quase intocado. Como ainda não era suficiente, surge, após primeiro indeferimento, nova avaliação de impacto ambiental acerca de um novo investimento: a “Mina da Lagoa Salgada”.Mais uma iniciativa de desrespeitosa destruição do nosso património natural, só que desta vez numa vertente completamente antagónica ao turismo: Uma mina, com impactos nos lençóis freáticos, reservas de água (que, até há poucas semanas eram críticas), paisagem, atmosfera, contaminação de solos, acessibilidades, qualidade de vida da população, efeitos sobre a habitação já escassa. Para além do desrespeito ambiental, surge também o completo desinteresse na população local, aquela que vive na sede de concelho que apenas dista 7 quilómetros, mas principalmente naquela que habita a zona da Lagoa Salgada (2 km de distância) e que tem

neste território, a sua habitação, o seu modo de vida e o seu sustento. Refere o resumo não técnico:" A acessibilidade rodoviária à mina da Lagoa Salgada será realizada através da EM543 (atravessa a Aldeia de Justa)". Como é possível? Aumentar o tráfego de pesados, dentro de uma localidade que sofreu recentes obras e nem ligação por ciclovia/passeio tem à vila, já que a mesma termina na rotunda? E que condições tem a restante estrada para esse tráfego?O resumo não técnico identifica 47 medidas de impacte nas fases de construção, exploração e desativação, e algumas medidas compensatórias. Só isso, medidas compensatórias! Tudo o que fica de 11 anos de destruição são medidas compensatórias, que na sua maioria cabiam executar aos executivos municipais, de um projeto que se enquadra legislativamente num nível superior de perigosidade e que sintetiza os seus principais impactes ambientais como significativos e muito significativos. Com a duração de aproximadamente 11 anos de extração, o que virá depois? Património natural destruído, lençóis freáticos contaminados, trabalhadores abandonados, a economia colapsada de quem dependia da cortiça, agricultura, pecuária, turismo…. Tudo deixará de existir como era! Estes efeitos, são bem conhecidos pela população de Grândola, com 2 exemplos idênticos: Canal Caveira e Lousal. Ainda hoje aguardam a sua fase de desativação, permanecendo a contaminar solos, lenções freáticos e ao abandono assim como as suas populações.Por tudo o já explanado declaro-me totalmente contra este investimento no território em causa.Quem tem ganhos económicos com a exploração mineira, por norma pessoas sem qualquer relação territorial, apenas pretende minimizar custos ter melhores acessos a autoestradas, melhores acessibilidades, melhores apoios de retaguarda, e como tal maximizam o impacto causado na população, no território e no país.A população precisa ser protegida, pelo executivo municipal, pelos nossos representantes territoriais à NUTS II, pelo governo. Este investimento não pode avançar!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83879 Rita Ferreira em 2025-04-16

Comentário:

Não concordo com a mina

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83871 Nuno Ferreira em 2025-04-16

Comentário:

Mais um projecto sem qualquer nexo, numa terra que não consegue definir uma estratégia de desenvolvimento. Querem turismo para milionários e ao mesmo tempo licenciam minas a céu aberto. No meio disto tudo está uma larga maioria da população que não tira partido de nada, e assiste a tudo a ser destruído à sua volta...

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83870 Célia Cristina Pinto da Costa em 2025-04-16

Comentário:

Esta proposta de projeto levanta sérias preocupações ambientais e territoriais que não podem ser ignoradas. Num momento em que se apela, a nível global, a uma transição ecológica e a uma maior proteção dos recursos naturais, insistir em modelos de exploração mineira intensiva revela uma visão ultrapassada e perigosa.Em primeiro lugar, os impactos ambientais de uma mina deste tipo são profundos e duradouros. A exploração de metais pesados como o chumbo e o cobre envolve o uso de substâncias tóxicas e processos que geram resíduos perigosos, com elevado risco de contaminação dos solos e dos lençóis freáticos. A proximidade da Lagoa Salgada, uma zona sensível e com ecossistemas únicos, agrava ainda mais o perigo. A destruição de habitats naturais e a ameaça à biodiversidade local são consequências inevitáveis num projeto desta natureza.Além disso, o território de Grândola, marcado pela sua riqueza paisagística, cultural e turística, será profundamente desvalorizado. A instalação de uma mina representa um choque com as dinâmicas sustentáveis que a região tem vindo a desenvolver, nomeadamente no turismo de natureza, na agricultura biológica e na valorização do património natural. O ruído, o tráfego pesado, a poluição do ar e da água e a artificialização da paisagem são fatores que afastam visitantes, comprometem a qualidade de vida das populações locais e colocam em risco atividades económicas mais sustentáveis e duradouras.É fundamental lembrar que o desenvolvimento não pode ser feito à custa da destruição do território. A aposta em atividades extrativas como esta mina em Grândola revela uma visão de curto prazo, centrada no lucro imediato, e desconsidera os valores ambientais, sociais e culturais que definem a identidade desta região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83867 Teresa Diogo em 2025-04-16

Comentário:

A proposta de exploração da mina da Lagoa Salgada levanta sérias preocupações entre os habitantes de Grândola e, mais amplamente, em toda a região. Embora a mineração possa apresentar promessas de desenvolvimento econômico, devemos considerar cuidadosamente os impactos que essa atividade pode ter sobre o meio ambiente e a qualidade de vida da população local.A exploração mineira é frequentemente associada a danos ambientais irreversíveis. Em particular, a possibilidade de contaminação das águas subterrâneas, a degradação da biodiversidade e a destruição de habitats naturais são riscos inerentes. O ecossistema da região, que inclui flora e fauna únicas, pode ser severamente afetado, tornando-se um alvo de preocupação para aqueles que desejam preservar a riqueza natural de Grândola.Além dos problemas ambientais, a saúde da comunidade deve ser uma prioridade. Estudos mostram que a mineração pode gerar poluição do ar e do solo, resultando em consequências adversas para a saúde da população, como doenças respiratórias e outras condições crônicas. É essencial que as autoridades considerem esses riscos e implementem medidas rigorosas para proteger os cidadãos.Ao avaliarmos as vantagens e desvantagens deste projeto, devemos priorizar a saúde, o bem-estar e a integridade ambiental da nossa comunidade, bem como promover um desenvolvimento sustentável e preservar a qualidade de vida para as gerações futuras.Voto contra!Não à mina da lagoa salgada.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83866 Zélia em 2025-04-16

Comentário:

Está mina vai prejudicar as terras e águas dos arredores dos terrenos dos moradores.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83864 Alcindo Carvalho em 2025-04-16

Comentário:

O avanço deste projeto vai destruir a natureza e saude da população

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83863 Alexandre Esperto em 2025-04-16

Comentário:

Os impactos negativos serão sempre superiores àqueles que estão enunciados no relatório divulgado.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83862 Ana Gonçalves em 2025-04-16

Comentário:

Todos os dados apontam para este ser um projeto com pesadíssimas consequências para o ambiente e para as nossas condições de vida. É comprometer a vida de todas as gerações que nos sucederem.Desenvolvimento não é isto. Desenvolvimento é a nossa vida melhorar. Vivermos todos melhor, com melhor saúde, respirarmos ar mais puro, sermos mais educados e preparados, termos mais segurança.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83860 Leonor Pina em 2025-04-16

Comentário:

Assunto: Participação Pública no âmbito do EIA – Projeto da Mina da Lagoa SalgadaNa qualidade de cidadã e estudante numa Licenciatura em Ciências do Ambiente, venho por este meio apresentar o meu contributo no âmbito da consulta pública do Projeto da Mina da Lagoa Salgada.Após análise do Resumo Não Técnico, destaco como positivo o investimento em energias renováveis, nomeadamente a UPAC de 34,83 MWp, e as medidas de compensação florestal e de sequestro de carbono, que evidenciam um esforço relevante para reduzir os impactes climáticos do projeto.Contudo, preocupa-me o impacte negativo significativo sobre os habitats de montado de sobro e pinheiro manso, ecossistemas sensíveis e de elevado valor ecológico. Sugiro que o plano de compensação seja alargado, reforçando medidas de conservação de biodiversidade in situ e promovendo a recuperação de habitats em áreas adjacentes à área de intervenção.Considero ainda fundamental a transparência na implementação do plano de monitorização ecológica e que este seja articulado com instituições científicas e entidades da administração local.Agradeço a oportunidade de participar neste processo, sublinhando a importância de uma decisão ambientalmente informada, equilibrada e socialmente responsável.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83857 Leon em 2025-04-16

Comentário:

Embora eu seja da freguesia de Melides, tenho sérias dúvidas que as vantagens para a população se sobreponham às desvantagens na criação desta actividade mineira.Este é um concelho com um potencial crescente em turismo e a actividade mineira é altamente incompatível com o turismo.Vou estar muito atento ao estudo de impacte ambiental deste caso pois temos tradição de pouca coerência neste tipo de relatórios como foi o caso do último escândalo com o estudo de impacte ambiental da fábrica do Hidrogénio em Sines.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83856 Ana Gonçalves em 2025-04-16

Comentário:

Os impactos ambientais serão nefastos e a qualidade de vida no concelho será gravemente prejudicada. Sou Totalmente Contra!!!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83855 Ana em 2025-04-16

Comentário:

Discordo absolutamente

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83841 José Pedro Pires em 2025-04-15

Comentário:

“Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83838 David Claudino em 2025-04-15

Comentário:

sem comentários.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83837 Sílvia Maria Palma Coelho Coragem em 2025-04-15

Comentário:

Não concordo de todo com este projeto, vai deixar uma extensa área com resíduos e não trará nenhum benefício para a população de fauna e flora. Além de que a mão de obra que poderão contratar será mão de obra barata que não beneficia a economia local.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83835 Paula Rosa em 2025-04-15

Comentário:

Os benefícios económicos projetados pela exploração (cerca de 616 milhões de eurosem receita da Redcorp) são irrisórios quando comparados com os riscos ambientais esociais. O elevado consumo de água – com a possibilidade de esvaziamento da barragemem cerca de 1,1 ano com base no nível médio real – e o intenso tráfego deaproximadamente 275 viagens diárias de camiões pesados, somados à crisehabitacional e à sobrecarga das infraestruturas, revelam que o projeto da Mina da LagooaSalgada representa um risco inaceitável para Grândola. É imperativo reavaliar ospressupostos técnicos, validar os métodos mitigadores em campo e adotar umaabordagem de desenvolvimento que realmente beneficie a comunidade, preservando osrecursos hídricos e a qualidade de vida dos cidadãos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83834 Mónica Pereira em 2025-04-15

Comentário:

Mónica Pereira, residente no Concelho de Grândola, discordo com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A quantidade absurda de água que se vai gastar na exploração da mina não é sustentável nos tempos atuais. A destruição dos Habitats 6310 , Montados de Quercus spp e do Habitat 9330, Florestas de Quercus suber que são tão importantes na economia de Portugal e que trazem valor acrescido ao turismo que neste momento temos na região de Grândola e fornecem produtos silvestres que são muito apreciados na gastronomia. A poluição inerente à atividade de exploração mineira. As principais condicionantes estão em áreas pertencentes à Reserva Ecológica Nacional (REN) a interceção a povoamentos de sobreiros, floresta mista de sobreiros e pinheiro manso e uma uma parte de domínio hídrico. Este projeto não trará nenhum beneficio à população muito pelo contrário. Serão 11 anos de atividade que irá provocar mudanças drásticas na Paisagem e que só irá beneficiar a Empresa promotora do projeto. Mais uma vez discordo plenamente com o avanço deste projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83832 Luis Filipe Elvas dos Santos Gonçalves em 2025-04-15

Comentário:

Desastre ambiental. Lucram poucos, perde a comunidade.Pasmo com a forma como é possível tratar assuntos com este impacto com tanta omissão de informação e muita opacidade nos processos de estudo e aprovação.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83829 Jose Peixeiro em 2025-04-15

Comentário:

Num projeto a 11 anos em que vai ser feito uma enorme alteração ao relevo de forma irreversível, onde serão destruidas árvores, vegetação, habitat de várias espécies animais, utilização dos recursos hídricos de forma massiva, acabando com os aquíferos bem como a poluição sofrida nos mesmos pelas lavagens (lexiviação) dos materiais resultantes da exploração, julgo serem mais os pontos negativos que positivos para uma região que já apresenta vários problemas ambientais.Além do acima exposto, o ruído produzido pela fase de laboração e passagem constante de veículos irão colocar em causa a qualidade de vida das pessoas que habitam na área limítrofe à mina.Colocar toda esta pressão numa região que sofre há anos uma desertificação acelerada e onde cada vez mais há escassez

---

de recursos hídricos, não só é insensato, como dita morte precoce de todo o ecossistema já de si frágil.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83828 Ana lucia Rodrigues dos reis Reis em 2025-04-15

Comentário:

Mau para o ambiente e saúde da população

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83827 Tiago em 2025-04-15

Comentário:

Sou contra o projeto da Mina da Lagoa Salgada devido aos graves impactos ambientais que poderá causar. A exploração mineira ameaça destruir milhares de sobreiros, prejudicando o ecossistema e a biodiversidade local. Além disso, há riscos elevados de contaminação dos lençóis freáticos com substâncias tóxicas, degradação do solo e da paisagem, poluição do ar e ruído constante. A experiência mostra que muitas minas, após o encerramento, deixam resíduos perigosos e áreas abandonadas. A proteção do meio ambiente e das comunidades locais deve estar acima de interesses económicos de curto prazo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83822 Vania Moura em 2025-04-14

Comentário:

Para nós população o impacto ambiental é mau devemos todos rever isso não precisamos de mais destruição para o nosso conselho .

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83820 Avelino José Arantes Pinheiro em 2025-04-30

Comentário:

Este projeto permite conhecer melhor os recursos geológicos desta região, atraindo investimento e criando empregos locais diretos e indiretos, sendo importantíssimo para o desenvolvimento económico do país e da região. Além disso, contribui para o avanço do conhecimento científico sobre o subsolo e pode apoiar o planeamento sustentável. É possível minimizar impactos ambientais futuros e permite um uso mais eficiente dos recursos, reduzindo a dependência de importações de minerais estratégicos num contexto geopolítico sensível como o de hoje em dia.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83819 Francisco Coutinho em 2025-04-14

Comentário:

O projeto põe em causa repercussões ambientais graves.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83818 Santiago Duarte Pedro e Costa em 2025-04-14

Comentário:

Boa tarde. Acho vergonhoso destruírem o nosso pais com este tipo de projetos de mero interesse económico.A construção desta mina irá afetar todo o ecossistema à sua volta, não só os animais irão sofrer com isso mas também os sobreiros que são uma fonte de rendimento muito alta para o nosso país e que são uma árvore protegida NACIONAL ... Poluição sonora, poluição atmosférica, poluição visual, destruição dos lençóis de água que tanto são importantes para o setor da agricultura, destruição de propriedades agrícolas, poluição e contaminação das águas, que foi o caso da mina do canal caveira que ainda se encontra por resolver (Cheiro sufocante a enxofre e águas altamente tóxicas e contaminadas). No projeto desta mina está prevista a extração de metais tóxicos pesados que é o caso do chumbo, que interfere diretamente com o funcionamento dos sistemas biológicos, causa danos animais, vegetais e humanos e que contamina as águas que são um recurso precioso, principalmente nesta área qconhecida por secas extremas.Não é justo DESTRUIREM o nosso pais desta forma. Lembrem-se que esse local NUNCA MAIS SERÁ RECOMPOSTO devido a irresponsabilidades como estas e a promessas descabidas e FALSAS, como foi o caso da mina do canal caveira que diziam que iam limpar e resolver o que destruíram, e que passados 59 anos, continua igual....Vocês estão a tirar o que gerações após gerações demoraram a construir.Nunca é tarde demais para voltar atrás e eu, enquanto cidadão português peço que o façam URGENTEMENTE.Obrigado.

Anexos: 83818_Consequências ambientais da extrações dos minérios e metais pesados tóxicos da mina da lagoa salgada.docx

Estado: Não Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83816 Mariana Dias em 2025-04-14

Comentário:

Esta mina irá contaminar os solos, linhas de água, etc etc etc.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83815 Maria Cândida Perfeito em 2025-04-14

Comentário:

É uma destruição do ambiente, que é afetado irremediavelmente, assim como as populações ao redor.Completamente contra !!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83812 Célia Maria de Matos Ambrosio em 2025-04-14

Comentário:

Sou de Grândola e ultimamente só tenho visto empreendimentos no turismo pela qual a população só tem trabalho temporário. Acho que estes projetos são bastante importantes a nível económico e também a nível social. No fator ambiental baseio me nas outras minas que estão ativas onde a vida ocorre normalmente e não existe nada de anormal. Falando também noutro aspeto mais pessoal tenho pessoas que trabalham na área mineira e de momento tem que se deslocar bastante para poder trabalhar e assim tento mais perto é mais favorável tanto para ele como para outras pessoas na mesma situação.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83809 Ana em 2025-04-14

Comentário:

A mina da lagoa salgada é na minha opinião um crime ambiental que não respeita os requisitos mínimos para a exploração naquele lugar. É mais um atentado ao nosso património natural para satisfazer o apetite voraz de apenas uma mão de gananciosos, ociosos. A destruição de toda uma vasta área, quemais cedo do que se prevê , entrará em colapso. O aumento da área de prospeção é disso exemplo. . A população local não foi ouvida , mas sofre diariamente com o impacto deste desastre. Desejo muito que alguém neste minúsculo país tenha o discernimento e o respeito que todos os habitantes dos dois concelhos merecem e pare este absurdo. Num paus democrático não pode valer tudo e os interesses económicos não podem justificar a venda a retalho deste território.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83804 Teresa Cristina Marques Teles Ribeiro em 2025-04-13

Comentário:

Destruição de aquíferos subterrâneos, essenciais ao ecossistema. Destruição de locais de nidificação de várias aves, entre elas o corvo marinho de faces brancas, o mergulhão pequeno, a garça vermelha, a já rara cegonha preta, o pato real, o peneireiro cinzento, entre outros...O impacto na população será brutal, com perda de valor patrimonial nas suas terras e nas colheitas de produtos endógenos, como por exemplo a cortiça.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83802 Cláudia Canilhas em 2025-04-13

Comentário:

As consequências nefastas a médio/ longo prazo para o ecossistema e para a população superam largamente os supostos benefícios que traria.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83801 Anouschka Caels em 2025-04-13

Comentário:

Não podemos esgotar os recursos da terra! Pensem no amanhã!!!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83798 Herlander Braz em 2025-04-13

Comentário:

Não se consegue comprovar a utilidade da exploração face ao prejuízo para o meio smbiente

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83793 Marta Marisa Leitao em 2025-04-13

Comentário:

Uma mina neste lugar teria um impacto ambiental, social e económico tão negativo que não haveria forma de recuperação para gerações vindouras.O compromisso que temos de ter com a cultura, as gentes, os habitats naturais, as águas deste lugar é do maior INTERESSE PÚBLICO para quem vive aqui, para quem o visita e para as gerações vindouras.Todas as experiências e exemplos mostram o rasto de destruição e contaminação a que se vota um lugar, as suas gentes, os seres vivos, os solos e as águas.Impensável, inaceitável, insustentável.AQUI NÃO ACONTECERÁ NENHUMA MINA. A LAGOA SALGADA CONTINUARÁ A SER A LAGOA SALGADA.Grândola Vila Morena terra da Fraternidade O POVO É QUEM MAIS ORDENA DENTRO DE TI Ó CIDADE .Em anexo: fotografia da Lagoa Salgada, cheia de Vida que é DEVER de todos preservar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83784 Ana Baltazar em 2025-04-12

Comentário:

Aumento de postos de trabalho

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83780 Ana Santos em 2025-04-12

Comentário:

Discordo totalmentr que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores . Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Turismo da naturezaNo longo prazo restará uma paisagem de terra esventrada..... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza e depressão.A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83779 Laura em 2025-04-12

Comentário:

Não concordo com a mina pois vai destruir um ecossistemas único que deve ser preservado de forma a manter o equilíbrio biológico desta região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83777 Maria Manuela Correia em 2025-04-12

Comentário:

Um enorme impacto ambiental na nossa freguesia!! Só mais um entre tantos outros que vieram e vêem prejudicar cada vez a população.Onde tínhamos voz e podíamos demonstrar a nossa opinião neste momento vivemos limitados tanto em voz como em espaço.Grândola já não é o que era!! Para aqui vim com 6 anos…agora com 48 vejo a "minha" nossa vila com outros olhos. Uma vila que apetecia viver hoje só espero que os meus filhos por aqui não fiquem. O futuro não é promissor para quem cá vive e se intitula Grandolense.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83776 Marisa Gamito Pereira em 2025-04-12

Comentário:

Estão a destruir o montado! Não concordo! Basta

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83774 Correia Cristina Rosa Claresa em 2025-04-12

Comentário:

Grândola: Não é possível que se queira destruir a cultura local, ambiental e imaterial, de forma a sustentar um empreendimento desnecessário e altamente poluente do ambiente natural e humano. Não podemos destruir o nosso Concelho, o país e a nossa cultura alentejana milenar matando a natureza e as formas de vida que fazem daquele espaço o que ele é: um ecossistema complexo e essencial para que a humanidade perdure e para que as pessoas em conjunto continuem a contribuir para um planeta sustentável que não pode dar tréguas a capitalismos selvagens que violam as regras básicas das ecologias presentes e que não respeitem os valores humanos presentes na carta dos direitos humanos e ambiente da ONU. Sendo lamentável que o poder político actual e anterior tenha permitido chegar até este ponto um projecto desumano, como o que Beato e Figueira permitiram de Melides a Tróia, é essencial que os cidadãos se unam para defender a sua cultura e o património ambiental que é de todos e não de alguns.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83771 Rita Calca em 2025-04-12

Comentário:

Discordo que este projeto avance porque irá destruir e poluir:. Solo. Árvores (supostamente protegidas mas não só). Lençóis freáticos . Bacias hidrográficas. Biodiversidade. Paisagem. Atmosfera . Paz, tranquilidade, sossego . Vida das populações rurais que dependem financeira, económica e espiritualmente deste lugar, destas árvores . Vida das populações (velhos, adultos e crianças) que bebem a água daquelas bacias hidrográficas. Vias de comunicação . Turismo da naturezaE isto é apenas o que iremos assistir logo no curto prazo.No longo prazo, ...os trabalhos criados serão apenas uma ilusão. Algo temporário.... a paisagem será apenas de terra esventrada.... O solo e a água estarão contaminados. Incapazes de produzir, incapazes de dar vida, serão apenas fonte de morte, doença, tristeza, depressão.... A economia irá colapsar. A região depende da cortiça, agricultura, pecuária e turismo. Nada disto existirá ali nas várias décadas que se seguirão. O meu desagrado, da minha família e da maioria da população que acredita num mundo necessariamente ligado à natureza e dependente desta, não admite a sua destruição por interesses económicos de poucos nem de soluções rápidas e absolutamente destrutivas para os alcançar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83770 Mónica Alexandra Brito Limão em 2025-04-12

Comentário:

Discordo completamente da implementação deste projeto da Mina da Lagoa Salgada nesta região que abrange dois concelhos já com falta de água, já para não falar de todos os impactos negativos para a população e localidades afetadas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83769 Catarina Gonçalves em 2025-04-12

Comentário:

Enquanto habitante de Grândola e tendo propriedade numa das aldeias mais afectadas com esta exploração venho discordar deste projecto.Sou doente oncologica e preocupo me com a saúde da minha família e população da nossa vila, reconheço que os prejuízos de saude são gritantes caso esta exploração siga avante. E deveria ser clarificado à população o que vai envolver a todos os níveis.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83767 Belinda T Pereira Sobral em 2025-04-30

Comentário:

Este projecto já está a contaminar os solos, linhas de água, superficiais e subterrâneas. Quais são as medidas propostas para minimizar estes riscos para a população? A estrada municipal M543 tem condições para circularem cerca de 38 camiões diários se hoje em dia a estrada já se torna bastante insegura para carros ligeiros? Como vão garantir a segurança desta estrada? O ruído das explosões para a extração de minério vai fazer sentir-se nas populações mais próximas, como vão viver estas pessoas a 2 e 3 km de distância deste projecto? As árvores, sobreiros e pinheiros que atualmente são sustento de tantas famílias nesta região, continuarão a produzir cortiça e pinha para garantir o trabalho sazonal e de extrema importância para a região e para Portugal? Estes produtos não terão o mesmo valor e perderão a sua qualidade ao longo do tempo, certo? A aldeia mais próxima, Silha do Pascoal, será uma das mais afectadas, tal como Água Derramada, quais as medidas para proteger a população e todo o ecossistema desta zona? Estou profundamente em discordância com este projecto. Resido nesta aldeia desde que nasci e não concebo a ideia de destruírem a identidade de uma comunidade local. Estou profundamente transtornada, deixei de dormir, não me imagino a viver num local com uma mina com explosões aqui ao lado e um ecossistema tão rico a ser completamente destruído. Tenho toda a minha vida construída aqui e temo que esta aldeia desapareça do mapa. Acho inadmissível os interesses que estão por detrás deste projecto. Há anos que andam aqui a fazer prospeção, a fazer furos legais e muitos ilegais, este projecto não trará nada de bom para a região. Espero que não avance e que sejam feitos estudos para promover e proteger a

floresta e os seus trabalhos sazonais e de enorme riqueza para o Alentejo e para o país, como o montado, o pinhal e todos os trabalhos de agricultura e floresta aos quais esta região tem o seu sustento.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83765 ines gonçalves em 2025-04-12

Comentário:

Na

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83762 Claudia Augusto em 2025-04-11

Comentário:

Os escassoa recursos da regiao vao ficar largamente afetados, nao ha infraestruturas no concelho para albergar este projeto

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83758 Ana em 2025-04-11

Comentário:

Este projecto da Mina é um atentado à natureza!! Por favor não deixem isto avançar! Uma vergonha deixarem isto acontecer!!!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83755 Gilberto Silva em 2025-04-11

Comentário:

Por causa do impacte ambiental, em prejuizo da fauna, flora ,recursos hídricos, qualidade do ar e a qualidade de vida local

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83754 Rodolfo Parreira Silva em 2025-04-11

Comentário:

O modelo de exploração da Mina da Lagoa Salgada vai ter um impacto ambiental, paisagístico e social negativo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83752 José Grosso em 2025-04-11

Comentário:

Reclamação à construção da Mina da Lagoa Salgada e ao seu EIA:Boa tarde, sou, atualmente, o proprietário da Herdade da Lagoa Salgada e nada tenho a ver com a Mina da Lagoa Salgada, a não ser a usurpação do nome, que foi dado à Mina, sem que eu tenha sido ouvido ou contactado sobre o mesmo, pois não tive a oportunidade de estar presente na reunião realizada em Água Derramada, por estar ausente do ConselhoO nome da Herdade da Lagoa Salgada, já estava registado na Conservatória Predial de Grândola, muitos anos antes de se falar na Mina da Lagoa Salgada, logo o nome atribuído à Mina, deveria ter o meu consentimento e isso não aconteceu.Face à consulta do EIA, cujo teor é para tentar confundir os interessados, vimos, por este meio, reclamar e reprovar o seu conteúdo, porque o que é apresentado, além de ser um lesa-pátria ao ambiente, prevê a ocupação de toda a área da minha propriedade e de outras contiguas, sem que nos tenham dado qualquer informação ou satisfação.A única coisa que a RedCorp me solicitou, foi a autorização, provisória, da passagem de uma tubagem, para irem buscar água à propriedade de S. Bento, contígua com a minha.Quanto ao EIA, dou aqui o meu desacordo ao mesmo e à sua aprovação, porque tudo o que lá vem mencionado, desde a linha de alta tensão, à adutora de água e à área de ocupação do estaleiro, vai prejudicar uma série de proprietários, que vão ver as suas propriedades devassadas, os sobreiros (árvore protegida) e outro tipo de arvoredo a secarem, além da contaminação dos terrenos agrícolas.Espero que a Câmara Municipal de Grândola, dê um parecer negativo a este EIA, porque o local de implantação encontra-se na REN e creio que, também, na RAN, pois, naquela zona, o PDM não permite qualquer tipo de construção, pela sua localização, pois

eu tenho um projeto para instalação de painéis solares fotovoltaicos e a primeira resposta da Câmara de Grândola, foi a de recusar o projeto, pelas razões que descrevi e a Mina da Lagoa Salgada, tem previsto a instalação de painéis com uma potência instalada de 34,83 MWp. Será que estes já podem ser aprovados??? Será que vai haver alguma resposta???José António Feio GrossoContribuinte nº 109307755Grândola, 11 de abril de 2025

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83750 Elsa Parreira em 2025-04-29

Comentário:

Projeto da Mina da Lagoa Salgada.Este é mais um Projeto PIN que não deve ser realizado. A mina enquadra-se num nível superior de perigosidade e não deve ser construída. As consequências serão enormes e de diversas vertentes, a nível da saúde, económicas e ambientais. Esta mina significará um gasto hídrico muito avultado, o que agravará a seca já sentida e os efeitos das alterações climáticas. Apesar das suas 1000+ páginas, ou por causa delas, o EIA não é transparente relativamente ao consumo total anual de água da mina. O EIA 2019 referia 0.5m3 de água fresca por tonelada a tratar. Para 5479ton/dia necessita 2739.5m3 de água, ou seja, 1 milhão de m3/ano. Em reuniões com a Redcorp foi referido o dobro desse valor. Seja 1 ou 2 milhões de m3/ano, será sempre um número enorme quando comparado com os 1.6 milhões de m3 de água que hoje as Águas do Alentejo fornecem por ano ao concelho (isto é excluindo captações próprias). Irá contaminar irreversivelmente aquíferos. O impacto na paisagem não será apenas estético, pois a área de impacto é de 2.349 hectares. As medidas de mitigação e a área proposta para arborização é apenas de 83 hectares. Plantar árvores depois de destruir um território tão vasto não poderá reparar minimamente a biodiversidade perdida. Esta mina irá explorar apenas durante 11 anos e causará um impacto durante várias décadas ou levará até mais de um século para recuperar a paisagem, a biodiversidade, os aquíferos. 11 anos de exploração não garantem a mudança prometida a nível social e económico. Os impactos sobre a saúde, a paisagem, as biodiversidades serão muito superiores a qualquer benefício económico prometido. Haverá solo contaminados com derrames. Haverá esgotamento dos recursos hídricos utilizados. Haverá fuga de gases fluorados com efeitos de estufa. Haverá emissão de poluentes com queima de combustíveis fósseis. Haverá poluição sonora na fase de construção e na fase de exploração com as máquinas de lavaria, central de betão, assim como dos veículos e máquinas circulantes no complexo mineiro e para fora dele. Na fase de desativação, não são minimamente claras as medidas previstas para repor a paisagem e os efeitos devastadores de contaminação. Este projeto tem de ser travado Elsa Parreira

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83745 Fernanda Pereira em 2025-04-11

Comentário:

Aldeias pacatas onde as crianças ainda podem andar a brincar na rua, andar de bicicleta. O silencio, tranquilidade e a segurança das crianças na rua vai acabar com Tráfego rodoviário de pesados (e outros), interno e externo à mina, associado ao funcionamento da lavaria, exploração mineira e transporte de produto (estima-se uma média de 36 camiões/dia).E os lenços friaticos na zona? os nossos poços? vão secar...E a paisagem?? as árvores que serão abatidas e os animais que tem o seu habitat natural...Tudo isto para uma exploração de 11 anos? 11 anos de enriquecimento de poucos que irão destruir as vidas dos locais.. e depois?? mais uma mina ao abandono, como outras na região...

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83744 Andreia Dantas em 2025-04-11

Comentário:

Projeto com impacto na evolução da indústria mineira em Portugal, apresentado com clareza e bons fundamentos em todas as áreas. Parabéns a todas as entidades e equipas envolvidas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83741 Carlos Vilhena em 2025-04-11

Comentário:

Não fiquei suficientemente esclarecido no impacto desta mina nos aquiferos subterrâneos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83739 Vanda em 2025-04-11

Comentário:

O objetivo deste projeto não trás nenhuns benefícios ao concelho. Os efeitos a médio longo prazo, diretos e colaterais são bastante nefastos tanto no ecossistema quanto na população, saúde e economia.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83738 Marta Sofia Costa Pereira em 2025-04-11

Comentário:

Projeto não deve avançar devido ao impacto ambiental

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83737 Antonio Bica em 2025-04-11

Comentário:

Completamente em desacordo com o que estão a fazer com a Lagoa Salgada. Uma zona que devia ser considerada reserva.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83736 José Maria Mota Dias da Cunha em 2025-04-28

Comentário:

Venho pela presente manifestar a minha discordância com o projeto da Mina da Lagoa Salgada. A implantação deste projeto representa uma ruptura com a estratégia de desenvolvimento sustentável do município de Grândola, construída ao longo das últimas décadas. O projeto afetará de forma muito negativa e duradoura atividades econômicas consolidadas como a agricultura, a silvicultura e o turismo — todas dependentes da integridade ambiental e da qualidade dos ecossistemas locais —, além de comprometer de forma irreversível a qualidade de vida das populações residentes. As medidas de mitigação e compensação propostas são insuficientes, desproporcionais e, em muitos casos, ineficazes. A proteção dos recursos naturais e a resiliência ecológica e hídrica da região são valores superiores que não devem ser sacrificados por um projeto extrativo de curta duração e de retorno econômico limitado para a comunidade local."

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83734 Ruth Bica em 2025-04-11

Comentário:

Uma aberração.Basta!Entregar o concelho de mãos beijadas à destruição.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83733 Sandra Dias em 2025-04-11

Comentário:

A Mina não nos vais trazer nada de bom a longo prazo, a poluição irá sim prejudicar tudo e todos ao seu redor.Não precisamos disso no nosso concelho.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83732 Fernanda Canastra em 2025-04-11

Comentário:

Quero mostrar a minha discordância com este projeto, pelo impacto ambiental que trará para a terra que me viu nascer e crescer. Não quero o meu concelho esventrado, poluído e uns anos mais tarde, quando o solo estiver estéril, ser abandonado como aconteceu na Mina do Lousal.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83731 Sílvia Vieira em 2025-04-11

Comentário:

Não concordo com este projeto

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83729 Isa Pereira em 2025-04-11

Comentário:

Não concordo....estão a destruir o nosso concelho aos poucos....destruir um ecossistema único que abriga uma fauna e flora unicos e que são os locais na natureza que nos regeneram. O património natural é super importante e não é para ser constantemente devastado em prol de muitos euros....estão a colocar em causa a vida e o sustento de muitas pessoas e a destruir a natureza...

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83728 Carlos Martins em 2025-04-11

Comentário:

Não é possível que se queira destruir a cultura local, agrícola e imaterial, de forma a sustentar um empreendimento desnecessário e altamente poluente do ambiente natural e humano. Não podemos destruir o nosso Concelho, o país e a nossa cultura alentejana milenar matando a natureza e as formas de vida que fazem daquele espaço o que ele é: um ecossistema complexo e essencial para que a humanidade perdure e para que as pessoas em conjunto continuem a contribuir para um planeta sustentável que não pode dar tréguas a capitalismos selvagens que violam as regras básicas das ecologias presentes e que não respeitem os valores humanos presentes na carta dos direitos humanos e ambiente aos da ONU. Sendo lamentável que o poder político tenha permitido chegar até aqui é essencial que os cidadãos se unam para defender a sua cultura e o património ambiental que é de todos e não de alguns. Carlos Martins

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83727 Elsa em 2025-04-11

Comentário:

A ganância não olha a meios para atingir os fins...Destrói se a fauna e a flora, todo um ecossistema. É mesmo de quem não tem consciência do valor das coisas...

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83726 Ana Catarina Miranda em 2025-04-11

Comentário:

A MINA DA LAGOA SALGADA: UM ERRO QUE GRÂNDOLA NÃO PODE PERMITIR Enquanto se promete "desenvolvimento" com a Mina da Lagoa Salgada, os factos contam outra história. Este projeto, promovido pela Redcorp, apresenta-se como uma oportunidade económica, mas os dados mostram que os impactos negativos para o concelho de Grândola são muito superiores aos supostos benefícios. Vejamos porquê:1. ***Lucros milionários para a empresa*, *migalhas para o concelho***A mina prevê extrair 28 milhões de toneladas de minério ao longo de 14 anos. A preços de mercado, estima-se que a Redcorp possa arrecadar cerca de 560 milhões de euros. E quanto receberá Grândola? Apenas cerca de 30 milhões em taxas – diluídos ao longo de mais de uma década. Ou seja, menos de 5% da riqueza gerada ficará no território.2. ***Crise hídrica agravada***A lavaria usará água da Barragem de Vale do Gaio – que mal enche nos últimos anos, comprometendo já a produção de arroz e outras culturas. Segundo dados do IPMA e APA, a precipitação média em Grândola desceu de 800 mm em 2015 para 600 mm em 2024, e o aquífero Tejo-Sado, que abastece a região, já está em mau estado. O projeto só vem piorar uma situação crítica.3. ***Perfuração subterrânea põe em risco os lençóis de água e o solo agrícola***Boa parte da mina será subterrânea, explorando subsolo sem adquirir os terrenos de superfície. As perfurações podem desviar ou esvaziar lençóis freáticos, afastando a água da superfície e comprometendo poços, nascentes, agricultura e até a estabilidade dos terrenos.4. ***Trafego pesado*, *insegurança e destruição de estradas***Com 5.500 toneladas de minério por dia, serão precisas cerca de 275 viagens de camiões diárias. O resultado?- Mais acidentes e insegurança rodoviária- Desgaste das vias locais, que não foram feitas para este volume de pesados- Aumento da poluição sonora e atmosférica5. ***Infraestruturas* à *beira da rutura***Grândola vive quase em pleno emprego e já sofre com:- Crise habitacional: O preço do m² subiu de 300€/m² (2015) para 900€/m² (2024), bem acima da média da região.- Falta de médicos: Mais de 2.000 utentes estão sem médico de família.- Listas de espera em creches e escolas- Uma rede elétrica sobrecarregada, onde já estão a ser feitos investimentos para alimentar a mina – antes mesmo de esta estar aprovada.6. ***Onde está o "desenvolvimento"***?Este projeto não resolve os problemas do concelho – agrava-os.Os empregos criados serão poucos e temporários. A riqueza vai para fora. Ficam-nos os riscos ambientais, o ruído, a poluição, o desgaste das estradas, a escassez de água e a destruição de um território já pressionado.7. ***O exemplo de outras minas* é *claro***Casos semelhantes – como Las Cruces (Espanha) ou minas no Alentejo – mostraram impactos duradouros: rutura de lençóis freáticos, contaminação de solos, conflitos sociais e degradação da qualidade de vida.**Grândola merece um futuro sustentável, não um buraco de onde sai a riqueza e ficam os problemas**.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83725 Tiago Gomes em 2025-04-11

Comentário:

Não às minas!!Escusado seria dizer o porquê , vão destruir a natureza e os recursos naturais da região e da população !Deviam ter vergonha os responsáveis!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83724 ANDRE SILVA em 2025-04-11

Comentário:

Projeto sem interesse para os locais. Mais destruição de recursos, contaminação de solos e águas, emprego precário.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83723 Maria Salgado em 2025-04-11

Comentário:

Sou habitante na zona em questão e não aceito que o património natural da minha terra seja destruído em prol de quem quer ganhar dinheiro!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83722 Catia Leitão em 2025-04-11

Comentário:

Oposição à Mina em Grândola – Impactos Ambientais e Sociais InaceitáveisVenho por este meio manifestar a minha total oposição ao projeto de instalação de uma mina no concelho de Grândola, pelos inúmeros impactos negativos que este empreendimento acarreta para o ambiente, a saúde pública e a qualidade de vida das populações locais.Em primeiro lugar, os consumos de água previstos são exorbitantes, especialmente preocupantes num contexto de seca recorrente e escassez hídrica. Esta exploração ameaça contaminar os aquíferos, colocando em risco a água potável das comunidades vizinhas, nomeadamente das aldeias de Silha e Água Derramada.Além disso, a proximidade da mina a estas populações levanta sérias preocupações com o ruído constante das explosões, o enorme tráfego de camiões pesados em estradas municipais pouco preparadas para tal volume, e os consequentes riscos para a segurança rodoviária e para a saúde mental dos habitantes.Outro aspeto gravíssimo é a destruição dos sobreiros, árvores legalmente protegidas e fundamentais para a economia local devido à produção de cortiça. A sua remoção representa um atentado ambiental e económico, com consequências de longo prazo para a sustentabilidade da região.Perante estes factos, considero esta mina um projeto ambientalmente insustentável, socialmente irresponsável e economicamente lesivo para as comunidades envolvidas.Solicito às autoridades competentes que reavaliem este projeto e tomem medidas urgentes para proteger o território, os recursos naturais e as populações .Atenciosamente Cátia Leitão

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83721 Cláudia Taborda Fernandes em 2025-04-11

Comentário:

Cláudia Margarida Xavier Martins Taborda Fernandes residente em Grândola venho por este meio demonstrar que não estou de acordo na implantação da mina da Lagoa Salgada no concelho de Grândola.

Anexos: 83721_Novo Documento do Microsoft Word (3).docx

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83718 Sónia Cristina Gonçalves Grosso Pedras em 2025-04-10

Comentário:

Pelo impacto ambiental que terá, sou contra, além de toda a conjuntura a nível de habitação e serviços que não são suficientes para os que são da terra quanto mais para os que já vieram por via dos grandes empreendimentos, agora com a Mina, mais problemático será...

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83714 Amélia Oliveira em 2025-04-10

Comentário:

Estou completamente em desacordo. Haverá consumos de água exorbitantes, contaminação dos aquíferos, proximidade às populações de Silha, água derramada com ruído das explosões e enorme tráfego de camiões nestas aldeias e em estradas municipais, destruição de sobreiros que são muito importantes na economia local, com a tirada da cortiça.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83712 Fábio Carvalho em 2025-04-10

Comentário:

Totalmente contra esta acção que nada de bom vai trazer ao nosso concelho!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83707 Elsa Costa em 2025-04-10

Comentário:

Discordo

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83706 Sonia Vale em 2025-04-10

Comentário:

Contra

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83705 João cebola em 2025-04-10

Comentário:

Sou morador da silha do pascoal e concordo com este projeto da mina . A nível profissional vai dar muitos postos de trabalho e boas oportunidades a quem reside perto, até porque os salários são bastante apelativos, a nível de comércio local vai crescer imenso. Podemos ter como exemplo as minas de Aljustrel, que é uma aldeia com alguma população e a maior parte dela habita e trabalha na mina que têm salários medianos e conseguem ter um estilo de vida melhor para as suas famílias. Apenas falam em impacto ambiental mas não vejo isso como um problema naquela zona. Até porque se formos falar impacto ambiental temos as grandes cidades e muitas fábricas por aí a poluir o nosso meio ambiente, mas que ao fim ao cabo a maior parte dessas pessoas discordava com essas fabricas hoje trabalham lá e se não fosse isso andavam a tirar ordenados mínimos . Eu sou

---

de uma aldeia que teve exploração mineira e é das aldeias mais bonitas graças á mina que teve ! Com muitos cafés, restaurante, museus, escolas, infantário, campos de futebol, centro de saúde. Para abertura dessa exploração têm que apenas ter em conta que a estrada de acesso de Grândola ao torrão não tem condições para haver uma grande circulação de camiões, carros etc.. acredito que melhorem os acessos para que exista uma circulação rodoviária segura para quem circula naquela estrada que é bastante perigosa.Posto isto,espero que o projeto avance e que traga melhores condições a quem ali quer trabalhar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83690 Miguel Ângelo da Silva Pereira Espada em 2025-04-10

Comentário:

A intervenção a realizar vai colocar em causa os ecossistemas e os agregados populacionais bastante próximos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83685 Fernando Mourao em 2025-04-09

Comentário:

Contra.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83682 Carla Pereira em 2025-04-09

Comentário:

Não concordo com a Mina da Lagoa Salgada pelo impacto ambiental negativo e na saúde das populações.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83679 Célia Candeias em 2025-04-09

Comentário:

Esta aberração que querem fazer não trará nenhuma vantagem à população desta área geográfica. Terá um impacto gigante no meio ambiente da zona e no bem estar das populações. Linhas eléctricas de alta tensão junto a povoações têm impactos nefastos para a saúde da população. O sossego característico da nossa zona será totalmente destruído com a movimentação de pelo menos 36 camiões! As linhas de água poderão ser afectadas. Destruirão a fauna e flora da zona. Quando o comum cidadão nem pode abater um sobreiro, este projecto pretende destruir sobreiros e toda uma vasta área com características típicas do Alentejo. Alentejo esse que tão bem nos faz com a sua paz, ar puro (devido ao oxigénio das árvores) e cheiros característicos das suas plantas. Plantas essas também tão importantes para a nossa saúde e essenciais para muitos animais. Alentejo que parece que ficará reservado para os ricos na sua zona costeira e o restante que fica para o povo é para esburacar e estragar sem dó nem respeito pelo cidadão que paga os seus impostos e nem nas suas casas pode estar sossegado.Totalmente contra este projecto e penso que se o povo é quem mais ordena, devem parar este absurdo! Sondem as necessidades da população e não os interesses económicos de quem já tem os bolsos cheios!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83677 Mónica Gonçalves em 2025-04-08

Comentário:

Discordo por motivos ambientais!!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83676 Deolinda Bila em 2025-04-08

Comentário:

Por uma questão ambiental e pela saúde dos residentes nas imediações

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83675 Vítor Gonçalves em 2025-04-08

Comentário:

Projeto com elevado impacto AMBIENTAL e repercussões graves para a saúde dos moradores das localidades próximas ao projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83671 Carlos Alberto Moura caiado em 2025-04-08

Comentário:

Na minha opinião acho que é ótimo para o concelho e principalmente para a juventude. Em termos ambientais nao vejo problema ate porque sou da terra e conheço toda a zona do projeto no qual o impacte do mesmo nunca irá ser prejudicial para os habitantes nem o meio envolvente.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83641 vitorarezes@gmail.com em 2025-04-04

Comentário:

Projeto bem fundamentado e importantíssimo para a região, de forma a criar oferta de trabalho sustentável e justa.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83623 Paulo Jorge Martins Agapito em 2025-04-02

Comentário:

A minha resposta segue em anexo.CumprimentosPaulo Agapito

Anexos: 83623_Mina da Lagoa Salgada - Resposta Consulta Pública.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83613 Cristina em 2025-04-01

Comentário:

Vai alterar a paisagem e danificar os ecossistemas.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83566 Ana Mendes em 2025-03-29

Comentário:

Vão acabar com todos os recursos hidricos da zona, envenenar o nosso solo.Porque não fazem no país dos proprietários??? Porque será??Vai ser um desastre para a nossa zona

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83563 Justina Maria Costa em 2025-03-28

Comentário:

Concordo com esta mina pois vai trazer desenvolvimento económico e social e ainda a possibilidade de se poder contribuir para a segurança do nosso país e da Europa. É um investimento que desde que seja aprovado pela entidade de saúde pública e desde que não faça mal à saúde dos animais e humana é de aplaudir. O Alentejo bem precisa deste tipo de indústria para criar emprego e os nossos jovens regressarem à terra e não terem que emigrar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83562 Ricardo Coelho em 2025-03-28

Comentário:

Este tipo de investimentos para o nosso concelho é que são importantes porque criam emprego e desenvolvimento certo e bem pago. Estas empresas não exploram os trabalhadores como os hoteis de luxo só para os ricos. Se a saúde das pessoas estiver salvaguardado deve-se apoiar esta mina

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83555 Mário Oliveira em 2025-03-28

Comentário:

Se for avante, a mina fica a escassos metros da minha propriedade que foi herança da minha mãe e que tenho tentando aos longo do anos preservar.Segundo parece pensam construir um acesso que passa pela minha terra.Pelo que percebo vão abater uma das melhores zonas de montado que possuo.Se o projeto for como dizem para cerca de 14 anos vamos ficar com uma das zonas mais bonitas do concelho de Grândola irremediavelmente destruídas para benefício de poucos...Não consigo entender o silêncio da nossa autarquia, desculpando-se que é uma decisão superior...Não me interessa nem vejo beneficio para a nossa zona. Vou lutar com o que estiver ao alcance para evitar a instalação da mina...

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83549 Elsa Jorge em 2025-03-27

Comentário:

É simplesmente vergonhoso. Votem para que este projeto não vá em frente, deixem Grândola em paz, já temos bastante sarna para nos coçar.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83541 Ana Margarida Rodrigues Banha Sobral em 2025-04-30

Comentário:

A participação, que registo, no ficheiro em anexo, espelha a minha preocupação enquanto munícipe do Concelho de Grândola. É uma intervenção simples, mas sobretudo sincera e preocupada, e deixa a minha consciência tranquila, sobre um tema, que a tantos preocupa, mas não têm, pelos mais diversos motivos, força para agir.Ana Margarida R. B. Sobral

Anexos: 83541_Participação Mina Lagoa Salgada._2875.docx

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83538 Maria Lucília Silva Costa Maria em 2025-04-16

Comentário:

Considerando as variáveis à nossa disposição, quer pela herança deixada de outras explorações mineiras, Lousal e S. Domingos (Mértola), quer pelo conhecimento real da exploração mineira na atualidade, em Aljustrel e os seus impactos na comunidade local, na paisagem visual , nos testemunhos negativos de moradores dessa localidade pela falta de qualidade de vida da população, causada pelo ruído , pelo ar com partículas impedindo a secagem da roupa ao ar livre , ou pelas fissuras nas habitações resultantes dos rebentamentos, este projeto de exploração mineira com as mesmas características nos mecanismos e processos de exploração, não deverá ser implementado neste território. As questões económicas internacionais e nacionais, não se podem sobrepor aos interesses das populações locais com desvantagens para estas, uma vez que o conflito social emergirá, sempre com prejuízo para todas as partes. A economia dos números não se pode sobrepor à economia das pessoas. Grândola tem tido nos últimos anos um crescimento significativo de unidades hoteleiras de luxo situadas na sua costa , desde Troia , Carvalhal, Melides, sem nenhum ganho na qualidade de vida da população, mas com significativo impacto na carência de mão de obra local e na consequente deslocação de mão de obra estrangeira / migrantes de países terceiros, o que tem impactado negativamente na população autóctone, pela dificuldade agravada na aquisição de habitação, na ausência de alojamento / hotéis para chegantes a Grândola, que não a mão de obra para trabalhar nos investimentos, no déficit de serviços de saúde, de educação e outros serviços públicos, compatíveis com o aumento e as características da população atual. Sendo certo que a exploração mineira, tal como a restauração e a hotelaria emprega maioritariamente mão de obra com baixa escolaridade e sendo o índice de envelhecimento da população do concelho de Grândola de 225%, muito superior ao índice de envelhecimento nacional 181%, segundo dados de 2023, do INE, afigura-se-nos a chegada em massa de mais imigrantes de países terceiros, com especial predominância de africanos. É sabido que estes povos, pela sua caraterística de pobreza extrema, sem direitos e sem força reivindicativa, virão engrossar a fileira dos explorados e vitimas das mais diversas formas de exploração e violação dos direitos humanos. O território de Grândola, não precisa, não quer e não aceita no século XXI, ser um território marcado pela condição de colaborante na violação dos direitos humanos em detrimento de um território da fraternidade comprometido com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assente na máxima de não deixar ninguém para trás. Discordo em absoluto, da implementação do projeto de exploração da Lagoa da Mina Salgada, porque sou contra o enriquecimento da minoria, pela ganância, a exploração e a pobreza da maioria, entre outras consequências que impactarão negativamente na população, na atividade económica local sustentada em práticas integradas de culturas, agro florestal, animal e ambiental, que têm feito deste território, um local agradável para viver e trabalhar.

Anexos: 83538_Considerando as variáveis à nossa disposição pelo conhecimento real_7119.docx

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83536 Edgar em 2025-03-26

Comentário:

A exploração de metais é uma atividade econômica importante que fornece recursos para a produção de diversos produtos, como latas de bebidas, cabos elétricos, coberturas, automóveis, electrodomésticos e estruturas de construção.Dinamiza a economia local e desempenha um papel significativo na economia de um país, criando riqueza.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83529 Filipe Alexandre Andrade Marques em 2025-03-26

Comentário:

O nosso pais possui vastos recursos minerais que, quando explorados de maneira responsável e sustentável, podem trazer inúmeros benefícios econômicos e sociais para a população e para o país como um todo. Geração de Empregos, receita para o estado português, menor dependência externa, incentiva a criação de novos negócios. É importante que haja projetos desta dimensão, mas que também sejam analisados criticamente de forma a ser benéfico para todos. É importante e necessário refletir sobre os benefícios que essa iniciativa pode trazer para todo o país, em especial zona de Alentejo litoral, construir um pais mais forte, economicamente saudável e com melhores condições de vida para todos.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83528 Márcio Lamúria em 2025-03-26

Comentário:

Tendo em conta a falta desta matéria-prima e criação de postos de trabalho, este projeto é uma mais valia, tanto para o concelho de Alcácer do Sal como para o país.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83507 Rui Luciano em 2025-04-28

Comentário:

Ainda que se desconheça, à data, as características construtivas (e.g. profundidades das perfurações, profundidade dos troços de tubos-ralo) dos furos verticais identificados pelas C.M. de Alcácer do Sal e de Grândola, com elevada incerteza na estimativa do impacte, este é classificado como: negativo, provável, local, permanente, de magnitude reduzida a moderada, reversível e minimizável. Em suma, classifica-se este impacte como pouco a moderadamente significativo.Contudo, estas captações de água subterrânea para abastecimento público fazem parte do plano de monitorização da qualidade e quantidade dos Recursos Hídricos Subterrâneos preconizado na Secção 9, pelo que os eventuais impactes do projeto sobre a qualidade e quantidade de água nestas captações será identificado e tomadas as devidas precauções.Sendo uma zona com escassez de água e estando inserida na RedeNatura, não deveria ser dada permissão para a exploração mineira nestes locais. A pressão que está a ser causa da nesta área com construção hoteleira vai aumentar ainda mais a escassez. A poluição dos aquíferos também vai ser um grande risco, que poderá inviabilizar a utilização da água para consumo humano e animal, assim como para regadio.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83450 Diogo Rocha em 2025-03-25

Comentário:

A Lagoa Salgada, situada no concelho de Grândola, é sem duvida, uma região com grande interesse geológico e económico devido ao seu elevado potencial mineiro. Neste pressuposto, a exploração mineira na região, a existir, representa uma enorme oportunidade para o desenvolvimento económico local na medida em que "abre portas" a emprego, inovação tecnológica e melhoria das infra estruturas.Concretizando, a atividade de mineração na Lagoa Salgada encerra em si potencial de gerar centenas de postos de trabalhos, quer diretos, quer indiretos e através destes dinamiza-se a economia. Esta criação de postos de trabalho qualificados, assim como o investimento em formação técnica e profissional, possibilita beneficiar os locais com novas oportunidades de carreira. Para além disto, a exploração mineira atrai necessariamente investimentos estrangeiros e incentiva, desta forma, o crescimento de setores complementares como o caso dos transportes e serviços. Como é facilmente entendível, esta circunstância tem um grande impacto financeiro traduzindo-se num aumento da receita municipal que pode aplicar essa mesma receita em melhoramentos de infraestruturas locais, como estradas, abastecimento de agua e eletricidade.Nós, Portugal, com um enorme passado na área da exploração mineira, temos de entender que esse setor teve uma enorme evolução no que toca às suas praticas, tornando-as sustentáveis através de monitorização dos impactos ambientas e adoção de medidas de mitigação. Para além disto há um grande investimento em tecnologia sendo isto um dos pilares da mineração moderna garantindo eficiência e segurança na operação Entende-se que isto é uma oportunidade única para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável da região. Consultada a documentação vê-se que existe uma preocupação com a devida regulamentação e monitorização ambiental

para que a atividade se desenvolva de forma responsável, benéfica para a economia local, criando empregos e preservando o meio ambiente para as futuras gerações

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83439 Carla Maria do Rosário Costa em 2025-03-23

Comentário:

Discordo completamente deste projecto devido aos impactos ambientais nocivos, nomeadamente no que se refere à captação de água.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83436 Cátia Santos em 2025-03-23

Comentário:

Não existe ninguém que queira uma mina à porta. Se vivesse na zona, a minha resposta para a implantação de um projecto destes seria sempre a de rejeição. Por muitos impactos pouco significativos que o projecto indique, isso nunca corresponde à realidade e a realidade é que só pelo simples facto de se construir um complexo industrial numa zona destas já é uma disrupção na vida das populações. Os ganhos não se sobrepõem às perdas que se verificam no futuro e isso já todos nós sabemos. Para além dos custos e impactos nos recursos hídricos directos (com o consumo de água numa região que já sofre com a sua falta), há ainda o impacto da desflorestação e dos potenciais riscos para os recursos hídricos indirectos e a médio e longo prazo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83425 Daniel Ribeiro em 2025-03-22

Comentário:

Não concordo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83143 Marta Fernandes em 2025-03-21

Comentário:

Trata-se de um projeto de interesse nacional aparentemente muito bem estruturado e que fará alavancar o desenvolvimento social e económico local e nacional. É importante para a transição energética e para a defesa nacional e da europa a ver a possibilidade de aproveitar estes recursos minerais que existem em território nacional. Atendendo a que se tratam de recursos inamovíveis o projeto também me parece que em termos ambientais está muito bem pensado nas respetivas medidas compensatórias.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83139 Maria João Mota em 2025-03-21

Comentário:

Este tipo de projetos são muito importantes para o desenvolvimento regional e nacional e desde que sejam ambientalmente responsáveis são de apoiar. Neste atual clima de insegurança de materiais minerais a Europa necessita destes recursos para a sua segurança e desenvolvimento social e econômico.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82982 Tiago em 2025-03-20

Comentário:

destruição de capital natural

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82909 Paula e Lopes, Gabinete de projetos Lda em 2025-03-19

Comentário:

Após análise atenta dos documentos que estão na consulta pública verifica-se que se trata de um projeto muito bem estruturado, com uma forte preocupação nas componentes social, económica e ambiental. Trata-se de um projeto muito oportuno até pelo contexto em que a europa irá viver nas próximas décadas, nomeadamente, com o contributo que este projeto irá dar para a independência europeia relativamente às matérias críticas, com o consequente auxílio na transição energética e reforço da segurança europeia. Ao nível nacional será um projeto gerador de mais valias económicas e sociais, com a criação de emprego e desenvolvimento desta zona do Alentejo que se encontra tão desertificada de projetos estruturantes como este da Lagoa Salgada. Sob o ponto de vista ambiental é de louvar a preocupação da empresa não apenas com a plantação de muitos mais milhares de sobreiros a mais do que aqueles a que estava obrigada, mas também com outras ações que denotam uma preocupação ambiental muito responsável e mais abrangente em matéria de conservação e fomento da biodiversidade e de medidas de mitigar os impactos que esta indústria trará, inevitavelmente, a esta zona enquanto estiver a laborar. Comparando com outros projetos de que a nossa empresa tem conhecimento, este é um projeto que nos parece muito à frente dos demais neste setor. Parabéns a Portugal por acolher este tipo de projetos que fazem e farão a diferença no desenvolvimento social e económico do país, sem descurar a sustentabilidade ambiental.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82900 Miguel Costa Coelho em 2025-03-19

Comentário:

Esta analise foi efectuada por mim, a 19 de Marco de 2025, tendo lido os documentos sumarios do projecto, como nao espcialista.Englobei o context socio economico nacional, e global, e a analise de risco/beneficios. O meu parece e expressao da minha analise pessoal e nao reflete a opiniao do meu empregador, nem de nenhum outro partido terciario.Resumo: Excelente projeto para a região alentejana, para Portugal e para a independencia energetica da Europa/ dada a situacao geopolitica e o risco de ataques economicos e fisicos por agentes externos. E um projeto padrao de exploracao mineira com um enquadramento logistico (construcao, acessos) bem planeado e impacto ambiental e social parametrizado ao detalhe e com solucoes viaveis (eg reflorestacao de 73ha, reproducao e protecao do coelho-bravo, entre outros).Este projeto sera um veiculo de criacao de riqueza e melhoria das condicoes sociais locais, numa regiao que esta desertificada e com pouco desenvolvimento e investimento de capital (este projeto de media-larga escala e uma excepcao). Nao encontrando justificativos de maior para a nao concretizacao do mesmo, abaixo assinado a minha analise e parecerDr. Miguel Costa Coelho,Boston, EUA

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82843 Paula Rosalina Lopes Alves em 2025-03-19

Comentário:

Projeto muito importante para a região e para o país. Fundamental para a transição energética e segurança do país e da europa

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82757 Júlio Boura Xavier em 2025-03-17

Comentário:

Contra a autorização de exploração mineira. Tem impacto ambiental de grande destruição. Consequências graves de contaminação dos solos no presente e no futuro .

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82748 Pereira Paula em 2025-03-17

Comentário:

Num concelho onde a água é escassa, é inacreditável a negligência com que se faz estudos de impacto ambiental desta natureza. A água é mum recurso precioso que deve ser gerido de forma rigorosa.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82741 Luísa Mendes em 2025-03-17

Comentário:

Acho que é um bom projeto para desenvolver em Grândola, principalmente pelo facto de ter um aumento significativo de postos de trabalho!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82740 Maria em 2025-03-17

Comentário:

Como habitante acredito que a mina na zona em que estamos inseridos seria uma mais valia , pois iria gerar novos postos de trabalho. Uma vez que é necessário cumprir as normas respetivas para abertura da mesma acredito que o ponto do impacto ambiental terá sido colocado e que este será reduzido. Acho que seria algo positivo a nivel social e economico.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82726 João Xavier em 2025-03-17

Comentário:

Mais um atentado ambiental. Em vez de ganância o executivo desta câmara municipal devia de ter vergonha. Vendam e explorem tudo e percam o que faz esta zona atrativa a quem vem de fora. Não cria emprego para os habitantes, vai criar mais exploração de mão de obra barata e mais uma vez faz a vida para empreendedores que em nada desenvolvem esta área do país. Estamos repletos de autarcas velhos que querem encher os bolsos á força. Basta deste conluio económico que não respeita o ambiente e as necessidades dos habitantes!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82723 Sabine em 2025-04-27

Comentário:

Horrível

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82703 Natália Fauvrelle em 2025-03-16

Comentário:

O projeto da Mina da Lagoa Salgada insere-se numa zona de baixa densidade populacional, pelo que um investimento desta magnitude será certamente um importante contributo para a fixação de novos habitantes e dará oportunidade aos mais jovens de se manterem na sua terra de origem. Constitui por isso um projeto fundamental para o desenvolvimento regional a nível social e económico.O projeto de arquitectura apresentado é inovador na área da indústria mineira, podendo servir de exemplo para futuros empreendimentos da mesma natureza. A sua implantação na paisagem será uma mais valia após o fim da vida da mina, tornando-se um elemento icónico deste território. Não menos importante, tendo em conta a conjuntura europeia e mundial, é a pertinência deste projeto para a produção de matérias críticas, essenciais para a autonomia europeia no que concerne a defesa dos seus cidadãos e a defesa da sua indústria.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82691 António Manuel Pequeno Coelho em 2025-03-16

Comentário:

Atendendo à necessidade da europa de autonomizar em metais que são fundamentais quer para a sua segurança quer para o seu desenvolvimento social e económico da UE e de Portugal, com particular destaque para as regiões do interior como é o caso do Alentejo, entendo que, desde que as normas ambientais e socias estejam responsavelmente acauteladas todos devemos apoiar este tipo de projetos tão importantes para a nossa como para as gerações futuras.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82684 Miguel Chainho em 2025-03-16

Comentário:

Tenho 28 anos, vivo e trabalho em Grândola.Existe toda uma controvérsia á volta das minas devido ao seu impacto ambiental, ainda que derivado da evolução é cada vez mais pequeno e contornável, mas o que é realista é que os seus recursos são indispensáveis à vida quotidiana, ao crescimento económico e á transição para fontes de energia mais limpas e sustentáveis, porque sem mineração, não há energia solar, eólica, baterias ou qualquer veiculo elétrico.Em relação ao projeto da Mina da Lagoa Salgada, após ter conhecimento do seu impacto ambiental e das medidas que vão ser tomadas para o minimizar, (desde a reposição florestal, a preservação da biodiversidade, o uso e

---

fornecimento de energias verdes entre outros), não podia estar mais de acordo com a realização do mesmo.O positivo impacto económico que esta Mina vai ter na região onde vivo, e que vejo, pouco a pouco, ser vendida e entregue ao turismo e privatização do mesmo, é de extrema importância. Dito isto, e tendo em conta os aspetos positivos x negativos, apoio completamente este projeto.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82662 Bernardino em 2025-03-15

Comentário:

A nível ambiental não me parece que vá ser negativo e visto no factor económico e social vai ser fantástico. Basta olhar para para as minas ativas que temos por perto para perceber que as pessoas vivem bem e têm bons salários em comparação com os outros setores. Sou habitante de Grândola e a realidade é que praticamente só existe turismo.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82656 João Sousa em 2025-03-14

Comentário:

Projeto de grande importância a nível local e nacional, num período em que é fundamental a Europa de tornar auto suficiente no que diz respeito a recursos minerais.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82652 Carlos Neves em 2025-03-14

Comentário:

Deixo formalmente a minha discordância com a abertura de uma mina na região de Grândola devido ao impacto ambiental extremo na região.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82650 Jorge Augusto Coutinho Ribeiro em 2025-03-14

Comentário:

Criação de postos de trabalho e valorização geologica da região e industria portuguesa.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 82649 Cristina Torres em 2025-03-14

Comentário:

PARECER ESCRITO SOBRE A MINA DA LAGOA SALGADA EM GRÂNDOLA1.Introdução: Em minha qualidade de residente na área circundante da Mina da Lagoa Salgada, situada no concelho de Grândola, apresento este parecer, objetivando expor as preocupações e os danos que a exploração da mina pode causar à população local, ao meio ambiente, à atividade turística e ao mercado de trabalho da região.2.Contextualização da Mina da Lagoa Salgada: A Mina da Lagoa Salgada é um projeto de exploração mineira que visa a extração de minerais metálicos, possivelmente incluindo cobre, zinco, e outros metais pesados. Este tipo de mineração envolve atividades de escavação em grande escala, com impactos diretos e indiretos tanto no ecossistema local como nas comunidades envolventes.3. Impactos Previstos na Saúde da População:Emissões de poluentes atmosféricos: A extração mineral pode resultar na libertação de poeiras e gases tóxicos, incluindo metais pesados (cádmio, chumbo, arsénico), que afetam diretamente a qualidade do ar e representam riscos à saúde pública, como doenças respiratórias, cancros e outras patologias. Diversos estudos apontam que a exposição contínua a tais substâncias pode afetar particularmente as crianças e idosos, grupos vulneráveis na população.Estudos de referência:o"Impactos da Mineração na Saúde Pública" (OMS, 2019), que detalha a relação entre a poluição mineira e doenças respiratórias e neurológicas.o"Efeitos da Exposição a Metais Pesados em Populações Locais" (Jornal de Epidemiologia Ambiental, 2020), que documenta os efeitos da mineração na saúde em áreas próximas a projetos mineradores.•Contaminação de recursos hídricos: A mineração pode resultar na contaminação das fontes de água subterrâneas e superficiais, através do uso de produtos químicos para o tratamento dos minerais, além do risco de drenagem ácida de minas

(DAM), o que afetaria diretamente a água potável consumida pela população local e pela fauna/flora.Estudo relevante: O Relatório da Agência Portuguesa do Ambiente (APA, 2018) sobre contaminação por drenagem ácida de minas e seus efeitos nas bacias hidrográficas de Portugal.4. Impactos Ambientais:•Destruição de habitats naturais e biodiversidade: A escavação da mina resultará na destruição de ecossistemas locais, afetando a fauna e flora da região, que inclui espécies protegidas e de interesse ecológico. O impacto negativo sobre a biodiversidade pode ter repercussões graves no equilíbrio do ecossistema, com consequências de longo prazo.•Poluição do solo e da água: Os resíduos da mineração, se mal geridos, podem ser dispersos em áreas adjacentes, afetando a qualidade do solo e os cursos d'água. O uso de produtos químicos para extração de metais pode contaminar o solo e afetar a agricultura e a pesca, além de tornar a área inabitável para várias espécies.Estudo relevante: O "Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Mineração da Lagoa Salgada" (APEMET, 2022), que destaca as consequências do processo de mineração no solo e recursos hídricos.5. Impactos sobre a Atividade Turística e o Setor Hoteleiro:•Declínio da qualidade de vida e da paisagem: A mina pode desfigurar a paisagem local, afetando negativamente a atratividade turística da região. A perda de valor estético e natural é um fator decisivo para os turistas, que podem procurar outras localidades mais preservadas.•Declínio da procura por turismo sustentável: A área de Grândola, tem vindo a afirmar-se como destino muito procurado no mercado de luxo e turismo sustentável. O impacto da mineração pode levar ao encerramento de hotéis que dependem da qualidade ambiental para atrair visitantes.Estudo relevante: O "Estudo sobre os Efeitos da Mineração na Economia Turística" (UNWTO, 2021), que documenta como projetos de mineração em regiões turísticas podem resultar em perdas económicas substanciais para o setor hoteleiro e de serviços.6. Impactos Socioeconómicos e no Mercado de Trabalho Local:•Impactos no setor agrícola: A contaminação do solo e da água pode afetar a produção agrícola, que é uma das principais fontes de renda da população local. O aumento dos custos de produção e a diminuição da qualidade dos produtos podem causar sérios prejuízos aos agricultores.•Perda de empregos no turismo e na agricultura: Embora a mineração possa gerar alguns empregos temporários, os empregos a longo prazo e sustentáveis estão mais associados à agricultura e ao turismo. O fechamento de estabelecimentos turísticos e a diminuição da produção agrícola trariam consequências dramáticas para a economia local.•Enfraquecimento da economia local: A longo prazo, a exploração mineira pode destruir os setores económicos que sustentam a comunidade local, o que aumentaria a dependência da população em relação a uma única indústria, altamente volátil e de riscos ambientais.7. Conclusão:Considerando os argumentos e estudos, torna-se evidente que a exploração da Mina da Lagoa Salgada acarretará uma série de consequências negativas!

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico: